

Tererê com Sociologia



Ferramentas conceituais para análise sociológica

Franco Ezequiel Harlos



Pedro & João
editores

Tererê com Sociologia

FERRAMENTAS CONCEITUAIS PARA ANÁLISE
SOCIOLÓGICA



Pedro & João
editores



Tererê com
Sociologia

FERRAMENTAS CONCEITUAIS PARA ANÁLISE
SOCIOLÓGICA

Franco Ezequiel Harlos



Pedro & João
editores

Copyright © Franco Ezequiel Harlos

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Franco Ezequiel Harlos

Tererê com Sociologia. Ferramentas conceituais para análise sociológica.
São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 604p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-5869-893-7 [Digital]

1. Sociologia. 2. Conceitos. 3. Análise sociológica. 4. Dicionário. I. Título.

CDD – 370/301

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2022

Apresentação

Você consegue se lembrar de coisas da sua infância? Imagino que sim. Eu tenho muitas lembranças. São imagens, histórias e lugares um tanto desconexos. Entre essas recordações, estão as manhãs nas casas das minhas avós. São nítidas, sobretudo, as imagens dos momentos em que eu ajudava nas hortas, nos jardins e às vezes na roça: mergulhado nessas tarefas, fui aprendendo o nome das plantas, para que elas servissem, o que dava para comer e o que era venenoso.

Hortelã, manjeriço, manjerona, cebolinha, salsinha, rúcula, abóbora, amendoim, guabiroba, pitanga, jabuticaba, fumo bravo, comigo-ninguém-pode, dorme-dorme, porunga, quebra-pedra, urtiga, alecrim, etc. Sem nomes e definições essas plantas eram apenas “mato”. Mas, nomeadas, definidas, conceituadas, caracterizadas, identificadas, elas faziam sentido para mim: “não corta a guabiroba da vovó, ela vai te matar” (não matava, mas blasfemava muito! rs). Nomear é isso: produzir significado, sentido, tornar o fato reconhecível. Nomear facilita o processo de compreender e o respeitar.

Você percebe como nomear é uma coisa poderosa?! Não percebe? Vamos lá: sabe quando seu *crush*, depois de uns beijos, pergunta “e aí, a gente tá namorando?” Se a resposta for “sim”, o que acontece então? Isso muda as coisas entre vocês? Pois bem, se vocês dão o nome de “namoro” para o que está “rolando”, vocês fizeram uma nomeação! Deram um nome pra “isso”. Categorizaram. Captou como funciona? Ótimo. Então, vai por mim, não se faça de “metido” e não negue: nomear é algo poderosíssimo. Nomear atribui sentido a algo que, antes, nada ou pouco significava. O que não é nomeado ou o que o nome você desconhece, tende a receber menos valor e atenção ou a ser generalizado com outras coisas completamente diferentes. Um

nome, com as definições a ele associadas, coloca luz, aponta o holofote para algo que antes era invisível ou despercebido. Ou seja, a nomeação “dá um super zoom” na percepção da realidade.

Pois bem: os jardins e hortas das minhas avós são, para os que desconhecem as plantas, assim como a sociedade é para aqueles que não dominam os conceitos básicos que permitem compreendê-la. Quando uma pessoa olha para a vida em sociedade e não dispõe dos conceitos básicos para compreendê-la, tudo o que ela enxerga é “mato”, “capim” e “verde”. Ela não pode descrever e analisar com precisão o que vê porque não sabe distinguir e nomear o que está diante de seus olhos. Ou, pior ainda, se ela incorporou alguns conceitos rudimentares a partir das redes sociais virtuais, ela pode se tornar “especialista em todas as coisas” e nomear o que enxerga apenas com categorias reducionistas e estereotipadas, tais como “é capim do tipo A ou do tipo B”. Então, por exemplo, reivindicações de direitos: são comunismo. Questões de sexualidade ou gênero: são “viadagem ou mamadeira de pi*r*ca”. Questões identitárias: “mimimi”. Falou em igualdade: “esquerdopata, comunista, vai prá Cuba f.d.p.”. Mencionou concorrência ou empreendedorismo? É “direitista, coxinha, vai lamber o Trump”. Pregou o diálogo: é “isentão”. Ou seja, sem domínio conceitual resta generalizar, por semelhança com o que se acredita conhecer. Nestes casos, ao fim e ao cabo, novamente, é tudo mato, capim, coisas sem significado, seja porque a conceituação “correta” só depende de quem tem o maior número de apoiadores na internet ou porque um “meme” pode mudar completamente o significado das coisas.

Fuçando nas redes sociais, nos dias enfadonhos da pandemia, sempre acompanhado de uma cuia de tererê, por centenas de vezes me deparei com distorções e usos conceituais absurdos. Foi então que iniciei a organização¹ de um conjunto de conceitos elementares para análise da sociedade contemporânea. No começo era apenas uma coleção de registros para servirem como apoio para as aulas

¹ Esta organização se deu a partir de buscas pouco sistemáticas em artigos científicos, livros didáticos, manuais, dicionários, teses e dissertações.

no sistema online. Mas os dias da pandemia foram tantos que definir e resgatar conceitos foi se tornando um hábito que ocupava grande parte do meu tempo e me lançava em questões de todas as ordens. Cada conceito registrado me remetia para uma ou mais perguntas e fui me acostumando a registrar estas perguntas como tópicos para reflexão.

Nos quase dois anos sem aulas presenciais, quanto mais me envolvia com o registro de conceitos e reflexões, mais percebia a funcionalidade, a utilidade pragmática de tais registros. Aos poucos fui consolidando a interpretação de que classe social, fato social, ação social, gênero, raça, etnia, coerção social, cultura, estrutura social, teoria(s), sistema social, poder, família, discriminação, segregação, estereótipo, estigma, etc., são, na verdade, ferramentas. São ferramentas discursivas e analíticas que servem para evocar, explicar, categorizar, compreender e analisar os fenômenos que nos rodeiam.

Ora, um martelo serve para pregar, uma faca para cortar. Nomeações, como classe social e gênero, servem para facilitar a identificação e a explicação de desigualdades e diferenças. São ferramentas que nem todos possuem. Claro que, da mesma maneira que você pode utilizar um tijolo para pregar um prego, você também pode apelar para outras ferramentas para executar as funções discursivas que estão associadas com os conceitos de classe social e gênero. Mas nem o tijolo, nem essas outras ferramentas, vão ser adequadas ou plenamente eficazes e, talvez, para usá-las, você terá um trabalho desnecessário e, no fim, o resultado será um produto “pobre”, bem tosco.

Estas tais ferramentas discursivas e conceituais completam os vácuos onde lhe faltam palavras para descrever as coisas. Quantas vezes você quis dizer algo mas sentia que faltavam as palavras certas? Na sua cabeça era algo simples, mas dava um nó para explicar. Nestes contextos, sabe o que lhe faltava? As “benditas” ferramentas discursivas, os tais conceitos ou nomeações. Você está “vendo o fenômeno em sua cabeça”, vê o capim, vê o mato em seu conjunto, mas não consegue caracterizá-lo, porque não sabe “dar

nome” ao que está a sua frente, ou seja, não possui os termos capazes de agrupar cada elemento em seu devido “lugar.”

No seu formato e-book, ou no seu formato “blog”, eis o que é o “Tererê com Sociologia”, uma caixa de ferramentas discursivas e conceituais. O “blog” *Tererê com Sociologia*, gentilmente desenvolvido pelos meus alunos Gustavo Ferreira de Oliveira, Juliana Hitomi Kashima, Natan Gabriel Pastore Martins, orientados pelos cientistas da computação e professores Marcela Turim Koschevic e Jefferson de Oliveira Chaves, é um espaço virtual que organiza essas ferramentas discursivas e conceituais de maneira lúdica, dinâmica, criativa e didática.

Ressaltamos que trata-se de ferramentas adequadas para estudantes do Ensino Médio². Cada um dos conceitos/ferramentas aqui expressos pode ter muitos usos: o mesmo conceito pode servir a diferentes funções analíticas. Esta publicação é considerada uma versão piloto, uma versão inicial, que será atualizada nos próximos dois anos. Muitos outros conceitos poderiam ser abordados, especialmente os relacionados à Sociologia Brasileira, no entanto, em função do tempo, optamos por abordá-los na próxima edição. E enfatizamos que o desafio dela será o de incorporar uma linguagem mais coloquial, menos acadêmica, de mais fácil acesso aos estudantes.

Isto posto, cada conceito destacado desempenha o papel de chamar atenção para um aspecto da realidade. Cada um deles funciona como coordenadas de um mapa que pode guiá-lo numa leitura mais inteira da realidade social e, portanto, de você mesmo. Ressaltamos que não é necessário memorizar e carregar todas estas ferramentas consigo o tempo todo, mas, é importante reconhecê-las, dominar a função discursiva e analítica de cada uma, saber

² entende-se que as ferramentas que um aluno do ensino médio necessita são diferentes daquelas demandadas por um profissional da Sociologia. Um profissional da Sociologia demanda ferramentas com precisão conceitual absoluta, um aluno do Ensino Médio demanda ferramentas com precisão instrumental-utilitária: trata-se do tipo de precisão que basta para uso adequado do conceito e para distinguir os fenômenos sociais.

identificá-las e utilizá-las quando necessário. E, principalmente, saber o poder que elas têm!

Um brinde com tererê. Carpe diem!

Professor Dr. Franco Ezequiel Harlos
Doutor e Mestre em Educação Especial
Especialista em Psicomotricidade Relacional
Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional
Licenciado em Pedagogia
Licenciado em Educação Infantil
Licenciado em Sociologia
Bacharel em Sociologia
Professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR - Campus
Foz do Iguaçu)

Sumário

| | |
|---|-----------|
| A | 25 |
| Ação [agência]: | 25 |
| Ação coletiva: | 26 |
| Ações afirmativas: | 30 |
| Agentes de controle social: | 32 |
| Agregado Social: | 33 |
| Agricultura familiar: | 33 |
| Agrisalhamento demográfico: | 35 |
| Aldeia Global: | 36 |
| Alienação: | 38 |
| Anarcocapitalismo [ou libertarianismo]: | 40 |
| Anarquismo: | 42 |
| Androcentrismo: | 43 |
| Anomia: | 45 |
| Anormal: | 46 |
| Antropologia Particularista: | 48 |
| Antropologia Estrutural [estruturalismo]: | 50 |
| Antropologia Evolucionista: | 51 |
| Antropologia Funcionalista: | 53 |
| Antropologia Interpretativa: | 54 |
| Antropologia: | 56 |
| Aparelhos de Estado: | 57 |
| Apropriação cultural: | 59 |
| Arbitrário Cultural: | 61 |
| Assimilação [ou aculturação]: | 63 |
| Atitude blasé (blasée): | 64 |
| Autoridade: | 66 |
| B | 69 |
| Bastidores e palcos: | 69 |
| Bauman, Zygmunt (1925-2017): | 71 |

| | |
|--|-----------|
| Beauvoir, Simone de (1908-1986): | 72 |
| Becker, Howard S. (1928-): | 73 |
| Bourdieu, Pierre (1930-2002): | 74 |
| Burguesia: | 76 |
| Butler, Judith (1956-): | 78 |
| Burocracia: | 79 |
| <i>Bropropriating</i> : | 81 |
| C | 83 |
| Campo: | 83 |
| Caos do amor: | 84 |
| Capacitismo: | 86 |
| Capital cultural: | 87 |
| Capital econômico: | 88 |
| Capital erótico (estético): | 89 |
| Capital simbólico: | 91 |
| Capital social: | 92 |
| Capitalismo: | 93 |
| Cardoso, Fernando Henrique (1931): | 95 |
| Casamento ou matrimônio: | 98 |
| Casta: | 99 |
| Categorial social: | 100 |
| Cibercultura: | 101 |
| Cidadão [cidadania]: | 103 |
| Cisgênero [ou cissexual]: | 105 |
| Civilização: | 107 |
| Classe social: | 108 |
| Clientelismo: | 111 |
| Coerção social: | 112 |
| Coesão social: | 113 |
| Colonialismo interno: | 115 |
| Colonialismo: | 117 |
| Colonialidade: | 119 |
| Colonização cultural [ou colonialismo cultural]: | 120 |
| Colorismo (ou pigmentocracia): | 122 |

| | |
|--|-----|
| Comte, Auguste (1798-1857): | 123 |
| Comunidade: | 125 |
| Comunismo: | 126 |
| Conceito: | 128 |
| Configuração social: | 129 |
| Conhecimento científico: | 130 |
| Consciência coletiva (representações coletivas): | 132 |
| Consciência de classe: | 134 |
| Conservadorismo: | 135 |
| Constitucionalista: | 136 |
| Construção social [socialmente construído]: | 137 |
| Consumismo: | 139 |
| Consumo conspicuo & Emulação pecuniária: | 141 |
| Contra-hegemonia (hegemonia alternativa): | 143 |
| Contracultura: | 144 |
| Contrato social: | 146 |
| Controle social: | 147 |
| Coronelismo: | 149 |
| Crime [sociologia do crime]: | 150 |
| Cultura: | 153 |
| Currículo oculto: | 155 |
| Curso da vida: | 156 |
| Custo de oportunidade: | 158 |

D

| | |
|--------------------------------|------------|
| D | 160 |
| Darwinismo social: | 160 |
| Deficiência: | 161 |
| Democracia Direta: | 162 |
| Democracia participativa: | 164 |
| Democracia representativa: | 166 |
| Democracia: | 167 |
| Desemprego: | 169 |
| Desenvolvimento Sustentável: | 170 |
| Desescolarização da sociedade: | 173 |
| Desigualdade social: | 174 |

| | |
|--|-----|
| Desnaturalização: | 176 |
| Desobediência Civil: | 178 |
| Desvio: | 179 |
| Determinismo [social, biológico e geográfico]: | 181 |
| Determinantes sociais da saúde: | 183 |
| Direitismo, de direita: | 184 |
| Direitos Humanos: | 186 |
| Direitos reprodutivos e sexuais: | 187 |
| Discriminação: | 188 |
| Disneyzação: | 190 |
| Durkheim, Émile: | 193 |

E **196**

| | |
|--|-----|
| Ecofeminismo: | 196 |
| Economia Solidária: | 197 |
| Educação: | 199 |
| Emoções: | 201 |
| Empreendedores morais: | 202 |
| Epistemologias do Sul: | 204 |
| Escola de Chicago [e Ecologia Urbana]: | 206 |
| Escola de Frankfurt (Teoria Crítica): | 207 |
| Esfera Pública: | 209 |
| Espiral do silêncio: | 209 |
| Esquerdismo, de esquerda: | 212 |
| <i>Establishment</i> : | 213 |
| Estado Absolutista: | 213 |
| Estado de bem-estar social (<i>Welfare State</i>): | 215 |
| Estados da Identidade: | 215 |
| Estado de direito (ou Estado Constitucional): | 217 |
| Estado de natureza (ou Estado Natural): | 218 |
| Estado Federativo versus Estado Unitário: | 218 |
| Estado Liberal ou Estado Burguês: | 220 |
| Estado Neoliberal: | 222 |
| Estado Socialista: | 223 |
| Estado: | 223 |

| | |
|--|------------|
| Estamento: | 225 |
| Estereótipo: | 226 |
| Estigma: | 226 |
| Estratificação Social: | 228 |
| Estrutura Social: | 229 |
| Estruturação: | 230 |
| Estrutura de oportunidades: | 231 |
| Ética protestante: | 233 |
| Ética romântica do capitalismo: | 234 |
| Etarismo (ou discriminação etária): | 235 |
| Etnia: | 235 |
| Etnocentrismo: | 237 |
| Etnografia ou observação participante: | 237 |
| Eugenia [teorias eugênicas]: | 238 |
| Eurocentrismo: | 239 |
| Exclusão Social: | 239 |
| Exército industrial de reserva: | 240 |
| F | 242 |
| Família arco-íris: | 242 |
| Família nuclear [e a nuclear tradicional]: | 243 |
| Fascismo: | 246 |
| Fato social: | 247 |
| Femicídio: | 249 |
| Feminismo Liberal: | 250 |
| Feminismo Negro: | 250 |
| Feminismo Radical: | 252 |
| Feminismo Socialista: | 253 |
| Feminismo: | 254 |
| Fordismo: | 255 |
| Foucault, Michel [1926 -1984]: | 256 |
| Funcionalismo [sociologia funcionalista]: | 257 |
| Funções latentes e funções manifestas: | 258 |
| Fundamentalismo: | 259 |
| G | 260 |

| | |
|--|-----|
| <i>Gaslighting</i> : | 260 |
| Gênero: | 261 |
| Genocídio | 263 |
| Genograma: | 264 |
| Gentrificação & especulação imobiliária: | 265 |
| Geração nem-nem: | 268 |
| Geração: | 269 |
| Gestão da impressão: | 270 |
| Giddens, Antony (1938-): | 271 |
| Globalização: | 272 |
| Glocalização: | 274 |
| Goffman, Erving (1922-1982): | 275 |
| Governo: | 277 |
| Governo aberto: | 278 |
| Grupo de referência: | 279 |
| Grupos de pressão: | 279 |
| Grupo social: | 280 |
| Gueto icônico: | 282 |

H **284**

| | |
|---------------------|-----|
| Habitus: | 284 |
| Hegemonia: | 286 |
| Heteronormativo: | 287 |
| Heterossexualidade: | 289 |
| Hiper-realidade: | 290 |
| Homofobia: | 291 |
| Homossexualidade: | 292 |

I **295**

| | |
|-------------------------|-----|
| Iatrogenia: | 295 |
| Identidade de gênero: | 296 |
| Identidade social: | 297 |
| Identidade: | 298 |
| Ideologia: | 299 |
| Igreja: | 301 |
| Imaginação sociológica: | 303 |

| | |
|--|------------|
| Imperialismo midiático: | 304 |
| Imperialismo: | 305 |
| Indicador Social: | 307 |
| Índice de Desenvolvimento Humano [IDH]: | 308 |
| Índice de Felicidade Bruta [FIB]: | 309 |
| Indústria cultural: | 311 |
| Inflação de credenciais: | 312 |
| Informalização do trabalho: | 313 |
| Infraestrutura/superestrutura: | 314 |
| Instituições sociais: | 316 |
| Instituições totais (institucionalização): | 318 |
| Inteligência emocional: | 321 |
| Interacionismo simbólico: | 322 |
| Interação Social: | 323 |
| Interdependência funcional: | 324 |
| Interseccionalidade: | 325 |
| Intolerância religiosa: | 326 |
| Isolamento Social: | 328 |
| J | 330 |
| Justiça ambiental: | 330 |
| Justiça restaurativa: | 332 |
| L | 334 |
| Laços sociais: | 334 |
| Lesbianismo (lesbianismo político): | 335 |
| Lobby: | 337 |
| Liberalismo Clássico: | 338 |
| Liberalismo Conservador: | 339 |
| Liberalismo Social (social liberalismo): | 340 |
| Liberalismo Econômico: | 341 |
| Liberalismo Político: | 343 |
| Liberalismo: | 344 |
| Linha de pobreza: | 346 |
| Livre comércio: | 347 |
| Locke, John (1632-1704): | 348 |

| | |
|---|------------|
| Luta de classes [ou conflito de classe]: | 349 |
| M | 351 |
| McDonaldização: | 351 |
| Macrossociologia: | 353 |
| Manifesto Comunista: | 353 |
| Mais-valia absoluta: | 354 |
| Mais-valia relativa: | 355 |
| Mais-valia: | 356 |
| <i>Mainstream</i> : | 357 |
| Malthusianismo: | 358 |
| Maninterrupting: | 360 |
| Mansplaining: | 361 |
| Mão invisível: | 362 |
| Marx, Karl: | 364 |
| Massa: | 367 |
| Masculinidade cúmplice: | 369 |
| Masculinidade hegemônica: | 370 |
| Masculinidade homossexual ou subordinada: | 372 |
| Materialismo Histórico Dialético: | 373 |
| Matrilinear: | 375 |
| Mecanismos de controle social: | 376 |
| Mecanismos de defesa: | 378 |
| Meio ambiente: | 378 |
| Meios de comunicação de massa [mídia]: | 380 |
| Meios de produção: | 382 |
| Meme: | 382 |
| Mercantilismo: | 384 |
| Meritocracia: | 385 |
| Métodos de pesquisa: | 386 |
| Microcosmo social: | 387 |
| Microsociologia: | 388 |
| Microagressões: | 389 |
| Militarismo: | 390 |
| Minorias sociais: | 392 |

| | |
|--|------------|
| Misoginia: | 393 |
| Mito da democracia racial: | 394 |
| Migração: | 395 |
| Mobilidade Social: | 397 |
| Moda [Sociologia da Moda]: | 399 |
| Modelo médico de deficiência: | 401 |
| Modelo biopsicossocial de deficiência: | 402 |
| Modelo social de deficiência: | 403 |
| Modelo da diversidade funcional: | 404 |
| Modernidade: | 406 |
| Modernidade líquida: | 407 |
| Modo de produção: | 408 |
| Monarquia: | 411 |
| Monopólio de violência legítima: | 412 |
| Moratória Psicossocial: | 414 |
| Movimento social: | 416 |
| Mudança social: | 419 |
| Multidão: | 420 |
| Multiculturalismo: | 422 |
| N | 425 |
| Nação [Estado-Nação]: | 425 |
| Não-binário [gênero]: | 426 |
| Novas formas de interação social: | 428 |
| Novos movimentos sociais: | 430 |
| Neoliberalismo: | 431 |
| O | 435 |
| Obsolescência programada: | 435 |
| Ócio criativo: | 437 |
| Olhar hierárquico: | 438 |
| Oligarquia: | 440 |
| Ondas do feminismo: | 441 |
| Ordem social: | 443 |
| Orientação sexual: | 445 |
| Organização: | 447 |

| | |
|---|------------|
| Outro [significativo e generalizado]: | 448 |
| Outsiders: | 451 |
| P | 452 |
| Padrão de beleza: | 452 |
| Padrão social: | 454 |
| Pânico Moral (e demônios populares): | 456 |
| Panóptico: | 457 |
| Papéis de gênero: | 459 |
| Papel Social: | 461 |
| Papel de doente: | 462 |
| Paradoxo da Tolerância: | 464 |
| Parlamentarismo: | 465 |
| Partidos Políticos: | 467 |
| Patriarcado: | 470 |
| Patrimonialismo: | 472 |
| Patrimônio Cultural | 474 |
| Pesquisa quantitativa: | 475 |
| Pesquisa qualitativa: | 476 |
| Perspectiva teatral: | 478 |
| Pobreza [absoluta, relativa e subjetiva]: | 480 |
| Poder disciplinar: | 482 |
| Poder econômico: | 484 |
| Poder ideológico: | 485 |
| Poder político: | 486 |
| Poder simbólico: | 488 |
| Poder: | 490 |
| Poliarquia: | 492 |
| Política: | 493 |
| Populismo: | 494 |
| Positivismo: | 496 |
| Pós-modernismo: | 498 |
| Preconceito: | 499 |
| Presidencialismo: | 501 |
| Profecia auto-realizável: | 502 |

| | |
|--|------------|
| Processos sociais básicos: | 504 |
| Projeto de pesquisa: | 505 |
| Projeto de vida: | 507 |
| Proletariado: | 509 |
| Protecionismo econômico: | 510 |
| Q | 512 |
| Questionário e entrevista: | 512 |
| Quijano, Aníbal (1930–2018): | 513 |
| R | 515 |
| Raça: | 515 |
| Racionalização | 517 |
| Racismo estrutural: | 517 |
| Racismo: | 518 |
| Reciprocidade: | 520 |
| Rede social: | 520 |
| Relativismo: | 522 |
| Religião: | 522 |
| Reprodução cultural e reprodução social: | 524 |
| República: | 525 |
| Ritos (de iniciação e de passagem): | 527 |
| S | 528 |
| Self: | 528 |
| Sanções normalizadoras: | 529 |
| Secularização: | 530 |
| Segregação de audiência: | 530 |
| Segregação: | 531 |
| Segurança alimentar e soberania alimentar: | 532 |
| Separação dos poderes: | 533 |
| Sexismo: | 534 |
| Sexo: | 535 |
| Sexualidade: | 536 |
| Sincretismo religioso: | 537 |
| Sistema Educacional Brasileiro: | 538 |
| Sistema político brasileiro: | 539 |

| | |
|-------------------------------|-----|
| Sistema Social: | 540 |
| Smith, Adam (1723-1990): | 541 |
| Soberania: | 542 |
| Socialismo: | 543 |
| Socialização: | 544 |
| Sociedade de risco: | 546 |
| Sociedade: | 547 |
| Sociologia: | 549 |
| Solidariedade Social: | 550 |
| Status: | 552 |
| Subcultura: | 553 |
| Suicídio [tipos de suicídio]: | 554 |

| | |
|--|------------|
| T | 556 |
| Taylorismo: | 556 |
| <i>Tearoom Trade</i> : | 557 |
| Técnicas disciplinares: | 558 |
| Teoria: | 560 |
| Teoria criminológica crítica ou radical: | 562 |
| Teoria da dependência: | 564 |
| Teoria da Desorganização Social: | 566 |
| Teoria da economia política institucional: | 567 |
| Teoria(s) da escolha racional: | 569 |
| Teoria da rotulação [ou teoria do etiquetamento social]: | 570 |
| Teoria da subcultura delinquente: | 571 |
| Teoria das janelas quebradas: | 572 |
| Teoria das vantagens comparativas: | 574 |
| Teoria decolonial: | 575 |
| Teoria do Aparelho Psíquico [primeira]: | 576 |
| Teoria do Aparelho Psíquico [segunda]: | 576 |
| Teoria Elitista da Democracia: | 577 |
| Teoria Pluralista da Democracia: | 578 |
| Teoria queer: | 579 |
| Teoria(s) crítico-reprodutivista(s): | 580 |
| Teorias do subdesenvolvimento: | 581 |

| | |
|---------------------------------|------------|
| Terceira via: | 583 |
| Tipo Ideal: | 584 |
| Totalitarismo: | 585 |
| Trabalho [divisão do trabalho]: | 586 |
| Trabalho emocional: | 589 |
| Transgênero: | 591 |
| Tribos urbanas: | 593 |
| U | 594 |
| Urbanismo: | 594 |
| Uberização: | 595 |
| V | 597 |
| Violência [simbólica]: | 597 |
| W | 599 |
| Weber, Max: | 599 |
| X | 603 |
| Xenofobia: | 603 |

A

Ação [agência]:

na Sociologia “há uma antiga discórdia sobre o grau em que indivíduos demonstram capacidade de ação [agência] ao agirem de forma independente das restrições impostas pelos sistemas sociais” (JOHNSON¹, 1997, p.4). Ou seja, existem posições distintas sobre a relação entre a liberdade do indivíduo para agir e influenciar a sociedade (ação/agência) e a influência da sociedade no indivíduo (estrutura social) (GIDDENS e SUTTON², 2017). Neste contexto, ação (ou agência) é um conceito que remete à capacidade das pessoas de agirem e fazerem suas próprias escolhas, livres dos condicionamentos sociais; que se refere “à capacidade de agir de forma independente e fazer escolhas livres” (YUILL e THORPE³, 2019, p.153). No que lhe concerne, as restrições impostas ao indivíduo pelos sistemas sociais estão associadas com o conceito de Estrutura Social. Predominantemente, os conceitos de ação (agência) e estrutura social, são abordados em concomitância, para ressaltar as oposições a eles associadas. De um lado, com base no conceito de agência, fundam-se interpretações mais psicológicas e individualistas, congregando interpretações que alegam que um sistema social nada mais é do que um conjunto de indivíduos e que, se entendermos o indivíduo entenderemos o sistema social. Estas

¹ JOHNSON, A. G. **Dicionário de sociologia**. Guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1988.

² GIDDENS, A.; SUTTON, W. P. **Conceitos essenciais da sociologia**. Tradução de Claudia Freire. 1ª ed. ed. São Paulo: Unesp Digital, 2017.

³ YUILL, C.; THORPE, C. **Se liga na Sociologia**. São Paulo: Globo livros, 2019.

teorias partem da pressuposição da prevalência do indivíduo sobre a sociedade. De outro, com conceitos como o de Estrutura Social, fundam-se interpretações de que o sistema social é algo com “vida própria”, maior do que a soma dos indivíduos. Estas teorias partem da pressuposição da prevalência da sociedade sobre o indivíduo. Assim, organizam-se duas perspectivas de observação e análise do mundo social: uma perspectiva próxima e de "dentro", voltada para o indivíduo e outra perspectiva panorâmica, do alto e de "fora da cena", voltada para sociedade como um todo. Nos clássicos da Sociologia, conceitos como o de fato social, ação social e classe social, indicam posicionamentos sobre a relação entre ação e estrutura. Nas últimas décadas, novos conceitos tem sido criados para conciliar posicionamentos opostos sobre esta relação, tais como o conceito de estruturacão e habitus.

Para refletir: A melodia representa uma estrutura que vai além da soma das notas individuais. Uma nota musical não faz uma música. Mas existe música sem as notas musicais? O que determina o lugar da nota musical na música, as características da nota ou da música? Seríamos nós criadores da sociedade ou criaturas por ela criadas? Quem sabe faz a hora não espera acontecer, ou a hora é marcada pela sociedade em que vivemos?

Ação coletiva:

quando indivíduos engajam-se numa ação conjunta para fortalecer ou defender sua situação, temos uma ação coletiva. A “ação coletiva trata da ação comum que visa atingir fins partilhados” (BODART⁴, 2014, p.52). “Ocorre ação coletiva quando as pessoas

⁴ BODART, Cristiano das Neves Bodart. Teoria da Escolha Racional e Capital Social: aproximações produtivas na compreensão de dilemas da ação coletiva?

agem em conjunto de modo a gerar ou resistir a mudanças sociais, políticas ou econômicas (BRYM⁵ *et al.*, 2008, p.525). Ações coletivas podem ser de dois tipos: 1. Usuais (sem violência, respeitando as leis – por exemplo, em uma passeata para protestar contra uma proposta governamental); 2. Não-usuais (quando não se respeita as convenções sociais e/ou leis, geralmente com atos violentos – por exemplo, uma turba de linchamento). Além da existência de um interesse comum, a ação coletiva necessita de elementos estruturantes, que permitam aos participantes engajar-se, tais como a reciprocidade (SHIMITZ, MOTA e SOUZA⁶, 2017). O experimento chamado dilema do prisioneiro e a chamada teoria da escolha racional geralmente são abordados quando do estudo da ação coletiva. Para a teoria das escolhas racionais, “embora existam ações coletivas, só os indivíduos agem e esses indivíduos, por serem racionais, buscam otimizar seus ganhos, visando seu bem-estar [mesmo quando em ação coletiva” (BODART⁷, 2014, p.53). Embora todo movimento social seja uma ação coletiva, nem toda ação coletiva é um movimento social.

Para refletir: até que ponto é possível manipular ações coletivas? Que instituições ou pessoas podem manipular ações coletivas?

Alabastro: revista eletrônica dos alunos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, ano 2, v. 2, n. 4, 2014, p. 51-64.

⁵ BRYM, R. *et al.* **Sociologia**: sua bússola para um novo mundo. São Paulo, Thomson, 2008.

⁶ SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SOUSA, Gláucia Macedo. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v. 12, n. 1, p. 201-220, Jan. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222017000100201&lng=en&nrm=iso>. access on 17 May 2021.

⁷ BODART, Cristiano das Neves Bodart. Teoria da Escolha Racional e Capital Social: aproximações produtivas na compreensão de dilemas da ação coletiva? **Alabastro: revista eletrônica dos alunos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo**, São Paulo, ano 2, v. 2, n. 4, 2014, p. 51-64.

Ação social:

conceito adotado por Max Weber para designar o objeto de estudo da Sociologia. Para Weber a Sociologia é a ciência que pretende entender a ação social. Portanto, a sociologia compreensiva de Max Weber busca a interpretação do sentido da ação social. Trata-se de ação em que “o sentido intentado pelo agente ou pelos agentes está referido ao comportamento de outros e por ele se orienta no seu curso” (WEBER⁸, 2010, p.7). “A ação social (Incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro (vingança por ataques anteriores, defesa contra ataques presentes ou medidas de defesa para enfrentar ataques futuros). Estes outros podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas” (WEBER, 2010, p.14). Desta forma, ação social é toda ação dotada de sentido, desenvolvida pelas pessoas, considerando a expectativa de outra ação dos demais. A ação social difere de um simples comportamento social, pois carrega um sentido atribuído pelo indivíduo. Por exemplo, se diante de uma inesperada tempestade você abre o guarda-chuva, isso não é uma ação social, mesmo que centenas de pessoas, simultaneamente, executem este mesmo ato. No entanto, se diante da mesma chuva, você alcança o seu guarda-chuva para outra pessoa, isto é uma ação social, porque tem significado e, ao ser executada, leva a possível resposta dos outros em consideração. Ação social acontece quando aquele que a executa molda seus atos com o objetivo de influenciar os outros, de comunicar-se com eles, elogiá-los, criticá-los, protegê-los, enganá-los, fazê-los rir, chorar ou todas as diversas coisas que as pessoas fazem para as outras. Toda ação social tem um significado definido pelo agente. Weber argumentava que a Sociologia devia se concentrar em compreender o significado das ações sociais e não nas Estruturas Sociais porque, segundo ele, as estruturas sociais são

⁸ WEBER, Max. **Economia e sociedade – Fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 1. Brasília: Editora da UNB, 1991.

formadas por uma complexa inter-relação de ações sociais. De acordo com Weber (2010), conforme seus objetivos e significados, as ações sociais podem ser categorizadas em quatro tipos ideais: 1. A.S. afetiva (motivada por afetos ou estados emocionais); 2. A.S. orientada a valores (motivada por crenças e valores pessoais); 3. A.S. tradicional (motivada por hábitos ou costumes); e, 4. A.S. racional orientada a fins (movida pelo cálculo racional, por objetivos). Assim, por exemplo, se um indivíduo disponibiliza seu lugar no ônibus a uma moça e justifica este ato com base na paixão pela moça, temos uma ação social afetiva; se ele justifica o ato com base em valores associados com o respeito às mulheres, temos uma ação social orientada a valores; se ele diz que o fez por costume, hábito, tradição, temos uma ação social tradicional; e, se ele o fez para posteriormente conseguir escapar mais facilmente sem pagar passagem, temos uma ação social racional orientada a fins. Como tipos ideais, estas categorias de ação social não são encontradas na vida social de forma pura, eles existem misturados entre si, híbridos, porém com prevalência de características de um deles. De qualquer forma, o sentido da ação social só é entendido com ênfase no indivíduo.

Para refletir: “nem todo tipo de contato entre pessoas tem caráter social, senão apenas um comportamento que, quanto ao sentido, se orienta pelo comportamento de outras pessoas. Um choque entre dois ciclistas, por exemplo, é um simples acontecimento do mesmo caráter de um fenômeno natural. Ao contrário, já constituiriam ‘ações sociais’ as tentativas de desvio de ambos e o xingamento ou a pancadaria ou a discussão pacífica após o choque (WEBER, 2010, p. 14). Em seu cotidiano, que exemplos de ações sociais você identifica? O que você faz orientado pelo comportamento ou provável reação de outras pessoas?

Ações afirmativas:

são “medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais e as mulheres, entre outros grupos” (PIOVESAN⁹, 2005, p. 49). Estas medidas são “tomadas ou determinadas pelo poder público ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar ou reduzir desigualdades historicamente acumuladas, garantindo oportunidades e tratamentos iguais, e para compensar perdas causadas pela discriminação e marginalização decorrentes de motivos étnicos, religiosos, de gênero e outros” (SILVA¹⁰ *et al.*, 2016, p. 127). Desta forma, ação afirmativa é “todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. [...] Os recursos e oportunidades distribuídos pela ação afirmativa incluem participação política, acesso à educação, admissão em instituições de ensino superior, serviços de saúde, emprego, oportunidades de negócios, bens materiais, redes de proteção social e reconhecimento cultural e histórico” (FERES JÚNIOR¹¹ *et al.*, 2018, p.13). Trata-se de ações de tratamento diferenciado para grupos específicos, com vistas à correção de desigualdades sociais historicamente construídas. Por exemplo: o sistema de cotas raciais em vestibulares.

⁹ PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 35, n. 124, p. 43-55, Apr. 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 18 May 2021.

¹⁰ SILVA, A. O. *et al.* **Sociologia em Movimento**. 2^a.ed. São Paulo: Moderna, 2016.

¹¹ FERES JÚNIOR, J., CAMPOS, L.A., DAFLON, V.T., and VENTURINI, A.C. Ação afirmativa: conceito, história e debates [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/2mvbb/pdf/feres-9786599036477.pdf>

Para refletir: que ações afirmativas são desenvolvidas/estimuladas pelo governo brasileiro? O que você pensa a respeito delas? Como você defenderia seu modo de pensar? Você já se beneficiou de alguma ação afirmativa?

Agentes de socialização:

Trata-se de várias pessoas, grupos, organizações ou instituições que executam a socialização de um indivíduo em sua (s) cultura (s), fazendo-o agir conforme o que, para ele, naquela cultura, é socialmente esperado. Os agentes de socialização “são as diversas pessoas e instituições (como exemplo, membros da família, escola) diretamente envolvidas na socialização e que apresentam grande influência devido ao contato frequente e controles através de recompensas e punições dadas aos indivíduos (MOSCHIS e MOORE¹², 1979 p.102). Os agentes de socialização “grupos ou contextos sociais em que têm lugar processos de socialização. A família, os grupos de pares, as escolas, os meios de comunicação e o lugar de trabalho são arenas onde tem lugar o aprendizado cultural” (GIDDENS¹³, 2012, p.787). Estes agentes efetuam a implementação efetiva dos mecanismos de socialização, possibilitando ao indivíduo “aprender a ser membro da sociedade”.

Para refletir: quem fez ou faz você ser quem é?

¹² MOSCHIS, G.; MOORE, R. Decision Making Among the Young: A Socialization Perspective. *Journal of Consumer Research*, v. 6, n. 2, p. 101, 1979.

¹³ GIDDENS, A. **Sociologia**. 6ª.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

Agentes de controle social:

são aqueles a quem cabe induzir as pessoas ao respeito a um conjunto de regras e princípios prescritos e aprovados nas sociedades; são aqueles que promovem ou buscam promover a submissão do indivíduo aos modelos, normas sociais e comunitárias. A família, a escola, o Estado, a religião e os meios de comunicação de massa são exemplos de agentes de controle social. Todo agente de socialização é um agente de controle social. Os agentes de controle social podem ser de natureza informal ou formal. Família, escola, profissão, opinião pública são agentes informais de controle social. Polícia, justiça, a administração penitenciária, são agentes informais de controle social. Os agentes informais de controle social “tratam de condicionar o indivíduo, de discipliná-lo através de um largo e sutil processo que começa nos núcleos primários (família), passa pela escola, profissão, local de trabalho e culmina com a obtenção de sua aptidão conformista, interiorizando no indivíduo as pautas de conduta transmitidas e apreendidas (processo de socialização) e para ser ensinadas. Quando as instâncias informais fracassam, logo, entram em funcionamento as instâncias formais, que atuam de modo coercitivo e impõem sanções: são sanções estigmatizantes que atribuem ao infrator um singular status de desviado, perigoso ou delinquente” (DJALÓ¹⁴, 2018, p.19). Assim, efetiva-se o controle social com vistas à manutenção de uma determinada ordem social. Destaca-se que Louis Althusser dividiu os agentes de controle social em dois tipos distintos dos mencionados. 1. aparelhos repressivos de Estado e de 2. aparelhos ideológicos de Estado.

Para refletir: você está submetido a que situações cotidianas de controle social do seu comportamento? Quem as promove?

¹⁴ DJALÓ, Maximiano Mati. A Seletividade dos Estratos (Classes) Sociais mais Baixos, Criminologia e Controle Social. <http://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/maximiano_djalo.pdf> Acesso em: 27 de jul 202

Agregado Social:

um grupo de pessoas que, embora associadas de alguma maneira, não se identifica como grupo, não está organizada, não tem vínculo social e afetivo entre si. De acordo com Oliveira (2005, p.71) um agregado social “é uma reunião de pessoas com fraco sentimento grupal e frouxamente aglomeradas. [...] O agregado social não é organizado e as pessoas que dele participam são relativamente anônimas”. Destacamos como exemplos de agregado social a multidão, o público e a massa. Em cada um destes exemplos se aponta para um grande contingente de pessoas que, embora constituintes de um grupo unificável em uma “coisa só”, seguem sendo um conjunto de singularidades que não se conectam entre si.

Para refletir: somos cada vez menos comunidade e mais agregado social? Somos cada vez menos o povo de uma nação e mais agregado social? Somos cada vez menos coletivo e mais agregado social? Temos cada vez menos laços sociais que nos unificam e a partir dos quais nos organizamos?

Agricultura familiar:

é o modo de organização da produção agrícola, em que o cultivo da terra é realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão de obra, prioritariamente, o núcleo familiar. A agricultura familiar contrasta com a agricultura patronal — que utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários, em propriedades médias ou grandes (latifúndios). “A característica crítica que distingue um sistema de agricultura familiar da agricultura industrializada empresarial é o uso do trabalho familiar, em vez do trabalho assalariado. A unidade agrícola familiar difere significativamente da unidade agrícola capitalista pelo fato de que, independentemente do

seu grau de mecanização, a sua área de terras cultivadas ou renda, o insumo básico de trabalho da fazenda familiar provém dos membros da família. Em contraste com o que ocorre nas grandes firmas de agroindústria, de propriedade de companhias” (BURBACH e FLYNN¹⁵, 1982, p.10). A agricultura familiar teve profunda expansão no século XIX, quando milhares de colonizadores se espalharam pelo continente americano. No entanto, durante o século passado, com o desenvolvimento do capitalismo no setor produtivo, as práticas agrícolas foram profundamente afetadas. Atualmente, em território brasileiro, embora utilizando menos de 25% das terras ocupadas para agricultura, a agricultura familiar é a predominantemente responsável pela produção de alimentos (arroz, feijão, mandioca, trigo, milho, café), geração de empregos e produção agrícola com uso de menos agrotóxicos. Apesar disso, a agricultura familiar tende a ter receita (lucro) inferior ao que é oriunda da produção latifundiária.

Para refletir: o conceito de agricultura familiar é uma construção política idealizada pelas políticas públicas para representação daqueles que em outros momentos eram chamados de pequenos agricultores ou camponeses e atualmente são chamados de agricultores familiares. No Brasil, para fins de organização da Política Nacional da Agricultura Familiar, a Lei¹⁶ 11.326 de 2006, considera como agricultor familiar e empreendedor familiar rural “aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou

¹⁵ BURBACH, Roger e FLYNN, Patricia. Agroindústria nas Américas. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 22-24.

¹⁶BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Brasília, DF. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm

empreendimento;III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento [...]; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. O que pode estar em jogo (em disputa) na definição de Agricultura Familiar? A quem interessaria desconstruir esse conceito?

Agrisalramento demográfico:

termo usado para indicar que, em uma determinada sociedade, uma parcela crescente da população está se tornando idosa. Trata-se do processo de transição demográfica em curso, marcado pelo crescimento da população idosa e o declínio das taxas de natalidade. O agrisalramento é associado com mudanças culturais, políticas e econômicas relacionadas, dentre outros fatores, às políticas públicas de saúde. Pessoas idosas podem vivenciar processos de envelhecimento saudáveis ou patológicos, em decorrência não apenas de fatores ambientais, mas também socioculturais - como qualidade e estilo de vida, dieta, sedentarismo e exercício. Fato é que “o processo biológico do envelhecimento é permeado por condicionantes sociais que lhe imprimem características específicas de cada sociedade, de cada momento histórico” (COSTA e SOARES¹⁷, 2016, p.61). Desta forma, fatores como classe social, etnia, gênero, papéis sociais, locais de residência (meio rural e urbano), atividade laboral, relação entre Estado e Sociedade, não interferem apenas na perspectiva de vida de um indivíduo, como também na forma de viver a velhice. “Por isso mesmo, somos levados a concluir que a velhice e o envelhecimento são socialmente construídos. A partir do referencial biológico, fatores não biológicos marcam profundamente o ritmo, a natureza, a estrutura, funções e significações da velhice, a ponto de perguntarmos

¹⁷ COSTA, D. G. S.; SOARES, N. Envelhecimento e velhices: heterogeneidade no tempo do capital. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 2, n. 25, p.57-68, dez. 2016.

se a velhice não é antes de tudo uma entidade criada em um processo social em que alguns atribuem a outros pesos e medidas (MAGALHÃES¹⁸, 1989, p.20).

Para refletir: de 1970 a 2025, estima-se um crescimento¹⁹ de 223% no número de pessoas com idade ≥ 60 anos. O Brasil está em sexto lugar em relação ao quantitativo de pessoas idosas, com previsão de inversão da pirâmide etária até 2050 e estimativas de 26,7% de pessoas idosas até 2060. Em médio e longo prazo, que consequências sociais o agrisalramento pode ter? O que o agrisalramento pode provocar em termos políticos, econômicos e culturais?

Aldeia Global:

trata-se de uma noção associada ao teórico canadense Marshall McLuhan (1911-1980). A expressão “aldeia global” foi apresentada por McLuhan em 1959. No tempo de McLuhan “a televisão era em preto e branco, o mundo estava dividido pela Guerra Fria e a ideia do mundo do futuro como uma ‘aldeia global’, onde cada pessoa poderia estar interligada a cada outra por meios de comunicação parecia utópica demais [...]. Com o mundo digital contemporâneo, as outrora estranhas ideias de McLuhan sobre o futuro da comunicação ganharam o status de ‘profecias’ [...]” (BRAGA²⁰,

¹⁸ MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. Invenção social da velhice. Rio de Janeiro: Ed. Papagaio, 1989.

¹⁹ informações constantes no seguinte documento: Brasil 2050 [recurso eletrônico] : desafios de uma nação que envelhece / Câmara dos Deputados, Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Consultoria Legislativa ; relator Cristiane Brasil ; consultores legislativos Alexandre Cândido de Souza (coord.), Alberto Pinheiro ... [et al.]. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. – (Série estudos estratégicos ; n. 8 PDF)

²⁰ BRAGA, A. McLuhan entre conceitos e aforismos. Alceu, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 48-55, jan./jun. 2012.

2012, p.49). Com o conceito de aldeia global McLuhan²¹ (1964) descreveu que o progresso tecnológico estava reduzindo o planeta a algo semelhante a uma aldeia, onde qualquer pessoa poderia se comunicar com outra diretamente e as mensagens seriam passadas quase que instantaneamente. Na defesa de suas interpretações McLuhan (1964) parte da seguinte premissa: “o Meio é a Mensagem”. Para ele, o meio, geralmente pensado como mero veículo de transmissão da mensagem, é elemento determinante da comunicação: diferentes estruturas perceptivas, diferentes mecanismos de compreensão, diferentes significados são encontrados na mesma mensagem quando esta é expressa por distintos meios (oralmente ou por escrito, transmitida pela rádio ou pela televisão, colocada em jogo, em cada caso). Ou seja, a tecnologia com a qual a comunicação se estabelece não apenas constitui um meio de comunicação, mas determina o próprio conteúdo da mesma, muda a realidade, cria novos ambientes e assim reconfigura as relações sociais. Os novos meios de comunicação estariam reconfigurando as relações sociais no sentido da aldeia global.

Para refletir: o mundo é mesmo uma aldeia global? A vida nesta aldeia global (em profunda globalização) e a tecnologia têm nos distanciado ou nos aproximado?

²¹ MCLUHAN, Herbert Marshal. Os meios de comunicação como extensões do homem. Rio de Janeiro: Cultrix, 1964.

Alienação:

conceito referente ao indivíduo que está deslocado ou afastado do mundo real, com suas capacidades/faculdades mentais controladas por outras entidades. “Ato de o indivíduo tornar-se ou permanecer estranho ou alheio a si mesmo e aos outros” (SCURO²², 2004, p.107). Trata-se, portanto, da “separação ou dissociação dos seres humanos, de algum aspecto essencial de sua natureza ou da sociedade, muitas vezes resultando em sentimentos de impotência e desamparo” (GIDDENS e SUTTON²³, 2017, p.73). “Karl Marx empregou o termo para se referir à perda de controle por parte dos trabalhadores sobre as tarefas laborais, os produtos do seu trabalho, outros trabalhadores e a separação de sua ‘espécie’ essencial (GIDDENS, 2012, p.787). Desta forma, “conforme identificada por Karl Marx, alienação é a condição dos trabalhadores que se sentem distantes de si mesmos ou da sociedade devido a uma falta de poder, controle e satisfação. Marx atribuiu isso à sociedade capitalista, onde meios de produção são de propriedade privada” (THORPE²⁴ et al., 2016, p. 340). Ele acrescenta ainda que “condições de trabalho em que as coisas produzidas são separadas do interesse e do alcance de quem as produziu, são consideradas alienantes. Em sentido amplo, é alienado o indivíduo que não tem visão - política, econômica, social - da sociedade e do papel que nela desempenha” (LAKATOS²⁵, 1985, p.306). Ou seja, em síntese, segundo Marx, alienação é a “ação

²² SCURO, Pedro. **Sociologia ativa e didática**: um convite ao estudo da ciência do mundo moderno. São Paulo: Saraiva, 2004.

²³ *op. cit.* Observação: *op. cit.* é abreviação das expressões em latim *opus citatum e opere citato*. Usa-se *op. cit.* em rodapé para indicar que a referência bibliográfica (a obra de mesmo autor, título, editora e ano) da citação já foi citada em outra nota de rodapé,. Vamos combinar assim:: quando não houver referência na nota de rodapé, significa que trata-se de *op. cit.*, ou seja, que a referência já foi citada anteriormente em outra nota de rodapé. Combinado?

²⁴ THORPE, C. et al. **O livro da sociologia**. São Paulo: Globo livros, 2015.

²⁵ LAKATOS, E. M. **Sociologia Geral**. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 1985.

pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma)”. Não entendeu? Pense por outra via. Sabe quando alguém financia um carro e o carro é utilizado como garantia para o banco? Neste caso, enquanto a pessoa não termina de pagar o empréstimo, o carro fica alienado ao banco. Isso significa que, embora o carro pareça ser da pessoa que o financiou, na verdade, ele não é. O carro sequer pode ser vendido enquanto a situação de alienação não acabar e, basta a pessoa não pagar as parcelas combinadas que o banco pode pegar o carro para si. A pessoa alienada é como o proprietário do carro, não tem real controle sobre o que lhe pertence, nem mesmo é dono de suas próprias ideias.

Para refletir: diariamente as pessoas vão de suas casas para o trabalho e lá repetem as mesmas atividades, depois voltam para casa e consomem. No século XX, foram estimuladas a serem consumidores com gostos que podem ser manipulados pelo mercado, pela mídia e pelo Estado. Neste processo, “o humano morreu”. O sorriso sintético tomou lugar do sorriso genuíno e grande parte das pessoas repete roboticamente uma rotina sem se questionar ou refletir sobre ela. Trata-se da “alienação do eu”. Do humano robotizado, alienado de si mesmo. Estas são ideias do sociólogo e psicanalista Erich Fromm (1900-1980), dando uso diverso ao conceito de alienação. Diante disso, pergunto: e aí, você está vivo ou vive como um robô? Sobra tempo para refletir sobre o que você faz e por que você faz? Teus pensamentos são teus ou pertencem a outros?

Anarcocapitalismo [ou libertarianismo]:

é uma teoria cuja origem está associada ao economista austríaco Murray Rothbard (1926-1995), que tem como referências intelectuais da chamada Escola Austríaca de Economia, e que, em contexto brasileiro, tem como apoiadores e disseminadores integrantes do Instituto Ludwig von Mises Brasil. Como expressão do direitismo (da direita), as referências fundamentais dos anarcocapitalistas “são John Locke e Ludwig von Mises, e seu princípio fundamental é o slogan do romancista-filósofo norte-americano Ayn Rand, “Hands off!” (Tirem as mãos!)” (GRANT²⁶, 1996, p.527). O anarcocapitalismo é uma defesa do “individualismo em sua forma extrema e sublinha equitativamente a liberdade e a responsabilidade pessoal pelas próprias ações” (idem). Os anarcocapitalistas supostamente querem libertar o capitalismo do Estado, dando assim origem a uma forma de organização social baseada exclusivamente na “cooperação voluntária”, guiada pela “mão invisível” do mercado. Trata-se da proposição de um modelo de sociedade no qual todas as dimensões das relações sociais seriam reguladas pelo livre mercado, em formatos idealizados e absolutos, em que não há a interferência e/ou existência do Estado, mas em que não se rompe com as relações autoritárias inerentes ao capitalismo (DAL PAI²⁷, 2018). Com estas interpretações, as seguintes prescrições são típicas do anarcocapitalismo: “abolição de todas as restrições estatutárias referentes a planejamento, poluição, segurança industrial, drogas e sexo (a ação pertinente estará a cargo das partes interessadas); privatização de toda a propriedade e infra-estrutura pública (como as estradas);

²⁶ GRANT, ROBERT. Nova Direita. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. et al. **Dicionário do Pensamento Social no Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.526-528.).

²⁷ DAL PAI, Raphael Almeida (2018), “A teoria “anarco”capitalista pelos artigos publicados no site do Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB) e a noção “libertária” de anarquismo”, em: *Temporalidades – Revista de História*, Belo Horizonte, Vol. 10, Nº 2, pp. 137 – 185.

privatização da previdência social, lei e ordem e defesa (a serem fornecidas através de seguros privados e de agências de proteção)” (GRANT, 1996, p.527). Desta forma, adotando o prefixo “anarco” aproveita-se da tradição e trajetória anarquista na tentativa de fundamentar um capitalismo aparentemente sem Estado, em que a liberdade econômica absoluta é vista como necessária para a garantia das outras liberdades e em que nenhum monopólio é aceito, nem mesmo o monopólio da justiça e da segurança, típico do Estado. Conforme Dal Pai²⁸ (2017) o anarcocapitalismo não pode ser considerado uma corrente do anarquismo, pois todas as vertentes da tradição anarquista têm como entendimento comum a necessidade da destruição do capitalismo para o alcance da liberdade e da igualdade entre os seres humanos. Atualmente, com “frases de efeito” (imposto é roubo; Estado é quadrilha), que tentam associar todos os problemas que vivemos com a existência do Estado, os anarcocapitalistas tentam convencer sujeitos (especialmente jovens) que anseiam mudanças, a aceitarem velhas teorias conservadoras disfarçadas sob a roupagem de “revolucionárias”, “radicais” e “contra o establishment”.

Para refletir: “no Anarcocapitalismo “o grande destaque atribuído ao tamanho e ação do Estado, às ‘virtudes’ do livre mercado e à importância da iniciativa privada para o desenvolvimento humano e os efeitos nefastos da democracia, fornecem indícios que permitem pensar o ‘anarco’capitalismo como um projeto que, assim como o neoliberalismo, tem como foco o aumento da concentração de capitais e lucros” (DAL PAI²⁹, 2019, p.68). A quem interessa acabar com o Estado? Quem estaria no controle da vida em sociedade e da economia em caso de ausência do Estado?

²⁸ DAL PAI, Raphael Almeida. **Instituto Ludwig von Mises Brasil**: os arautos do anarcocapitalismo. 2017. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

²⁹ DAL PAI, Raphael Almeida. Imposto é roubo; Estado é quadrilha?: o Instituto Ludwig von Mises Brasil e o Estado. **Revista Interdisciplinária de Estudos Sociais**, v. 1, p. 39-69, 2019.

Anarquismo:

é uma doutrina política que repudia toda a ideia de autoridade contrária ao princípio da liberdade individual, e em primeiro lugar a autoridade do Estado; bem como, repudia a necessidade de uma autoridade coercitiva para manter a ordem social. Trata-se de uma doutrina política “que prega a abolição do Estado como ponto de partida para a construção de uma sociedade alternativa, onde as relações entre os indivíduos sejam livres, igualitárias e desprovidas de qualquer coerção. [...] o anarquismo rejeita qualquer princípio de autoridade — seja do Estado, de instituições, de grupos sociais ou de indivíduos” (SANDRONI³⁰, 1999, p.26). Em termos generalizantes de múltiplas visões, por Anarquismo “se entende o movimento que atribui, ao homem como indivíduo e à coletividade, o direito de usufruir toda a liberdade, sem limitação de normas, de espaço e de tempo, fora dos limites existenciais do próprio indivíduo: liberdade de agir sem ser oprimido por qualquer tipo de autoridade, admitindo unicamente os obstáculos da natureza, da ‘opinião’, do ‘senso comum’ e da vontade da comunidade geral — aos quais o indivíduo se adapta sem constrangimento, por um ato livre de vontade” (BRAVO³¹,2008, p.23). Os anarquistas não são contrários a um estilo de vida organizado, mas sim ao uso indevido da força ou coerção para mantê-lo, justamente porque acreditam que a organização social surgiria sem a necessidade de coerção ou força (JOHNSON, 1997). Desta forma, não são adequadas as definições do anarquismo que o caracterizam como mero “sinônimo de luta contra a dominação,

³⁰ SANDRONI, P. Novíssimo dicionário de Economia. São Paulo: Best Seller, 1999. Disponível em: <http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FMI.BMNov%C3%ADssimo-Dicion%C3%A1rio-de-Economia.pdf>

³¹ BRAVO, G. M. Anarquismo. In. BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, N. Dicionário de Política. 13a . ed. Brasília/DF: UNB, 2008, p.23-29. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>

antiestatismo e/ou antítese do marxismo” (CORRÊA e SILVA³², 2013). Ou seja, o anarquismo “não é a negação da política, do poder. Os anarquistas defendem uma determinada concepção de política e de poder. O que os anarquistas condenam é um determinado tipo instituído de relação de poder, que é a dominação (econômica, política, social), cujo pilar não é apenas o sistema de produção capitalista, mas também o Estado, a religião, a educação dominante, o imperialismo, a dominação de gênero e de raça. Nessa crítica, a dominação de classe possui grande relevância. Além da crítica do sistema de dominação, os anarquistas elaboram a defesa de um sistema de autogestão e das estratégias capazes de promover a transformação social de um sistema para outro” (SILVA³³, 2013, p.6).

Para refletir: nas sociedades contemporâneas, é possível a organização social sem Estado?

Androcentrismo:

é a perspectiva de interpretação da vida em sociedade em que o homem é percebido e supervalorizado como centro do universo, em que se naturaliza a experiência masculina como princípio universal e normativo da humanidade. Assim, nesta perspectiva, é a partir da ótica masculina que se olha, que se avalia todas as coisas, que as regras sociais são criadas com aparência de condições naturais, imparciais e objetivas, mesmo quando são totalmente parciais e voltadas para o interesse do homem. Ou seja, no androcentrismo as

³² CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael Viana da. “Anarquismo, Teoria e História”. In: ITHA, 2013. [<http://ithanarquista.wordpress.com/2013/09/22/correa-silva-anarquismoteoriaehistoria/>]

³³ SILVA, Rafael. Anarquismo: uma introdução ideológica e histórica. Rio de Janeiro: FARJ, 2013. Disponível em: <https://bibliotecaanarquista.org/library/rafael-v-da-silva-anarquismo-uma-introducao-ideologica-e-historica.pdf>

perspectivas dos homens são consideradas perspectivas de todas as pessoas e entendidas como norma ou padrão universal, seja para homens ou para mulheres. Trata-se de um “sistema cultural baseado em normas e valores que promovem sujeitos masculinos, a masculinidade e, especialmente, o modelo hegemônico de masculinidade, excluindo as mulheres de posições de privilégio e poder, assim como os homens cujas expressões de gênero não estão em conformidade com o modelo de masculinidade dominante” (TARSIA³⁴, 2020, s/p). Destaca-se que, para Bourdieu³⁵ (2002, p.18), “a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação”. Isto ocorre justamente porque a realidade social a naturalizou como se fosse algo da ordem do biológico, do divino ou do inevitável. Apesar disso, a aproximação entre o androcentrismo, a misoginia, a heteronormatividade, o machismo, o sexismo e a homofobia, tem posto em cheque a lógica androcêntrica e as violências de gênero que dela decorrem. Com estas características, no Feminismo, na abordagem de temas como o patriarcado, o androcentrismo é conceito frequentemente abordado.

Para refletir: a visão androcêntrica é continuamente legitimada “pelas próprias práticas que ela determina: pelo fato de suas disposições resultarem da incorporação do preconceito desfavorável contra o feminino, instituído na ordem das coisas, as mulheres não podem senão confirmar seguidamente tal preconceito. Essa lógica é a de maldição, no sentido profundo de uma self-fulfilling prophecy [profecia auto-realizável] pessimista, que provoca sua própria verificação e faz acontecer o que ela

³⁴ TÁRSIA, Rodrigo Amorim. Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero. Porto Alegre: UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/terms/283>.

³⁵ BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução de Maria Helena Kühner- 2º ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1929205/mod_resource/content/1/BOURDIEU%20CP.A%20Domina%C3%A7%C3%A3o%20Masculina%20%28completo%29.pdf

prognostica” (BOURDIEU, 2002, p.44). Ou seja, as expectativas associadas aos preconceitos relacionados às mulheres ajudam a causar o que elas predizem. O que você pensa sobre isso?

Anomia:

é a ausência de normas e regras ou o rompimento da norma em uma determinada sociedade. “A-nomia significa literalmente ausência de lei {a³⁶ = ausência; nomos = lei}” (SABADELL³⁷, 2005, p.77) . “Trata-se da “ausência ou redução da capacidade do tecido social de regular a conduta dos indivíduos” (SILVA *et al.*, 2016, p.45). Refere-se a “um estado de confusão ou de ‘falta de normas’ resultante da rápida transformação social. Quando as normas e as regras sociais mudam abruptamente, as pessoas podem se sentir desorientadas e sem propósito até que a ordem social seja restabelecida” (THORPE *et al.*, 2016, p. 340). O conceito foi usado por Émile Durkheim “para descrever sentimentos de falta de finalidade e desespero causados pelas rápidas mudanças sociais no mundo moderno, que fazem as normas sociais perderem sua influência” (GIDDENS, 2012, p.787). Seja no estudo da divisão do trabalho social ou no estudo do suicídio, Durkheim aponta “os aspectos negativos da anomia, isto é, o que é anormal, o que desvia da norma presente nas instituições dominantes da sociedade e que altera a solidariedade social. A preocupação dele é ressaltar os aspectos de manutenção da sociedade e de sua permanência, bem como identificar aquilo que pode enfraquecer essa estabilidade” (BODART, 2021, p.19). Ou seja, para Durkheim, a anomia remete ao enfraquecimento da estabilidade social. Ressalta-se que a

³⁶ A partícula “a” é utilizada em palavras gregas para indicar ausência de algo. Exemplos; anorexia (ausência de apetite); anemia (ausência de sangue).

³⁷ SABADEL, Ana Lúcia. Manual de Sociologia Jurídica. São Paulo: 2008. Disponível em: <https://archive.org/details/SABADELLAnaLucia.ManualDeSociologiaJuridica> IntroduuoAUmaLeituraExternaDoDireito.2/page/n11/mode/2up

anomia também acontece “[...] quando ocorre um conflito de normas que acaba estabelecendo exigências contraditórias, dificultando a adequação do comportamento do indivíduo à norma. Exemplo: o conflito de deveres jurídicos no caso de uma pessoa que deve prestar serviço militar e possui a liberdade de seguir a sua consciência religiosa que lhe proíbe a violência e o uso de armas. Aqui a anomia tem o sentido de ausência de regra clara de comportamento” (SABADELL, 2005, p. 78-79).

Para refletir: quando popularizada, a internet produziu um espaço novo para interações e relações sociais. Neste novo espaço, inicialmente a norma não era clara, imperava a ausência ou a clareza das regras sociais. A internet ainda é **um** território marcado pela anomia? Que normas e regras sociais começam a influenciar a conduta das pessoas na internet?

Anormal:

as sociedades acolhem e fazem diferentes tipos de discursos funcionarem como verdadeiros; elegem distintos mecanismos e procedimentos para obtenção de verdade e diferentes pessoas ou instituições para determinar o que é falso e o que é verdadeiro (FOUCAULT, 2002). Se em outros momentos a verdade tinha sua suposta origem em padres e livros sagrados, hoje ela supostamente emana da Lei, de pesquisas e de cientistas. Com a substituição e/ou renovação daqueles que são eleitos como os que tem saber-poder para determinar o que é verdadeiro e o que não é, reconstroem-se os significados atribuídos às vivências/condições humanas e reconstroem-se os significados de normalidade e anormalidade. Em

“Os Anormais”, Foucault³⁸ (2001, p.) indica que “a grande família indefinida e confusa dos ‘anormais’[...] foi formada em correlação com todo um conjunto de instituições de controle, toda uma série de mecanismos de vigilância e de distribuição” [vide técnicas disciplinares]. Para ele, o que se entende como anormal é o resultado de discursos e práticas sociais e as categorias sociais atualmente consideradas anormais foram historicamente criadas. Trata-se de sujeitos que apresentam inconformidade com um estado desejável por uma sociedade normalizadora, que afrontam o que esta mesma sociedade estabelece como ordem natural, divina, jurídica, institucional ou biológica. Nas sociedades contemporâneas, existe um conjunto articulado de discursos, instituições e sujeitos com poder disciplinar, que operam e organizam dispositivos disciplinadores produtores e naturalizadores de certas noções de normalidade. Dentre eles estão os médicos, psicólogos, professores, estatísticos e juristas. Desta forma, anormal é um conceito que se refere a pessoas que desviam de uma norma ou padrão estabelecido por pessoas com poder para definir o que é padrão ou norma. De qualquer forma, “o anormal só pode ser pensado em confronto com uma suposta normalidade, com um sujeito abstrato tido como normal, alguém que se enquadraria à norma” (DAMETTO e ESQUINSANI³⁹, 2014, p.68). Só existe anormal em contraposição ao que se estabelece como normal.

Para refletir: Procusto é um personagem da mitologia grega, um bandido impiedoso que possuía uma cama de ferro de seu exato tamanho. O mito de Procusto narra que ele obrigava os viajantes que ele capturava a deitarem-se nessa tal cama. Quando os

³⁸ FOUCAULT, Michel. Os anormais. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4475341/mod_resource/content/1/foucault-m-os-anormais.pdf

³⁹ DAMETTO, J.; ESQUINSANI, R. S. S. . Desdobramentos educacionais das teorizações sobre a anormalidade: perspectivas a partir de Michel Foucault. Perspectiva (Erechim), v. 38, p. 63-73, 2014. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/144_452.pdf

viajantes eram maiores que a cama, cortava-lhes as pernas, se menores, esticava-os até caberem exatamente no leito. Procusto matava qualquer um que não fosse de sua altura, até que Teseu o prendeu e cortou-lhe a cabeça e os pés. Para muitos, o conceito de normalidade é como o leito de Procusto. Mata o que identifica como anormal. No entanto, o que é anormal hoje, era anormal em outros tempos históricos ou sociedades? Para que serve uma categoria como “anormal”? Quais os parâmetros e processos que geram a constatação de que alguém é anormal e o que sustenta esses parâmetros como verdadeiros? E, afinal, quais são os efeitos práticos dos parâmetros de normalidade?

Antropologia Particularista:

perspectiva antropológica que tem Franz Boas (1858 -1942) como principal representante e que, em contraposição à classificação das culturas em uma linha evolutiva (Antropologia Evolucionista), argumenta que o conceito de civilização deve ser relativizado, pois seu sentido depende dos parâmetros utilizados. Ou seja, o particularismo histórico questiona o evolucionismo unilinear propondo que cada cultura possui sua historicidade que demanda respeito e que o que chamamos de homem civilizado não representa um estágio mais evoluído entre as culturas. “Boas defende que cada cultura deve ser definida pela sua própria história particular, portanto, torna-se necessário estudá-las separadamente [e não em comparação a outras] com o objetivo de construir sua história” (LIDÓRIO⁴⁰, 2009, p.8). Diferentemente dos evolucionistas, defende que a Antropologia deveria entender a

⁴⁰ LIDÓRIO, R. Conceituando a antropologia. Antropos. v. 3, n. 2, p. 7-15, dez 2009. Disponível em: <http://revista.antropos.com.br/downloads/dez2009/Artigo%202%20-%20Conceituando%20a%20Antropologia%20-%20Ronaldo%20Lid%F3rio.pdf>.

ação de um membro de determinada cultura a partir desta da qual ele faz parte e não da cultura do pesquisador. O autor também enfatiza que a Antropologia deveria se desvincular do parâmetro classificatório alicerçado no eurocentrismo. Nesta perspectiva, fundante do relativismo cultural, entende-se que as diferenças culturais seriam resultados das trajetórias históricas, independentes dos grupos humanos e, por isso, não indicariam um nível evolutivo mais elevado, mas as escolhas e experiências de cada sociedade. Desta forma, “Boas, ao formular a crítica às noções de origem e de reconstituição dos estágios, mostra que um costume só tem significado se for relacionado ao contexto particular no qual se insere, portanto, as histórias locais não se enquadram num padrão universal [...]” (ASSIS e KUMPEL⁴¹, 2011, p.91). Além da crítica à ideia de que as sociedades evoluíram em estágios pré-determinados e da aposta na necessidade de análise das particularidades históricas de cada cultura, na Antropologia o particularismo histórico constituiu os princípios da investigação de campo, saindo dos gabinetes e cenários puramente teóricos e fundando as bases da pesquisa etnográfica e da escola difusionista norte-americana. O difusionismo cultural parte das ideias de que o ser humano é mais imitador do que criador e de que a cultura é produto de empréstimos e imitação. A hipótese difusionista sustenta que os diversos povos terrestres receberam influências dos vizinhos e dos diversos contatos que estabeleceram ao longo da História e que a maior parte das inovações sociais, técnicas, mitos, entre outros, se propagaram pelas migrações e pelos contatos estabelecidos entre os povos. Assim, por exemplo, a partir do Difusionismo cultural, defende-se que a cultura brasileira é uma composição de outras culturas, produzida a partir do contato com representantes destas outras culturas. Estudiosos como Friedrich Ratzel (1844-1904) e o austríaco Wilhelm Schmidt

⁴¹ ASSIS, O. Q. e KUMPEL, V.F. Manual de antropologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2011. Disponível em: <https://www.professorrenato.com/attachments/article/189/Manual%20de%20antropologia.pdf>

(1868-1954), desenvolveram a vertente mais famosa do Difusionismo, a chamada escola do círculo cultural (*kulturkreis*). Nessa perspectiva eles sustentaram que todas as culturas teriam evoluído (tal como as línguas) a partir de um número relativamente pequeno de centros culturais (*kulturkreis*), cujas influências seriam como camadas superpostas de cada cultura, que poderiam ser identificadas empiricamente.

Para refletir: que particularidades históricas podem nos ajudar a entender a “cultura brasileira”? Quais fatos da nossa história contribuíram para nos tornarmos o que, culturalmente, somos? Que elementos de nossa cultura são empréstimos e imitação de outras culturas? Existe uma cultura brasileira ou somos um mosaíco de várias culturas?

Antropologia Estrutural [estruturalismo]:

a Antropologia Estrutural nasce na década de 1940. Claude Lévi-Strauss (1909-2009) é o seu grande teórico e “defende que existem regras estruturantes das culturas na mente humana”. Lévi-Strauss parte da interpretação de que existem elementos universais na cultura, entendidos como partes irredutíveis e atemporais (estruturas) que perpassariam o modo de pensar dos seres humanos. Ou seja, a antropologia estrutural está interessada em destacar elementos estruturais “iguais” em distintas culturas. Ao antropólogo caberia compreender como estes elementos se relacionam em dada cultura, para produzir os sentidos particulares a ela relacionados. Desta forma, por exemplo, em análises de parentesco, Lévi-Strauss demonstrou que as regras de proibição do “incesto”, que vigoram em todas as sociedades humanas conhecidas, são um fenômeno universal, embora cada sociedade (ou conjunto de sociedades) desenvolva mecanismos

diferenciados e específicos, com o objetivo de justificar e aplicar tais regras. Também, em análises do pensamento mítico, Lévi-Strauss destacou que a operação em um par de oposições (deus-diabo, céu-inferno, etc.) é fenômeno universal: segundo ele, todo pensamento humano opera através de pares de oposição. Para defender esta sua tese, Lévi-Strauss analisa milhares de mitos nas mais variadas sociedades humanas, encontrando nelas modos de construção análogos, sempre marcados por pares de oposição. “O Estruturalismo dá um grande impulso à Linguística de forma geral ao defender que é necessário compreender o padrão mental, de pensamento e comunicação de um povo, a fim de compreender a sua cultura. Nesta época, métodos fonológicos passam a ser aplicados para estudos culturais. A finalidade maior é encontrar o que foi chamado de pensamento coletivo, pois este aglutinaria impressões e valores de um povo. Além disso, valoriza-se o registro (e interpretação) de lendas e mitos” (LIDÓRIO⁴², 2009, p.8).

Para refletir: como a Antropologia Estrutural pode nos ajudar a respeitar manifestações culturais de grupos étnicos a que não pertencemos? Será que as distintas culturas são mesmo tão diferentes quanto parecem?

Antropologia Evolucionista:

perspectiva ultrapassada da Antropologia, pautada no postulado “segundo o qual as sociedades têm início num estado primitivo e se tornam civilizadas com o passar do tempo” (SILVA *et al.*, 2016, p. 69). Assim, a Antropologia Evolucionista, em linhas gerais, “entende que existe uma espécie humana idêntica, mas que se

⁴² LIDÓRIO, R. Conceituando a antropologia. *Antropos*. v. 3, n. 2, p. 7-15, dez 2009. Disponível em: <http://revista.antropos.com.br/downloads/dez2009/Artigo%20%20-%20Conceituando%20a%20Antropologia%20-%20Ronaldo%20Lid%F3rio.pdf>.

desenvolve em ritmos desiguais de acordo com as populações. As sociedades ou populações passam pelas mesmas etapas para alcançar a etapa mais avançada, que é a civilização. A civilização europeia aparece como a expressão mais avançada da evolução das sociedades humanas, e os grupos primitivos como ‘sobrevivência’ de etapas anteriores” (ASSIS e KUMPEL⁴³, 2011, p.63). Com estas interpretações os antropólogos evolucionistas procuravam descobrir as leis gerais da evolução cultural do homem, utilizando, predominantemente, o método comparativo (comparavam grupos étnicos em seus padrões, costumes, objetos, crenças e valores). A partir do método comparativo, classificam traços culturais e culturas, buscando criar uma ordem cronológica de etapas evolutivas, como aquelas que passamos em nosso desenvolvimento (infância, adolescência, juventude, vida adulta e velhice). Por exemplo, Edward Tylor (1832 – 1917), uma das principais referências da antropologia evolucionista, “considerou a humanidade um todo em crescimento através dos tempos, indo da infância à maturidade, estando as sociedades primitivas situadas no estágio infantil” (ASSIS e KUMPEL, 2011, p.66). Outros autores falam de estágios como selvageria, barbárie e civilização. Em toda a Antropologia Evolucionista o etnocentrismo e eurocentrismo se fazem evidentes. Ela conecta interpretações do evolucionismo com o darwinismo social.

Para refletir: povos indígenas são menos “evoluídos” do que nós? Em termos sociais, o que consideramos sinal de evolução? Todas as sociedades devem chegar no mesmo “estágio”, com as mesmas características, para que possamos identificá-las como evoluídas?

⁴³ ASSIS, O. Q. e KUMPEL, V.F. Manual de antropologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2011. Disponível em: <https://www.professorrenato.com/attachments/article/189/Manual%20de%20antropologia.pdf>

Antropologia Funcionalista:

enquanto a Antropologia Evolucionista e a Antropologia Particularista preocupam-se com as origens e os problemas das transformações socioculturais, a Antropologia Funcionalista, associada especialmente com as ideias do antropólogo polonês naturalizado inglês Bronislaw Malinowski (1884-1942), preocupa-se em estudar e explicar o funcionamento da cultura em dado momento. Trata-se de uma perspectiva antropológica inspirada no funcionalismo, que entende cultura como um todo integrado, uma síntese de instituições (jurídicas, econômicas, religiosas, etc.) responsáveis pela perpetuação da dinâmica social entre seus membros. Assim, entre os elementos de uma cultura, haveria uma integração funcional, tal como a que existe no organismo biológico entre seus respectivos órgãos. Como partes de um organismo, as instituições sociais e os traços culturais seriam meios coletivos de satisfazer as necessidades individuais (alimento, abrigo) e sociais (casamento, segurança coletiva). Para Bronislaw Malinowski⁴⁴ (1944, p.37) “quer consideremos uma cultura como muito simples ou primitiva, quer **como** uma cultura extremamente complexa e desenvolvida, confrontamo-nos com um vasto dispositivo, em parte material e em parte espiritual, que possibilita ao indivíduo fazer face aos problemas concretos e específicos que se lhes deparam”. Nesta perspectiva, “o antropólogo não se preocupa em saber como uma sociedade chegou a ser o que é. Ele se preocupa em saber o que é uma sociedade dada em si mesma e o que a torna viável para os que a ela pertencem, observando-a no presente através da interação dos aspectos que a constituem” (ASSIS e KUMPEL⁴⁵, 2011, p.112). Nesta perspectiva, as ideias de Émile

⁴⁴ Malinowski, Bronislaw, 1944, Uma teoria científica da cultura, Perspevas do homem (col.), tradução da edição de 1976, A scientific theory of culture and other essays, Lisboa: edições 70

⁴⁵ ASSIS, O. Q. e KUMPEL, V.F. Manual de antropologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2011. Disponível em: <https://www.professorrenato.com/attachments/article/189/Manual%20de%20antropologia.pdf>

Durkheim foram influentes. A partir dela, Bronislaw Malinowski (1884-1942) desenvolveu o método etnográfico/a Etnografia. A abordagem funcionalista nos permite entender como os diferentes elementos de uma cultura estão relacionados, produzindo a especificidade dos traços culturais de cada grupo étnico. Trata-se da busca de leis gerais de funcionamento das culturas.

Para refletir: com Malinowski, fazer antropologia ganha ares de aventurar-se. A obra *Argonautas do Pacífico Ocidental*⁴⁶, por ele publicada em 1922, é um relato do trabalho de campo do autor, entre 1914 e 1918 nas Ilhas Trobriand, um arquipélago próximo à Nova Guiné. Em sua introdução, Malinowski apresenta-nos o seu método e nos fala sobre o que é necessário para a realização de um bom trabalho etnográfico, citando necessidades como fazer parte da vida da aldeia; estar efetivamente em contato com o nativo (quando o cotidiano da aldeia passa a assumir um caráter natural); e, evitar a companhia de homens brancos, acampar na própria aldeia. Assim integrado, com o tempo, o antropólogo deixaria de ser um elemento perturbador e passaria a entender o funcionamento daquela cultura e a ligação entre os elementos que a caracterizam. Em que grupo étnico você gostaria de desenvolver uma pesquisa como a de Malinowski? Você acredita que uma pesquisa feita desta maneira pode levar à compreensão mais aprofundada de uma cultura do que a resultante de estudos teóricos e/ou outras técnicas de pesquisa?

Antropologia Interpretativa:

o antropólogo estadunidense Clifford Geertz (1926-2006) pode ser considerado responsável pela difusão da Antropologia

⁴⁶ <http://arquivos.eadadm.ufsc.br/videos/modulo4/Antropologia/material/Malinowski%202.pdf>

Interpretativa como uma antropologia voltada para a leitura que os nativos fazem da própria cultura. Geertz olha para a cultura como um conjunto de textos a serem interpretados. Para entender uma cultura, “para descobrir quem as pessoas pensam que são, o que pensam que estão fazendo e com que finalidade pensam que o estão fazendo, é necessário adquirir uma familiaridade operacional com os conjuntos de significado em meio aos quais elas levam suas vidas” (GEERTZ⁴⁷, [2000]2001, p. 26). Assim, para a antropologia interpretativa, o comportamento humano é sempre simbólico, semiótico; a cultura é um domínio de comunicação simbólica, de forma que entender o comportamento humano no seio de uma cultura significa compreender e interpretar os símbolos; e, por consequência, os processos culturais devem ser lidos, traduzidos e interpretados. Nas palavras de Geertz (1989, p.4) essas ideias são identificadas da seguinte maneira - “o conceito de cultura que eu defendo, (...) é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significados (GEERTZ⁴⁸, [1973]1989, p. 4). Neste contexto, “do ponto de vista pragmático, duas abordagens, dois tipos de compreensão, devem convergir se se quer interpretar uma cultura: uma descrição de formas simbólicas específicas (um gesto ritual, uma estátua hierática) enquanto expressões definidas; e uma contextualização de tais formas no seio da estrutura significativa total de que fazem parte e em termos da qual obtêm sua definição (GEERTZ⁴⁹, [1980]1991, p. 133).

⁴⁷ GEERTZ, Clifford. Nova luz sobre a antropologia. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., [2000]2001.

⁴⁸ GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC Editora, [1973]1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1861225/mod_resource/content/1/geertz_clifford-_a_interpretac3a7c3a3o_das_culturas.pdf

⁴⁹ GEERTZ, Clifford. Negara: o teatro estado no século XIX. Lisboa: Difusão Editorial Lda., [1980]1991.

Para refletir: o significado, “ (1º) o sentido é sempre um sentido para e, portanto, (2º) compreendê-lo é compreender aquele para quem o sentido se faz” (AZZAN JÚNIOR⁵⁰, 1993, p.15). É possível entender o significado, o sentido de um ritual, a partir da perspectiva de outra cultura que não aquela em que o rito é praticado? É possível entendê-lo isolando-o da teia de significados e valores a que ele está associado? As respostas que você daria a estas perguntas consideram o respeito a outras culturas?

Antropologia:

tal como a Sociologia e a Ciência Política, a Antropologia é uma ciência, disciplina ou área vinculada às Ciências Sociais. Antropologia é o estudo do homem como ser biológico, social e cultural: “é a ciência que busca entender como o ser humano pode levar vidas tão diferentes. Entre um inuíte da Groenlândia e um aborígene do deserto Australiano há imensas diferenças e uma coisa em comum: ambos são humanos. Essa diversidade estonteante da experiência humana é o objeto principal da antropologia” (MACHADO, AMORIM e BARROS, 2017, p.14). Desta forma, “a constituição da Antropologia, enquanto campo de saber, está profundamente associada à noção de cultura” (VELHO e CASTRO⁵¹, 1978, p.1) e a Antropologia é uma disciplina inteira sobre a compreensão da cultura. Os antropólogos são profundamente interessados pela cultura — buscam enfatizar o âmago de determinada cultura, buscam entender as diferenças

⁵⁰ AZZAN JÚNIOR, Celso. Antropologia e interpretação: explicação e compreensão nas antropologias de Lévi-Strauss e Geertz. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/279306/1/AzzanJunior_Celso_M.pdf

⁵¹ VELHO, G. & VIVEIROS DE CASTRO, E. 1978 "O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas: uma perspectiva antropológica", *Artefato*, Rio de Janeiro, 1, jan., CEC.

sociais, étnicas e outras, com a finalidade de proporcionar alternativas de intervenção sobre a realidade social de modo a não negar estas diferenças. Inicialmente, a Antropologia elegeu como objeto o estudo das sociedades primitivas. No século XX, ela ampliou seu objeto de estudo para alcançar todas as sociedades e todos os grupos humanos em todas as épocas, assim as diferenças internas presentes nas sociedades ocidentais passaram a ser objeto de estudo da Antropologia. Devido à amplitude da área, o conhecimento antropológico é organizado em segmentos como a “Antropologia Física ou Biológica” (aspectos genéticos e biológicos do homem), a “Antropologia Social” (organização social e política, parentesco, instituições sociais), a “Antropologia Cultural” (sistemas simbólicos, religião, comportamento) e a “Arqueologia⁵²” (condições de existência dos grupos humanos desaparecidos). Em seu desenvolvimento, foram constituídas diferentes perspectivas antropológicas de análise da diversidade cultural, tais como: a antropologia evolucionista, a antropologia funcionalista, a antropologia particularista [particularismo histórico], a antropologia interpretativa e antropologia estrutural.

Para refletir: Você já se deparou com uma cultura ou com um traço, um hábito de uma cultura que o chocou? Como você explicaria ou entenderia essa cultura?

Aparelhos de Estado:

um aparelho é um instrumento, uma ferramenta, uma máquina composta de um conjunto de elementos a serviço de algo ou alguém. Em uma ótica marxista, os Aparelhos de Estado são ferramentas à disposição do Estado: todos os órgãos pelos quais se diversifica o seu

⁵² Em alguns países, a Arqueologia é considerada uma ciência plena, sem ser um campo da Antropologia.

ordenamento político e administrativo e que o constituem como máquina de repressão ou de ideologia a serviço dos interesses da burguesia. Trata-se de um conceito elaborado pelo filósofo francês Louis Althusser (1918-1990). Na obra “Aparelhos Ideológicos do Estado”, Althusser⁵³ (1985) diferencia o que ele denomina de “aparelho repressivo de Estado” e do que ele chama de aparelhos ideológicos do Estado. Para o autor, os “aparelhos repressivos de Estado” operam através da violência para garantir a dominação de classe e os aparelhos ideológicos de Estado garantem essa dominação por outra via, pois “funcionam através da ideologia”, operam “ideologicamente”. Para ele, a ideologia dominante é um poder organizado num conjunto de instituições. Assim, os aparelhos repressivos representam o conjunto dos órgãos e instituições que buscam estabelecer o controle social e determinada ordem social utilizando-se da repressão ou da possibilidade de realizá-la, tais como as Forças Armadas, a polícia e o sistema judiciário. Enquanto que os aparelhos ideológicos são instituições que produzem o controle social pela propagação de ideologias que correspondem aos interesses daqueles que detêm o poder. São eles: AIE religiosos (o sistema das diferentes Igrejas); AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e privadas); AIE familiar; AIE jurídico; AIE político (o sistema político, os diferentes Partidos); AIE sindical; AIE cultural (Letras, Belas Artes, esportes, cinema, teatro, etc.); AIE de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc.). Dentre os diversos aparelhos de Estado – igreja, família, sindicatos, partidos –, na atualidade, aquele que assumiu posição dominante é a escola (aparelho ideológico escolar), pois ela [...] se encarrega das crianças de todas as classes sociais desde o maternal e lhes inculca, durante anos - precisamente durante aqueles em que a criança é mais ‘vulnerável’, espremida entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado escolar - os saberes contidos na ideologia

⁵³ ALTHUSSER, Louis. 1985 [1971]. *Aparelhos ideológicos do estado* 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/os-aparelhos-ideologicos-de-estado.pdf>

dominante (o francês, o cálculo, a história natural, as ciências, a literatura), ou simplesmente a ideologia dominante em estado puro (moral, educação cívica, filosofia) (ALTHUSSER, 1985, p.79).

Para refletir: você consegue perceber a Escola funcionando como Aparelho Ideológico do Estado? Em que circunstâncias os aparelhos ideológicos de Estado são substituídos temporariamente por aparelhos repressivos do Estado?

Apropriação cultural:

a palavra apropriar-se remete à ideia de apoderar-se, de fazer-se dono. Aquele que se apropria toma algo para si. No que lhe concerne, o conceito de apropriação cultural remete ao processo em que uma empresa, grupo ou pessoa, toma para si algo que pertencia à cultura do outro. Para o intelectual babalorixá Rodney William⁵⁴ (2019), a apropriação cultural é uma estratégia de dominação que objetiva apagar a potência de grupos histórica e sistematicamente inferiorizados, esvaziando significados dos elementos da cultura destes grupos, como maneira de promover seu genocídio simbólico; é “uma prática negativa, que faz uso dos elementos de uma cultura sem compreendê-la ou, muitas vezes, desrespeitando seus significados simbólicos e históricos (e é justamente isso que a diferencia do intercâmbio cultural) (WILLIAM, 2009, p. 28). Desta forma, apropriação cultural acontece quando uma pessoa, grupo ou empresa pertencente a uma cultura dominante apropria-se de traços culturais (hábitos, vestuários, objetos ou comportamentos) específicos de outra cultura, deslegitimando o valor cultural, histórico ou sagrado original destes traços. Assim, embora todas as culturas estejam em constante processo de incorporação

⁵⁴ WILLIAM, Rodney. Apropriação Cultural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

(assimilação) de traços de outras culturas, no caso da apropriação cultural, observa-se ressignificação da produção simbólica dos elementos culturais originais. Mais ainda, os elementos simbólicos removidos de seus contextos culturais originais assumem significados divergentes e/ou passam a ser usados para fins comerciais, com vistas à sua adaptação aos preceitos e interesses da cultura dominante. No entanto, “não há apropriação cultural quando um grupo excluído e marginalizado é forçado assimilar os traços da cultura daqueles que o dominam para sobreviver, como ocorreu durante todo o processo de colonização, em especial na escravidão. Apropriação cultural é exatamente o oposto” (WILLIAM, 2009, p. 28-29). Tem-se então que a expropriação, subalternização, exploração e dominação dos costumes e práticas das culturas negras são facetas típicas da apropriação cultural. Infelizmente, também são facetas da história brasileira desde os tempos da colonização.

Para refletir: samba sempre foi coisa de marginal e mesmo quando deixou de ser perseguido e passou a ser considerado um patrimônio de todos recebeu pouco ou nenhum incentivo da sociedade ou do poder público. A maneira como as rodas de samba eram reprimidas e dispersadas, a dificuldade que tantos sambistas tiveram para ganhar alguma coisa com suas composições e a vulnerabilidade social a que estavam submetidos ainda hoje se reproduz com outras manifestações da cultura popular negra, como o funk carioca, que sofre uma perseguição policial sistemática, inclusive com alguns de seus artistas e produtores acusados e até presos por associação ao tráfico (WILLIAM, 2009, p.81). No entanto, hoje o samba é um negócio lucrativo que movimentava milhões de reais. Quem faz as escolas de samba acontecerem é quem lucra com o samba? O samba passou a ser usado para fins comerciais com a finalidade de adaptá-lo aos preceitos e interesses da cultura dominante?

Arbitrário Cultural:

algo é arbitrário quando não se orienta por princípios lógicos ou por regras e normas, quando é orientado pelas vontades ou devaneios daquele que age ou decide. Como, por exemplo, quando os pais estabelecem um comportamento a ser adotado pelo filho e este, perante a possível irracionalidade da determinação, ao questionar os pais sobre o porquê da obrigatoriedade deste comportamento, recebe como resposta coisas do tipo “porque eu tô mandando” ou “porque eu quero”. Na vida em sociedade, muitas vezes somos submetidos a arbitrariedades, mas não as percebemos assim porque as naturalizamos, como se fossem condições espontâneas ou regras naturais e divinas existentes desde os primórdios. Ora, porque você aprende estes conteúdos e não outros? Porque isto é belo e não aquilo? Porque isto tem valor e não aquilo? Porque isto pode ser feito e aquilo não? Porque homens devem se comportar assim e mulheres de outro jeito? Você sabe responder estas questões com base em princípios lógicos? Se sim, é improvável que você esteja olhando de uma perspectiva ampla, em termos históricos, sociais e culturais. Fato é que a cultura de cada grupo, suas atitudes e comportamentos seriam, “por definição, arbitrários, não estariam fundamentados em nenhuma razão objetiva, universal. Apesar de arbitrários, esses valores - ou seja, a cultura de cada grupo - seriam vividos como os únicos possíveis ou, pelo menos, como os únicos legítimos” (NOGUEIRA E NOGUEIRA⁵⁵, 2002, p.28). Com reflexões similares aos citados, o sociólogo Pierre Bourdieu cunhou o termo “Arbitrário cultural” “para designar o fenômeno social que consiste em erigir a cultura particular de uma determinada classe social (a ‘classe dominante’)

⁵⁵ NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins e NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. Educação & Sociedade [online]. 2002, v. 23, n. 78 [Acessado 27 Maio 2021] , pp. 15-35. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200003>>. Epub 13 Dez 2006. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200003>.

em cultura universal. A arbitrariedade do processo residiria, segundo o sociólogo francês, na ocultação da origem de classe dessa variante cultural, isto é, no apagamento do fato de que ela não possui, em si mesma, nenhum valor intrínseco, retirando toda a sua superioridade do fato de estar em posição dominante nas relações de forças entre os diferentes grupos sociais” (NOGUEIRA⁵⁶, 2017, p.36). Ou seja, trata-se de imposição travestida de cultural, travestida de “escolha objetiva” ou condição “natural”, quando, na verdade, é imposição arbitrária das classes dominantes. O conceito de arbitrário cultural está associado com as Teoria(s) crítico-reprodutivista(s) [ou teorias da reprodução cultural] e com o conceito de violência simbólica.

Para refletir: à luz do conceito de arbitrário cultural entende-se que “os saberes e todos os conteúdos curriculares transmitidos e veiculados pelos sistemas de ensino, e considerados como a cultura legítima, não constituiriam senão o arbitrário cultural dominante, isto é, a cultura e os saberes das classes dominantes, sem nenhuma relação de superioridade intrínseca com as outras variantes culturais” (NOGUEIRA⁵⁷, 2017, p.37). O que você pensa dessa afirmação? Que conhecimentos seriam ensinados na escola se você fosse o responsável por definir os conteúdos escolares?

⁵⁶ NOGUEIRA, Maria Alice. Arbitrário cultural. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. (Organização). O Vocabulário Bourdieu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p.36-38). Versão disponível em: <https://pdfcoffee.com/vocabulario-bourdieu-pdf-pdf-free.html>

⁵⁷ NOGUEIRA, Maria Alice. Arbitrário cultural. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. (Organização). O Vocabulário Bourdieu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p.36-38). Versão disponível em: <https://pdfcoffee.com/vocabulario-bourdieu-pdf-pdf-free.html>

Assimilação [ou aculturação]:

inicialmente os termos aculturação e assimilação foram utilizados para o estudo dos processos de mudança social e cultural que conduzem à integração do imigrante no país de acolhida. Os usos iniciais destes conceitos eram etnocêntricos, frequentemente pensavam o processo de adaptação do imigrante em uma única via, associando-o a um padrão cultural para o qual os imigrantes e seus descendentes deveriam transitar. Tratava-se dos processos pelos quais o imigrante absorvia a cultura da população hospedeira (enquanto lhe transmitia uns poucos traços), de maneira que os dois grupos se tornassem culturalmente indistinguíveis. Assim, assimilação era o processo de tornar-se similar, de forma que os pontos de diferença fossem suprimidos”. Mais recentemente, passou-se entender que assimilação remete “às mudanças nas configurações culturais de dois ou mais grupos que estabelecerem contatos diretos e contínuos” (WILLEMS⁵⁸, 1980, p. 20-21), ao processo em que “[...]as origens étnicas dos indivíduos tornam-se cada vez menos relevantes em relação a membros de outro grupo étnico (tipicamente, mas não necessariamente, o grupo étnico majoritário), e que indivíduos de ambos os lados da fronteira se veem como cada vez mais parecidos, assumindo-se como similares em termos de algum outro fator crítico, como a classe social” [...] (ALBA E NEE⁵⁹, 2003, p.11). Trata-se então do processo social de ajustamento pelo qual indivíduo ou grupos diferentes culturalmente tornam-se semelhantes, da atenuação de distinções baseadas em origens étnicas e da produção de relativa homogeneidade cultural onde antes reinava a diversidade. Geralmente designa um processo em que duas ou mais culturas diferentes, entrando em contato entre si, originam mudanças

⁵⁸ WILLEMS, Emilio. *Uma vila brasileira: tradição e mudança*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

⁵⁹ ALBA, Richard e NEE, Victor. (2003), *Remaking the American Mainstream. Assimilation and Contemporary Immigration* Cambridge, Harvard University Press.

importantes numa delas ou em ambas; é o resultado da contínua troca de elementos culturais entre integrantes de culturas distintas, da interpenetração de culturas; é um processo bilateral, onde são selecionados e eliminados alguns dados culturais, prevalecendo os padrões de um dos grupos sociais. O processo de assimilação [ou aculturação] provoca perda, aquisição e transformação dos traços culturais dos grupos em interação. Na prática, muitas vezes essas tais mudanças culturais estão associadas com imposição, com o ato de sujeitar um povo ou adaptá-lo a um padrão cultural tido como superior e, por consequência, com o controle social de um povo sobre outro. A expressão assimilação não pode ser confundida com apropriação cultural e colonização cultural.

Para refletir: “As discussões sobre modos de incorporação de imigrantes às sociedades receptoras tornaram-se mais acaloradas na última década. [É o] reflexo de uma nova era de migrações internacionais e da magnitude dos fluxos recebidos no passado [...] (TRUZZI⁶⁰, 2021, p.517)”. Estas discussões indicam que o imigrante, para poder sobreviver, geralmente precisa assimilar aspectos, facetas, segmentos da nova cultura. Quem está em outra nação ou no espaço de cultura distinta da sua, deve se adaptar à cultura alheia? A sociedade receptora precisa acolher manifestações culturais diversas da sua?

Atitude blasé (blasée):

de acordo com o sociólogo alemão George Simmel (1858-1918), em “A metrópole e a vida mental” (1903), a essência do

⁶⁰ Truzzi, Oswaldo. Assimilação resignificada: novas interpretações de um velho conceito. Dados [online]. 2012, v. 55, n. 2 [Acessado 27 Maio 2021], pp. 517-553. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582012000200008>>. Epub 01 Out 2012. ISSN 1678-4588. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582012000200008>.

comportamento blasé é a indiferença, um estado do tipo “nada me afeta”, “de tanto fez como tanto faz”, um estado de apatia. O conceito é usado para descrever as transformações comportamentais típicas dos meios urbanos, especialmente a partir da Escola de Chicago e em estudos sobre o Urbanismo. Simmel⁶¹ (1973, p. 16) aponta que a atitude blasé refere-se à “incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada” que resultaria, “em primeiro lugar dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos” (idem) nos meios urbanos. Trata-se de um “fechamento/embotamento” emocional perante o mundo e o que está ao redor, de impessoalidade/anonimidade, de “acinzamento das coisas e pessoas”, de predomínio do intelecto, supressão das reações emocionais ao mundo e de desinteresse pela individualidade do outro. De acordo com Simmel (1973), o comportamento mental do homem urbano é caracterizado pela especialização, distanciamento das relações afetivas e pela intelectualização – pelo fechamento em relação aos estímulos provindos da cidade. Gradativamente, este afastamento gera uma série de mecanismos psíquicos e comportamentais – como contatos superficiais e indiferença – capazes de proteger o pensamento e/ou a inteligência de um número grande de estímulos.

Para refletir: no caminho de casa até a escola, entre carros buzinando com pressa e vendedores ambulantes, vi uma criança sem calçados, deitada no chão frio, um índio no semáforo pedindo doações e um motociclista machucado em acidente que havia acabado de ocorrer. Escutei um vizinho gritando grosseiramente com os filhos e uma mulher pedindo esmolas e fui parado por um evangelizador que gritava trechos da bíblia em um microfone.

⁶¹ SIMMEL, G. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, O. G. (Org.). O fenômeno urbano. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. Disponível em: https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/31853/mod_folder/content/0/o%2Bfenomeno%2Burbano%2B-%2Ba%2Bmetropole%2Be%2Ba%2Bvida%2Bmental%20%281%29.pdf?forcedownload=1

Deveria eu ter sentido tudo isso? No contexto da cidade, as atitudes blasé podem ser pensadas como uma necessária estratégia de preservação? Precisamos da atitude blasé para vivermos no meio urbano? Que consequências a atitude blasé pode ter a longo prazo?

Autoridade:

o poder legítimo que uma pessoa ou grupo tem sobre outra. O elemento de legitimidade é vital para a noção de autoridade e é principalmente por causa dele que a autoridade se distingue do conceito mais geral de poder. A legitimidade transforma o poder em autoridade. O poder pode ser exercido através do uso da força ou da violência. Em contrapartida, a autoridade depende da aceitação, pelos subordinados, do direito dos superiores a darem-lhes ordens (GIDDENS, 2012). Assim, “é dotado de autoridade o indivíduo que exerce um poder legítimo”. Segundo (LAKATOS, 1985, p.306), “a relação de autoridade entre o que manda e o que obedece não se assenta nem na razão comum nem no poder que manda; o que eles possuem em comum é a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual ambos têm lugar estável predeterminado” (ARENDRT⁶², 1972, p. 129). Quase todas “as relações de poder mais duráveis e importantes são, em maior ou menor grau, relações de Autoridade: o poder dos pais sobre os filhos na família, o do mestre sobre os alunos na escola, o poder do chefe de uma igreja sobre os fiéis, o poder de um empresário sobre os trabalhadores, o de um chefe militar sobre os soldados, o poder do Governo sobre os cidadãos de um Estado” (STOPPINO⁶³, 2008, p.90). No entanto, a autoridade é uma forma de manifestação de ‘poder’ ou uma fonte de poder”, é o poder

⁶² ARENDRT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.

⁶³ STOPPINO, Mario. Autoridade. In. BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, N. Dicionário de Política. 13a . ed. Brasília/DF: UNB, 2008, p.88-96. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>

legítimo de dar ordens reconhecido por quem as obedece. O sociólogo Max Weber⁶⁴(1982) apresenta significativas reflexões sobre a autoridade. Weber (1982) identifica três tipos ideais de autoridade: 1. A autoridade tradicional; 2. Autoridade carismática; 3. a autoridade racional-legal. A autoridade tradicional fundamenta-se na crença em instituições e regras transmitidas de geração em geração, conduzidas por um indivíduo ou grupo de pessoas, que se baseiam nos costumes para exercer dominação. O patriarcado é o exemplo mais comum de autoridade tradicional - nele obedece-se à pessoa e não às leis, a autoridade é, pura e simplesmente, suportada pela existência de uma fidelidade tradicional, no conformismo de “as coisas são e sempre foram assim”. Já a autoridade carismática se baseia na devoção que os subordinados sentem em relação a um líder devido a suas supostas qualidades excepcionais; é a autoridade é suportada; é graças a uma devoção afetiva por parte dos dominados “a autoridade do dom da graça (carisma) extraordinário e pessoal” (WEBER, 1982, p.100) que leva as pessoas a obedecerem o líder mesmo quando suas decisões são irracionais. Por sua vez, a autoridade racional legal possui um poder legitimado por regras e regulamentos, típico das modernas organizações e burocracias, em que se combina uma crença na lei com a racionalidade formal na tomada de decisões, sendo baseada em regras supostamente racionalmente criadas.

Para refletir: A autoridade das instituições governamentais depende de que as pessoas a considerarem legítima, ou seja, da aceitação da população do direito dos políticos de comandarem a nação e as pessoas. A legitimidade de um governo pode ser afetada pela corrupção generalizada, pela postura (ou ausência dela) dos governantes, pela invalidação dos caminhos que levaram uma pessoa até o governo/poder, etc. Quando as pessoas não

⁶⁴ WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia** (edit. por H. H. Gerth e C. W. Mills). 5a. ed. Rio de Janeiro: ed. Guanabara, 1982. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3952424/mod_resource/content/1/Max%20Weber%20-%20Ensaio%20de%20Sociologia%20-%20Gerth%20%20Mills.pdf

reconhecem mais este direito em relação a uma pessoa ou instituição, quando não reconhecem mais como autêntico ou válido o lugar que as instituições ou pessoas ocupam, quando acreditamos que uma pessoa ou instituição não faz mais jus à função e/ou ao cargo que ela ocupa, diz-se que ocorre uma “crise de legitimação”. Como um filho que não reconhece o pai como legítimo e, por esse fator, não o obedece. Nos casos de crise de legitimação, a autoridade do governo é posta em cheque. Perguntamos então: no Brasil, as instituições governamentais se deparam com crise de legitimação? Se a sua resposta for sim, a que fatores poderíamos atribuir essa crise? Quem você respeita? A quem você concede o poder legítimo de exercer autoridade sobre sua vida? Toda autoridade tradicional deve ser respeitada? Quem, na política brasileira, exerce autoridade carismática?

B

Bastidores e palcos:

bastidor e palco, ou zonas de frente e zonas de fundo, são conceitos associados com a Perspectiva Teatral. Nesta perspectiva, o sociólogo Erving Goffman⁶⁵ (2002), desenvolve a interpretação de que o mundo é como um teatro e que cada um de nós, individualmente ou em grupo, teatraliza – é ator (ator social) – consoante as circunstâncias em que se encontra e então é capaz de preparar-se para determinados papéis e transmitir impressões desejadas e previstas em cada situação. Neste contexto, bastidor e palco seriam conceitos que descrevem a relação entre os papéis desempenhados por atores sociais em distintos contextos e perante as várias plateias (audiências). Para Goffman (2002), bastidores [zonas de fundo] são ambientes privados, locais em que nos preparamos para atuar, onde escolhemos nosso figurino, onde podemos escolher como queremos ser percebidos pelos outros ou como nos apresentaremos para atender-lhes as expectativas. Também onde planejamos nossa atuação e onde há menos pressão para transmitir determinada impressão. O bastidor é o local onde o ator se descontrai, interrompe a encenação e abandona a personagem. No que lhe concerne, palcos [zonas de frente], são ambientes públicos, são os lugares em que os indivíduos, em interação social, transmitem impressões de si mesmos e onde tentam controlar o que os outros pensam deles. Assim, por

⁶⁵ GOFFMAN, E. A representação do eu na vida cotidiana. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

exemplo, um estudante-adolescente que quer passar ou confirmar uma mensagem/expectativa de que é “rebelde”, nos bastidores, em casa, “monta o personagem”, escolhe roupas não muito formais, uma mochila mais descolada, compra adereços, talvez até treine uma maneira de falar, um jeito de andar e/ou uma saudação. Depois, na escola (palco), este estudante, “apresenta” seu personagem, desempenhando o papel de estudante-rebelde. Neste contexto, talvez tendo colegas como plateia, para validar seu personagem, ele pode fazer piadas, tentar evitar demonstrar interesse (mesmo quando se interessa), entrar atrasado propositalmente. Não raro, para que esse “personagem” do adolescente rebelde não seja conhecido pelos pais do adolescente, o mesmo pode executar o que Goffman (2002) chamou de Segregação de Audiência. O fato é que, na vida em sociedade, tendemos a fazer sempre Gestão da impressão (a gerir a impressão que outros têm de nós mesmos). De acordo com Goffman (2002), o ator social tem a habilidade de escolher “seu palco” e “sua peça”, assim como o figurino que ele usará para cada público. Para ele, o objetivo principal do ator social é manter sua coerência e se ajustar conforme a situação. De qualquer forma, no teatro da vida, todos nós somos, em simultâneo, “atores” e “plateia”. Atores que modificam suas condutas em relação às expectativas da plateia, mas que também geram expectativas de comportamento que interferem nos demais atores (plateia).

Para refletir: como os personagens que você apresenta nos palcos em que interage entram em conflito com o que você deseja? Dá para definir um projeto de vida baseado em sustentar um personagem?

Bauman, Zygmunt (1925-2017):

sociólogo polonês, conhecido pelo conceito de Modernidade Líquida e por diversos outros conceitos que se associam à expressão “líquida” (amor líquido, relações líquidas, medo líquido, etc.). Nas obras do autor em questão, existe uma busca por fazer com que o leitor capte a instabilidade do contexto atual. O uso da expressão “líquido” e seus derivados ou variantes tende a tornar quase que visualmente acessíveis essa percepção de algo transitório, efêmero e volúvel. As questões levantadas por Bauman recaem sobre aspectos de insegurança e indeterminação, evidenciando a carência de certezas e previsibilidade. Bauman⁶⁶ (2001) ressalta a crescente convicção de que a mudança é a única coisa permanente e a incerteza, a única certeza. Toda essa instabilidade reflete no modo de vida das pessoas, aparentemente cada vez mais fundamentado em valores efêmeros. Assim, de acordo com Bauman (2001), no mundo contemporâneo, as relações entre as pessoas tendem a ser menos frequentes e menos duradouras (“as relações escorrem pelo vão dos dedos”), são líquidas, são meros acúmulos de experiências, que tornam a insegurança uma parte estrutural da constituição do sujeito pós-moderno. A instabilidade da vida e do mundo também se manifesta na dimensão identitária. Ao contrário do que acontecia em outros tempos, nossas identidades não possuem mais a solidez de uma rocha, elas são negociáveis e revogáveis, “as identidades flutuam no ar”. Desta forma, ao invés da busca de uma forma estável de ser, no mundo atual, parece ser cada vez mais importante a capacidade de mudar de identidade conforme a necessidade e contexto de vida.

Para refletir: você, adolescente ou jovem, sente sua identidade como algo “sólido” e estável? Por quais mudanças você já passou?

⁶⁶ BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Beauvoir, Simone de (1908-1986):

filósofa e escritora francesa existencialista considerada um ícone do movimento e da Sociologia Feminista. Autora, entre outras, da obra “O segundo sexo” (1949) - um clássico que recebeu críticas e ataques de diversas ordens, desestabilizando o mundo intelectual e político, especialmente na Europa e nos Estados Unidos. Como todos os existencialistas, Beauvoir (1980) acreditava que a existência precede a essência e, portanto, defendia que “não se nasce mulher, torna-se”. Esta célebre frase é frequentemente empobrecida por aqueles que desconhecem o paralelo filosófico entre essencialismo (a crença de que a uma essência precede a existência) e existencialismo (a crença de que a existência precede a existência). Essencialistas defendem que a “essência” de uma mulher precede a sua vida em sociedade, já está dada antes de qualquer aprendizagem, ao passo que existencialistas defendem o oposto. Como existencialista, Beauvoir⁶⁷ (1980, p.99) defende que “nenhum destino biológico, psíquico ou econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino”. Neste contexto, ao analisar os processos de socialização de homens e mulheres, Beauvoir (1980) identificou uma grande variedade de instrumentos e mecanismos que construíram e “naturalizaram” grande diferenciação e hierarquização entre homens e mulheres, sempre em prejuízo dessas últimas. Assim, “ao analisar minuciosamente a ‘condição da mulher’ na sociedade, Beauvoir compreendeu que a ‘figura feminina’ e as posturas que lhe são atribuídas nada mais são do que construções do social produzidas ao longo da história onde as mulheres não são vistas como iguais ou diferentes, mas sim inferiores, e desta forma, o ‘segundo sexo em relação aos homens;

⁶⁷ BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo** – fatos e mitos; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

nunca consideradas Sujeito e sim o Outro (BORGES⁶⁸, 2007, p.30). Com estas interpretações, a autora em questão estabeleceu uma importante distinção entre os conceitos de sexo e gênero, bem como foi fundamental para a consolidação do Feminismo como perspectiva de análise da sociedade e para a chamada segunda onda feminista.

Para refletir: se “a ‘figura feminina’ e as posturas que lhes são atribuídas nada mais são do que construções do social produzidas ao longo da história”, que tipos de práticas e atos constroem a figura feminina e lhes atribuem posturas?

Becker, Howard S. (1928-):

sociólogo norte-americano, pianista de jazz, autor de um extenso conjunto de obras que focalizam a experiência de socialização entre médicos, músicos e usuários de maconha e também enfocam o desvio e a Teoria das Rotulações, subculturas juvenis, educação e produção de arte. É um autor vinculado à Escola de Chicago e ao interacionismo simbólico, pioneiro nos estudos sobre outsiders. Sua obra “*Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*”⁶⁹, é considerada um clássico da Sociologia. Na obra “*Outsiders*”, no capítulo “*tornando-se um usuário de maconha*”, Becker (2008) destaca que a maconha só é usada por prazer depois que, na interação com outros, os indivíduos aprendem a definir os efeitos dela como prazerosos. Ou seja, Becker (2008) indica que a experiência física do uso da maconha é uma experiência ambígua, que só se transforma

⁶⁸ BORGES, J.V. Para além do ‘tornar-se’: ressonâncias das leituras feministas de ‘o segundo sexo’ no Brasil. [dissertação de mestrado] Florianópolis (SC): Universidade Federal de Santa Catarina; 2007.

⁶⁹ BECKER, Howard S.[1963]. **Outsiders**. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

em algo supostamente prazeroso através de sequências de aprendizados, em que outras pessoas ensinam o indivíduo a conferir prazer àquela experiência. Neste contexto, chegar a usar a maconha “por prazer” envolveria uma sequência de experiências que incluiria: 1. o aprendizado da técnica de fumar; 2. a identificação dos efeitos e a atribuição desses efeitos ao uso da maconha; e 3. a redefinição das sensações como prazerosas. Estas experiências, na interação social com vistas a inserção social em subculturas marcadas pelo consumo da maconha, promoveriam uma espécie de carreira do usuário de maconha, em que, na companhia de outros usuários, o sujeito progrediria do estágio de iniciante para o de usuário ocasional e, finalmente, para o de usuário regular. Ressalta-se que Becker (2008), ao descrever o processo por meio do qual uma pessoa se torna usuário de maconha, não tinha como objetivo estimular o uso da mesma ou criticar o usuário de maconha. Seu objetivo era tanto destacar a sequência de eventos e experiências pela qual uma pessoa se torna capaz de levar adiante o uso da maconha apesar das técnicas de controle social utilizadas para proibir tal consumo, quanto demonstrar como Empreendedores Morais categorizam este e outros comportamentos como desviantes.

Para refletir: álcool, maconha, cigarros, drogas lícitas e ilícitas, são frequentemente apresentados como objetos de prazer, como símbolos de irreverência. A inserção em grupos sociais juvenis muitas vezes envolve o consumo destes itens. O que podemos pensar sobre isso a partir de Howard Becker?

Bourdieu, Pierre (1930-2002):

sociólogo e antropólogo francês que fez investigações pioneiras referentes ao papel dos capitais cultural, social, econômico e

simbólico na estruturação social e na educação. Neste contexto, Bourdieu, com diversas pesquisas, apresentou uma explicação inédita das desigualdades escolares. De acordo com Nogueira e Nogueira⁷⁰ (2002), até meados do século XX, predominava nas Ciências Sociais e mesmo no senso-comum uma visão de que por meio da escola pública e gratuita seria garantida, em princípio, a igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos. Acreditava-se que “os indivíduos competiriam dentro do sistema de ensino, em condições iguais, e aqueles que se destacassem por seus dons individuais seriam levados, por uma questão de justiça, a avançar em suas carreiras escolares e, posteriormente, a ocupar as posições superiores na hierarquia social. E que a escola seria uma instituição neutra, que difundiria um conhecimento racional e objetivo e que selecionaria seus alunos com base em critérios racionais” (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2002, p.16). Bourdieu, fundando uma bem embasada teoria crítico-reprodutivista, confrontou estas interpretações demonstrando empiricamente o papel dos sistemas de ensino na manutenção da ordem social e das desigualdades sociais. “Com base em uma série de grandes levantamentos quantitativos produzidos a partir dos anos 1950, na França, que demonstravam uma alta correlação estatística entre a origem social do aluno (sobretudo o nível de escolaridade dos pais) e seu desempenho escolar, Bourdieu começa então a testar novas hipóteses que tinham por sustentação o pressuposto de que as crianças originárias das classes sociais superiores herdavam de suas famílias um patrimônio cultural diversificado composto de estruturas mentais (maneiras de pensar o mundo), domínio da língua culta, cultura geral, posturas corporais, disposições estéticas, bens culturais variados (livros e outros materiais de cultura), etc., os quais se transformam em vantagens, uma vez

⁷⁰ NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins e NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. Educação & Sociedade [online]. 2002, v. 23, n. 78 [Acessado 11 Junho 2021] , pp. 15-35. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200003>>. Epub 13 Dez 2006.

investidos no mercado escola” (NOGUEIRA⁷¹, 2017, p.103). Com estas hipóteses, em seus estudos, Bourdieu criou conceitos fundamentais para a Sociologia, como os de Habitus, Campo e Violência Simbólica. Além de pesquisar sobre educação, estudou uma infinidade de temas, como “a dominação masculina⁷²”, “gostos de classe e estilos de vida⁷³” e “as regras da arte⁷⁴”. Desde a década de 60 do século passado, o pensamento sociológico de Pierre Bourdieu tem influenciado estudos sobre arte, comunicação, linguagem, religião, política e educação.

Para refletir: por meio da escola pública e gratuita é garantida a igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos?

Burguesia:

no marxismo, burguesia é a classe proprietária dos meios de produção e do capital e cujos rendimentos derivam dessas propriedades, e não da remuneração do trabalho: “é a classe social das pessoas que detêm os meios de produção” (THORPE *et al.*,

⁷¹ NOGUEIRA, Maria Alice. Capital Cultural. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. (Organização). O Vocabulário Bourdieu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p.36-38). Versão disponível em: <https://pdfcoffee.com/vocabulario-bourdieu-pdf-pdf-free.html>

⁷² BOURDIEU, P. A dominação masculina. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002 Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1222/bourdieu_dominacaomasculina.pdf?sequence=1

⁷³ BOURDIEU, P. Gostos de classe e estilos de vida In Ortiz, R. (Org.) Pierre Bourdieu (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 1a ed., trad. bras. Paula Montero e Alicia Auzmendi, Editora ática, São Paulo, 1983, págs 83-121. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2284304/mod_resource/content/1/gostos%20de%20classe%20e%20estilos%20de%20vida.pdf

⁷⁴ Vide: <https://nepegeoufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-As-regras-da-arte.pdf>

2016, p. 340). Engels definiu burguesia como ‘a classe dos grandes capitalistas que, em todos os países desenvolvidos, detêm, hoje em dia, quase que exclusivamente, a propriedade de todos os meios de consumo e das matérias-primas e instrumentos (máquinas, fábricas) necessários à sua produção” (BOTTOMORE⁷⁵, 1983, p.70). Inicialmente, o conceito em questão referia-se aos habitantes dos burgos (aglomerados urbanos da Idade Média que se dedicavam ao comércio). Neste contexto, o crescimento econômico e social da burguesia gradativamente provocou confrontos com reis e com a nobreza, incitando os acontecimentos da Revolução Francesa e, conseqüentemente, a abolição da monarquia e dos privilégios hereditários dos nobres senhores de terras. Com a dissolução das monarquias, a burguesia concentrou os negócios do Estado em seu domínio, sobretudo na Europa, bem como consolidou condições para o desenvolvimento do modo de produção capitalista - do capitalismo. Nos séculos XVIII e XIX, a Revolução Industrial firmou a força econômica da burguesia e também fez nascer o proletariado como uma nova classe social. Destituída de meios de produção e dona apenas de sua força de trabalho, a partir de Karl Marx, esta nova classe social é convocada à união para o confronto da burguesia e superação do capitalismo. No momento histórico contemporâneo estas definições reduzem a heterogeneidade profissional dos membros da burguesia, anulando as diferenças que existem entre as classes sociais. Fato é que, em diferentes lugares e momentos históricos, o sujeito burguês, a tal burguesia, tem características distintas. Em usos mais atuais, a burguesia é aquela parcela da população com privilégios, riquezas e direitos, que tem uma condição de vida que destoa das classes sociais menos favorecidas por possibilitar facilidades econômicas e luxos não disponíveis ao restante da população.

⁷⁵ BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1983. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf

Para refletir: Cazuza, na música intitulada *Burguesia*, canta que “enquanto houver burguesia não vai haver poesia”. Como a burguesia pode ser um impeditivo para a poesia?

Butler, Judith (1956-):

estadunidense, nascida em 1956, Butler é atualmente uma das maiores referências nos estudos de gênero, feminismo e teoria queer. Butler (2003) problematiza/critica as premissas fundacionais do Feminismo: a divisão sexo/gênero fundamentada na interpretação de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído. No debate com Simone Beauvoir, Butler (2003) indica os limites dessa premissa defendendo que o sexo não é natural, mas é ele também discursivo e cultural, como o gênero. Desta forma, partindo da crítica da emblemática afirmação “A gente não nasce mulher, torna-se mulher”, Butler (2003, p.27) aponta para o fato de que “não há nada em sua explicação [de Beauvoir] que garanta que o ‘ser’ que se torna mulher seja necessariamente fêmea”. De acordo com Butler⁷⁶ (2003), historicamente, nosso sexo anatômico (pênis ou vagina) foi considerado a fonte de nosso gênero (feminino ou masculino), conforme as normas culturais associadas a ele. Mas quando nos comportamos de um jeito que é considerado adequado/apropriado para o nosso sexo, estamos imitando as normas de identidade de gênero, que são baseadas nas formas em que cada sexo se comporta. O problema é que cada sexo [cada conjunto de pessoas deste ou daquele sexo] se comporta desta ou daquela maneira, também por imitação. Ou seja, não existe um original que estabeleceu o que é feminino e o que é masculino, porque o original também é imitação. Assim, se alguém nasce feminino, se comporta segundo aquilo que é considerado feminino

⁷⁶BUTLHER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990].

(por exemplo, desejando um parceiro masculino) acaba por aceitar que o sexo com homens está associado àquele gênero. Os atores passam a acreditar e a se comportar segundo o modo de crença, mas não existe um padrão comportamental/sexual biologicamente determinado. Assim, em Butler (2003), gênero é uma personificação, um papel social que, de tanto repetirmos, passa a ser usado como elemento para nos definir. Gênero não é algo que alguém é, é algo que alguém faz, é sobre fazer e não ser. Neste contexto, para Butler (2003), identidade de gênero não é parte da essência de uma pessoa, mas produto de atos e comportamentos. É o desempenho repetido desses atos e comportamentos (roupas, maneirismos, formas de falar, atividade sexual, etc.), que produz o que é visto como uma identidade masculina ou feminina e se você é visto como masculino ou feminino. Com estas interpretações Butler (2003) trouxe a sexualidade e a questão do desejo para o centro das discussões sobre gênero e suas ideias mostraram como nossas percepções de sexualidade são moldadas socialmente, ao invés de serem uma parte de nossa essência.

Para refletir: em 2017, a filósofa americana Judith Butler veio ao Brasil lançar um livro sobre posições filosóficas judaicas. Durante o evento, no aeroporto, nas redes sociais, Butler, foi agredida verbalmente, seus livros sobre gênero e sexualidade foram queimados e grupos conservadores fizeram protestos. Porque as ideias de Butler deixam algumas pessoas tão inseguras e agressivas? Como você interpreta a violência contra a autora em questão?

Burocracia:

trata-se de um modo de organização caracterizado por regras e procedimentos padronizados, pela impessoalidade, pela hierarquia de autoridades, por registros detalhados de tudo o que

é feito, pela divisão de responsabilidades, especialização do trabalho, por uma tentativa de controle e previsibilidade dos procedimentos e por relações impessoais. Em óticas marxistas, entende-se que a burocracia está, geralmente, a serviço da classe dominante, que a burocracia “deve sua existência à divisão da sociedade em classes, à luta de classes, pois sua função é a de fazer prevalecer as regras de uma ordem comum. [...] sua função é assegurar a estrutura estabelecida [...] Por isso, a primeira medida revolucionária da Comuna, dirá Marx, será, em essência, a de suprimir a burocracia” (LEFORT⁷⁷, s/d, p. 149). Para Max Weber⁷⁸ (1982), a burocracia é um tipo de organização social que faz parte de um processo de racionalização da vida, que representaria aumento de eficiência e produtividade e que, do ponto de vista técnico, seria superior a todas as outras formas de organização. Ora, Weber (1982) estava comparando as atividades burocráticas com os sistemas de organização prévios a elas, em que geralmente não haviam regras claras e/ou procedimentos padronizados, gerando grande ineficiência nas instituições. Para ele, a burocracia, ao possibilitar previsibilidade ou calculabilidade dos resultados, ao levar a eliminação, dentro si mesma, das relações pessoais, e a subordinação de todas as atividades à aplicação de uma norma vinculada a uma finalidade objetiva, constituía-se no quadro social mais adequado a organização capitalista da produção e a organização de uma sociedade adaptada aos fins desta produção. Em paradoxo, atualmente, quando pensamos em burocracia, somos remetidos a requerimentos, memorandos e protocolos, feitos por funcionários públicos em longos trâmites processuais

⁷⁷ Lefort, C. (s.d.). O que é a burocracia. In A Burocracia. Lisboa: Socicultur, disponível em: <https://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2011/10/LEFORT-Claude---lements-dune-critique-de-la-bureaucratie.-Genebra---ditions-Droz-pp.-52-86.pdf>

⁷⁸ WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia** (edit. por H. H. Gerth e C. W. Mills). 5a. ed. Rio de Janeiro: ed. Guanabara, 1982. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3952424/mod_resource/content/1/Max%20Weber%20-%20Ensaio%20de%20Sociologia%20-%20Gerth%20%20Mills.pdf

aparentemente excessivos. Neste contexto, podem ser desenvolvidas várias críticas à burocracia, tais como: 1. Ela provoca desumanização, no sentido que as pessoas e suas demandas viram números e protocolos; 2. Frequentemente, a burocracia contribui para inércia institucional (inércia burocrática), uma vez que não muda na mesma velocidade em que o mundo muda, ficando desconectada da realidade e assim lentificando as atividades institucionais; 3. O ritualismo burocrático tende a se tornar “sagrado” para muitos membros de organizações e muitas vezes a forma burocrática de fazer as coisas é posta acima dos próprios objetivos institucionais.

Para refletir: as organizações que você conhece, seriam mais, ou menos funcionais sem os procedimentos burocráticos que adotam? Quais são os perigos da ausência de procedimentos burocráticos? A impessoalidade das relações sociais regidas e racionalizadas pela burocracia aparece no ambiente escolar? Um professor com centenas de alunos e turmas pode atuar sem a criação de alguns procedimentos burocráticos?

Bropriating:

os estudos e movimentos sociais feministas, para denominar fatos que, de tão invisibilizados, “não tem nome”, criam conceitos e neologismos e/ou adaptam estrangeirismos, tais como *bropriating*, *mansplaining*, “*maninterrupting*” e “*gaslighting*”. *Bropriating*, é uma microagressão, uma forma de violência de gênero que, de tão naturalizada, passou despercebida por séculos. Como forma de violência ocorre quando um homem se apropria de uma ideia já expressa por uma mulher, levando os créditos no lugar dela. Acontece “quando um homem se apropria da autoria de algo feito

por uma mulher” (RAMOS e FIGUEIREDO⁷⁹, 2018, p.3). A expressão, de origem inglesa e associada a estudos feministas de caráter interacionista, é uma composição de “bro” (de brother, irmão, mano) e “appropriating” (apropriação) que “advém da metáfora da sala de reuniões, local onde muitas vezes a mulher não é ouvida quando expõe suas ideias, mas tem o seu raciocínio cooptado por algum homem que assume a palavra, repete exatamente o que ela disse, e é aplaudido por isso” (STOCKER e DALMASO⁸⁰, 2016, p. 685). Neste contexto, “a mulher expõe uma ideia, é ignorada, e em seguida um homem expõe a mesma ideia, contudo é ouvido. É uma surdez seletiva correlacionada ao gênero” (WERBA e CARVALHO⁸¹, 2018, p. 11). O bropropriating ajuda a explicar, por exemplo, porque é mais difícil para mulheres serem vistas como capazes de liderar e/ou gerir negócios ou projetos.

Para refletir: quando estudamos história nos deparamos com o nome de muitos homens que contribuíram para o avanço científico e/ou para mudanças sociais significativas. Escutamos muito menos o nome de mulheres. *Bropropriating* poderia ser um fenômeno com impactos nas maneiras como narramos a história da humanidade?

⁷⁹ RAMOS, Suellen Barros; FIGUEIREDO, Karen da Silva. Uma Taxonomia dos Tipos de Preconceito Enfrentados por Mulheres na Área de Tecnologia. In: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY (WIT), 12., 2018, Natal. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5753/wit.2018.3390>.

⁸⁰ STOCKER, Pâmela Caroline e DALMASO, Silvana Copetti. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. Revista Estudos Feministas [online]. 2016, v. 24, n. 3 [Acessado 12 Junho 2021], pp. 679-690. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p679>>.

⁸¹ WERBA, G. C.; CARVALHO, M. C. Não nos deixam falar, então não somos interrompidas: a linguagem sexista propagando a discriminação de gênero. Conversas Interdisciplinares, v. 14, n. 1, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/ci/article/view/3481>

C

Campo:

No trabalho de Pierre Bourdieu, campo é um “microcosmo social, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular [...] É um universo no qual operam critérios de avaliação que lhe são próprios e que não teriam validade no microcosmo vizinho. Um universo que obedece a suas próprias leis, que são diferentes das leis do mundo social ordinário (BOURDIEU⁸², 2011, p.195). Em Bourdieu, “campo se refere aos contextos sociais nos quais as pessoas disputam pela vantagem competitiva e dominância, usando formas variadas de capital” (GIDDENS, 2012, p.788). Campo é um “microcosmo dotado de certa autonomia em relação ao espaço social mais amplo, na medida em que práticas sociais são incorporadas, produzidas e reproduzidas pelos seus participantes, por meio de disposições objetivadas, regras convencionalmente definidas, capitais específicos valorizados e quadros cognitivos compartilhados. Um campo é formado por agentes organizados, que criam espaços e os fazem existir pelas interações simbólicas que estabelecem”

⁸² BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília , n. 5, p. 193-216, July 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>.

(MOCELIN⁸³, 2020, p.57). Campo representa um espaço simbólico, um domínio, uma área de atuação dotada de certa autonomia, de leis e regras específicas, no qual ocorrem lutas (concorrência e disputa interna) entre aqueles que dela participam, determinam, validam, legitimam posições, hierarquias, valores e/ou representações. Cada espaço-área-domínio corresponde, assim, a um campo específico. Ex.: campo da moda; campo da arte; campo da educação, campo do esporte, campo cultural, campo econômico, campo científico, campo jornalístico etc. Em cada campo, com certa autonomia e com alguma influência externa, a partir de disputas internas, são determinadas as figuras de “autoridade” dos que dele participam e os valores a ele associados. Ou seja, cada campo tem seu próprio conjunto de regras: por exemplo, o campo da moda tem um conjunto de regras bastante diferente daquelas da educação.

Para refletir: considerando o campo da educação, da perspectiva de aluno, quais são as “regras e normas do jogo”, explícitas e implícitas, que garantem posições hierárquicas superiores?

Caos do amor:

o casal de sociólogos alemães Ulrich Beck (1944-2015) e Elisabeth Beck-Gernsheim (1946-) em 1995, escreveu a obra “O caos totalmente normal do amor⁸⁴”, traduzida e publicada no Brasil em 2017. Na obra, o casal destaca que nas últimas décadas do século XX, as liberdades sociais e individuais foram ampliadas

⁸³ MOCELIN, Daniel Gustavo. CAMPO, o ensino de Sociologia e o seu: BRUNETTA, Antonio Alberto (org.); BODART, Cristiano das Neves (org.); CIGALES, Marcelo Pinheiro (org.). Dicionário do Ensino de Sociologia. 1. ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/43825857/Dicion%C3%A1rio_do_Ensino_de_Sociologia

⁸⁴ BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. **O caos totalmente normal do amor**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2017.

significativamente. Segundo eles, isso implicou em um escopo maior de alternativas para cada um moldar e viver sua própria vida. Ou seja, podemos viver de centenas de maneiras (casados, solteiros, em relacionamentos abertos, fechados, poliamorosos, com filhos, sem filhos, divorciados, etc.). No entanto, mesmo com muito mais liberdade para viver como se deseja, as pessoas ainda anseiam estabilidade e relacionamentos emocionalmente satisfatórios. E, quando ingressam em relacionamentos, as limitações que o relacionamento provoca e o próprio enfraquecimento e negação dos estereótipos de gênero, criam um conflito de interesses entre liberdade e amor. As unidades familiares tornam-se, então, frágeis, e rompimento, separação e divórcio passam a “bater na porta” com muito mais facilidade. A este fenômeno descrito, os autores denominam caos do amor. Segundo eles, é justamente este mesmo fenômeno que está associado com a formação de arranjos familiares [vide família] extremamente diversos, em que amor une e separa casais para gerar novos casais. Mesmo assim, eles são otimistas em relação ao amor e dizem que, cada vez mais, os casais reconstruem as regras sociais em uma dinâmica interna que reflete a busca por modelos de família que representem um refúgio afetivo perante nossa sociedade fria e impessoal. Obs.: os autores em questão destacam que, diante do caos do amor, na sociedade contemporânea, um filho promete um laço mais profundo e duradouro do que qualquer outro laço social.

Para refletir: e aí: liberdade para transar com todo mundo que desejar ou estabilidade de um amorzinho para assistir Netflix? Rola conflito? Vocês configuram relacionamentos com características diferentes dos seus pais ou cantam Elis Regina (“e apesar de termos feito tudo o que fizemos, ainda somos os mesmos e vivemos...como os nossos pais”)?

Capacitismo:

refere-se a ações de discriminação e opressão contra pessoas com deficiência. O capacitismo está para as pessoas com deficiência assim como o machismo está para as mulheres ou o racismo para negros. É “materializado através de atitudes preconceituosas que hierarquizam sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional” (MELLO⁸⁵, 2014, p.53-54). Pauta-se tanto na noção preconceituosa de que pessoas com deficiência são inferiores às pessoas sem deficiência, quanto em concepções que advogam que há uma única forma humana “normal” e que todas as outras formas seriam anormais. O capacitismo se manifesta em insultos, em arquitetura inacessível, em reservar às pessoas com deficiência tratamento de pena, de inferioridade/subalternidade. Um exemplo de postura capacitista é dirigir-se ao acompanhante de uma pessoa com deficiência em vez de dirigir-se diretamente à própria pessoa.

Para refletir: “O direito de não ser discriminado pelo corpo que se habita está em nosso marco constitucional, que veda a discriminação por sexo ou raça. Para descrever essas formas perversas de opressão pelo corpo, dispomos de categorias analíticas e discursivas: sexismo, no caso da discriminação por sexo; homofobia, no caso da discriminação pela orientação sexual; racismo, no caso da discriminação pela cor da pele ou etnia” (DINIZ e SANTOS⁸⁶, 2010). No caso da discriminação por deficiência, até pouco tempo havia uma ausência no léxico ativo da

⁸⁵ MELLO, Anahí Guedes de. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo**: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2014.

⁸⁶ DINIZ D. E SANTOS W. Deficiência e Direitos Humanos: desafios e respostas à discriminação. In: Diniz D, Santos W, organizadores. *Deficiência e Discriminação*. Brasília: EdUnB, 2010. p. 9.

língua portuguesa, não havia uma palavra que denominasse esse fenômeno. Essa ausência refletia a invisibilidade social e política a que o fenômeno é submetido, como se essa discriminação não importasse. Como a palavra capacitismo pode ser usada para tornar visíveis os atos de capacitismo?

Capital cultural:

na perspectiva do sociólogo francês Pierre Bourdieu, o capital cultural refere-se a conhecimentos, habilidades, competências e educação que conferem vantagens àqueles que o possuem. “Construída nos anos 1960 para explicar as desigualdades sociais em matéria educativa, cultural ou, ainda, certas diferenciações nos comportamentos em matéria de saúde, de relação com o corpo, etc., a noção de capital cultural remete a um conjunto multidimensional de ‘competências’ (por exemplo, o domínio da língua, do cálculo, etc.) e de disposições (que constituem sua versão incorporada, sob a forma de conexões neurais e de automatismos mentais e corporais). Ele institucionaliza-se por meio de diversas entidades jurídicas (diplomas escolares, qualificações, etc.)” (LEBARON⁸⁷, 2017, p.102). O capital cultural “consiste em ideias e conhecimentos que as pessoas usam quando participam da vida social. Tudo, de regras de etiqueta à capacidade de falar e escrever bem pode ser considerado capital cultural” (JONHSON, 1997, p.29). O capital cultural de uma pessoa “é sua capacidade de jogar o ‘jogo cultural’ - reconhecer referências em livros, filmes e no teatro; saber como agir numa dada situação (por exemplo, os modos de conversa numa refeição); saber o que vestir e como fazê-lo; e até mesmo a

⁸⁷ LEBARON, Frédéric. Capital. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. (Organização). O Vocabulário Bourdieu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p.101-103). Versão disponível em: <https://pdfcoffee.com/vocabulario-bourdieu-pdf-free.html>

quem ‘baixar a bola’ (THORPE *et al.*, 2016, p.78) Refere-se a elementos da educação, do estilo de discurso, do estilo de vestuário, etc. que, na maioria das sociedades atuais, “funcionam” como bens materiais, porque que facilitam a mobilidade social e a sociedade considera raros e que vale a pena buscar. Quando o capital cultural é incorporado, torna-se habitus. Em Bourdieu⁸⁸ (2007) entende-se que o capital cultural apresenta três formas de manifestação ou três tipos: 1. incorporado - se manifesta em formas de discurso ou comportamento corporal valorizados pela cultura dominante; 2. objetificado - se expressa em produtos culturais como obras de arte, quadros livros, roupas; e, 3. institucionalizado - se manifesta em qualificações educacionais, como certificados e diplomas. Bourdieu (2007), com sua perspectiva crítico-reprodutivista da educação, se interessou especialmente por estudar como a distribuição desigual de capital cultural, seja como “herança familiar” e/ou como ação escolar, coloca as pessoas em condições desiguais de vida e de “sucesso escolar”.

Para refletir: como o capital cultural das famílias em que nascemos e nas quais fomos criados interfere no nosso sucesso escolar?

Capital econômico:

refere-se à quantidade de recursos materiais, como dinheiro e propriedades (terras, fábricas, automóveis, ações, etc), que fazem parte de um sistema de trocas materiais e que estão à disposição de uma pessoa ou instituição. Compreende a riqueza material, o dinheiro, as ações, patrimônios, dentre vários outros recursos materiais valorizados (do ponto de vista financeiro), em um

⁸⁸ BOURDIEU, Pierre. **A Distinção:** crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.

determinado campo BOURDIEU⁸⁹, 2007). O capital econômico “se refere a qualquer recurso, incluindo dinheiro, propriedade e máquinas, que possa ser usado para produzir bens para a venda ou investido em um mercado na esperança de obter lucro” (GIDDENS, 2012, p.788). O conceito de capital econômico “corresponde a uma extensão da noção corrente de ‘patrimônio’. Ele é ‘naturalmente’ avaliado em unidades monetárias, mas é também muitas vezes físico: terra, bens imobiliários, automóvel, equipamentos (doméstico ou industrial ...), ‘posses’ diversas, etc. O capital financeiro (a poupança) é apenas um componente particular do capital econômico em sua acepção mais ampla” (LEBARON⁹⁰, 2017, p.101). Assim, o capital econômico é uma das formas de capital. Dentre outras formas de capital possíveis, a partir das ideias do sociólogo Pierre Bourdieu, destaca-se o capital social, o capital simbólico e o capital cultural. Possuir capital econômico confere vantagens de variadas ordens, uma vez que ele pode ser trocado por outras formas de capital.

Para refletir: como o capital econômico das famílias em que nascemos e nas quais fomos criados interfere nas alternativas que temos na vida?

Capital erótico (estético):

a aparência também é um fator de desigualdade humana. Ter uma aparência reconhecida socialmente como bela, nos padrões de beleza estabelecidos como ideais em uma dada sociedade, reduz ou

⁸⁹ BOURDIEU, Pierre. **A Distinção:** crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.

⁹⁰ LEBARON, Frédéric. Capital. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. (Organização). O Vocabulário Bourdieu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p.101-103). Versão disponível em: <https://pdfcoffee.com/vocabulario-bourdieu-pdf-free.html>

amplia as oportunidades profissionais e/ou matrimoniais, em diversos setores desta mesma sociedade. Em sociedades patriarcais, especialmente as mulheres, frequentemente objetificadas, tem alternativas profissionais restritas ou amplificadas, em decorrência da aparência que apresentam. A socióloga britânica Catherine Hakim, no livro “Capital Erótico: pessoas atraentes são mais bem-sucedidas”, acrescentou o conceito de capital erótico aos conceitos de capital social, simbólico, cultural e econômico. Hakim cunhou o conceito de capital erótico para entender como a combinação de estética e capacidade de interação social torna algumas pessoas mais atraentes que outras e interfere nas oportunidades profissionais, bem como “para aludir a uma obscura, embora crucial, combinação de beleza, *sex appeal*, capacidade de apresentação pessoal e habilidades sociais - uma união de atrativos físicos e sociais que torna homens e mulheres companhias agradáveis e bons colegas, atraentes para todos os membros de sua sociedade e, especialmente, para o sexo oposto (HAKIM⁹¹, 2013, p. 7). Desta forma, conforme Hakim (2013), capital erótico é um atributo pessoal que combina atratividade física, visual, estética, sexual e social, com dinamismo, talento para se vestir bem, charme e habilidades sociais. A autora em questão analisou vários estudos que indicam que homens e mulheres considerados bonitos ganham mais do que os seus colegas. Além disso, Hakim (2013) destaca que o capital erótico tem maior poder de interferência no acesso de oportunidades para pessoas mais jovens, com menor experiência e qualificações profissionais e/ou com menos capital cultural. Em processos de seleção com grandes quantidades de candidatos (com poucos diferenciais de escolarização ou experiência profissional), o capital erótico teria um peso especialmente significativo.

⁹¹ HAKIM, Catherine. Capital erótico: Pessoas atraentes são mais bem-sucedidas. A ciência garante. Editora Best Seller, 2013.

Para refletir: atualmente, como o capital estético se relaciona com o capital econômico ou com a classe social a que a pessoa pertence? Que características conferem maior capital estético para as mulheres, na sociedade em que você vive? Na sua opinião, é correto afirmar que, em determinadas áreas, a pessoa pode conquistar ou perder oportunidades em função do capital erótico?

Capital simbólico:

no trabalho de Pierre Bourdieu, capital simbólico são aqueles elementos que, em determinado campo, conferem status, reputação, fama, honra e reconhecimento, a um indivíduo ou instituição. “o capital simbólico é uma propriedade qualquer - força física, riqueza, valor guerreiro - que, percebida pelos agentes sociais dotados das categorias de percepção e de avaliação que lhes permitem percebê-la, conhecê-la e reconhecê-la, torna-se simbolicamente eficiente, como uma verdadeira força mágica: uma propriedade que, por responder às ‘expectativas coletivas’, socialmente constituídas, em relação às crenças, exerce uma espécie de ação à distância, sem contato físico (BOURDIEU⁹², 2007, p. 170)”. Trata-se do “conjunto de recursos que conferem status elevado, distinção, honra e prestígio social às pessoas. Por exemplo, o trabalho voluntário e a caridade podem levar uma pessoa ser considerada com muita estima, que não teria obtido de outra forma com seu emprego formal ou a propriedade de uma empresa” (GIDDENS, 2012, p.788). E, esta estima, pode levar a pessoa a ser respeitada ou ter interesses e preocupações respeitadas em determinado grupo. Desta forma, “o capital simbólico de um indivíduo (mas também de um grupo, de uma instituição, de um país, etc.) é definido pelo ‘olhar’ depositado (o ‘valor’ dado) pelo resto da sociedade sobre esse indivíduo (e,

⁹² BOURDIEU, Pierre. **A Distinção:** crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.

respectivamente, sobre esse grupo, essa instituição, esse país). Há, portanto, uma dimensão intrinsecamente ‘relacional’ e coletiva. É, antes de tudo, estatuto simbólico, em sua dimensão mais concreta, que corresponde ao fato de ser ‘reconhecido’ e ‘valorizado’ (‘considerado’, ‘apreciado’, ‘amado’, etc.)” (LEBARON⁹³, 2017, p.102). O capital simbólico se manifesta em algo que, podendo assumir múltiplas formas, é percebido em determinado(s) grupo(s) como importante e que, por isso, confere prestígio a quem o apresenta, criando condições para que seja imposta a vontade da pessoa que o detém. Por exemplo, dentre lutadores, a posse do cinturão de melhor lutador do mundo, produz oportunidades de ganhos de várias ordens, posiciona o lutador no topo de uma hierarquia e por esses fatores, representa capital simbólico.

Para refletir: como o capital simbólico das famílias em que nascemos e nas quais fomos criados interfere nas alternativas que temos na vida?

Capital social:

como conceito associado especialmente com o sociólogo francês Pierre Bourdieu, o capital social remete às conexões, contatos e relações sociais que funcionam como rede de recursos para que as pessoas realizem seus objetivos (materiais, políticos, matrimoniais, sociais, etc) ou ampliem sua influência. Para Bourdieu⁹⁴ (1980, p. 2) capital social “é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou

⁹³ LEBARON, Frédéric. Capital. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. (Organização). O Vocabulário Bourdieu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p.101-103). Versão disponível em: <https://pdfcoffee.com/vocabulario-bourdieu-pdf-pdf-free.html>

⁹⁴ BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. ARSS, v. 31, jan. 1980.

menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento; ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que, além de serem dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), estão unidos por ligações permanentes e úteis". Assim, o conceito de capital social refere-se às "relações pessoais' enquanto recursos possuídos por uma pessoa, uma família, e constitutivas de uma 'rede'" (LEBARON⁹⁵, 2017, p.102). O capital social está ligado à posse de uma rede de contatos, de uma rede social, de uma rede de relacionamentos de familiaridade e reconhecimento. Trata-se da rede de relações interpessoais que cada um constrói. A posse de capital social constitui relacionamentos úteis que podem garantir ganhos materiais ou simbólicos.

Para refletir: como o capital social das famílias em que nascemos e nas quais fomos criados, interfere nas alternativas que temos na vida? Como uma pessoa pode conquistar capital social? Você já ouviu a brincadeira que para o cargo "x" ou "y" é preciso ter "QI - Quem Indica"? Como esta expressão se relaciona com o conceito de capital social?

Capitalismo:

trata-se do sistema econômico baseado na propriedade privada (dos meios de produção e de bens diversos), na competição econômica, na ampla exploração da classe trabalhadora assalariada e dos recursos naturais, na necessidade de elevação/manutenção do consumo e do lucro, em desigualdades sociais gritantes, no individualismo exagerado, no consumismo desenfreado, na

⁹⁵ LEBARON, Frédéric. Capital. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. (Organização). O Vocabulário Bourdieu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p.101-103). Versão disponível em: <https://pdfcoffee.com/vocabulario-bourdieu-pdf-free.html>

exploração entre Nações e em crescentes problemas ambientais. É “um sistema econômico baseado na posse privada dos meios de produção, no qual as empresas concorrem para vender bens com um lucro e os trabalhadores vendem seu trabalho por um salário” (THORPE *et al.*, 2016, p. 340); é um “sistema em que os meios de produção são de propriedade privada de uma pessoa (ou grupo de pessoas) que investe o capital; o proprietário dos meios de produção (capitalista) contrata o trabalho de terceiros que, portanto, vendem a sua força de trabalho para a produção de bens. Estes, após vendidos, permitem ao capitalista, não apenas a recuperação do capital investido, mas também a obtenção de um excedente – o lucro” (LAKATOS, 1985, p.307). É o “sistema econômico e social predominante na maioria dos países industrializados ou em fase de industrialização. Neles, a economia baseia-se na separação entre trabalhadores juridicamente livres - que dispõem apenas da força de trabalho e a vendem em troca de salário - e capitalistas, os quais são proprietários dos meios de produção e contratam os trabalhadores para produzir mercadorias (bens dirigidos para o mercado) visando à obtenção de lucro” (SANDRONI⁹⁶, 1999, p.80-81). “Sob o capitalismo, a posse dos meios de produção não é simplesmente privada; também é exclusiva [de uma classe social] e fornece a base à classe social [e as desigualdades sociais] e a exploração no interesse do lucro e da acumulação de mais meios de produção” (JONHSON, 2017, p.30). Karl Marx acreditava que o modo de produção capitalista criava um conflito irremediável entre as principais classes sociais inerentes a este sistema econômico: o proletariado e a burguesia. Para Marx, “o Capitalismo, assentado nessa imensa contradição capital/trabalho, tenderia a gerar conflitos que terminariam por minar suas próprias bases, levando o proletariado a assumir o controle dos meios de produção, abolindo aos poucos o pilar básico

⁹⁶ SANDRONI, P. Novíssimo dicionário de Economia. São Paulo: Best Seller, 1999. Disponível em: <http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FMI.BM.Nov%C3%ADssimo-Dicion%C3%A1rio-de-Economia.pdf>

do Capitalismo, a propriedade privada. Ou seja, o Capitalismo estaria fadado a dar lugar a outro modo de produção, o Comunismo” (SILVA e SILVA, 2009, p.44). Para Max Weber, a ânsia pelo lucro, que costumeiramente é apresentada como uma característica central do modo de vida capitalista, existia em todo o mundo e em todas as épocas da história. No entanto, a organização capitalista racional assentada no trabalho formalmente livre, é uma característica que se torna fato histórico a partir do capitalismo. O Capitalismo, historicamente, é entendido como uma contraposição ao Comunismo, no entanto, como criação social, tem sua origem em transformações sociais iniciadas na Europa no fim da Idade Média. Fato é que “o capitalismo opera com táticas de velamento das suas contradições, tendo em vista a garantia de naturalização de si como expressão máxima da racionalidade humana. Nesse sentido, lança mão de um conjunto ideológico de valores para produzir uma condição permanente de alienação ao conjunto da classe trabalhadora, convertendo progressivamente todas as relações sociais a sua lógica de funcionamento” (ALVADIA FILHO e FERREIRA⁹⁷, 2021, p. 43).

Para refletir: quais as implicações da ausência de posse dos meios de produção? O que resta àquele que não é proprietário dos meios de produção? Que táticas de velamento são adotadas para esconder as contradições do capitalismo?

Cardoso, Fernando Henrique (1931):

sociólogo brasileiro, graduado em Sociologia pela Universidade de São Paulo e ex-professor da mesma universidade, também foi o 34.^o

⁹⁷ ALVADIA FILHO, Alberto e FERREIRA, Wallace. O que é capitalismo?. In. BODART, Cristiano das Neves. Conceitos e Categorias Fundamentais do Ensino de Sociologia, volume 1. 1. ed. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2021, p.41 -46.

presidente da República Federativa do Brasil, entre 1995 e 2003. Como sociólogo, Cardoso é autor ou coautor de mais de vinte livros e cem artigos acadêmicos. Fernando Henrique Cardoso iniciou sua carreira de pesquisador examinando as relações raciais nas cidades do Sul do Brasil, fortemente marcadas pela imigração européia do fim do século XIX. O golpe militar de 1964 forçou Fernando Henrique Cardoso, naquele momento professor da Universidade de São Paulo, ao exílio no Chile. Entre 1964 e 1968, trabalhou na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e lecionou na Sorbonne, em Paris, na França. “O exílio levou-o a participar diretamente dos debates sobre as transformações do campo do poder na América Latina e sobre seus efeitos econômicos e sociais. A teoria da dependência, que lhe assegurou notoriedade internacional, foi concebida durante esse período, em colaboração com o sociólogo chileno Enzo Falleto” (GARCIA⁹⁸ Ao retornar ao Brasil, após o exílio, em 1969, foi um dos fundadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Em 1986, elegeu-se senador por São Paulo e em 1992, tornou-se ministro das Relações Exteriores no governo Itamar Franco. Em maio de 1993, foi nomeado ministro da Fazenda. Neste cargo, foi responsável por implantar o Plano Real (o plano de estabilização monetária que deu origem à moeda que utilizamos até hoje). A implementação do Plano Real e a redução dos índices de inflação assegurou sua primeira eleição presidencial. Em 1994, foi eleito presidente da República e repetiu este feito em 1998. O livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*⁹⁹, escrito por Fernando Henrique Cardoso em coautoria

⁹⁸ GARCIA, Afrânio. (2004), "A Dependência da Política: Fernando Henrique Cardoso e a Sociologia no Brasil". *Tempo Social*, vol.16, nº 1, pp. 285-300. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Afranio-Garcia-Jr/publication/250046904_A_dependencia_da_politica_Fernando_Henrique_Cardoso_e_a_sociologia_no_Brasil/links/56d0693608ae059e375d40f0/A-dependencia-da-politica-Fernando-Henrique-Cardoso-e-a-sociologia-no-Brasil.pdf

⁹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970. Trecho disponível em: <https://favaretoufabc.files>.

com Enzo Falleto, é considerado um marco nos estudos da Sociologia do Desenvolvimento e foi traduzido para dezessete idiomas. Este livro, tem por objetivo "esclarecer alguns pontos controversos sobre as condições, possibilidades e formas do desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com os pólos hegemônicos do sistema capitalista, mas, ao mesmo tempo, constituíram-se como Nações e organizaram Estados nacionais que, como todo Estado, aspiram à soberania" (CARDOSO e FALLETO, 1970, p. 7). No período em que o livro em questão foi escrito desenvolviam-se teorias, de cunho nacional-desenvolvimentista - que pregavam o desenvolvimento autônomo nacional - e de cunho socialista. Perante elas, Cardoso e Falleto (1970, p.120) afirmavam que "as alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado interno para fora, isto é, para os capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes, como o são na realidade, salvo se se admite a hipótese de uma mudança política radical para o socialismo (CARDOSO e FALETO, 1977, p. 120). Assim, apesar de ressaltarem a relação de dependência entre as nações da América Latina e as nações desenvolvidas, Cardoso e Faletto (1977) assinalavam que o desenvolvimento latino-americano pressupunha a abertura ao capital estrangeiro, ao financiamento, tecnologia e investimento feitos pelo capital estrangeiro.

Para refletir: pode uma nação se desenvolver sem capital estrangeiro? Que perigos e oportunidades o capital estrangeiro pode representar para uma nação subdesenvolvida?

Casamento ou matrimônio:

o casamento é uma união socialmente aprovada de duas ou mais pessoas para fins de comunhão sexual, procriação e colaboração econômica. Como instituição ou fenômeno social amplamente conhecido, refere-se ao vínculo estabelecido entre duas ou mais pessoas, mediante reconhecimento religioso, cultural, governamental (jurídico) ou social. Na maioria das vezes pressupõe uma espécie de contrato, uma relação interpessoal de intimidade sexual e coabitação (morar juntos). Em algumas culturas ocorre no formato poligâmico (um homem possui duas ou mais esposas), em outras, mais raramente, se dá por poliandria (a união em que uma só mulher é ligada a dois ou mais maridos em simultâneo) e em diversas culturas, atuais e/ou antigas, acontece no formato homossexual (com dois parceiros do mesmo sexo). Especialmente nos casamentos heterossexuais, o que se celebra, conforme as sociólogas Cristine Delphy e Diana Leonard, é um contrato de trabalho. Ou seja, para elas, o contrato matrimonial é um contrato de trabalho. Delphy e Leonard¹⁰⁰(1992) defendem que nas sociedades patriarcais, as mulheres são coagidas, encorajadas, estimuladas ao casamento. No entanto, por sua configuração, nestas sociedades, o casamento capacitaria os homens a explorarem e se beneficiarem do trabalho não remunerado da mulher, do trabalho doméstico, do trabalho de cuidado dos filhos, do trabalho de cuidado e apoio ao homem. Trata-se de uma abordagem materialista (marxista) associada com o Feminismo Socialista, que alega que a exploração que incide sobre o trabalhador no capitalismo, se dá de forma ainda mais violenta em relação às mulheres, nos casamentos. Fato é que, perante o Caos do Amor que marca os casamentos contemporâneos, esta instituição tem se modificado. Aliás, em muitas sociedades o matrimônio pode estar

¹⁰⁰ DELPHY, Christine e LEONARD, Diana. Familiar Exploitation: A new analysis of marriage in contemporary western societies Cambridge: Polity Press: Cambridge, 1992.

desaparecendo, em vez de meramente mudando. No final do século passado, Carlson¹⁰¹(1996) já indicava que vários estudos registram, dentre os jovens, uma reduzida propensão ao casamento, seu adiamento para uma idade mais avançada, uma duração menor dos matrimônios e uma crescente preferência por tipos alternativos de união sexual.

Para refletir: E aí, você quer casar? Quer um casamento tradicional? Em um casamento, como você imagina a distribuição do trabalho doméstico e cuidado dos filhos?

Casta:

uma forma de estratificação social em que a posição social (o estrato social) de um indivíduo é fixada desde o nascimento e não pode ser mudada. É uma categoria rígida fundada em bases religiosas que não permitem sequer o casamento entre pessoas de distintas castas. Como sistema de organização social que classifica e hierarquiza as pessoas conforme o grupo em que estas nasciam, as castas constituem comunidades fechadas e de compartilhamento de características sociais hereditárias, como ocupação profissional ou o poder político e econômico. Neste contexto, a hereditariedade é a base para a divisão da sociedade, sem nenhuma possibilidade de ascensão social. No mais conhecido sistema de castas, o sistema de castas indiano, o hinduísmo, produz controle social e aceitação das castas disseminando a ideologia de que as pessoas se posicionam em diferentes castas com base no comportamento que tiveram em uma vida anterior. Desta forma, a sociedade indiana era composta por Brâmanes (a casta no alto da pirâmide social indiana composta

¹⁰¹ CARLSON, ALLAN C. Casamento. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. et al. *Dicionário do Pensamento Social no Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.63-62.

por sacerdotes, magos, religiosos e filósofos, etc); Xátrias (a segunda casta de maior prestígio era a dos guerreiros, que reunia pessoas com atribuições judiciárias, policiais, militares, reis, nobres, etc); Vaixás (a casta responsável pelo conjunto de atividades comerciais, incluindo funções agrícolas, artesanais, econômicas e financeiras); Sudras (a casta inferior era formada por servos, trabalhadores braçais e empregados domésticos); Párias (abaixo das castas e fora dessa pirâmide social, os párias ou “intocáveis” faziam trabalhos tidos como indignos (limpadores de fossas sanitárias, coveiros e carneiros). Os hinduístas acreditavam que párias não teriam nascido do deus Brahma, portanto deviam ser discriminados. De acordo com Oliveira¹⁰² (2008), embora na Índia as castas tenham sido extintas por lei no fim da década de 1940, elas seguem tendo forte influência na dinâmica social indiana, bem como, direta ou indiretamente, influenciam na “escolha” profissional, em hábitos alimentares, no vestuário e na perpetuação de uma sociedade com pouca mobilidade social. Casta, classe social, estamento, são diferentes formas de estratificação social.

Para refletir: no que o sistema de estratificação social por castas diferencia-se do sistema de estratificação por classes sociais? Quem são os párias da sociedade estratificada em classes sociais? Os “párias” da sociedade estratificada em classes sociais tem real chance de mudança de classe social, na mesma probabilidade que os membros de outras classes sociais?

Categorial social:

quando classificamos um conjunto de elementos, cada parcela deste conjunto de elementos que colocamos em um grupo distinto,

¹⁰² OLIVEIRA, Arilson. A Sacralidade das castas indianas sob o olhar dumontiano. In: Revista Antropológicas, vol. 19, nº 12, 2008.

constitui uma categoria. Se você, por exemplo, pegar os objetos do seu estojo escolar e os classificar, você pode ter uma categoria de “canetas”, uma de “lapiseiras” e outra de “borrachas”, ou pode ter uma categoria de “coisas azuis”, outra de “coisas vermelhas” e outra de “coisas amarelas”, a depender do critério que você utilizou para classificar os objetos do seu estojo. Em Sociologia, cada conjunto de pessoas que vivem experiências semelhantes, porém não estabelecem relações sociais diretas uns com os outros, constitui uma categoria social. Assim, uma categoria social é um conjunto de pessoas que apresentam alguma característica em comum e compartilham de um status semelhante, mas não se identificam umas com as outras. “Mulheres”, “crianças”, “estudantes universitários”, “operários”, ou as pessoas que bebem café, formam categorias sociais. No seu conjunto, as pessoas que compõem uma categoria social não estabelecem entre si qualquer tipo de contato ou de comunicação, não se percebem como parte de um todo associado ao que as identifica (como o que acontece nos grupos sociais) embora alguns deles se possam conhecer e estabelecer contato entre si.

Para refletir: as estatísticas oficiais, como as publicadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), tendem a descrever a realidade especificando características de categorias sociais diversas. Embora estas categorias sociais sejam instrumentos necessários para dar conta da apresentação e organização de grandes contingentes de dados, elas podem esconder especificidades. Como as especificidades podem ser escondidas em meio a categorias sociais?

Cibercultura:

é a cultura do mundo virtual, é um novo modo de cultura baseado na troca informacional e interativa do ciberespaço. É a cultura típica

das redes sociais on-line que, na perspectiva do sociólogo francês Pierre Lévy¹⁰³, pode transformar as relações culturais e políticas, gerando novos modos de exercício da cidadania e da democracia. Para Lévy (1999, p.17) a “cibercultura” é “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”. Por sua vez, “o ciberespaço” (ou rede) “é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (LÉVY, 1999, p.17). Ou seja, para ele as cibertecnologias criam uma espécie de fenômeno cultural capaz de alterar de forma radical as dinâmicas sociais. “O conceito de cibercultura agrega um universo caótico de construções, formando um imaginário composto por hackers, cientistas, ativistas e que inclui também todos que, de uma maneira quase espontânea, acabam por se perceberem imersos na cultura digital” (FERREIRA¹⁰⁴, 2020, p.62). Este universo cultural cada vez mais se transforma numa esfera de influência em decisões políticas e coletivas. Nele, compartilhando um simples Meme, expressando uma reação ou comentário, cria-se uma espécie de democracia direta, que afeta o poder de Estado e as decisões de governos. Cria-se assim não somente uma cultura, mas também uma nova esfera política, com interferências cada vez mais relevantes em eleições e ações.

Para refletir: “a cibercultura representa um espaço democrático e de produção do conhecimento para o exercício da cidadania? E, em

¹⁰³ LÉVY, P. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

¹⁰⁴ FERREIRA, Fátima Ivone de Oliveira. CIBERCULTURA, o ensino de Sociologia e a. In: BRUNETTA, Antonio Alberto (org.); BODART, Cristiano das Neves (org.); CIGALES, Marcelo Pinheiro (org.). Dicionário do Ensino de Sociologia. 1. ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020, p.62-65. Disponível em: https://www.academia.edu/43825857/Dicion%C3%A1rio_do_Ensino_de_Sociologia

consequência, que papel cumpre a Educação, no contexto da cibercultura? Desde o surgimento das chamadas tecnologias da informação, tais questões têm pautado a discussão sobre os novos rumos da sociedade e da educação. Sobre sua avaliação, de um lado, tem-se o argumento dos seus entusiastas e otimistas, como é o caso da teoria precursora sobre cibercultura e ciberdemocracia de Pierre Lévy. Por outro lado, outros estudiosos do assunto, como David Lyon, têm manifestado profunda preocupação com os rumos dessa nova dimensão da tecnologia e seus efeitos sociais, políticos e educativos para as sociedades informatizadas” (MIRANDA¹⁰⁵, 2021, p.46)

Cidadão [cidadania]:

é um integrante de uma comunidade política (um Estado-nação) que, por ter uma relação de pertencimento com esta, tem certos direitos e deveres. O conceito de cidadão está sempre associado à ligação da pessoa com algum Estado, não havendo cidadão que não seja *cidadão de um Estado*. Cidadão é a posição de *status* daquele que tem cidadania, posição conferida para as pessoas dentro de uma comunidade nacional ou política específica e que carrega consigo direitos e responsabilidades. Conforme Dallan¹⁰⁶ (1994, p.61), em concepções mais abrangentes, basta o vínculo jurídico de cidadania em um Estado para que a pessoa seja considerada cidadã. Em concepções mais restritivas, além do vínculo jurídico, para ser cidadão, é necessário que a pessoa tenha também o gozo de direitos

¹⁰⁵ MIRANDA, Angela Luzia. Cibercultura e educação: pontos e contrapontos entre a visão de Pierre Lévy e David Lyon. Trans/Form/Ação [online]. 2021, v. 44, n. 1 [Acessado 14 Junho 2021] , pp. 45-68. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-3173.2021.v44n1.04.p45>>.

¹⁰⁶ DALLAN, Dalmo de Abreu. Ser cidadão. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 1984, v. 1, n. 2 [Acessado 15 Junho 2021] , pp. 61-64. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451984000200014>>. Epub 31 Jan 2011.

políticos. Conforme o sociólogo britânico Thomas Marshall (1893-1981), cidadão é aquele que exerce e possui seus direitos civis, políticos e sociais de maneira efetiva. Mais precisamente, analisando o desenvolvimento da cidadania nos séculos XVIII, XIX e XX, Marshall defendeu que cidadão é aquele que, especialmente em relação ao Estado, possui três tipos de direitos: 1. Direitos Civis; 2. Direitos Políticos; e, 3. Direitos Sociais. Os direitos civis têm como marco as revoluções liberais do século XVIII, sendo os primeiros a constarem dos textos normativos constitucionais. A expressão direitos civis refere-se a um grupo de direitos associados com as liberdades individuais, com a liberdade de pensar, de se expressar de maneira autônoma, de se reunir, de se organizar, de se locomover de escolher, com o respeito às decisões feitas pelos cidadãos no dia-a-dia. São exemplos de direitos civis as liberdades de ir e vir, a liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Direitos civis são direitos que são estabelecidos pelas nações e restritos aos seus limites nacionais. Já a expressão direitos políticos refere-se ao direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. Desta forma, o núcleo dos direitos ditos políticos envolve o direito ao voto, o direito a ser votado, direito a ocupar e permanecer em cargos ou funções políticas, o direito à filiação partidária, ao alistamento eleitoral e à alternância de poder. Por sua vez, os direitos sociais nasceram a partir do início do século XX, introduzidos pelo constitucionalismo do Estado social e compõem-se dos direitos de igualdade em sentido amplo. Os direitos ditos sociais são concebidos como instrumentos destinados à efetiva redução e/ou supressão de desigualdades, bem como constituem condições imprescindíveis para o efetivo exercício de qualquer outro direito fundamental. A Constituição Brasileira afirma que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos

desamparados [...] (BRASIL, 1998). Por essa definição constitucional, os direitos sociais impõem deveres e tarefas a serem realizadas pelo Estado, no intuito de possibilitar aos seres humanos melhor qualidade de vida e um nível razoável de dignidade como pressuposto do próprio exercício de liberdade. Para Marshall, a cidadania só é plena se o chamado cidadão tem seus direitos civis, sociais e políticos respeitados e este “respeito” está ligado à classe social e as ações do Estado. De qualquer forma, [...] em qualquer hipótese o cidadão é dependente do Estado, que estabelece as regras para aquisição da cidadania, diz quais são os direitos do cidadão e as condições para gozá-los, fixando também as hipóteses de perda da cidadania” (DALLAN, 1994, p.62). Como o que os governos definem a partir do Estado é fruto de jogos de poder e lutas sociais, a condição de cidadão, daquele que tem cidadania, não é naturalmente dada, vários grupos empreenderam e continuam efetuando lutas para assegurar cidadania a parcelas da população negligenciadas pelo Estado.

Para refletir: O Estado nacional brasileiro, durante séculos, excluiu escravos, mulheres e pobres da condição de cidadão. No Código Civil de 1916, as mulheres e os índios ainda eram definidos como “relativamente incapazes”. Somente a partir de 1988, os analfabetos brasileiros tiveram o direito ao voto assegurado. Considerando o conceito ora expresso, atualmente todo o brasileiro é cidadão? Todos têm seus direitos civis, políticos e sociais garantidos?

Cisgênero [ou cissexual]:

é a pessoa que, sendo biologicamente do sexo masculino (portador de pênis – homem) identifica-se como homem e com o que é considerado masculino pela sociedade em que ela se insere, ou a pessoa que, sendo do sexo feminino (portadora de vagina e seios –

mulher – fêmea) identifica-se como mulher e com o que é considerado feminino pela sociedade em que ela se insere. É a condição da pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento, em decorrência do tipo de órgão genital (vagina ou pênis) apresentado. Ocorre quando há a associação e alinhamento entre a identidade de gênero e o sexo biológico de nascimento de uma pessoa, conforme as expectativas sociais corriqueiras em nossa sociedade atual. É o oposto de transgênero. “A cisgeneridade consiste em sentir-se pertencente ou identificado com o corpo biológico designado no nascimento com base na construção discursiva acerca do órgão biológico que se possui. Pessoas que possuem pênis [supostamente] ‘deveriam’ sentir-se como homens e pessoas que possuem vagina ‘deveriam’ sentir-se como mulheres. No entanto, nem sempre é assim que acontece. O sentimento subjetivo da pessoa cisgênero a respeito do seu pertencimento está “alinhado” com a construção discursiva da biologia” (GONÇALVES¹⁰⁷, 2018, p.80). O “alinhamento” cisgênero traz um sentimento interno de congruência entre corpo físico e o gênero. Este sentimento não acontece em pessoas transgênero.

Para refletir: antes da colonização europeia, a cultura Navajo, localizada próxima à fronteira com o México, concebia e aceitava, quatro categorias de gênero. 1. Mulher; 2. Mulher masculina; 3. Homem masculino; 4. Homem feminino. Entre os “índios” Dakota, originários do centro-norte dos Estados Unidos, reconhecia-se os winté, como pessoas do sexo masculino que se comportavam como mulher. Dentre os Ojibwe, povo que se distribuía originalmente ao redor da região dos Grandes Lagos, sudoeste do Canadá, havia o reconhecimento e naturalização de pessoas chamadas Hemaneh (metade homem, metade mulher). Quem tem o poder de determinar como gênero deve associar-se a sexo? Deve, obrigatoriamente, o

¹⁰⁷ GONÇALVES, Cássia Rodrigues. Masculino, branco, heterossexual e cisgênero: o paradigma social dominante e o novo mal estar na cultura. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Católica de Pelotas, 2018. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/4267/1/Tese_Cassia_Rodrigues_Gon%c3%a7alves.pdf

gênero ser correspondente ao sexo? A serviço de que(m) está a tentativa de obrigação desta correlação entre as duas coisas?

Civilização:

na perspectiva do evolucionismo social, civilização é um termo que remete ao suposto estágio mais avançado de determinada sociedade humana, caracterizada basicamente pela sua fixação ao solo mediante construção de cidades. Nessa ótica, as sociedades passam pelas mesmas etapas de evolução para alcançar a etapa mais avançada dentre todas, a civilização. Civilizado seria oposto de “primitivo”, de bárbaro, de selvagem. Selvageria e barbárie seriam etapas de evolução anteriores à civilização. Originária do latim, da expressão *civis* (que significa cidade), a palavra civilização remete diretamente à cultura das cidades (cultura urbana, longe das florestas e das atividades rurais). Com estas interpretações, “a palavra civilização surgiu na França iluminista do século XVIII com um significado moral: ser civilizado era ser bom, urbano, culto e educado” (SILVA e SILVA, 2009, p.440). O sociólogo Norbert Elias, na obra “O processo civilizador” (1939), destacou que os colonizadores justificam a moralidade da colonização alegando que ela trazia a civilização, que faria “bem” para os povos colonizados. Para ele, durante o processo de colonização, tanto os europeus mudaram gradualmente suas ideias do que era aceito como regras de etiqueta, expressões faciais, controle de fluidos corporais, comportamento em geral (estilo de vida, hábitos de higiene, forma de preparar os alimentos), quanto passaram a tornar esses comportamentos “civilizados”, essenciais para qualquer pessoa ou povo disposto a negociar, ou interagir com os nobres, comerciantes ou mulheres. Neste contexto, as pessoas e nações que não tivessem o comportamento “certo”, que, por exemplo, não tivessem “boas” maneiras à mesa, eram vistas como inferiores que precisavam ser “civilizadas” seguindo as regras dos poderosos, da elite que

estabelecia o que era civilizado. Fato é que “o Conceito de ‘civilização’ refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode-se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou o modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma ‘civilizada’ ou ‘incivilizada’ (ELIAS¹⁰⁸, 1990, p. 23). De qualquer forma, em síntese, “as características típicas da civilização incluem comunidades fixas; organização política na forma de Estado; divisão de trabalho complexa; comércio em economias de mercado; instituições religiosas formais; e arte, literatura, música e outras formas de expressão altamente desenvolvidas” (JONHSON, 1997, p.35).

Para refletir: Michel Montaigne (1533-1592) na obra *Dos Canibais*, expressou “cada pessoa considera bárbaro o que não se pratica em sua terra”. E você, já considerou bárbaro algo que não se pratica em sua terra? Já julgou alguém pelos hábitos à mesa ou pela maneira que ela prepara a comida? Quando você visita um país vizinho (por exemplo, o Paraguai), já julgou que eles eram menos civilizados do que você? A serviço de quem está a colocação do outro no lugar de não-civilizado?

Classe social:

a distribuição desigual de vantagens e recursos, tais como riqueza, dinheiro e poder, coloca conjuntos de pessoas em desiguais condições materiais e econômicas. Estas desiguais condições, na sociedade brasileira, formam estruturas similares a um prédio, um grande edifício com vários andares e com formato triangular. Os

¹⁰⁸ ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

primeiros andares, a base do prédio, são largos, compostos por um grande conjunto de pessoas com poucas riquezas, com menor prestígio ou poder. É comum que estas pessoas sejam chamadas de pobres. Quanto mais altos, mais estreitos ficam os andares do prédio. O último andar é composto por um pequeno número de pessoas proprietárias de abundantes riquezas, dinheiros e poderes. Estes últimos, costumam ser chamados de ricos. Uma classe social é como um andar do prédio que acabamos de descrever, é um conjunto de pessoas em um mesmo “nível” ou uma camada de uma pirâmide social. Os critérios para definir-se uma parcela da sociedade como uma classe social são variados e motivos de divergência, mas, de modo geral, trata-se da posição econômica de um conjunto de pessoas, definida em relação à posse de propriedades e riqueza e em relação às posses de outros conjuntos de pessoas. Ou, em termos sociológicos, uma classe social é um estrato do sistema de estratificação social, identificado por condições econômicas e hábitos típicos. Em Karl Marx, classe social refere-se à posição de um grupo de pessoas em relação ao processo de produção. Para ele, no capitalismo, existem duas classes sociais antagônicas ligadas por uma relação de exploração: 1. proprietários dos meios de produção (burguesia) e 2. trabalhadores (proletários), mas as classes sociais não seriam uma fatalidade a que todas as sociedades estão condenadas. Para Max Weber, a posição de classe não pode ser pensada apenas a partir de critérios econômicos e materiais, deve-se considerar também nível de escolarização, status, prestígio e poder. Para Weber, a posição de classe inclui a posse de bens, o nível de educação e o grau de habilidade técnica. Para ele, classe social é um agrupamento que se define por interesses comuns no mercado e a maneira como uma sociedade é estratificada tem também relação com dois outros aspectos: 1. grupo de status (pertencimento a grupos com prestígio ou honra social não necessariamente relacionados com a posse de bens); 2. partidos (pertencimento a organizações com poder para impor sua vontade aos outros). Assim, em Weber, classe social, status e partidos são dimensões da estratificação social. Por exemplo, alguém pode dirigir uma organização social com grande

poder, mas não ser rico, enquanto alguém pode ser rico e não ter prestígio perante os demais. De qualquer forma, uma característica do sistema de classes sociais é a possibilidade de Mobilidade Social (vertical e horizontal), que não existe em outras formas de estratificação social, como no sistema de Castas. No Brasil, em estudos acadêmicos, a partir de distintos critérios, como níveis de renda e consumo, as classes sociais são divididas em categorias denominadas distintamente, tais como: classe Alta, classe Média e classe baixa; classe A, classe B, classe C e classe D; Classe dominante, etc. Apesar de, em uma mesma classe social, existirem numerosos grupos sociais, fragmentados, cujo comportamento não se pauta pela classe a que “pertencem”, a **classe** social ainda é determinante em muitos aspectos da vida humana (coletiva ou individual).

Para refletir: com Max Weber, aprendemos “que uma pessoa não se associa com outra pelo simples fato de estar na mesma condição de classe. Existem outros fatores que interferem nisso: o sujeito atribui significados à sua vida e à realidade ao seu redor e pode rejeitar ser de uma certa classe social devido a fatores que podem parecer incompreensíveis a quem o enxerga de fora” (NETO e PESSOA¹⁰⁹, 2021, p. 51). Que outros fatores podem ser estes? Se um motorista de aplicativo, um empresário ou operário que ganha dois ou três salários mínimos por mês, não se entendem como pobres ou como pertencentes à classe baixa, qual a probabilidade de que eles se unam para combater a exploração que os assola? Em que fatores da vida humana a classe social interfere?

¹⁰⁹ NETO, Manoel Moreira de Souza e PESSOA, Márcio Kleber Moraes. O que é classe social?. In. **BODART, Cristiano das Neves**. Conceitos e Categorias Fundamentais do Ensino de Sociologia, volume 1. 1. ed. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2021, p.47 -52.

Cientelismo:

É a troca de bens e serviços por apoio político. Ação política de privilegiar uma clientela (conjunto de indivíduos dependentes) na distribuição de recursos públicos ou de favores, em troca de seus votos. O conceito de clientelismo “[...] indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto.[...]” (CARVALHO¹¹⁰, 1997, p. 134). Inicialmente, o clientelismo se referia “apenas à compra do voto do eleitor pelo candidato ao cargo de representante político, seja pela oferta de benefícios obtidos com recursos públicos, seja com recursos do próprio candidato. Geralmente, o pagamento pelo voto se dava com cargos na administração pública, redução de impostos, dinheiro vivo, alimentos ou tratamento de saúde [...]. Atualmente, o clientelismo passou a ser entendido mais como uma relação de troca entre eleitores e candidatos do que como uma relação estritamente comercial. Por exemplo, a população costuma demandar um serviço público que, normalmente, não é obtido por meio do mercado. E os candidatos, no tempo da campanha eleitoral ou quando eleitos, promovem a concessão do serviço em troca do voto do eleitor” (MULLER¹¹¹, 2020, 151). No Brasil, a cultura política do clientelismo se faz presente nas mais diversas esferas da vida em sociedade e ofusca a relação entre a coisa pública e privada, promovendo a interpretação equivocada de associação do serviço público com caridade-bondade individual de governantes ou funcionários públicos. Seja em famílias, departamentos de trânsito, instituições escolares ou assistência social, o “jeitinho” ou o “apadrinhamento” deste ou daquele, é prática que se

¹¹⁰ CARVALHO, J. M. (1997). Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, 40(2). Recuperado em 1 de outubro de 2018, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso

¹¹¹MULLER, M. Por que ainda falamos de clientelismo no Brasil? *Revista Debates* 14 (3), 150-176. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/debates/article/view/109274/59786>. Acesso em: 15/06/2021.

manifesta em ações como agilizar o acesso ao tratamento de saúde do eleitor cliente, garantir a cesta básica com recursos da assistência social, o transporte da zona rural para a cidade, “entre tantas outras ações que não condizem com a real função do representante político na democracia brasileira” (idem).

Para refletir: o clientelismo é marca histórica da política brasileira. Naturalizamos a troca de bens e serviços por apoio político. Como o clientelismo se manifesta nas relações cotidianas?

Coerção social:

como conceito associado com a sociologia de Émile Durkheim¹¹² (2007), coerção social é a força ou o efeito exercido sobre o indivíduo pelas normas sociais, pela sociedade. É uma força invisível que se origina da sociedade ou de grupos sociais e atua sobre as pessoas, incitando-as a agirem conforme normas e padrões sociais. É a força que empurra os indivíduos ao ajuste de conduta em relação às normas e comportamentos típicos do local em que ele vive. É a “força da coletividade e da sociedade sobre a vontade individual” (COSTA¹¹³, 1997, p.310). É a indução, a pressão que faz com que as pessoas ajam de acordo com as normas, padrões sociais e leis. É caracterizada pela pressão e/ou repressão que a sociedade exerce sobre o indivíduo. Estas normas não necessariamente estão expressas na forma de documentos legais. A coerção social pode ocorrer de forma física, com punições ou castigos, com aplicação da lei (uma multa, por exemplo), ou pode vir de um olhar, ou sorriso,

¹¹² DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. Tradução de Pietro Nassetti- Ed. Martin Claretto – São Paulo, 2007. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/durkheim-c3a9-as-regras-do-mc3a9todo-sociolc3b3gico.pdf>

¹¹³ COSTA, C. **Introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 2019.

que reprime determinada conduta e estimula outro tipo de comportamento. Quando você veste uma roupa muito diferente daquela utilizada no contexto em que você vive e as pessoas deboçam de você ou tua mãe te manda trocar de roupa, você sente os efeitos da coerção social. A coerção social mais eficaz é aquela que está internalizada pela pessoa a ponto de a mesma pensar que faz determinadas coisas por sua livre escolha. A coerção social “remete aos limites que são produzidos, de diferentes formas, pelas regras sociais que compartilhamos ao viver em sociedade [...] é um mecanismo de controle, de disciplina e de organização da vida social, podendo ser também de dominação e de exercício de poder” (PEREIRA¹¹⁴, 2021, p.23). Segundo Durkheim (2007), a coerção social constitui uma das características do fato social. Para ele, coerção é a essência da vida social e da oposição entre indivíduo e sociedade. Trata-se, portanto, de conceito com especial importância na Sociologia Funcionalista.

Para refletir: imagine viver em uma sociedade em que cada um pudesse fazer o que bem entendesse na hora que quisesse, em que não existissem forças coercitivas que funcionassem como freios individuais. Como seria esta sociedade? Será que nós precisamos de todas as normas e padrões que regulam nosso comportamento? Para viver em sociedade, que tipos de regras precisamos e que tipos de regras não precisamos?

Coesão social:

é a conexão harmônica e/ou funcional entre as partes de um Sistema Social ou sociedade. Pense em quando os professores de língua

¹¹⁴ PEREIRA, Thiago Ingrassia. O que é coerção social?. In. BODART, Cristiano das Neves. **Conceitos e Categorias Fundamentais do Ensino de Sociologia**, volume 1. 1. ed. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2021, p.53 -56.

portuguesa falam sobre coesão textual para se referir a conexão e harmonia entre os elementos textuais, que possibilita a amarração de ideias dentro de um texto: a coesão social é algo semelhante, mas se refere a conexão e harmonia entre os elementos (pessoas, grupos sociais, instituições, organizações, etc.) de uma sociedade. Desta forma, a coesão social é uma força de unificação de pessoas e instituições que compõem um grupo social, uma família, uma comunidade, uma sociedade ou qualquer outra unidade social. Esta coesão, como força unificadora, impede que a unidade social se dissolva. Para o sociólogo funcionalista Émile Durkheim (2007, p. 91) “a primeira condição para que um todo seja coerente é que as partes que o compõem não se choquem em movimentos discordantes”. Logo, a coesão social seria, para ele, um fundamento para o bom funcionamento da sociedade. Com esta interpretação, em seu clássico livro sobre a divisão do trabalho social, Durkheim (2007) analisa as fontes de coesão social típicas de sociedades simples (ou pré-modernas) e complexas (ou ditas modernas). Nestes dois contextos, Durkheim (2007) identificou duas fontes distintas de coesão social, em duas formas de solidariedade social: 1. Solidariedade Mecânica; 2. Solidariedade Orgânica.

Para refletir: no fim do século XIX, Émile Durkheim percebia a ascensão de um processo de metamorfose social, particularmente instigada pela indústria e pelo desenvolvimento do capitalismo. Neste contexto ele se perguntava: como pode esse corpo social capitalista, que se fragmenta e qualifica-se em funções cada vez mais divergentes, em que as pessoas têm crenças cada vez mais diversas e buscam o interesse individual, assegurar uma unicidade e coesão social? Como você responderia à inquietação de Durkheim?

Colonialismo interno:

é o colonialismo executado em uma nação, por grupos da própria nação; envolve o domínio de um grupo étnico por outro grupo étnico em um mesmo país; e, ressalta que as relações de exploração típicas do colonialismo, acontecem não só entre sociedades, mas dentro delas. O conceito de colonialismo interno, de inspiração marxista, foi cunhado para pensar o desenvolvimento histórico da questão colonial nos Estado-Nacionais do Terceiro Mundo (mais especificamente na América Latina) e busca caracterizar a continuidade colonial das estruturas sociais nos territórios que no passado foram colônias europeias. “A definição de colonialismo interno está originalmente ligada a fenômenos de conquista, nos quais a populações nativas não são exterminadas e formam parte, primeiro do Estado Colonizador e depois do Estado que adquire uma independência formal” (CASANOVA¹¹⁵, 2006, p.410). Neste contexto, “as classes ou grupos dominantes nativos, representados na América Latina pelos setores burgueses, exercem um controle do tipo colonial sobre o resto dos grupos sociais preexistentes à formação histórica do Estado-Nação” (QUINTERO¹¹⁶, 2018, p.3). Configura-se “uma estrutura social colonial onde os setores hegemônicos dominam culturalmente e exploram materialmente aos povos indígenas, reproduzindo internamente as dinâmicas

¹¹⁵CASANOVA, P. G. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**, 2007, ISBN 978987118367-8. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1562.dir/20Casanova.pdf> . Acesso em dia 18/06/2021.

¹¹⁶ QUINTERO, P. Colonialismo interno, neocolonialismo, colonialidade do poder: contribuições, limites e problemas dos modelos teóricos sobre os povos indígenas e as situações coloniais na América Latina. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 31., 2018, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: Universidade de Brasília, 2018. p. 1-12. Disponível em: <https://www.31rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNToiYTToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPjtzOjQ6IjIwNzUiO30iO3M6MT0iaCI7czoZMjoiZDVkMTgyNzQxOGM4MDNkZjVlY2E5YjM0ZjQxOWRhMjQiO30%3D>. Acesso em 18/06/21.

coloniais globais associadas às modalidades específicas de acumulação de capital; e da mesma forma que “as áreas desenvolvidas do planeta mantêm no subdesenvolvimento os países periféricos, as classes dominantes mantêm no subdesenvolvimento os setores dominados no âmbito nacional” (idem). Desta forma, “os povos, minorias ou nações colonizadas pelo Estado-nação sofrem condições semelhantes às que caracterizam o colonialismo e o neocolonialismo ao nível internacional: 1. Habitam em um território sem governo próprio. 2. se encontram em uma situação de desigualdade frente às elites das etnias dominantes e das classes que as integram. 3. Sua administração e responsabilidade jurídico-política concerne às etnias dominantes, às burguesias e oligarquias do governo central ou aos aliados e subordinados do mesmo. 4. Seus habitantes não participam nos mais altos cargos políticos e militares do governo central, salvo na condição de ‘assimilados’. 5. Os direitos de seus habitantes, sua situação econômica, política, social e cultural são regulados e impostos pelo governo central. 6. Em geral, os colonizados no interior de um Estado-Nação pertencem a uma “raça” distinta a que domina o governo nacional e que é considerada inferior, ou no máximo se transformou em um símbolo libertador que faz parte da demagogia estatal. A maioria dos colonizados pertencem a uma cultura distinta e fala uma língua distinta da ‘nacional’” (idem). Além disso, muitas vezes, o colonialismo interno consiste em segregar os colonizados em empregos, residências e contatos sociais. Dentre outros, o conceito de colonialismo interno, muito influente entre 1960 e 1980, tem como desenvolvedores o sociólogo mexicano Pablo Gonzáles Casanova e os brasileiros Roberto Cardoso de Oliveira e Yves Chaloult. Estes autores defendem que dominação e exploração são categorias de ação que caracterizam o colonialismo interno e que a história de relação dos brasileiros com as populações indígenas, são exemplos práticos desta categoria de colonialismo, que ainda se manifesta, especialmente mediante a criação de mercados de trabalho segmentados.

Para refletir: em países do chamado “Primeiro Mundo”, os padrões de diferenciação e desigualdade social estão cada vez mais ligados exclusivamente à categoria classe social. No entanto, em nações que antes foram colônias e hoje são países subdesenvolvidos (como os países da América Latina), em função do colonialismo interno, as hierarquias sociais estão também organizadas por distinções étnico-raciais que, outrora, justificaram a existência da estrutura social colonial. Por esse fator, análises considerando exclusivamente a categoria classe social são insuficientes para dar conta das dinâmicas internas das ex-colônias. O que você pensa sobre isso? Como o colonialismo interno se manifesta entre os grupos étnicos que vivem na mesma região que você?

Colonialismo:

processo pelo qual as nações estabelecem seu domínio em territórios distantes do território doméstico. O colonialismo, como processo de colonização, cria relações de dependência e controle político e econômico sobre as áreas colonizadas. “Colonialismo indica a doutrina e a prática institucional e política da colonização. Enquanto colonização é o processo de expansão e conquista de colônias, e a submissão, por meio da força ou da superioridade econômica, de territórios habitados por povos diferentes dos da potência colonial, Colonialismo define mais propriamente a organização de sistemas de domínio” (BOBBIO, PASQUINO e MATTEUCCI¹¹⁷, 2008, p.181). Trata-se do “sistema ou orientação política pelo qual uma nação estende seu poder para outro

¹¹⁷ BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, N. Dicionário de Política. 13a . ed. Brasília/DF: UNB, 2008. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>

território, por meio da ocupação direta e do controle econômico, administrativo, político e cultural” (MACHADO, AMORIM e BARROS¹¹⁸, 2017, p.14); da “reivindicação de um Estado da soberania de outros territórios. É caracterizado por um poder desigual entre os colonizadores que comandam os territórios e suas populações nativas” (KELLY¹¹⁹ *et al.*, 2013, p.340). Destaca-se que, “antes de qualquer coisa o colonialismo é uma política de Estado. É sempre o Estado que vai condensar pressões sociais e econômicas e moldar o colonialismo. O colonialismo não pode ser separado do estatismo, ou seja, da propensão do Estado em expandir-se, conquistar e subjugar. O colonialismo é sempre um instrumento de Estado; não é possível falar de colonialismo sem falar de um Estado que promove, organiza ou coordena a colonização, mesmo que ele não tenha controle total sobre os colonizados e que existam formas de colonização espontâneas que se realizam de forma mais ou menos autônoma” (FERREIRA¹²⁰, 2014, p. 275). O termo Colonialismo é muitas vezes utilizado como sinônimo de imperialismo e considerado uma das formas adotadas pelo imperialismo no transcorrer da história. O colonialismo moderno se manifestou, dentre outras expressões, na colonização e domínio do território da América Latina executada pelo Império Português e o Império Espanhol. Mesmo após a independência dos territórios colonizados, as discussões sobre a descolonização continuaram e continuam criando ações coletivas e conceitos, tais como os de colonialismo interno, colonialidade e colonização cultural.

¹¹⁸ MACHADO, I. J. R.; AMORIM, H; BARROS, C. R. **Sociologia hoje**. 1ª. ed. São Paulo: Ática, 2013.

¹¹⁹ KELLY, P. *et al.* **O livro da Política**. São Paulo: Globo livros, 2013.

¹²⁰ FERREIRA, Andrey Cordeiro. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial. *Sociedade e Estado* [online]. 2014, v. 29, n. 1 [Acessado 16 Junho 2021] , pp. 255-288. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000100013>>. Epub 30 Jun 2014. ISSN 1980-5462. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000100013>.

Para refletir: Você acha que o colonialismo é um fato histórico que já não ocorre atualmente? Se ele ainda, como ele se manifesta?

Colonialidade:

é um conceito criado no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990 pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano. Enquanto o conceito colonialismo tem sua definição restrita ao período colonial (como o que aconteceu quando o Brasil era uma colônia de Portugal), o conceito de colonialidade enfoca a continuidade da “lógica” da colonização (guiada pelo conceito de raça), das formas coloniais de dominação, subordinação e das estruturas hierárquicas coloniais de poder, mesmo após a independência dos territórios colonizados. Ou seja, para Quijano (1997), na modernidade, a lógica da colonização guiada pelo conceito de raça e por relações coloniais entre saberes e modos de vida, passou a ser uma "estrutura permanente" do “funcionamento do mundo”. O padrão de dominação colonial (o colonialismo) criou e adotou o conceito de raça como uma ferramenta de dominação social universal. Por meio do conceito de raça, os povos escravizados e dominados (por exemplo, índios e negros) foram hierarquizados e situados em uma suposta posição natural de inferioridade. Essa hierarquização, que era um traço do colonialismo, sobreviveu ao fim dos processos de colonização e tornou-se um dos fatores centrais da desigualdade no sistema capitalista. A categoria raça, fruto da modernidade, traço distintivo principal e justificador da colonização, no período colonial, serviu para diferenciar conquistadores e conquistados, mas durou mais do que o colonialismo em que teve origem. A desigualdade racial se perpetuou e continua atualmente. Gradativamente, a ideia de raça foi naturalizada e relacionada com certos postos de trabalho, configurando uma “distribuição racista do trabalho no interior do capitalismo. Assim, a raça passou a ser

um princípio de hierarquização associada à divisão do trabalho capitalista. Dessa forma, se configurou uma nova tecnologia de dominação (raça/trabalho) que até hoje opera por meio da naturalização de hierarquias raciais, culturais, territoriais, de gênero e de conhecimento, subalternizando certos grupos de seres humanos e garantindo sua dominação, exploração, bem como ignorando seus conhecimentos e experiências. Vide Teoria decolonial e/ou Epistemologias do Sul.

Para refletir: o trabalho do sociólogo peruano Aníbal Quijano, por meio do conceito de colonialidade, indica que, de certa forma, ainda vivemos em um mundo colonial, ainda pensamos a realidade na lógica racista que sustentou a colonização. Em que características da nossa cultura/realidade você ainda percebe a lógica ou as estruturas de poder da colonização? Como podemos nos livrar da colonialidade? Como podemos nos descolonizar?

Colonização cultural [ou colonialismo cultural]:

colonização das formas culturais de uma sociedade/etnia sobre outra, mediante produções disseminadas pelos meios de comunicação de massa e desenvolvidas pela indústria cultural. É o processo pelo qual as nações estabelecem sua influência e domínio em culturas distantes do território doméstico, minando e alterando suas formas de pensar e práticas culturais. “Colonialismo cultural é uma forma de se alterar sutilmente a cultura de um grupo de indivíduos (território, região, país) por meio da manipulação dos meios de comunicação (cinema, televisão, etc.), fazendo com que muitas vezes estes sejam despossados de parte dos seus bens culturais. É uma estratégia usada pelo imperialismo para manter

seu domínio” (MERCADANTE NETO¹²¹, 2007, p.16). Em outros momentos históricos, os sistemas educacionais e as igrejas (como a Igreja Católica, nos redutos jesuítas) eram a principal ferramenta do colonialismo cultural. Atualmente, a indústria da comunicação e do entretenimento, como o cinema e outras manifestações, servem aos propósitos de colonização cultural e podem promover o descrédito a culturas e práticas nacionais, em oposição à valorização e consumo de culturas e práticas de nações dominantes. Ressalta-se que todo o colonialismo pressupõe algum nível de colonização cultural. Aliás, a “colonização tem tanto o caráter de ocupação e cultivo de novos territórios, como de domínio, exploração e instalação cultural, pois a cultura do colonizador é transposta para o novo território” (SILVA e SILVA, 2009, p.68). No entanto, a colonização cultural é um processo que transcende o colonialismo, porque independe de um domínio formal de uma nação sobre outra.

Para refletir: a função colonizadora de filmes e séries provenientes de universos culturais diversos da população à qual se destina, se consolida com produções que representam verdadeiras estratégias de *marketing* sobre o poder, a suposta competência e bondade das nações mais desenvolvidas. Que nações o cinema costuma retratar como melhores/superiores? Como as consequências da colonização cultural exercem influência na política brasileira? Quando a escola valoriza mais o “halloween” que o índio e o folclore nacional, ela é instrumento de colonização cultural?

¹²¹ MERCADANTE NETO, Armando. Discurso e Poder: Uma análise da construção discursiva que compõe o telejornalismo brasileiro; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Comunicação Social) - Centro Universitário de Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/1592/2/20386601.pdf>

Colorismo (ou pigmentocracia):

ordenação de pessoas em uma escala de valor, grandeza ou importância definida a partir da cor da pele, em uma hierarquia ou ordem que vai do mais branco ou claro para mais escuro ou pigmentado e em que quanto mais clara for a pele da pessoa, melhor posicionada e mais respeitada a pessoa é. Trata-se de uma forma de racismo que se fundamenta nas diferentes tonalidades de pele, segregando, excluindo, discriminando ou inferiorizando aqueles que possuem uma tonalidade de pele mais escura. Embora seja expressão do racismo, ao contrário deste, que se orienta na associação da pessoa a uma determinada raça supostamente inferior, o colorismo se pauta prioritariamente pela cor da pele da pessoa. Mesmo que uma pessoa seja reconhecida como negra ou afrodescendente, o colorismo indica que a tonalidade de sua pele será determinante para o tratamento que a sociedade dará a ela. Questionando termos como mulato/a, pardo/a, crioulo/a, moreno/a, o debate colorista não discute apenas como a discriminação racial aumenta gradativamente conforme o escurecer da pele negra, mas também como a identidade negra é apagada em meio a subcategorias que reduzem o número de pessoas que pode se identificar como negro. O termo “colorismo” (ou pigmentocracia) foi desenvolvido pela estadunidense Alice Walker, em 1982, também para referir-se ao privilégio da pessoa de pele clara (light skin) em relação à pessoa de pele escura (dark skin) no que concerne às oportunidades de vida, mobilidade social e/ou interação social. Walker¹²² (1982, p.291) inicialmente definiu colorismo como “tratamento preconceituoso ou preferencial de pessoas da mesma raça baseado unicamente em sua cor”. Em suas múltiplas facetas, o colorismo é uma manifestação da perpetuação da lógica colonial que, por meio do conceito de raça, fundamentou

¹²² WALKER, Alice. If the Present Looks Like the Past, What Does the Future Look Like? In Alice Walker. Search of our Mothers' Gardens: Womanist Prose. New York: Harcourt Inc, 1982.

a escravização e o domínio de índios e negros, situando-os numa suposta posição natural de inferioridade. A naturalização de hierarquias raciais, como um dos efeitos da colonialidade, contribuiu para a naturalização da hierarquia das cores de pele produzidas pelo colorismo. No Brasil, as teorias eugênicas, ao sustentarem propostas de branqueamento racial, também contribuíram com o desenvolvimento do colorismo.

Para refletir: o colorismo indica que quanto mais o tom da pele de uma pessoa é escuro, mais chances essa pessoa tem de enfrentar situações racistas e, que o inverso também é verdadeiro. Como você observa isso nas suas relações sociais?

Comte, Auguste (1798-1857):

filósofo francês que é considerado o fundador da Sociologia (primeiramente denominando-a como Física Social), Comte era formado em noções de matemática, tinha interesse em ciências naturais e com 16 anos frequentou a Escola Politécnica de Paris. Ele acreditava que os métodos (observação, experimentação e comparação) usados nas ciências naturais, como Biologia e Química, também poderiam ser usados para investigar as causas dos problemas sociais, através de uma ciência (a Sociologia) capaz de explicar o passado da espécie humana e prever o seu futuro. Mais ainda, ele apostava na Sociologia como ciência para organizar a sociedade com base em princípios científicos e não religiosos. É o pai do Positivismo e autor da teoria (evolucionista social – vide evolucionismo social) de que as sociedades evoluem em três estados/estágios . No seu *Cours de Philosophie Positive*, Comte¹²³

¹²³ COMTE, Auguste. Curso de Filosofia Positiva. Em: Os Pensadores. Tradução de José Arthur Giannotti. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (publicado originalmente entre 1830 e 1842). Disponível em: <http://www.ldaceliaoliveira.com>

(1983) apresentou a Sociologia como a ciência mais complexa e profunda da humanidade, bem como a batizou com este nome. Além disso, nos seis volumes do curso em questão, ele sustentou que o espírito humano tinha evoluído através de três estados: 1. teológico; 2. metafísico; e, 3. positivo). Na fase “teológica ou fictícia”, os fenômenos são explicados pela intervenção de entidades sobrenaturais, ou, nas palavras de Comte (1983, p.3) “o espírito humano (...) apresenta os fenômenos como produzidos pela ação direta e contínua de agentes sobrenaturais”. Na fase “metafísica”, os fenômenos são explicados mediante referência a abstrações. Na fase “científica ou positiva”, que representaria o ápice, o coroamento do progresso da humanidade, “o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer a causa íntima dos fenômenos, para preocupar-se unicamente em descobrir (...) suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude” (COMTE, 1983, p. 4). Nesta última fase, assume-se que “somente são reais os conhecimentos que repousam sobre fatos observados” (COMTE, 1983, p. 5). É o tempo da ciência, em que se acredita que o conhecimento da sociedade só pode ser alcançado por meio da investigação científica e da observação das leis que governam a estabilidade social (forças estáticas) e a mudança social (forças dinâmicas). Na ótica de Comte (1983), o entendimento científico dessas leis (forças com natureza semelhante à gravidade) poderia trazer a mudança social, a ciência poderia e deveria ser usada para construir uma sociedade mais evoluída e melhor.

Para refletir: é possível e correto que as sociedades sejam fundadas e guiadas apenas por pressupostos científicos? O estado científico representa o coroamento do progresso da humanidade?

Comunidade:

agrupamento humano com um sentimento muito forte de pertencimento, com um senso de ligação, com nível elevado de intimidade, integração e identificação entre seus integrantes e com compromisso mútuo baseado em uma cultura homogênea, experiências em comum, acentuada interdependência e coesão. Os primeiros estudos sociológicos pensavam as comunidades como a forma de vida social própria das sociedades agrárias, marcadas por pequena flexibilidade das relações sociais existentes e por forte influência da família e da tradição. Para o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies (1855-1936), uma comunidade pressupõe uma forte homogeneidade de interesses e crenças entre seus membros, além de uma baixa diferenciação dos status e funções individuais. Trata-se, para ele, de “homens [sic] que se sentem e sabem como pertencendo-se uns aos outros, fundados na proximidade natural de seus espíritos” (TÖNNIES, 1942: 45). Neste contexto, em relações autoritárias e/ou de companheirismo, laços de consanguinidade, de coabitação territorial e de afinidade espiritual, convergiam para diferentes ordenamentos interativos comunitários, “como comunidade de sangue (parentesco), lugar (vizinhança) e espírito (“amizade”) (ibidem, p. 33). No entanto, na passagem do modo de vida rural para o urbano (urbanização), teríamos o desencadeamento de uma ruptura na organização dos núcleos comunitários e assim aconteceu a modificação e/ou a destruição do senso de comunidade. Com o processo de urbanização, o senso de comunidade pode vir a se modificar e, em alguns contextos, é praticamente destruído. Quanto mais as cidades se multiplicavam e se multiplicam, mais se perdiam e se perdem as forças dos círculos de parentesco e vizinhança como fundamento de sentimentos e atividades comunitárias. Por isso, os sociólogos estabelecem uma diferenciação entre comunidade e sociedade. Diferentemente da comunidade, a sociedade é marcada pela prevalência da burocracia, do individualismo, de relações

impessoais, de complexa diferenciação das funções e status individuais e de grande desigualdade (material e ideológica) entre as pessoas. Considerando estas diferenças, atualmente a Sociologia enfoca as comunidades que se formam no interior das sociedades. São novas formas de convivência comunitária, com relações de solidariedade que se constituem em pequenos grupos, por vizinhança, pertencimento religioso ou associação profissional.

Para refletir: que laços sociais comunitários você possui? Para você, é correto falar que as pessoas de sua escola formam uma comunidade?

Comunismo:

sistema socioeconômico, ideologia, doutrina e movimento político que defende e busca o fim da propriedade privada dos meios de produção, o fim das classes sociais, a distribuição igualitária dos bens produzidos pela sociedade, a extinção do Estado, o autogoverno da coletividade e ação da própria comunidade de trabalhadores na organização da riqueza social. É uma forma de organização social baseada no princípio da propriedade pública, coletiva, dos meios materiais de produção e de serviço econômico. O comunismo representaria, ao mesmo tempo, o movimento político dos trabalhadores baseados no manifesto político de Karl Marx e Friedrich Engels, e a sociedade que se originaria deste movimento político - a sociedade criada pela classe trabalhadora (proletários) na luta com as classes dominantes (burguesia). Como movimento político da classe operária na sociedade capitalista, iniciado com a Revolução Industrial, o termo Comunismo refere-se ao conjunto de ideias vinculadas a Karl Marx, desenvolvidas por Vladimir Ilyich Ulianov (conhecido pelo pseudônimo Lênin ou Lenine) e institucionalizadas em Cuba, na China e, até 1990, na União Soviética, no leste europeu. Para Marx, após a derrubada do capitalismo,

inicialmente orientado pelos princípios do Socialismo, o Estado governaria em benefício dos trabalhadores e evitaria a contra-revolução capitalista. Neste contexto, gradativamente, todos os aspectos da vida em sociedade passariam a ser controlados a nível local (pelos trabalhadores, pelos membros da comunidade) e, desta forma, com o passar do tempo, o Estado perderia seu sentido. Assim, o socialismo brotaria das transformações revolucionárias do capitalismo, mas nele gradativamente o Estado desapareceria, fazendo o comunismo se consolidar. O comunismo seria resultado inevitável do socialismo, que, por sua vez, seria uma consequência das transformações revolucionárias das sociedades capitalistas industriais. O comunismo “difere do socialismo, por preconizar a impossibilidade da reforma e de sua instauração em uma sociedade pela aplicação de medidas fragmentárias e de caráter lento. Outro ponto de discordância apresenta-se no que se refere à renda: se ambos os sistemas consideram válidas as rendas advindas do trabalho (não aquelas, porém, que derivam da propriedade), o socialismo admite que a renda seja medida pela capacidade pessoal ou pelo rendimento social manifestado pela competência dentro do sistema coletivo, ao passo que o comunismo aspira suprimir até mesmo este último tipo de competência: o lema comunista é “dê a cada um segundo sua capacidade e à cada um segundo suas necessidades” (LAKATOS, 1985, p.308). Ou seja, a sociedade comunista seria aquela em que cada pessoa contribui de acordo com sua capacidade e retira conforme suas necessidades. Fato é que, nenhum dos países atuais, simplismente denominados comunistas, atingiram este estágio: encontram-se na fase de ditadura do proletariado" ou "democracia popular”, de socialismo. Destaca-se que os rivais históricos do socialismo/comunismo são o conservadorismo e o liberalismo/neoliberalismo.

Para refletir: seria necessário implantar o comunismo para colher alguns dos efeitos a ele associados? Caso a sua resposta seja não, o que o ideário comunista nos deixou de herança como direitos e valores?

Conceito:

é a compreensão que alguém tem de uma palavra ou termo. Conceitos são palavras ou expressões que representam, nomeiam, definem e caracterizam um fenômeno ou elemento. Um conceito “é uma tentativa de definição de um objeto através da linguagem” (BODART, 2021, p.15). Todas as definições associadas com cada termo apresentado nesta obra são conceitos produzidos por algum autor ou instituição para aprimorar a compreensão de algum aspecto da vida em sociedade. Sociólogos e teóricos de distintas áreas, utilizam, criam ou definem um conjunto de termos, para operacionalizar a interpretação e descrição do fato estudado sem ter que repetir longas descrições dos fenômenos a ele associado, a cada vez que o fenômeno é mencionado. Cada termo conceituado funciona como uma “ferramenta discursiva” que permite indicar um elemento sem a necessidade de, toda vez, ter que descrevê-lo. Cada conceito funciona como uma “lanterna na escuridão”, porque aponta e/ou evoca para um elemento que, sem ele, pode passar despercebido. É uma ferramenta de análise, porque facilita o trabalho sobre os fenômenos a que ele se vincula. Os conceitos diferenciam uma análise científica do senso comum, porque permitem melhor precisão na descrição dos fenômenos. Como a realidade social é algo complexo, nem sempre um conceito tem uma única definição e/ou representa uma só coisa. Por entenderem a realidade de maneiras distintas, os sociólogos podem definir um mesmo conceito de maneiras distintas. A escolha dos conceitos que são utilizados para instrumentalizar uma análise deve preservar a coerência entre eles e a perspectiva teórica que os fundamenta e nos orienta.

Para refletir: que conceitos você utilizaria/criaria para descrever as relações sociais do mundo atual? Você sente que o seu “repertório de conceitos” (ops, acabamos de criar um conceito) é suficiente e/ou eficaz para descrever o que você percebe em sua volta?

Configuração social:

Configuração social é um conceito criado para superar a dicotomia entre agência e estrutura social ou entre indivíduo e sociedade. O sociólogo alemão Norbert Elias (1897 -1990), forjando o conceito de configuração social, desenvolveu um projeto de uma sociologia não dualista que busca “liberar o pensamento da compulsão de compreender os dois termos [indivíduo e sociedade] como opostos” (ELIAS¹²⁴, 1994, p. 7). O conceito de configuração social designa toda forma de situação concreta de interdependência, desde um jogo de baralho até o funcionamento de um país. Em linhas gerais, refere-se a “uma rede de indivíduos estruturalmente interconectados por meio da multiplicidade de relações de interdependência”. Acompanhe o raciocínio do próprio Elias¹²⁵ (2008, p.141): “se quatro pessoas se sentarem à volta de uma mesa e jogarem cartas, formam uma configuração. As suas ações são interdependentes”. Neste caso, os jogadores singulares não têm total liberdade de escolha, na medida que o próprio processo do jogo tem poder sobre as jogadas realizadas. Ou seja, “o decurso do jogo é relativamente autônomo de cada um dos jogadores individuais [...] Mas este decurso não tem substância, não tem ser, não tem uma existência independente dos jogadores” [...] (idem). Cada jogador, com seus comportamentos individuais, com sua personalidade individual, com seus afetos e pulsões, interfere nos rumos do jogo, ao mesmo tempo **em** que se adapta ao próprio jogo em si. Neste jogo, a interdependência dos jogadores (que pode ser uma interdependência de aliados e adversários) forma uma configuração que é concomitantemente produto do jogo e de cada

¹²⁴ ELIAS, Norbert (1994) [1987], *A Sociedade dos Indivíduos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3001778/mod_resource/content/0/A%20Sociedade%20Dos%20Indiv%C3%A9duos%20-%20Norbert%20Elias.pdf

¹²⁵ ELIAS, Norbert (2008) [1970], *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Edições 70. Disponível em: https://monoskop.org/images/5/58/Elias_Norbert_Introdu%C3%A7%C3%A3o_a_Sociologia_1980.pdf

um dos jogadores individualmente. Desta forma, uma configuração social é “o padrão mutável criado pelo conjunto de jogadores – não só pelos seus intelectos, mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas ações, as relações que sustentam uns com os outros” (ELIAS, 2008, p.142). Assim, o conceito de configuração social indica que as estruturas sociais e as estruturas da personalidade estão imbricadas uma nas outras, de forma que indivíduo e sociedade são, em simultâneo, produtos e produtores um do outro. Na prática, “professores e alunos numa aula, médicos e doentes num grupo terapêutico, clientes habituais num bar, crianças num infantário – todos eles constituem configurações relativamente compreensíveis. Mas os habitantes da aldeia, da cidade ou da nação, também, formam configurações, embora, neste caso, as configurações não se possam perceber diretamente, porque as cadeias de interdependências que os ligam são maiores e mais diferenciadas” (ELIAS, 2008, p. 143).

Para refletir: pense em como você se comporta em sala de aula no transcorrer de suas aulas de Sociologia e tente explicar este seu comportamento tendo em vista a configuração social específica produzida no transcorrer desta aula. Como “jogo” e “identidade do jogador” se configuram, produzindo as características das aulas da disciplina em questão?

Conhecimento científico:

O conhecimento científico é produto de métodos organizados, da observação e/ou da experimentação. Trata-se de conhecimento que precisa ser metodologicamente comprovado, analisado através de um conjunto de técnicas de investigação e procedimentos de verificação aprovados coletivamente por profissionais da área do conhecimento a que ele se refere. Desta forma, o conhecimento

científico não é produzido de maneira espontânea, intuitiva, baseada na fé ou exclusivamente na lógica racional; é conhecimento fundamentado, justificado e validado. Para obter conhecimento científico são necessários procedimentos comprovados por outros cientistas, que possam ser submetidos à verificação. Ou seja, o conhecimento científico difere do conhecimento filosófico, do conhecimento religioso e do senso comum, não tanto pelos assuntos ou temas que enfoca, mas especialmente pela forma como é obtido. O conhecimento filosófico se pauta no questionamento e na reflexão, se desenvolve com rigor lógico, obedece aos princípios da razão, compõem conjuntos de enunciados logicamente correlacionados, mas não precisa ser comprovado em testes de verificação, não demanda a experimentação por testes de observação. No que lhe concerne, o conhecimento religioso é sustentado na fé, na crença na existência de deuses e na condição sagrada de determinados livros ou instrumentos. Trata-se de conhecimento que não demanda comprovação e/ou lógica racional e que parte da compreensão e da aceitação da existência de um deus ou de deuses, os quais constituiriam a razão de ser de todas as coisas. Assim, pelo fato das informações associadas com o conhecimento religioso serem supostamente reveladas por um ou mais seres sobrenaturais, elas seriam infalíveis e indiscutíveis e não precisariam ser verificadas, não caberia ao fiel procurar evidências das “verdades de fé”. Por sua vez, o conhecimento de senso comum é produto dos costumes, das vivências cotidianas, do acaso, de informações compartilhadas popularmente, sem necessidade de comprovação ou verificação. São saberes e práticas construídos pela observação e pelo aprendizado diante de fenômenos cotidianos, transmitidos ao longo de gerações. Por vezes, conhecimentos de senso comum criados quase que “espontaneamente”, se contrapõem a conhecimentos científicos, especialmente devido ao acesso desigual ao conhecimento científico. O acesso desigual ao conhecimento científico e o controle desigual sobre sua produção ou distribuição, são, em simultâneo, consequências e causas de desigualdades sociais.

Para refletir: o conhecimento científico pode separar os conhecedores e os desinformados, os privilegiados e os destituídos, os que estão dentro e os que estão fora. O analfabetismo científico, a ignorância dos conhecimentos mais básicos de ciência, tem consequências que ultrapassam os analfabetos científicos e atingem as mais diferentes classes sociais. Mesmo assim, a desigualdade de disponibilidade e acesso ao conhecimento científico é um fenômeno que se dá entre nações e entre pessoas. Em um país como o nosso, em que a criação do conhecimento científico ocorre prioritariamente a partir de projetos de pesquisa realizados por pesquisadores-docentes, nem sempre o conhecimento científico é disponibilizado para a maior parte da população. Desta forma, popularizar o conhecimento científico e fazer a transposição das ideias contidas em textos científicos para os meios de comunicação populares é urgente para superarmos os problemas sociais com que nos defrontamos.

Para refletir: em um tempo em que o terraplanismo se combina com *fake news* sobre formas de tratamentos de doenças, que caminhos podem ser pensados para popularizar o conhecimento científico? O que você acredita que precisa ser feito para popularizar o conhecimento científico?

Para continuar refletindo: é fácil identificar como o conhecimento religioso e o conhecimento científico podem se opor, mas você já se perguntou se existem aspectos em que eles podem se complementar? Pense nisso!

Consciência coletiva (representações coletivas):

na perspectiva de Émile Durkheim, consciência coletiva é o "conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma

mesma sociedade, formando um sistema determinado com vida própria" (DURKHEIM¹²⁶ 2007, p. 79). Trata-se de um conjunto de ideias morais e normativas, de um conjunto de crenças, sentimentos e valores que pairam na sociedade como verdades e que exercem força (coerção) sobre a consciência e conduta individual, geralmente tornando-se partes delas; se caracteriza tanto por se constituir como um sistema de crenças e sentimentos, difundido na sociedade, quanto por ser independente dos indivíduos, embora só através destes se realize. Assim, os indivíduos experimentam a consciência coletiva como algo externo e limitador, diferente da consciência individual. Por sua vez, a consciência individual (os traços psíquicos e emocionais que caracterizam uma pessoa e a distinguem da outra, o modo próprio de se comportar e interpretar a vida) - é fortemente influenciada pela consciência coletiva. Desta forma, a consciência coletiva indicaria o "tipo psíquico da sociedade" e, de certo modo, seria como a forma moral vigente na sociedade, uma vez que é ela que define o que é reprovável, "imoral" ou criminoso. No transcorrer de seus estudos, gradativamente Durkheim reduz o uso da expressão consciência coletiva e passa a falar em representações coletivas.

Para refletir: se desejamos estudar um fato social qualquer, como o casamento, basta "olhar para dentro de nós mesmos" ou de um indivíduo? Como pesquisadores, em relação a algo como o casamento, como podemos identificar o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade?

¹²⁶ DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. Tradução de Pietro Nassetti- Ed. Martin Claretto – São Paulo, 2007. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/durkheim-c3a9-as-regras-do-mc3a9todo-sociolc3b3gico.pdf>

Consciência de classe:

no marxismo, é uma condição social em que os integrantes de uma classe social estão fortemente conscientes de si mesmos como classe; refere-se ao senso de pertencimento a uma classe social, à tomada subjetiva da consciência de “fazer parte” de determinada classe social e das implicações deste pertencimento, seja no que se refere à situação objetiva, econômica, histórica e social da classe social ou no tocante à necessidade de luta para alteração desta situação. Desta forma, consciência de classe implica também na percepção de que há um conflito entre classes sociais e que, perante este conflito, é necessário se posicionar a partir da classe social a que se pertence. Destaca-se que Karl Marx estabeleceu, desde as suas primeiras obras, “uma distinção entre a situação objetiva de uma classe e a consciência subjetiva dessa situação, isto é, entre a condição de classe e a consciência de classe” (BOTTMORE¹²⁷, 1983, p. 128). Trata-se da distinção entre “classe em si” e “classe para si”. Quando uma classe social desenvolve uma percepção autoconsciente de sua posição e se unifica para a ação política, ela deixa de ser “classe em si” para se tornar “classe para si”: é justamente nessa transformação que está a consciência de classe. A ausência de consciência de classe resulta em maneiras distorcidas de ver a realidade da classe social. Estas maneiras distorcidas de ver a realidade social tem consequências, como, por exemplo, fazer o empregado defender os direitos do empregador em sobreposição aos direitos de sua própria classe social.

Para refletir: a que classe social você pertence? É a sua classe social que você defende **numa** situação de conflito/debate sobre a sociedade?

¹²⁷ BOTTMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1983. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottmore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf

Conservadorismo:

uma posição política que se opõe a mudanças radicais na sociedade e que nasce como reação à Revolução Francesa. “O conservador tem uma concepção estática da história: é bom aquilo que dura. O revolucionário, uma concepção dinâmica: é bom aquilo que muda em correspondência com o movimento, predeterminado e finalmente compreendido, do progresso histórico” (BOBBIO¹²⁸, 1987, p.90). Neste contexto, “o termo Conservadorismo designa ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras” (BOBBIO, PASQUINO e MATTEUCCI¹²⁹, 2008, p.242). O filósofo irlandês Edmund Burke (1729-1797), com a obra *Reflections on the Revolution in France* (1855), é considerado um dos pais do conservadorismo. Burke “entendia o preconceito como uma velha sabedoria capaz de produzir uma resposta automática nas emergências que deixariam um homem racional hesitante” (KELLY *et al.*, 2013, p.340). Ele acreditava que “a estabilidade social se apoiava na propriedade herdada, em especial as da aristocracia agrária. Só os ricos e donos de terras tinham o poder, o interesse e a habilidade política, para prevenir que a monarquia se excedesse. As grandes propriedades de terra que possuíam também serviram de proteção natural para as propriedades menores ao seu redor” (ibidem, p.133). Os conservadores querem que o governo evite a degeneração dos valores e dos costumes, enfim, o comportamento supostamente imoral, mesmo que este comportamento não traga nenhum dano ou perigo para terceiros e afete exclusivamente os

¹²⁸ BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**; por uma teoria geral da política/; tradução Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/bobbio-n-estado-governo-sociedade-para-uma-teoria-geral-da-polc3adtica.pdf>

¹²⁹ BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, N. Dicionário de Política. 13a. ed. Brasília/DF: UNB, 2008. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>

próprios agentes. Para um conservador, a sociedade deve prevalecer sobre o indivíduo, de modo a manter o que chamam de “ordem natural”. Neste contexto, permitir, por exemplo, o casamento gay ou a independência da mulher, significa quebrar certos padrões e assim contrariar a suposta ordem natural das coisas. Isto posto, o conservador é um reacionário, apresenta “orientação política oposta à mudança social radical, favorável, em vez disso, ao retorno a uma política ou ordem social antigas” (KELLY et al., 2013, p.342).

Para refletir: que hipóteses você defenderia na tentativa de explicar o porquê do conservadorismo ter tido um “crescimento” em diferentes contextos da sociedade brasileira?

Constitucionalista:

é constitucionalista o país em que, ninguém (absolutamente ninguém!), nem pessoa, poder (legislativo, executivo ou judiciário) ou instituição, está acima da constituição ou “é a constituição”. Em um país constitucionalista, até mesmo o poder executivo é limitado por uma constituição (coletânea escrita de princípios fundamentais e leis de uma nação). Em um país constitucionalista, a constituição é lei que um povo impõe aos que o governam, para evitar o despotismo, o Totalitarismo, a ditadura dos governantes. Nos países constitucionalistas, a constituição é a lei máxima, que traça os parâmetros do sistema jurídico e define os princípios e diretrizes que regem a sociedade. Ou seja, ela organiza e sistematiza um conjunto de preceitos, normas, prioridades e preferências que a sociedade acordou. É um pacto social (contrato social) constitutivo de uma Nação. O Brasil é uma república constitucional, um país constitucionalista, o que significa que, no nosso país, todos só podem agir até o limite do que a constituição estabelece. Todos. Qualquer pessoa, seja ela um simples cidadão, um juiz, governador, deputado,

senador e/ou presidente, está limitada pela Constituição. A Constituição Cidadã, a Carta Magna, a Constituição Federal de 1988, a atual constituição brasileira, é a sétima Constituição do Brasil. É a lei suprema do país, é nela que foi estabelecida a atual estrutura e organização do Estado, bem como os direitos e deveres de todo o cidadão brasileiro. Como resposta ao sistema de governo baseado na tortura, no assassinato de oponentes e no autoritarismo, típico período da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), dentre centenas de outras definições, a constituição brasileira colocou fim à censura em rádios, redes de televisão, teatros, jornais e demais meios de comunicação; transformou o Poder Judiciário em um órgão verdadeiramente independente, apto inclusive para julgar e anular atos do Executivo e Legislativo; estabeleceu novos direitos trabalhistas; ampliou as liberdades civis, os direitos e garantias individuais; instituiu eleições majoritárias em dois turnos; garantiu leis de proteção ao meio ambiente; e estabeleceu a dignidade humana como objetivo final da política.

Para refletir: porque devemos defender a constituição mesmo quando pensamos que a mesma está errada, mesmo quando ela prejudica políticos que apoiamos e que estão no poder? Quando a constituição passa a ser desrespeitada, aqueles que estão no poder podem fazer o que bem entenderem, sejam eles favoráveis ou contrários ao que acreditamos. Que argumentos você apresentaria para defender que ninguém no mundo deve poder fazer o que quiser sem respeitar nenhum limite legal?

Construção social [socialmente construído]:

as expressões “construção social” ou “socialmente construído”, apontam que características aparentemente naturais e inatas são produtos de processos sociais que variam histórica ou

culturalmente. São conceitos que, quando usados, destacam que o fenômeno em análise não é um atributo de nascença e, sim, algo que se aprende/desenvolve ao longo da vida. Afirmar que algo foi construído socialmente é dizer que este algo foi edificado, trazido à existência pela atividade de uma sociedade, de um grupo de pessoas organizadas de certa forma, com certos valores, interesses e necessidades e, que este algo, não nasce em um passe de mágica, não é elemento natural e/ou biológico. Por exemplo, costuma-se pensar que os padrões de comportamento das mulheres ou de comportamento dos homens “nascem com o indivíduo”, acontecem apenas devido a características biológicas, quando, na verdade, eles são histórica e culturalmente determinados, porque diferem de uma cultura para outra ou de um tempo histórico para outro. Ou seja, eles são construções sociais, são socialmente construídos. O mesmo pode ser dito dos hábitos alimentares, da crença em deuses ou do que somos capazes ou não de fazer. Se você consegue ler estas palavras é porque você foi alfabetizado, ensinaram-lhe uma língua. É porque você nasceu em um contexto social em que as pessoas são alfabetizadas, porque trabalhadores produziram o suporte no qual você lê. Sua capacidade ou possibilidade de ler é socialmente construída. Pensam-se estes elementos como naturais, quando, na verdade, eles foram produzidos socialmente de maneiras distintas, por distintas culturas e em diferentes momentos históricos. Estes elementos e outros que formam a realidade são socialmente construídos. A realidade é construída socialmente. No Ensino Médio e na sociedade, é tarefa da Sociologia e das Ciências Sociais promover desnaturalização/estranhamento (fazer perceber os fenômenos sociais como construções sociais resultantes de outros fenômenos sociais, não como aspectos imutáveis da Biologia ou da natureza: tirar o véu da naturalidade).

Para refletir: defecar é uma necessidade biológica natural. No entanto, os hábitos relacionados ao ato de defecar são socialmente construídos. Desde a infância, somos ensinados a não defecar na

rua e/ou por vezes não defecar na casa de outra pessoa ou perto de parceiros amorosos, bem como nos ensinam a lavar as mãos após defecar e a evitarmos defecar em nossas calças. Até mesmo nas coisas mais banais podemos observar processos de construção social. O controle esfinteriano, o controle da hora de urinar e/ou defecar, é socialmente construído de maneiras distintas. Ter consciência de que até os fenômenos mais banais são construções sociais pode ter que tipo de implicações?

Consumismo:

ato de comprar excessivamente, para além das reais necessidades. Com a mercantilização de toda a atividade humana e das nossas necessidades materiais e espirituais, na busca por gotas de felicidade, bem-estar e satisfação pessoal prometidos por propagandas ou na tentativa de fuga dos problemas cotidianos, os atos de consumir e descartar acontecem cada vez mais rápida e sucessivamente, até configurar compras (e gastos) absolutamente excessivas, de itens supérfluos ou que se sobrepõe ao que já se tem em quantidade suficiente. Típico do capitalismo, incentivado pela indústria publicitária, o consumismo também é um modo de pensar, uma mentalidade ou até mesmo uma ideologia que funciona para produzir o *desejo* de consumir sem parar. Os sociólogos do consumo afirmam que o prazer de consumir não está no *uso* dos produtos, mas na *expectativa* de comprar coisas, o que explica porque os consumistas, no fundo, nunca estão satisfeitos. Como estilo de vida, o consumismo é fruto da associação romântica entre consumo e felicidade, desenvolvida como base do capitalismo e muitas vezes fundamentada na interpretação de que consumir alivia o stress. O consumismo produz desperdício porque promove uma rápida circulação de produtos e reduz a vida útil dos mesmos, por isso se ampara em estratégias como a

Obsolescência Programada. Além disso, o consumismo é um comportamento destrutivo que impacta o meio ambiente, mas é algo diferente do que consumo, ou seja, do que a ação de realizar compras verdadeiramente necessárias. “A passagem do consumo ao consumismo resulta de, ao menos, três processos: 1. a construção social das necessidades torna-se uma variável dependente da própria atividade de produção, do esforço de venda – a chamada publicidade comercial – e da oferta de crédito – a oferta é pensada de modo a produzir sua própria demanda; 2. o sistema de valores se reconfigura de modo que o padrão de consumo se afirme como signo da posição dos sujeitos no espaço social; 3. a peça publicitária [...] – assume ela própria a forma-mercadoria (ASCELARD¹³⁰, 2016, p.236). Assim, quando a atividade de produção e oferta de um determinado produto cria uma demanda até então não existente, quando o consumo se torna fator de status (consumo conspícuo) e a publicidade é uma mercadoria que somos constantemente obrigados a consumir (quando andamos pela cidade e nos deparamos com anúncios publicitários, quando assistimos televisão ou acessamos nossas redes sociais), lança-se as bases para que o consumo para além do necessário torne-se um danoso, inconsequente e irresponsável modo de vida.

Para refletir: para Erich Fromm, “a atitude inerente ao consumismo é a de engolir o mundo todo. O consumidor é a eterna criança de peito berrando pela mamadeira” (FROMM¹³¹, 1987, p. 45). O que você acha disso? Como o que você consome te consome? O que você consome mais do que precisa?

¹³⁰ ACSELRAD, H. Cidade - espaço público? a economia política do consumismo nas e das cidades. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 234–247, 2016. DOI: 10.35699/2316-770X.2013.2682. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2682>. Acesso em: 20 jun. 2021.

¹³¹ FROMM, Erich. Ter ou Ser? Trad. de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1987.

Consumo conspícuo & Emulação pecuniária:

são conceitos cunhados pelo sociólogo norte-americano Thorstein Veblen (1857-1959). Consumo conspícuo se refere a consumir bens luxuosos desnecessários (no sentido de dispensáveis à subsistência) ou não essenciais, de modo a tentar demonstrar sua própria riqueza econômica e material. Assim, trata-se do consumo ostentatório, feito para mostrar que se tem capital, bem como do consumo que se orienta pela busca de reconhecimento social, para mostrar riqueza, poder e status. Ou seja, para Veblen¹³² (1987), o consumo não ocorre somente por necessidade ou por conforto, mas também para demonstração de honorabilidade, para agregar status social a seu adquirente, como elemento de distinção social, como suposta prova de superioridade sobre os indivíduos da comunidade que não dispõem de posses e como símbolo da própria respeitabilidade. Para ele, o consumo conspícuo de bens valiosos funciona para adequar o consumidor aos padrões sociais de “decência, na qualidade, quantidade e grau dos bens consumidos” (VEBLEN, 1899, p. 55), funcionando como um “um meio de obter reputação” (idem, p. 75). “A utilidade do consumo como meio de reputação, assim como a insistência nele como elemento de decência são observadas da melhor maneira naquelas partes da comunidade em que o contato humano do indivíduo é mais amplo e a mobilidade da população é maior (Idem, p. 87-88). Desta forma, o consumo conspícuo seria mais imperativo para a população urbana do que para população rural, porque nos meios urbanos o contato humano mais frequente criaria a coerção para padrões de consumo mais elevados. Neste contexto, a exibição da classe e status social mediante o consumo conspícuo faz com que um bem consumido para ostentação tenha uma validade curta, pois

¹³² VEBLEN, Thorstein. A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Nova Cultural, 1987. Trecho disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/155925/mod_resource/content/1/Veblen_-_Teoria_da_Classe_Ociosa_-_Cap%C3%ADtulos_1_a_6.pdf

desde que deixa de ser considerado novidade e que a maioria a ele tem acesso, já não pode promover os efeitos de status e distinção. Os consumidores são então induzidos ao consumismo, a seguir consumindo produtos novos de modo a manter seu hábito ostentador. Para manter este hábito ostentador, Veblen (1987), ressalta que as pessoas tendem a se tornar dispostas a sofrer consideráveis privações de comodidades e, por vezes, até mesmo de necessidades. Para Veblen, uma das consequências do consumo conspícuo é o que ele chama de Emulação Pecuniária. A emulação pecuniária descreve o ato das pessoas de classes sociais mais baixas que tentam imitar, tanto consciente quanto inconscientemente, os padrões de consumo das classes sociais elitizadas (que ele chama de classes ociosas). Esta tentativa de imitar ou se igualar, por vezes, leva as pessoas das classes sociais mais baixas a comprarem bens supérfluos ou luxuosos, em substituição a itens essenciais. Para Veblen (1987, p.41) “nas modernas comunidades civilizadas, as linhas de demarcação entre as classes sociais se tornaram vagas e transitórias, e, onde quer que isso ocorra, a norma da boa reputação imposta pela classe superior estende a sua influência coercitiva, com ligeiros entraves até atingir as camadas mais baixas. O resultado é os membros de cada camada aceitarem como ideal de decência o esquema de vida em voga na camada mais alta logo acima dela, ou dirigirem as suas energias a fim de viverem segundo aquele ideal”. Desta forma, ao tentarem viver segundo o ideal das classes sociais acima das que estão, as pessoas acabam por reproduzir os padrões de consumo das classes sociais elitizadas, por vezes comprando “luxos” ao custo de abrir mão do que é efetivamente necessário.

Para refletir: o consumo conspícuo “inculca o desejo – que chega a converter-se em necessidade – de não usar nada fora de moda. Nas comunidades mais adiantadas de nossa época e no que se refere às mais altas manifestações do vestuário – por exemplo, o vestido de baile e a aparência própria a ocasiões cerimoniais semelhantes [...] – este princípio se expressa na máxima de que nenhuma peça

exterior pode ser usada mais de uma vez” (VEBLEN, 1987, p. 122-123). Essa exigência de novidade, para Veblen, “é o princípio subjacente à totalidade do difícil e interessante domínio da moda” (Idem, p. 123). Por isso, a moda se modifica em períodos curtos, criando padrões estéticos que diferem dos anteriores. O quanto estar na moda importa para você? Do que sua família abre mão para você estar na moda? Mostrar riqueza, exibir posse de itens luxuosos, interfere de que modo nas relações sociais? O que você consome para demonstrar riqueza? O que a elite compra que você não precisa, mas que você quer comprar para parecer como ela? Do que você abre mão para conseguir isso? O que está por trás da emulação pecuniária? Ou seja, porque pessoas mais pobres às vezes se comprometem com parcelas por meses ou anos, para adquirir algo que efetivamente não precisam?

Contra-hegemonia (hegemonia alternativa):

é a hegemonia proletária capaz de desafiar a hegemonia burguesa. É o processo por meio do qual as classes dominadas desenvolvem visões de mundo que se contrapõem à visão dominante (das classes dominantes). Para que esse processo ocorra é necessária a existência de intelectuais vinculados às classes dominadas, que possam ajudar a produzir outros olhares sobre o mesmo fenômeno. Hegemonia é a supremacia, é a predominância ou superioridade, de um povo sobre outro ou de uma classe social sobre outra. O hegemônico é o dominante e o contra-hegemônico refere-se à cultura e às práticas que se opõem ao hegemônico ou estariam fora do campo hegemônico. O conceito de “contra-hegemonia” foi criada por Raymond Williams em “Base e Superestrutura” (1973). “O que seria, então, a contra-hegemonia? Seriam experiências, significados e valores que não fazem parte da cultura dominante efetiva; formas alternativas e opositoras que variam historicamente

nas circunstâncias reais; práticas humanas que ocorrem “fora” ou em “oposição” ao modo dominante; formas de cultura alternativa ou opositora residuais, abrangendo experiências, significados e valores que não se expressam nos termos da cultura dominante, embora sejam praticados como resíduos culturais e sociais de formações sociais anteriores; formas de cultura emergente, englobando novos valores, significados, sentidos; novas práticas e experiências que são continuamente criadas” (DORE e SOUZA¹³³, 2018, p.254). Contra-hegemonia representa a força ou conjunto de forças que se opõe ao que é hegemônico. Trata-se de combater as formas de pensar e ver o mundo dos grupos dominantes, com formas de pensar a elas opostos, é algo alternativo à cultura dominante e como algo oposto à cultura dominante.

Para refletir: por quais caminhos as nações e classes hegemônicas, disseminam ideias que favorecem sua hegemonia? Por quais caminhos e ações podemos constituir forças contra-hegemônicas? Na sociedade brasileira atual, como se dá a “batalha das ideias” entre o defendido pelos grupos hegemônicos e contra-hegemônicos?

Contracultura:

é uma cultura que rejeita e combate elementos importantes da cultura dominante; é uma subcultura com ideário divergente da cultura dominante, que questiona valores centrais vigentes e

¹³³ DORE, R.; DE SOUZA, H. G. Gramsci nunca mencionou o conceito de contra-hegemonia. Cadernos de Pesquisa, vol. 25, n. 3, p. 243-260, 2018. Disponível em:<http://www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/9961/5854>. OBS.: Dore e Souza (2018) entendem que esta definição de contra-hegemonia, construída por Raymond Williams em diálogo com a obra de Antônio Gramsci e o conceito de hegemonia, reflete uma interpretação incorreta do próprio conceito de hegemonia.

instituídos na cultura dominante; é uma postura, ou até uma posição de negação da cultura ocidental vigente, de crítica radical à cultura convencional. “De um lado, o termo contracultura pode se referir ao conjunto de movimentos de rebelião da juventude [...] que marcaram os anos 60: o movimento hippie, a música rock, uma certa movimentação nas universidades, viagens de mochila, drogas, orientalismo e assim por diante. [...] De outro lado, o mesmo termo pode também se referir a alguma coisa mais geral, mais abstrata, um certo espírito, um certo modo de contestação, de enfrentamento da ordem vigente, de caráter profundamente radical e bastante estranho às formas mais tradicionais de oposição a esta mesma ordem dominante. [...] Uma contracultura, entendida assim, reaparece de tempos em tempos” (PEREIRA¹³⁴, 1986, p.20-22). Desta forma, uma contracultura pode ter diferentes formatos, pode ser, por exemplo, uma tribo urbana, um culto, ou uma comunidade alternativa. Grupos hippies, punks, anarquistas, são exemplos de contraculturas e a década de 60 do século passado é conhecida como um marco no desenvolvimento e consolidação de várias contraculturas. Naquele contexto, vários grupos de pessoas se excluíram socialmente na tentativa de negar ou contestar a adaptação às visões aceitas pelo mundo e/ou de negar a ordem social vigente, de “romper com as regras do jogo” contrapondo-se ao consumismo, aos ataques ao meio ambiente, aos padrões tradicionais de relacionamento.

Para refletir: as contraculturas despontaram no Brasil em pleno tempo de Ditadura Militar, e toda e qualquer forma de manifestação crítica ao governo foram proibidas, sobretudo a partir do AI-5, de 1968. Desta forma, ao contrário dos EUA, onde as manifestações dos jovens eram, até certo ponto, toleradas, no Brasil, as contraculturas não puderam contar com grandes manifestações coletivas de repúdio ao sistema, limitando-se, assim, à incorporação de um novo

¹³⁴ PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O que é contracultura. São Paulo: Nova Cultural/Brasiliense, 1986. pp. 20-2.

“estilo de vida”, a partir de seus referenciais estéticos e intelectuais introduzidos por intermédio das artes, da literatura, da música e de jornais alternativos. Considerando este cenário, pergunta-se: qual é a importância da possibilidade de manifestação das contraculturas? Que função social as contraculturas podem ter perante os processos de reprodução cultural? Como as contraculturas estimulam revisões das culturas dominantes?

Contrato social:

acordo tácito ou expreso para formar uma sociedade organizada, para definir limites, direitos e deveres de cada um. Trata-se do acordo entre os integrantes de um grupo ou sociedade, pelo qual reconhecem a autoridade, igualmente sobre todos, de um conjunto de regras (como, por exemplo, a Constituição Brasileira), de um regime político ou de um governante. O contrato social é pensado como instrumento para garantir um mínimo de liberdade, para evitar a guerra de todos contra todos ou para mediar conflitos e propriedade. O conceito de contrato social fundamenta-se em perspectivas diversas e, muitas vezes, conflitantes. Algumas vezes foi usado para explicar a origem do Estado, outras para justificar a necessidade um rei ou poder soberano e absoluto. Em qualquer das interpretações, parte-se da premissa de que as sociedades foram gradativamente abandonando o Estado de Natureza, para, através de um contrato social, garantir uma liberdade mais estável, viver em certa paz, com segurança e respeito à propriedade privada. Denominam-se como contratualistas os teóricos que postulam a existência de contrato social na origem do Estado e das sociedades. Os contratualistas tendem a aceitar que os contratos sociais são a base da coesão social. Neste contexto, “em sentido muito amplo o Contratualismo compreende todas aquelas teorias políticas que vêem a origem da sociedade e o fundamento do poder político [...]”

num contrato, isto é, num acordo tácito ou expresso entre a maioria dos indivíduos, acordo que assinalaria o fim do estado natural e o início do estado social e político (BOBBIO, PASQUINO e MATTEUCCI¹³⁵, 2008, p.272). As concepções sobre o contrato social se difundiram na Europa entre os séculos XVI e XVIII, buscando fundamentar a legitimidade dos governantes, bem como as obrigações políticas dos governados ou súditos. Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) são reconhecidos como principais contratualistas.

Para refletir: pense na seguinte situação hipotética – “um conjunto de alunos é inserido em uma escola em que os mesmos podem fazer tudo o que desejarem, mas os recursos (livros, computadores, material para refeições, espaços para lazer, carteiras, etc.) da escola são limitados. Neste contexto, o que você acredita que aconteceria?” a) os alunos viveriam em harmonia e liberdade, sem precisar estabelecer um conjunto de regras; b) seria o caos, não haveria respeito ao que é do outro ou o que está sendo usado pelo outro; c) aos poucos os alunos estabeleceriam algum sistema de regras e possivelmente surgiriam lideranças e organizações; d) seriam formados grupos em disputa pelos recursos, cada um com o seu conjunto de regras.” Porque você acha que aconteceria o expresso na alternativa que você selecionou?

Controle social:

controlar é impor limites, é regular, é conter. Quem controla determina como o outro deve agir. Controle Social é a imposição

¹³⁵ BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, N. Dicionário de Política. 13a. ed. Brasília/DF: UNB, 2008. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>

de limites, a contenção, a regulação da conduta individual ou grupal, fazendo-a se adaptar e/ou se conformar às normas e padrões sociais de comportamento. Refere-se aos processos por meio dos quais se garante a conformidade das condutas individuais ou coletivas em relação à ordem social. Consiste em “todos os mecanismos formais e informais e controles internos e externos que funcionam para gerar conformidade e aceitação das regras sociais” (GIDDENS e SUTTON, 2017, p.276). Ou, em outras palavras, controle social é “todo o conjunto de ações e mecanismos utilizados para, positiva ou negativamente, influenciar, orientar e regular determinados comportamentos existentes em uma sociedade. Ou seja, o principal objetivo de seu emprego e funcionamento é definir padrões de atitudes, pensamentos ou organização, conforme cada época, região e contexto” (CUNHA e MELLO, 2021, p.31). O controle social é exercido por mecanismos (mecanismos de controle social) destinados a socializar os indivíduos, mantendo-os nos padrões sociais. O controle social apresenta um aspecto informal, pautado em expectativas de comportamento dos indivíduos e outro formal, constituído de normas, leis e instituições. É exercido através de formas de coerção social, mas pode se dar de muitas formas, que vão de premiações e recompensas até elogios. Controle social e desvio são como duas faces opostas de uma mesma moeda. Enquanto alguns analisam porque as pessoas infringem normas e leis sociais, os teóricos do controle social se perguntam, porque as pessoas obedecem. O conceito de Controle social é indiretamente abordado nas obras dos clássicos da política que abordaram os temas do Estado e do poder e do fundamento do direito de mandar. “O conceito de Controle social, entendido como limitação do agir individual na sociedade, se encontra, por exemplo, na teoria do Estado de Hobbes” (BOBBIO, PASQUINO e MATTEUCCI¹³⁶, 2008, p.284).

¹³⁶ BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, N. Dicionário de Política. 13a . ed. Brasília/DF: UNB, 2008. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>

Para refletir: o que, em você, internamente, exerce controle sobre sua conduta? Como estes elementos “foram parar dentro de você”? O que, em seu contexto social, exerce controle sobre seu modo de agir?

Coronelismo:

prática com raízes na tradição patriarcal e na estrutura latifundiária brasileira, própria do meio rural e das pequenas cidades do interior, que floresceu durante a Primeira República (1889 -1930) e que configura uma forma de domínio em que homens proprietários rurais, popularmente denominados como Coronéis (ou com o título de coronel outorgado pelo Imperador Dom Pedro II), impõe ordem social em seus redutos e os obriga a votar em pessoas a eles associadas, seja com o uso da violência ou com a troca de favores (emprego, alimentação, moradia, etc.). O vocábulo coronelismo, [...], deve incontestavelmente a remota origem do seu sentido translato aos autênticos ou falsos coronéis da extinta Guarda Nacional. Com efeito, além dos que realmente ocupavam nela tal posto, o tratamento de coronel começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado” (CARONE¹³⁷, 1971, p.85). Neste contexto, o coronelismo se configura como um verdadeiro “sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos” (CARVALHO¹³⁸, 1997, p. 229). Trata-se de um sistema “baseado em

¹³⁷ CARONE, Edgard. Coronelismo: definição histórica bibliografia. Revista de Administração de Empresas [online]. 1971, v. 11, n. 3 [Acessado 21 Junho 2021] , pp. 85-92. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-75901971000300008>>. Epub 28 Maio 2015. ISSN 2178-938X. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901971000300008>.

¹³⁸ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados [online]. 1997, v. 40, n. 2 [Acessado 21 Junho 2021] , pp.

barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado” (idem). Por vezes, o coronelismo é chamado de caudilhismo (Rio Grande do Sul) ou chefismo (vale do São Francisco).

Para refletir: “o coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. [...] Ele morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930. Foi definitivamente enterrado em 1937, em seguida à implantação do Estado Novo e à derrubada de Flores da Cunha, o último dos grandes caudilhos gaúchos” (CARVALHO, 1997, p.230). Apesar de simbolicamente morto e enterrado, como o coronelismo se faz vivo nos dias atuais? Em que práticas ele “ressuscita”?

Crime [sociologia do crime]:

em termos genéricos, crime é qualquer ato que viole as leis estabelecidas em determinado território. Trata-se de “transgressão socialmente determinada de regras e leis cuja ofensa extrapola a esfera individual e atinge a pública, o que acarreta determinadas sanções e medidas punitivas ao infrator” (SILVA *et al.*, 2016, p.322). Ninguém nasce criminoso ou tem tendências biológicas para o crime. Todo crime é socialmente construído, já que toda sociedade tem de decidir por si mesma o que conta como um “crime”. Neste contexto, a sociologia do crime é um campo do conhecimento que

229-250. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>>. Epub 30 Out 1998. ISSN 1678-4588. <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>.

busca tanto problematizar e entender o crime como fenômeno, produto e problema social, quanto busca entender os mecanismos de controle social do ato criminoso. Os primeiros estudos sobre o crime, hoje ultrapassados e sem validade científica, procuraram no organismo humano as características próprias dos criminosos e passaram a adotar critérios raciais e evolucionistas como elementos explicativos de tendências criminosas. Estes estudos, com auxílio da estatística e em obras como *“L’Uomo delinquente”*, de Cesare Lombroso (1835-1909), defenderam que a diferença entre uma pessoa honesta e uma pessoa criminosa estaria relacionada a aspectos físicos, que haveria uma explicação biológica para o comportamento criminal. Trata-se da ultrapassada Escola Positivista do Crime, cuja principal marca é o racismo científico. Além desta perspectiva, desde o início da Sociologia, os clássicos da Sociologia já abordavam a temática em questão. Por exemplo, em Karl Marx o crime é pensado como o produto da sociedade de classes e o sistema jurídico e estatal que aponta ações como crime são pensados como aparato a serviço da burguesia para manutenção da sociedade de classes. Nessa ótica se ressalta que tanto o poder de definir normas, quanto o poder de definir o que é crime, é desigualmente distribuído e concentrado nas mãos das classes sociais dominantes. Por sua vez, na perspectiva de Émile Durkheim, o crime é visto como um fato social normal e funcional, pois há registro de atos criminosos em todas as sociedades e tempos; bem como, na perspectiva dele, uma ação é definida como crime, a partir do momento em que fere a consciência coletiva de maneira significativa. Durkheim se preocupou em descobrir como a sociedade produzia seus próprios crimes a partir do seu funcionamento interno e, como, em determinadas situações, as taxas de criminalidade se tornavam patológicas, especialmente em estados de anomia. Nesse sentido, Karl Marx e Durkheim tem em comum a compreensão de que as forças sociais são mais significativas para a ocorrência do ato criminoso do que as forças individuais e esta é uma tendência da maioria das teorias sociológicas do crime, tais como, a teoria da rotulação, a teoria da

associação diferencial, a teoria das janelas quebradas, a teoria da subcultura delincente e a teoria criminológica crítica. Ressalta-se que, na Sociologia, frequentemente o estudo do crime é associado com estudo do “desvio”, mas crime e desvio são coisas diferentes. Todo crime é um comportamento desviante, mas nem todo comportamento desviante é um crime. O crime transgride a lei e se refere apenas à conduta inconformista que contraria a lei, enquanto que o desvio transgride as normas e padrões sociais, entre elas, ocasionalmente, a lei.

Para refletir: um famoso evento associado aos estudos criminais no Brasil é autópsia do crânio de Lampião e Maria Bonita (cujos exemplares ainda estão depositados no Museu associado ao Instituto Médico-Legal da Salvador). Lampião, o cangaceiro que atuou no sertão nordestino do Brasil, era considerado pelas autoridades um perigoso criminoso. No entanto, para uma parte da população sertaneja, era exemplo de bravura, heroísmo e honra. Lampião teve seu crânio minuciosamente analisado por peritos da antropologia criminal. Segue um trecho das autópsias, realizada em 1938: “infelizmente o estado em que a cabeça chegou à morgue [necrotério] não permite um estudo acurado e minucioso à luz da antropometria criminal e da anatomia, pois foi atingida por um projétil de arma de fogo que atravessou o crânio, saindo na região occipital, fraturando o mandibular, o frontal, o parietal direito, o temporal direito e os ossos da base que ficaram reduzidos a múltiplos fragmentos. Todavia, podemos traçar-lhe o perfil antropológico: pele pardo-amarelada, podendo-se classificá-lo como pertencente ao grupo dos “brasilianos xantodermos”, da classificação de Roquette Pinto: testa fugidia, cabelos negros, longos e arrumados em trança pendente; barba e bigode por fazer, de pelos lisos negros e falhos. Dolicocéfalo, contrastando com os outros indivíduos do seu grupo étnico, em geral braquicéfalos”

(PERICAS¹³⁹, 2015). A autópsia segue por longas páginas descrevendo milimetricamente as características físicas de Lampião e assim tentando identificar possíveis características biológicas que configurariam um certo padrão dentre os criminosos. Se fosse você na tarefa de tentar procurar as explicações para a conduta criminosa de Lampião, onde você procuraria? Porque você procuraria nestes lugares?

Cultura:

é tudo o que é criado (em termos materiais ou imateriais) pela humanidade, desde artefatos e objetos, até ideias, crenças, línguas, costumes, conhecimentos, valores e normas. Estas criações se combinam compondo o modo de vida característico de um determinado grupo. Cultura é o modo de vida de um grupo, é todo comportamento aprendido e toda coisa produzida pelos seres humanos; é “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR, 1871); é o “conjunto coerente de maneiras de pensar, sentir e agir, mais ou menos formalizadas, que, aprendidas e compartilhadas por uma pluralidade de pessoas, de um modo ao mesmo tempo objetivo e simbólico, servem para que esses atores constituam uma coletividade particular e distinta” (SCURO, 2004, p.246); é um sistema adquirido e duradouro de esquemas de percepção, pensamento e ação, produzidos por condições objetivas, mas tendendo a persistir mesmo após uma alteração dessas condições (BOURDIEU, 1986). Muitas são as classificações da cultura. Destacamos algumas delas: 1. cultura material (bens palpáveis - que se pode tocar - produzidos pelas sociedades, como

¹³⁹ PERICÁS, Luiz Bernardo. Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica. Boitempo Editorial, 2015.

edificações, alimentos, veículos, móveis e aparelhos eletrônicos); 2. cultura imaterial (comportamentos, práticas, expressões, valores, crenças, conhecimentos e saberes dos membros de uma cultura); 3. cultura organizacional (o conjunto de crenças, normas, valores, elementos materiais e imateriais que caracterizam o modo de ser e agir das pessoas em uma organização); 4. cultura erudita (práticas, costumes, produções artísticas, filosóficas, científicas e saberes produzidos para as elites ou para elas, supostamente associadas ao vasto conhecimento decorrente de leitura, estudo ou formação acadêmica); 5. cultura popular (são manifestações culturais - música, literatura, arte, moda, dança, cinema, televisão e rádio - cuja origem remete às experiências cotidianas daqueles que não pertencem às classes dominantes, que fazem parte das classes operárias e baixas, bem como a segmentos da classe média); 6. cultura de massa (cultura oriunda da indústria cultural, produzida pelos meios de comunicação de massa, desenvolvida a partir de produtos - livros, shows de TV, etc. - pautados por interesses comerciais, criados como entretenimento à venda para o público em geral, sem se restringir a um território ou povo em particular). A cultura de massa, ao criar modismos (roupas, músicas, sapatos, cortes de cabelo, etc.) tende a transformar os indivíduos em uma “massa homogênea” com interesses similares, sem posicionamento crítico ou com mesmo posicionamento crítico frente ao mundo. Por isso, a cultura de massa pode ter efeitos negativos sobre a cultura de um povo. Perante etnias diferentes das nossas, ou seja, perante agrupamentos humanos baseados em culturas diferentes das que compartilhamos, tendemos a assumir posturas etnocêntricas e por vezes até xenofóbicas.

Para refletir: a cultura erudita difere da Cultura Popular e da Cultura de Massa, porque não está igualmente acessível para todos, bem como porque tende a ser apresentada como superior às demais. Forfun no funk cantando “O baile não vai morrer” é cultura de menor valor do que Wolfgang Amadeus Mozart regendo a ópera-bufa *Le nozze di Figaro*?

Currículo oculto:

aquilo que se ensina e se aprende na escola, mas que não é previsto formalmente como coisa a ser ensinada. É um conjunto de comportamentos que são aprendidos na escola, mas que não estão incluídos no currículo formal. Como, por exemplo, elementos de diferenças entre os gêneros. O conceito foi criado por Philip Jackson, um educador americano, em seu livro *Life in Classrooms* (1968). É um currículo que está oculto para o estudante e nele há uma intenção oculta, às vezes não conhecida nem mesmo pelos professores ou pelas pessoas que o reproduzem. Muitas vezes, este currículo ensina o conformismo, a obediência e o individualismo. Por exemplo, os teóricos crítico-reprodutivistas, acreditam que a educação não é uma esfera neutra, que as escolas existem para reproduzir as desigualdades sociais e que, no currículo oculto das escolas, estaria o objetivo de fazer com que os alunos pobres se acostumem com disciplina, regra e atividade contínua, para que estes hábitos sejam integrados no local do trabalho. Desta forma, as crianças da classe trabalhadora seriam instruídas a incorporarem valores que não estão no currículo formal, tais como a importância da pontualidade, da obediência e as qualidades do trabalho individual duro. No que lhe concerne, escolas elitizadas teriam currículos ocultos com ênfase em competição, criatividade e liderança. Não há dúvida de que o currículo oculto da maioria das escolas colabora significativamente na reprodução de uma ordem social estratificada e injusta em aspectos de classe social, raça e gênero. No entanto, o currículo oculto pode ser tanto um instrumento de controle social, quanto um instrumento de libertação, emancipação e promoção de cidadania. Quando, por exemplo, um aluno é estimulado a participar de um movimento social ou de uma ação coletiva com pauta social ou ambiental, embora isso não esteja no currículo escolar, ensina que os direitos são conquistados com lutas coletivas. Em qualquer das

possibilidades, o currículo oculto pode servir a funções latentes (não declaradas ou assumidas) da escola.

Para refletir: o que você aprende na escola que não faz parte dos conteúdos escolares? O que você aprende com a postura dos seus professores quanto à possibilidade de decidir as coisas coletivamente, quanto à autoridade, disciplina e respeito? O que a escola ensina com a forma como lida com os conflitos e transgressões?

Curso da vida:

conceito sociológico que indica que o processo/percurso de desenvolvimento humano é variável temporalmente, influenciado por diferenças culturais e circunstâncias materiais da vida das pessoas; que a trajetória da vida é socialmente construída; que a existência ou não de infância, adolescência ou juventude, é cultural, econômica e politicamente determinada; que socialmente não há um conjunto de ciclos etários de desenvolvimento pré-determinado que todo mundo segue, em todas as sociedades, especialmente no que se refere ao comportamento esperado em uma determinada idade. Assim, curso da vida é um conceito que se opõe ao conceito biológico de ciclo da vida (interpretação de senso comum de que todos os seres humanos passam pelos mesmos estágios biológicos do nascimento até a morte). O ciclo de vida básico do corpo humano é o mesmo para todas as pessoas, mas o que se vive em cada etapa deste ciclo é cultural. Ou seja, as ideias das pessoas sobre o que é necessário e adequado para elas, em cada momento da vida, variam conforme a época e o lugar em que elas vivem e, alguns “momentos” (como os que chamamos de infância, adolescência e terceira idade), nem sequer existem ou existiam em determinados tempos ou culturas. A antropóloga

brasileira Guita Grin Debert¹⁴⁰ (2010), professora da Unicamp, destaca que todas as sociedades, de alguma maneira, apresentam agrupamentos etários, mas que estes agrupamentos etários (como infância, juventude, vida adulta e velhice) não são os mesmos entre distintos grupos sociais, por isso, devem ser compreendidos em relação ao contexto cultural, histórico e social em que foram desenvolvidos. Por exemplo, nas sociedades tradicionais (pré-modernidade) a divisão da vida em etapas consecutivas e bem demarcadas por limites de idade, não se dava como nas sociedades modernas (modernidade), havia a inexistência de separações evidentes de grupos etários, tais como entendemos hoje. “Na França medieval as crianças participavam integralmente do mundo dos adultos, assumindo, muitas vezes e de forma precoce, as atividades laborais [de trabalho] assim que houvesse possibilidades físicas para tal. A partir de então, inicia-se um processo de construção da infância marcando um gradual distanciamento entre crianças e adultos. Ao longo dos séculos, a noção de infância foi ganhando contornos até ser tratada como questão específica” (PRADO¹⁴¹, 2002, p.58). Na sequência, no mundo moderno, se constituiu um complexo processo de institucionalização e padronização do curso da vida. Este processo regulamentou, por vezes até legislativamente, as sequências etárias e o que para cada uma delas é adequado. No que lhe concerne, as sociedades contemporâneas têm, cada vez mais, reduzido as diferenças de expectativas comportamentais quanto a cada faixa de idade e diluído as demarcações de comportamentos considerados adequados em passado recente. As idades ainda são uma dimensão fundamental na nossa atual organização social, elas ainda são um elemento fundamental na definição do status de uma pessoa. Por

¹⁴⁰ DEBERT, G. G. Envelhecimento e curso da vida. *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p.120-128, 2010.

¹⁴¹ PRADO, S. D. (2002). O curso da vida, o envelhecimento humano e o futuro. *Textos Envelhecimento*, 4 (8), 1-12. <https://rbgg.com.br/arquivos/edicoes/TSE%204-8.pdf#page=56>

exemplo: o comportamento juvenil é esperado de um número crescente de adultos e a tal juventude é cada vez mais longa.

Para refletir: “expressões como ‘curso da vida pós-moderno’, ‘sociedade unietária’ e ‘descronologização da vida’ têm sido utilizadas de modo a dar conta de mudanças que, a partir dos anos 70, deram novas configurações aos comportamentos tidos como adequados aos grupos de idade e às relações entre eles, promovendo um embaçamento das fronteiras que caracterizam estilos de vida considerados próprios aos indivíduos em diferentes faixas etárias” (DEBERT¹⁴², 2010, p.121). Pergunto: o que você pensa que seus pais ou seus avós não podem fazer por que é coisa de jovem? O que, para você, é um envelhecimento bem-sucedido?

Custo de oportunidade:

trata-se de conceito cunhado pelo sociólogo e economista austríaco Friedrich von Wieser (1851-1926). Utilizado, predominantemente, na Economia, o conceito refere-se ao *custo de algo em termos de uma oportunidade renunciada*. Custo, neste caso, não tem significado exclusivamente financeiro, refere-se a tudo de que se “abre mão” pela escolha de uma oportunidade, de tudo que se renuncia em termos sociais, financeiros, psicológicos e existenciais. O custo de oportunidade é definido em termos da relação entre escassez e escolha, é algo do tipo, “não posso ter tudo o que quero, por isso escolho algo abrindo mão de outras coisas”. Refere-se ao valor associado à melhor alternativa não escolhida. Ao escolher algo, deixa-se de lado as demais possibilidades, pois escolher uma oportunidade é recusar outras. Custo de oportunidade é o conjunto de benefícios *não* obtidos a partir das possibilidades *não* escolhidas,

¹⁴² DEBERT, G. G. Envelhecimento e curso da vida. *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p.120-128, 2010.

isto é, "a escolha de determinada opção impede o usufruto dos benefícios que as outras opções poderiam proporcionar". Por exemplo: imagine um estudante que, ao final do Ensino Médio, se depara com as seguintes oportunidades: 1. Cursar graduação em uma universidade privada, pagando mensalidade e, por isso, morando com os pais e trabalhando; 2. Cursar graduação em uma universidade pública na cidade em que ele reside, morando com os pais, mas, nesse caso, sem poder trabalhar; 3. Cursar graduação em uma universidade pública, em outra cidade e/ou Estado, morando em uma república estudantil e sem poder trabalhar; 4. Trabalhar na cidade em que ele reside, acumular uma grana e não cursar graduação. Em cada uma destas alternativas o estudante identifica vantagens e desvantagens, mas ele não pode ter todas, por isso ele escolhe. O conjunto de benefícios da melhor oportunidade que ele não escolheu, é o custo da oportunidade que ele escolheu.

Para refletir: qual é o custo de oportunidade da sua escolha profissional atual?

D

Darwinismo social:

trata-se de uma adaptação equivocada da teoria da evolução de Charles Darwin, para explicação da vida em sociedade, em especial, da desigualdade social. Refere-se ao “princípio de que as sociedades se modificam e se desenvolvem num mesmo sentido e que tais transformações representariam sempre a passagem de um estágio inferior para outro superior, em que o organismo social se mostraria mais evoluído, mais adaptado e mais complexo. Esse tipo de mudança garantiria a sobrevivência dos organismos - sociedades e indivíduos - mais fortes e mais evoluídos” (COSTA, 1997, p.49). Assim, nesta perspectiva de natureza positivista, elaborada especialmente por Herbert Spencer (1820-1903), o desenvolvimento das sociedades é comparado à evolução natural, com a competição entre diversos grupos, fornecendo o mecanismo de funcionamento necessário para que a sociedade progrida através da vitória de grupos superiores sobre grupos supostamente inferiores e menos “aptos”. Desta forma, o darwinismo social atribuía a desigualdade social entre ricos e pobres à maior “aptidão”/capacidade dos primeiros para sobreviver e prosperar. A sociedade era assemelhada ao mundo natural, governada pela competição e pela “sobrevivência dos mais aptos”. Atualmente, o darwinismo social não tem nenhuma credibilidade científica.

Para refletir: no período do colonialismo, os darwinistas sociais entendiam que os povos originários encontrados na América, na África, na Oceania e na Ásia, eram verdadeiros “fósseis vivos”,

exemplares de estágios anteriores do processo evolutivo da humanidade. Com esta interpretação, acreditavam que tais povos deveriam evoluir para estágios mais avançados da evolução humana, como o supostamente encontrado na sociedade industrial europeia. Para promoverem esse “processo de evolução”, os europeus atuaram no sentido de modificar as formas tradicionais de vida dos povos originários, atacaram o politeísmo, a poligamia, as formas tradicionais de poder, a economia agrária de subsistência, os hábitos culturais de respeito à terra e a natureza. Fato é que transformar o modo de vida dos povos originários no sentido dos valores capitalistas emergentes também era necessário para permitir a exploração de matéria-prima, de mão-de-obra e do próprio consumo efetuado por estes povos. Pergunta: Como uma tentativa de impor uma evolução nos moldes da sociedade industrial europeia - fazer o colonizado se parecer mais com o colonizador - contribui para o desenvolvimento do modo capitalista de organização social?

Deficiência:

em diferentes povos, tempos e espaços, também em função do modo adotado pelas sociedades para a satisfação das necessidades básicas de cada um dos seus integrantes; em decorrência das múltiplas explicações criadas para justificar as possíveis origens das lesões corporais; do desenvolvimento e das lutas que marcam os campos de saber sobre o corpo e sobre as tecnologias/propostas de habilitação e/ou reabilitação; e, dentre outros fatores, das próprias transformações culturais, políticas, econômicas que marcam a história humana, o significado da expressão deficiência [pessoas com deficiência] mudou. Considerando estas mudanças, não há uma definição consensual acerca do que é deficiência. Uma pessoa pode ser considerada pessoa com deficiência em um

território, nação, cultura ou tempo histórico e não ser identificada dessa maneira em outro território ou nação. No entanto, existem quatro modelos teóricos que a definem de formas distintas: 1. Modelo médico; 2. Modelo Biopsicossocial; 3. Modelo Social; e, 4. Modelo da Diversidade Funcional. Para definir e se posicionar perante o conceito de deficiência, veja as explicações relacionadas a cada um dos modelos citados.

Para refletir: quem tem o poder de definir o outro como deficiente? Quem outorga este poder?

Democracia Direta:

é a democracia em que existe participação direta do povo no exercício do poder e em que a população não delega a representantes o seu poder de decisão. Nela, como acontecia na Atenas antiga, os cidadãos votam sobre todos os assuntos que os afetam. Tem-se então que a chamada democracia direta é aquela em que a totalidade dos cidadãos delibera em assembleias populares, como faziam os gregos no antigo Estado ateniense. Em Atenas, o povo exercia o poder, diretamente, na praça pública. Não havia assembleia representativa: todos os homens adultos (pessoa do sexo masculino, com certas posses, não escravo nem estrangeiro) podiam tomar parte nas decisões. A lei ateniense, no século IV a.C., fixava quarenta reuniões ordinárias por ano na *ágora* (praça de decisões). Essa é a maior diferença entre a democracia antiga e a moderna. Hoje elegemos quem decidirá por nós. Mesmo em cidades pequenas, delegamos por vários anos as decisões ao prefeito e aos vereadores. Os atenienses não faziam estas delegações. Eles iam à praça discutir as questões que interessavam a todos. Nos exemplos atuais de democracia direta, mais comuns em países como Suíça e Portugal do que no nosso país, o povo,

através de plebiscito, referendo ou outras formas de consultas populares, pode decidir diretamente sobre assuntos políticos ou administrativos de sua cidade, estado ou país. Os suíços, mesmo com a existência de um conjunto de deputados eleitos, ao menos quatro vezes por ano, recebem envelopes em suas casas com convites para votar e opinar sobre determinados assuntos.

Para refletir: na Atenas do século V a.C, palco fundamental da democracia direta, viviam cerca de apenas 30 mil cidadãos. De lá para cá, o crescimento populacional e o desenvolvimento político das sociedades levaram a críticas quanto a impossibilidade prática da democracia direta, bem como levaram ao atual modelo de democracia representativa (onde o eleito supostamente representa os interesses do eleitor). Assim nasceu o velho debate entre os que argumentam em favor da democracia representativa e os defensores da democracia direta. Antes de Cristo, “Platão já pensava que uma república somente pode ser governada pela elite; ele posicionou-se claramente contra o modelo de Atenas, onde todos os cidadãos participavam na tomada de decisões políticas. [...] Aristóteles promovia o conceito da constituição mista, que unia elementos monárquicos, aristocráticos e democráticos; ele admitia uma participação parcial da população. Mais tarde, ao referir-se à Revolução Francesa, Edmund Burke [vide Conservadorismo] alegou que a participação da população levava a uma simplificação excessiva das questões políticas. A posição de Montesquieu era similar: para ele, faltava a competência do cidadão para justificar sua participação política. Na mesma época, Rousseau argumentava em favor da participação dos cidadãos, já que todos nascem livres” (RAUSCHENBACH¹⁴³, 2014, p.206). Nos últimos tempos este debate tem sido reascendido porque as limitações práticas da

¹⁴³ RAUSCHENBACH, Rolf. Processos de democracia direta: sim ou não? Os argumentos clássicos à luz da teoria e da prática. Revista de Sociologia e Política [online]. 2014, v. 22, n. 49 [Acessado 24 Junho 2021] , pp. 205-230. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782014000100011>>. Epub 10 Jul 2014. ISSN 1678-9873. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782014000100011>.

democracia direta estão sendo superadas pelo avanço das tecnologias de comunicação, dos aplicativos e sistemas que possibilitariam uma espécie de democracia direta digital. Neste contexto, o que você pensa? A democracia direta é possível nesse nosso mundo em que é possível que “todos” os cidadãos votem e opinem através de consultas populares (secretas e universais) em aplicativos institucionalizados pelo governo? A democracia direta pode se constituir em uma tirania da maioria sobre a minoria?

Democracia participativa:

forma de democracia em que os membros de uma comunidade, grupo ou território, participam coletivamente da tomada das principais decisões. Trata-se de um sistema em que se busca tanto ampliar a participação cidadã nos assuntos públicos, quanto reduzir a distância entre representantes e representados, assim superando as falhas da democracia representativa; do exercício da democracia para além do voto; e, da maximização da participação dos indivíduos nas decisões políticas; de tornar o povo sujeito de sua própria história. Trata-se ainda, como afirma o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos¹⁴⁴ (2002), de “democratizar a democracia”, tornando as decisões e a participação política possíveis a grupos sociais que historicamente não tiveram acesso a elas. Para Santos (2002), a democracia típica do Estado Liberal não representa o real sentido da democracia e não consegue abarcar as reais demandas dos diferentes grupos que compõem a sociedade. Nela, “os grupos mais vulneráveis socialmente, os setores sociais menos favorecidos e as etnias minoritárias não conseguem que os seus interesses sejam representados no sistema político com a mesma facilidade dos setores majoritários ou economicamente mais prósperos” (SANTOS, 2002, p.47). Por isso, para o autor em

¹⁴⁴ <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/80203/1/Democratizarademocracia.pdf>.

questão, esse modelo hegemônico liberal de democracia, que trata a democracia como um método para a escolha de governantes, para compor o legislativo, ou liderar o poder executivo, e que se opõe a qualquer forma de participação por parte dos governados, é limitado e contraditório com os próprios ideais democráticos. Nesse modelo, o cidadão comum fica totalmente isolado do processo de tomada de decisões do governo, não participando ativamente da política; bem como, configura-se uma “democracia de baixa intensidade”, que precisa ser superada por uma democracia de “alta intensidade”, marcada pela participação política dos diversos atores da sociedade. De acordo com Pateman¹⁴⁵ (1992), a democracia participativa se manifesta pela substituição da participação periódica nas eleições, por uma participação no processo de tomada de decisão política, no nível mais imediato, mais local e focado nos problemas coletivos cotidianos, de forma a construir vínculos entre interesses e subjetividades privadas e o mundo público. Desta forma, “a ênfase da democracia participativa é com a dimensão pedagógica da participação, da construção da autonomia e consciência política dos indivíduos” (TEIXEIRA¹⁴⁶, 2013, p.23). Um exemplo de processo associado com a democracia participativa é o chamado orçamento participativo. No chamado orçamento participativo a população decide, através de mecanismos de participação da comunidade, a aplicação dos recursos em obras e serviços que serão executados ou a forma de gasto do orçamento público, geralmente o orçamento de investimentos de prefeituras municipais.

Para refletir: em nossa democracia, como o cidadão comum pode participar das decisões do governo, fiscalizar os gastos, dar opiniões sobre os investimentos, solicitar a construção de obras,

¹⁴⁵ PATEMAN, C. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

¹⁴⁶ TEIXEIRA, Ana Claudia C.. *Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010)*. Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp, 2013. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280537/1/Teixeira_AnaClaudiaChaves_D.pdf

etc.? Como o povo pode participar efetivamente das grandes decisões políticas? Em sua opinião, o cidadão comum deveria ter poder de manifestação nos assuntos de maior importância? Processos típicos de democracia direta, como o referendun, o plebiscito, a iniciativa popular e o veto popular, poderiam ser adotados, por exemplo, nos assuntos de maior importância, relativos a alterações na constituição?

Democracia representativa:

forma de democracia em que os cidadãos elegem seus representantes e lhes delegam os poderes para legislar e administrar em seu próprio nome, em que as decisões que afetam a população de um dado território ou sociedade, não são tomadas pelo conjunto da população, mas por pessoas eleitas para esse propósito. Como modelo atual de referência para as Cartas Magnas (constituições) de grande parte dos países, a democracia representativa tem sua origem no Estado Liberal e parte da interpretação de que a soberania popular se efetiva pelo exercício do voto. Desta forma, salvo exceções, a democracia representativa configura um sistema em que a participação popular é exercida por meio do voto, do sufrágio universal, em que a população vota apenas uma vez, em cada período de alguns anos, para escolher um conjunto de representantes que, no intervalo entre uma votação e outra, toma todas as decisões importantes em seu nome. Neste sistema, frequentemente, os anseios, expectativas e interesses de quem vota diferem dos anseios, interesses e expectativas daquele que é eleito. Além disso, muitas vezes, as atitudes do eleito no exercício do mandato não condizem com o prometido em campanha, especialmente pela sobreposição de interesses privados sobre os públicos. Por esses fatores, a democracia representativa está em crise em vários países. Ao que parece, a democracia representativa, por si só, não tem sido capaz de garantir o interesse do povo, especialmente

o interesse das camadas populares de mais baixa renda. Trata-se de um velho problema. Na obra *O Contrato Social*, publicada em 1762, o suíço Jean-Jacques Rousseau¹⁴⁷ (2001), já ressaltava que a democracia representativa é enfraquecida pela influência demasiada de grandes “associações” (grandes corporações particulares, empresas ou conglomerados empresariais). Para ele, era tão forte a influência destas grandes associações sobre o Estado, que os interesses privados a ela associados se sobrepunham aos interesses da população, de forma a tornar sem efeito o mecanismo democrático de representação pelo voto.

Para refletir: perante a crise da democracia representativa e das novas tecnologias de comunicação e participação popular propiciadas pela internet, o que você pensa sobre a utilização de referendos populares institucionalizados para que a população decida sobre os temas mais importantes?

Democracia:

em linhas gerais, democracia é o sistema político que possibilita a participação dos cidadãos nos processos decisórios governamentais, seja pela eleição de representantes para legislar e administrar em nome da população ou por meio da votação e atuação direta dos próprios cidadãos. No entanto, a definição e a compreensão do que efetivamente significa a democracia, é um tema de posições distintas e de disputas de poder. Estamos acostumados com a definição liberal da democracia como regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais. Na ótica Liberal, a democracia é “reduzida a um regime político eficaz,

¹⁴⁷ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv00014a.pdf>

baseado na ideia de cidadania organizada em partidos políticos, e se manifesta no processo eleitoral de escolha dos representantes, na rotatividade dos governantes e nas soluções técnicas para os problemas econômicos e sociais” (CHAUI¹⁴⁸, 2008, p.67). Mas isto basta para a existência da democracia? Só existe real democracia “quando a atividade democrática social realiza-se como um contra-poder social que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes” (CHAUI, 2008, p.69). Neste contexto, a democracia requer a existência da multiplicidade, da pluralidade e do conflito, pressupõe a aceitação do conflito entre perspectivas diversas e a rejeição da eliminação dos conflitos por meios autoritários, bem como demanda a concessão de espaço para a expressão dos interesses e valores em conflito. Como você já deve saber, o termo democracia provém do grego *demos* – povo – e *kratein* – governo. A democracia tem sua origem em Atenas, na Grécia, no século V a.C.. Com o passar do tempo, transitou-se do modelo de democracia ateniense (democracia direta) para as democracias representativas e participativas. Fato é que, como aponta a teoria pluralista, as democracias são diversificadas, porque refletem a vida política, social e cultural de cada país, podendo o conceito de democracia sofrer perversão em sua essência, em territórios pretensamente democráticos.

Para refletir: atualmente vivemos numa democracia? No Brasil, se pudéssemos dizer que existem níveis de intensidade de democracia, você diria que vivemos um momento mais, ou menos democrático do que o vivenciado em momentos históricos anteriores ao atual e posteriores ao fim da Ditadura Militar? Como você justifica essa sua interpretação sobre o nosso “grau de democracia”?

¹⁴⁸ Chauí, Marilena. Cultura e democracia . En: Crítica y emancipación : Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires : CLACSO, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>

Desemprego:

o desemprego acontece quando pessoas com idade e disponibilidade para assumirem um emprego/trabalho, buscam e não conseguem encontrar trabalho remunerado. Trata-se do fenômeno resultante da sobreposição da demanda de emprego em relação à oferta. Existem diferentes categorias de desemprego, tais como o desemprego conjuntural, o estrutural e o sazonal. O desemprego conjuntural ocorre quando empresas dispensam empregados durante recessões e/ou crises econômicas. Ele é decorrente da conjuntura que leva as empresas a demitirem com objetivo de cortar custos, preservar os lucros e/ou proteger os interesses dos acionistas. O desemprego estrutural tem como causa mudanças estruturais na economia, acontece quando há descompasso entre os empregos disponíveis e os níveis de habilidade dos desempregados, especialmente quando se muda a estrutura de ocupações demandadas pelo mercado tornando inúteis algumas qualificações. A expressão desemprego estrutural também é usada quando o número de empregos disponíveis em alguns mercados de trabalho é insuficiente para proporcionar emprego a todos que desejam, por longos períodos. Já o desemprego sazonal acontece quando a mudança das estações reduz a demanda de trabalho agrícola, de recreação e de outros tipos. Por exemplo, em Foz do Iguaçu, nos meses de turismo baixo. O desemprego é fenômeno social relevante porque tem inúmeras consequências sociais e está associado com a própria forma de organização das sociedades. Em análises marxistas, o desemprego produz um fenômeno chamado Exército Industrial de Reserva e este fenômeno é considerado relevante para a manutenção da exploração dos trabalhadores no sistema capitalista. Em discussões atuais, destaca-se os papéis da uberização e da informalização do trabalho, como fenômenos profundamente associados com o desemprego.

Para refletir: você já conviveu com um familiar ou parente desempregado? Que consequências sociais o desemprego pode ter? Para as grandes corporações, que utilidades o desemprego pode ter?

Desenvolvimento Sustentável:

recuperando o darwinismo social, as noções iniciais de desenvolvimento se pautavam na interpretação de que as sociedades humanas evoluíram em uma sucessão de estágios - que transitaram de formas inferiores para formas superiores de viver. Nestas interpretações ultrapassadas, os estágios superiores de sociedade seriam aquelas encontradas na civilização industrializada de consumo. A partir delas, os Estados Unidos da América tornar-se-iam a representação do ápice do desenvolvimento, e o desenvolvimento passaria a “ser caracterizado como a transposição do ‘jeito americano de viver’ (ou melhor, de ter) para o resto do mundo” (LAYRARGUES¹⁴⁹, 1997, p.5). No entanto, perante problemas ambientais crescentes e a escassez de recursos naturais, gradativamente constata-se que o planeta Terra é um só e que se todas as sociedades consumissem como um norte-americano, o planeta entraria em colapso. Neste contexto, nascem movimentos sociais e são cunhados conceitos que representam novas formas de desenvolvimento, tais como os conceitos de Ecodesenvolvimento e o conceito de Desenvolvimento Sustentável. O conceito de Ecodesenvolvimento, lançado por Maurice Strong, em 1973, consistia na proposição de um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem

¹⁴⁹ LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável. In: Proposta. Rio de Janeiro, v. 24. n. 71, p. 5-10, dez/fev. 1997. Disponível em: <http://files.zeartur.webnode.com.br/200000038-e0ad2e2a19/LAYRARGUES%20Do%20ecodesenvolvimento%20ao%20desenv%20sustentavel.pdf>

comprometer o esgotamento da natureza, pois nestes locais ainda havia a possibilidade de tais sociedades não se engajassem na ilusão da adoção do modelo norte-americano de vida e consumo. Sachs¹⁵⁰ (2007) sugere que “o Ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento em que cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, [...] que tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas”. Por sua vez, o conceito de desenvolvimento sustentável tem sua origem associada com o relatório “Nosso Futuro Comum”, lançado em 1987 pela Assembleia Geral da ONU, a partir da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. A referida comissão cunhou o conceito de desenvolvimento sustentável, definindo-o como “o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD¹⁵¹, 1991). Apesar das semelhanças entre as noções de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, nelas há distinções: “enquanto o ecodesenvolvimento postula, com relação à justiça social, que seria necessário estabelecer um teto de consumo, com um nivelamento médio entre o Primeiro e Terceiro Mundo, o desenvolvimento sustentável afirma que seria necessário estabelecer um piso de consumo” (LAYRARGUES, 1997, p.6). Ou seja, se para o ecodesenvolvimento a questão é estabelecer um limite para quanto se pode consumir entre os recursos ambientais disponíveis, para o desenvolvimento sustentável a questão é estabelecer um mínimo a que todos devem ter acesso. O desenvolvimento sustentável aposta então na compatibilidade do crescimento econômico, com desenvolvimento humano e qualidade ambiental. Com estas apostas, preconiza que as

¹⁵⁰ SACHS, Ignacy. A Terceira Margem: em busca do ecodesenvolvimento. Companhia das Letras, 2007.

¹⁵¹ CMMAD, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf

sociedades atendam às necessidades humanas tanto aumentando o potencial de produção, quanto assegurando a todos (gerações presentes e futuras) as mesmas oportunidades. Trata-se de uma perspectiva ecológica que acredita em um modelo universal de desenvolvimento, que combina a conservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico e, que fomenta o engajamento no consumo e produção verde, sustentável e ecologicamente correto, sem renunciar ao crescimento econômico. E, de outra perspectiva (codesenvolvimento), que aposta em soluções regionais e locais dos problemas ambientais, renunciando ao modelo de crescimento econômico hegemônico. De qualquer forma, ambas concordam que as necessidades humanas são determinadas social e culturalmente, que o mundo tem recursos finitos, e que é necessária a promoção de valores que alterem os padrões de consumo nos limites das possibilidades ecológicas do planeta. Com estas interpretações comuns, na maioria das vezes, os conceitos de codesenvolvimento e desenvolvimento sustentável são utilizados como se falassem de uma única perspectiva, que aposta em desenvolvimento sem destruição do planeta.

Para refletir: os países em desenvolvimento se queixam de que as restrições propostas para as emissões de gases de efeito estufa não consideram que, para os países ricos, a maior parte dessas emissões, são de “luxo” (como as produzidas por automóveis particulares), ao passo que para os países mais pobres são “emissões de sobrevivência” para o tão necessário desenvolvimento econômico, para alimentar a população (GIDDENS e SUTTON, 2017). Neste embate, raramente se produz consenso sobre o que deve ser feito para combater os grandes problemas ambientais. Em sua opinião, deveria haver um teto máximo de consumo para todos os países? O consumo verde e a produção sustentável são suficientes para findar os problemas ambientais que enfrentamos?

Desescolarização da sociedade:

trata-se de um processo proposto pelo sociólogo Ivan Illich (1926-2002). Para ele, as seguintes premissas são verdadeiras: em todo o mundo a escola tem um efeito anti-educacional sobre a sociedade, o de fazer as pessoas desacreditarem no potencial de aprender sem escolas; a existência de escolas desencoraja e incapacita os pobres de assumirem o controle da própria aprendizagem; as escolas levam os alunos “a confundirem ensino com aprendizagem, frequência em salas de aula com conhecimento, obtenção de graus com educação, diploma com competência, fluência no falar com capacidade de dizer algo novo” (ILLICH¹⁵², 1985, p.16); escolas promovem uma aceitação sem senso crítico da ordem social e ensinam as crianças a se submeterem a sua posição de classe. Ou seja, para Illich (1985) a existência de escolas produz a demanda pela escolarização e o mito de que a escola é necessária para aprendizagem, fazendo com que as pessoas não busquem aprender por si próprias. Assim, o autor em questão ressalta que a “escola tornou-se a religião universal do proletariado modernizado, e faz promessas férteis de salvação aos pobres da era tecnológica; que o Estado-nação adotou-a, moldando todos os cidadãos num currículo hierarquizado, à base de diplomas sucessivos, algo parecido com os ritos de iniciação e promoções hieráticas de outrora” (ILLICH, 1985, p.24), mas que a obrigatoriedade escolar não é garantia de salvação: “a igualdade de oportunidades na educação é meta desejável e realizável, mas confundi-la com obrigatoriedade escolar é confundir salvação com igreja” (idem). Por estas interpretações, para Illich (1985), seria necessário desescolarizar a sociedade, acabar com as escolas e implantar um sistema em que recursos educacionais estejam disponíveis para todos, a qualquer momento que precisassem; em que as pessoas

¹⁵² ILLICH, Ivan. Sociedade sem escolas. Tradução de Lúcia Endlich Orth, 7ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1985. Disponível em: https://colectivolibertarioevora.files.wordpress.com/2013/11/ivan_illich_-_sociedade_sem_escolas.pdf

busquem aprender a partir dos seus interesses, com outras pessoas que tem o mesmo interesse, sem serem forçados a seguirem um currículo-padrão e sem nenhum sistema de obrigatoriedade de frequência e/ou diplomação; em que se componha teias e redes de aprendizagem efetivadas por interesses comuns e troca de informações mediadas por distintos agentes sociais e profissionais, não necessariamente por professores. Para ele, a “procura de novas saídas educacionais deve virar procura de seu inverso institucional: a teia educacional que aumenta a oportunidade de cada um de transformar todo instante de sua vida num instante de aprendizado, de participação, de cuidado” (ILLICH, 1985, p.14).

Para refletir: ok, as ideias do sociólogo e ex-padre Ivan Illich são, no mínimo, controversas. Aliás, ele busca desnaturalizar uma instituição que, queiramos ou não, está no centro da vida das sociedades contemporâneas. Vamos, mesmo assim, nos permitir refletir sobre as ideias dele. Como seria uma sociedade sem escolas? Para você, como foi aprender sem professores em tempos de pandemia? Sem obrigatoriedade de frequência e um sistema escolar, que classes sociais seriam beneficiadas? Com que aspectos das ideias de Illich podemos concordar?

Desigualdade social:

significa ter *acesso ou posse desigual dos recursos sociais*. Em outras palavras, a desigualdade social se manifesta se uma pessoa ou indivíduo tem, ou pode acessar, mais recursos desejáveis do que outras pessoas ou indivíduos. Dentre outros elementos, esses recursos podem incluir: posses materiais (tudo, desde alimentos, abrigo até itens de luxo; dinheiro (moeda e crédito que podem ser trocados por bens); poder (a habilidade de influenciar os outros a fazer o que você quer); prestígio (ser tratado com interesse e

respeito pelos outros); e, relacionamentos (acesso, seja pessoal ou profissional, à pessoas com maior poder). Como a distribuição destes recursos é fruto de deliberadas escolhas políticas e institucionais que favorecem a concentração de renda, bens e benefícios públicos, a desigualdade não pode ser considerada um acidente, um acaso ou um fenômeno natural. A desigualdade é uma construção social. Como se trata de uma construção social, a desigualdade também pode ser socialmente destruída. De qualquer forma, nas sociedades contemporâneas, a desigualdade se expressa em associação com classes sociais (desigualdade social); gêneros (desigualdade de gênero); gerações (desigualdade intergeracional); e, etnias (desigualdades étnico-raciais). Desigualdades de gênero consistem nas diferenças no status, poder e prestígio que as mulheres e homens vivenciam em diferentes grupos sociais ou culturas. Em termos práticos, se manifestam na distribuição de trabalho não remunerado intradomiciliar; nos salários e direitos de homens e mulheres; na divisão sexual de trabalho, que reserva ao homem o trabalho remunerado para o mercado (e também a participação na esfera pública de forma geral) e à mulher, as atividades domésticas limitadas à esfera privada; na associação do trabalho não remunerado com os papéis de mãe e esposa como elementos estruturadores da identidade feminina. Por sua vez, a desigualdade étnico-racial refere-se à desigualdade entre pessoas de diferentes grupos étnicos ou características físicas (vide racismo e colorismo), geralmente oriundas de históricos de exploração e escravização, bem como de preconceitos e/ou racismo. As desigualdades econômicas e sociais entre brasileiros brancos e não brancos refletem em menores níveis de acesso à saúde, educação, qualificação e renda, entre afro-brasileiros. Em nosso país, em todas as esferas da vida social, destacam-se as desigualdades vivenciadas pelos afro-brasileiros e a amplitude das injustiças que sofre essa parcela da população. Neste contexto, a longa e histórica estabilidade da desigualdade entre negros e brancos ou entre homens e mulheres, induz à

percepção equivocada de que esse acesso desigual aos recursos sociais é algo natural, mesmo sendo construção social e política.

Para refletir: o Brasil é um dos países com mais desigualdade social no mundo. Basta uma breve busca na internet para encontrar dezenas de pesquisas desenvolvidas por instituições públicas ou privadas e nacionais ou internacionais, que comprovam que a desigualdade social e que as desigualdades raciais e de gênero são gigantes e crescentes em território brasileiro. Estas desigualdades são frutos de escolhas políticas e institucionais que favorecem a concentração de renda, poder, bens e benefícios públicos. Que escolhas políticas nossos governos fazem que, em sua análise, contribuem para a desigualdade social?

Desnaturalização:

fazer perceber que os fenômenos sociais são construções sociais (humanas e culturais) resultantes de outros fenômenos sociais e não são aspectos imutáveis da biologia ou da natureza. Tirar o véu da naturalidade. É comum ouvirmos a expressão “Isso é natural”. Esta expressão aponta para a ideia de algo que, supostamente, “sempre foi assim”, que é algo imutável. Desnaturalizar é perceber ou fazer perceber que este algo não foi sempre da mesma forma, não é igual em todas as culturas e momentos históricos. Quando você nasce em uma família com determinada estrutura e cultura, numa comunidade em que seus vizinhos e familiares tem os mesmos costumes que os da sua família, você tende a acreditar que estes costumes são “O” natural, mas eles são meras construções sociais, como tantos outros costumes de qualquer outra cultura ou família. Por isso, desnaturalizar pressupõe que você olhe para sua própria cultura com o mesmo estranhamento que você olha para uma cultura que acha exótica. Assim sendo, desnaturalização é o

oposto de naturalização. Uma forma de manifestação da naturalização se dá pela biologização: neste caso, as pessoas, de tanto observarem a reprodução de um padrão cultural, o identificam como biológico. Por exemplo, de tanto verem as mulheres fazendo as tarefas domésticas passam a acreditar que elas biologicamente estariam mais propensas a isso e, não percebem que, em nossa sociedade, são os atuais padrões culturais patriarcais (em mudança) que induzem este comportamento de gênero. Neste contexto, uma das maiores consequências da naturalização é a percepção das desigualdades sociais como naturais. Ou seja, a percepção equivocada de que a desigualdade social entre homens e mulheres, classes sociais, jovens e adultos, é natural, ao invés de ser o que é: social e histórica. Ao passo que a desnaturalização também significa apontar que estes fenômenos são sociais e históricos. Estranhamento é a base da desnaturalização, porque é vendo sua própria cultura com o mesmo olhar de estranheza que você olha para uma cultura diferente, você pode perceber que os elementos culturais que lhe cercam não são naturais, são circunstanciais, específicos da sua cultura e do seu tempo histórico. Para a construção do olhar sociológico, é preciso lançar um olhar de estranhamento sobre a realidade. Dito de outro modo, é preciso “desnaturalizar” o olhar.

Para refletir: se a desigualdade comportamental entre homens e mulheres fosse biológica e se somos todos membros da mesma espécie, o comportamento esperado de homens e mulheres não seria igual em todos os tempos e culturas? Se a desigualdade social entre as pessoas fosse algo natural, porque temos sociedades em que ela é tão inferior à existente em nosso país? Se apenas a heterossexualidade é “natural”, porque a homossexualidade é registrada e tratada de maneiras tão distintas em distintos contextos sociais e históricos?

Desobediência Civil:

é uma forma peculiar de desobediência, na medida em que é executada com os propósitos imediatos de mostrar publicamente a suposta injustiça de uma lei e de induzir os legisladores a modificá-la. Trata-se de não respeitar uma lei por acreditar que ela não faz sentido ou não é justa. O conceito é originário da obra de Henry David Thoreau, publicada em 1849. Thoreau¹⁵³ (1997, p.6), ao defender a desobediência civil, pergunta: “deve o cidadão desistir da sua consciência, mesmo por um único instante ou em última instância, e se dobrar ao legislador? Por que então estará cada homem dotado de uma consciência?”. Logo após, ele mesmo responde “[...] não é desejável cultivar o respeito às leis no mesmo nível do respeito aos direitos” (THOREAU, 1997, p. 6). Para ele, para provocar a mudança de uma lei ou proposta governamental, não seria preciso lutar fisicamente contra um governo ou sistema político caracterizado pelo autoritarismo, seria suficiente e efetivo que a população não apoiasse o sistema e boicotasse as leis. Thoreau (1997) viveu o que acreditava, por isso, em 1849, fez seu próprio ato de desobediência e se negou a pagar os seus impostos por saber que seriam usados pelas autoridades para financiar a guerra dos EUA contra o México. Por não pagar os impostos, foi preso e na prisão escreveu “Desobediência Civil”. Atualmente, a Desobediência Civil está no mesmo patamar jurídico do Direito de Greve e do Direito de Revolução, o que significa que, quando realizada por grupos como ato de protesto, pode vir a ser juridicamente defendida como direito do povo de resguardar sua soberania. As interpretações de Thoreau (2001) são articuladas tanto por intelectuais do que atualmente se entende como esquerda, quanto por intelectuais do que atualmente se entende por direita.

¹⁵³ THOREAU, Henry David. Desobediência civil. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cdrom/thoreau/thoreau.pdf> . Acesso em 01 jan 2021.

Para refletir: Thoreau (1997) é provocativo ao defender a importância de ações de desobediência civil. Por exemplo, ele afirmava que “há milhares de pessoas cuja opinião é contrária à escravidão e à guerra; apesar disso, nada fazem de efeito para pôr fim a ambas; [...] ficam sentados com as mãos nos bolsos[...] Eles hesitam, arrependem-se e às vezes assinam petições, mas nada fazem de sério ou de efetivo. [...] No melhor dos casos, nada mais farão do que depositar na urna um voto insignificante, cumprimentar timidamente a atitude certa e, de passagem, desejar-lhe boa sorte (THOREAU, 1997, p.12-13). O que você pensa destas provocações? Quais são os limites e possibilidades da desobediência civil?

Desvio:

comportamento ou condição que não correspondem às normas ou padrões da maioria dos membros de um grupo ou sociedade. “O desvio não é simplesmente o fato objetivo de não se conformar com as normas (interpretação funcionalista), mas a consequência de um rótulo colado nas costas do desviante pelos que o descobrem e o tratam” (DURAND e WEIL¹⁵⁴, 1990, p. 171). Como assinala o sociólogo Howard Becker¹⁵⁵ (2008), o desvio, uma vez criado pela sociedade, não é uma qualidade do ato que a pessoa comete ou uma característica da pessoa, mas uma consequência da aplicação das regras por outros, a um infrator. Ou seja, o desvio não é inerente à pessoa desviante, não é definido pela qualidade do ato ou por um condicionamento de qualquer natureza, mas sim resultante da interação entre acusadores e acusados, é produto do contexto

¹⁵⁴ DURAND, Jean-Pierre & Weil, Robert. (1990) Sociologie contemporaine. Paris, Vigot.

¹⁵⁵ BECKER, Howard S.[1963]. **Outsiders**. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

social, mutável ou inexistente de um contexto para outro. Desta forma, “desvio é um termo apreciativo e relacional, só pode ser aplicado quando se pressupõe o que é ‘reto’ (MISKOLCI¹⁵⁶, 2003, p.113). O desvio é o que se estabelece como torto (como anormal) e, o “torto”, não existe se não em relação ao que é reto. Segundo Becker (2008), o desvio é sempre o produto de um “empreendimento moral”, dirigido pelos que criam as normas e os que as fazem aplicar. Neste contexto, “o desviante é essencialmente percebido e representado como sendo diferente do restante do grupo social (FAUGERON¹⁵⁷, 1976, p. 13). Trata-se de apontar a desconformidade em relação a um certo conjunto de normas e padrões que são aceitos por um número significativo de indivíduos em uma comunidade ou sociedade. Existem dois tipos de desvio, um denominado desvio primário e outro desvio secundário. Os desvios primários, embora se constituindo de ações fora das normas, referem-se a ações relativamente banalizadas, tais como infrações de trânsito ou pequenos furtos no local de trabalho. Na maioria das vezes, essas ações não são rotuladoras da identidade pessoal do indivíduo que as executa, são considerados atos marginais, paralelos. No que lhe concerne, o desvio secundário acontece em casos em que os indivíduos realizam ações fora das normas ou padrões sociais e passam a aceitar o rótulo, a se considerar desviantes. Nessa categoria de desvio, o rótulo tende a se tornar central para a identidade da pessoa e levar à continuação ou intensificação do comportamento considerado desviante. O assassino, o ladrão, o político corrupto, o estuproador e o traficante de drogas são exemplos de desvio secundário. O desvio secundário é repudiado socialmente, e uma vez a pessoa rotulada como tal, sofrerá pressões que normalmente a levam ao isolamento de outros considerados não desviantes. Ressalta-se que “desvio e crime não são sinônimos, embora em muitos casos se sobreponham. O

¹⁵⁶ MISKOLCI, Richard. Reflexões sobre normalidade e desvio social. Estudos de Sociologia, v. 7, n. 13/14, 2003. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/106874>>.

¹⁵⁷ FAUGERON, Claude et alii. (1976) De la deviance et du controle social (représentations et attitudes). Paris, Presses de COPEDITH

conceito de desvio é muito mais amplo do que o de crime, que se refere apenas à conduta inconformista que contraria a lei” (GIDDENS, 2012, p.664). O crime transgride a lei, o desvio, as normas e padrões sociais, entre elas, ocasionalmente, a lei. Em muitas sociedades, são rotulados como comportamentos desviantes aqueles relacionados com prostituição, alcoolismo, vagabundagem, loucura, homossexualidade e deficiência. O poder disciplinar é manifestação do poder que busca “corrigir” e “normalizar” o desviante.

Para refletir: ampliação do desvio é o fenômeno que acontece quando a resposta social a um comportamento considerado anormal produz o efeito de aumentar o desvio. Por exemplo: um professor pune um comportamento considerado inadequado, como fumar maconha. Ao fazê-lo, o professor expõe o aluno e o comportamento dele, fazendo com que o aluno seja rotulado como maconheiro, pelos colegas e demais professores. Ao ser rotulado como tal, o aluno assume o rótulo e passa a fumar mais maconha. Ou seja, a resposta social ao desvio (fumar maconha) amplia o desvio. Você pensa que já vivenciou algo parecido com o descrito como exemplo? Como os rótulos que te impuseram agem sobre quem você é?

Determinismo [social, biológico e geográfico]:

é um jeito de pensar que reduz a explicação das coisas a um só fator; e que elege uma característica e/ou elemento e acredita que aquilo explica todo um fenômeno complexo, sem considerar dezenas de outros fatores que podem interferir naquele fenômeno. Trata-se de “um modo de pensar que supõe que tudo é, de modo previsível, causado por alguma coisa. Mais especificamente, determinismo descreve qualquer teoria que explique o mundo em termos de alguns fatores estreitamente definidos, com exclusão de todos os demais

(prática conhecida também como *reducionismo*)” (JOHNSON, 1997, p.71). Existem diversas variantes do determinismo, destacam-se quatro: 1. determinismo biológico; 2. determinismo geográfico; 3. determinismo social; e, 4. determinismo psicológico. O determinismo biológico é a perspectiva equivocada em que as diferenças entre as culturas ou sociedades são explicadas com base nas características físicas da população, como se fatores biológicos fossem a única explicação das diferenças humanas. Trata-se da concepção de que o comportamento humano é diretamente controlado pelos genes de um indivíduo ou algum componente de sua fisiologia. Com estas compreensões adotadas nas primeiras tentativas de explicar a diversidade humana, pode-se, por exemplo, equivocadamente, explicar o comportamento humano com base em características raciais ou genitais. Já o determinismo geográfico é a concepção segundo a qual o ser humano é determinado culturalmente por seu ambiente geográfico, como se passa com animais e plantas. Trata-se da concepção segundo a qual o meio ambiente determina ou influencia fortemente a fisiologia e a psicologia humana, de modo que seria possível explicar a história dos povos em função das relações de causa e efeito que se estabeleceriam na interação entre aspectos geográficos-ambientais e comportamento humano. O determinismo social é a compreensão que defende que o comportamento individual é determinado pela organização social e/ou que fatores sociais determinam o comportamento individual. Trata-se de, por exemplo, acreditar que fatores como analfabetismo, falta de escolas, um meio social de naturalização da criminalidade e da violência, etc. determinariam categorias de conduta. Em lógica similar, o determinismo psicológico explica tudo a partir de uma suposta essência de cada indivíduo, da alma, da psique, da personalidade.

Para refletir: como não cair nas armadilhas do determinismo? A complexidade da vida em sociedade pode ser reduzida a relações de causa e efeito entre apenas uma ou algumas variáveis?

Determinantes sociais da saúde:

como objetos de estudo da Sociologia da Saúde e de Medicina Social, os determinantes sociais da saúde consistem em todos os fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, étnicos/raciais, de gênero, psicológicos e atitudinais, que exercem influência para a ocorrência de problemas de saúde e/ou que constituem fatores de risco para a população. Dentre outras propostas, os determinantes sociais da saúde são explicados no modelo dos ingleses Göran Dahlgren e Margaret Whitehead, desenvolvido em 1991. Para tanto, Dahlgren e Whitehead¹⁵⁸ (1991) utilizam uma representação gráfica pautada em cinco círculos concêntricos de distintos tamanhos, como as camadas de uma cebola. No centro, no primeiro de todos os círculos, estão as pessoas, com suas características individuais (idade, sexo e fatores genéticos) que exercem influência sobre o seu potencial e suas condições de saúde; no segundo círculo, aparecem o comportamento e os estilos de vida [vide estilo de vida] individuais; no terceiro círculo, a influência das redes sociais e comunitárias, as redes de apoio que dão ou podem dar suporte ao indivíduo. No quarto, estão representados os fatores relacionados a condições de vida e de trabalho, a disponibilidade de alimentos e ao acesso a serviços de saúde, educação, à habitação, a água e esgoto, indicando que as pessoas em situação de pobreza ou em situação de rua, ou aquelas expostas a condições mais perigosas ou estressantes de trabalho e acesso menor aos serviços, correm mais risco de adoecer; e, no quinto e último círculo, estão os aspectos macrosociológicos, as condições socioeconômicas, culturais e ambientais gerais, que vão desde o perfil das políticas socioeconômicas (liberais, de bem-estar social, comunistas)

¹⁵⁸ DAHLGREN, Göran; WHITEHEAD, Margaret. Policies and Strategies to promote social equity in health. Stockholm: Institute for Future Studies, 1991. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Goeran_Dahlgren/publication/5095964_Policies_and_strategies_to_promote_social_equity_in_health_Background_document_to_WHO_-_Strategy_paper_for_Europe/links/569540f808aeab58a9a4d946.pdf.

adotadas na sociedade em que pessoa vive, até os problemas ambientais (o estado da camada de ozônio, por exemplo) e/ou as trocas humanas decorrentes da globalização. Considerando as camadas do modelo de Dahlgren e Whitehead (2001) entende-se que políticas públicas voltadas para a saúde não devem focar meramente nos aspectos individuais e nem são as que focam exclusivamente no corpo do indivíduo.

Para refletir: como a pandemia de Covid 19 se relaciona com os determinantes sociais da saúde?

Direitismo, de direita:

o uso de terminologias como “de direita” ou “de esquerda” tem raízes na forma como os membros tomavam assento na Assembleia Nacional, na Assembleia Legislativa e na Convenção Nacional na França, quando do processo revolucionário francês do final do século XVIII. A “Ideologia da ‘direita política’, em geral, é definida como preferencialmente conservadora, com atitudes de defesa do mercado, priorizando os direitos individuais e não a intervenção governamental, com um rigoroso enfoque na lei e na ordem, além de nacionalista” (KELLY *et al.*, 2013, p.340-341). “No espectro político, trata-se da interpretação que desigualdades socioeconômicas devem ser reduzidas unicamente através do esforço dos indivíduos” (THORPE *et al.*, 2016, p. 341), por isso defende um papel do Estado mínimo, limitado à garantia da ordem pública, dando preponderância absoluta para o mercado na coordenação da vida social. Isto posto, a perspectiva política da direita considera a desigualdade social inevitável e natural, advinda da competição entre indivíduos livres; considera que a ajuda às pessoas em necessidade na sociedade deve ser uma decisão dos indivíduos e não uma imposição do Estado ou da coletividade; acredita que a igualdade político-jurídica é suficiente

para garantir a igualdade entre os indivíduos da sociedade. Nesta perspectiva, individualismo e indivíduo são “palavras-chave”. Assim, em detrimento da legislação trabalhista defendem-se acordos individuais entre empregadores e empregados, meios de produção sob o comando privado (indivíduos ou empresas), serviços públicos menos abrangentes. São considerados “de direita”, os conservadores, os neoliberais, reacionários, monarquistas, teocratas, nacionalistas, fascistas e nazistas. A extrema-direita propõe a criminalização de toda a esquerda política, a imposição da uniformidade moral e religiosa sob a bandeira de valores tradicionais, a transmutação de toda a sociedade numa militância patriótica obediente e disciplinada. Geralmente a extrema-direita favorece uma economia de intervenção estatista. Atualmente, o pensamento da direita é usualmente relacionado ao conservadorismo ou ao liberalismo, ou uma mistura deles. De acordo com Grant¹⁵⁹ (1996), existem quatro escolas principais de pensamento político direitista: 1. Neoliberalismo; 2. Neoconservadorismo (vide conservadorismo); 3. Anarcocapitalismo; e, o 4. Anticomunismo francês e europeu oriental.

Para refletir: “a direita é o espectro ideológico que pretende preservar ou ampliar os poderes de grupos já devidamente representados nas esferas de poder” (SILVA, 2014, p.156). Ao contrário da esquerda, não tem pretensões de promoção da igualdade de condições socioeconômicas e/ou de empoderamento dos menos favorecidos. Em que argumentos o indivíduo pobre pode amparar sua associação e apoio ao direitismo?

¹⁵⁹ GRANT, ROBERT. Nova Direita. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. et al. *Dicionário do Pensamento Social no Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.526-528.).

Direitos Humanos:

diante das barbaridades da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, estabelecendo um conjunto de direitos que são inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outro fator. Trata-se de direitos básicos que devem ser garantidos a toda e qualquer pessoa, que devem se estender a pessoas de todos os povos e nações, de todas as etnias, classes sociais, gêneros, nacionalidades ou posicionamentos políticos. Trata-se do “conjunto de garantias e valores de dimensão universal, que avalizam a dignidade a todos os seres humanos, independente da origem, credo religioso, pertencimento étnico racial, gênero, classes sociais, entre outros. É o conjunto mínimo de condições de uma vida com dignidade, que encontra na perspectiva da humanização sua grande inspiração, sendo todos iguais perante a lei, mesmo que essa igualdade seja formal” (BARBOSA¹⁶⁰, 2020, p. 95). Desta forma, nenhum direito humano pode ser suprimido ou negado, todos eles são interdependentes e interligados, ou seja, o acesso a qualquer um dos direitos humanos afeta o acesso aos demais Direitos Humanos (por exemplo, é pouco provável que alguém sem moradia ou alimentação consiga exercer a sua liberdade de expressão). No âmbito dos Direitos Humanos, a partir de ações e negociações mediadas pela ONU, vários países firmam tratados voltados para a garantia dos chamados direitos humanos, nas mais distintas áreas (direitos da criança, dos idosos, das pessoas com deficiência, combate à discriminação racial, etc). Para cada tratado firmado, existe um comitê de peritos que avalia

¹⁶⁰ BARBOSA, Maria Valéria. DIREITOS HUMANOS, o ensino de Sociologia e os.: In: BRUNETTA, Antonio Alberto (org.); BODART, Cristiano das Neves (org.); CIGALES, Marcelo Pinheiro (org.). Dicionário do Ensino de Sociologia. 1. ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020, p.95-99. Disponível em: https://www.academia.edu/43825857/Dicion%C3%A1rio_do_Ensino_de_Sociologia

como as nações participantes estão cumprindo as obrigações que assumiram ao se comprometer com o tratado.

Para refletir: que equívocos e estereótipos estão associados aos chamados Direitos Humanos? Como estes equívocos interpretativos impactam a luta pelos Direitos Humanos?

Direitos reprodutivos e sexuais:

o debate sobre este conceito começa com a luta das mulheres (feminismo) pela igualdade de gênero. O conceito refere-se ao conjunto de normas e leis referentes à autonomia de mulheres e homens para decidirem se querem ou não ter filhos, para decidirem quantos filhos terão, bem como quando e com quem desejam reproduzir ou manter relações sexuais. “Os direitos reprodutivos dizem respeito à igualdade e à liberdade na esfera da vida reprodutiva. Os direitos sexuais dizem respeito à igualdade e à liberdade no exercício da sexualidade. O que significa tratar sexualidade e reprodução como dimensões da cidadania e conseqüentemente da vida democrática (ÁVILA¹⁶¹, 2003, p.463). Trata-se de “direito à liberdade sexual; direito à autonomia sexual, integridade sexual e à segurança do corpo sexual; direito à privacidade sexual; direito ao prazer sexual; direito à expressão sexual; direito à associação sexual; direito às escolhas reprodutivas livres e responsáveis; direito à informação sexual livre de discriminações (RIOS¹⁶², 2006, p. 17). Desta forma, são exemplos de

¹⁶¹ ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. Cadernos de Saúde Pública [online]. 2003, v. 19, suppl 2 [Acessado 6 Julho 2021], pp. S465-S469. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000800027>>. Epub 28 Ago 2006. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000800027>.

¹⁶² Rios, R. R. (2006). Para um direito democrático da sexualidade. Horiz. antropol., 12, 71-100

direitos sexuais, o direito de viver e expressar livremente a sexualidade, de escolher a parceria sexual, de escolher se quer ou não ter relação sexual, de expressar livremente sua orientação sexual, de ter relação sexual independente da reprodução, de sexo seguro para prevenção de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis, de informação e educação sexual e reprodutiva. São exemplos de direitos reprodutivos o direito a informações, métodos e técnicas para ter ou não filhos, inclusive o de descriminalização do aborto. No contexto da sociedade patriarcal, para as mulheres, o acesso a direitos sexuais e reprodutivos, “significa romper com a heteronomia a que sempre estiveram submetidas, em relação ao uso de seus próprios corpos, uma vez que todas as regras e tabus que controlaram e reprimiram suas vivências corporais na sexualidade e na reprodução foram historicamente determinadas pelos homens” (ÁVILA, 2003, p. 467). No entanto, “no terreno político, há uma forte reação por parte dos setores conservadores contra as propostas feministas de transformação social e cultural nestes campos. [...] Essa reação produz alianças entre igrejas, partidos políticos e outros setores no sentido de conter avanços no campo legal e das políticas sociais” (idem).

Para refletir: como a educação escolar pode contribuir para o respeito e conhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos? Sem Educação Sexual, é possível o pleno acesso aos direitos sexuais e reprodutivos?

Discriminação:

discriminação é a ação de tratamento diferenciado em relação a uma pessoa ou grupo. Discriminar é colocar à parte por algum critério, é especificar, fazer distinção, diferenciação, tratar uma pessoa ou um grupo de pessoas de maneira distinta dos demais. Geralmente, trata-se de ações que negam, aos integrantes de um

determinado grupo, os recursos ou alternativas que são disponibilizados às demais pessoas. Desta forma, a discriminação pode pautar-se em critérios raciais, sexuais, classistas, capacitistas - a depender do elemento que leva o discriminador a efetua-la. Por exemplo, se um empregador não contrata um candidato à determinada vaga de emprego pelo fato de ele ser negro, estamos diante de discriminação racial. Destaca-se que discriminação e preconceito são fenômenos sociais próximos e associados, mas não são a mesma coisa. A discriminação é ato que geralmente tem origem em preconceitos, mas não é preconceito. Nem todo mundo que apresenta preconceitos em relação a um determinado grupo social efetua comportamentos discriminatórios. Por vezes, o preconceituoso, por razões diversas, pode fazer de tudo para não transformar seu preconceito em atos discriminatórios. E o contrário também pode ser verdadeiro, aquele que executa ações discriminatórias pode fazê-las por outras razões que não o preconceito. Em sociedades patriarcais, machistas, homofóbicas, com histórico de escravização da população negra e de extermínio de pessoas com deficiência e indígenas (povos originários), às vezes a discriminação é tão naturalizada que não é percebida por aquele que a executa e tampouco por aquele que a vive. Por exemplo, o policial pode abordar mais negros e adotar uma postura mais agressiva com a população negra, sem se dar conta destes comportamentos discriminatórios. Algo similar pode acontecer com um professor atuando com alunos com deficiência, que pode manifestar comportamentos discriminatórios para além dos demandados pelos limites impostos às pessoas com deficiência. Enfim, da conversa áspera com o atendente da loja, ao segurança que chama sua atenção, o taxista ou ônibus que não pára ao sinal do usuário, o preconceito move atos discriminatórios.

Para refletir: como a discriminação se manifesta no sistema de ensino brasileiro? A discriminação pode ser positiva? As cotas raciais são atitudes discriminatórias? Uma vaga para cadeirantes é uma atitude discriminatória? A discriminação pode ser

institucionalizada como parte das regras de uma instituição? Você consegue lembrar de um exemplo histórico de ato discriminatório?

Disneyzação:

o sociólogo Alan Bryman cunhou este conceito na obra *The Disneyization of Society* (1999) em contraposição ao de McDonaldização [vide McDonaldização]. Bryman (1999) descreve a Disneyzação como um processo pelo qual os princípios que permeiam os parques temáticos Disney estão dominando mais e mais setores da sociedade. Os princípios organizacionais por trás dos parques da Disney influenciam os modos de consumo de forma ampla. Mickey Mouse e o mundo mágico da Disney são disseminados com a globalização, imprimindo suas características (tematização, consumo híbrido, *merchandising* e trabalho emocional) em diferentes esferas da vida. A partir deles espera-se que todas as atividades cotidianas sejam transformadas em eventos extraordinários e mágicos. Quando tomamos um café queremos que, preferencialmente, a cafeteria seja temática (tematização), por exemplo, um Hard Rock Café, com música ao vivo; que ela venda diferentes produtos (consumo híbrido) relacionados ou não com esta tematização (como livros, camisetas, presentes, etc.); que ela tenha uma marca com identidade (*merchandising*) e um logo registrado (como um nome próprio que você possa registrar com uma foto e/ou citar e todo mundo saiba); e, que aqueles que nos atendam sejam como personagens de filmes (trabalho emocional), sempre sorridentes e seguindo uma comunicação roteirizada, com vestuário próprio que indique suposta diversão sem fim. Toda essa busca por experiências espetaculares no cotidiano da vida, borra a distinção entre realidade e fantasia, acaba com a percepção do mundo real e a substitui por uma visão cinematográfica. Em outra abordagem do termo em questão, o pedagogo canadense Henry Giroux fala em

“disneyzação da cultura infantil”. Para Giroux (1995), os filmes da Disney ultrapassam as barreiras do divertimento, funcionando como difusores da ideologia cultural americana, marcada pelo consumismo desenfreado, pela ideia de felicidade identificada em viver em um bairro nobre com uma família tradicional, branca e cristã, sob mando de pessoa gênero masculino. Para ele, “a Disney não mais se contenta em fornecer as fantasias através das quais a inocência e a aventura são produzidas, vivenciadas e afirmadas. A Disney agora fornece modelos e protótipos para as famílias, escolas e comunidades (GIROUX, 1995, p. 55-56).”

Para refletir: E então: a vida é cheia de experiências espetaculares e mágicas? Momentos banais devem ser evitados? Viver é buscar experiências espetaculares? Como a disneyzação pode afetar a expectativa dos alunos em relação a aulas e atuação dos professores? Algum personagem da Disney, como brinquedo ou filme, fez parte da sua infância? Que personagens e o que eles representam e comunicam sobre a vida?

Distância social:

em 1924, o sociólogo norte-americano Robert Ezra Park, na obra *The concept of social distance as applied to the study of racial attitudes and racial relations*, definiu distância social como uma tentativa de reduzir para termos mensuráveis o grau e os graus de compreensão e intimidade que caracterizam as relações pessoais e sociais em geral. Assim, o conceito não se refere à distância física ou geográfica entre as pessoas. Trata-se do grau de comprometimento que as pessoas estão dispostas a assumirem ao associarem-se/relacionarem-se com aqueles que têm características sociais (classe social, raça/etnia, gênero ou sexualidade) diferentes das suas. É a medida de proximidade ou intimidade que um indivíduo

ou grupo sente em relação a outro indivíduo ou grupo (racial, étnico, social, etc.), ou ainda o nível de confiança que um grupo tem por outro e a extensão da semelhança entre suas crenças. A distância social pode ser medida levando em conta distintos critérios, tais como a intensidade das interações entre dois grupos, a semelhança cultural, a percepção do outro como interno ou estrangeiro, as manifestações de afetividade. Por exemplo, o sociólogo Emory Bogardus (1882-1973), criador da "escala social da distância Bogardus", baseava sua escala no sentimento e reações das pessoas em relação a outras pessoas e para grupos de pessoas. A escala de distância social Bogardus é um teste para medir empiricamente a disposição das pessoas para participarem de contatos sociais de diferentes graus de proximidade com os membros de diversos grupos sociais, como raciais e grupos étnicos. Veja este exemplo de questão que pode ser usada para avaliar a distância social: "Marque com um X nas alternativas que correspondem à sua opinião: você se sentiria incomodado em: 1. Estar em uma festa onde um gay estivesse presente - a.()sim/b.()não; 2. Em receber sangue de um doador gay - a.()sim/b.()não; 3. Em ser atendido (a) por um vendedor gay - a.()sim/b.()não; ; 4. Em ser deixado (a) sozinho (a) em um recinto junto a um gay - a.()sim/b.()não; 5. Em ter um gay vivendo na mesma casa que você - a.()sim/b.()não; 6. Em ter gays como colegas de estudo ou professores - a.()sim/b.()não; 7. Em sentar ao lado de um gay em um ônibus". Com questões como esta, em centenas de formatos distintos, em cruzamento com dados sobre desigualdade social, índices de violência e em análise comparativa com outras nações e contextos, é possível ter uma percepção mais apurada da distância social existente em determinada sociedade ou grupo social. Pelas características citadas, em relação com conceitos como o de atitude blasé, utiliza-se o conceito de distância social para o estudo das relações sociais nas cidades. Ressalta-se também que o conceito de distância social tem relação com ações de discriminação, com preconceitos e práticas segregacionistas.

Para refletir: que distância social existe entre você e seus colegas? Você tem amigos de todas as raças/etnias, classes sociais, gêneros e orientações sexuais? Você já dormiu na casa de um colega ou ao menos foi convidado para um tererê?

Durkheim, Émile:

viveu entre 1858 e 1917, na França. Formou-se em Filosofia na École Normale Supérieure, em Paris. Desde cedo se interessou pelo estudo da sociedade, influenciado pela leitura de Auguste Comte. Na Universidade de Bordeaux, fundou o primeiro departamento de Sociologia do mundo. Lecionando em Paris, na Universidade Sorbonne, conquistou prestígio internacional para a Sociologia. Por isso, embora Auguste Comte seja considerado o “pai da Sociologia” e tenha lhe dado esse nome, Durkheim é considerado um dos maiores responsáveis por consolidar a ciência em questão. O primeiro grande feito de Durkheim foi estabelecer com precisão, em 1895, o objeto de estudo da Sociologia: os fatos sociais. Os fatos sociais são formas de agir determinadas pelo contexto social, que resultam de normas e regras coletivas que orientam e condicionam a ação individual, que existiam antes de cada indivíduo, são independentes dele e tem um poder de coerção sobre a conduta individual. Na ótica de Durkheim¹⁶³ (2007), os fatos sociais deveriam ser entendidos como coisas, pensados como um dado bruto à observação do investigador, sem que o pesquisador deixasse sua análise ser influenciada por seus valores ou contaminada pelos valores que os fatos expressam. Assim, Durkheim tentava romper com as interpretações da sociedade

¹⁶³ DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. Tradução de Pietro Nassetti- Ed. Martin Claretto – São Paulo, 2007. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/durkheim-c3a9-as-regras-do-mc3a9todo-sociolc3b3gico.pdf>

feitas com base no senso comum ou em “achismos”, e assim consolidar a Sociologia como ciência. Para análise dos fatos sociais, Durkheim adota uma abordagem funcionalista, uma perspectiva que analisa como as partes da sociedade se encaixam umas nas outras e como cada parte contribui para a estabilidade do todo. Nesta perspectiva, a sociedade é algo distinto da simples soma de indivíduos, é uma coisa com “vida própria”, como um corpo humano, é um todo (uma grande unidade - um organismo em adaptação) formado de múltiplas partes interdependentes, inter-relacionadas e que se encaixam uma nas outras. Toda a análise sociológica de Durkheim pretende demonstrar que os fatos sociais são produtos deste “todo” (a sociedade) e não do indivíduo. Neste contexto, a sociedade produz uma força (coerção) que empurra os indivíduos ao ajuste de conduta em relação às normas e comportamentos típicos do local em que eles vivem e, isso acontece porque as pessoas partilham de um conjunto de crenças, valores e sentimentos comuns. Compartilhadas pela média dos membros da sociedade, quanto mais fortes estas crenças - que Durkheim chama de Consciência Coletiva -, mais rigor e sanções são impostos àqueles que transgridem os padrões de conduta considerados corretos e maior é a coesão do reino social. Assim, a consciência coletiva, conforme as sociedades, comporta maior ou menor grau de extensão, ou força. Nas sociedades (pré-capitalistas) em que os indivíduos estão vinculados à mesma atividade produtiva, têm os mesmos valores, os mesmos sentimentos e reconhecem os mesmos objetos como sagrados, a consciência coletiva é extremamente forte e determinante das condutas individuais. Nas sociedades (capitalistas) em que a divisão do trabalho é complexa, em que as pessoas “são diferentes” e fazem coisas diferentes, a consciência coletiva tende a enfraquecer. Desta forma, em referência aos estudos da Biologia, Durkheim buscou fazer uma classificação das espécies sociais, distinguindo as sociedades, dentre outros elementos, pela categoria de solidariedade que formava coesão social entre os indivíduos nelas existentes. Nas sociedades pré-capitalistas marcadas por uma consciência coletiva forte, em que as

pessoas eram semelhantes em termos de família, trabalho, religião e costumes, existiria uma forma de solidariedade que Durkheim chama de solidariedade mecânica (solidariedade por semelhança). Nas sociedades capitalistas, as diferenciações e interdependências (um depende do outro) decorrentes da múltipla divisão do trabalho também gerariam uma forma de solidariedade, que Durkheim chama de solidariedade orgânica (solidariedade por diferença ou por interdependência). Seja nas sociedades pré-capitalistas ou capitalistas, para Durkheim a Sociedade sempre prevalece sobre o indivíduo, pois configura uma estrutura com poder de coerção e de determinação sobre as ações individuais. Para comprovar esta interpretação, em sua pesquisa intitulada “O suicídio”, Durkheim demonstrou que até mesmo as taxas de suicídio são influenciadas por forças sociais, porque estas taxas variam de acordo com diferentes graus de solidariedade social. Com estas interpretações, para Durkheim, não caberia à Sociologia apenas explicar a sociedade, mas também apresentar soluções para os problemas da vida social e comparar as distintas sociedades em seus estágios evolutivos.

Para refletir: Durkheim nos mostra o peso da sociedade sobre os indivíduos, aponta que a consciência individual é dada pela preponderância de uma consciência coletiva, que os indivíduos não pensam com sua própria cabeça, que até o que pensamos ser escolha individual é fruto de um determinado contexto social. Mas o caráter coercitivo da sociedade, se manifesta igual e indistintamente sobre todas as pessoas? Como a desigualdade social - desconsiderada por Durkheim - afeta o poder coercitivo da sociedade sobre uma parcela dos indivíduos ou grupos sociais?

E

Ecofeminismo:

são movimentos e filosofias que ligam o feminismo com a ecologia, especialmente com causas ambientais. O Ecofeminismo é tanto uma vertente do Feminismo quanto do Ambientalismo, é uma perspectiva de análise e ação que, constatando relações entre a opressão vivenciada pelas mulheres e pela natureza e entre as origens destas opressões, unifica em teorias e movimentos sociais, lutas contra o patriarcado e contra o padrão capitalista de exploração da natureza. Trata-se, portanto, de questionar, discutir e relacionar temas ambientais e de gênero, propondo uma perspectiva que, ao invés de se opor e tentar dominar mulher e natureza, aprenda a cooperar e respeitar ambas. O termo Ecofeminismo tem sua origem associada com a escritora francesa Françoise d'Eaubonne (1920-2005) em seu livro *Le féminisme ou la Mort* (1974). Atualmente, a indiana Vandana Shiva (1952-*) é uma das principais representantes globais do Ecofeminismo. Shiva¹⁶⁴ (2012) destaca que o patriarcado capitalista que rege o sistema político, social e econômico ao nível global é o grande responsável pela destruição do planeta, assim como pela falta de direitos e oportunidades por parte das mulheres. Para ela, o patriarcado capitalista contribui tanto para a subordinação da natureza, quanto

¹⁶⁴ SHIVA, Vandana. 2012. Ecofeminismo é colocar a vida no centro da organização social, política e econômica, afirma Vandana Shiva. Entrevista concedida a Marcé Rivas Torres. Revista IHU, Online. 2012. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/>

da mulher perante o homem, com base na crença do “poder do mais forte”, ou seja, na crença de que para que um grupo possa se desenvolver é preciso dominar e subordinar outros. Como outras autoras ecofeministas, Shiva destaca que nos primórdios do capitalismo a separação entre homens e natureza reforçou a ligação da natureza com as mulheres, colocando-as na mesma posição de selvagens e desordenadas. Neste contexto, a ótica antropocêntrica levou os seres humanos a terem responsabilidade moral apenas consigo mesmos e a ignorarem os demais seres vivos. Assim, o sistema antropocêntrico impôs o desejo humano perante a natureza e, como estava sobre forte influência androcêntrica, impôs o desejo do homem perante a mulher, posicionando o homem tanto acima da natureza, quanto acima da mulher e fundando bases para submeter todas aquelas (mulheres, plantas e espécies) que não se pode controlar voluntariamente. Desta forma, até a reprodução que era de domínio original da natureza e da mulher, passou a ser domínio do homem.

Para refletir: a “mãe natureza” tem sido violentada e “estuprada” para fins comerciais. As mulheres tem sido violentadas por homens que buscam a manutenção de uma condição de subordinação da mulher. Em sua opinião, feminismo e questões ambientais tem possíveis pautas em comum?

Economia Solidária:

conjunto de atividades econômicas pautadas nos princípios de solidariedade, democracia, igualdade, cooperação, direitos humanos e conservação ambiental. São atividades econômicas em que, em simultâneo, todos os integrantes do empreendimento são trabalhadores e donos. Sendo assim, os empreendimentos econômicos solidários têm como característica a supressão das

relações de dominação dos padrões sobre os empregados, bem como o comprometimento com melhorias na comunidade e de trocas justas. É uma maneira “nova” de produzir, vender, comprar e trocar o que é necessário para viver, centrada na valorização do ser humano acima do capital. Trata-se de um “modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores, coletivamente, de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. [...] É o inverso da relação que prevalece em empreendimentos heterogestionários, em que os que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros” (SINGER¹⁶⁵, 2008, p.298). Neste contexto, a economia solidária abarca empreendimentos como cooperativas (não todas), associações produtivas, clubes de troca, cooperativas de crédito e bancos do povo. Destaca-se que “a economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego [e que] sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo” (SINGER¹⁶⁶, 2002, p.4).

Para refletir: iniciativas de economia solidária crescem no Brasil e no mundo. No contexto brasileiro, é possível viver adotando uma lógica de consumo e produção diferente daquela ditada pelo capitalismo? Você conhece propostas de economia solidária em sua cidade? Cooperativas de comercialização, compostas por

¹⁶⁵ Singer, P. (2008). Economia Solidária: Entrevista. Revista Estudos Avançados, v.22, n.62, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/WYVnc8gJVQYFDnrCgbZxjCG/?format=pdf&lang=pt>

¹⁶⁶ Singer, P.(2002), “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”, in B. S. Santos (org.), Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/ecosolv2.pdf#page=4>

produtores autônomos, individuais ou familiares (camponeses, e artesãos) poderiam ser adotadas nas “feirinhas” populares de produtos agrícolas e artesanato? Que benefícios essas cooperativas poderiam gerar aos camponeses e artesãos?

Educação:

é uma instituição social que promove e viabiliza a difusão de conhecimentos e habilidades de uma geração para outra, geralmente por meio do ensino compulsório (escolarização) em escolas. Sociologicamente, tipifica-se a educação em três tipos: 1. educação formal (aquela que ocorre nos sistemas de ensino tradicionais e obrigatórios em diversos níveis); 2. não formal (corresponde às iniciativas organizadas de aprendizagem que acontecem fora dos sistemas de ensino, geralmente complementando-o); e, 3. incidental (aquela que ocorrem ao longo da vida de forma espontânea, em interações aleatórias). Dentre as funções das escolas, principal espaço contemporâneo de educação formal, constam o “treinamento e a socialização de alunos, a coesão social, a transmissão de cultura de uma geração para outra e a seleção dos estudantes, presumivelmente por mérito, para o mercado de trabalho. Dentre as funções latentes encontram-se a criação de uma cultura jovem, um mercado matrimonial, um sistema de supervisão e cuidados infantis, um mecanismo de regulação dos salários ao se manter os estudantes de nível superior temporariamente fora do “mercado de trabalho [...]” (BRYAM *et al.*, 2008, p.428). Com estas funções distintas, a educação formal é marcada por profundas desigualdades. As escolas possuem diferentes categorias de recursos materiais e estruturas físicas, bem como apresentam docentes com diferentes níveis de qualificação. Além disso, em decorrência de fatores culturais, econômicos, sociais e religiosos, os alunos chegam nas escolas com distintos

graus de capacitação e de motivação para aprender. Por estas razões, apesar da escolarização ser frequentemente apontada como alternativa para mudar de vida, para a mobilidade social, muitos sociólogos apontam que a escola serve também **para** reproduzir as desigualdades sociais. Na área da Sociologia denominada Sociologia da Educação, diversas pesquisas e teorias são críticas ao funcionamento dos sistemas educacionais, tais como as Teorias crítico-reprodutivistas e as propostas de desescolarização da sociedade. Dentre os clássicos da Sociologia, Karl Marx e Émile Durkheim também subsidiaram reflexões sobre o papel da educação na sociedade. Em Marx, acredita-se que a educação ajuda a reproduzir a desigualdade de classe, por meio do currículo oculto, que treina as crianças e jovens a aceitar a autoridade e disciplina e aceitar seu lugar na força do trabalho. Em Durkheim, a educação é parte do processo de socialização e serve para a pessoa aprender a ser membro da sociedade, conforme a sociedade demanda. A perspectiva de Durkheim (funcionalista) é amplamente criticada por enfatizar um modelo de educação voltado para a reprodução cultural e para a perpetuação da estrutura social. Fato é que os sistemas de educação formal, tal como o sistema educacional brasileiro, são construções sociais, com normas, regras e estruturas distintas em cada país. Como construções sociais, eles sempre podem e poderão ser modificados e serem colocados mais a serviço de mudarem vidas ou de manterem o mundo tal como ele está.

Para refletir: em tempos de *youtube* e novas tecnologias, para onde você acha que a escola vai? Qual é ou deveria ser o futuro da educação escolar?

Emoções:

as emoções formam uma parte importante de toda interação social. Entretanto, os sociólogos apontam que elas são menos espontâneas e incontroláveis do que acreditamos. Por exemplo, seu status em uma interação e na sociedade mais ampla afeta o quanto você ri e do que você ri. De maneira semelhante, as pessoas controlam suas emoções em sua vida pessoal e no trabalho, de acordo com “regras de sentimentos” que refletem padrões culturais historicamente variáveis e as demandas das organizações nas quais o indivíduo se insere. Desta forma, um sorriso pode ser escondido, para se ocultar ou controlar um sentimento; pode ser produzido, para passar uma mensagem de interesse ou para esconder e controlar um estado de ansiedade; ou, pode ser estratégia de venda para passar uma mensagem de vínculo afetivo e identificação. Fato é que, um simples sorriso não é necessariamente ato espontâneo que retrata uma emoção. Pelo contrário, é demonstração de como nossas emoções são controladas a partir de regras sociais e de interesses individuais. No estudo do trabalho emocional, a socióloga Arlie Hochschild, “ressalta que as pessoas tomam como referência um padrão de sentimento ideal construído na interação social, e procuram manusear e administrar suas emoções profundas para adequá-las a essa expectativa quando não estão sentindo assim internamente. Para ela, o trabalho das emoções é mais acentuado entre os subalternos do que entre os senhores, entre os dominados do que entre os dominantes. Assim, em uma perspectiva de gênero, ele é mais acentuado entre as mulheres do que entre os homens” (BONELLI¹⁶⁷, 2004, p.357). Com interpretações como as de Arlie Hochschild, existe um campo de estudo na Sociologia denominado Sociologia das Emoções. Este campo pretende analisar até que

¹⁶⁷ Bonelli, Maria da Gloria Arlie Russell Hochschild e a sociologia das emoções. Cadernos Pagu [online]. 2004, n. 22 [Acessado 16 Julho 2021] , pp. 357-372. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000100015>>. Epub 15 Ago 2006. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000100015>.

ponto a sociedade interfere no modo como vemos, vivemos e sentimos o mundo ao nosso redor e a nós mesmos. Trata-se de identificar quais os fatores sociais, históricos e culturais que estão associados com nossos sentimentos, bem como, trata-se de analisar se as estruturas sociais e o modo pelo qual as sociedades se organizam alteram a forma como sentimos e atribuímos valor, significado e sentimentos às "coisas" que vivenciamos.

Para refletir: um mesmo fato provoca os mesmos sentimentos em pessoas de distintas culturas? As emoções realmente possuem como base apenas substratos biológicos e psicológicos? Se os nossos sentimentos são alterados por regras e valores sociais, o que o conhecimento de distintas culturas e a reflexão sobre nossa sociedade pode provocar em nossas emoções? Você está manipulando suas emoções agora? Você já se deparou com grupos que parecem se esforçar para demonstrar sentimentos associados com a tristeza?

Empreendedores morais:

geralmente o termo “empreendedores” está associado com áreas como a Administração e se refere ao processo de iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em empresas já existentes. Na Sociologia, a partir do termo empreendedores, cunha-se o conceito de empreendedores morais, também associando-o a pessoas que criam algo novo. Na teoria interacionista do desvio (teoria da rotulação), como conceito criado pelo sociólogo norte-americano Howard Becker¹⁶⁸ (2008), empreendedores morais são as pessoas que apresentam iniciativas

¹⁶⁸ BECKER, Howard S.[1963]. **Outsiders**. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. <https://criminologiacabana.files.wordpress.com/2015/08/howard-becker-outsiders-estudos-sobre-sociologia-do-desvio.pdf>

no sentido de criar aplicações para os valores morais buscando rotular o outro como imoral ou criar “novas” categorias de imorais. Muitas vezes, apesar de os empreendedores morais se julgarem portadores de uma conduta moral perfeita e ilibada, são pessoas hipócritas com o poder de apontar o outro como imoral. Geralmente são pessoas ou instituições que acreditam na sacralidade de suas missões, apesar de contarem muitas vezes com a concordância daqueles que pretendem “salvar”. Para Becker (2008, p. 153) o empreendedor moral “está interessado no conteúdo das regras. As existentes não o satisfazem porque há algum mal que o perturba profundamente”. São pessoas que “acreditam tipicamente que sua missão é sagrada. O defensor da Lei Seca proporciona um excelente exemplo, assim como a pessoa que quer eliminar o vício e a delinquência sexual, ou aquela que quer extirpar o jogo” (idem). Para promover sua criação moral, os empreendedores morais efetuam verdadeiras cruzadas (como as expedições militares organizadas por católicos da Europa Ocidental, com o objetivo inicial de reconquistar para o mundo cristão lugares sagrados). São cruzadas morais que visam o estabelecimento de uma nova regra ou de conjunto de regras, em geral, concomitantemente à criação do mecanismo apropriado de imposição desta regra e de punição de quem não a cumpre. Tais como a proibição e a penalização para quem abordar determinado tema na escola ou para quem se vestir desta ou daquela maneira. Destaca-se que Becker (2008) aponta para a necessidade de relativizar os julgamentos morais que tais empreendedores desenvolvem, justamente porque eles podem refletir a luta contra transformações culturais necessárias.

Para refletir: que funções os empreendedores morais tem na manutenção dos valores sociais tradicionais? Como os empreendedores morais articulam categorias como “ideologia de gênero” para rotular os estudos sobre a sexualidade? Como as campanhas da mídia contra a pirataria podem configurar um

empreendimento moral? Como os empreendedores morais se manifestam na atualidade?

Epistemologias do Sul:

Epistemologias do Sul são as formas de conhecimento e os conhecimentos das nações, grupos ou países dominados. São as formas de conhecimento contra-hegemônicas, porque se contrapõem às formas hegemônicas. Este conceito foi cunhado pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, nascido em 1940. Para Santos, Araújo e Baumgarten¹⁶⁹ (2016), o mundo está dividido num conflito desigual. De um lado estão grupos, países, nações e ideologias dominantes (hegemônicas) e, de outro, estão coletivos, grupos, países e ideias dominadas (contra-hegemônicas). A batalha entre estes grupos não é apenas econômica, mas também é relacionada com as formas de conhecimento. Dentre os países dominantes, as potências ocidentais (Estados Unidos e alguns países europeus) dominam muitas partes do mundo, levando a ciência moderna ao status de uma forma de conhecimento universal, superior a todas as categorias de conhecimento, especialmente superior às formas de conhecimento dos países ou culturas por eles dominadas. Estas ideias de superioridade da ciência moderna dos países dominantes são “implantadas” nos países dominados, colonizando-lhes o pensamento e fazendo com que outras formas de conhecimento ou práticas culturais e sociais sejam suprimidas ou consideradas irracionais. Desta forma, a ordem mundial capitalista ocidental lançou raízes profundas,

¹⁶⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa, ARAÚJO, Sara e BAUMGARTEN, Máira. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. Sociologias [online]. 2016, v. 18, n. 43 [Acessado 18 Julho 2021] , pp. 14-23. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/15174522-018004301>>. ISSN 1807-0337. <https://doi.org/10.1590/15174522-018004301>.

produzindo estratificação (uma ordenação hierárquica similar à estratificação social) entre as nações, não apenas em linhas econômicas e políticas, mas também nas formas de conhecimento, consideradas inferiores ou superiores. Isso resultou numa batalha cultural onde o Norte (não é o norte geográfico, é o termo que Boaventura usa para se referir aos países dominantes), com sua cultura baseada na ciência, considera o Sul culturalmente inferior. Neste contexto, “as Epistemologias do Sul surgem como uma proposta epistemológica subalterna, insurgente, resistente e alternativa contra um projeto de dominação capitalista, colonialista e patriarcal, que continua a ser hoje um paradigma hegemônico. Na sua fundação, encontra-se a ideia-chave de que não há justiça global sem justiça cognitiva global, isto é, as hierarquias do mundo só serão desafiadas quando conhecimentos e experiências do Sul e do Norte puderem ser discutidos a partir de relações horizontais e sem que as narrativas do Sul sejam sempre sujeitas à extenuante posição de reação (a periferia que reage ao centro, o tradicional que reage ao moderno, a alternativa que reage ao cânone). As Epistemologias do Sul existem porque existem Epistemologias do Norte que se arrogam universais. O objetivo futuro consiste no reconhecimento de uma variedade enorme de epistemologias, a Ocidente e a Oriente, a Norte e a Sul, a nível local, global, nacional, em que as diferenças sejam horizontais e não verticais (SANTOS, ARAÚJO, BAUMGARTEN, 2016, p.17-18). Com estas interpretações, o conceito de Epistemologias do Sul aponta que a igualdade global só poderá ser alcançada quando as culturas entrarem num diálogo fundado no respeito mútuo e no reconhecimento das diferentes formas de conhecimento. Trata-se de justiça cognitiva global.

Para refletir: existe uma tendência a opor todo o conhecimento de senso comum e/ou popular/cultural ao conhecimento científico, de promover a ciência como principal meio de conhecimento do mundo. O que perdemos com essa oposição? Como ciência e senso comum podem ser aproximadas para produzirmos um mundo melhor? Por

que, por exemplo, práticas agrícolas sustentáveis realizadas por milênios em países do “sul” são tantas vezes invalidadas?

Escola de Chicago [e Ecologia Urbana]:

escola sociológica de pensamento que se desenvolveu a partir de pesquisadores e pensadores vinculados à Universidade de Chicago, nos anos entre 1920 e 1930. No período de desenvolvimento das teorias vinculadas à Escola de Chicago, a cidade de Chicago apresentava um dos índices de crescimento mais altos do mundo, por isso, os pensadores da escola em questão, apesar de apresentarem interesses ecléticos, são frequentemente identificados com a origem dos estudos sobre urbanização. Neste contexto, sociólogos vinculados ao Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago desenvolveram interpretações que formaram a base da teoria e pesquisa em Sociologia Urbana. Por exemplo, Robert Park (1864-1944) e Ernest Burgess (1886-1966) desenvolveram a teoria da Ecologia Humana, sustentando que as cidades crescem em círculos concêntricos (com o mesmo centro, um círculo dentro do outro) que estão sempre em expansão. Trata-se da transposição de princípios da Biologia para explicar a distribuição espacial das populações urbanas. Assim, na ótica destes autores, a cidade é vista como um ecossistema biológico e a interação social é pensada como competição por vantagem territorial e/ou pelos recursos para a vida, através de processos de invasão, dominação e sucessão. Nesta ótica, os grupos humanos competiriam e se uniriam com base em seus aspectos sociais e culturais comuns, constituindo áreas naturais na cidade, com características próprias. A competição pelas áreas mais valiosas promoveria a troca dos grupos que ocupam determinado espaço e empurraria as populações originais para outro círculo menos valorizado. Em “A cidade: sugestões para a investigação do

comportamento humano no meio urbano¹⁷⁰”, Park (1967), afirma que bairros — como florestas ou pradarias — recebem várias “espécies” que coexistem em harmonia, mas que, por vezes, diante da aproximação de outra “espécie invasora”, entram em conflito por disputa de território. Com estas análises, hoje consideradas ultrapassadas, a Ecologia Humana fundamentou interpretações que associam determinadas regiões do espaço urbano com a ocorrência de crimes, tais como a Teoria da desorganização social. Além disso, é do aprimoramento das teorias iniciais da Escola de Chicago que se consolidam conceitos como o de gentrificação.

Para refletir: baseando-se no princípio de que as regiões de uma cidade delimitam áreas naturais de solidariedade e características grupais, pensadores da Escola de Chicago apontam para a importância da geolocalização urbana na configuração de comportamentos. Quais são os perigos desta interpretação? Como você descreveria o crescimento da cidade em que você vive e as características dos bairros que você conhece? Que adjetivos caracterizam esse crescimento e esses bairros?

Escola de Frankfurt (Teoria Crítica):

a expressão Escola de Frankfurt remete a um conjunto de pensadores alemães atuantes no Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt a partir da década de 1920. Esta Escola impulsionou o pensamento neomarxista no século XX. Embora inspirados por Karl Marx, os teóricos da Escola de Frankfurt consideravam que as ideias dele precisavam de uma revisão radical, especialmente no que se referia à influência da cultura nas sociedades modernas. Desta forma, revisando a perspectiva marxista, com a intenção de

¹⁷⁰ PARK, Robert. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”, in G. Velho, O fenômeno urbano, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

formular uma teoria capaz de apreender a sociedade do início do século XX, os autores da Escola de Frankfurt desenvolveram a Teoria Crítica. A Teoria Crítica visa "libertar os seres humanos das circunstâncias que os escravizam" consolidando uma análise reflexiva e crítica da sociedade e da cultura, bem como revelando e desafiando as estruturas de poder e as ideologias que se configuram como obstáculos à libertação humana. No transcorrer do processo de desenvolvimento da Teoria Crítica, os frankfurtianos trataram de um variado conjunto de assuntos, tais como a arte, a música, a literatura, a cultura de massa, as consequências do progresso da razão, o destino do ser humano na era da técnica, a política e a vida cotidiana. Nestas discussões, gradativamente, vieram a enfatizar a relevância da mídia e da cultura de mercado na formação dos modos de vida do século XX. Desta forma, desenvolveram estudos extremamente críticos aos efeitos da mídia e cultura de massa sobre a população e cultura. Para os integrantes da Escola de Frankfurt, na passagem do século XIX para o XX, o tempo de lazer foi industrializado com o desenvolvimento da mídia de massa e para abordarem esta industrialização desenvolveram o conceito de Indústria Cultural. Na perspectiva deles, com a produção midiática de cultura padronizada e dominada pelo desejo de lucrar, nas sociedades desenvolvidas, as diferenças culturais foram niveladas; as pessoas foram induzidas a valores voltados ao consumo e a capacidade individual de pensamento crítico e independente foi enfraquecida. Dentre os principais representantes da Escola de Frankfurt tem-se Theodor Adorno (1903-1969), Max Horkheimer (1895-1973) e Jürgen Habermas (1929-).

Para refletir: como os meios de comunicação de massa influenciam a sociedade? Jornais, rádios, "TV" e internet contribuem para formar cidadãos críticos ou mantêm as pessoas alienadas da realidade? Nossa cultura é padronizada pelos meios de comunicação de massa?

Esfera Pública:

“a arena da discussão e do debate público nas sociedades modernas, podendo ser espaços formais e informais” (GIDDENS e SUTTON, 2019, p.228). É um conceito consolidado com as reflexões do filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas, vinculado à Escola de Frankfurt. Para ele, a esfera pública tem origem nos salões e cafés dos séculos XVII e XVIII em Londres e Paris, onde as pessoas se encontravam para discutir os assuntos do dia e assim introduziram a ideia de solução de problemas políticos por meio do debate público. Trata-se da arena de debate público em que os assuntos de interesse geral podem ser discutidos e as opiniões podem ser formadas. Nas sociedades modernas, a esfera pública definha e tem sido sufocada pelo desenvolvimento da indústria da cultura. Neste contexto, as opiniões não são mais formadas por discussões abertas e racionais, mas por meio da manipulação e do controle – por exemplo, na publicidade.

Para refletir: a expansão da internet como elemento estruturante das ações sociais e a onipresente relação social no ciberespaço possibilita o que Lemos e Lévy¹⁷¹ (2010) chamam de “nova esfera pública digital”. Na sua opinião, o que as redes sociais virtuais têm feito pela Esfera Pública?

Espiral do silêncio:

Em 1974, a cientista política alemã chamada Elizabeth Noelle-Neumann, buscando explicar a formação, alteração, efeitos e funções da opinião pública, com grande enfoque nos meios de

¹⁷¹ LEMOS, André; LÈVY, Pierre. O futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia. São Paulo: Paulus, 2010.

comunicação de massa (nos efeitos midiáticos), cunhou a noção de espiral do silêncio. O núcleo desta noção “consiste no argumento de que as pessoas que têm uma opinião, um ponto de vista minoritário, tendem a cair no silêncio ou no conformismo, perante à opinião pública geral (MIDÕES¹⁷², 2008, p.2). Este argumento é defendido com base em quatro premissas centrais: I - a sociedade ameaça com isolamento os indivíduos com supostas opiniões distintas da maioria; II - as pessoas experimentam medo contínuo deste isolamento; III - este medo do isolamento faz com que os indivíduos busquem continuamente avaliar o clima de opinião (trata-se de sondar e monitorar a distribuição atual das opiniões, bem como as suas futuras tendências, seja através da mídia, seja através da observação direta ou da discussão interpessoal dos assuntos); IV - os resultados desta avaliação influenciam o comportamento público das pessoas, especialmente na expressão pública ou ocultação de opiniões (NOELLE NEUMANN¹⁷³, 1995). Ou seja, a disposição de uma pessoa para expressar publicamente o seu ponto de vista sobre temas controversos depende da avaliação que ela faz sobre as opiniões grupais alheias. As pessoas têm mais tendência a expressar publicamente as suas opiniões quando acreditam que a maioria está, e estará, do seu lado. Por outro lado, tendem a silenciar-se e a serem cautelosas quando entendem que os outros estão, e estarão, de um lado oposto ao seu. Esse comportamento gera uma tendência progressiva ao *silêncio*, porque o indivíduo, ao não expôr o que pensa, indiretamente compactua com a maioria, de modo que outras pessoas, que poderiam com ele concordar, também evitem verbalizar suas

¹⁷² MIDÕES, M. 2008. Caso Esmeralda e a Espiral do Silêncio de Elisabeth Noelle-Neumann. Revista de Recensões de Comunicação e Cultura, Portugal, p. 1-9. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/midoes-miguel-caso-esmeralda-espiral-do-silencio.pdf> . Acesso em 04 maio de 2015.

¹⁷³ NOELLE-NEUMANN, E. 1995 La espiral del silencio: Opinión pública: nuestra piel social. Barcelona: Paidós. Publicada no Brasil: NOELLE -NEUMANN, E.AEspiral do Silêncio: opinião pública, nosso tecido social.Florianópolis:Estudos Nacionais, 2017.

ideias. Isto gera um movimento circular em que o silêncio de um reforça o silêncio de outro em um crescente espiralítico. Neste contexto, defende-se que a opinião pública não apenas assegura a coesão social, como pode afetar a vida e o comportamento das pessoas e influenciar os processos de decisão dentro de uma sociedade. “A opinião pública é aqui equiparada à sentença de um tribunal, a que ninguém fica indiferente, desde o cidadão comum ao mais poderoso dos governantes; é uma forma de coação, no sentido em que ameaça os dissidentes com o ostracismo e a exclusão social”. Trata-se de uma forma de controle social que exerce funções a partir do medo e da ameaça do isolamento e da percepção da provável opinião dos outros (clima de opinião).

Para refletir: interessada nos fatores que levaram o eleitorado alemão à mudança de intenção de voto na reta final das eleições de 1965 e 1972, na Alemanha, Noelle-Neumann percebeu os efeitos dos meios de comunicação nesta mudança de intenção de voto. Noelle-Neumann defendeu que “os efeitos dos meios de comunicação consistem, basicamente, em formar concepções da opinião pública e os climas de opinião, e estas noções, quanto às grandes tendências presentes no meio social, influenciam o comportamento dos indivíduos na decisão de voto”. Para ela, os meios de comunicação tendem a reforçar ou romper espirais de silêncio, impossibilitando, por exemplo, a defesa pública das ideias relacionadas com um determinado partido ou do próprio partido. O que você pensa disso? Noelle-Neumann falava especialmente sobre a televisão. Atualmente, como outras mídias se relacionam com a espiral de silêncio?

Esquerdismo, de esquerda:

“ideologia da ‘esquerda’ política. É caracterizada por uma abordagem intervencionista do bem-estar social e uma visão de mundo internacionalista. O conceito se originou na França do século XVIII, quando a nobreza que procurava melhorar as condições dos camponeses sentava-se à esquerda do rei” (KELLY *et al.*, 2013, p.341). [vide Direitismo, de direita]. “No espectro político, trata-se da interpretação de quem acredita que cabe ao Estado reduzir desigualdades socioeconômicas” (THORPE *et al.*, 2016, p. 341). Nesta perspectiva acredita-se que a sociedade deve oferecer segurança social aos indivíduos, independentemente de sua condição ou ações. Igualdade é uma palavra-chave da perspectiva política da esquerda. A esquerda se caracteriza por atribuir ao Estado papel ativo na redução da injustiça social ou da desigualdade. Ser de esquerda é defender igualdade social, opondo-se a qualquer tipo de desigualdade, principalmente as desigualdades econômicas. Considera que a sociedade, como um coletivo, deve agir em benefício daqueles que são percebidos como em desvantagem relativa a outros dentro da mesma sociedade. É de esquerda quem defende a igualdade, quem luta por uma distribuição de renda mais justa, por uma maior justiça social. E, é de direita quem não tem este objetivo como prioridade, vendo a desigualdade como inevitável e, sob muitos aspectos, até desejável. Progressistas, sociais-liberais, ambientalistas, socialistas, comunistas, anarquistas, social-democratas, etc. estão posicionados nas perspectivas da esquerda. A extrema-esquerda prega a submissão integral da sociedade a uma ideologia revolucionária personificada num Partido-Estado, a extinção completa dos valores morais e religiosos tradicionais, o igualitarismo forçado por meio da intervenção fiscal, judiciária e policial. “A esquerda é o espectro ideológico que pretende empoderar grupos sub-representados nas esferas de poder” (SILVA, 2014, p. 156). Ser de esquerda é fazer com

que algum grupo sub-representado nos círculos de poder da sociedade amplie neles a sua representação.

Para refletir: O que você acha? Cabe ao Estado reduzir as desigualdades sociais? Você se identifica com algumas das características do esquerdismo? Do que você discorda?

Establishment:

este conceito inglês, incorporado já ao português, é utilizado em vários debates sobre política ou estudos sociológicos e refere-se àqueles que estão estabelecidos, ao que está no comando do sistema, ao grupo de pessoas que detêm a maior parte do poder e da influência no Estado e na sociedade, concentrando os meios de ação no país e exercendo sua autoridade em defesa de seus próprios privilégios. Trata-se do grupo que exerce sua autoridade, controle ou influência, defendendo seus privilégios. Nos últimos anos, diversos países observaram o fortalecimento de partidos anti-*establishment*, supostamente contrários à elite social, econômica e política de um país.

Para refletir: que pessoas, grupos ou partidos representam o establishment no contexto do Brasil atual? Como essas pessoas, grupos ou partidos se relacionam com os discursos anti-*establishment*?

Estado Absolutista:

Estado caracterizado pela concentração de poder na figura do rei. Primeira manifestação histórica do Estado moderno. Trata-se de

forma de governo em que o poder é centralizado na figura do monarca, que o transmite hereditariamente. No Estado Absolutista é notável a ligação entre política e religião, pois o Absolutismo tendia a conceder ao rei um caráter sacralizado. Nele, supostamente, “Deus escolhera o rei e sua linhagem, e logo seu poder não deveria ser contestado por nenhum dos súditos” (SILVA e SILVA¹⁷⁴, 2009, p.11). Fundamenta-se na centralização do controle das atividades econômicas, da prática da justiça e do comando sobre o exército nacional. Esse sistema foi específico da Europa entre os séculos XVI e XVII. Exemplo: Rei Luís XIV, o “Rei Sol”, imortalizado pela frase *L’État c’est moi!* (O Estado sou eu!). A decadência do Absolutismo “se deu no século XVIII com a ascensão política das burguesias nos Estados ocidentais, impulsionando o surgimento de novas teorias que defendiam um governo constitucional, representativo e uma economia sem a interferência do Estado, como o liberalismo” (idem). Thomas Hobbes (1588-1679) é um dos principais pensadores do Estado Absolutista: ele afirma que o ser humano é egoísta (“O homem é o lobo do homem”) pois coloca o bem do outro em segundo plano. Assim, a função do Estado seria assegurar a paz e a vida dos súditos e evitar a predominância da violência inerente ao Estado de Natureza. Isso exigiria que cada indivíduo transferisse para o Estado sua liberdade natural, por meio de um contrato ou pacto social. Por submeter todos à vontade soberana do Estado, dizemos que o pacto social, na perspectiva de Hobbes, é um pacto de submissão (SILVA *et al.*, 2016).

Para refletir: na sua opinião, que traços do absolutismo aparecem em discursos presidenciais contemporâneos?

¹⁷⁴ SILVA, Kalina Vanderlei e SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2º São Paulo: Contexto, 2009.

Estado de bem-estar social (*Welfare State*):

“sistema político que proporciona uma ampla variedade de benefícios da assistência social a seus cidadãos” (GIDDENS, 2012, p.793). Sistema político que adota “uma política intervencionista, voltada ao atendimento dos direitos sociais básicos, como saúde, educação, trabalho, salário, transporte e previdência social. O pilar desse Estado estaria na política de pleno emprego” (SILVA *et al.*, 2016, p.155). Fundamenta-se no pensamento de John Maynard Keynes (1883-1946), especialmente na obra “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda”. Keynes é favorável à intervenção do Estado na economia, mas sem abrir mão do capitalismo. Para Keynes o Estado deveria intervir em três áreas interligadas: 1. na economia deveria garantir o pleno emprego e corrigir as distorções do mercado; 2. Na esfera social deveria garantir os direitos sociais básicos; 3. Na esfera administrativa do governo, promovendo uma atuação técnica. Supostamente, com estas ações, a atividade econômica voltaria a acontecer e/ou manter-se-ia viva, por gerar um ciclo em que o consumo retroalimenta a geração de renda e impostos e estes, por sua vez, com a intervenção do Estado nas áreas citadas, retroalimentam o consumo.

Para refletir: o que se espera dos governos em situações como a de uma pandemia? Como estas expectativas podem se relacionar com o Estado de Bem-Estar Social?

Estados da Identidade:

partindo da teoria de Erick Erikson sobre a adolescência como Moratória Psicossocial e de pesquisas de campo com adolescentes,

a psicanalista James Marcia¹⁷⁵ propôs quatro estados da identidade que marcam a adolescência: 1. Difusão; 2. Repetição; 3. Moratória; e 4. Construção. O estado de difusão de identidade é um estado de dispersão, “de tanto fez como tanto faz”, de “não estar nem aí” para nada. No estado de Difusão de identidade, o adolescente não vive uma crise identitária, embora possa ter vivido uma, no passado. Neste contexto, ele pode ter tentado lidar com temas de sua crise ou tê-los ignorado, mas não tomou decisões e não está particularmente preocupado em aceitar compromissos. A difusão de identidade pode representar um estágio inicial no processo de aquisição da identidade, no período da adolescência inicial, ou o fracasso em chegar a um comprometimento depois de um período de exploração, por exemplo, no final do Ensino Médio. No estado de Repetição, o adolescente persegue metas profissionais ou ideológicas escolhidas por outros (pais, figuras de autoridade, professores, etc.), ou seja, o adolescente assume compromissos sem explorar alternativas, replicando a vida de outros sem questionamento. Neste estado, o adolescente não experimenta uma crise de identidade. Pode ser o estado inicial do processo de formação da identidade adulta ou até mesmo o estado inicial da adolescência. Por sua vez, o estado de Moratória, é um estado de crise, de conflito, de não definição de escolhas, em que os comprometimentos são postergados e o adolescente debate-se com temas profissionais ou ideológicos, deixando para depois a solução dos mesmos. No estado de Construção de identidade, o jovem faz suas escolhas e persegue metas profissionais ou ideológicas. Atravessou a crise e chegou ao comprometimento. É neste estado denominado Construção de Identidade que geralmente o adolescente elabora um projeto de vida, bem como define seu Self.

¹⁷⁵ Marcia, J. E. (1966). Development and validation of ego-identity status. *Journal of Personality and Social Psychology*, 3, 551-558. Marcia, J. E. (1967). Ego identity status: relationship to change in self-esteem, “general maladjustment”, and authoritarianism. *Journal of Personality*, 35, 118-133.

Para refletir: e você, adolescente, em que estágio da identidade você acredita estar? Tem certeza?

Estado de direito (ou Estado Constitucional):

“Por Estado de direito entende-se geralmente um Estado em que os poderes públicos são regulados por normas gerais e devem ser exercidos no âmbito das leis que os regulam. Trata-se da doutrina da superioridade do governo das leis sobre o governo dos homens. O Estado de direito significa não só a subordinação dos poderes públicos às leis, mas também a subordinação das leis ao limite material do reconhecimento de alguns direitos fundamentais considerados constitucionalmente, portanto, invioláveis. Integram o Estado de direito os mecanismos constitucionais que impedem o exercício arbitrário e ilegítimo do poder, bem como o abuso do poder” (OLIVEIRA¹⁷⁶, 2007, p.365). Oliveira (2007, p.365) cita Bobbio (1994) indicando que “os mais importantes desses mecanismos são: 1) o controle do Poder Executivo pelo Legislativo; 2) o eventual controle do parlamento no exercício do Poder Legislativo ordinário por parte de uma corte jurisdicional, a quem se pede a averiguação da constitucionalidade das leis; 3) uma relativa autonomia do governo local em todas as suas formas e graus, com respeito ao governo central; 4, uma magistratura independente do poder político”.

Para refletir: em que circunstâncias o Estado de Direito é ameaçado?

¹⁷⁶ OLIVEIRA, Samuel Antonio Merbach de. NORBERTO BOBBIO: teoria política e direitos humanos. **Revista de Filosofia Aurora**, [S.l.], v. 19, n. 25, p. 361-372, maio 2007. ISSN 1980-5934. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/view/1201>>. Acesso em: 16 fev. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.7213/rfa.v19i25.1201>.

Estado de natureza (ou Estado Natural):

na teoria do Contrato Social, seria a condição que precede o surgimento do governo organizado. Portanto, a expressão Estado de Natureza se refere a um “tempo” em que os seres humanos organizavam-se apenas sob as leis da natureza. Trata-se de um tempo anterior ao surgimento de qualquer tipo de organização social e de Estado Civil. De acordo com Jean-Jacques Rousseau, essa condição seria marcada por uma harmonia idílica entre homem e natureza, enquanto para Thomas Hobbes trata-se de um estado distópico do homem em constante conflito com seus companheiros”.

Para refletir: como seria o mundo organizado apenas pelas leis da natureza, sem Estado ou qualquer tipo de organização social?

Estado Federativo versus Estado Unitário:

o Estado Federativo é o tipo de Estado (país) composto por entidades territoriais autônomas (estados - unidades federativas). No Estado Federativo tais entidades não tem soberania ou possibilidade de separação, mas compartilham poderes e apresentam relativa autonomia. Trata-se de um “sistema de governo cujos poderes são divididos entre governo central e estados menores ou províncias” (KELLY *et al.*, 2013, p.341). Por exemplo, o Brasil é um Estado Federativo, composto por 27 entidades territoriais autônomas (Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Tocantins, Pará e Acre; Bahia, Sergipe, Alagoas, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas; São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo; Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina; Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal). Estas unidades possuem um conjunto de competências ou

prerrogativas garantidas pela Constituição Federal que não podem ser abolidas ou alteradas de modo unilateral pelo governo central. Mas só o Brasil como um todo é soberano, as unidades federativas são pertencentes a ele, como Estado Federativo. O poder de auto-organização das unidades federativas dá bases para a elaboração de Constituições Estaduais, atos normativos que fixam regras específicas para cada unidade federativa. As Constituições Estaduais refletem a autonomia política das unidades federativas, mas estão sujeitas à Constituição Federal desde o momento em que são criadas, não podendo as Unidades Federativas terem regras que ferem a Constituição Federal. Por sua vez, o Estado Unitário é uma forma de Estado que ocorre quando temos apenas um único polo de poder atuando sobre todo o território nacional. Ou seja, quando há somente um centro produtor de normas aplicáveis sobre a população, temos um Estado Unitário. Trata-se de um Estado com o poder central, em que os governos locais dispõem de menos autonomia, pois só os governos centrais têm autoridade política própria, derivada do voto popular direto. Neste contexto, “a unidade do Estado nacional está garantida pela concentração de autoridade política, fiscal e militar no governo central, ao passo que a autoridade política dos governos locais é derivada de uma delegação da autoridade política central. Em tese, portanto, a autonomia dos governos locais é mais reduzida nos Estados unitários do que nos federativos” (ARRETCHE¹⁷⁷, 2002, p. 28). Exemplos: Itália, França e Portugal. Trata-se de um sistema distinto daquele existente no Brasil. Destaca-se que o Estado Federativo e o Estado Unitário não podem ser confundidos com o Estado Confederativo. O Estado Confederativo acontece quando, além da fragmentação, o pacto de constituição fixa que os Estados-membros terão plenos poderes, inclusive de Soberania e poder de se separarem dos demais. Esta é, no entanto, uma classificação superficial, pois de fato, os países apresentam variantes bem mais complexas do que a mesma. O Reino Unido é um exemplo de Estado

¹⁷⁷ ARRETCHE. Marta T. S. Relações federativas nas políticas sociais. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 80, p. 25-48, setembro, 2002.

Confederativo. O Reino Unido é uma união de quatro países constituintes: Inglaterra, Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales.

Para refletir: o Brasil (a União), enquanto Estado Federativo, demarca na Constituição Federal os limites e responsabilidades de cada Unidade Federativa. Em crises como a pandemia de Covid-19 observamos debates jurídicos sobre quem tinha o poder de impor a obrigatoriedade do isolamento social e/ou de quarentenas. Poderia o Brasil configurar-se como Estado Unitário e partir da União todas as decisões sobre as questões do território nacional? Que consequências isto poderia ter?

Estado Liberal ou Estado Burguês:

“O Estado Liberal se afirma na luta contra o Estado absoluto em defesa do Estado de direito e contra o Estado máximo em defesa do Estado mínimo [...]” (BOBBIO¹⁷⁸, 2005, p.18). É um tipo de Estado orientado pelos princípios do Liberalismo e nasce em oposição ao Estado Absolutista, que se inspira no ideário da Revolução Francesa e se consolida na Europa entre os séculos XVII e XVIII . Do ponto de vista político, os fundamentos do Estado liberal são a soberania popular e a representação política, ou seja, o poder é do povo, que o exerce por meio de representantes (partidos políticos e pessoas). A base teórica inicial do Estado Liberal encontra-se em John Locke (1632-1704) – defensor da interpretação de que cabe ao governo garantir segurança jurídica e respeito à propriedade privada, bem como de que o poder soberano deve permanecer nas mãos do cidadão – e Montesquieu (1689-1755), que elaborou a ideia de divisão dos poderes ou funções do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário). Do ponto de vista econômico, o Estado

¹⁷⁸ BOBBIO, Norberto. Teoria da norma jurídica. Trad. Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. 3ªED. – Bauru-SP: EDIPRO, 2005.

Liberal supostamente age apenas como “guardião da ordem”, zelando pela manutenção da propriedade privada e garantindo estabilidade para que todos possam desenvolver livremente suas próprias atividades. Economicamente, o Estado Liberal é fundamentado em perspectivas como a de Adam Smith (1723-1790), que postulava haver uma “mão invisível” que regularia a quantidade e o preço das mercadorias sem a intervenção do Estado; e, defendia o lema *laissez-faire, laissez-passer* (deixai fazer, deixai passar), expressando a concepção de que as atividades econômicas se autorregulariam exclusivamente por meio da oferta e da demanda”. Os fundamentos do Estado Liberal apontam que o Estado nasce de um contrato social (CONTRATUALISMO) estabelecido entre pessoas igualmente livres, com vistas à garantia dos direitos destas pessoas, especialmente a garantia da liberdade individual advinda do ESTADO DE NATUREZA. “O Estado Liberal permitiu a superação do regime absolutista. Entretanto, promoveu uma acirrada competição entre as empresas, dificultou o desenvolvimento de pequenos empreendimentos, concentrou o capital nas mãos de poucos proprietários e intensificou o surgimento de crises econômicas” (SILVA, et al., 2016, p.151). Cabe ressaltar que “um Estado liberal não é necessariamente democrático: ao contrário, realiza-se historicamente em sociedades nas quais a participação no governo é bastante restrita, limitada às classes possuidoras. Um governo democrático não dá vida necessariamente a um Estado liberal: ao contrário, o Estado liberal clássico foi posto em crise pelo progressivo processo de democratização produzido pela gradual ampliação do sufrágio até o sufrágio universal (BOBBIO¹⁷⁹, 2005, p.08)

Para refletir: os defensores do Estado Liberal defendem que se limite o poder de interferência dos Estados na vida e nas escolhas de seus cidadãos. Em que aspectos você acredita que o governo interfere

¹⁷⁹ BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. Trad. Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. 3ªED. – Bauru-SP: EDIPRO, 2005.

demasiadamente na vida das pessoas e em que aspectos você acredita que o governo deveria ter uma atuação maior? Como você explica e defende sua resposta anterior? Um Estado que interfere menos na vida das pessoas é necessariamente mais democrático?

Estado Neoliberal:

tipo de Estado pautado na crença econômica de que as forças do livre mercado, alcançadas pela minimização das restrições governamentais às empresas, são a única rota para o crescimento econômico. Com esta crença, o Estado Neoliberal pauta-se na desregulamentação da economia, na diminuição dos gastos públicos com educação, habitação e previdência social, privatização das empresas estatais e flexibilização das leis trabalhistas. A defesa do livre mercado, da livre iniciativa e a contraposição ao protecionismo econômico são supostas premissas do Estado Neoliberal. Margaret Thatcher (1925-2013), primeira ministra da Inglaterra entre 1979 e 1990 e Ronald Reagan (1911-2004), presidente dos Estados Unidos entre 1981 e 1989, são dois expoentes associados ao Estado Neoliberal. O livro *Capitalismo e Liberdade* (1962), de Milton Friedman (1912-2006), é um dos marcos teóricos do Estado Neoliberal. O Estado Neoliberal teve sua ascensão na década de 1970, na Inglaterra e nos Estados Unidos e neste contexto o Estado de Bem-Estar Social sofreu várias restrições na assistência à população.

Para refletir: de que serviços ofertados pelo Estado você se beneficia? Quais destes serviços você utiliza? A vida em sociedade seria melhor sem a oferta destes serviços?

Estado Socialista:

é um tipo de Estado que nasce como reação sistemática ao Estado Liberal, que confronta a propriedade privada dos meios de produção e as desigualdades sociais; que defende que o Estado deve ser o dono e o regulador das indústrias, e o controle central sobre a alocação de recursos, em vez de permitir que isso seja determinado pelas forças de mercado; que prega a primazia dos interesses da sociedade sobre os indivíduos, e defende a substituição da livre-iniciativa pela ação coordenada da coletividade, na produção de bens e na repartição de renda. No marxismo, é um tipo de Estado entendido como etapa de transição entre CAPITALISMO e COMUNISMO. Os grandes inspiradores do Estado Socialista são Karl Marx e Friedrich Engels. A partir destes pensadores, ao longo do desenvolvimento da Revolução Industrial, o Socialismo consolida-se como uma ideologia ou um programa político das classes trabalhadoras. A partir desta ideologia o Estado Socialista está pautado fundamentalmente na luta por uma sociedade na qual os recursos econômicos sejam controlados pelas classes trabalhadoras e na defesa de que esta sociedade tenha um governo que busque promover a igualdade entre todos.

Para refletir: como as concepções associadas com o Socialismo interferem na organização e funcionamento de países que adotam sistemas econômicos capitalistas? Como o ideário socialista se faz vivo em países liberais ou neoliberais?

Estado:

organização burocrática que concentra e converge o poder coercitivo, a autoridade legítima e administração civil em um dado território. A expressão Estado, escrita com inicial maiúscula, refere-se a “um aparato político (instituições governamentais, além de

funcionários públicos civis) que governa um determinado território, com uma autoridade amparada pela lei e a capacidade de usar a força". (GIDDENS, 2012, p.793). Wolkmer¹⁸⁰ (1990, p. 9) afirma que a categoria teórica Estado deve ser entendida, "como a instância politicamente organizada, munida de coerção e de poder, que, pela legitimidade da maioria, administra os múltiplos interesses antagônicos e os objetivos do todo social, sendo sua área de atuação delimitada a um determinado espaço físico". É "Uma autoridade organizada que tem controle legítimo sobre um território e o monopólio do uso da força dentro dele (THORPE *et al.*, 2016, p. 341). Elemento "constituído por instituições responsáveis pela formulação e execução de políticas públicas de um país" (BRYM *et al.*, 2008, p. 353). O Estado emerge como uma organização, com soberania na governação de um povo dentro de um determinado território. Um governo é transitório, um Estado é 'permanente'. "Estrutura política e organizacional que regula e se sobrepõe à sociedade ao mesmo tempo que dela faz parte. Compreende o conjunto de instituições que controlam e administram um território" (SILVA, *et al.*, 2013, p. 95). De acordo com Moraes¹⁸¹ (2008, p. 3), "o Estado, portanto, é uma forma histórica de organização jurídica, limitado a um determinado território e com população definida e dotado de soberania que, em termos gerais e no sentido moderno, configura-se em um poder supremo no plano interno e num poder independente no plano internacional." É importante diferenciar Estado de governo. Um Estado é esta estrutura política em que os governos se alocam, é a organização política de um povo, é o sistema jurídico e a organização que garante os governos e que detêm o monopólio do uso da força legítima. Dentre as instituições que o integram, na democracia moderna, estão o governo e a administração pública (poder executivo); o Parlamento ou Congresso Nacional (poder

¹⁸⁰ WOLKMER, Antônio Carlos. Elementos para uma crítica do Estado. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editores, 1990.

¹⁸¹ MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 23ª ed.; São Paulo: Atlas, 2008.

legislativo); os tribunais e outros órgãos da justiça (poder judiciário). O Estado é uma instituição social permanente ou de longa duração em que governos, transitórios e temporários, executam e organizam políticas públicas.

Para refletir: o ódio a um governo pode fazer as pessoas atacarem o Estado? É a instituição Estado a responsável pelas ações de um governo?

Estamento:

“uma forma de estratificação que envolve desigualdades entre grupos de indivíduos estabelecidos por lei” (GIDDENS, 2012, p.793). Forma de estratificação típica da idade média, que se sustenta em valores associados com tradição, linhagem, cristianismo e determinação divina, produzindo subdivisão social em categorias como clero, nobreza, comerciantes e camponeses. Trata-se de forma de estratificação com índice de mobilidade social menor do que o sistema de Classes Sociais, porém com maior mobilidade do que o sistema de Castas. Neste sistema de estratificação social a sociedade é dividida em grupos sociais separados uns dos outros e os privilégios são garantidos e defendidos pelo próprio Estado.

Para refletir: vivemos em uma sociedade estratificada em classes sociais em que, ao contrário dos estamentos, supostamente o Estado atua para reduzir as desigualdades sociais. No território brasileiro o Estado de fato atua para reduzir as desigualdades sociais? Em que tipo de ações o sistema de classes sociais, no contexto brasileiro, atua para defender e validar sistemas de privilégios?

Estereótipo:

Originalmente, a palavra estereótipo é o nome do processo de impressão gráfica, no qual um único molde é usado para produzir muitas cópias idênticas. Na Sociologia, trata-se da caracterização de um indivíduo ou grupo social feita a partir de generalizações superficiais criadas para definir seu comportamento ou características. São caracterizações inflexíveis de um grupo de pessoas. “Generalizações superficiais depreciadoras do outro” (SILVA *et al.*, 2016, p.111). Trata-se de uma imagem simplista, que não corresponde à realidade; entretanto, sua influência sociocultural interfere fortemente no modo pelo qual as identidades sociais são definidas” (SILVA *et al.*, 2016, p.111). É “uma imagem amplamente aceita, mas muito simplificada, de uma pessoa ou grupo social” (THORPE *et al.*, 2016, p. 341). O estereótipo “é uma crença rígida, excessivamente simplificada, não raro exagerada, aplicada tanto a uma categoria inteira de indivíduos como a cada indivíduo na mesma” (JONHSON, 1997, p.93).

Para refletir: que estereótipos formam a imagem que você tem das pessoas das distintas regiões brasileiras? Em que nível os estereótipos interferem nas relações sociais?

Estigma:

“qualquer característica física ou social considerada degradante” (GIDDENS, 2012, p.793). É “uma marca de desgraça ou característica indesejável, física ou social, fazendo-o não ser plenamente aceito pela sociedade (THORPE *et al.*, 2016, p. 341). Trata-se de “características físicas ou sociais identificadas como humilhantes ou que sejam socialmente reprovadas, resultando em ignomínia, distância social ou discriminação” (GIDDENS e

SUTTON, 2017, p. 249). É um termo utilizado para caracterizar negativamente um "indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena" (SILVA, *et al.*, 2013, p. 111). Provoca um "forte senso de vergonha ou desaprovação pública que impede que uma pessoa seja totalmente aceita numa sociedade" (YUILL e THORPE, 2019, p.153). É um conceito consolidado na Sociologia com os estudos do sociólogo ERVING GOFFMAN (1922 -1982), na obra "Estigma Social: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada" (1963). Nesta obra, o termo estigma é usado em referência a atributos profundamente depreciativos, mas Goffman ressalta que um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outra pessoa e que, portanto, não é o atributo, em si mesmo, algo horroroso ou desonroso. Ou seja, o estigma não está no indivíduo ou no atributo, não é inerente ao indivíduo, ele é produto do contexto social que demarca uma característica do indivíduo como um estigma. Assim, em diferentes culturas, diferentes características são estigmatizadas. Goffman, no estudo de estigma, classifica os indivíduos estigmatizados como *desacreditados* ou *desacreditáveis*. Neste contexto, o indivíduo desacreditado é aquele cujo estigma é explícito, imediatamente evidente ou já é conhecido pelas pessoas à sua volta. Como exemplo, poderíamos citar pessoas com desfigurações faciais, em cadeiras de rodas, etc. Por sua vez, o desacreditável é aquele com um estigma que é implícito, não está imediatamente aparente e nem se tem dele um conhecimento prévio. No que se refere ao indivíduo desacreditado, o problema que se coloca é a manipulação da tensão gerada durante as interações sociais; no caso do desacreditável é a manipulação da informação sobre o seu estigma. "Exibi-lo ou ocultá-lo; contá-lo ou não contá-lo; revelá-lo ou escondê-lo; mentir ou não mentir; e, em cada caso, para quem, como, quando e onde" (GOFFMAN, 1988, p.38). Para evitar ou controlar o estigma, tendemos a fazer sempre Gestão de Impressão.

Para refletir: o que você esconde e que poderia ser tratado como um estigma? Que características fazem você estigmatizar outras pessoas?

Estratificação Social:

se refere ao modo como uma sociedade está organizada em níveis, camadas, em estratos, em desiguais posições hierárquicas, que geralmente são representadas no formato de uma pirâmide (pirâmide social). “Diz respeito ao modo como cada sociedade está dividida. Esta divisão ocorre com diferentes critérios sociais e históricos, que estabelecem uma espécie de hierarquia” (SILVA *et al.*, 2016, p. 236). Trata-se da “existência de desigualdades estruturadas entre grupos na sociedade, em termos de seu acesso a gratificações materiais ou simbólicas” (GIDDENS, 2012, p.793). A estratificação social e as desigualdades que ela produz não são naturais. Existem três formas básicas de estratificação social: 1. Castas (vide casta); 2. Estamentos (vide estamentos); e, 3. Classes Sociais (vide classe social). A pirâmide social exemplifica a hierarquia constituída em uma sociedade geralmente com uma base larga, refletindo a grande parcela da população em condições socioeconômicas não-satisfatórias e um topo estreito, representando a pequena parcela da população em condições socioeconômicas muito superiores aos demais. Estrato social é uma camada da estratificação social ou um conjunto de pessoas que estão na mesma camada da Estratificação Social. Neste contexto, no Brasil a classe média é um estrato social, na Índia os “dalits” são um estrato social, na Idade Média, a nobreza e/ou os servos e o clero são estratos sociais. Quando não queremos nos referir a uma classe social em si ou não queremos falar da posição das pessoas em um tipo específico (casta, estamento ou classes sociais) de sistema de estratificação social, adotamos a expressão estrato social, uma vez

que esta refere-se à posição social em qualquer sistema de estratificação.

Para refletir: se a sua escola fosse um reino, uma sociedade, que elementos posicionariam as pessoas em diferentes estratos sociais? Quais características do sistema de estratificação social você verifica em sua escola? Em nosso país, é fácil mudar de uma classe social para outra mais bem posicionada na estratificação social? Que fatores “ajudam” uma pessoa a mudar de classe social?

Estrutura Social:

padrões de interação entre indivíduos ou grupos. A maioria das nossas atividades é estruturada: elas são organizadas de maneira regular e repetitiva (GIDDENS, 2012). “Padrões estáveis de relações sociais” (BRYM *et al.*, 2008, p.34). “Regras que nos regem independentemente da consciência que temos delas” (SILVA *et al.*, 2016, p.41). “São os princípios segundo os quais não pensamos ao agir e falar, mas sem os quais não estabelecemos relações sociais, não nos comunicamos” (*idem*). Por exemplo, quando você fala uma frase qualquer, você respeita um conjunto de regras gramaticais, sem perceber. Você coloca o “s” no final das expressões para destacar o plural. Mas você não está pensando, “preciso colocar o ‘s’ nesta palavra para a correta concordância”. Você simplesmente faz porque a estrutura gramatical está internalizada em você. De forma equivalente, a estrutura social estabelece padrões para nossas ações e para a organização social. A estrutura social é determinada pelo modo como se organizam os aspectos econômico, cultural, social, político e histórico de uma sociedade. A sociedade brasileira, por exemplo, fundou-se sobre as bases do trabalho escravo, do patrimonialismo e do patriarcalismo. A

estrutura social é mais estável do que a cultura, mas isso não significa que ela nunca muda ou nunca varia.

Para refletir: que outros elementos fazem parte da base da estrutura social brasileira?

Estruturação:

conceito de Anthony Giddens que se refere ao “processo bidirecional pelo qual moldamos nosso mundo social por meio de nossas ações individuais, mas em que também somos moldados pela sociedade” (GIDDENS, 2012, p.793). O conceito de estruturação associa-se ao embate entre Agência (ação) e Estrutura Social, tanto como negação da estrutura social como força coercitiva determinante das ações do indivíduo, quanto na negação da agência como elemento pouco dependente da estrutura social. Neste contexto, entende-se que a ação individual (Agência) tanto confirma (valida, repete, torna aceitável) quanto conforma (dá forma, configura) a Estrutura Social. Para entender essa ideia, pense na língua falada e escrita: quando falamos ou escrevemos colocamos em prática um conjunto de regras gramaticais que dão sentido tanto ao nosso pensamento quanto às regras gramaticais. Desta forma, nossa fala confirma as regras gramaticais, mas também a conforma, porque se existisse gramática, mas não existisse fala ou escrita, a gramática morreria. Ou seja, a fala ou a escrita (ações individuais) dão vida à escrita, mas ao mesmo tempo são regidas e por ela determinadas. Neste contexto, “Anthony GIDDENS chega ao ponto de argumentar que é um erro descrever sistemas sociais e ação individual como separados entre si porque nenhum dos dois existe salvo em relação recíproca. Não há, por exemplo, jogador de futebol [Agência] sem jogo de futebol [Estrutura Social], com todas as regras e relacionamentos

estruturados entre os jogadores. Mas é verdade também que são os indivíduos que literalmente criam a realidade do jogo de futebol, cada vez que disputam uma partida. Quando jogam, os indivíduos se valem do conhecimento compartilhado das regras relativas ao jogo e as usam a fim de desenvolvê-lo como uma realidade concreta” (JOHNSON, 1997, p.4).

Para refletir: complicado, né? Calma, leia novamente, respire fundo e pense. Teria sentido uma vida em que a Estrutura Social determinasse toda a ação individual? É verdadeira a possibilidade de ação individual não influenciada pela estrutura social?

Estrutura de oportunidades:

é a organização, disposição, ordem e distribuição do acesso a empregos e outras maneiras de ganhar o sustento e atingir objetivos, do acesso à escolarização, saúde, casamento, capital econômico, capital social, capital simbólico, ou qualquer outro fator que configure oportunidade. A estrutura de oportunidades restringe (limita) sistematicamente as ações e oportunidades de vida e trabalho dos indivíduos, bem como forma um conjunto de chances, alternativas e possibilidades. A estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais provêm do Estado, do mercado e da sociedade civil, em associação com origem de classe social, bem como é influenciada pela distribuição de recursos, posições de status, qualificações ocupacionais e educação; e, por fatores como classe social, sexo, gênero, raça, etnicidade e localização geográfica. Como alerta Max Weber, uma "classe social" apresenta-se como certo número de pessoas que tem em comum uma ou mais causas de oportunidade de vida, tais como acesso a bens materiais (alimento e habitação); serviços, (tratamento médico, proteção policial, educação pública); produtos culturais (como arte, música e conhecimento),

prestígio e poder. No entanto, “o gênero pode ser mais influente na determinação de oportunidades de vida do que a posição de classe” (Grint¹⁸², 2002, p.135). Trata-se de conceito e interpretação adotada pelo sociólogo estadunidense Robert Merton (1910-2003) para explicar possíveis origens do desvio. Para Merton a estrutura de oportunidades indica que a posição das pessoas na estratificação social afeta a sua probabilidade de seguir em direção a objetivos culturalmente respaldados, pelas vias que são normativamente permitidas. Ou seja, vivemos em uma cultura que promove valores comuns que definem os objetivos do indivíduo, o que ele tem que alcançar na vida para ser considerado bem-sucedido, mas a estrutura de oportunidades não proporciona igual acesso a meios legítimos para atingir essas metas, por isso alguns indivíduos recorreriam ao desvio (aos caminhos socialmente não permitidos, tais como o crime). Trata-se de “subpopulações em que a importância cultural atribuída ao êxito pecuniário tem sido assimilada, recebem pouco acesso a meios tradicionais legítimos para alcançarem esse êxito. [...] Por um lado, pede-se a essas pessoas que orientem sua conduta para a perspectiva de acumular riqueza (e poder) e, por outro lado, nega-se-lhes, em grande parte, as oportunidades efetivas para fazê-lo dentro dos padrões institucionais” (MERTON¹⁸³, 1970, p. 144-145).

Para refletir: que elementos compõem a sua estrutura de oportunidades? Como estes elementos estão associados com suas condições (classe social, sexo, gênero, raça, etnicidade e localização geográfica)? Como estes elementos se associam com seu projeto de vida?

¹⁸² Grint, Keith. Sociologia do trabalho. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

¹⁸³ MERTON, Robert K. Sociologia, Teoria e Estrutura. São Paulo, Mestre Jou, 1970. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4599584/mod_resource/content/1/merton_caps2_3.pdf

Ética protestante:

é a crença protestante dos séculos XVI e XVII segundo a qual um estado de graça pode ser conquistado se as pessoas trabalharem com diligência (interesse ou cuidado aplicado na execução de uma tarefa; zelo) e viverem modestamente. Trata-se de conceito desenvolvido pelo sociólogo Max Weber (1864-1920) na clássica obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo”. Na obra, Weber assinala que haveria um encontro (uma convergência) entre a ética protestante e a ética do capitalismo (entendida como ética da modernidade). De acordo com Max Weber, a ética protestante teve efeito não pretendido de aumentar as economias e os investimentos, estimulando assim, o crescimento do capitalismo (BRYM *et al.*, 2008). Explicando: na época de Weber, o consenso sobre o que era certo e errado para o indivíduo estava entrando em colapso. As grandes verdades religiosas eram contestadas, e outras normas tradicionais também estavam sendo questionadas. Neste contexto, não haviam valores universalmente compartilháveis, e a maior parte das pessoas se agarrava ao elemento particular ao qual estava obrigatoriamente mais comprometida: seu emprego ou profissão. Elas tratavam seu trabalho como sendo um “um absoluto fim em si mesmo”, uma vocação, um chamado. Esse era o espírito moderno (o espírito do capitalismo): as pessoas sendo cada vez mais definidas pela estreita conexão com seu emprego, em um mundo cada vez mais impessoal e racional. Esse espírito moderno era extremamente coerente com a ética protestante que entende que o trabalho propicia um estado de graça. Foi essa combinação que produziu uma situação em que o “bem maior” era ganhar dinheiro e cada vez mais dinheiro.

Para refletir: já viram um bem material sendo exibido como fruto da graça divina abençoando o suor do trabalho? Como os princípios éticos religiosos contemporâneos se relacionam com o

“espírito do capitalismo”? Estes princípios éticos são iguais em todas as religiões?

Ética romântica do capitalismo:

este conceito aponta que as emoções e a busca por prazer que conduzem a cultura do consumo, estão relacionadas com os ideias de romantismo do século XIX. A expressão foi desenvolvida pelo sociólogo Colin Campbell na obra “A ética romântica e o espírito do consumismo moderno” (1987) em correlação aos estudos de Max Weber. Para ele, enquanto a revolução industrial estimulava a formação de pessoas racionais, trabalhadores autodisciplinados e ou a própria Racionalização da sociedade, os românticos viam nesses aspectos a negação da verdadeira essência humana. Para os românticos, a emoção deve se sobrepôr à razão, o ser humano deve ser livre para buscar novos prazeres e sentimentos. Para Campbell, justamente essas posições do romantismo estão associadas com o consumo. Na cultura consumista, aquele que compra busca emoção, conquista um novo amor. Desta forma, as pessoas projetam seu desejo de prazer e novidades nos bens de consumo; depois compram e usam esses bens, mas a sensação de novidade e o interesse pelo produto rapidamente se esvaem. Quando isso acontece, as pessoas projetam seu desejo em outro produto e o ciclo recomeça. O ciclo de consumo é quase o ciclo das paixões da adolescência na sociedade moderna, comprar é como arrumar um namorado novo, que, depois de um tempo, torna-se desinteressante. Ocorre então rompimento e o ciclo se inicia (THORPE et al., 2016).

Para refletir: que produto você está “namorando”? Qual é o seu próximo sonho de consumo? Por quanto tempo esse produto vai te fazer feliz?

Etarismo (ou discriminação etária):

“discriminação ou preconceito contra uma pessoa com base na idade” (GIDDENS, 2012, p.793). Trata-se do “preconceito baseado em diferenças de idade. Ao contrário da maioria das demais formas de preconceito, esta afeta todas as pessoas em uma ou outra época, uma vez que todos passam certo tempo em categorias etárias subordinadas (como a infância) e dominantes (como a meia-idade)”. Em nossa sociedade, algumas categorias etárias em trânsito da subordinação para o domínio, como a adolescência, também são marcadas por diversos preconceitos. Por exemplo: pessoas com idade entre treze e quinze anos seriam masturbadores compulsivos, que só pensam em sexo, agem de forma agressiva e/ou emocionalmente perturbada.

Para refletir: que preconceitos estão associados com a idade que você tem? Que preconceitos as pessoas de sua idade geralmente apresentam em relação a crianças ou idosos?

Etnia:

grupo social com noções de ancestralidade comum, que apresenta especificidades socioculturais (uma língua própria, uma religião, certas formas de agir, tradições, culturas, monumentos históricos e território) que configuram uma identidade cultural única, que tem muitas vezes relação com uma pátria específica. A expressão etnia remete a uma “população ou grupo com relativa homogeneidade cultural e linguística, compartilhando história e origens comuns” (SCURO, 2004, p.261); a um “conjunto de seres humanos que partilham diferentes aspectos culturais, os quais vão de linguagem à religião. São características culturais; portanto, são aprendidas e não inatas” (SILVA *et al.*, 2016, p. 124); a “um grupo social cuja

identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e território (BOBBIO, PASQUINO e MATTEUCCI¹⁸⁴, 2008, p. 449). O uso da expressão etnia se refere principalmente “aos processos históricos e culturais construídos por meio da interação social e enfatiza que as características biologicamente herdadas são pouco significativas para categorizar os grupos sociais humanos” (SILVA *et al.*, 2016, p. 124). De acordo com Silva e Silva (2009) o termo etnia foi criado pelo antropólogo Vacher de Lapouge, em 1896, no livro *Les sélections sociales*, de Vacher de Lapouge. Lapouge buscava designar as características culturais próprias de um grupo, como a língua e os costumes. Neste contexto, Lapouge definiu etnia como um agrupamento humano baseado em laços culturais compartilhados, de modo a diferenciar esse conceito do de raça (que estava associado a características físicas). Desta forma, enquanto o termo raça se refere a atributos físicos que permitem diferenciar certos grupos, etnia refere-se a atributos culturais que são considerados socialmente significativos. Em contraposição às doutrinas racistas - todas destituídas de base científica - para se referir a grupos sociais que são percebidos e classificados em função da sua diferenciação cultural face aos padrões estabelecidos pela cultura dominante, a UNESCO¹⁸⁵ (1973) recomendou o abandono da palavra ‘raça’ no meio científico e o uso de designações menos discriminatórias, tais como o termo ‘grupo étnico’. Grupo étnico é um conceito equivalente ao conceito de etnia e refere-se ao grupo de pessoas cujas marcas culturais são consideradas significativas socialmente.

Para refletir: a que etnia você pertence? Você tem um sentimento de pertencimento e identificação com esta etnia?

¹⁸⁴ BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, N. Dicionário de Política. 13a. ed. Brasília/DF: UNB, 2008. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>

¹⁸⁵ UNESCO. *Le racism devant la science*. Paris: Gallimard, 1973. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000005546>

Etnocentrismo:

é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo (a nossa cultura) é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. “Visão de mundo característica de quem considera sua cultura ou grupo étnico mais importante do que os demais. Com base em critérios de sua própria cultura, o Etnocentrismo julga como atrasados ou sem sentido as práticas e os valores culturais de outros povos ou grupos sociais” (SILVA *et al.*, 2016, p. 73). Etnocentrismo é “entender as ideias e práticas de outra cultura segundo a sua própria cultura. Os juízos etnocêntricos não reconhecem as verdadeiras qualidades de outras culturas. Um indivíduo etnocêntrico é alguém que é incapaz de, ou não se dispõe a, olhar as outras culturas em seus próprios termos” (GIDDENS, 2012, p.793).

Para refletir: o etnocentrismo é sempre negativo? Quais podem ser as consequências do etnocentrismo?

Etnografia ou observação participante:

“a palavra ‘etnografia’ origina-se do grego *ἔθνος*, *ethno* ‘povo’ e *γράφειν*, *graphein* ‘escrever’, logo, é um método utilizado por pesquisadores interessados em escrever sobre a cultura ‘do outro’ (BITENCOURT¹⁸⁶, 2020, p.140). Trata-se de trabalho de campo, de método de pesquisa que se dá por meio do contato intenso e

¹⁸⁶ BITENCOURT, Silvana Maria. ETNOGRAFIA, o ensino de Sociologia e a.: n: BRUNETTA, Antonio Alberto (org.); BODART, Cristiano das Neves (org.); CIGALES, Marcelo Pinheiro (org.). Dicionário do Ensino de Sociologia. 1. ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020, p.140-143. Disponível em: https://www.academia.edu/43825857/Diccion%C3%A1rio_do_Ensino_de_Sociologia

prolongado do pesquisador com a cultura do grupo para descobrir como ela se organiza, funciona e produz significados. Trata-se do “método que descreve de modo sistemático o cotidiano de um grupo social pelo ponto de vista de seus membros” (SILVA *et al.*, 2016, p. 71). Refere-se ao “estudo de pessoas em primeira mão usando observação participante ou entrevistas” (GIDDENS, 2012, p.793). Em pesquisas etnográficas o pesquisador convive com o grupo que pretende conhecer melhor, observando-o e participando do seu cotidiano. A etnografia foi criada pela Antropologia Moderna, mas atualmente constitui um método de pesquisa de campo utilizado em diversas ciências. A obra de Bronislaw Malinowski (1884-1942), “Argonautas do Pacífico Ocidental” (1922) é considerada referência básica e fundamental para se falar de etnografia.

Para refletir: o que pode nos ensinar a observação e/ou participação nas atividades de um grupo?

Eugenia [teorias eugênicas]:

“Tentativas de melhorar a raça humana por meio de métodos de reprodução seletivos” (GIDDENS, 2012, p.793). “Termo desenvolvido pelo inglês Francis Galton (1822 – 1911) que significa “bem-nascido”. Propõe o melhoramento da espécie humana pela reprodução de indivíduos com características desejáveis” (SILVA *et al.*, 2016, p.119). Trata-se de ideia errônea e ultrapassada defendida por desenvolvedores das teorias raciais e eugênicas, como Arthur de Gobineau (1816-1882) – que defendia existência de três raças puras que não deveriam se miscigenar, fundamentando propostas de branqueamento racial; e, Cesare Lombroso, que defendia que a diferença entre uma pessoa honesta e uma criminosa estaria relacionada com aspectos físicos.

Para refletir: a lógica da eugenia ainda se faz presente em nossa sociedade? Como esta lógica se associa com a indústria da estética e dos padrões de beleza?

Eurocentrismo:

em linhas gerais, trata-se da ideia de que a Europa é o centro da cultura do mundo. É uma perspectiva que tende a colocar a Europa como o elemento fundamental na constituição da sociedade moderna, sendo necessariamente a protagonista da história do homem. Para o sociólogo ANÍBAL QUIJANO, referência fundamental da TEORIA DECOLONIAL, o eurocentrismo é a perspectiva de conhecimento que foi elaborada sistematicamente a partir do século XVII na Europa e foi mundialmente imposta e admitida nos séculos seguintes, como a única racionalidade legítima, como se só o conhecimento europeu fosse expressão de verdade e só o modo de vida europeu fosse correto.

Para refletir: você já se achou melhor ou pior do que um europeu somente porque ele é europeu e você não? Em nossa região, amplamente colonizada por descendentes de alemães e italianos, existe uma supervalorização do europeu em detrimento do indígena e/ou local?

Exclusão Social:

exclusão social é desfiliação, desqualificação (descrédito em que cairiam aqueles que não participam mais plenamente da sociedade), ruptura do vínculo social, perda das redes de apoio e suporte; é o vazio social. Trata-se “do resultado de diversas

privações que impedem os indivíduos ou grupos de participar plenamente da vida social, econômica e política da sociedade onde se localizam” (GIDDENS, 2012, p.790). Portanto, exclusão social seria um processo decorrente do desemprego, da pobreza, da estigmatização social, do isolamento, da ruptura, da ausência de redes de suporte.

Para refletir: pense na sociedade como uma cebola em que os mais incluídos estão no centro e os mais excluídos estão nas bordas, pense em camadas de inclusão e exclusão social. Agora responda: o que empurra as pessoas para as camadas mais externas da cebola e o que as aproxima do centro?

Exército industrial de reserva:

corresponde ao conjunto de trabalhadores desempregados que o mercado não precisa ou não quer empregar, porque, não estando empregados, reduzem-se as reivindicações dos trabalhadores empregados e promove-se a aceitação de baixos salários. Graças ao fato de existirem muitos desempregados (o exército industrial de reserva), as pessoas passam a aceitar, sem reclamar, o emprego que tem e o salário que recebem. Assim, para o “funcionamento” do sistema de produção capitalista, para que lucros elevados sejam garantidos, é necessário que uma parcela da população ativa esteja permanentemente desempregada. Esse contingente de desempregados atua, segundo a teoria marxista, como um inibidor das reivindicações dos trabalhadores e um facilitador do rebaixamento dos salários. Trata-se de conceito desenvolvido por Karl Marx e refere-se ao desemprego estrutural das economias capitalistas liberais. Para Marx, a “população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista; essa

superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional” (MARX¹⁸⁷, 2001, p. 739).

Para refletir: considerando que, no mercado de trabalho, o discurso “se você não quer tem outros que querem” pode pressionar o trabalhador no sentido de condições insalubres e/ou injustas de trabalho, você acredita que a existência de um exército industrial de reserva pode ser de interesse de uma parcela da população? A quem interessaria o desemprego?

¹⁸⁷ Marx, K. O Capital. 18. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001. (Livro I, v. I.).

F

Família arco-íris:

conceito usado para designar as famílias constituídas por casais de pessoas do mesmo sexo ou pessoas LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais ou Transgênero) com crianças a cargo. Apesar de ainda existirem locais que criminalizam e punem a homossexualidade, os casamentos entre pessoas do mesmo sexo têm sido legalizados em um número crescente de países. Nestes contextos, são comuns questionamentos de grupos que acreditam que crianças socializadas em famílias do mesmo sexo desenvolverão uma identidade sexual confusa ou demonstrarão maior tendência a se tornarem homossexuais. No entanto, indicando diversas pesquisas sobre o assunto Bryam *et al.* (2008) e Giddens (2012), apontam que crianças socializadas em famílias homossexuais são semelhantes às socializadas em famílias heterossexuais.

Para refletir: o que, em essência, caracteriza um grupo social como família? Seria essa essência a existência de uma relação entre pessoas de sexos opostos ou a existência de afeto e vínculos reais de proteção, apoio e interdependência?

Família nuclear [e a nuclear tradicional]:

– agente primário de socialização (THORPE *et al.*, 2016, p. 343). O sociólogo Talcott Parsons, na obra *Family, Socialization na Interaction Process* (1955) alega que a importância da família nuclear para sociedade constitui a razão principal de existir a diferenciação de papéis sexuais. Para ele, o fato das mulheres ficarem em casa cuidando do lar, é lógica e eficiente, porque as mulheres são cuidadoras naturais e ficar em casa permite às mulheres focarem no apoio às crianças e a estabilização das personalidades adultas. As teorias feministas são profundas opositoras a estas interpretações de Parsons. Na família nuclear tradicional, ocorre uma clara divisão de papéis entre homens e mulheres e o homem é visto como provedor primário e autoridade última. A família nuclear tradicional, com domínio do homem sobre a mulher, é palco fundamental do patriarcado, aliás a “associação entre famílias e patriarcado remete à origem do termo ‘família’, oriundo do vocábulo latino *famulus*, que significa ‘escravo doméstico’. Esse novo organismo social – a família [esse tipo de família] – consolidou-se enquanto instituição na Roma Antiga. A família romana era centrada no homem, sendo as mulheres, em geral, meras coadjuvantes. O patriarca tinha sob seu poder a mulher, os filhos, os escravos e os vassalos, além do direito de vida e de morte sobre todos eles. A autoridade do *pater familiae* sobre os filhos prevalecia até mesmo sobre a autoridade do Estado e duraria até a morte do patriarca, que poderia, inclusive, transformar seu filho em escravo e vendê-lo (NARVAZ E KOLLER¹⁸⁸, 2006, p.50).

Para refletir: a família nuclear é o único modelo válido de família? No mundo contemporâneo, ainda tem algum sentido as alegações

¹⁸⁸ NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 49-55, Apr. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100007&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Apr. 2021.

que Parsons fazia em 1955? Como a escolha reprodutiva (escolha do número de filhos e de quando os filhos serão concebidos), possibilitada pelas tecnologias reprodutivas e/ou pelos métodos contraceptivos, impactam na família nuclear?

Família pós-moderna:

o conceito criado pela socióloga norte-americana Judith Stacey, em 1998, foi amplamente defendido na obra *Brave New Families: Stories of Domestic Upheaval in Late-Twentieth-Century America* (Admiráveis famílias novas: histórias de revolta doméstica na América do final do século XX). A expressão família pós-moderna se refere às famílias mistas, reconstituídas, arco-íris (vide família arco-íris), aos casais que coabitam, aos pais solteiros. Para Stacey (1998) as famílias têm passado por mudanças radicais porque as mulheres têm rejeitado relações patriarcais e porque a dinâmica social contemporânea demanda outros tipos de formações familiares. Stacey, em oposição a Talcott Parsons, afirma que a família nuclear tradicional está morta ou está morrendo e que o valor convencionalmente dado ao casamento tem sido substituído pela valorização do amor e da intimidade. Para ela, as famílias da atualidade são marcadas por minar os estereótipos dos papéis de gênero, distribuindo tarefas domésticas e expectativas comportamentais em algo mais próximo da igualdade. Assim, Stacey indica que os arranjos familiares ocidentais, na atualidade, são diversificados, fluídos e não resolvidos (porque podem se reconfigurar várias vezes). Vide casamento.

Para refletir: o quanto sua família está próxima ou distante do modelo de família nuclear tradicional, (com pai, mãe e filho, com marido trabalhando fora e esposa em casa)?

Família:

Família matrimonial (formada pelo casamento civil ou religioso); família arco-íris (constituída por casais de pessoas do mesmo sexo ou pessoas LGBTQ+ com crianças a cargo); família informal (formada pela união estável tanto entre casais heterossexuais quanto homoafetivos; família monoparental (formada por um dos pais e seu filho biológico ou adotivo); família anaparental (formada apenas por irmãos); família mosaico ou reconstituída (formada por pais que tem filhos, se separam e entraram em outra união com outro parceiro(a) que também tem filhos); família simultânea/paralela (é o caso em que o indivíduo mantém duas relações em simultâneo, seja dois casamentos ou duas uniões estáveis); família eudemonista (família afetiva, composta por uma parentalidade socioafetiva); família nuclear (composta por um homem e uma mulher que coabitam e mantêm um relacionamento sexual socialmente sancionado, tendo pelo menos um filho); e, família ampliada (família nuclear que acrescenta membros de outras gerações - geralmente, os pais ou um dos pais da esposa - ao mesmo domicílio, compondo uma única unidade familiar). O que é uma família? “um grupo de indivíduos relacionados por laços de sangue, matrimônio ou adoção e que formam uma unidade econômica, cujos membros adultos são responsáveis pela criação das crianças. Todas as pessoas que ocupam e residem em uma unidade habitacional, dividindo ambientes de vida comuns e com provisão comum de necessidades essenciais, como o alimento” (GIDDENS, 2012, p.794). Há uma diferença entre a definição de família como instituição social e família como sistema social. Neste conceito aborda-se a família como sistema social. A teoria funcionalista defende que a família nuclear é uma forma distinta e universal de família porque desempenha cinco funções fundamentais para a sociedade: regulação sexual, cooperação econômica, reprodução, socialização e apoio emocional. As teorias marxistas enfatizam como as famílias estão relacionadas ao sistema

de propriedade capitalista. Os marxistas argumentam que apenas a eliminação do capitalismo poderia colocar fim às desigualdades de gênero na família. As feministas afirmam que a desigualdade de gênero existia em sociedades não-capitalistas, inclusive comunistas. Elas defendem que há divisão patriarcal do poder e as normas patriarcais que estimulam as desigualdades de gênero, nas famílias e fora delas.

Para refletir: será que a família está desaparecendo? Em caso afirmativo, o que poderia ser feito em relação a isso? A formação identitária saudável pressupõe a estrutura familiar com duas figuras (uma paterna e outra materna)? Em famílias compostas por casais onde existe evidente insatisfação conjugal (não satisfação com o casamento), as crianças estão necessariamente em melhores condições do que as identificadas em famílias monoparentais? Como você opina sobre a afirmação “a família deve progredir na medida em que progrida a sociedade, que a sociedade se modifique; como sucedeu até agora. A família é produto do sistema social e reflete o estado de cultura desse sistema” (ENGELS, 1984, p.91)?

Fascismo:

“Ideologia nacionalista caracterizada por uma forte liderança, acentuada por uma identidade coletiva e o uso da violência ou da guerra para promover os interesses do Estado. O termo deriva do italiano *fascio* – um feixe de varas – referindo-se à identidade coletiva. Foi usado pela primeira vez no regime de Mussolini” (KELLY *et al.*, 2013, p.341). “Regime político totalitário que se caracteriza por domínio de um partido único, hipertrofia do aparelho policial, exaltação nacionalista, pregação do antiliberalismo, do anticomunismo e defesa da ação do Estado como principal dirigente

da economia nacional” (SANDRONI¹⁸⁹, 1999, P.234). O simbolismo da força pela união, na interpretação de que uma única haste é facilmente quebrada, enquanto o feixe é difícil de quebrar, está relacionado com anseio de criar uma organização social em que os interesses de cada indivíduo sejam subordinados ao que a nação precisa. Neste contexto, dentre outras, podem ser consideradas marcas do fascismo: 1. a crença numa hierarquia social natural e no domínio das elites; 2. o nacionalismo extremo; 3. O despreço pela democracia eleitoral; 4. o desprezo pela liberdade política e econômica; 5. a adoção de discursos populistas com ênfase no suposto “declínio dos valores tradicionais e morais” da sociedade e no combate a crises econômicas e à corrupção endêmica; 6. A defesa e implantação de um sistema monopartidário, no qual apenas o próprio partido fascista tem direito à atuação no sistema político nacional; 7. O culto ao chefe/líder do executivo como a suposta única pessoa capaz de guiar a nação ao seu destino; e 8. o uso da violência para reprimir grupos divergentes, especialmente os supostamente comunistas e/ou socialistas.

Para refletir: que traços do fascismo se fazem presentes em nossos governos atuais?

Fato social:

como conceito básico da teoria de Émile Durkheim, refere-se a formas de agir determinadas pelo contexto social. O conceito de fato social indica modos de agir resultantes de normas e regras coletivas que orientam e condicionam a ação individual, que existiam antes de cada indivíduo e são independentes dele. Ou, dito de outra forma, o fato social refere-se a modos de agir, pensar

¹⁸⁹ SANDRONI, P. Novíssimo dicionário de Economia. São Paulo: Best Seller, 1999. Disponível em: <http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FMI.BMNov%C3%ADssimo-Dicion%C3%A1rio-de-Economia.pdf>

e sentir externos ao indivíduo, e que são investidos com um poder coercitivo capaz de exercer controle sobre ele. Nas palavras de Émile Durkheim¹⁹⁰ (2007, p.13), “fato social é toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais”. Os fatos sociais distinguem-se dos fatos orgânicos ou psicológicos por se imporem ao indivíduo como poderosa força coercitiva à qual ele deve se submeter. A força coercitiva dos fatos sociais se manifesta pelas “sanções legais” (prescritas sob a forma de leis) ou “espontâneas” (que afloram espontaneamente como resposta a uma conduta considerada inadequada em grupo ou sociedade) a que o indivíduo está sujeito quando tenta rebelar-se contra ela. Durkheim (2007) acreditava que era possível estudar cientificamente os fatos sociais. Neste contexto, os fatos sociais são identificados por três características principais: 1. Exterioridade – são exteriores ao indivíduo (existem independentemente de sua vontade ou reflexão - ao nascer já encontramos regras sociais, padrões de comportamento, costumes e leis que somos coagidos a aceitar, por isso se diz que a existência dos fatos sociais é exterior às consciências individuais); 2. Coercitividade – são coercitivos (impõem penalidades àqueles que não cumprem suas normas); e, 3. Generalidade - (não são fatos isolados, estão presentes no conjunto da sociedade, mesmo que ocasionalmente não marquem a conduta de todos os indivíduos de uma sociedade). A título de exemplo, tomemos o fato de estudar. Antes de nascermos já estava estipulada a norma de que todos devem estudar, e isso independe de minha ou sua vontade. Somos coagidos a estudar, caso contrário somos discriminados e pressionados a retornar para a escola.

¹⁹⁰ DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. Tradução de Pietro Nassetti- Ed. Martin Claretto – São Paulo, 2007. Disponível em: [Disponível em: https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/durkheim-c3a9-as-regras-do-mc3a9todo-sociolc3b3gico.pdf](https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/durkheim-c3a9-as-regras-do-mc3a9todo-sociolc3b3gico.pdf)

Estudar é uma ação geral, pois praticamente todos os indivíduos estudam. Logo, estudar é “Fato Social”.

Para refletir: o que, daquilo que acontece com você na vida em sociedade, não é um fato social?

Femicídio:

crime de ódio baseado no gênero/sexo da vítima, amplamente definido como o assassinato de mulheres em contexto de violência doméstica ou em aversão ao gênero da vítima [misoginia]. Trata-se do assassinato de mulheres por homens, motivado por ódio, desprezo, prazer ou por um sentimento de propriedade em relação ao corpo da mulher. Conforme Gebrin e Borges¹⁹¹ (2014) a expressão “femicídio” seria originária do termo *femicide*, e foi usado pela primeira vez em 1976, no Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, em Bruxelas. “*Gendercide, femicide, femicídio* ou *femicídio* são os nomes surgidos nas últimas décadas do século passado para definir um mesmo fenômeno, o assassinato de mulheres por questões de gênero” (SOUZA¹⁹², 2018, p. 535). A expressão *femicídio* aponta para a ausência de políticas do Estado contra a morte de mulheres, contra mortes de mulheres provocadas por homens que não entendem a mulher como um ser com iguais direitos e condições aos deles. O *femicídio* geralmente associa-se com um *continuum* de violências (agressões tais como

¹⁹¹ GEBRIM, L. M.; BORGES, P. C. C. Violência de gênero: tipificar ou não o femicídio/femicídio? Revista de Informação Legislativa, Brasília, ano 51, n. 202, p. 59-75, abr./jun. 2014.

¹⁹² SOUZA, Suzanny Mara Jobim de. O femicídio e a legislação brasileira. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 534-543, Dec. 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802018000300534&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Sept. 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p534>.

estupro, incesto, abuso físico e emocional, assédio, pornografia, exploração sexual).

Para refletir: como a socialização de meninos e meninas pode favorecer valores e comportamentos que contribuem para ocorrência do feminicídio?

Feminismo Liberal:

“uma forma da teoria feminista que acredita que a desigualdade de gênero é produzida pelo acesso reduzido para mulheres e garotas aos direitos civis e certos recursos sociais, como educação e emprego. As feministas liberais tendem a buscar soluções por meio de mudanças na legislação para garantir a proteção dos direitos dos indivíduos” (GIDDENS, 2012, p.794). Desta forma, “o feminismo liberal é aquele ligado às questões de maior igualdade nos contextos institucionais “ (SILVA *et al.*, 2018, p.348).

Para refletir: por suas características, o feminismo liberal foi e é importante para que leis e Estados promovam o reconhecimento jurídico igualitário de homens e mulheres e cobrem dos governos a criminalização dos atos contra as mulheres. No entanto, a igualdade jurídica é suficiente para que a igualdade se torne algo natural entre homens e mulheres?

Feminismo Negro:

“o feminismo negro e pós-colonial ressalta a luta das mulheres tornadas invisíveis pelo feminismo branco: as lutas anticoloniais na Ásia, nas Américas e na África, assim como as lutas operárias das

quais as mulheres foram protagonistas” (SILVA et al. 2018, p.349). Trata-se de “uma linha do pensamento feminista que enfatiza as diversas desvantagens baseadas no gênero, classe e raça que definem as experiências de mulheres não-brancas. As feministas negras rejeitam a ideia de uma opressão de gênero unificada, que todas as mulheres experimentariam igualmente, e argumentam que as primeiras análises feministas refletiam as preocupações específicas de mulheres brancas da classe média” (GIDDENS, 2012, p.790). Bell hooks (pseudônimo) afirma que mulheres brancas têm sido cúmplices do patriarcado capitalista da supremacia branca imperialista; bem como, frequentemente não querem ser vistas como não femininas, porque tem um interesse em explorar os privilégios de classe e raça para que se possam se ver livres do que consideram “trabalho sujo” (THORPE, *et al.* 2015). Vide o conceito de interseccionalidade. O feminismo negro “tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades¹⁹³”.

Para refletir: esse olhar feminista e anti-racista aqui abordado, ao integrar as tradições de luta do movimento negro com a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma a condição específica da mulher negra. O que você sabe sobre as especificidades da situação da mulher negra brasileira? O que provoca as desigualdades entre mulheres negras e brancas? Em que circunstâncias a mulher branca é homem da sociedade patriarcal?

¹⁹³ CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (Orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2011.

Feminismo Radical:

as principais bases teóricas desta corrente do feminismo são encontradas em Shulamith Firestone na obra “A Dialética do Sexo”, de 1970, por Kate Millet na obra “Política Sexual”, de 1971 e em Simone de Beauvoir, na obra o “Segundo Sexo”, publicado em 1949. Estas obras, mesmo que em perspectivas diferentes, discutiam as origens da opressão feminina a partir da estrutura social, descartando qualquer possibilidade de explicação de cunho biológico. As feministas desta corrente defendem que, para vencer a opressão feminina, “é fundamental, e não basta apenas, concentrar os esforços na busca das explicações sobre as diferenças entre os sexos e a subordinação da mulher no sistema patriarcal, mas que as mulheres devem unir-se na luta contra os homens (argumento criticado e considerado por outras feministas como ‘guerra dos sexos’) e que inclusive devem rejeitar o Estado e todas as instituições formais por ser produto do homem e, portanto, de caráter patriarcal” (SILVA, 2008, p.28)¹⁹⁴. Desta forma, feministas radicais destacam a família como uma das principais fontes de opressão feminina. Bem como, assinalam que os homens exploram as mulheres por meio do trabalho doméstico que elas realizam em casa gratuitamente e que violência doméstica, estupro e assédio sexual são partes da sistemática opressão das mulheres. E, que, portanto, as mulheres só conseguem obter emancipação abolindo a família e, com ela, suas relações de poder patriarcais, uma vez que esta seria baseada na apropriação do corpo e da sexualidade das mulheres. Neste contexto, apontando que a opressão das mulheres é exercida na e através de suas relações mais íntimas, começando pela relação com o próprio corpo, o Feminismo Radical foi fortemente marcado por uma luta política voltada para o conhecimento, valorização e libertação do corpo feminino, com a fundação de grupos de autoconsciência que motivam as mulheres

¹⁹⁴ SILVA, Elizabete Rodrigues da. Feminismo radical – pensamento e movimento. *Revista Travessias – Educação, Cultura, Linguagem e Arte*, v. 2, n. 3, 2008.

a conhecerem seu próprio corpo, bem como pela fundação de centros para atender e defender mulheres maltratadas pelo companheiro. Trata-se, portanto, de **tipologia** de feminismo que defende que a desigualdade de gênero é originária da dominação masculina na totalidade de aspectos da vida em sociedade.

Para refletir: em nossa sociedade, as mulheres recebem as mesmas oportunidades de reconhecimento corporal do que os homens? Em que contextos a instituição família é opressora da mulher?

Feminismo Socialista:

O feminismo socialista e marxista desenvolveu-se “ressaltando a luta das mulheres operárias e camponesas para demonstrar que o feminismo poderia ter caráter revolucionário. Ressaltam a importância das mulheres na luta revolucionária, enfatizando a destruição do capitalismo como condição prévia para a destruição do patriarcado” (SILVA *et al.* 2018, p.348). Estão associadas com o feminismo socialista “as noções de que as mulheres são tratadas como cidadão de segunda classe em sociedades capitalistas patriarcais e de que a posse dos meios de produção e a experiência social das mulheres devem ser transformadas porque as raízes da opressão das mulheres se encontram no sistema econômico totalitário do capitalismo” (GIDDENS, 2012, p.794). Além disso, o feminismo marxista apresenta especial ênfase à discussão sobre a divisão sexual do trabalho, ressaltando que “ao longo do tempo, a homens e a mulheres foram atribuídas tarefas não apenas distintas, mas desiguais em termos materiais e simbólicos, de valor e reconhecimento. Essa diferenciação pode ser observada, sobretudo no capitalismo, da seguinte forma: a) aos homens coube prioritariamente a chamada ‘esfera produtiva’, caracterizada pelo trabalho remunerado, mais valorizado socialmente, com relações

de classe e de capital/trabalho e no espaço público; b) e às mulheres coube, prioritariamente, a chamada 'esfera produtiva' (afazeres domésticos, cuidado com as crianças, idosos e doentes), caracterizada pelo trabalho não pago, menos valorizado socialmente, com relações entre os sexos e familiares e no espaço privado" (FRAGA e MAÇAIRA¹⁹⁵, 2021, p.79). Com estas características, as feministas socialistas tentam derrubar ou combater tanto o patriarcado, quanto o capitalismo.

Para refletir: em quais características capitalismo e patriarcado se encontram? Em que aspectos eles se assemelham?

Feminismo¹⁹⁶:

"Teoria que argumenta que o patriarcalismo é tão importante quanto as desigualdades de classe na determinação das oportunidades que uma pessoa tem na vida. Que afirma que a dominação masculina e a subordinação feminina não são determinadas biologicamente, mas decorrem de estruturas de poder e de convenções sociais. Examina o funcionamento do patriarcalismo [...] e estabelece que os padrões existentes de desigualdades de gênero podem e devem ser mudados para o

¹⁹⁵ FRAGA, Alexandre Barbosa e MAÇARIA, Julia Polessa. O que é divisão sexual do trabalho?. In. BODART, Cristiano das Neves. **Conceitos e Categorias Fundamentais do Ensino de Sociologia**, volume 1. 1. ed. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2021, p.53 -56.

¹⁹⁶ Um apanhando bastante didático sobre o feminismo e os tipos de feminismo pode ser encontrado na obra "TAVARES, Manuela, & MAGALHÃES, Maria José (2014). Correntes do feminismo e suas reconfigurações nos tempos atuais. In Eduarda Ferreira, Isabel Ventura, Luísa Rego, Manuela Tavares, & Maria Antónia Almeida (Orgs.), Percursos Feministas: Desafiar os tempos (pp. 92-117). Lisboa: UMAR/Universidade Feminista. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/78430/2/100327.pdf>"

benefício de todos os membros da sociedade” (BRYM *et al.*, 2008, p.35). “Teoria que sublinha o papel central do gênero na análise do mundo social, e em particular o caráter único da experiência das mulheres. Há muitas correntes de teoria feminista, mas todas têm em comum o desejo de explicar as desigualdades de gênero na sociedade e de trabalhar para as ultrapassar” (GIDDENS, 2012, p.805). Grande variedade de enfoques usados para observar, analisar e interpretar as maneiras complexas como a realidade social dos sexos e a desigualdade entre eles são construídas, impostas e manifestadas, desde em ambientes institucionais mais vastos aos detalhes do dia-a-dia da vida das pessoas (JOHNSON, 1997). Um movimento social que defende a igualdade social, política e econômica entre os sexos. O feminismo é reconhecido como tendo várias ‘ondas’, ou eras, cada uma com sua diferente lista de problemas (THORPE *et al.*, 2016, p. 343).

Para refletir: o que o feminismo trouxe ao cotidiano da sociedade brasileira contemporânea?

Fordismo:

sistema desenvolvido por Henry Ford, que implicou a introdução da cadeia de montagem, e que ligou métodos de produção em série com o cultivo de um mercado de massas para os bens produzidos - no caso de Ford em particular, o seu famoso automóvel Ford Modelo. Trata-se de “um conjunto de métodos de racionalização da produção elaborado pelo industrial norte-americano Henry Ford, baseado no princípio de que uma empresa deve dedicar-se apenas a produzir um tipo de produto. Para isso, a empresa deveria adotar a verticalização, chegando a dominar não apenas as fontes das matérias-primas, mas até os transportes de seus produtos. Para reduzir os custos, a produção deveria ser em massa, e dotada de

tecnologia capaz de desenvolver ao máximo a produtividade de cada trabalhador. O trabalho deveria ser também altamente especializado, cada operário realizando apenas um tipo de tarefa. E para garantir elevada produtividade, os trabalhadores deveriam ser bem remunerados e as jornadas de trabalho não deveriam ser muito longas” (SANDRONI¹⁹⁷, 1999, p.249-250). “O modelo taylorista-fordista ocasionou alto índice de rotatividade, sobretudo nas áreas mais próximas às linhas de produção, com baixo nível de qualificação educacional e profissional dos operários, o que os tornava descartáveis” (SILVA *et al.*, 2016, p.222).

Para refletir: como você acha que o fordismo afetou o sistema escolar?

Foucault, Michel [1926 -1984]:

filósofo francês, autor de obras que tiveram profundo impacto sobre a maneira moderna de entender o poder, em especial em sua relação com o conhecimento. Abordando temáticas como a constituição dos anormais, poder disciplinar e técnicas disciplinares ou dispositivos disciplinares, prisão, loucura e sexualidade, Foucault estudou as relações entre poder, linguagem, conhecimento e controle social. Para Foucault, nos períodos da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, a emergência de novos saberes como a Biologia, a Economia Política, a Psiquiatria e a própria Sociologia, combinada com novas técnicas disciplinares, gradativamente minaram toda a sociedade, consolidando um modelo novo de organização social: “as sociedades disciplinares”. Para ele, a linguagem e o conhecimento formam uma base para o poder em seu papel na construção social da realidade, bem

¹⁹⁷ SANDRONI, P. Novíssimo dicionário de Economia. São Paulo: Best Seller, 1999. Disponível em: <http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FMI.BM-Nov%C3%ADssimo-Dicion%C3%A1rio-de-Economia.pdf>

como são usados para controlar o corpo humano, para moldar a maneira como experimentamos nosso corpo. Foucault foi professor das universidades de Paris (França) e Berkeley (Califórnia, Estados Unidos), além de membro do Collège de France.

Para refletir: a linguagem constrói e é construída nos diversos **formatos** de relacionamentos sociais e com ela é possível tanto nomear quanto criar sentido para os elementos da vida cotidiana, na forma de palavras, enunciados e textos. Como a linguagem e o poder se relacionam? Quem pode nomear e definir os elementos que nos rodeiam?

Funcionalismo [sociologia funcionalista]:

método para compreender a vida social que estuda os sistemas sociais como um todo, a forma como funcionam, como mudam e as consequências sociais que produzem (JOHNSON, 1997). “Na Sociologia, a ideia de que a sociedade é estruturada como um organismo biológico, com funções especializadas. Cada aspecto dessa sociedade é interdependente e contribui para o funcionamento global e estabilidade” (THORPE *et al.*, 2016, p. 342). Funcionalismo é a “Teoria que enfatiza que o comportamento humano é governado por Estruturas Sociais relativamente estáveis. Ela sublinha como as estruturas sociais mantêm ou enfraquecem a estabilidade social. Enfatiza, ainda, como as estruturas sociais baseiam-se especialmente em preferências e valores compartilhados e sugere que o estabelecimento do equilíbrio social é a melhor maneira de resolver a maioria dos problemas sociais” (BRYM *et al.*, 2008, p.35-36). “As teorias funcionalistas, [...] dividem-se em várias correntes. Porém, como pertencem a uma mesma ‘família’, partem de uma visão similar de como funciona a sociedade. [...] os funcionalistas consideram a sociedade como uma grande máquina. Esta máquina distribui papéis

[papéis sociais] e recursos (dinheiro, poder, prestígio, educação) aos seus membros, que são identificados como 'peças da máquina'. A finalidade da sociedade é a sua reprodução através do funcionamento perfeito dos seus vários componentes" (SABADELL¹⁹⁸, 2005, p.76). Émile Durkheim é um dos principais autores relacionados ao funcionalismo.

Para refletir: se a sociedade é como um organismo em que cada parte tem uma função integrada às demais, a alteração de um elemento altera o todo? Se as desigualdades sociais (de gênero, de classe social, de raça, etc.) são elementos dos grandes organismos chamados de sociedade, a sociedade não pode funcionar sem elas?

Funções latentes e funções manifestas:

funções latentes são aquelas funções que são involuntárias, não conhecidas ou desejadas. São as "consequências funcionais que não são pretendidas ou reconhecidas pelos membros do sistema social em que ocorrem" (GIDDENS, 2012, p.795). Trata-se de conceito adotado pelo sociólogo estadunidense Robert Merton (1910-2003). Merton¹⁹⁹ (1970) define função como consequências da ação individual ou coletiva sobre um sistema de atores individuais ou coletivos e destaca que estas consequências podem ser pretendidas, previstas e antecipadas (funções manifestas) ou não previstas (funções latentes) pelo ator que as causou. Por sua vez, funções manifestas são "as funções de um tipo de atividade social que são voluntárias e conhecidas pelos indivíduos envolvidos na

¹⁹⁸ SABADEL, Ana Lúcia. Manual de Sociologia Jurídica. São Paulo: 2008. Disponível em: <https://archive.org/details/SABADELLAnaLucia.ManualDeSociologiaJuridicaIntroduuoAUmaLeituraExternaDoDireito.2/page/n11/mode/2up>

¹⁹⁹ MERTON, Robert K. Sociologia, Teoria e Estrutura. São Paulo, Mestre Jou, 1970. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4599584/mod_resource/content/1/merton_caps2_3.pdf

atividade” (GIDDENS, 2012, p.795). De acordo com Merton²⁰⁰ (1970) função manifesta é aquela pretendida, reconhecida e entendida. O ator social ou instituição sabe e pretende, com sua ação, atingir as tais funções manifestas.

Para refletir: quais são as funções manifestas da escola? Que outras funções não pretendidas (funções latentes) a escola pode desempenhar?

Fundamentalismo:

interpretação literal dos textos das escrituras que as religiões consideram sagradas. O fundamentalismo pode emergir como reação à modernização e à racionalização, insistindo em respostas assentes na fé, e defendendo a tradição utilizando fundamentações tradicionais. Trata-se de “movimentos ou correntes religiosas que pregam um retorno aos princípios e práticas consideradas fundamentais. De modo genérico, eles pregam uma interpretação literal dos textos sagrados” (DIAS²⁰¹, 2010, p.362). Frequentemente, os fundamentalistas apoiam pontos de vista extremamente conservadores, como, por exemplo, o não direito da mulher ao estudo.

Para refletir: os fundamentalistas são os mais conservadores e literais seguidores de uma religião. Atualmente cresce o número de fundamentalistas religiosos entre os adeptos das mais diversas religiões, tais como o judaísmo, cristianismo e islamismo. Em pleno século XXI, que hipóteses você levanta para explicar o aumento do fundamentalismo religioso?

²⁰⁰ MERTON, Robert K. *Sociologia, Teoria e Estrutura*. São Paulo, Mestre Jou, 1970. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4599584/mod_resource/content/1/merton_caps2_3.pdf

²⁰¹ DIAS, R. *Introdução à Sociologia*. 2ª.ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2010.

G

Gaslighting:

é uma microagressão [vide Microagressões] que geralmente se manifesta quando o homem, continuamente, leva a mulher a duvidar do seu senso de percepção, raciocínio, memórias e sanidade, ou ainda quando o homem leva as pessoas de sua rede social ou da rede social da mulher dele, a acharem que a mulher enlouqueceu ou é incapaz. Para Sweet²⁰² (2019, p.851 - tradução livre), gaslighting “é um tipo de abuso psicológico destinado a fazer as vítimas parecerem ou se sentirem ‘loucas’, criando um ambiente interpessoal ‘surreal’”. Para Sweet (2019), na efetuação de gaslighting os agressores mobilizam estereótipos de gênero para corroer a percepção de realidade das vítimas e/ou para rotular a vítima como louca. É uma microagressão que força a associação dos estereótipos da feminilidade com a irracionalidade. Ou seja, “uma situação na qual o abusador costuma se colocar em uma posição de um sujeito equilibrado e lúcido e qualificar a vítima como ‘desequilibrada’, ‘mentalmente perturbada’. Com isso, através do uso da manipulação, se inicia um processo de dúvida de si mesma por parte da vítima. Em função disso, é instaurada uma confusão na mente do abusado, fazendo com que ele, o que sofreu o gaslighting, acabe por distorcer a noção do que é

²⁰² SWEET, Paige. The Sociology of Gaslighting. *American Sociological Review*, 84(5), 851–875, 2019. <https://doi.org/10.1177/0003122419874843>

realidade e do que não é” (SOUZA²⁰³, 2017, p.12-13).A expressão, de origem inglesa e associada a estudos feministas de caráter interacionista, deriva do termo *gaslight*, ‘a luz [inconstante] do candeeiro a gás’. De acordo com Liguori (2015)²⁰⁴ o termo em questão tem origem em um filme de mesmo nome, de 1944, em que um homem descobre que pode tomar a fortuna de sua mulher se ela for internada como louca. Por isso, ele começa a desenvolver uma série de artimanhas – como piscar a luz de casa, por exemplo – para que ela acredite que enlouqueceu.

Para refletir: caracterizar a vítima como insana é desconstruir a possibilidade de verdade ou realidade nas palavras dela. Como combater o uso do *gaslighting* na invalidação das denúncias femininas?

Gênero:

desde o nascimento, a vida em sociedade é subdividida por questões de gênero. Logo, não é pertinente desconsiderar ou negar esta variável em análises sociológicas. O termo diz respeito ao aspecto cultural da diferença entre homens e mulheres, e NÃO às diferenças físicas entre eles. Consiste nas expressões culturalmente esperadas de masculinidade e feminilidade. É a construção social sobre como acredita-se que pessoas de determinado sexo devem se comportar. Em diferentes culturas e tempos históricos, são distintos os comportamentos esperados de homens e mulheres, justamente porque estes comportamentos são produtos da cultura

²⁰³ Souza, C.P. (2017). **Gaslighting:** “Você está ficando louca” As Relações Afetivas e a Construção das Relações de Gênero. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

²⁰⁴ LIGUORI, Maíra . O machismo também mora nos detalhes. Disponível em: <http://thinkolga.com/2015/04/09/o-machismotambem-mora-nos-detalhes/>

e não da biologia. Ou seja, não é a anatomia do corpo de um homem que estabelece que ele deve gostar de carros ou usar roupas com a cor azul, da mesma forma que não é anatomia da mulher que estabelece que ela deve lavar a louça ou usar roupas rosas. Estes comportamentos são criações de grupos culturais humanos, produtos do que se espera ou se considera adequado como atitude de homens e mulheres. Desta forma, a expressão gênero aponta para as “diferenças construídas socialmente, em vez de biologicamente, entre homens e mulheres” (THORPE *et al.*, 2016, p. 343). Refere-se a expectativas com relação aos traços e comportamentos sociais, culturais e psicológicos considerados apropriados para homens e mulheres de uma determinada sociedade (GIDDENS e SUTTON, 2017). “Para a Sociologia, o conceito de gênero tem a função de classificar o masculino e o feminino nas sociedades humanas, mas essa classificação não se fundamenta em um princípio evolutivo, biológico ou morfológico, e sim em uma construção social” (SILVA *et al.*, 2016, p. 338). Gênero é a “classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero. Independe do sexo” (JESUS²⁰⁵, 2012, p.24). A distinção entre SEXO e gênero é fundamental para a separação entre o biológico e o social no que diz respeito a diferença entre homens e mulheres. A maioria dos sociólogos afirma que não há evidências dos mecanismos que vinculariam as forças biológicas ao comportamento social complexo e diversificado demonstrado pelos seres humanos do sexo masculino e feminino. Judith Butler é atualmente uma das maiores referências nos estudos de gênero (THORPE, *et al.* 2015).

Para refletir: se os comportamentos esperados de homens e mulheres são socialmente construídos, distintos em cada cultura,

²⁰⁵ JESUS, Jaqueline G. Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos – Guia Técnico sobre Pessoas Transexuais, Travestis e demais Transgêneros, para formadores de Opinião. Brasília: 2012. Disponível em: <http://www.diversidadese sexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>

existem comportamentos que podem ser considerados exclusivamente do homem ou da mulher? Um psicólogo norte-americano chamado Robert Stoller²⁰⁶ (1978), estudou inúmeros casos de pessoas à época consideradas “hermafroditas”. Ele afirma que é “mais fácil mudar o sexo biológico do que o gênero de uma pessoa”. O que você pensa sobre essa afirmação?

Genocídio:

“Este conceito foi cunhado por Raphael Lemkin (1944) para se referir ao objetivo principal da política populacional alemã na Segunda Guerra Mundial: exterminar completamente os judeus — o principal alvo de perseguição durante todo o domínio alemão — e os ciganos, além de dizimar e reduzir seletivamente algumas nações eslavas “ (FEIN²⁰⁷, 1996, p.335). Genocídio, união dos termos gregos *genos* (grupo) e *cide* (matar), etimologicamente significa “matar um grupo”. Infelizmente, a história da humanidade é marcada por inúmeros genocídios, mas chama atenção sua utilização calculada, racionalizada e repetida, durante o século passado. No Brasil, ações de genocídio de povos indígenas²⁰⁸ e da população negra são partes sangrentas da nossa história. Em nove

²⁰⁶ STOLLER, Robert. **Recherches sur l'Identité Sexuelle**. Paris: Gallimard, 1978.

²⁰⁷ FEIN, Helen. Genocídio. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. et al. *Dicionário do Pensamento Social no Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.335-337.

²⁰⁸ A palavra “indígena” é uma adaptação latina do termo grego “endogenès”, que significava “de casa” ou “nativo do lugar”. A palavra já existia no Latim bem antes de o primeiro europeu chamar os nativos americanos de “índios”, pensando tratar-se dos indígenas das Índias. É um vocábulo que tem a mesma raiz que “endógeno”, próprio, que vem de dentro, o contrário de “exógeno”, o que foi gerado fora. O contrário de “indígena” é “alienígena”, o gerado fora, o que veio de fora, o estrangeiro (VAZ FILHO, 2008, p.56). É nesse sentido que aqui adota-se a palavra indígena. VAZ FILHO, Florêncio Almeida. O nativo revestido com as armas da antropologia. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, BA, 2008.

de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou por unanimidade a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio. O artigo II da referida convenção define genocídio como “qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como: (a) assassinato de membros do grupo; (b) dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo; (c) submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial; (d) medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; (e) transferência forçada de menores do grupo para outro grupo. O Decreto Presidencial nº 30.822, de 06 de maio de 1952 determinou “que a referida convenção,[...] seja executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém”.

Para refletir: a expressão genocídio tem sido usada indiscriminadamente para se referir tanto à extinção de animais quanto a massacres em larga escala. Recentemente, ela foi adotada em associação à conduta do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, frente à atuação do mesmo diante da pandemia. É correto o uso da expressão “genocida” para se referir à conduta deste governo frente à pandemia?

Genograma:

é uma combinação de símbolos que representam a estrutura de uma família e as principais características das interações sociais que nela se desenvolvem, em distintas gerações. É utilizado para o registro de informações coletadas em pesquisas e baseia-se na utilização de figuras que representam pessoas de uma família e linhas que representam as relações sociais entre estas pessoas. Nele podem ser representados idade e sexo, casamento e separação, nascimento e

morte; adoção e abandono; gestação/aborto; doenças; padrões de interação familiar (relacionamento muito estreito ou distante, conflitos, rompimentos); problemas com a lei; qualquer situação clínica, evento ou padrão de interação que seja necessário conhecer; a frequência e incidência do evento; religião; origem étnica; posicionamento político, etc. Assim, por exemplo, cada membro é representado por um quadrado, quando homem, ou um círculo, quando mulher; a pessoa (pessoa índice) que fornece as informações é identificada por uma dupla linha (como um círculo dentro de um círculo); para uma pessoa falecida se coloca um "X" ou a representação de uma cruz, dentro do quadrado ou do círculo; as gestações, abortos e partos de um feto morto se indicam com os seguintes símbolos: gestação com morte - triângulo; parto com feto morto - quadrado com uma cruz no interior; aborto espontâneo ou provocado - círculo todo preto; as relações biológicas e legais entre os membros da família são representadas por linhas horizontais que os unem; se um casal vive juntos, mas não estão casados se utiliza uma linha pontilhada; barras inclinadas no meio de uma linha significam a interrupção do casamento; se um casal tem vários filhos, a figura de cada filho se conecta à linha do casal; e, os relacionamentos muito próximos serão representados por pontos ao redor (circulando) das pessoas envolvidas. Geralmente, no genograma o homem é representado à esquerda e a mulher à direita da linha e os filhos são representados em ordem de nascimento, da esquerda para a direita, numa posição abaixo da linha dos pais.

Para refletir: como seria um genograma da sua família?

Gentrificação & especulação imobiliária:

trata-se do processo de indução à saída de pessoas mais pobres de uma determinada região de uma cidade, mediante valorização dos

imóveis e recursos existentes nesta região, seja com intervenção pública ou empresarial. A origem da expressão gentrificação está associada com a socióloga britânica Ruth Glass em 1964 e inicialmente enfatizou a questão do mercado imobiliário e na substituição da população mais pobre pela nova classe média. A socióloga norte-americana Sharon Zukin²⁰⁹ destaca que gentrificação é um rompimento radical com a vida eclética e diversificada do subúrbio, com modos de vida em que comunidades tem importância, com a diversidade típica das comunidades, e a implantação da linguagem visual da mesmice, de casas e lojas com a “cara padrão” dos interesses comerciais. Em outras perspectivas, a gentrificação pode ser descrita como “processo de remoção urbana no qual prédios antigos e decadentes são renovados por pessoas afluentes que se mudam para a área” (GIDDENS, 2012, p.795); “uma mudança no caráter de uma comunidade urbana decadente, que é observável através do aumento do preço das propriedades e no influxo de indivíduos mais ricos” (THORPE *et al.*, 2016, p. 342); o “processo de ‘limpeza/revitalização’ do espaço urbano que promove o encarecimento do custo de vida e torna uma região inacessível aos mais pobres (SILVA *et al.*, 2016, p. 149); e, “o processo pelo qual os bairros se tornam constantemente mais ricos, sobretudo os bairros urbanos centrais que foram por muito tempo acessíveis” (GABLER²¹⁰, 2015, p.206). Associada com interesses privados, muitas vezes a gentrificação acontece por ação de grupos econômicos interessados em lucrar com a especulação imobiliária. A especulação imobiliária se manifesta mediante compra de imóveis e/ou terrenos com o objetivo de, posteriormente, vendê-los ou alugá-los, por um valor maior. Muitas vezes, esse valor maior é

²⁰⁹ FRUGOLI-JR., Heitor; TALHARI, Julio Cesar. Entre o tecido físico e social das cidades entrevista com Sharon Zukin. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 29, n. 84, p. 7-24, Feb. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092014000100001&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Sept. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092014000100001>.

²¹⁰ GLABER, J. **Sociologia para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

originário de gastos públicos em melhorias (investimento em asfaltos, arborização, iluminação, espaços de lazer) na região, tornando o lucro do vendedor do imóvel uma forma de apropriação privada de benefícios públicos. A especulação imobiliária faz com que vários espaços urbanos fiquem temporariamente desocupados enquanto seus proprietários aguardam a valorização do terreno ou imóvel. Conseqüentemente, novos espaços são abertos para moradias, cada vez mais longe dos centros urbanos e serviços públicos. Neste processo, empurra-se as populações mais pobres para regiões distantes, muitas vezes incitando estas populações a cansativas jornadas de deslocamento urbano de suas casas para os locais de trabalho.

Para refletir: o conceito de gentrificação nos mostra que os espaços urbanos têm um formato que reflete os interesses de empresas poderosas e do capitalismo. Os pobres, a classe trabalhadora e outros grupos marginalizados tem pouco poder de interferir em como as cidades são construídas e como o espaço social é utilizado. No entanto, as cidades devem ser reconstruídas e repensadas a partir do interesse dos oprimidos. Os oprimidos devem reconhecer o seu direito à cidade, garantindo que recursos e espaços sejam pensados considerando os seus interesses. Ou seja, as decisões sobre como o espaço urbano é constituído e usado, deveriam contar com a participação de todos e refletir os interesses e necessidades das pessoas comuns. Isso é ter direito à cidade, poder participar da construção e organização e usar a cidade. Direito à cidade é um conceito desenvolvido pelo sociólogo marxista Henri Lefebvre (1901 -1991). Lefebvre ressalta que mudar a cidade é mudar a condição e o modo de vida das pessoas.

Para refletir: Você sente que tem direito à cidade em que reside? Em sua cidade, que locais estão passando por gentrificação? O que caracteriza a gentrificação nestes locais? De alguma forma essa gentrificação leva em consideração as suas necessidades? Ao organizar o espaço do seu bairro, a prefeitura municipal atua da

mesma maneira que o faz com as regiões centrais e elitizadas? Existe especulação imobiliária onde você vive? Dê um exemplo.

Geração nem-nem:

Um número crescente de brasileiros entre 18 e 25 anos não trabalha e nem estuda. Estes jovens que não tem ou não buscam/conseguem acesso ao mercado de trabalho e/ou a escolarização, são chamados de geração nem-nem. De acordo com Souza²¹¹ (2020, p. 17-18), “essa nomenclatura começa a se estruturar a partir dos anos 1980 no Reino Unido, como NEET – termo em língua inglesa que significa ‘not in education, employment, or training’, ou seja ‘fora da educação, emprego e formação profissional’.– e, posteriormente ganha o correspondente em espanhol Ni-Ni, difundido em estudos latino-americanos de diversas áreas”. No Reino Unido, em sua origem, a expressão NEET buscava destacar o expressivo número de jovens que, após a recessão da década de oitenta, não estavam envolvidos em conquistar capital humano geral (por meio de educação formal) ou em participar do mercado de trabalho. Baixa escolaridade dos pais, pobreza, ausência ou baixo índice de oportunidades e ausência de vislumbre de perspectivas de crescimento são alguns dos fatores associados. Além disso, há uma forte questão de gênero no que se refere a geração nem-nem, uma vez que as mulheres jovens, por razões culturais, familiares e outras questões, são muitas vezes incitadas a saírem do mercado de trabalho e/ou da escola.

²¹¹ SOUZA, Juliano Ferreira de. **Jovens Nem-Nem: perfis midiático-digitais na cidade de Bauru (SP)**. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista (UNESP). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru - SP, 2020.

Para refletir: você conhece um jovem nem-nem? Já pensou em desistir de tudo e ficar na condição de nem estudar e nem trabalhar? O que te fez pensar assim?

Geração:

As gerações podem ser compreendidas como grupos de pessoas que nasceram no mesmo ano ou na mesma série de anos. Karl Mannheim (1893-1947) apontou que os indivíduos que nasceram no mesmo ano ou mesma série de anos, são dotados de uma localização comum na dimensão histórica do processo social e, que esta localização pode ter tanto influência sobre comportamentos e crenças, como sobre classe social, raça ou gênero. Ou seja, as gerações tendem a experimentar o mundo, e seu lugar nele, de maneiras diferentes (GIDDENS, 2012). Por esse motivo, sociólogos estudam o mundo também a partir da geração a que as pessoas pertencem e classificam estas gerações em categorias distintas, tais como os “baby boomers” (nascidos entre 1946-1964), a geração X (nascidos entre 1965-1980), a geração Y ou *Millennials* (nascidos entre 1980-2000), a geração Z ou Nativos Digitais (nascidos entre 2000-2010) e a geração Alpha, nascidos a partir de 2010. Os “baby boomers”, por exemplo, são filhos de pessoas que viram as atrocidades da Segunda Guerra Mundial, que na infância, adolescência e vida adulta presenciaram a Guerra Fria e isso influenciou fortemente a visão política desta geração, fortaleceu uma necessidade de segurança e estabilidade no trabalho e também alimentou um forte desejo de desfrutar de uma melhor qualidade de vida, de paz. Geração, portanto, é o conceito que classifica o conjunto de indivíduos que nasceram em uma mesma época, influenciados por um mesmo contexto histórico, acontecimentos sociais e culturais coletivos e que têm determinados comportamentos, valores e motivações. Inicialmente as gerações eram subdivididas em recortes de aproximadamente 20 anos. Recentemente, estas subdivisões têm se

dado em recortes mais curtos, de 10 anos ou menos, pois se observa rápidas transformações sociais e tecnológicas que interferem nas características comportamentais do conjunto de pessoas que nasce nesses novos contextos. O “encontro geracional” (encontro entre pessoas de distintas gerações) e/ou as relações sociais intergeracionais, são muitas vezes marcadas por conflitos, justamente porque o conjunto das experiências comuns de cada geração contribui para diferentes formas de entender o mundo. No Brasil, como em grande parte do globo, pessoas da geração X e pessoas da geração Y, cresceram em conjunturas políticas, sociais, econômicas, tecnológicas e culturais absolutamente distintas (de democracia a ditadura, de ausência de televisão a contato cotidiano com internet). É pouco provável que experiências tão antagônicas formem pessoas com as mesmas “leituras de mundo”. Estas distintas leituras de mundo frequentemente provocam conflitos intergeracionais (conflitos entre pessoas ou grupos de duas ou mais gerações).

Para refletir: no que você se “encaixa” e no que você é diferente entre as características que geralmente são utilizadas para descrever sua geração? Que conflitos intergeracionais você vivencia ou vivenciou com seus familiares de outras gerações? Somente as gerações de pessoas com mais idade tem que se esforçar para entender os pontos de vista dos mais jovens?

Gestão da impressão:

são todas as ações que um ator social (pessoa, grupo ou organização) efetua para influenciar o modo como os outros o vêem, a imagem ou impressão que eles desenvolvem a seu respeito. De acordo com Goffman²¹² (2002), trata-se da “gestão da imagem que queremos passar para uma pessoa ou para um conjunto de pessoas”, com objetivo de transmitir determinada impressão sobre quem somos.

²¹² GOFFMAN, E. A representação do eu na vida cotidiana. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Sendo impressão a marca, o vestígio deixado por um ato ou pessoa, um sentimento ou opinião que uma pessoa tem sobre algo ou alguém, ou a imagem que uma pessoa deixa em outra, gerir a impressão é tentar administrar a forma como queremos que outras pessoas nos percebam. A gestão da impressão ocorre mediante diferentes recursos, que vão desde roupas e perucas até movimentos corporais, pelos quais buscamos apresentar aos outros uma versão de nossa identidade que seja a mais favorável aos nossos interesses e ao contexto social em que nos inserimos. Cada ator social, para criar uma impressão de si mesmo aos olhos de outras pessoas que lhe servem de plateia, altera sua aparência física (vestuário, maquiagem, penteado, postura), gere características como maneira de falar (a maneira de acentuar palavras e escolha de vocabulário, por exemplo) e “adereços”, como caixa portátil de som da marca JBL, marca do carro que a pessoa usa, os tipos de alimentos que come às refeições, ou as fotos que publica nas redes sociais etc. Assim, administramos o quanto possível, para resistir às identidades sociais negativas que podem nos ser atribuídas, para que não sejamos associados a identidades e estigmas que não aceitamos ou que não são socialmente aceitas. É um conceito do sociólogo Erving Goffman (1920-1982), fundamental para o entendimento da Perspectiva Teatral.

Para refletir: sabe quando você está com *crush* naquela “gata” ou “gato” e fica cuidando para passar uma determinada “imagem”? Você sempre quer passar a mesma “imagem”? Nestes casos, como você faz a gestão da impressão? É errado fazer gestão da impressão?

Giddens, Antony (1938-):

sociólogo britânico defensor da chamada Terceira Via (uma alternativa a posições políticas de esquerda e direita - primeira e

segunda via). Conhecido por sua teoria de estruturação, Giddens cunhou o termo Estruturação para designar a dependência mútua entre a ação/agência e a Estrutura Social. Para este autor, as estruturas sociais não são barreiras repressoras da ação humana, nem impedem a capacidade de ação do agente social. Ao contrário, as estruturas sociais estão intimamente implicadas na produção da ação, já que fornecem os recursos pelos quais os indivíduos agem, bem como os resultados dessa ação. O que isso quer dizer? Para ele isso significa que as regras que nos regem enquanto vivemos em sociedade, ao mesmo tempo que nos restringem, que nos limitam, também facilitam nossas ações e fornecem o que precisamos para agirmos por nós mesmos. Giddens é crítico àquilo que identificou como limitações teóricas do Materialismo Histórico. Para Giddens, a estrutura social não é um entrave para a ação individual. Ao mesmo tempo em que somos influenciados pelas regras e padrões da sociedade em que vivemos, nós as recriamos refletindo sobre nossas próprias práticas. Para Giddens²¹³ (2003), o que chamamos de modernidade é um estilo, costume de vida ou organização social com origem na Europa a partir do século XVII e com disseminação quase que mundial.

Para refletir: deste estilo de vida chamado modernidade e de origem européia, o que nós incorporamos e/ou fazemos questão de copiar?

Globalização:

“a crescente interconexão e interdependência de sociedades ao redor do mundo, à medida que a mídia e a cultura, os bens de consumo e os interesses econômicos se espalham globalmente” (THORPE *et al.*, 2016, p. 342). “Diversos processos pelos quais

²¹³ GIDDENS, A. **Modernidade e identidade** (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

populações humanas geograficamente dispersas são levadas ao contato mais próximo e imediato entre si, criando uma comunidade única ou sociedade global” (GIDDENS e SUTTON, 2017, p.30). A globalização é um fenômeno econômico (refere-se à intensificação das operações financeiras, de comércio, produção e consumo global, de uma divisão global do trabalho e um sistema financeiro global); cultural (marca-se por permutas de traços culturais e produz o fenômeno da Glocalização) e político (produz mecanismos de governança regionais e internacionais, como as Nações Unidas e a União Europeia, congregando Estados-nação e organizações não governamentais internacionais em fóruns comuns de tomada de decisões, a fim de regular o sistema global emergente). Trata-se de tema controverso, pois a globalização pode intensificar a exploração entre nações, o domínio de transnacionais em mercados globais, a redução da diversidade cultural decorrente da homogeneização dos modos de vida das pessoas e a redução da autonomia das nações. Para o sociólogo peruano Aníbal Quijano²¹⁴ (2002), a globalização, mais do que fenômeno “natural”, inevitável e inescapável, mais do que uma integração mundial decorrente de avanços tecnológicos, é o resultado de um vasto e prolongado conflito pelo controle do poder, do qual saíram vitoriosas as forças que representam os colonizadores e o capitalismo. Trata-se, para ele, da construção de uma trama institucional, estatal e paraestatal que tende a operar como um governo mundial invisível; e, de uma reconcentração da autoridade pública mundial, sobre cuja base se impulsiona o aprofundamento e a aceleração das tendências básicas do capitalismo. Por sua vez, o geógrafo brasileiro Milton Santos apresenta três definições de globalização, a saber: 1. como fábula; 2. como perversidade; 3. como possibilidade. Em Santos²¹⁵ (2011) a interpretação da globalização como fábula remete à ideia

²¹⁴ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos** 37 (2002), p. 4-28. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/.php/novosrumos/article/view/2192>

²¹⁵ SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

de aldeia global (na tentativa de fazer acreditar que a atualmente as pessoas são informadas), do encurtamento das distâncias (que só é verdade para poucos, porque a maioria não pode chegar a todos os lugares) e da suposta morte do Estado (que na verdade se fortalece porque atua para defender as finanças e os interesses das grandes empresas). A globalização como perversidade manifesta-se com o aumento do desemprego e da pobreza, com a desvalorização do trabalho local, com competição desenfreada, com novas doenças incuráveis e o agravamento de outras já antigas. E como possibilidade, o autor fala de “uma outra globalização” na qual o uso das técnicas e da informação seja feito com outros objetivos sociais e políticos, que sejam de interesse comum de todos, para o bem-estar da sociedade em geral. O fato é que “a globalização real não é positiva para todos, mas apenas para uma minoria que consegue ter acesso ao que é produzido” (OLIVEIRA e SOUZA, 2018, p.158²¹⁶).

Para refletir: na sua opinião, entre aspectos positivos e negativos, o que prevalece como consequência da globalização? O que deveria ser modificado nesta tal globalização?

Glocalização:

trata-se da mistura de elementos globais e locais que ocorre no processo de globalização. Refere-se também a como as comunidades locais modificam ativamente os processos globais, ajustando-os às culturas nativas (GIDDENS e SUTTON, 2017). O sociólogo inglês Ronald Robertson, nascido em 1938, foi difusor do conceito de

²¹⁶ OLIVEIRA, J., & SOUZA, S. “Por uma Outra Globalização”: Introdução ao Pensamento de Milton Santos / “Toward another Globalization”: An Introduction to the Thought of Milton Santos. Espaço Aberto, 8(1), 147-161, 2018. doi :<https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2018.15831>

glocalização. Robertson²¹⁷(1994), aponta que as culturas locais adotam e redefinem qualquer produto cultural global para satisfazer suas necessidades, crenças e costumes específicos. Que a partir da globalização, ideias diferentes, formas culturais e produtos (estilos e gêneros musicais, tendências da moda, bens de consumo) se espalham pelo mundo todo, mas são modificados pelos contatos com comunidades e indivíduos locais; que um produto ou serviço pode ser concebido e distribuído globalmente, mas é adaptado aos hábitos e costumes locais. Até mesmo grandes corporações multinacionais adaptam seus produtos aos países, misturam global e local, como, por exemplo, a McDonald's, que não vende *hambúrgueres* de vaca na Índia, onde a vaca é um animal sagrado.

Para refletir: você já esteve em outro país? Nós, moradores da tríplice fronteira (Brasil-Paraguai-Argentina), quando atravessamos a ponte da Amizade, nos deparamos com vários reflexos da glocalização. Um simples refrigerante da Coca-Cola tem variedades de um lado da ponte que não são encontradas do outro lado. Porque as empresas não podem comercializar produtos iguais em distintos países e o que isso nos ensina sobre as consequências da globalização?

Goffman, Erving (1922-1982):

sociólogo canadense, associado com o Interacionismo Simbólico e conhecido pelo desenvolvimento da Perspectiva Teatral. A Perspectiva Teatral assemelha a vida social a um teatro, no qual, em bastidores e palcos diversos, atores fazem Gestão da Impressão de si mesmos e representam para plateias enquanto,

²¹⁷ ROBERTSON Roland. Globalisation or Glocalisation?, *Journal of International Communication*, vol. 1, 1994, n.º 1, pp. 33-52. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13216597.1994.9751780>

concomitantemente, servem de audiência para outros atores que também buscam apresentar certos “personagens”. A perspectiva teatral provocou a Sociologia ao estudo da representação de papéis, do desvio, do Estigma²¹⁸ e de Instituições Totais. Segundo a perspectiva de Goffman, estamos constantemente engajados em uma representação de papéis. Isso é evidente quando nos encontramos “no palco”, em ambientes públicos. Assim como em um teatro, em que se necessita de cenários, gestos ensaiados e falas decoradas, a representação nos espaços públicos também requer estes elementos. Um garçom em um restaurante, por exemplo, deve vestir um uniforme, sorrir e dizer frases fixas (‘Boa tarde. Gostaria de beber alguma coisa antes de pedir almoço?’). Quando o garçom vai para os ‘bastidores’, ele pode relaxar um pouco antes da performance que desempenhou no palco e discuti-la com os colegas de profissão (‘aquelas crianças na mesa seis estão me enlouquecendo’). Assim, frequentemente distinguimos entre nossos papéis públicos e nossos *selfes* [SELF] ‘verdadeiros’. Observe, entretanto, que mesmo nos bastidores, nos engajamos em representações de papéis e no controle de impressões. Apenas estamos menos conscientes disso. Por exemplo, na cozinha o garçom pode tentar se apresentar da melhor maneira para uma garçonete a fim de convidá-la para sair. Isto posto, a implicação da análise dramaturgica é que não existe Self singular, apenas um conjunto de papéis que desempenhamos em diversos contextos sociais. Os garçons desempenham muitos papéis fora do ambiente de trabalho. Eles jogam em um time de futebol, cantam em corais de igreja e passeiam com amigos em shoppings centers. Cada papel é dirigido por normas acerca do tipo de roupa, de conversa, de maneirismos adequados. Representamos em muitos palcos em nossa vida cotidiana” (BRYM *et al.*, 2008, p.154). Nem sempre queremos que todos vejam nossa atuação e/ou que nossa

²¹⁸ A obra “GOFFMAN, E. Estigma: Estigma notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988” encontra-se disponível em: <http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201702/20170214-114707-001.pdf>

representação seja bem-sucedida, por isso, às vezes fazemos Segregação da Audiência.

Para refletir: e então, wxiste um “eu” único ou cada um de nós é um ator que representa diferentes personagens ao sabor da plateia com que nos deparamos?

Governo:

um governo é um conjunto de pessoas que exercem o poder político e determinam a orientação política de um Estado ou uma sociedade estatal. É um conjunto de indivíduos que são temporariamente responsáveis pela produção de políticas e pela administração do Estado. O Estado é esta estrutura política em que os governos se alocam, é o sistema jurídico e a organização que garante os governos. É o governo que executa as políticas do Estado, é a ele que compete recolher os impostos que sustentam o funcionamento de todos os poderes do Estado. O governo dá vida ao Estado, fazendo uso de sua estrutura para transformar em atos as leis e decisões políticas. Geralmente, o poder de mando dos governantes tem origem numa delegação proveniente exatamente daqueles sobre os quais esse mando se exercerá. Por meio de uma Constituição, de um acordo constitucional, são estabelecidas as condições do exercício do poder de um governo. As constituições estabelecem o que são as obrigações governamentais e que recursos serão acessíveis aos governantes para que eles possam cumprir suas obrigações, bem como demarca o que um governo não pode fazer. Um governo, é “a esfera máxima da função executiva de um Estado. Um Estado nacional pode ter diferentes níveis de governo” (SILVA *et al.*, 2016, p. 149).

Para refletir: porque as interferências de um governo na estrutura permanente do Estado devem ser profundamente analisadas e discutidas pela população?

Governo aberto:

em 2009, logo após assumir a presidência dos Estados Unidos, o advogado Barack Hussein Obama emitiu memorandos para organizar o que denominou como “governo aberto” (*open government*). Nestes memorandos, ele solicitou que as diversas agências do governo garantissem “dados abertos” (*open data*), sobre gastos, contratações, estrutura e projetos, e desta forma foi criado o portal www.data.gov. Em 2010, a Alemanha, o Reino Unido e o Banco Mundial, lançaram portais de dados abertos. Neste contexto, a ideia de Governo Aberto nasceu com definição associada à ampliação da transparência governamental através de inovação tecnológica e também da participação na fiscalização e controle dos gastos do governo. Assim, Yu e Robinson²¹⁹ (2012) destacam que, inicialmente, a expressão governo aberto significava um conjunto de ações tomadas visando tornar um governo mais aberto e transparente. Referia-se especialmente a divulgar informações governamentais politicamente sensíveis. Mas, nos últimos anos, esse significado tradicional se turvou especialmente para uso de tecnologia na divulgação de informações governamentais.

Para refletir: você acredita que o atual governo brasileiro poderia ser classificado como “governo aberto”? O atual governo brasileiro é transparente na apresentação dos gastos públicos?

²¹⁹ YU, Harlan; ROBINSON, David G. The new ambiguity of ‘Open Government’. *UCLA L. Rev. Disc.*, v. 178, 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2012489

Grupo de referência:

conjunto de indivíduos que usamos como referência ou como modelo a ser seguido. Para Sheth, Mittal e Newman²²⁰ (2001, p.165), os grupos de referência são “pessoas, grupos e instituições a que os indivíduos recorrem para uma orientação de seu próprio comportamento e valores, e dos quais esses indivíduos buscam aprovação”. Desta forma, utilizamos os grupos de referência para avaliar nossa aparência, pensamentos, sentimentos e comportamento. Adotamos grupos de referência como modelos que queremos imitar. Os grupos de referência exercem influência psicológica, estabelecem padrões de atitude e comportamento e aspirações de uma ou mais pessoas. Frequentemente, nos esforçamos para fazer parte dos tais grupos de referência. Grupo de referência é qualquer indivíduo ou grupo que sirva como um parâmetro de comparação para formação de valores, crenças, atitudes e outros aspectos que guiam o comportamento.

Para refletir: e aí, que galera te inspira para você ser quem é? Com que grupos você deseja parecer? A quem você imita?

Grupos de pressão:

“são grupos organizados para a defesa de interesses próprios, interesses de naturezas diversas, e que atuam sobre os órgãos responsáveis do Estado, para obter os benefícios que pretendem” (CAVALCANTI²²¹, 1987, p.6). Esses grupos são cada vez mais

²²⁰ SHETH, J. N., MITTAL, B., & NEWMAN, B. I. Comportamento do Cliente: indo além do comportamento do consumidor. Tradução de Lenita M. R. Esteves. Revisão técnica: Rubens da Costa Santos. São Paulo: Atlas, 2001.

²²¹ CAVALCANTI, Themístocles Brandão. Os Grupos de Pressão. Brasília: Fundação Projeto Rondon, Ministério do Interior: Ministério da Educação - Sesu,

numerosos e os interesses que defendem são os mais variados (econômicos, cívicos, religiosos, culturais). Os objetivos desses grupos muitas vezes não correspondem ao interesse da população; frequentemente são interesses que qualificaríamos de ilegítimos. De qualquer forma, os grupos de pressão tem influência significativa nas decisões políticas e administrativas mais sérias, porque representam poder econômico suficientemente para realizar propaganda/preparo da opinião pública e, porque se infiltram nos partidos políticos, nas administrações estatais. Trata-se de um conjunto de indivíduos que tenta influenciar (fazer *lobby*) uma decisão de outro grupo de pessoas, de um indivíduo, de uma instituição política e ou de uma organização qualquer. Ou seja, sua finalidade é influenciar a distribuição e o uso de poder político na sociedade. Exercem pressão política, econômica, ideológica ou social, com a intenção de provocar um tipo de ação ou tomada de decisão. Os grupos de pressão tem tamanha importância na política brasileira a ponto de constituírem bancadas inteiras para defenderem seus interesses e colocarem as leis a seu serviço. Exemplos disso são a bancada “da bala” (armamentista), a bancada “do boi” (ruralista) e a bancada “da bíblia” (bancada evangélica) no Congresso Nacional do Brasil.

Para refletir: como a população pode confrontar o poder dos grupos pressão no que se refere à determinação os rumos da política no Brasil?

Grupo social:

é qualquer conjunto de pessoas que interage regularmente, tem uma identidade coletiva comum e tem consciência dessa identidade

1987. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rdpcp/article/viewFile/58934/57387>

comum. Trata-se de um sistema social que envolve um “senso de nós”. Consiste em um “conjunto de indivíduos que interagem de maneiras sistemáticas uns com os outros”[...] “independente de seu tamanho, um aspecto que define o grupo é o fato de seus membros terem consciência de uma identidade comum” (GIDDENS, 2012, p.795). Os membros de um grupo social, como uma família ou um time de vôlei, tem consciência de que fazem parte de um grupo, identificam-se com esse grupo e pensam a si mesmos como fazendo parte deste grupo. Quando integrantes de uma Categorial Social passam a manter interações regulares e criam um senso de pertencimento “entre si”, eles viram um grupo social. As pessoas que jogam futebol juntos toda a semana, os membros da associação do bairro, “as famílias (como conjunto de pessoas, algo diferente do conceito de instituição social), os estudantes e os trabalhadores de determinada empresa são exemplos de grupos sociais, constituídos pela adesão dos sujeitos a certas formas comuns de ação, que integram a uma coletividade específica” (SILVA *et al.*, 2016, p. 93). “Um grupo é qualquer conjunto de pessoas em interação, que compartilham uma consciência de membros baseada em expectativas comuns de comportamento” (COHEN, 1980, p.49). Neste contexto, “os grupos sociais primários são aqueles em que as relações sociais se caracterizam pela proximidade e pela interação direta. Seus integrantes – um pequeno grupo de indivíduos – desenvolvem sólidas relações de identificação uns com os outros” (SILVA *et al.*, 2016, p. 93). “As características básicas do grupo primário incluem contato direto e íntimo entre os membros, relações face a face entre os membros, fortes vínculos emocionais e vínculos de afeição permanentes” (COHEN²²², 1980, p.50). Por sua vez, “grupos sociais secundários são aqueles em que as relações se pautam pela impessoalidade, sustentadas por regras e normas formais de organização. As relações de identificação são menos sólidas, e a convivência ocorre por um tempo menor do que nos grupos primários. Podem ser, por exemplo, grupos formados por muitas

²²² COHEN, Bruce. Sociologia geral. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1980.

pessoas que se conhecem apenas superficialmente, como o conjunto de alunos de uma universidade” (SILVA *et al.*, 2016, p. 93). “Os grupos secundários têm as seguintes características: existem poucos laços emocionais entre os membros; não permanência; reuniões com objetivo prático determinado e relações pessoais muito limitadas entre os membros (COHEN, 1980, p.50). É importante destacar que grupos sociais são importantes agentes de Controle Social, pois as pessoas se conformam com as normas do grupo porque querem por ele ser aceitas, porque não querem ser desprezadas, ridicularizadas ou criticadas pelo grupo de que são membros.

Para refletir: a quais regras e normas você se conforma para ser parte do seu grupo social de amigos? O “preço” que você paga para fazer parte deste grupo social vale a pena? Em sua sala de aula, quem constitui parte de seu(s) grupos sociais primários? Porque você acredita que se aproximou destas pessoas?

Gueto icônico:

gueto é um bairro ou região de uma cidade onde vivem os membros de uma etnia ou qualquer outro grupo minoritário, frequentemente devido a pressões ou circunstâncias econômicas ou sociais. Por extensão, designa todo estilo de vida ou tipo de existência resultante de tratamento discriminatório. Em “The Iconic Ghetto”, publicado em 2012, Elijah Anderson, sociólogo estadunidense nascido em 1943, argumenta que os americanos associam o gueto com o lugar em que vivem os negros. De acordo com Anderson²²³ (2012) o gueto representa uma área da cidade que

²²³ ANDERSON, E. The Iconic Ghetto. In: ANDERSON, E. et al. Bringing Fieldwork Back In: Contemporary Urban Ethnographic Research. The Annals of the American Academy of Political and Social Science, v. 642. Sage Publications, Inc., 2012.

é sem lei, empobrecida, dominada pelas drogas, marcada pela violência. O gueto é como um ícone, é um signo visual que representa outro objeto por força de semelhança, que representa no caso, o vício, o crime, a pobreza e a violência. O gueto é um ícone que o norteamericano associa com o negro. Quando o norteamericano vê o negro, o associa com o gueto e o vê como imagina que o gueto é. Por isso, o negro é tratado como forasteiro perigoso, como imoral, viciado e criminoso, até que prove que é digno de confiança. Até que prove que não é do gueto.

Para refletir: que estereótipos são associados com guetos no Brasil? Onde fica o gueto na cidade em que você vive?

H

Habitus:

o habitus é a incorporação do social realizada por meio de processos de aprendizagem e manifestada como predisposição para agir de determinadas maneiras. Habitus não é destino, não é uma programação definitiva, é a tendência para agir, escolher e pensar de certa maneira. É um conjunto de disposições sociais internalizadas (tendências, propensão) individualmente que moldam as percepções, os sentimentos e as ações de uma pessoa. Ele é criado a partir da interação do eu individual e da cultura do grupo e das instituições sociais da família e da escola. Agir com base nessas disposições fortalece o habitus do indivíduo e do grupo. O habitus se reproduz e se modifica à medida que a pessoa interage com outras pessoas. O habitus é a sociedade escrita no corpo, no indivíduo biológico. É “a matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas. [...] é um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano” (SETTON²²⁴, 2002, p.63). Habitus é “[...] um sistema de

²²⁴ SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, Aug. 2002. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Oct. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005>.

disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (BOURDIEU²²⁵, 1983, p. 65). Assim, como conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu, habitus é “o conjunto de disposições (incluindo modos de pensar e agir), que os membros de determinados grupos sociais e classes sociais adquirem, principalmente de maneira inconsciente, em virtude de viverem nas mesmas condições objetivas” (GIDDENS, 2012, p.795). “Pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria habitus implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados” (SETTON, 2002, p.63). Habitus surge então como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre Estrutura social e Agência, mostrando interdependência entre indivíduo e sociedade. A Estrutura Social se fortalece à medida que o indivíduo age conforme seu habitus, a agência (ação individual) produz e reproduz a estrutura social, mas, ao mesmo tempo, é um produto desta estrutura.

Para refletir: quando uma pessoa que não teve acesso a elevada escolarização e capital econômico é colocada diante de uma cozinha chique, sofisticada (de alta gastronomia), ela tende a não saber como se comportar e/ou tende a se comportar de maneira a revelar sua origem social e a não perceber esta experiência alimentar como satisfatória. Quando uma pessoa criada na elite econômica e cultural é posta diante de uma feijoada na laje, ao som de um funk, ela pode vir a não ter em si disposições para agir adequadamente naquele meio. Ora, se o habitus apresenta-se como tendência de pensamento, como predisposição para agir, pensar e sentir de determinada maneira, que processos são necessários para modificá-lo? Como, por exemplo, a alta gastronomia pode se tornar

²²⁵ BOURDIEU, P. **Sociologia**. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.

interesse, escolha e costume de quem a ela não teve acesso? O que isso nos diz sobre a função das escolas?

Hegemonia:

“domínio moral e político de uma classe sobre as classes subalternas, com base no consentimento dos subordinados e não na violência” (SILVA *et al.*, 2016, p. 77). “Forma particular de dominação na qual uma classe torna legítima sua posição e obtém aceitação, quando não apoio irrestrito, dos que se encontram abaixo [dominados]” (JOHNSON, 1997, p.123). “A hegemonia é construída com base na luta incessante dos grupos sociais dominantes para obter o consentimento ativo dos grupos sociais subalternos, que não é espontâneo, mas precisa ser educado” (DORE²²⁶, 2018). Ou seja, o fundamento da hegemonia não é apenas a força. Seu alcance requer o consentimento dos governados, também obtido por meio de concessões a reivindicações dos movimentos sociais, subordinando-as à direção dos grupos dominantes. Neste contexto, as elites - as classes dominantes - procuram difundir sua forma de explicar o mundo, de modo que possam moldar o comportamento cultural das classes dominadas e influenciá-lo: quando elas conseguem fazer isso, diz-se que elas têm hegemonia em relação às classes dominadas e/ou são hegemônicas. O conceito de hegemonia foi cunhado pelo marxista italiano Antonio Gramsci (1891-1937). Para ele, a elite dominante propaga suas visões de mundo de forma que as mesmas sejam aceitas como senso comum, como algo natural e imutável, acima de qualquer discussão. Isso é um modo de dominação de classe que

²²⁶ DORE, R.; DE SOUZA, H. G. Gramsci nunca mencionou o conceito de contra-hegemonia. *Cadernos de Pesquisa*, vol. 25, n. 3, p. 243-260, 2018. Disponível em:<http://www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/9961/5854>

faz com que o dominado seja defensor dos mesmos valores do dominante e assim não lute contra sua dominação, muito pelo contrário, ele pode lutar por valores a favor de sua dominação. Por exemplo, o trabalhador assalariado que luta pelo fim dos direitos trabalhistas, na crença ingênua de que isso é o melhor para ele e para o país. Para Gramsci, a hegemonia precisa ser combatida e não basta a luta de classes, é necessário uma “batalha das ideias” para fazer o dominado perceber que os valores do dominante não o beneficiam. É necessário contra-hegemonia, uma hegemonia do proletariado, das classes trabalhadoras, que pressupõe intelectuais vinculados às classes dominantes. Atualmente também se utiliza o termo hegemonia para se referir à predominância, supremacia e influência preponderante exercida por um país, cidade ou povo sobre outros países, cidades ou povos.

Para refletir: que valores e crenças típicos entre as pessoas mais pobres da sociedade brasileira, refletem e representam valores das classes sociais operárias?

Heteronormativo:

contexto em que ser heterossexual e se comportar como socialmente é esperado para heterossexuais é norma social capaz de exercer coerção social. São práticas e instituições que legitimam e privilegiam a heterossexualidade como orientação natural e fundamental; que demarcam quais expressões de gênero e sexualidade são consideradas normais e quais não são. Apontam para pessoas homossexuais como sujeitos anormais; criam uma hierarquia social entre homossexuais e heterossexuais, regulando o comportamento de ambos e moldando a forma de ser e vir a ser heterossexual, assim como de pessoas com outras orientações sexuais. Heteronormativo é uma expressão usada para descrever

situações em que ser heterossexual é a norma e o normal e por isso orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas. O termo indica “o padrão de comportamento heterossexual, indicando que outras orientações sexuais são discriminadas, considerando, dessa forma, a heterossexualidade como padrão para toda a sociedade e pautando como ‘normalidade’ a dualidade entre macho e fêmea (SILVA *et al.*, 2016, p. 340). A heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver a sexualidade e os desejos corporais, conforme padrões socialmente estabelecidos que reconhecem como possibilidade apenas a heterossexualidade e a condição de cisgênero. Neste sentido, a heteronormatividade “requer e institui a produção de oposições discretas e assimétricas entre ‘feminino’ e ‘masculino’” (BUTLER²²⁷, 1990, p.24). Tal lógica normativa pressupõe “[...] não somente uma relação casual entre sexo, gênero e desejo, mas sugere também que desejo reflete ou expressa gênero e que gênero reflete ou expressa desejo” (idem, p.31). Neste contexto, ignorando a histórica diversidade de manifestações sexuais e diferenças culturais de compreensões da sexualidade, haveria uma coerência “natural” e “inerente” entre sexo-gênero-orientação sexual; isto é, cada sexo só poderia interessar-se pelo sexo oposto (sexualidade heterossexual) e comportar-se conforme padrões associados com a lógica macho e fêmea.

Para refletir: a tentativa de normatizar a sexualidade em um sentido heterossexual gera que tipo de consequência? Quem estabelece o que é comportamento (sexual ou não) adequado para homens e mulheres? A quem interessa a heteronormatividade?

²²⁷ BUTLER, J. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge Classics, 1990.

Heterossexualidade:

“orientação na atividade ou sentimentos sexuais para com pessoas do sexo oposto” (GIDDENS, 2012, p.795). A socióloga Adrienne Rich²²⁸ (2012), afirma que a heterossexualidade está longe de ser um fenômeno natural, que ela é imposta à mulher, encorajada por um raciocínio binário que opõe heterossexual e homossexual, homem e mulher. Neste contexto, a heterossexualidade compulsória refere-se à concepção social de que a heterossexualidade é uma inclinação socialmente imposta nos seres humanos e que, por tanto, pode ser adotada de maneira independente das possíveis preferências sexuais de cada pessoa. Para Rich (2012), a heterossexualidade, como fenômeno compulsório (que tem capacidade de compelir, de obrigar, de coagir, de forçar; em que há obrigação; que é socialmente obrigatório), oferece uma espécie de roteiro de conduta, que nos diz como devemos agir nos relacionamentos e que demarca posições submissas para a mulher. Para ela, a heterossexualidade é socialmente construída como se fosse algo normal, é promovida e mantida pela ideologia e pela força, com a negação e difamação do lesbianismo. Por isso, deve ser reconhecida como uma instituição e um sistema de poder que beneficia os homens e subjuga as mulheres. Vide lesbianismo político.

Para refletir: como se manifesta a contraposição, a não aceitação dos comportamentos e desejos que socialmente não se enquadram na condição de heterossexualidade?

²²⁸ RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufm.br/bagoas/article/view/2309> . Acesso em 20/10/2020.

Hiper-realidade:

a cultura da atualidade é fruto de uma realidade construída, a hiper-realidade. Quando a mídia “informa” ou apresenta algo, mais do que expor dados reais, ela cria realidades. Pense no seguinte exemplo: os responsáveis por uma revista escolhem e fotografam uma mulher. Antes da fotografia eles a maquiam, bem como a vestem de uma determinada forma e a inserem em um cenário de luzes e cores artificiais. Após a fotografarem, eles escolhem ângulos para mostrar e ângulos para ocultar, bem como editam a fotografia. Por fim, a fotografia é publicada, com filtros e retoques. A fotografia está simulando uma realidade que não é real, mas gera impacto nas pessoas, que vão querer igualar-se ao que não existe. Não existe? Não existe, mas é tão ou mais real do que aquilo que existe, uma vez que é a versão conhecida e geralmente dezenas de vezes repetida da mulher. Hiper-realidade é uma ideia associada ao autor francês Jean Baudrillard (1929-2007), que argumentava que, como resultado da disseminação da comunicação eletrônica, não existe mais uma ‘realidade’ separada a que se referem programas de televisão e outros produtos culturais. Ao contrário, aquilo que consideramos ‘realidade’ é estruturado pela própria comunicação. Assim, as histórias que apresentamos nas notícias não falam apenas de uma série separada de acontecimentos, mas definem e constroem os fatos em si” (GIDDENS, 2012, p.796). Para Baudrillard²²⁹, existe tanta informação no mundo atual que não podemos mais absorvê-la toda para descobrir o que de fato está acontecendo. Neste contexto, a mídia simplifica as coisas para nós, decidindo o que “torna real”/verdadeiro e a replicação de certas imagens e histórias nos leva aceitar estas coisas como “realidade”. Desta forma, a realidade “real”, não é mais acessível, só existe uma hiper-realidade produzida pela mídia. Ou seja, hiper-realidade,

²²⁹ Veja BAUDRILLARD, J. Simulacros e simulação. Portugal: Relógio D’Água, 1991. e BAUDRILLARD, J. A sociedade de consumo. Portugal: Edições 70.

conforme definida por Baudrillard, é “a ideia de que não existe mais uma ‘realidade’ separada à qual se refere imagens e símbolos, mas, em vez disso, uma versão simulada da realidade que parece mais real que qualquer coisa que existe no mundo físico” (THORPE *et al.*, 2016, p. 342).

Para refletir: como poderíamos associar as últimas eleições presidenciais brasileiras ao conceito de hiper-realidade? Com que critérios você atribui o status de “verdades” para os fatos e informações que você acessa?

Homofobia:

“um medo irracional ou desdém pelos homossexuais” (GIDDENS, 2012, p.796). “A homofobia pode ser definida como a hostilidade geral, psicológica e social àqueles ou àquelas que sentem desejo ou têm relações sexuais com indivíduos de seu próprio sexo” (BORRILLO²³⁰, 2009, p.28). “A homossexualidade torna-se insuportável quando reivindica publicamente sua equivalência à heterossexualidade. A homofobia é o medo de que essa equivalência seja reconhecida. Ela se manifesta, dentre outras coisas, pela angústia de se ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual” (BORRILLO, 2009, p.18). Quando o homossexual quer direitos e deveres iguais ao do heterossexual, ele assusta tanto que é mais temido ou hostilizado. O termo homofobia “parece ter sido utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1971, mas foi somente no final dos anos 1990 que ele começou a figurar nos dicionários europeus. Embora seu primeiro elemento seja a rejeição irracional ou mesmo o ódio em relação a gays e

²³⁰ BORRILLO, Daniel. **A homofobia**. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (org.). Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01242485/document>

lésbicas, a homofobia não pode ser reduzida a isso. Assim como a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo, é uma manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal. Devido a sua diferença, esse outro é posto fora do universo comum dos humanos” (BORRILLO, 2009, p.15). Homofobia é o “medo ou ódio com relação a lésbicas, gays, bissexuais e, em alguns casos, a travestis, transexuais e intersexuais, fundamentado na percepção, correta ou não, de que alguém vivencia uma orientação sexual não heterossexual” (JESUS, 2012, p.29). Como forma particular de sexismo, a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades, e isso tem consequências políticas. Embora esteja relacionado com a transfobia (preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis) trata-se de fenômeno distinto.

Para refletir: A homofobia aparece tanto em piadas vulgares que ridicularizam homossexuais, em injúrias e em insultos cotidianos; quanto em violência física e até mesmo em extermínio e assassinato, como no caso da Alemanha Nazista e, muitas vezes, do Brasil. A homofobia muitas vezes é prática familiar. Quem é beneficiado com a homofobia? A quem ela interessa? Quem “ganha” com a homofobia?

Homossexualidade:

É a “orientação de atividades ou sentimentos sexuais para pessoas do mesmo sexo” (GIDDENS, 2012, p.796). “É homossexual a pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero igual àquele com o qual se identifica” (JESUS, 2012, p.26). Inicialmente, para se referir a esta orientação sexual, adotou-se a expressão homossexualismo. O termo “homossexualismo” foi proposto, em 1869, pelo médico

húngaro Karoly Benkert. Antes do século XVIII, a palavra “homossexual” era utilizada nas certidões de nascimento de gêmeos do mesmo sexo. Gêmeos do mesmo sexo eram registrados como “homossexuais”. A “homossexualidade”, como doença, só foi excluída do DSM (Manual de Diagnóstico e Estatística da Associação Psiquiátrica Americana) em 1973, após lutas de ativistas homossexuais. Em função do radical *ismo*, que remete à doença, optou-se pelo uso da palavra homossexualidade. Embora a definição de homossexualidade seja relativamente simples, um dos primeiros estudiosos do tema no Brasil, o antropólogo Peter Fry²³¹(1983, p.7) afirma que homossexualidade “é uma infinita variação sobre um mesmo tema: o das relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo. Assim, ela é uma coisa na Grécia Antiga, outra coisa na Europa do fim do século XIX, outra coisa entre os índios Guaiáqui do Paraguai”. Aliás, para Peter Fry, a homossexualidade tem um significado distinto em cada segmento da sociedade brasileira. “Um homem de Belém, por exemplo, pode tranquilamente manter relações sexuais com uma pessoa que considere uma bicha. E, acreditar que, nem por isso, ele é menos homem. Até poderia se considerar mais macho do que nunca” (FRY, 1983, p.8). No entanto, apesar da diversidade de interpretações, sociologicamente, homossexualidade é a condição da pessoa que sente atração física-sexual-emocional por outra pessoa do mesmo sexo ou gênero. O sociólogo britânico Jeffrey Weeks²³² (1999), descreve como a sociedade ocidental, nos últimos dois séculos, construiu a categoria homossexual, buscando moldar e regular a sexualidade. Ele destaca que diversas ciências, como psicologia e sexologia, consolidaram um interesse em classificar a

²³¹ FRY, Pete. e MacRae, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo, Brasiliense, 1983. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1235/fry_oqueehomossexualidade.pdf?sequence=1

²³² WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/116719/mod_resource/content/1/LOUROGuacira-L._O-corpo-educado-pedagogias-da-sexualidade.pdf#page=24

sexualidade e as orientações sexuais, um interesse não existente em outras sociedades ou em outros tempos, em que apenas se vivia a sexualidade. Desta forma, foram criadas categorias como homossexual e heterossexual e, quase em concomitância, as leis passaram a regular a sexualidade, decidindo quem pode fazer sexo com quem, ou quem pode casar com quem. Neste processo, o controle da sexualidade passou a ser um meio de controle social e a categoria heterossexual foi classificada como normal em oposição à categoria homossexual, que passou, não apenas a ser considerada anormal, como também a ser punida por lei. Ato homossexuais já haviam sido criminalizados anteriormente, mas, com a criação e consolidação das categorias homossexual/heterossexual, passou-se a criminalizar não apenas o ato, mas um tipo de pessoa (os homossexuais).

Para refletir: porque não apenas viver as orientações sexuais sem classificá-las? Quais são os aspectos negativos e positivos da constituição de classificações das orientações sexuais? As orientações sexuais humanas cabem nas gavetas (heterossexualidade, bissexualidade, homossexualidade, pansexualidade) desenvolvidas para classificá-las? Porque nossa cultura celebra a heterossexualidade e discrimina a homossexualidade?

I

Iatrogenia:

é um estado de doença, efeitos adversos ou complicações causadas ou resultantes do tratamento médico. É a composição de iatros (médico) e genesis (origem), desenvolvida para apontar para uma suposta epidemia de doenças provocadas pela medicina no contexto do capitalismo e da busca de lucro por meio do exercício da medicina. O sociólogo radical Ivan Ilich (1926-2002), em *Apropriações da saúde* (1975) defende que o controle e influência dos médicos, o establishment médico, no contexto do capitalismo, é uma ameaça à vida humana, porque mais serve para si mesmo, para defesa dos privilégios dos médicos, do que para curar as pessoas. Ou, porque a medicina serve para buscar lucros e a cura das doenças não é lucrativa. Ilich alega que no capitalismo a medicina cria três tipos de iatrogenias: 1. iatrogenia clínica (ocorre quando um dano não aconteceria sem intervenção médica, como por exemplo quando as pessoas ficam menos resistentes a bactérias por causa do excesso de indicação de antibióticos); 2. iatrogenia social (acontece nas situações em que tudo passa a ser considerado doença e medicalizado, aumentando o lucro das farmacêuticas); e, 3. iatrogenia cultural (que se refere ao processo de eliminação das formas tradicionais e culturais de cura das doenças). Iatrogenia é a medicalização da vida, indicando algo “que 'se tornou médico', com a influência da medicina em campos que, até então, não lhe

pertenciam” (TABET²³³ et al., 2017), que “o raio de ação da medicina foi ampliado, extrapolando o campo tradicional de ação direta sobre as moléstias, transformando aspectos próprios da vida em patologias, diminuindo o espectro do que é considerado normal ou aceitável” (idem). Neste contexto, para Illich (1975) apenas com uma desmedicalização que limitasse a intensidade das ações médicas (heterônomas), o indivíduo poderia resgatar sua autonomia, pois a saúde como liberdade precede ao direito ao acesso aos serviços heterônomos. Um exemplo de luta contra a iatrogenia e a medicalização da vida, é de mulheres que lutam por terem partos normais em casa, livres da medicalização desnecessária do processo de parturição.

Para refletir: e aí, para o que você toma remédio? É mesmo necessário? Quais os aspectos positivos e perigosos das ideias de Illich? Como a iatrogenia se relaciona com a pandemia de Covid 19?

Identidade de gênero:

a forma como os indivíduos são vistos, por si mesmos e pelos outros, em termos de seus papéis de gênero e sexo biológico (THORPE *et al.*, 2016, p. 342). Identidade de gênero “pode ser entendida como a atitude individual frente aos construtos sociais de gênero, ante aos quais as pessoas se identificam como homens ou mulheres, percebem-se e são percebidas como integrantes de um grupo social determinado pelas concepções correntes sobre gênero, partilham crenças e sentimentos e se comprometem subjetivamente com o grupo com o qual se identificam, tal qual como em qualquer outra identidade social

²³³ TABET, Livia Penna *et al.* Ivan Illich: da expropriação à desmedicalização da saúde. *Saúde em Debate* [online]. 2017, v. 41, n. 115 [Acessado 14 Dezembro 2020] , pp. 1187-1198. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201711516>>.

que adotam” (JESUS²³⁴, 2013, p. 3). A identidade de gênero não é uma determinação de diferenças anatômicas/sexuais entre seres humanos. “Identidade diz respeito ao processo de construção das diferenças e identificações que cada ser humano desenvolve em suas relações sociais. Identidade de gênero é o conjunto de características que orienta nossa relação com o masculino ou feminino, e revela a diferença cultural entre os sexos em uma sociedade”. Uma pessoa pode se identificar como homem, mulher ou transgênero/transsexual.

Para refletir: quem tem o direito de questionar a identidade de gênero do outro?

Identidade social:

características atribuídas a um indivíduo por outros (GIDDENS, 2012, 706), pautada nos status sociais ocupados por ele e geralmente por ele internalizadas, como autoconceito (ideias e sentimentos que temos sobre nós mesmos). “Ideias culturais sobre os status sociais que ocupamos. [...] componente do autoconceito que se baseia nos status sociais ocupados pelo indivíduo” (JOHNSON, 1997, p. 204). Por exemplo, um estudante de um curso técnico de nível médio em uma instituição federal, usa ideias culturais sobre estudantes de cursos técnicos de nível médio em instituições federais, sobre a área a que ele se dedica, sobre a idade que ele tem e assim por diante, para formar um senso geral sobre quem ele é. Estas ideias sobre o que é um estudante de um curso técnico de nível médio em uma instituição federal formam sua identidade social, um componente do seu autoconceito, parte do seu self. Mais precisamente: o homem que é pai e marido recorrerá a ideias culturais (do contexto em que ele vive) sobre pais e maridos

²³⁴ http://www.fg2013.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/old_20/1384978610_ARQUIVO_JaquelineGomesdeJesus.pdf

para construir sua ideia sobre quem ele é. Como a identidade social precisa ser reconhecida e confirmada pelos outros e esse reconhecimento ocorre em processos que não são estáveis e nem lineares, que mudam de acordo com as transformações sociais e culturais dos grupos de referência e de pertença a que estamos ligados, que mudam conforme estes alteram as suas expectativas e valores, a identidade social não é elemento imutável.

Para refletir: os status sociais que você ocupa e as características que a eles são atribuídas lhe ajudam a formar uma visão sobre quem você é?

Identidade:

“quando falamos de identidade nos referimos, não a uma espécie de alma ou essência com que nascemos, não a um conjunto de disposições internas que permanecem fundamentalmente iguais durante toda a vida, independentemente do meio social de onde a pessoa se encontra, e sim de um processo de construção em que os indivíduos vão se definindo a si mesmos em estreita interação com outras pessoas (LARRAIN²³⁵, 2003, p.32 - tradução livre)”. Desta forma, embora a identidade de uma pessoa seja, basicamente, sua própria compreensão de quem ela é como indivíduo, “as identidades possuem nítidos aspectos sociais, porque a nossa identidade está relacionada às identidades de outras pessoas e as identidades dessas pessoas estão relacionadas à nossa. Em outras palavras, as identidades humanas são tanto pessoais como sociais porque são formadas nos contínuos processos de interação “ (GIDDENS e SUTTON, 2017, p.224). Identidade é “o que você tem

²³⁵LARRAIN, Jorge. El concepto de identidad. Revista Famecos. No. 21, agosto 2003. Quadrimestral. Porto Alegre, Brasil. Disponível em: www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/viewfile/348/279

em comum com algumas pessoas e o que o torna diferente de outras” (WEEKS²³⁶, 1990, p.88 - tradução livre). Trata-se de “aspectos característicos da personalidade de um indivíduo ou da personalidade de um grupo, relacionados ao seu sentido de si próprio [*self*]” (GIDDENS e SUTTON, 2017, p.223). Algumas das principais fontes de identidade são o gênero, a orientação sexual, a nacionalidade, a etnicidade, e a classe social. O nome é um marcador importante da identidade individual, e dar um nome é também importante do ponto de vista da identidade de grupo (GIDDENS, 2012). As identidades são formadas a partir de distintas fontes e possuem muitas camadas.

Para refletir: que partes da sua identidade você esconde e que partes você faz questão de mostrar?

Ideologia:

geralmente afirma-se que o termo ideologia se originou com Destutt de Tracy, que o empregou no sentido de “ciência das idéias” em sua obra *Les éléments de l'idéologie* (1801). Mas com o passar do tempo este conceito vai assumindo outros significados. Em *A ideologia alemã* (1846) Marx apresenta ideologia como ilusão ou falsa consciência da realidade, como “um conceito crítico-negativo, que indica uma falsa representação, um conhecimento invertido da realidade que tem por consequência a justificação de relações de dominação e poder” (PEREIRA²³⁷, 2016, p.297). Em Marx “a ideologia é o universo simbólico que garante a

²³⁶ WEEKS, J. The value of difference. In: RUTHERFORD, J. (Ed.). *Identity: community, culture, difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990. p. 88-100.

²³⁷ PEREIRA, Mozart Silvano. O sentido do conceito de ideologia em Marx e a questão da igualdade jurídica. *Revista Insurgência*, Brasília, ano 2, v. 2, n. 1, p. 295-321, 2016.

manutenção da ordem vigente sob controle das classes dominantes” (SILVA *et al.*, 2016, p. 76). Nestes sentidos atribuídos por Marx, a ideologia manifesta a influência da base econômica sobre as demais facetas da vida social; expressa um conjunto de ideias que se constituem em um verdadeiro imperativo (moral); e, expressa a “consciência” da classe dominante, que por sua vez se transforma em ideia dominante também para as demais classes. “Em Gramsci, a Ideologia pode ser compreendida como visão de mundo, um conjunto de perspectivas produzidas pelas diferentes classes sociais, ao mesmo tempo em que são influenciadas por elas, formando um sistema de valores culturais. A ideologia representa o modo como cada grupo ou classe atribui sentido a suas experiências no mundo” (SILVA *et al.*, 2016, p. 77). Refere-se a “conjunto de ideias e valores que orientam o comportamento e as decisões dos indivíduos e grupos” (SILVA *et al.*, 2016, p. 75). Trata-se de “um arcabouço de ideias que oferecem um ponto de vista ou conjunto de crenças para um grupo social” (THORPE *et al.*, 2016, p. 342); de “ideias ou crenças compartilhadas que servem para justificar os interesses de grupos dominantes. As ideologias são encontradas em todas as sociedades onde existem desigualdades sistemáticas e arraigadas entre os grupos. O conceito de ideologia tem uma conexão íntima com o de poder, pois sistemas ideológicos servem para legitimar o diferencial de poder entre os grupos (GIDDENS, 2012, 706). “De um sistema de pontos de vista e ideias de natureza política, jurídica, ética, estética, religiosa ou filosófica. As ideologias fazem parte da superestrutura” (SCURO, 2004, p.111). “Ideias do “senso comum” e crenças disseminadas em uma sociedade que servem, quase sempre indiretamente, aos interesses de grupos dominantes, legitimando a posição desses grupos” (GIDDENS e SUTTON, 2017, p. 228).

Para refletir: que ideologias conflitam no mundo atual? Quais delas te influenciam?

Igreja:

conceituar igreja pode parecer algo estranho, uma vez que a palavra tem uso corriqueiro em nossa sociedade. Mas para o estudo da religião como fenômeno e instituição social os sociólogos precisam diferenciar objetivamente os elementos associados com a fé. Neste caso, igrejas são tecnicamente diferenciadas de seitas, cultos e religiões: essa diferenciação não tem teor pejorativo perante nenhum fenômeno religioso, trata-se apenas de dar um nome específico para cada categoria de organização social para expressão da fé. Neste contexto, um culto é um agrupamento religioso fragmentário e fundamentalista, que geralmente se forma ao redor de um líder inspirador, que não apresenta uma organização ritualística formal ou uma hierarquia institucionalizada, e que tem duração relativamente curta (em relação às igrejas). Por sua vez, uma seita é um grupo que se separa da igreja porque tem divergências em relação às interpretações da doutrina religiosa, é um grupo menos burocratizado, frequentemente regido por líderes carismáticos. As seitas que persistem no tempo, tendem a se burocratizar e criar hierarquias, formando assim igrejas. Igrejas são organizadas e institucionalizadas, enquanto seitas são pequenas comunidades organizadas voluntariamente (WEBER²³⁸, 2004). Segundo Max Weber (2004), na sua relação com o mundo, a Igreja busca a universalidade, não somente no sentido geográfico, mas como instituição religiosa dominante, a que conserva o monopólio da produção e distribuição dos bens simbólicos de salvação. Neste contexto, igrejas são marcadas por burocratização e organização complexa, envolvendo aspectos administrativos, estratificação interna (clerical-laica), distribuição geográfica ordenada, formalização teológico-dogmática das crenças, desenvolvimento de legislação formal sobre práticas, usos, costumes e a ritualização

²³⁸ WEBER, Max (1864-1920). A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. Apresentação e edição: Antônio Flávio Pierucci, São Paulo/SP: Cia das Letras, 2004

de cultos e orações; bem como, por uma composição feita de membros integrados majoritariamente por nascimento/batismo e pouquíssimos por conversão. Neste sentido, “as igrejas tem uma estrutura formal, com uma hierarquia de autoridades religiosas” (GIDDENS, 2012, p.796). Uma igreja é uma instituição burocrática e religiosa que se acomodou à sociedade e cultura dominante, com uma hierarquia evidente e regras claramente definidas (BRYM *et al.*, 2008). Para Pierre Bourdieu (1986), as Igrejas visam preservar um monopólio de um capital de graça institucional ou sacramental pelo controle de acesso aos meios de produção, de reprodução e de distribuição dos bens de salvação; são sistemas religiosos majoritários em conformidade com as instituições primordiais (políticas, econômicas, educativas) da sociedade ou Estado. As Igrejas apresentam proselitismo (esforço contínuo para converter- “evangelizar” alguém, fazendo com que essa pessoa pertença a determinada religião, seita, doutrina; catequese) genérico, de caráter universalista e não muito ativo. “Em sociedades onde há união, direta ou indiretamente, entre poder político e eclesiástico, a Igreja é considerada como a única instituição religiosa oficial, ou seja, uma instituição hierarquizada e burocratizada e detentora do monopólio dos bens simbólicos religiosos, enquanto que a seita é um grupo de protesto, que se nega a aceitar a [suposta] ‘verdadeira’ fé” (RODRIGUES²³⁹, 2011, p.21).

Para refletir: Você está vinculado a uma Igreja? É igreja mesmo, tem certeza? Que rituais e hierarquias são nela institucionalizados?

²³⁹ RODRIGUES, Donizete. Novos movimentos religiosos: realidade e perspectiva sociológica. Revista AntHropológicas, [S.l.], v. 19, n. 1, set. 2011. ISSN 2525-5223. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/23660/19316>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

Imaginação sociológica:

A maioria das pessoas tem sua leitura de mundo limitada a sua história individual (vê o mundo a partir do seu próprio umbigo), associada com o local em que sua vida transcorre, confinada aos limites de sua experiência pessoal, as suas rotinas familiares e cotidianas e ao que é fato e verdade para as pessoas com quem convive. Por isso, vivem suas vidas sem perceberem como as coisas que lhes acontecem estão conectadas a um contexto social, histórico e político mais amplo – ou seja, não relacionam seus problemas com os problemas da sociedade como um todo. Cada problema individual, como ficar desempregado, sofrer para estudar para o ENEM, ficar endividado, é visto como algo pessoal-exclusivo e não em termos das forças e características específicas e mutáveis do momento histórico. Ser capaz de perceber a interação entre o eu e mundo, entre homem e sociedade, entre biografia e história, como se você olhasse a si próprio e o seu contexto social de cima e conectasse estes elementos, é imaginação sociológica. Trata-se de pensar os problemas pessoais em termos de questões sociais maiores. Charles Wright Mills (1916 -1962), sociólogo norte-americano, autor da obra “A Imaginação Sociológica” (1959), é o responsável pela consolidação deste conceito na Sociologia. Mills (1965) defende o entendimento de que os seres humanos só podem compreender sua existência e analisar seu futuro percebendo-se parte de um determinado contexto social. Assim, percebemos que nossas ações influenciam e são influenciadas pela dinâmica da sociedade; o que nos permite olhar além da estrita esfera da vida privada. Para Mills²⁴⁰ (1965), “para compreender as modificações de muitos ambientes pessoais, temos necessidade de olhar além deles”. Assim, para este autor, a imaginação sociológica promete a capacidade de mudar de perspectiva, de estabelecer relações entre as diferentes esferas que compõem o humano e social. Trata-se da

²⁴⁰ MILLES, C. W. [1959] A Imaginação Sociológica. 1.ª ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1965

“aplicação do pensamento imaginativo para fazer responder perguntas sociológicas. A imaginação sociológica leva o indivíduo ‘se perder no pensamento’ em relação às rotinas familiares da vida cotidiana” (GIDDENS, 2012, p.796).

Para refletir: o momento histórico e o contexto social em que você vive apresentam “verdades” e valores que ajudam a formar quem você é. Ampliando o “zoom” histórico, social e político, você percebe como sua vida poderia ser diferente e como as verdades de seu contexto são relativas e dependentes de características exclusivas a ele. Se pensar sua vida individual em termos de questões sociais maiores possibilita ver outras formas e possibilidades de vida, é possível imaginação sociológica sem reflexão sobre seus valores e verdades? O que a imaginação sociológica pode provocar em termos individuais?

Imperialismo midiático:

a palavra império remete a um território submetido à autoridade de um imperador, dominado por uma pessoa ou conjunto de pessoas. O conceito de imperialismo midiático está associado com esta ideia de domínio de um território e se conjuga com a indicação de um conjunto de meios de comunicação com poder de domínio cultural de outras mídias e espaços culturais. Trata-se de “uma versão de imperialismo possibilitada pela tecnologia das comunicações, que alguns afirmam ter produzido um império cultural onde o conteúdo oriundo de países industrializados é imposto sobre nações que não possuem os recursos necessários para manter sua independência cultural” (GIDDENS, 2012, p.796). Refere-se ao “processo pelo qual a propriedade, estrutura, distribuição ou conteúdo dos meios de comunicação de massa ficam submetidos, em determinado país, a fortes pressões por parte

da mídia, que representa os interesses de um ou vários países” (MATTELART²⁴¹, 1994, p. 209). O conceito de imperialismo denota um desequilíbrio nas relações de poder entre os países, que se manifesta na mídia, nos meios de comunicação de massa, que controlam ou influenciam as informações e produções culturais de países com menor poder, gerando efeito de “imagem deturpada” dos países pobres nos noticiários e enaltecendo as características supostamente melhores dos países ricos.

Para refletir: você consegue perceber associações entre o apresentado por nossos canais de televisão, youtubers, jornais e determinadas posições ideológicas ou grupos com poder? Que grau de independência em relação a mídia internacional você atribuiria aos meios de comunicação que você acessa, assiste ou lê?

Imperialismo:

“política de expansão da dominação de uma nação por meio da intervenção direta nos assuntos de outros países, confisco de território e sujeição do povo, como forma de construir um império” (KELLY *et al.*, 2013, p.341). “Processo sociopolítico que tem início de forma parasitária, a partir da dominação militar, e aos poucos estabelece uma hierarquia de nações sobre outros povos, culturas ou territórios. Em sua fase mais recente, o imperialismo combina o poder de intervenção na política e militar das grandes potências e o poder de grandes monopólios econômicos e financeiros” (SCURO, 2004, p. 226). Trata-se da “dominação econômica e política que um país exerce sobre outros povos. Essa relação pode ser formal, mediante acordos e tratados, ou informal, por força das relações comerciais, diplomáticas (SILVA *et al.*, 2016, p. 271). O

²⁴¹ MATTELART, Armand. Comunicação-Mundo: história das ideias e das estratégias. Petrópolis: Vozes, 1994.

imperialismo é parte do sistema capitalista mundial. O revolucionário comunista e teórico Vladimir Ilich Lênin (1870-1924), é um autor clássico no estudo do imperialismo. Na obra “O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo”, Lenin²⁴² (1986, p.642) demarca que o imperialismo “é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exploração de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes”. Para Lênin, no capitalismo [capitalismo financeiro ou monopolista] , o processo de concentração de riqueza fez surgir organizações burguesas que expressam a interpenetração do capital bancário com o capital industrial, em que bancos passaram a controlar grandes empresas norte-americanas e europeias, promovendo a formação de grandes reservas de capitais e a internacionalização destas empresas, a expansão de empresas com tanto capital e poder que apresentavam controle exclusivo de um mercado, negócio, produto ou serviço. Neste contexto, o poder oriundo da concentração de riquezas transcendeu a esfera da produção e do mercado e passou a operar também no âmbito das determinações políticas, ao nível mundial. Por isso, o imperialismo não é somente a tendência do capitalismo para expansão ou conquista de mercados estrangeiros, mas também para o domínio político destes países.

Para refletir: como o imperialismo se manifesta nas relações das grandes nações com o Brasil atual?

²⁴² LÊNIN, Vladimir Ilich. **O Imperialismo:** Etapa Superior do Capitalismo. São Paulo: Alfa Omega, 1986.

Indicador Social:

“Os indicadores empregados para medição dos fenômenos sociais são conhecidos por ‘indicadores sociais’ ou ‘indicadores socioeconômicos’, que, por sua vez, incluem os indicadores educacionais. Os indicadores quantitativos englobam todas as formas de medição dos fenômenos estudados pelas diversas ciências praticadas pelo homem (SOLIGO²⁴³, 2012, p.16). Um indicador é uma medida, geralmente estatística, usada para traduzir quantitativamente uma realidade social abstrata e informar algo sobre determinado aspecto da vida social, para fins de pesquisa ou visando a formulação, monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas. Trata-se, portanto, de “medir e transformar essas medidas em índices utilizados para revelar e sinalizar diversos aspectos da sociedade” (SOLIGO, 2012, p.14). Ou, em outras palavras, de “medida quantitativa de significado social. É um recurso metodológico que informa sobre mudanças que estejam ocorrendo” (SILVA, *et al.*, 2013, p. 247). Inicialmente os indicadores sociais eram puramente econômicos ou desenvolvidos em abordagens que consideravam características restritas e facilmente quantificáveis, mas, gradativamente, desenvolveu-se instrumentos de mensuração do bem-estar e da mudança social, com alta complexidade e considerando inúmeras variáveis. São exemplos de indicadores sociais a Taxa de Desemprego, o índice de Gini (coeficiente de Gini), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Felicidade Humana (FIB), adotado no Butão. Acredita-se que com sistemas abrangentes de indicadores sociais, é possível organizar melhor as ações dos governos. Desde 1998, anualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, publica uma síntese de Indicadores Sociais. Recentemente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, produzida e publicada pelo IBGE, passou a ser a

²⁴³ SOLIGO, V. Indicadores: Conceito e Complexidade do Mensurar em Estudos de Fenômenos Sociais. *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 23, n. 52, p. 12-25, mai./ago. 2012

principal fonte de indicadores sociais sobre o Brasil. A periodicidade da PNAD é anual, exceto nos anos de realização do Censo Demográfico, que acontece a cada 10 anos.

Para refletir: qual o perigo do desenvolvimento e execução de políticas públicas sem o conhecimento de indicadores sociais relativos ao contexto em que estas políticas estejam sendo aplicadas? Por que é importante que instituições como o IBGE tenham autonomia e independência para desenvolvimento de coleta e divulgação de indicadores sociais?

Índice de Desenvolvimento Humano [IDH]:

é uma unidade de medida utilizada para indicar o nível de desenvolvimento de uma determinada sociedade em aspectos como educação, saúde e renda. O IDH é um indicador elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), desenvolvido pelo paquistanês Mahbub Ul Haq e pelo indiano Amartya Sen. O IDH “leva em conta o PIB [produto interno bruto] *per capita* - em dólares -ajustados ao poder de compra no país, a saúde e a educação, todos com o mesmo peso de 1/3. A saúde é medida pela esperança de vida ao nascer. Na educação, se mede a taxa de matrícula combinada (peso de 1/3) com a taxa de alfabetização de pessoas com mais de 15 anos (peso de 2/3). O resultado é ordenado segundo valores obtidos no cálculo, assumindo valores relativos que vão de 0 - pior situação de desenvolvimento humano - até 1, melhor situação de desenvolvimento humano” (SILVA e PANHOCA²⁴⁴,

²⁴⁴ SILVA, Olga Maria Panhoca da; PANHOCA, Luiz. A contribuição da vulnerabilidade na determinação do índice de desenvolvimento humano: estudando o estado de Santa Catarina. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 5, p. 1209-1219, Oct. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000500018&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000500018>.

2007, p.1210). O IDH tem como objetivo "oferecer um contraponto ao PIB *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento". Anteriormente ao IDH, o Produto Interno Bruto (PIB), era considerado o principal indicador do desenvolvimento econômico de uma sociedade. Mas o PIB tem sido substituído ou complementado pelo IDH, porque demonstrava-se cada vez menos apropriado para indicar desenvolvimento socioeconômico. Em vários países, muitas vezes, apesar do aumento significativo do PIB, verifica-se a persistência de altos níveis de pobreza e acentuaram-se as desigualdades sociais. Essas desigualdades não passam despercebidas no IDH.

Para refletir: em 2020, com IDH de 0,710, o Brasil encontrava-se na octogésima quarta (84^a) posição no ranking mundial, em uma escala decrescente (do melhor para o pior), dentre 189 países. Que ações governamentais você considera necessárias para melhorarmos esta posição?

Índice de Felicidade Bruta [FIB]:

é um indicador sistêmico desenvolvido em 1972, no Butão, pelo Quarto Rei Dragão Jigme Singye Wangchuck, chefe de Estado da época, em contraposição a outros índices, como o PIB, e ao modelo socioeconômico moderno de busca pelo acúmulo de bens de consumo. O FIB é baseado na premissa de que o objetivo principal de uma sociedade não deveria ser somente o crescimento econômico, mas a integração do desenvolvimento material com o psicológico, o cultural e o espiritual – sempre em harmonia com o meio ambiente. “O objetivo do Felicidade Interna Bruta (FIB) é medir o que dá o nome ao índice, mas de forma que os seus próprios resultados, nas variadas áreas que produzam efeito sobre o bem-estar dos cidadãos, sejam revertidos mediante políticas

públicas a isso ajustadas” (OLIVEIRA²⁴⁵, 2016, p.65). Assim, desdobra-se este índice em nove domínios que abrangem trinta e três indicadores. Os nove domínios citados são os seguintes: 1. bem-estar psicológico; 2. saúde da população; 3. uso do tempo (tempo para lazer, amigos, família, trabalho, estudo); 4. vitalidade comunitária (examina o nível de confiança, a sensação de pertencimento, a vitalidade dos relacionamentos afetivos, a segurança em casa e na comunidade, a prática de doação e de voluntariado); 5. educação; 6. cultura (avalia as tradições locais, festivais, valores nucleares, participação em eventos culturais, oportunidades de desenvolver capacidades artísticas, e discriminação por causa de religião, raça ou gênero); 7. meio ambiente (mede a percepção dos cidadãos quanto à qualidade da água, do ar, do solo, e da biodiversidade, acesso a áreas verdes, sistema de coleta de lixo, etc.). 8. governança (avalia como a população enxerga o governo, a mídia, o judiciário, o sistema eleitoral, e a segurança pública, em termos de responsabilidade, honestidade e transparência); 9. padrão de vida (avalia a renda individual e familiar, a segurança financeira, o nível de dívidas, a qualidade das habitações, etc.). “O FIB é criado a partir de dois números: a percentagem de pessoas felizes e a percentagem de domínios em que pessoas ainda não felizes possuem suficiência” (OLIVEIRA, 2016, p.67).

Para refletir: na sua opinião, tem alguma relevância tentar mensurar a felicidade? É possível fazer políticas voltadas para a felicidade e o bem-estar da população?

²⁴⁵ OLIVEIRA, P., *et. al.* (2016). Os índices de bem-estar e felicidade como alternativas para a mensuração do desenvolvimento dos países. In: COSTA, R. S. et al. (Orgs.) Debates Interdisciplinares VII. Palhoça : Ed. Unisul, 2016, p. 61-84.

Indústria cultural:

este conceito, formado pela união das palavras “indústria” e “cultura” aponta inicialmente para a cultura produzida nos moldes típicos de produção das fábricas. Ora, a indústria é uma organização que busca a manipulação e a exploração de uma ou mais matérias-primas com a finalidade de produzir bens consumíveis e comercializáveis, já a cultura (vide cultura) é o conjunto de elementos que caracterizam um povo. Sendo assim, a indústria cultural é uma fábrica de cultura padronizada, de cultura de massa, da cultura produzida e distribuída pelos meios de comunicação de massa, que cultiva falsas necessidades que só podem ser atendidas e satisfeitas pelo consumismo. O termo foi criado no seio da Escola de Frankfurt (Alemanha) por pensadores como Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895- 1973), de inspiração marxista. Adorno e Horkheimer escreveram “A indústria cultural: o iluminismo como mistificação das massas²⁴⁶, apontando que os processos de industrialização atingiram também a produção artística, submetendo a arte e a cultura às imposições de mercado, transformando-as em algo como uma mercadoria qualquer, como um pacote de bolachas ou uma geladeira. Neste contexto, como em indústrias, a produção artística atingiu o formato de produção em série, com traços homogeneizantes (que torna as coisas uniformes, padronizadas, iguais). Ou seja, a produção artística e cultural foi padronizada, para atender aquilo que é considerado demanda ou expectativa do perfil médio de consumidores. Refere-se a padronizar e homogeneizar os produtos, para que possam ser consumidos pela maioria das pessoas. Desta forma, a arte crítica, a arte que provoca reflexão, perdeu lugar e espaço para o entretenimento raso e lucrativo. Portanto, Indústria

²⁴⁶ HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor. **A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas.** In: LIMA, Luiz Costa. Teoria da cultura de massa. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/ADORNO.pdf?1349568504>

Cultural é um conceito que se refere à produção e uso da cultura como um produto industrial, retirando da arte e da cultura suas características principais de leitura e crítica da realidade. Trata-se de “conjunto de empresas vinculadas à classe dominante que tem como função ‘produzir’ cultura” (SILVA *et al.*, 2016, p. 81).

Para refletir: do “Programa do Ratinho” ao “BBB”, como somos empobrecidos culturalmente e/ou estimulados a não pensar e a diminuir nossas tensões através do consumo?

Inflação de credenciais:

É a exigência de credenciais (certificados e diplomas) claramente superiores às necessidades da ocupação/ do emprego-trabalho. Ex.: a vaga é para porteiro, mas pedem curso de Administração com Mestrado em Análise do Discurso e domínio de duas línguas estrangeiras. Ou seja, o conceito remete “ao fato de que são necessários cada vez mais certificados e diplomas para que alguém seja considerado qualificado para um determinado trabalho” (BRYM *et al.*, 2008, p.429). Tal inflação representa desperdício social, porque leva as pessoas a buscarem certificados e diplomas que não representam ganhos na economia material e/ou ganhos pessoais e que, muitas vezes, só são úteis (só são “consumidos” pelo mercado) no processo seletivo. “Posteriormente, há subutilização do conhecimento pelos indivíduos em empregos que exigem, de fato, menor qualificação. Logo, a ‘superqualificação’ tende a frustrar expectativas, elevar a competição no mercado e reduzir o valor das credenciais (redução salarial)” (PEREIRA²⁴⁷,

²⁴⁷ PEREIRA, Orcione Aparecida Vieira. Desigualdades de Oportunidades Educacionais: Perspectivas Teóricas Contemporâneas. Revista Pesquisa e Debate em Educação 6.1 (2017). Disponível em: <http://revistappgp.caeduff.net/index.php/revista1/article/view/138>

2017, p.15). Trata-se de demandas supérfluas de titulação que são intensificadas pela competição por posições de trabalho.

Para refletir: a história de que todo o conhecimento é válido pode ser uma armadilha para jovens pobres que precisam ganhar a vida e que possuem poucos recursos temporais e financeiros para investirem em formação profissional. Você consegue identificar o que é verdadeiramente necessário saber, conhecer e dominar para atuar na área profissional de seu interesse?

Informalização do trabalho:

trata-se do processo por meio do qual o trabalho e o trabalhador são incitados a transitar de uma condição de emprego com direitos sociais e trabalhistas, com carteira de trabalho e redes de proteção social, para empregos desprovidos das proteções do vínculo empregatício. Não há vínculo formal entre patrão e empregado (registro em carteira de trabalho), ou há uma condição de subcontratação, em tempo parcial, ou contratos por período temporário, terceirizados, com pouco acesso a direitos sociais e trabalhistas. O termo informalização refere-se, portanto, ao aumento do trabalho em tempo parcial, temporário, subcontratado, degradado, precarizado, terceirizado e vinculado à economia informal (SILVA *et al.*, 2016, p. 76). De acordo com Antunes²⁴⁸ (2015, p.40), “se a informalidade (que em nosso entendimento ocorre quando o contrato de trabalho não obedece à legislação social protetora do trabalho) não é sinônimo de precarização, sua vigência

²⁴⁸ ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 28, n. 81, pág. 39-53, agosto de 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000200004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 de janeiro de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000200004>.

(da informalidade) amplia e intensifica ainda mais o processo de precarização. E os mais diversos mecanismos de flexibilização do trabalho têm sido importante instrumental utilizado pelas empresas para burlar a legislação social do trabalho”.

Para refletir: a informalização do trabalho afeta especialmente os mais jovens. Aqueles em busca do primeiro trabalho acabam tendo que se submeter a empregos sem registro, em condições temporárias e/ou de terceirização. Neste contexto, o jovem fica em condição vulnerável para reivindicar direitos como férias, décimo terceiro, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), pagamento diferencial de hora extra, seguro desemprego e/ou multa rescisória. Mesmo assim, não é incomum ver jovens defendendo a informalização do trabalho, hipnotizados pelos discursos de flexibilização que defendem que menos direitos representam mais empregos ou empregos para todos. Tem sentido o jovem (pobre e trabalhador) defender a informalização do trabalho?

Infraestrutura/superestrutura:

trata-se de conceitos de Karl Marx que refletem sua posição de que as sociedades são organizadas em torno da produção material. Neste contexto, infraestrutura é a esfera da produção material, que produz os bens que satisfazem as necessidades materiais. “É a estrutura econômica formada **pelas** relações de produção e forças produtivas” (LAKATOS, 1985, p.315). É a base da superestrutura. “Já a superestrutura representa o conjunto das ideias, das leis, das religiões, da moral e das organizações políticas existentes em uma sociedade” (SILVA *et al.*, 2016, p. 76). A superestrutura repousa sobre a infraestrutura. Ou seja, diferentes formas de organização material dos processos produtivos, de satisfação das necessidades materiais (infraestrutura), produzem diferentes formas de

organização do mundo das ideias, da religião, do Estado, da política (superestrutura). Por exemplo, entre uma sociedade feudal, pautada na produção agrícola e uma sociedade capitalista industrial, as diferenças não se dão apenas na infraestrutura, mas também na superestrutura, justamente porque cada uma das infraestruturas destas sociedades, produz/sustenta um “tipo” de superestrutura. Com estes conceitos Marx se contrapõe à ideia dominante de que o desenvolvimento da razão humana, por si só, modificaria o mundo. Para ele, para o mundo mudar, era também necessário modificar a infraestrutura. “A metáfora do edifício – base (infra-estrutura) e superestrutura – é usada por Marx e Engels para apresentar a ideia de que a estrutura econômica da sociedade (a base ou infraestrutura) condiciona a existência e as formas do ESTADO e da consciência social (a superestrutura). [...] Mas o caráter da relação entre base ou infraestrutura e superestrutura é mais complexo do que essas formulações poderiam levar a crer. Marx tem consciência de que a determinação da infraestrutura pode ser mal entendida como uma forma de reducionismo econômico. É por isso que ele caracteriza também essa relação como histórica, desigual e compatível com a eficácia da superestrutura” (BOTTOMORE²⁴⁹, 2003, p. 27).

Para refletir: se for válida a premissa de que é necessária a modificação da infraestrutura (forças produtivas, meios de produção [terra, fábrica, tecnologias] e relações de produção) para a mudança da superestrutura (Estado, Direito, Cultura, Religião, Arte, Moral, normas, ideologias, leis, existência) basta mudar formas de pensar para mudar a realidade? A consciência determina a existência (em seus aspectos materiais) ou a existência determina a consciência?

²⁴⁹ BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1983. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf

Instituições sociais:

Instituição social é uma configuração ordenada de padrões de práticas, comportamentos, normas e valores que se manifestam como estrutura permanente de delimitação das características e componentes de organizações e grupos importantes para a sociedade humana. Instituições sociais são padrões e normas que se aplicam aos diferentes grupos existentes em uma sociedade. “Instituições são padrões sociais” (TURNER²⁵⁰, 2000, p.121). “As instituições são imperativas; são padrões desenvolvidos que dirigem a todos nós em toda a nossa vida (CHARON, 2002, p. 28). A linguagem, a família, a religião, a economia, a educação e as instituições políticas, são nossas instituições sociais básicas. Para Berger e Luckman (2008) as instituições se configuram como um conjunto articulado de ideias, normas, valores e sentimentos, socialmente estabelecidos, que orientam a ação em campos específicos da conduta humana. Conforme O’Donnell (1991, p.27) “instituições são padrões regularizados de interação que são conhecidos, praticados e aceitos regularmente (embora não necessariamente aprovados normativamente) por agentes sociais dados, que, em virtude dessas características, esperam continuar interagindo sob as regras e normas incorporadas (formal ou informalmente) nesses padrões”²⁵¹. Para Durkheim (2007, p. 15) instituições sociais são “o conjunto de regras e procedimentos padronizados socialmente, reconhecidos, aceitos e sancionados pela sociedade, cuja importância estratégica é manter a organização do grupo e satisfazer as necessidades dos indivíduos que dele participam. As instituições são, portanto, conservadoras por essência: quer seja família, escola, governo, polícia ou qualquer

²⁵⁰ TURNER, Jonathan H. **Sociologia** Conceitos e Aplicações. São Paulo: Markon, 2000.

²⁵¹ O’DONNELL, Guillermo. Democracia delegativa? *Novos Estudos*, São Paulo, n. 31, p. 25-40, out. 1991. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4948546/mod_resource/content/1/O%E2%80%99DONNELL%20Democracia%20delegativa%20%20Novos%20Estudos%20CEBRAP%20S%C3%A3o%20Paulo.pdf

outra, elas agem fazendo força contra as mudanças, pela manutenção da ordem". Berger e Berger²⁵² (1999, p.193) definem instituição social "como um padrão de controle, ou seja, uma programação da conduta individual imposta pela sociedade". Ela se configura como um padrão compartilhado de ações cotidianas em esferas específicas da vida social. A transmissão do padrão de geração para geração, estabelece a constituição das instituições. Para Berger e Berger (1999) elas apresentam cinco características básicas: 1. exterioridade: são experimentadas como algo dotado de realidade exterior, são externas à consciência individual. Por isso mesmo, são objetivas em relação a essa mesma consciência, exercendo sobre ela coerção legitimada por um conjunto de valores sociais estabelecidos.; 2. objetividade: as instituições são experimentadas como possuidoras de objetividade - "alguma coisa é objetivamente real quando todos (ou quase todos) admitem que de fato a mesma existe, e que existe de uma determinada maneira. Este último aspecto é muito importante. Existe um inglês *correto* e um inglês *incorreto* - e isso permanece assim, *objetivamente* assim" ; 3. coercitividade: as instituições são dotadas de força coercitiva. Em certa medida, esta qualidade está implícita nas duas que já enumeramos: o poder essencial que a instituição exerce sobre o indivíduo consiste justamente no fato de que a mesma tem existência objetiva e não pode ser afastada por ele; 4. autonomia moral: as instituições têm uma autoridade moral. Invocam um direito à legitimidade, reservam-se ao direito de não só ferirem o indivíduo que as viola, mas ainda o de repreendê-lo no terreno da moral; 5. Historicidade: uma instituição existe no tempo e se realiza na história. Não são apenas fatos, mas fatos históricos; têm uma história. Neste contexto, Berger e Berger (1999, p.196) apontam que a "linguagem é a instituição fundamental da sociedade, além de ser a primeira instituição inserida na biografia do indivíduo. É uma

²⁵² BERGER, P. e BERGER, B. O que é uma instituição social. In: FORACHI, M. M. e MARTINS, J. S. Sociologia e Sociedade. Rio de Janeiro: LTC. 1999. p. 193-199. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4247836/mod_resource/content/1/Berger_%20A%20institui%C3%A7%C3%A3o.pdf

instituição fundamental porque qualquer outra instituição, sejam quais forem suas características e finalidades, funda-se nos padrões de controle subjacente da linguagem”. É importante estabelecer distinção entre as instituições e suas manifestações concretas – o governo é manifestação concreta do Estado, que é uma instituição social; a sua família é uma manifestação concreta da família enquanto instituição, etc. O Estado é a instituição que fornece o esquema de como o governo deve ser exercido, embora cada grupo de ocupantes de cargos que constituem um governo específico possa seguir em graus diferentes suas diretrizes. Da mesma forma, quando falamos de família como a instituição social nos referimos ao que a sociedade estabelece como regras, padrões e normas para definir uma família, mas que pode não ser fato em uma família, como a minha ou a sua (JOHNSON, 1997).

Para refletir: “Os grupos sociais referem-se a pessoas que possuem objetivos comuns e que se encontram em interação social. Já as instituições referem-se às regras e aos procedimentos padronizados de diversos grupos” (DIAS, 2010, p.240). Ao nos referirmos às regras e aos procedimentos que regulamentam a relação entre o pai, a mãe e os filhos, estamos tratando da instituição familiar. Já os membros de uma família, em si, formam um grupo social. As instituições sociais configuram os grupos sociais. As configurações das instituições sociais, marcadamente conservadoras, quando alteradas, tendem a provocar algum tipo de reação?

Instituições totais (institucionalização):

instituições fechadas ao mundo exterior, separadas/isoladas da sociedade por paredes e muros altos, cercas, guardas, portas fechadas, arames farpados, fossos, florestas e por vezes, pela própria posição geográfica, etc. São instituições com barreiras à

relação social com o mundo externo. “Em tais instituições, todos esses aspectos da vida [(o descanso, o lazer e o trabalho)] são realizados no mesmo local, sob uma única autoridade, na companhia imediata de outros co-participantes e com um plano racional geral, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição (GOFFMAN, 1987, p. 18). Como sistemas sociais (vide sistemas sociais) isolados, manicômios, campos de concentração, conventos, quartéis, prisões, monastérios, internatos, são exemplos de instituições totais. Aqueles que vivem em instituições totais geralmente experimentam longos tempos de isolamento do mundo externo, voluntariamente ou não. Por estas características, instituições totais funcionam de forma peculiar, como verdadeiros “mundos paralelos”. O ex-funcionário de uma manicômio e sociólogo Erving Goffman (1822-1982), na obra “Manicômios, prisões e conventos²⁵³” (originalmente publicada em 1961), destaca que um dos primeiros processos que as instituições totais fazem quando recebem novos membros (pacientes ou prisioneiros), é a “mortificação do eu”. Ou seja, a substituição da identidade prévia pela identidade organizacional (identidade da organização a que a pessoa institucionalizada é submetida). Assim, o cabelo é raspado, os bens pessoais são apropriados, a roupa é substituída por uma roupa padronizada, os movimentos são restritos e algumas vezes a pessoa é medicada. Trata-se de tirar da pessoa o seu “senso de eu”, de identidade, para forçá-la a construir “nova identidade” e se adaptar à forma de funcionar da instituição. Posteriormente, se adota um sistema de privilégios, punições e recompensas (como o direito de trabalhar na cozinha) para manter os institucionalizados obedientes e dar a eles possíveis propósitos. Não raramente, de acordo com Goffman (1987), a instituição domina tão profundamente o interno, que produz um processo de “conversão”, ou seja, que faz o institucionalizado reconhecer a instituição como o lugar dele no mundo, a assumir a identidade que o outorgam na instituição. Além disso, na instituição total

²⁵³ GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1987.

existe uma vida secreta que habita os espaços e momentos que a instituição não consegue controlar e que possibilita aos institucionalizados criarem regras paralelas às da própria instituição. Essas regras, às vezes, são complexas: transformam produtos alimentícios em moeda, criam um sistema de estratificação social e hierarquia, produzem sistemas de formação de casais, crenças, valores e padrões comportamentais. Geralmente, esse mundo paralelo é propositadamente “não visto” pela instituição, que faz “vista grossa” porque entende que ele cumpre uma função dentro da instituição total. Com estas características, Goffman (1987) alega que as instituições totais não atuam verdadeiramente para o melhor interesse dos internos e/ou dos que colocaram lá, que na verdade muitas vezes elas se autolegitimam, justamente fortalecendo “o problema” que levou a pessoa a ser institucionalizada. O estudo de Erving Goffman foi fundamental tanto para o movimento antimanicomial, quanto para revisão de práticas das instituições totais, com mais ênfase na não retirada plena dos institucionalizados da vida em sociedade.

Para refletir: até pouco tempo, quem não se ajustava às características e comportamentos padrões da sociedade, seja por que apresentava uma deficiência (visual, auditiva, física ou intelectual), um transtorno ou outra especificidade, era retirado da escola regular e encaminhado exclusivamente para a Escola Especial (tal como a APAE-Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Esperava-se que a Escola Especial preparasse a pessoa nela internada para a vida em sociedade. Como as ideias de Goffman sobre as Instituições Totais nos ajudam a entender as dificuldades da Escola Especial em preparar as pessoas para serem incluídas na sociedade?

Inteligência emocional:

É “a capacidade dos indivíduos para utilizarem as suas emoções para desenvolverem qualidades como a empatia, o autocontrole, o entusiasmo e a persistência” (GIDDENS, 2012, p.706). Trata-se da “[...] capacidade de identificar os nossos próprios sentimentos e os dos outros, de nos motivarmos e de gerir bem as emoções dentro de nós e nos nossos relacionamentos” (GOLEMAN²⁵⁴, 2001, p. 337). Embora o conceito de Inteligência emocional seja oriundo da Psicologia, associado com ideais como os de Daniel Goleman (psicólogo e jornalista estadunidense) e com teorias como a das inteligências múltiplas, ele (o conceito) é relevante para a Sociologia porque contribui para questionar as primeiras definições da Inteligência, socialmente excludentes. Inicialmente o estudo científico da inteligência foi marcado pela Psicometria, uma perspectiva que presume que a inteligência é uma habilidade mental inata e fixa, cujo grau de intensidade está associado com raciocínio lógico matemático e habilidades linguísticas, e que pode ser medida através do desempenho em testes (como os testes de QI-Quociente de inteligência, disponíveis na Internet). Só posteriormente se consolidam interpretações que indicam a associação entre aspectos sociais e a inteligência, bem como apontam que a inteligência é um fenômeno mais complexo do que o contemplado em aspectos linguísticos e matemáticos, abrangendo aspectos corporais, afetivos, interpessoais, espaciais, musicais, existenciais, etc.

Para refletir: o que é ser inteligente? A inteligência emocional tem importância para a vida em sociedade? Em que circunstâncias sociais podemos desenvolver inteligência emocional?

²⁵⁴ GOLEMAN, D. Trabalhando com a Inteligência Emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Interacionismo simbólico:

O interacionismo simbólico representa um dos capítulos mais importantes da chamada sociologia americana (norte-americana). Ele começou a se constituir entre os anos 1930 e 1940 e desenvolveu-se durante as duas décadas seguintes. Inicialmente a Universidade de Chicago (vide Escola de Chicago) foi o berço dos intelectuais associados com o interacionismo simbólico. O filósofo americano George Mead (1863-1931), pode ser considerado o principal precursor e inspirador do movimento interacionista. Mead queria demonstrar que a ação de cada pessoa só obteria seu sentido através da ação de outra pessoa; que a interação social não se dá por reação direta às ações e gestos do outro, mas mediante uma interpretação dessas ações ou gestos com base no significado que lhes é atribuído; ou seja, que o significado das ações sociais emana das atividades dos indivíduos à medida que estes interagem. Com objetivos similares ao de George Mead, o interacionismo simbólico é uma perspectiva teórica e metodológica que estabelece que uma explicação adequada do comportamento social requer a compreensão dos significados subjetivos que as pessoas atribuem às suas circunstâncias. Bem como, que enfatiza que as pessoas ajudam a criar suas circunstâncias sociais e não simplesmente reagem a elas. Desta forma, esta perspectiva se concentra na comunicação interpessoal em ambientes microssociais (BRYM *et al.*, 2008). Assim, o interacionismo simbólico consiste numa perspectiva sociológica que se debruça sobre os sentidos e intenções subentendidos ou implícitos à ação social. “Para os interacionistas simbólicos, o significado é um dos mais importantes elementos na compreensão do comportamento humano, das interações e dos processos sociais. Os interacionistas argumentam que, para alcançar uma compreensão plena do processo social, o investigador precisa se apoderar dos significados que são experienciados pelos participantes em um contexto

particular” (CARVALHO, BORGES e REGO²⁵⁵, 2010, p.153). Tem-se então, de acordo com Blumer²⁵⁶ (1982, p.2), que o interacionismo simbólico fundamenta-se em três premissas. São elas: 1. O ser humano orienta seus atos em direção às coisas em função do que estas significam para ele; 2. O que cada coisa significa surge como consequência da interação social que cada um mantém com as pessoas com que interage. 3. Os significados se modificam mediante um processo interpretativo desenvolvido pela pessoa ao defrontar-se com as coisas que vai encontrando em seu caminho.

Para refletir: se criamos e modificamos os significados de nossas ações em interações sociais e se o significado das ações sociais emana das atividades dos indivíduos à medida que estes interagem, é possível e correto atribuir um significado para a ação de outro, de outra cultura e grupo social, sem conhecer o contexto de interação a que o outro está submetido?

Interação Social:

trata-se de processo de influência recíproca ou unilateral entre duas ou mais pessoas. Ocorre quando duas ou mais pessoas estão em contato entre si e estabelecem alguma forma de comunicação. Na interação social o que uma pessoa faz ou comunica interfere nas ações e palavras de outra(s) pessoa(s). A interação social decorre do encontro (virtual ou presencial) entre duas ou mais pessoas, pressupondo comunicação entre elas. “Ação social mútua é interação

²⁵⁵ CARVALHO, Virgínia Donizete de; BORGES, Livia de Oliveira; REGO, Denise Pereira do. Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos em Psicologia Social. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 146-161, 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000100011&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Jan. 2021.

²⁵⁶ BLUMER, H. El interaccionismo simbolico: perspectiva y metodo. Barcelona: Hora, 1982.

social” (TURNER²⁵⁷, 2000, p.44). Assim, a interação social “envolve comunicação verbal e não-verbal entre pessoas que agem e reagem orientadas umas pelas outras” (BRYM *et al.*, 2008, p.171). A interação social é o “conjunto das influências recíprocas desenvolvidas entre os indivíduos e entre estes e os grupos sociais” (SILVA *et al.*, 2016, p. 95). Trata-se de “ação social caracterizada por uma orientação imediatamente recíproca” (CARVALHO, BORGES e REGO, 2010, p.156). “As formas de interação se repetem, embora seu conteúdo possa variar. Os diferentes modos de interação social, como a cooperação, a competição e o conflito, são padrões estáveis” (SILVA *et al.*, 2016, p. 95). Recentemente, perante diversas transformações sociais, tem sido criadas novas formas de interação social.

Para refletir: pode o ser humano viver sem interação social?

Interdependência funcional:

“nome dado por Durkheim à dependência recíproca entre as pessoas em sociedades em que há grande divisão do trabalho e trabalhos muito especializados” (MACHADO, AMORIM e BARROS, 2016, p.23). De acordo com Durkheim (1995), nas sociedades industriais, ao contrário do que acontecia em sociedades feudais, há uma acentuada fragmentação do trabalho, uma diversificação dos papéis e das funções das atividades sociais. Neste contexto, as pessoas exercem funções profundamente distintas, mas complementares entre si. Professores, mecânicos, operários, pedreiros, marceneiros, comerciantes, pintores, políticos, arquitetos, engenheiros, médicos, agricultores desenvolvem atividades distintas, ao mesmo tempo em que constituem relações de mútua dependência, em que um precisa do outro. Esta mútua dependência funda novas bases para a coesão

²⁵⁷ TURNER, Jonathan H. **Sociologia** Conceitos e Aplicações. São Paulo: Markon, 2000.

social, um novo tipo de solidariedade social (solidariedade orgânica). Se antes da acentuada divisão do trabalho eram crenças que asseguravam a unicidade dos sujeitos - a Solidariedade Mecânica-, com a divisão do trabalho decorrente dos processos de industrialização e especialização laboral, é a interdependência que produz coesão social - a Solidariedade Orgânica- “que faz a cola que unifica as pessoas em sociedade”.

Para refletir: é possível uma vida sem depender de ninguém? Como a interdependência funcional pode ser coercitiva? Como ela pode nos induzir a condutas demandadas pela sociedade em que vivemos?

Interseccionalidade:

intercruzamento de desigualdades sociais, incluindo classe social, “raça”/etnia, gênero, deficiência e sexualidade, que gera padrões mais complexos de discriminação do que se esses conceitos fossem dimensionados isoladamente (GIDDENS e SUTTON, 2017, p.153). De acordo com Hirata²⁵⁸(2014) desde do início dos anos de 1990 a problemática da "interseccionalidade" foi desenvolvida a partir de herança do Feminismo Negro, especialmente nos países anglo-saxônicos. O livro “Mulheres, raça e classe” (1981), da filósofa socialista estadunidense Angela Davis, é responsável por consolidar este conceito nos estudos sociológicos feministas. Estudos interseccionais, como o de Davis (1981) sugerem que categorias genéricas como “negros”, “classe trabalhadora”,

²⁵⁸ HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 26, n. 1, pág. 61-73, junho de 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005&lng=en&nrm=iso>. acesso em 28 de janeiro de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005> .

“mulheres”, “pessoas com deficiência”, “homens gays”, “latinos”, e assim por diante, são supergeneralizações, uma vez que na vida real elas se entrecruzam, pressupondo análises que considerem este inter cruzamento. A convergência dos estudos de raça/ classe/ gênero em estudos interseccionais que consideram estas três variáveis dá origem ao termo interseccionalidade. Desta forma, a teoria da interseccionalidade contrapõe-se ao “enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual” (BILGE, 2009 citado por HIRATA, 2014, p.63). Um estudo interseccional adota um enfoque integrado entre elementos diversos de diferenciação social, tentando indicar como estes elementos se interseccionam para constituir formas específicas de opressão.

Para refletir: da mesma forma que elementos de diferenciação social podem se interseccionar para produzir desigualdades e opressões, eles também podem se interseccionar para produzir privilégios. Por exemplo, ser rico, branco, homem, hetero, não ser pessoa com deficiência e ser dinamarquês, configura um conjunto específico de privilégios. Como os distintos aspectos de diferenciação social que identificam você se interseccionam para produzir privilégios ou opressões?

Intolerância religiosa:

é a manifestação de preconceito ou discriminação contra pessoas, terreiros, igrejas, templos ou religiões, caracterizada pelo não reconhecimento e respeito a crenças religiosas de terceiros, por perseguições e ofensas a pessoas que apresentam determinada religião. “A intolerância religiosa é um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a crenças e práticas religiosas ou mesmo a quem

não segue uma religião [...]; ela costuma ser caracterizada pela ofensa, discriminação, perseguição, ataques, desqualificação e destruição de locais e símbolos sagrados, roupas e objetos ritualísticos, imagens, divindades, hábitos e práticas religiosas. Em casos extremos, há atos de violência física e que atentam à vida de um determinado grupo que tem em comum determinada crença” (BRASIL²⁵⁹, 2003, p.9-10). No Brasil, as manifestações de intolerância religiosa são crescentes, se relacionam com o racismo e recaem especialmente em relação às religiões de matriz africana. Na tentativa de chamar atenção para a intolerância religiosa no Brasil, a Lei²⁶⁰ nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007, institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, a ser comemorado anualmente em todo o território nacional no dia 21 de janeiro. Assim como racismo e homofobia, quando vira ato, a intolerância religiosa é prática criminosa prevista no Código Penal brasileiro. Prevendo pena de reclusão de um a três anos e multa, em sua nova versão dada pela Lei nº 9.459 de 13 de maio de 1997, a Lei nº 7.716/89, estabelece que devem ser punidos “os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (BRASIL²⁶¹, 1997) e desta forma, mesmo sem esclarecer os precisos contornos de cada uma dessas expressões, indica como criminosos os atos de “Artigo. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação, ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (BRASIL, 1997). Destaca-se, no entanto, que “crítica não é o mesmo que intolerância. O direito de criticar encaminhamentos e dogmas de uma religião, desde que isso seja feito sem desrespeito ou ódio, é assegurado pelas liberdades de opinião e expressão. Mas, no acesso ao trabalho, à escola, à

²⁵⁹ BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Diversidade religiosa e direitos humanos. 3ª ed. Brasília: Editora União Planetária, 2013, p. 9-10

²⁶⁰ BRASIL. Lei nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11635.htm

²⁶¹ BRASIL. Lei nº 9.459 de 13 de maio de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9459.htm

moradia, a órgãos públicos ou privados, não se admite tratamento diferente em função da crença ou religião. Isso também se aplica a transporte público, estabelecimentos comerciais e lugares públicos, como bancos, hospitais e restaurantes (STECK²⁶², 2013, s/p). Neste contexto, impedimento de acesso a espaço físico ou serviço público, recusa de atendimento, não contratar alguém para um trabalho em razão da religião da pessoa; zombar de alguém publicamente por sua crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; e, rebaixar ou menosprezar publicamente ato ou objeto de culto religioso, são situações genéricas que indicam intolerância religiosa. Exemplo de intolerância religiosa: no Rio de Janeiro, no ano de 2015, uma criança com onze anos foi apedrejada, quando saía de um culto de candomblé com sua avó. Aos gritos de “filhote do Belzebu” a menina foi atingida na cabeça, desmaiou, foi levada novamente ao terreiro e lá recebeu os primeiros cuidados. A avó descreveu o que viveu com a neta em uma rede social, indicando que ataques ao terreiro eram frequentes. Na rede social, ela e a neta publicaram foto com um cartaz, no qual se lia “Eu visto o branco da paz. Sou do candomblé. E vc?”.

Para refletir: você é capaz de tecer uma crítica a um dogma de uma religião sem indicar desrespeito a ela? Prove.

Isolamento Social:

O isolamento social pode ser entendido como promoção da ausência de contato ou interação entre grupos ou indivíduos, como separação de pessoas para que as mesmas não interajam com as

²⁶² STECK, Juliana Monteiro. Intolerância religiosa ainda é desafio à convivência democrática. Brasília: Agência Senado, 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/04/16/intolerancia-religiosa-e-ainda-e-desafio-a-convivencia-democratica>

demais. Lakatos (1985) cita diversos tipos de isolamento, tais como, o isolamento espacial e o psíquico. O Isolamento espacial ou físico, é marcado pela ausência de interações, ocasionada por fatores segregadores de caráter geofísico (montanhas, vales florestas, desertos, pântanos, rios, oceanos) ou materiais (grades e muros - INSTITUIÇÕES TOTAIS). O isolamento psíquico diz respeito a um tipo de isolamento que pode ocorrer com o indivíduo completamente inserido no grupo – pois neste caso o isolamento não se dá pela ausência de contato social, mas pela maneira como os contatos acontecem, marcadas pelo distanciamento social. O isolamento habitual, que diz respeito à separação ocasionada pela diferença de hábitos, costumes, usos, linguagem, religião e outros fatores. Neste contexto, para Lakatos (1985) o isolamento social pode ser ativo ou passivo. O isolamento social ativo é escolha do indivíduo que se isola. O isolamento social passivo é fruto da ação de outros, como por exemplo em uma deliberação governamental por conta de uma quarentena. A categoria isolamento social tem sido frequentemente substituída por outras, como exclusão e segregação social, no entanto, volta à tona com a experiência histórica do COVID 19.

Para refletir: mesmo com a ciência apontando que o isolamento e/ou distanciamento social eram necessários para conter a epidemia, vimos muitas pessoas se negando e/ou não conseguindo viver a experiência do isolamento. Na sua experiência pessoal, que dificuldades estão associadas com o isolamento social?

J

Justiça ambiental:

as consequências dos problemas ambientais tem classe social, raça, etnia e gênero. Pessoas pobres, negras, indígenas, mulheres e pessoas com deficiência, vivem a desigual exposição ao risco dos danos ambientais. Por questão de recursos e infraestrutura, uma enchente não atinge de maneira igual favelas e bairros nobres. Um dia quente, intensificado por queimadas e poluição, não afeta da mesma maneira quem tem piscina, ar condicionado e não precisa sair para trabalhar em um ônibus lotado. Diante desta percepção, cunha-se a noção de justiça ambiental. O “movimento pela justiça ambiental (JA) busca, em seu cerne, integrar a dimensão ambiental com as do direito e da democracia através de ações transformadoras. Ele vem se desenvolvendo nas últimas duas a três décadas a partir da luta contra dinâmicas discriminatórias que colocam sobre o ombro de determinados grupos populacionais os malefícios do desenvolvimento econômico e industrial” (PORTO²⁶³, 2020). De acordo com Acselrad²⁶⁴ (2010) a noção de

²⁶³ PORTO, Marcelo Firpo de Souza «Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 93 | 2011. Acesso dia 11 fevereiro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/133>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.133>

²⁶⁴ ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. *Estud. av.*, São Paulo , v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401420100100010&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Feb. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>.

"justiça ambiental" exprime um movimento de ressignificação da questão ambiental que a associa com a construção da justiça social, porque funda-se na constatação de que a questão ambiental se mostra cada vez mais entrelaçada às tradicionais questões sociais do emprego e da renda; e, de que frequentemente a acumulação de riqueza se realiza tendo por base a penalização ambiental dos mais despossuídos. Trata-se de enfatizar a relação entre desigualdade de classe e desigualdade étnica com qualidade ambiental. Justiça ambiental refere-se ao respeito ao direito de que nenhum grupo de pessoas suporte uma parcela desproporcional de degradação ambiental e/ou de consequências dos problemas ambientais. Trata-se da oposição à injustiça ambiental, ou seja, à situação que destina a maior parte das consequências dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, segmentos discriminados e/ou população de baixa renda. Por exemplo, "os grupos de justiça ambiental concentram-se em campanhas contra a implantação de locais para lixo tóxico e incineradores em áreas urbanas, com populações da classe trabalhadora e de minorias étnicas" (GIDDENS, 2012, p.151). O Racismo Ambiental é um dos fenômenos que reflete a falta de justiça ambiental que predomina em diferentes sociedades.

Para refletir: porque podemos afirmar que os problemas ambientais têm classe social? Ou melhor: como os problemas ambientais afetam desigualmente pessoas de distintas classes sociais? Como o aquecimento global afeta desigualmente quem vive no ar condicionado e o trabalhador braçal? As casas da população mais rica ficam nas regiões mais sujeitas ao conjunto de problemáticas associadas com o aquecimento global (alagamentos, deslizamentos, queimadas, etc.)? Quem polui mais: quem tem muita grana para comprar e/ou quem nada possui?

Justiça restaurativa:

A denominação justiça restaurativa é geralmente atribuída ao psicólogo americano Albert Eglash. Eglash trabalhava com pessoas privadas de liberdade e em 1977, publicou um artigo intitulado *Beyond Restitution: Creative Restitution*. “Eglash sustentou, no artigo, que haviam três respostas ao crime – a retributiva, baseada na punição; a distributiva, focada na reeducação; e a restaurativa, cujo fundamento seria a reparação” (PINTO²⁶⁵, 2011, p.15). Esta última forma de resposta ao crime, seria a chamada “justiça restaurativa”. A justiça restaurativa é um jeito de fazer justiça que retira o enfoque convencionalmente posto, exclusivamente, na punição, no castigo, típico da justiça retributiva, e o coloca na reparação e na restauração (do que foi danificado e dos laços sociais). Nela, a “justiça” atua como mediadora-facilitadora de acordos entre a parte que errou e a vítima, de maneira que a vítima do erro sinta que a justiça foi feita e que o dano provocado pelo infrator seja reparado da melhor forma possível. Com a mediação de um facilitador (não necessariamente um juiz ou promotor), a justiça restaurativa reúne vítima, ofensor e comunidade — o que pode incluir a família dos envolvidos e testemunhas. Este tal facilitador atua como mediador, acompanha o processo, não toma decisões ou profere sentenças. Cabe à vítima o papel principal, como decidir os locais das reuniões, dias e horários, além de aceitar (ou não) a oferta de reparação, recuperando parcela do poder que o ofensor dela retirou. Ou seja, trata-se de um processo cooperativo, em que se confronta infrator com a vítima, oferecendo ao infrator a experiência moral de tomar contato real com o sofrimento causado e a vítima a possibilidade de expressar seu dano, na tentativa de assim promover a resolução de um conflito caracterizado como crime, de forma a restaurar os danos por ele causados. Em oposição à justiça restaurativa, os sistemas de justiça

²⁶⁵ PINTO, R. S. G. A construção da justiça restaurativa no Brasil. Revista Paradigma, v. 1, n. 19, 4 nov. 2011. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/65>

retributiva tradicionais funcionam retirando os infratores da comunidade e levando-os para prisões, quase sempre muito longe e isolados do local onde aconteceu o crime e das consequências que o crime provocou. Os defensores da justiça restaurativa afirmam que os infratores devem ser expostos aos custos de suas violações de uma maneira significativa que os ajude a se reintegrarem à corrente tradicional dos relacionamentos sociais. De acordo com Benedetti (2005)²⁶⁶ o criminólogo australiano John Braithwaite, um dos principais teóricos da Justiça Restaurativa, aponta que a mesma repousa sobre dois pilares: 1. a “vergonha reintegrativa”; 2. “regulação responsiva”. Isto é, os infratores passam a reconhecer totalmente a reprovação da vítima e da sociedade, de formas que os envergonham a ponto de chegarem à “obediência por livre escolha”. Braithwaite acredita que o ato de inculcar vergonha no indivíduo, é um potente mecanismo de controle do crime e, nesse sentido, identifica como uma falha da teoria da rotulação [vide teoria da rotulação] o fato de essa perspectiva ter se ocupado somente da face negativa da vergonha presente no processo de etiquetamento. Ou seja, em oposição à estigmatização apontada pela teoria da rotulação, a qual identifica como uma forma de “vergonha desintegrativa”, que tende a isolar o indivíduo da comunidade e induzi-lo ao crime, ele propõe uma “vergonha reintegrativa”, na qual a manifestação de reprovação social é seguida de atos de reaceitação, que interrompem a assimilação do papel social de criminoso e, por via de consequência, impedem a reincidência.

Para refletir: o sistema convencional de controle social do crime, a justiça retributiva, funciona? Qual é a origem da ideia de punição e castigo como mecanismo de controle social? Que vantagens e desvantagens a justiça restaurativa pode ter?

²⁶⁶ BENEDETTI, Juliana Cardoso. A Justiça Restaurativa de Jonh Braithwaite: Vergonha Reintegrativa e Regulação Responsiva. Revista Direito GV, v. 1, nº 2. Páginas 209-216. JunDez de 2005. Disponível em: https://direitosp.fgv.br/sites/direitogv.fgv.br/files/rdgv_02_p209_216.pdf . Acesso em 11/02/2021.

L

Laços sociais:

são aqueles vínculos que exercem um poder de integração da pessoa para com a sociedade, de fundação de redes de suporte. São os elementos que nos conectam a outras pessoas, que nos unem em redes ou grupos sociais, são as bases da conexão estabelecida entre atores sociais, formadas a partir de interações sociais. Os laços sociais “são um conjunto de elementos que unem os indivíduos entre si, sendo múltiplos e de diferentes naturezas” (ROSA²⁶⁷, 2012, p.64). Conforme Paugam²⁶⁸ (2009) os laços sociais configuram para aqueles que os possuem, proteção e reconhecimento: proteção como suporte que as pessoas podem acessar e mobilizar face aos problemas e fatos de vida (recursos familiares, comunitários, profissionais, sociais), e reconhecimento como valorização aos olhos do outro e dos outros. Paugam (2009) aponta quatro tipos básicos de laços sociais: 1. filiação; 2. participação eletiva; 3. participação orgânica; e, 4. cidadania. Laços sociais de filiação são laços familiares não escolhidos, de consanguinidade, marcados por uma dimensão afetiva-emocional que, em muitos casos, funcionam como rede de apoio e solidariedade. Laços sociais de participação eletiva são formados com cônjuges, amigos e outros de proximidade mais cotidiana, são construções em grande

²⁶⁷ ROSA, Vânia. Laços sociais e capital social nas narrativas das pessoas em situação de sem-abrigo. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ismt.pt/handle/123456789/162>

²⁶⁸ PAUGAM, S. Le lien social. (2ªEdição). Paris: Puf, 2009.

parte pautadas na escolha e ação individual. Laços de participação orgânica nascem no exercício do trabalho, são estabelecidos na vida profissional e configuram redes de apoio e cooperação mais diretamente relacionadas com o trabalho. No que lhe concerne, os laços sociais de cidadania, nascem do reconhecimento do sujeito enquanto cidadão, fundando o reconhecimento dos direitos civis, políticos e sociais e de proteção coletiva destes direitos. Destaca-se que os laços sociais são constituídos em relações de proximidade, contato frequente, fluxos de informação, conflitos ou suporte emocional, bem como estão associados com a geração de credibilidade e confiança. Com o advento das redes sociais virtuais, elementos como proximidade assumem uma dimensão “não-física”, para se referirem à distância simbólica de uma interação social. Ter laços sociais é ter amigos, família, vizinhos, vínculos com a comunidade. Os laços sociais podem ser fracos, quando se rompem facilmente, ou fortes, quando duradouros e de difícil ruptura, tais como em situações de parentesco. O conceito de laço social é profundamente associado com o conceito de Solidariedade. Émile Durkheim, na obra "Divisão do Trabalho Social", destaca a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica como duas formas de laço social. Durkheim também aborda o conceito no estudo sobre o suicídio. Os laços sociais podem exercer controle sobre os indivíduos, aumentando ou reduzindo a tendência ao desvio.

Para refletir: nos últimos tempos, os laços sociais que você mantém tem se tornado mais fracos ou mais fortes? Tem aumentado ou reduzido? E que impacto isso tem em sua vida?

Lesbianismo (lesbianismo político):

em termos genéricos a expressão lesbianismo se refere a atividades ou vínculos homossexuais entre mulheres. Já a expressão lesbianismo político remete à ênfase na necessidade de as mulheres

gostarem de si próprias e umas das outras, não necessariamente em um sentido afetivo-sexual; remete também à percepção de que mulheres que lutam contra o patriarcado e o androcentrismo, estão politicamente ligadas a outras mulheres. **Não se trata de** afirmar que as mulheres devem “se tornar” lésbicas (como se isso fosse possível por escolha) para combaterem as violências a que são submetidas, mas de ressaltar a necessidade de construir identificação entre as mulheres, uma identificação que as conecte na luta contra as forças que as oprimem. A socióloga Adrienne Rich (1929-2012), propôs o conceito de “lesbianismo político” como expressão para se referir não apenas a uma orientação sexual, mas também à resistência ao patriarcado pelo amor entre mulheres. Desta forma, na obra “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica” (1980), ela propôs a existência de um continuum lésbico que integraria desde aquelas mulheres que se sentem atraídas sexualmente por mulheres até aquelas que, embora heterossexuais, estão politicamente ligadas a outras mulheres e à resistência a formas de vida compulsoriamente estabelecida para as mulheres. O “continuum lésbico é sobre a identificação de mulheres com outras mulheres, sobre um amor que transcende a ideia do amor romântico e erótico. Esse continuum pode ser entendido como uma rede de companheirismo e fortalecimento mútuo, pensada em termos femininos. É, acima de tudo, a negação do pressuposto de que as mulheres precisam da aprovação e da afirmação dos homens para realizarem suas ações” (MORAES²⁶⁹, 2017, p.64). Em relação especificamente ao lesbianismo, autoras como a socióloga britânica Gillian Dunne, desenvolveram estudos como a obra *Lesbian Lifestyles: Women’s Work and the Politics of Sexuality* (1997), que apontam que as relações lésbicas seriam mais igualitárias do que as heterossexuais.

²⁶⁹ MORAIS, B. L. *Corpos Profanos: rascunhos sobre a heterossexualidade compulsória e um feminismo lésbico*. REVISTA TEXTOS GRADUADOS, 2017.

Para refletir: como uma rede de companheirismo e fortalecimento mútuo, pensada em termos femininos, o lesbianismo político é fundamento da sororidade? É possível sororidade sem lesbianismo político?

Lobby:

pressão de um grupo organizado sobre políticos e poderes públicos, com o objetivo de exercer influência sobre os mesmos, mas sem buscar o controle formal do governo. Lobby (*lobbying*) “é o processo por meio do qual os representantes de grupos de interesses, agindo como intermediários, levam ao conhecimento dos legisladores ou dos decision-makers os desejos de seus grupos. Lobbying é, portanto, e sobretudo, uma transmissão de mensagens do Grupo de pressão aos decision-makers, por meio de representantes especializados (em alguns casos, como nos Estados Unidos, legalmente autorizados), que podem ou não fazer uso da ameaça de sanções” (BOBBIO, PASQUINO e MATTEUCCI²⁷⁰, 2008, p.563-564). Farhat²⁷¹ (2007, p.51), define Lobby como “toda atividade organizada, exercida dentro da lei e da ética, por meio de um grupo de interesses definidos e legítimos, com o objetivo de ser ouvido pelo poder público para informá-los e dele obter medidas, decisões e atitudes”. Em sentido restrito, “designa a prática de influenciar as decisões governamentais, por meio de agentes [lobistas] que servem àqueles interesses, com o objetivo de levar as autoridades a fazer - ou deixar de fazer - alguma coisa a bem daqueles interesses” (idem). Em sentido amplo, “indica todo

²⁷⁰ BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, N. Dicionário de Política. 13a . ed. Brasília/DF: UNB, 2008. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>

²⁷¹ FARHAT, Saïd. “Lobby”. O que é. Como se faz: ética e transparência na representação junto a governos. São Paulo, SP: Aberje Editorial/Peirópolis, 2007.

esforço, por meio de quaisquer meios lícitos, até mesmo os de comunicação, destinando a influenciar decisões governamentais” (idem). Quem faz lobby é o lobista. Embora não seja uma prática regulamentada no Brasil, existem lobistas que atuam “profissionalmente”, com remuneração, que vivem do exercício do lobby para uma determinada área, setor ou empresa. Também fazem lobby voluntários que acreditam em determinada causa. Assim, por exemplo, quando a indústria farmacêutica contrata agentes para influenciar o governo e setores da saúde a liberarem determinado medicamento, ela faz lobby. Quando integrantes do Greenpeace tomam uma embarcação que pratica pesca predatória e nela posam nus, eles também fazem lobby. Obs.: O termo também é encontrado em textos acadêmicos em formato aportuguesado e grafado como *lóbi*, também se referindo à pressão de um grupo a qualquer autoridade que possa decidir algo de interesse de outros.

Para refletir: num país com “bancada da bala”, “bancada da bíblia” e “bancada do boi”, o papel de deputados federais e senadores difere do papel de lobbistas? **Em quais situações** o lobby não é ético?

Liberalismo Clássico:

pode ser pensado como uma fase (1780 a 1860) da ideologia liberal, do liberalismo. Refere-se à “filosofia política originada no século XVIII que defende os direitos dos indivíduos acima daqueles do Estado ou da Igreja, opondo-se ao absolutismo e ao direito divino dos reis” (KELLY *et al.*, 2013, p.342). Trata-se de doutrina cujas origens remontam especialmente ao pensamento de John Locke. Inclui pensadores como Benjamin Constant (1767- 1830), Alexis de Tocqueville (1805 – 1859) e John Stuart Mill (1806-1873). A ênfase principal desta fase da ideologia liberal foi a liberdade civil e o

“livre exercício privado de agires e fazeres conforme a inclinação de cada um” (MERQUIOR²⁷², 1983, p.89). Os liberais clássicos defendiam que o antídoto contra o “poder único e absoluto que reina sem limite ou sem contraste” é a “divisão da autoridade em *poderes* institucionalizados, funcionalmente diversos e igualmente soberanos” (MERQUIOR²⁷³, 1987, p.42).

Para refletir: na atualidade, os direitos dos indivíduos devem estar acima daqueles do Estado? As igrejas ainda tem um papel a desempenhar em relação aos direitos dos indivíduos?

Liberalismo Conservador:

“Ao longo do século XIX, diante dos excessos da Revolução Francesa e dos levantes políticos de 1848, consolidou-se a segunda geração do pensamento liberal: o liberalismo conservador, formado por um tripé doutrinário composto por tradicionalismo (crença na sabedoria das instituições que resistiram ao teste do tempo), organicismo (visão comunitarista e holística da sociedade) e ceticismo político (desconfiança das teorias – especialmente aquelas com amplos propósitos inovadores – quando aplicadas à vida pública)” (FELIPE²⁷⁴, 2015, p.221). Neste contexto, de acordo

²⁷² MERQUIOR, José Guilherme. O Argumento Liberal. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

²⁷³ MERQUIOR, José Guilherme. Renascença dos liberalismos: a paisagem teórica. *Lua Nova* [online]. 1987, n.13 [citado em 2021-02-15], pp.42-46. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451987000300005&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-6445. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451987000300005>

²⁷⁴ FELIPE, Kaio. Merquior, um Liberista? Uma Comparação entre o Pensamento Liberal de José Guilherme Merquior e o de Friedrich von Hayek*MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia. Volume III, Número 1 (Edição 5) Janeiro-Junho 2015: 215-22

com Morresi (2010) o liberalismo conservador apresenta 5 características fundamentais, a saber: 1. respeita e valoriza as tradições e instituições herdadas, buscando restaurá-las quando elas são atacadas por fatores exógenos; 2. é moderado e prudente quanto à mudança social; 3. se opõe às distribuições de bens e recursos, mas não à ação estatal que garante a ordem, orienta a economia e protege a propriedade privada; 4. é temeroso à democracia por suas tendências populistas e por supostamente representar o perigo da tirania da maioria; 5. valoriza a experiência sobre a teoria e é contrária ao racionalismo (às abstrações e idealizações). Diferenciando-se do liberalismo clássico, “o liberalismo conservador defende a importância de uma ordem social do tipo hierárquico e, mesmo compartilhando do ideal de liberdade, acredita que seus limites deveriam ser estabelecidos muito mais estreitamente do que haviam sustentado os liberais” (MORRESI²⁷⁵, 2010, p.106).

Para refletir: o liberalismo conservador fere os princípios do liberalismo clássico?

Liberalismo Social (social liberalismo):

O social-liberalismo (ou liberalismo social) concebe “a liberdade moderna como um equilíbrio complexo entre liberdade e justiça, autonomia individual e direitos coletivos” (MERQUIOR, 1987, p. 273). É uma variante do liberalismo que começa a se consolidar no início do século XX, sob influência (dentre outros autores) dos

²⁷⁵ MORRESI, S. El liberalismo conservador y la ideología del Proceso de Reorganización Nacional. Sociohistórica / Cuadernos del CISH 27 | primer semestre 2010 | ISSN 1853-6344 | 103-135. Disponível em: http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/13767/Documento_completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y

filósofos britânicos John Hobson e Leonard Hobhouse. John Hobson defendia a “taxação redistributiva”, propondo uma reforma social que contemplasse, a um só tempo, aumento do consumo e ampliação da justiça social. Leonard Hobhouse, defendia uma sociedade amparada por agências de bem-estar social, que “proporcionasse à maioria de seus membros ‘uma igualdade viva de direitos’ com oportunidades abundantes para o autodesenvolvimento individual” (MERQUIOR, 1991, p. 162). Com ideias como estas, enquanto o Liberalismo Clássico foca na defesa das liberdades individuais, o liberalismo social, entendendo que falta de oportunidades econômicas, de acesso à educação e saúde podem ser consideradas ameaças à liberdade, foca no acesso a estes direitos, sem renunciar a um mercado livre e competitivo. Thomas Hill Green (1836-1882) e Leonard Hobhouse (1864-1929) também são considerados defensores do liberalismo social. Ambos se contrapuseram às concepções antiestatistas do liberalismo clássico e conservador, mas não abandonaram a ótica individualista. Aliás, cabe ressaltar que o liberalismo social valoriza a individualidade e não nega a lógica meritocrática de busca da realização pessoal e liberdade.

Para refletir: é possível o pleno acesso à educação e saúde em um mercado livre e competitivo?

Liberalismo Econômico:

é o conjunto de ideias, teorias e práticas econômicas do liberalismo, que se consolida em oposição ao Mercantilismo. O objetivo dos economistas liberais é a consolidação de um sistema capitalista que seja o mais livre possível, em que a especialização produtiva, o livre comércio e a competição supostamente levariam a maior prosperidade. Ou seja, trata-se da defesa e organização de um sistema econômico em que pessoas, empresas e países, para

aumentar a produtividade e a riqueza, deveriam se especializar na produção do que fazem melhor e comprar o restante de outras pessoas, empresas e países, em uma situação de livre comércio. Desta forma, seria gerado um sistema de cooperação espontânea em que, na busca do seu próprio lucro-ganho, as pessoas, empresas ou países acabariam gerando, não intencionalmente, o bem da sociedade. Nesta concepção, o Estado deve garantir o direito natural de propriedade, sem interferir na vida econômica; respeitar a liberdade econômica dos proprietários privados, mediando distorções e conflitos - “O Estado deveria estabelecer as regras do jogo e apitar as faltas, mas não entrar em campo como um jogador”. Trata-se de doutrina cujas origens remontam ao pensamento de Adam Smith (1723 -1790). Adam Smith postula haver uma “mão invisível” da economia que regularia a quantidade e o preço das mercadorias, sem intervenção do Estado. O lema *laissez-faire*, *laissez-passer* (deixai fazer, deixai passar) expressava a concepção de que as atividades econômicas se autorregulariam exclusivamente por meio da oferta e da demanda. Para o autor, o crescimento econômico de uma nação resultaria da atuação dos indivíduos movidos por interesses próprios e não pela planificação estatal da economia. “Para Adam Smith, o Estado deve se limitar a prover a defesa externa e a ordem interna, bem como a execução de trabalhos públicos” (BOBBIO²⁷⁶, 1987, p.129-130). O liberalismo “tal como o de Adam Smith, achou que a competição levaria a um mundo quase newtoniano de equilíbrio social” (MERQUIOR²⁷⁷, 2014, p.20). Nessa ótica, o livre comércio deveria ser estimulado e práticas protecionistas deveriam ser eliminadas.

²⁷⁶ BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**; por uma teoria geral da política/.; tradução Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/bobbio-n-estado-governo-sociedade-para-uma-teoria-geral-da-polc3adtica.pdf>

²⁷⁷ MERQUIOR, José Guilherme. **O Liberalismo: Antigo e Moderno**. Trad. Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: É Realizações, 2014.

Para refletir: na ótica do Liberalismo Econômico, o Estado deve ser “guardião da ordem”, deve zelar pela segurança e manutenção da propriedade privada. A quem interessa a proteção da propriedade privada como função prioritária do Estado?

Liberalismo Político:

é a parcela do liberalismo voltada ao funcionamento do Estado, que busca configurar um sistema político marcado pela convivência entre ideias e concepções plurais, em nações com um regime constitucional (regidas por uma constituição). O liberalismo político defende que uma pluralidade de visões de mundo e doutrinas compreensivas razoáveis (que inclui doutrinas religiosas e não religiosas), mesmo que incompatíveis entre si, é o resultado normal do exercício da razão humana em sociedades com regimes constitucionais livres e com regimes constitucionais democráticos. No liberalismo político uma doutrina razoável é aquela que não rechaça os princípios de um regime democrático. Desta forma, o liberalismo político não busca fazer destas doutrinas uma unidade, pelo contrário, busca criar um sistema político marcado pela convivência entre estas ideias plurais. O liberalismo político tenta embasar sociedades estáveis e justas, com cidadãos livres e iguais, mesmo divididos por doutrinas religiosas, filosóficas e morais incompatíveis. O liberalismo político tenta ser resposta às seguintes questões: “como é possível que doutrinas abrangentes profundamente opostas, embora razoáveis, possam conviver e que todas endossem a concepção política de um regime constitucional? Qual é a estrutura e o teor de uma concepção política que conquista o apoio de um tal consenso sobreposto? (RAWLS²⁷⁸, 2011, p.24).

²⁷⁸ RAWLS, J. O Liberalismo Político. São Paulo, Martins Fontes, 2011. Disponível em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/o-liberalismo-polc3adtico.pdf>

Para refletir: é possível que pessoas, partidos e organizações com visões de mundo opostas e incompatíveis convivam, respeitando limites estabelecidos por uma única constituição?

Liberalismo:

É um conjunto de ideias e práticas político-econômicas que buscam um Estado com poderes limitados (Estado de Direito ou Constitucional) e com funções limitadas (Estado Mínimo), em nome da liberdade individual, dos direitos individuais, do livre comércio e da propriedade privada. É a doutrina que fundamenta o Estado liberal, que nasce associada aos interesses da burguesia da Inglaterra do século XVIII. Trata-se de “doutrina que serviu de substrato ideológico às revoluções antiabsolutistas que ocorreram na Europa (Inglaterra e França, basicamente) ao longo dos séculos XVII e XVIII, e à luta pela independência dos Estados Unidos. Correspondendo aos anseios de poder da burguesia, que consolidava sua força econômica ante uma aristocracia em decadência, amparada no absolutismo monárquico, o liberalismo defendia: 1) a mais ampla liberdade individual; 2) a democracia representativa com separação e independência entre três poderes (executivo, legislativo e judiciário); 3) o direito inalienável à propriedade; 4) a livre iniciativa e a concorrência como princípios básicos capazes de harmonizar os interesses individuais e coletivos e gerar o progresso social” (SANDRONI²⁷⁹, 1999, p.347). “O liberalismo é uma doutrina do Estado limitado tanto com respeito aos seus poderes quanto às suas funções” (OLIVEIRA, 2007, p.364). É uma “ideologia política que enfatiza os direitos e liberdades individuais” (KELLY *et al.*, 2013, p.341-342). Liberalismo e

²⁷⁹ SANDRONI, P. Novíssimo dicionário de Economia. São Paulo: Best Seller, 1999. Disponível em: <http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FMI.BM.Nov%C3%ADssimo-Dicion%C3%A1rio-de-Economia.pdf>

democracia não são sinônimos. “Na aceção mais comum dos dois termos, por ‘liberalismo’ entende-se uma determinada concepção de Estado, na qual o Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos de social. Por ‘democracia’ entende-se uma das várias formas de governo, em particular aquelas em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor, da maior parte, como tal se contrapondo às formas autocráticas, como a monarquia e a oligarquia” (BOBBIO, 2005, p.08). Em termos generalizantes, o Liberalismo é a ideologia política que coloca em destaque o indivíduo, sendo a este atribuído um valor mais alto do que qualquer coletividade; que se baseia na defesa da liberdade individual nos mais variados campos (político, econômico, religioso, intelectual, sexual) da vida em sociedade; que se contrapõe à intervenção do poder estatal sobre as escolhas individuais e sobre o mercado; que rejeita a existência de valores comuns absolutos, a serem desenvolvidos ou conquistados por leis uniformes definidas pelo Estado; que defende a igualdade de todos perante a lei (Estado de Direito) e que todos sejam tratados como iguais perante o Estado; que se associa com lógicas meritocráticas, porque acredita que a posição ocupada pelas pessoas é relacionada com o mérito pessoal. Para os liberais, o Estado é um mal necessário. “O Estado como mal necessário assume a figura do Estado mínimo, figura que se torna o denominador comum de todas as maiores expressões do pensamento liberal” (BOBBIO²⁸⁰, 1987, p.129). O Estado Mínimo é necessário para garantir a liberdade de consciência, isto é, a liberdade de pensamento de todos os governados e só censurar casos em que se emitam opiniões que ponham em risco o próprio Estado; para arbitrar, por meio das leis e da força, os conflitos da sociedade civil; e, para garantir o direito natural de propriedade, sem interferir na vida econômica.

²⁸⁰ BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**; por uma teoria geral da política/.; tradução Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/bobbio-n-estado-governo-sociedade-para-uma-teoria-geral-da-polc3adtica.pdf>

“Liberais podem adotar uma ampla gama de políticas, incluindo a defesa do livre-comércio, liberdade de expressão e de associação religiosa” (KELLY *et al.*, 2013, p.341-342). Por essa gama de políticas e interpretações, o Liberalismo pode ser classificado tendo em vista critérios histórico-ideológicos ou critérios voltados para suas frentes de atuação. em aspectos histórico-ideológicos classifica-se o liberalismo em Liberalismo Clássico, Liberalismo Conservador e Liberalismo Social. No que concerne às frentes de atuação, o liberalismo pode ser classificado como liberalismo político e liberalismo econômico.

Para refletir: o que, para além da interferência do Estado, limita a nossa liberdade?

Linha de pobreza:

é uma linha de corte, um limite convencionado como parâmetro para estabelecer mais objetivamente o que é estar em condição de pobreza. É “uma medida oficial que os governos usam para definir aqueles que vivem abaixo de um determinado nível de renda, como indivíduos em situação de pobreza” (GIDDENS, 2012, p.797). “Nível de renda que define a população pobre de um país. Geralmente, se considera um determinado nível de consumo de bens essenciais e quanto esse conjunto representa em termos monetários. Aqueles que recebem menos do que tal montante em dinheiro estariam abaixo da linha da pobreza” (SANDRONI, 1999, p.349). É o limite usado para caracterizar quem está em condição de pobreza. Essa medida é uma convenção social construída com base em diferentes critérios, tais como critérios nutricionais, de renda, de possibilidade de consumo, moradia, de vestuário e/ou de probabilidade de vida. Por exemplo, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), considera pobre a

pessoa que não tem condições financeiras para garantir ao menos uma refeição com 1.750 calorias em um dia. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) considera que uma pessoa está em situação de pobreza quando não alcança uma dieta de ingestão de pelo menos 2.200 calorias todos os dias. Enquanto que a Organização das Nações Unidas (ONU) considera como pobre aquela pessoa que possui renda diária equivalente a US\$ 1,25. Cada um destes números (1.750 calorias, 2.200 calorias e US\$ 1,25) é uma linha de pobreza, um limite convencionado como parâmetro de padrão mínimo de vida.

Para refletir: como você convencionaria uma linha de pobreza?

Livre comércio:

“consiste na circulação de mercadorias, na forma de importação e exportação, sem que sejam submetidas a tarifas” (SILVA *et al.*, 2016, p. 260). O livre comércio, o comércio internacional livre de barreiras, é defendido por economistas liberais como forma de promoção do desenvolvimento econômico. Trata-se de “doutrina econômica segundo a qual o fluxo de mercadorias e serviços entre os países não deve ser submetido a tarifas, a restrições quantitativas, ou a quaisquer outros impedimentos criados ou encorajados por intervenção governamental direta. Baseia-se na tese segundo a qual o uso pleno dos recursos econômicos mundiais e a consequente melhoria dos padrões de vida seriam inversamente proporcionais às obstruções ao comércio entre países. Deriva da teoria clássica do comércio internacional, que em fins do século XVIII reagiu contra o protecionismo da doutrina mercantilista, reforçando um novo liberalismo econômico ligado à doutrina do

laissez-faire” (SANDRONI²⁸¹, 1999, p.351). Os que defendem as restrições ao comércio [protecionismo econômico] alegam que elas são necessárias para proteger empregos, ajudar a indústria nascente e impedir a concorrência. Já os defensores do livre comércio afirmam que este, por causa do princípio das vantagens comparativas [vide Teoria das vantagens comparativas], será sempre melhor para produtores e consumidores. É defendido por liberais e neoliberais.

Para refletir: você acha que o livre comércio beneficia todos os países? Porque você pensa desta forma?

Locke, John (1632-1704):

Filósofo inglês considerado o pai do liberalismo clássico e um dos mais influentes pensadores do Iluminismo. Um dos primeiros representantes do empirismo britânico, foi igualmente importante para a teoria do contrato social. Na obra denominada “Dois Tratados sobre o Governo”, publicado em 1690, “propõe uma monarquia constitucional, liberal e representativa, defendendo a tese de que os homens são iguais e livres por natureza e formam a sociedade por livre consentimento (o contrato social) e com base em direitos naturais, como a integridade pessoal e a propriedade. Entende a finalidade da vida social como a de produzir a maior quantidade possível de coisas úteis, não importando como sejam distribuídas” (SANDRONI, 1999, p. 353). Seus escritos influenciaram Voltaire e Rousseau, assim como os revolucionários norte-americanos. Suas contribuições para a teoria liberal e as ideias republicanas estão evidenciadas na Declaração de

²⁸¹ SANDRONI, P. Novíssimo dicionário de Economia. São Paulo: Best Seller, 1999. Disponível em: <http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FMI.BM-Nov%C3%ADssimo-Dicion%C3%A1rio-de-Economia.pdf>

Independência dos Estados Unidos. “Com Locke, a propriedade converte-se num verdadeiro direito natural, pois nasce do esforço pessoal no estado de natureza antes da constituição do poder político, e como tal deve ter o seu livre exercício garantido pela lei do Estado (que é a lei do povo). Através de Locke a inviolabilidade da propriedade, que compreende todos os outros direitos individuais naturais, como a liberdade e a vida, e indica a existência de uma esfera do indivíduo singular autônoma com respeito à esfera sobre a qual se estende o poder público, torna-se um dos eixos da concepção liberal do Estado” (BOBBIO²⁸², 1987, p.23-24).

Para refletir: para você tem sentido a interpretação de que “a finalidade da vida social é produzir a maior quantidade possível de coisas úteis, não importando como sejam distribuídas”? O que você argumenta em relação à afirmação constante na pergunta anterior?

Luta de classes [ou conflito de classe]:

no Manifesto Comunista consta que “a história de todas as sociedades existentes até hoje é a história das lutas de classe” (MARX²⁸³, 2005, p.40). Neste contexto, a luta de classes é o motor que impulsiona a mudança social e a história universal é a história da luta de classes. Ou seja, “o mundo” muda por meio do conflito entre classes sociais e a história é uma sucessão destes conflitos. Em Karl Marx e no Materialismo Histórico e Dialético, luta de classe é a expressão para se referir às divergências, disputas, desavenças, conflitos e antagonismos entre classes sociais. Por exemplo, entre nobres e camponeses (no

²⁸² BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**; por uma teoria geral da política/.; tradução Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/bobbio-n-estado-governo-sociedade-para-uma-teoria-geral-da-politica.pdf>

²⁸³ MARX, K. Manifesto Comunista. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). Manifesto Comunista. 5ª ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

feudalismo) e entre proletários e burgueses (no capitalismo), existe um confronto, um conflito constante e inevitável, que decorre da resistência aos processos de exploração promovidos pelas classes sociais dominantes, da tentativa das classes sociais dominantes de ampliarem este processo de exploração e da oposição de interesses econômicos e políticos entre estas classes sociais. A luta de classes pode assumir muitas formas, pode ser política (por exemplo, a disputa entre os partidos representantes das diversas classes), pode ser econômica e até armada.

Para refletir: que formas a luta de classes assume na atualidade?

M

McDonaldização:

em alusão à forma de funcionamento e gestão da rede McDonald's²⁸⁴, a expressão McDonaldização remete ao processo que se manifesta quando uma sociedade adota as características de um restaurante de *fast-food* (*FAST-FOODIZAÇÃO*), ou seja, quando os princípios do restaurante *fast-food* começam a dominar mais e mais setores da sociedade e da vida humana. Dentre estes princípios destacam-se a padronização, a ênfase no uso de tecnologias não humanas (automatizadas), a calculabilidade, a previsibilidade, o controle e a eficiência. Assim, a expressão McDonaldização refere-se ao processo pelo qual as cadeias de restaurantes de fast food acabaram por influenciar diversas áreas da sociedade, como a educação, o trabalho, a religião, a política, a vida social ou mesmo a familiar, fazendo com que as ações realizadas nestas áreas fossem guiadas pelos mesmos princípios dos restaurantes de *fast-food*. A “McDonaldização afeta não apenas o negócio de restaurante mas também [...] todos os outros aspectos da sociedade (RITZER²⁸⁵, 2002, p. 7). McDonaldização é um conceito criado pelo sociólogo americano George Ritzer, apresentado inicialmente em sua tese de doutorado “The

²⁸⁴ O gerenciamento científico adotado na Rede McDonald's não é pioneiro, mas desde a fundação de seu primeiro estabelecimento em Pasadena, na Califórnia, em 1937, a empresa tem trabalhado para aperfeiçoar os princípios da racionalização do trabalho enunciados por Frederick Taylor e por Henry Ford.

²⁸⁵ RITZER, George. *The McDonaldization of Society*. Thousand Oaks: New Century, 2002.

McDonaldization Thesis: Is expansion inevitable?" e posteriormente difundido no livro "The McDonaldization of Society" (1993). Com a expressão McDonaldização, Ritzer (re)interpreta e atualiza o conceito de racionalização de Max Weber. Weber dizia que, na transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna, várias facetas da vida que eram orientadas pela emoção ou por valores, passaram a ser orientadas pela razão, por lógicas racionais - a essa mudança ele deu o nome de racionalização. Ritzer (2002) diz que desde a década de 90 do século passado, a racionalização se intensificou a tal ponto que princípios como eficiência (encontrar o método mais eficaz para cumprir uma tarefa), quantificação (tudo tem que ser muito mais quantificável possível do que qualitativo-subjetivo, como o gosto), previsibilidade (os atos devem ser padronizados, normalizados, para serem previsíveis) e controle (tudo tem que ser controlável e se possível substituídos por tecnologias não-humanas), passaram a dominar a forma de vida humana. Desta forma, a vida em sociedade (em seus múltiplos aspectos) e as decisões pessoais passaram a ser cada vez mais parecidas com um restaurante McDonald's, em que tudo é regido por procedimentos padronizados, previsíveis, controlados e calculados objetivamente em termos da melhor relação custo-benefício.

Para refletir: em nossas vidas, até que ponto ainda é possível deixar as emoções e os valores agirem como guias? O que perdemos quando McDonaldizamos todos os aspectos de nossas vidas? Como a McDonaldização te afeta? A escola e o ensino também foram McDonaldizados?

Macrossociologia:

é o estudo dos grupos sociais considerados como unidades inteiras: o “estudo de grupos, organizações ou sistemas sociais de grande escala” (GIDDENS, 2012, p.797). Trata da vida social na escala mais ampla das organizações, dos macroelementos sociais, de comunidades e sociedades inteiras. “É olhar o ‘panorama total’ que inclui a mudança histórica ao longo de dezenas ou centenas de anos, a ascensão e a queda dos sistemas políticos ou da hierarquia de classes” (GABLER, 2015, p.2). “Diz respeito a estruturas, processos, funções e sistemas, em contextos maiores, amplos, envolvendo atores em relações abstratas, anônimas, remotas, impessoais” (SCURO, 2004, p. 226). “Trabalhar na perspectiva macrossociológica significa não se interessar principalmente pela interação e pequenos grupos (microsociologia), mas examinar a sociedade como um todo, ou seja, como um complexo sistema de vida, constituído por meio de relações entre os grupos. Duas são as principais correntes de teorias macrossociológicas: as teorias funcionalistas e as do conflito social” (SABADELL²⁸⁶, 2005, p. 81). É o oposto de microsociologia.

Para refletir: a macrossociologia é possível em um mundo tão complexo como o atual?

Manifesto Comunista:

até para quem discorda dos princípios comunistas, é difícil negar a importância do Manifesto Comunista. Escrito por Marx e Engels, e publicado um pouco antes da revolução alemã de 1848, o Manifesto Comunista é um verdadeiro programa do comunismo.

²⁸⁶ SABADEL, Ana Lúcia. Manual de Sociologia Jurídica. São Paulo: 2008.

Relembrando os regimes econômicos e sociais existentes até sua publicação, a obra em questão estabelece que a luta de classes é o motor da história, sendo inevitável o desaparecimento do capitalismo como fase histórica do desenvolvimento da sociedade e sua superação pelo comunismo. Acima de tudo, o Manifesto Comunista representa um convite ou uma convocação aos proletários, para que estes se unam em luta contra as formas de exploração a que estão submetidos. "Trabalhadores do mundo, unidos!" (*Proletarier aller Länder, vereinigt euch!*): é esta a mensagem do Manifesto Comunista.

Para refletir: que fatores dificultam a união dos trabalhadores (proletários) na luta contra as injustiças a que estão submetidos?

Mais-valia absoluta:

ampliação da apropriação do trabalho não pago pelo aumento de produção resultante do aumento de horas de trabalho e/ou de um "controle" maior do processo produtivo. O patrão se apropria mais dos resultados do trabalho não pago, fazendo o empregado trabalhar mais horas e produzir mais, sem ampliar proporcionalmente o salário do empregado. A "extração da mais-valia absoluta – envolve o crescimento da taxa de mais-valia por meio de um aumento do valor total produzido por cada trabalhador. Isso pode ocorrer devido a uma ampliação (intensiva ou extensiva) da jornada de trabalho que, no entanto, se defronta com a resistência organizada da classe operária e atinge limites físicos, em que a saúde da classe da qual o capital como um todo (ou mesmo os capitalistas individuais) depende deteriora-se,

devido às horas excessivamente longas ou à alta intensificação do trabalho ou a salários insuficientes” (BOTTOMORE²⁸⁷, 1983, p. 361).

Para refletir: como a desregulamentação (flexibilização) das leis trabalhistas se relaciona com a mais-valia absoluta? Como sindicatos e movimentos sociais podem reduzir as taxas de mais-valia absoluta?

Mais-valia relativa:

é a ampliação da apropriação capitalista dos resultantes do trabalho não pago pela incorporação de tecnologias (por exemplo, novas máquinas) e alterações de processos para o aumento da produtividade, sem alterar o número de horas trabalhadas. Neste caso, o patrão se apropria mais dos resultados do trabalho não pago fazendo o empregado produzir mais (em menos tempo) com o uso de tecnologias, por meio de melhorias nos processos técnicos de trabalho ou mediante a organização a disposição dos trabalhadores nas fábricas de modo mais eficiente. Assim, o trabalhador realizará o trabalho necessário (aquele que corresponde a seu salário e suas condições de subsistência) em um tempo mais curto, e sobra mais trabalho não pago - o trabalho excedente (o efetuado além do necessário para o pagamento do salário) e por isso a extração de mais-valia aumenta. A mais-valia relativa é o que faz o “capitalismo o modo de produção mais dinâmico de todos os tempos, transformando continuamente seus métodos de produção

²⁸⁷ BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1983. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf

e introduzindo incessantemente inovações tecnológicas” (BOTTOMORE²⁸⁸, 1983, p. 363).

Para refletir: a reorganização dos processos produtivos de uma mercadoria implica muitas vezes em recursos como esteiras (como aquelas retratadas no filme “Tempos Modernos” de Charles Chaplin) e na subdivisão do processo produtivo em pequenas ações a serem realizadas repetidamente por um trabalhador. A mais-valia relativa necessariamente faz bem para todos os membros da sociedade? Que consequências a busca da mais-valia relativa pode ter?

Mais-valia:

em essência é trabalho não pago. Trabalho excedente (que sobra em relação ao necessário para pagar os custos da produção) e não pago apropriado pelo capitalista. Excedente de valor obtido pela exploração do trabalho. O empregado produz bens cujo valor é superior ao valor necessário para pagar o seu salário. Este “a mais” que ele produz e para o qual não recebe, é chamado de mais-valia. “É o valor produzido pelo trabalhador que é apropriado pelo capitalista sem que um equivalente seja dado em troca. Não há, aqui, uma troca injusta, mas o capitalista se apropria dos resultados do trabalho excedente não pago [...] A extração de mais-valia é a forma específica que assume a exploração sob o capitalismo, a *differentia specifica* do modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma de lucro e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que

²⁸⁸ BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1983. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf

ela recebe como salário” (BOTTOMORE²⁸⁹, 1983, p. 361). Na teoria marxista, mais-valia “é o valor do poder de trabalho de um indivíduo que ‘sobra’ quando o patrão pagou os custos envolvidos em contratar um trabalhador” (GIDDENS, 2012, p.797). Se em uma firma um empregado trabalhar além de um determinado número de horas, “estará produzindo não apenas o valor correspondente ao de sua força de trabalho (que lhe é pago pelo capitalista na forma de salário), mas também um valor a mais, um valor excedente sem contrapartida e a este valor Marx denomina mais-valia” (SANDRONI²⁹⁰, 1999, p.363). A mais-valia tende a elevar-se quando a jornada e/ou a intensidade do trabalho aumenta (mais-valia absoluta) ou com o aumento da produtividade por inovações tecnológicas (mais-valia relativa).

Para refletir: você consegue perceber a injustiça da mais-valia?

Mainstream:

termo da língua inglesa frequentemente usado em textos acadêmicos. Em sentido literal, significa convencional, “corrente principal”, “tendência principal” ou “fluxo principal”. O termo refere-se à corrente central ou mais importante do pensamento numa determinada época. Diz respeito ao convencional, à tendência, àquilo que se considera normal ou habitual porque é aceito ou feito pela maioria. À teoria ou perspectiva mais comum ou generalizada no contexto de determinada área do conhecimento. É o oposto do

²⁸⁹ BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1983. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf

²⁹⁰ SANDRONI, P. Novíssimo dicionário de Economia. São Paulo: Best Seller, 1999. Disponível em: <http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FMI.BMNov%C3%ADssimo-Dicion%C3%A1rio-de-Economia.pdf>

que é marginal, paralelo ou pouco conhecido, bem como se constitui em relação ao que poderia ser chamado de um “contra-mainstream”. Por exemplo, na música, mainstream é aquilo que toca nos meios de comunicação de massa, que está na TV (através de videoclipes), no cinema (as trilhas sonoras) ou mesmo na Internet (recursos de imagem, plug-ins e wallpapers). Ao passo que o “contra-mainstream”, é o underground (“subterrâneo”) é a “obra autêntica”, “longe do esquemão”, é “produto não-comercial”. Sua circulação está associada a pequenos fanzines, tem divulgação alternativa, acontece em gravadoras independentes. Entre mainstream e “contra-mainstream”, como indicam os estudos de Bourdieu (1989), está em jogo um conjunto de posições e tomadas de posição pelos agentes de um determinado universo simbólico e profissional, negociando espaços privilegiados de prestígio e poder.

Para refletir: como mainstream e “contra-mainstream” se relacionam?

Malthusianismo:

É a ideia, proposta inicialmente por Thomas Malthus, há dois séculos, de que o crescimento populacional tende a esgotar os recursos que o sustenta. Malthus argumentava que as pessoas devem limitar a frequência de suas relações sexuais para evitar o crescimento populacional excessivo e um futuro de miséria e fome (GIDDENS, 2012, p.797). Thomas Robert Malthus nasceu na Inglaterra em 1766 e morreu em 1834, se formou em Matemática e foi ordenado pastor. Em 1798, lançou a obra “Ensaio sobre o Princípio da População”, cuja tese principal – a de que a população crescia a taxas maiores do que o produto – tinha como decorrência a atribuição dos fenômenos da pobreza e da fome ao “excesso populacional”. A teoria de Malthus parte de duas premissas: “1) Que o alimento é necessário para a

existência do homem; 2) Que a paixão entre os sexos é necessária e que permanecerá aproximadamente em seu estágio atual.” (MALTHUS²⁹¹, 1983, p.281). E, a partir destas premissas, consolida a seguinte “máxima”: “ (...) a população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica, e os meios de subsistência numa progressão aritmética.” (MALTHUS, 1983, p.283). Malthus utilizou os dados de crescimento da população dos Estados Unidos da América, para mostrar que a população duplicava a cada 25 anos (crescia a uma progressão geométrica); em seguida, argumentou que não seria coerente acreditar que a produção alimentar cresceria na mesma velocidade, pois “isto seria contrário a todo o nosso conhecimento acerca da capacidade da terra” (MALTHUS, 1983, p.284). Observação: em sua análise matemática, Malthus considera que os casais sempre vão ter muitos filhos, pois, em sua interpretação religiosa (“Crescei e multiplicai-vos”), o sexo no casamento é uma obrigação matrimonial dos cônjuges e tem um objetivo reprodutivo.

Para refletir: existem interpretações opostas sobre a relação entre “tamanho” da população e pobreza. Estas interpretações, em linhas gerais, podem ser divididas em três posições: 1) Não há correlação alguma entre população e pobreza; 2) Há correlação negativa entre pobreza e população; ou seja, quanto maior for a população, menor será a pobreza; 3) Há correlação positiva entre pobreza e população; ou seja, quanto maior for população, maior será a pobreza. Pesquise sobre o assunto e responda: como você se posiciona em relação a estas três interpretações?

²⁹¹ MALTHUS, T. R. Ensaio sobre a população. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5114391/mod_resource/content/1/MALTHUS.pdf . Acesso em 09/03/2021.

Maninterrupting:

é uma microagressão que ocorre quando um homem interrompe constantemente uma mulher, de maneira inútil, muitas vezes não permitindo que ela possa concluir sua frase. A expressão maninterrupting se refere “a interrupções que homens fazem quando mulheres estão falando, por (e para) desconsiderar, invalidar e desrespeitar a expressão de suas ideias”. A expressão, de origem inglesa e associada a estudos feministas de caráter interacionista, é uma composição de “man” (homem) e “interrupting” (interrupção). Trata-se de uma das novas denominações das opressões sofridas por mulheres, tais como “bropropriating”, ‘mansplaining’ e “gaslighting”. O artigo de Jessica Bennet (2015) intitulado “How not to be ‘Maninterrupted’ in Meetings²⁹²”, é frequentemente apontado como um dos primeiros a adotar o conceito de Maninterrupting; e o artigo de Sheryl Sandberg e Adam Grant (2015), intitulado Speaking While Female²⁹³, é considerado um dos maiores difusores iniciais do conceito em questão. O Maninterrupting não só impede que a mulher conclua os seus pensamentos, como tende a fazê-la parecer uma pessoa incompetente ou boba. É um comportamento social bastante comum, embora invisibilizado e difícil de ser quantificado.

Para refletir: Hancock (2015)²⁹⁴, em pesquisa quantitativa realizada nos Estados Unidos da América, mostrou que mulheres são duas

²⁹² BENETT, J. How Not to Be ‘Maninterrupted’ in Meetings. Disponível em: <https://time.com/3666135/sheryl-sandberg-talking-while-female-maninterruptions/>. Acesso dia 10/03/2021.

²⁹³ SANDBERG, Sheryl e GRANT, Adam. “How not to be ‘Maninterrupted’ in Meetings. Disponível em: https://www.nytimes.com/2015/01/11/opinion/sunday/speaking-while-female.html?_r=0 (2015). Acesso dia 10/03/2021.

²⁹⁴ Hancock AB, Rubin BA. Influence of Communication Partner’s Gender on Language. *Journal of Language and Social Psychology*. 2015;34(1):46-64. doi:10.1177/0261927X14533197

vezes mais interrompidas que homens em conversas neutras. Você observa algo parecido no seu entorno? Preste atenção!

Mansplaining:

é uma microagressão que ocorre quando um homem dedica seu tempo para explicar algo óbvio a uma mulher, de forma didática, como se ela fosse uma criança ou não fosse capaz de entender. Trata-se de situação em que os homens assumem (consciente ou inconscientemente) que são superiores apenas por serem do sexo masculino e explicam às mulheres coisas que elas já sabem. A expressão, de origem inglesa e associada a estudos feministas de caráter interacionista, é uma composição de “man” (homem) e “explaining” (explicar). Trata-se de uma das novas denominações das opressões sofridas por mulheres, tais como “bropropriating”, “manterrupting” e “gaslighting”. A popularização do conceito é geralmente atribuída à escritora estadunidense Rebecca Solnit, que o utilizou pela primeira vez no livro “Os Homens explicam tudo para mim”. Nesta obra, organizada em diversos ensaios, Solnit²⁹⁵ (2017) aborda, entre outras questões, a violência contra as mulheres. No ensaio que dá título ao livro, a autora descreve uma situação em que um homem explica a ela algo que ele não sabe, sobre um assunto que ela domina. O livro de Solnit (2017) teve grande repercussão nas redes sociais e na imprensa e acabou por consolidar o uso do conceito em questão, tanto em movimentos sociais quanto em estudos feministas. Solnit (2017) destaca que o silenciamento das mulheres, historicamente, tem sido e ainda é socialmente construído. Solnit (2017) aponta que, atualmente, ainda são muitas as mulheres que não conseguem assumir sua voz

²⁹⁵ SOLNIT, Rebecca. Os homens explicam tudo para mim. São Paulo: Editora Cultrix, 2017.

e o seu conhecimento publicamente, pois foram historicamente interrompidas e silenciadas por vozes masculinas.

Para refletir: faça um exercício de observação. Em sua sala de aula, observe e registre quem fala, quem não fala, quem é interrompido quando fala, quem pega o lugar de fala do outro, a quem professores e professoras dão lugar de fala. Pense: a longo prazo, que consequências práticas o *maninterrupting* pode provocar na identidade da mulher?

Mão invisível:

Conceito inicialmente introduzido por Adam Smith (1723-1790). Embora a expressão “mão invisível” não tenha grande destaque nos textos de Smith, atualmente ela representa um conceito chave para os defensores da liberdade de iniciativa econômica. Mão invisível significa “uma coordenação invisível que assegura a consistência dos planos individuais numa sociedade onde predomina um sistema de mercado” (SANDRONI, 1999, p.365). Ou seja, quem busca seu próprio interesse é guiado por uma mão invisível a satisfazer os interesses da sociedade, desde que a pessoa seja livre para produzir, comprar e vender. Em contextos de liberdade econômica, as pessoas vão buscar as condições mais vantajosas possíveis para si mesmas. Por exemplo, digamos que você precisa de dinheiro e quer fabricar e vender trufas na escola. Você não vai querer gastar muita grana para produzir as trufas, correto? Mas também não vai querer fazer as trufas com ingredientes tão ruins que ninguém queira comprar, certo? Se você quer lucro, você vai vender as trufas pelo preço mais alto que as pessoas topam pagar e com a melhor qualidade possível para este preço. Você não está pensando diretamente nos seus colegas, na sociedade, na saúde das pessoas: está agindo em busca de benefício

próprio (está fazendo escolhas racionais autointeressadas). No entanto, na sua busca de produzir trufas por um preço “pagável” por teus colegas e professores e com uma qualidade que os faça querer comprar novamente, você acaba beneficiando as outras pessoas com um produto com alguma qualidade e um preço acessível. Com o tempo, você e seus clientes produzem um meio-termo entre a qualidade esperada e o preço que será pago pelo produto. Você terá de ajustar suas trufas às expectativas de quem quer comprar, ao preço e ao seu lucro. Eis que a mão invisível agiu. Desta forma, segundo o conceito de mão invisível, o mercado livre se autorregularia, sem a necessidade da intervenção do Estado. Isto ocorreria pela “lei da oferta e da procura”: nos períodos em que a oferta de um bem ou serviço excede a procura (ou demanda), seu preço tende a cair. Já em períodos nos quais a procura (ou demanda) passa a superar a oferta, a tendência é o aumento do preço. **Em** outras palavras: se a oferta é maior que a procura, os preços diminuem; se a procura é maior que a oferta, os preços aumentam. A estabilização da relação entre a oferta e a procura leva, em primeira análise, a uma estabilização do preço. Ou seja, em um sistema econômico competitivo perfeito, o comportamento dos vendedores e compradores deverá conduzir o mercado a um equilíbrio, sem nenhuma interferência externa, sem ser necessária a intervenção do Estado. Caso uma interferência externa ocorra, se estimula o mercado ao desequilíbrio. Obs.: em Adam Smith a economia seria uma espécie de sistema auto-organizado, “um organismo” todo integrado e independente.

Para refletir: as crises econômicas, as distorções e desigualdades na distribuição da renda, a existência de desemprego crônico e elevado indicam que a mão invisível nem sempre proporciona a harmonia entre os interesses individuais e os da sociedade. Que outros fatos podem indicar os limites da tal mão invisível?

Marx, Karl:

Nasceu no Reino da Prússia, atual Alemanha, em 1818, em uma família judaica. Morreu em Londres, em 14 de março de 1883. Teórico, militante político revolucionário, jornalista e um dos maiores pensadores críticos da sociedade capitalista, amado e odiado por sua associação com o comunismo. Marx escreveu dezenas de obras sobre a relação de exploração e dominação social do capital em relação ao trabalho, tendo como objeto de pesquisa fundamental a sociedade capitalista (capitalismo) do tempo em que ele viveu. Para o entendimento desta sociedade, Marx (com auxílio de Friedrich Engels -1820-1895) buscou entender como a história humana funciona. Nesta busca, defendeu que a história humana é a história das relações dos homens com a natureza e dos homens entre si e, que nesses dois tipos de relação, o trabalho é intermediário essencial. Com estas interpretações, Marx defendeu que a estrutura de uma sociedade é um reflexo da forma como ela organiza o trabalho e que tal organização envolve dois fatores fundamentais: 1. as forças produtivas e 2. as relações de produção. A força de trabalho humano e os meios de produção constituem as forças produtivas, que são aplicadas pelo homem sob a orientação de uma técnica específica. As relações de produção são as formas pelas quais os homens se organizam para executar a atividade produtiva. Elas se referem às diversas maneiras pelas quais são apropriados e distribuídos os elementos envolvidos no processo de trabalho: as matérias-primas, os instrumentos e a técnica, os próprios trabalhadores e o produto final. Assim, as relações de produção podem ser, num determinado momento, cooperativistas (como num mutirão) ou escravistas, e em outro, capitalistas (como na atualidade). A forma pela qual as forças produtivas e relações de produção existem e são reproduzidas numa determinada sociedade constitui o que Marx denominou "modo de produção". As relações de produção, quando se estabelecem, funcionam como uma forma de desenvolvimento das forças produtivas, mas chega um momento em que as forças produtivas não mais conseguem se desenvolver sob a

vigência daquelas relações de produção. Abre-se então um período de convulsão social, no qual as relações de produção vigentes são contestadas, a classe dominada se insurge contra a classe dominante e força mudanças no modo de produção. Assim, a luta de classes move a história. Para Marx, o estudo do modo de produção é fundamental tanto para compreender como se organiza e funciona uma sociedade, como para entender como as sociedades mudam. No estudo do modo de produção capitalista Marx destaca que o capitalismo opõe burgueses e proletários e faz com que os proletários sejam expropriados dos meios de produção e do saber que eles detinham para a construção das coisas. Isso ocorre porque o capitalismo torna os meios de produção propriedade de poucos e divide as tarefas em parcelas que não permitem ao operário aprender a fazer aquilo que ele próprio produz. Neste contexto, os trabalhadores não possuem, nem controlam os meios de produção, eles dependem dos patrões, que compram seu tempo em troca de salários. Os empregadores exploram essa dependência pagando aos trabalhadores apenas uma parte do valor do que eles produzem e conservando o resto (a mais-valia) para si próprios. Na cabeça dos homens que vivem esse sistema, isso é percebido como algo natural, como se as coisas sempre fossem assim e sempre tivessem que ser desta maneira – à medida que um modo de produção se estabiliza, ele é percebido pelos homens como o único possível. Isso é uma falsa consciência ou consciência invertida, uma vez que as coisas nem sempre foram assim e existem inúmeras outras estruturações sociais possíveis. Todos esses processos contribuem para que o trabalho e a produção que pertence ao trabalhador sejam percebidos como algo que pertence a outros, gerando o trabalho alienado, a alienação. Marx e Engels afirmam que qualquer salário é injusto porque a relação de assalariamento é injusta em si, porque separa o trabalhador do resultado do seu trabalho e faz com que o trabalho se torne mero recurso de sobrevivência (comer, beber e procriar) ou mercadoria, desumanizando aquilo que humanizava o homem. Essa injustiça não pode ser percebida por causa da ideologia, que é uma concepção de mundo gerada pela classe dominante e assumida pela classe dominada como se fosse sua (eis a

suprema ironia do capitalismo: “o dominado pensa com a cabeça do dominador e por isso segue dominado”). Além de não ser percebida, ela é difícil de ser combatida, dentre outros fatores, por mecanismos do capitalismo como a criação do exército industrial de reserva. Mas Marx e Engels apresentam uma utopia: acreditaram que chegará o momento em que o desenvolvimento das forças produtivas proporcionado pelo capitalismo entrará em contradição com as formas capitalistas de propriedade e isso fará com que os operários formem consciência de classe (conscientes de si mesmos como classe) e promovam uma revolução. Uma revolução que dará origem a uma nova sociedade (comunista): sem exploradores nem explorados. Em síntese, “o homem só será livre, quando o trabalho for livre” e para isso é preciso se libertar da ideologia burguesa, se organizar e lutar contra as classes dominantes, mudando o modo de produção. Munido destas interpretações, partir de 1844, com Friedrich Engels, dedicou-se a fundamentar teoricamente o socialismo (então dominado pelo pensamento utopista). Junto a Émile Durkheim e Max Weber, Marx é, em geral, considerado como uma das figuras mais importantes no desenvolvimento do pensamento sociológico. Enquanto Durkheim incitou a Sociologia à percepção da importância da categoria de fato social, Weber trouxe o prisma das ações sociais e Marx colocou em cena as classes sociais. Ao colocar em cena as classes sociais, Marx funda um método e uma perspectiva de análise denominada Materialismo Histórico Dialético, que, dentre outros elementos aponta que as diferentes formas de organização material dos processos produtivos, de satisfação das necessidades materiais (infraestrutura), produzem diferentes formas de organização do mundo das ideias, da religião, do Estado, da política (superestrutura).

Para refletir: enquanto escrevia O Capital, Marx atuava no movimento operário, contribuindo, decisivamente, ao lado de Engels, para a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional), criada em Londres em 1864. Estes movimentos operários influenciaram e influenciam a política de diversos países. Quase metade da população do mundo vive ou

viveu sob regimes que se pretendem marxistas. Em vários contextos sociais e históricos, ensinar Marx é ou foi proibido. Porque Karl Marx incomoda tanto?

Massa:

é muito provável que você já tenha escutado expressões como meios de comunicação de massa, cultura de massa, sociedade de massa. Nestas expressões, o conceito em comum é o conceito de massa. De acordo com Horkheimer e Adorno²⁹⁶ (1978, p.78), “é um fenômeno moderno, relacionado de modo específico com as grandes cidades [...]”. A ideia surge “ao longo do século XIX, sendo sistematizada pela primeira vez no pensamento sociológico por Aléxis de Tocqueville, a partir de 1835. É no século XX, porém, que a noção de massa ganha notoriedade (SILVEIRA²⁹⁷, 2014, p.52). Apesar disso, é frequentemente considerado um conceito não válido, dada a sua caracterização fluída. “A massa é sem atributo, sem predicado, sem qualidade, sem referência. Aí está sua definição, ou sua indefinição radical. Ela não tem “realidade” sociológica” (BAUDRILLARD²⁹⁸, 1985, p.4). É “um conjunto no vácuo de partículas individuais, de resíduos do social e de impulsos indiretos” (BAUDRILLARD, 1985, p.6). Uau, tá difícil, né? Pois é: massa é um tipo de agregado social, diferente da

²⁹⁶ Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (1978). *Temas básicos de Sociologia*. São Paulo: Cultrix.

²⁹⁷ DA SILVEIRA, Alex R. M.. DA MASSA À CULTURA: notas para uma sociologia da comunicação. *Estudos de Sociologia*, [S.l.], v. 1, n. 11, p. 49-68, abr. 2014. ISSN 2317-5427. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235408>>. Acesso em: 11 mar. 2021.

²⁹⁸ BAUDRILLARD, Jean. À sombra das maiorias silenciosas O fim do social e o surgimento das massas. Tradução: Suely Bastos. Editora Brasiliense: São Paulo, 1985. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/212462/a-sombra-das-maiorias-silenciosas.pdf> . Acesso em 11/03/2021.

multidão e do público. É um agrupamento “virtual” (virtual no sentido de não ser formado por pessoas que estão no mesmo lugar em contato físico ou interação) de pessoas que, quando nela inseridas perdem suas características individuais. Pense usando a seguinte metáfora: quando alguém faz massa, mistura ovos, leite, farinha, fermento, azeite. Inicialmente, na produção deste alimento, é possível identificar cada um destes ingredientes. Mas, uma vez que os mesmos estejam devidamente misturados, eles tornam-se indistinguíveis, uma “massa”. No caso das massas sociais, acontece algo parecido com a massa (alimento), mas as pessoas não estão unificadas em um mesmo espaço físico, não compartilham de um mesmo trabalho ou ideologia. Como um exemplo de massa temos os telespectadores de uma novela, que se colocam em uma situação semelhante (assistem a novela), mas não interagem entre si, não compartilham do mesmo espaço físico, não apresentam poder de crítica perante aquilo que os agregou, não apresentam qualquer tipo de organização. Os telespectadores, como massa, compõem um elemento amorfo (que não tem forma determinada), inerte (sem atividade ou movimento próprios), composto de pessoas (partículas individuais) que são unificadas como receptoras da mesma produção cultural, mas que não estão no mesmo espaço. A massa é um elemento social politicamente apático, desinteressado pela coisa pública, indiferente aos problemas do mundo, em especial aos que ele próprio acarreta. Ela é o telespectador com as nádegas no sofá, indiferente ao mundo de seu tempo, ao processo de vida social e aos valores que a compõem. “O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto” (ARENDDT, 2007, p.361).

Para refletir: como vimos, o termo massa refere-se a um conjunto de pessoas a quem falta o ingrediente que possa agregá-los em uma ação conjunta, que não se percebe unificada por uma causa, por um ideal, que se compõe de seres destituídos de identidade, que ganha as feições do “cão de Pavlov”, que somente obedece a estímulos. Qual o papel dos meios de comunicação de massa, perante a massa que atingem?

Masculinidade cúmplice:

“A masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar de ‘masculinidades’” (CONNEL²⁹⁹, 1995, p.188). Existem variadas formas de masculinidade, que sofrem interferência de fatores diversos, como cultura, mercado de trabalho e política. A masculinidade cúmplice é aquela forma de masculinidade do homem que não segue a masculinidade hegemônica, mas que dela se beneficia. Muitas vezes, em meio privado e longe de outros homens, aquele que age conforme a masculinidade cúmplice se comporta opostamente à masculinidade hegemônica, mas não abre mão dos sistemas de privilégios que ela o outorga. Trata-se da masculinidade “que aceita a estrutura mais ampla de relações de gênero, mas não age de forma militante em sua defesa” (CONNEL, 1995, p.194). Esta seria, de acordo com Connel (1995) a forma de masculinidade que abrange o maior número de homens, pois poucos homens seriam declarados defensores do domínio patriarcal sobre as mulheres,

²⁹⁹ CONNELL, R. W. "Políticas da masculinidade". *Educação e Realidade*, v. 2, n. 20, p. 185-206, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725> . Acesso em 11/03/2021.

mas muitos retirariam proveitosos benefícios da subordinação do sexo feminino.

Para refletir: Fulano não defende abertamente a subordinação da mulher ao homem, mas não ajuda a lavar louça, não auxilia nas tarefas domésticas mesmo que a mulher também esteja trabalhando; não defende abertamente a subordinação da mulher ao homem, mas ele pode sair para beber com os amigos e a mulher não. A masculinidade cúmplice é menos grave do que a masculinidade hegemônica?

Masculinidade hegemônica:

é aquela forma de masculinidade com hegemonia em determinado contexto social. É a forma dominante de masculinidade na hierarquia de gênero. Este conceito desenvolvido por Raewyn Connel, uma socióloga mulher transexual nascida em 1944, autora da obra *Masculinities* (1995) e coautora de *Towards a New Sociology of Masculinity* (1985). Connel (1995) destaca que a masculinidade não é um estado biológico, não é nada fixo, que não existe um padrão de masculinidade que seja identificado em todas as culturas ou classes sociais, que masculinidade é uma identidade adquirida e que existem múltiplas masculinidades (tais como a masculinidade cúmplice e a masculinidade subordinada). Assim “uma determinada forma hegemônica de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno dela” (CONNEL³⁰⁰, 1995, p.189). A masculinidade hegemônica é um sistema de poder que classifica os homens com certo tipo de masculinidade acima daqueles com outras formas de masculinidade e que empodera os

³⁰⁰ CONNELL, R. W. "Políticas da masculinidade". *Educação e Realidade*, v. 2, n. 20, p. 185-206, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725> . Acesso em 11/03/2021.

homens sobre as mulheres. Para Connel e Messerschmidt³⁰¹ (2013) o principal interesse dos homens a masculinidade hegemônica está condensado no patriarcado, porque ele os beneficia. A maioria dos homens acha difícil ser patriarca, mas teme abrir mão dos tais benefícios que essa condição os outorga. O atual padrão hegemônico de masculinidade norte-americano, o do macho poderoso, agressivo, sem emoções, que para alcançar seus objetivos, pode usar, com frequência, a violência, tem se disseminado pelo mundo todo e colonizado culturas que tinham outros padrões de masculinidade. De qualquer forma, as masculinidades estão constantemente mudando na história e as hegemônicas são produzidas em relação com outras masculinidades. “Por exemplo, numa escola observada por mim e meus colegas, a masculinidade hegemônica era representada por um grupo chamado “The Bloods”, constituído por garotos que se beneficiavam do culto do futebol existente na escola e buscavam um estilo agressivo, fisicamente dominante, de conduta. Mas a mesma escola também produzia uma masculinidade intelectual, representada por um grupo chamado “The Cyrils”, constituído por garotos que não eram fisicamente agressivos, mas eram academicamente competitivos. O importante é que a escola produzia ambas as masculinidades e os professores tinham que regular as relações entre elas” (CONNEL, 1995, p.190).

Para refletir: “O conceito de masculinidade hegemônica foi usado em estudos na educação para compreender as dinâmicas da vida em sala de aula, incluindo os padrões de resistência e *bullying* entre meninos” (CONNEL³⁰², 2013, p.246). Como este conceito pode te

³⁰¹ CONNELL, Robert W. and MESSERSCHMIDT, James W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2013, vol.21, n.1 [cited 2021-03-11], pp.241-282. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014&lng=en&nrm=iso>.

³⁰² CONNELL, Robert W. and MESSERSCHMIDT, James W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2013, vol.21, n.1 [cited 2021-03-11], pp.241-282. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014&lng=en&nrm=iso>.

ajudar a pensar a masculinidade e as relações entre os meninos da escola em que você estuda?

Masculinidade homossexual ou subordinada:

na interpretação de que existem muitas formas de ser masculino, múltiplas masculinidades que variam ao longo do tempo, da cultura, da profissão, das classes sociais e do indivíduo, a chamada masculinidade homossexual ou subordinada, é identificada como a forma de masculinidade posta na base da hierarquia de gênero. “A masculinidade subordinada diz respeito às relações que se estabelecem entre diferentes elementos do sexo masculino no que se refere à orientação sexual, que não se restringe a uma estigmatização cultural, mas se exprime em práticas concretas nas quais se incluem: violência legal (prisão sobre o pretexto de sodomia), exclusão cultural e política, discriminação econômica e ataques pessoais. Para a masculinidade hegemônica, a homossexualidade está muito próxima da feminilidade [...] (SAAVEDRA³⁰³, 2004, p. 108-109). A masculinidade homossexual, ao ser socialmente posicionada próxima da feminilidade frequentemente é usada como pretexto para submeter o homossexual aos mesmos padrões inaceitáveis de violência e relação a que estão submetidas as mulheres em sociedades patriarcais.

Para refletir: em relações amorosas homossexuais regidas por padrões heteronormativos, pode ocorrer que aquele parceiro que esteja mais próximo da masculinidade hegemônica subordine o companheiro associado com a masculinidade homossexual,

³⁰³ SAAVEDRA, L. Diversidade na identidade: A escola e as múltiplas formas de ser masculino. *Psicologia, Educação e Cultura*, 8(1), 2004. 103-120. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4224/1/masculinidade.pdf> Acesso em 14/04/2022.

submetendo-o aos mesmos tipos de exploração e violência a que são submetidas as mulheres em sociedades patriarcais. As relações amorosas precisam de uma figura dominante e outra subordinada? É possível relacionamentos sem hierarquias? Quando uma das figuras assume as tarefas domésticas e a outra trabalha fora de casa e obtém a renda que sustenta a família, deve haver algum tipo de hierarquia entre os parceiros?

Materialismo Histórico Dialético:

Desenvolvido a partir das ideias de Karl Marx, a expressão Materialismo Histórico e Dialético, refere-se a uma perspectiva e um método para compreender a vida social. Como pode ser observado, o nome da perspectiva em questão é composto de três palavras: 1. Materialismo; 2. Histórico; e, 3. Dialético. A primeira palavra, a palavra materialismo, é usada justamente para ressaltar que a humanidade define-se por sua produção material, pela forma que executa a produção de bens e serviços. Ou seja, que as coisas que podemos pegar, que são palpáveis, tais como uma enxada ou dinheiro, tem importância na produção das características de cada sociedade, pessoa ou grupo social; a palavra histórico, a segunda citada, é usada para indicar que as tais condições materiais são diferentes momentos em históricos distintos e, que, portanto, o contexto histórico é relevante na interpretação da realidade; e, a terceira palavra, a expressão “dialética”, é um termo que diz respeito a dois pontos de vista contrários que se unificam para produzir algo novo. Assim, a dialética compõe-se, de três elementos: 1. tese (uma tese é uma afirmação); 2. antítese (uma antítese é uma afirmação contrária a uma tese); 3. síntese (como o nome indica, é o resultado da síntese entre a tese e a antítese). A síntese supera a tese e a antítese, originando uma nova tese e um novo ciclo de oposição entre tese e antítese. Na dialética marxista,

a burguesia seria a tese, e o proletariado, sua antítese. A síntese seria a superação da sociedade de classes por uma sem classes, o comunismo. Trata-se de um método que se fundamenta interpretação de que todos os aspectos da vida humana possuem uma base material originária da produção econômica de bens e serviços; de que há uma disputa de classes sociais desde os primórdios da humanidade e que esta disputa está relacionada com a produção material (com o trabalho e com o resultado do trabalho) de cada sociedade, em cada momento histórico; e, de que os sistemas sociais mudam através de um processo histórico contínuo, em que contradições internas, socialmente geradas, criam tensões, que levam a alguma forma de solução (síntese) e também ao início de um novo ciclo de lutas. Assim, em Marx, adotar uma visão materialista da história significa se opor ao idealismo, se opor à interpretação de que o desenvolvimento histórico das sociedades decorre de ideias ou ideais abstratos. Para ele, os aspectos não-materiais da vida social (a linguagem, as crenças, a estrutura da família, da religião e do Estado - superestrutura) são formados a partir da maneira como a sociedade é organizada em torno das atividades básicas de produção material (infraestrutura), típicas de um momento histórico e associadas com as contradições/desigualdades de cada sociedade. Desta forma, por esta perspectiva, para compreendermos uma sociedade, é necessário olharmos para os aspectos tais aspectos materiais e históricos, nas contradições e desigualdades a eles associadas.

Para refletir: Karl Marx trouxe de original uma análise dialética das relações sociais e econômicas (as bases materiais e concretas da sociedade) que formam uma estrutura que explicava fatos históricos e culturais. No momento histórico em que vivemos, como as condições materiais de organização da produção fundamentam conflitos que nos ajudam a entender a vida social?

Matrilinear:

no estudo dos sistemas de parentesco os antropólogos identificam o que chamam de linhagens patrilineares e de linhagens matrilineares. A expressão linhagem matrilinear é relativa à descendência em que a linha materna é preponderante, em que sobrenome e a linhagem da mãe são o que prepondera. “A matrilinearidade é um sistema de parentesco, de filiação através do qual somente a ascendência (família) da mãe é tida em consideração para a transmissão do nome, dos benefícios ou do status de se fazer parte de um clã ou classe, enquanto na patrilinearidade a ascendência considerada é a paterna” (OLIVEIRA³⁰⁴, 2018, p.319). “No estudo do sistema de parentesco, os pesquisadores do século XIX procuram principalmente demonstrar a anterioridade histórica dos sistemas de filiação matrilinear sobre os sistemas de filiação patrilinear (ASSIS e KUMPEL³⁰⁵, 2011, p.68). Neste contexto, a herança biológica da mãe era mais forte e mais importante que a do pai. A mãe possuía um sacro poder e sua autoridade era ilimitada. Assim, a matrilinearidade configura-se especialmente em matriarquias (sistema social organizado em torno do princípio de dominação pela mãe. Visto que mãe é um status familiar, o conceito aplica-se principalmente a sistemas familiares, embora, em sociedades tribais onde família e sociedade constituem a única e mesma coisa, possa aplicar-se também à estrutura de poder nesse nível). Em um **sistema de descendência matrilinear**, uma pessoa é considerado pertencente ao mesmo grupo de descendência de sua mãe. É o sobrenome e o sangue da mãe que importam para identificar a

³⁰⁴OLIVEIRA, F. C. O MATRIARCADO E O LUGAR SOCIAL DA MULHER EM ÁFRICA: Uma abordagem afrocentrada a partir de intelectuais africanos. ODEERE, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 316-339, 2018. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/4424>. Acesso em: 14 mar. 2021.

³⁰⁵ASSIS, O. Q. e KUMPEL, V.F. Manual de antropologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2011. Disponível em: <https://www.professorrenato.com/attachments/article/189/Manual%20de%20antropologia.pdf>

linhagem e até mesmo direito à herança e títulos. Assim, quando se constitui a árvore genealógica da família, a linhagem de um descendente (de qualquer sexo) é constituída de uma mãe para outras mães de gerações seguintes, até se chegar na geração atual.

Para refletir: dentre outras centenas de povos, na América do Sul os Kogi e Carib são exemplos de culturas matrilineares; na América do Norte, os Choctaw, Sicewa, Seneca, Minotoan Gitksan, Haida, Hopi, Iroquois, Lenape, Navajo e Tlingit; no sul da Índia os Thiyyas, Nairs e Muslims de Kerala e os Mogaveeras Billavas e os Bunts de Karnataka; no sudeste asiático, os Kayah do Sudeste Asiático; na Escócia os Picti; na Espanha e na França, os Bascos; no Japão, os Ainu; a África conta com tantos povos matrilineares que os antropólogos denominam toda uma região dela como cinturão matrilinear. Perante essa diversidade de povos matrilineares, pode se dizer que a patrilinearidade é um “sistema natural”?

Mecanismos de controle social:

são todos os recursos e processos que a sociedade dispõe para produzir controle social. São os mecanismos que buscam delimitar a ordem social regulamentando a sociedade e submetendo os indivíduos a determinados padrões sociais e princípios morais. São mecanismos que delimitam as interações sociais seguindo parâmetros previsíveis, introjetados pelas pessoas por meio do processo de socialização. Trata-se de mecanismos pelos quais se garante conformidade à ordem social, do "conjunto dos recursos materiais e simbólicos de que uma sociedade dispõe para assegurar a conformidade do comportamento de seus membros a um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados"

(ZEDNER³⁰⁶, 1996, p. 138). São mecanismos que configuram um “conjunto de meios de intervenção [...] acionados por cada sociedade ou grupo social a fim de induzir os próprios membros a se conformarem às normas que a caracterizam, de impedir e desestimular os comportamentos contrários às mencionadas normas, de restabelecer condições de conformação, também em relação a uma mudança do sistema normativo” (BOBBIO; PASQUINO; MATTEUCCI, 2008, p.285)³⁰⁷. São “os meios que ela [a sociedade] utiliza para induzir a submissão a seus próprios padrões” (ZEDNER, 1996:138). “Mecanismos de controle social são todos os elementos sociais (estruturas, padrões culturais, status, atos, instituição) que tem como objetivo conduzir o conjunto das ações individuais para limites previsíveis” (SILVA *et al.*, 2016, p. 95). “Os mecanismos de controle social podem ser legais (quando organizados em leis, normas e outras formas de expressão legal) ou sociais (quando existem apenas como norma social coletiva, sem previsão legal) (SILVA *et al.*, 2016, p. 99). “Os mecanismos de controle social, segundo Talcott Parsons, funcionam como “defesas secundárias” para combater os desvios que, se deixados sem controle, podem romper o equilíbrio social (ZEDNER, 1993, p. 138). Vide agentes de controle social.

Para refletir: os mecanismos de controle social podem ser operados informalmente, através de família, da igreja ou da escola, ou formalmente, através do governo, do sistema jurídico, da polícia ou de outros instrumentos de força. Informalmente, como você percebe mecanismos de controle social sendo aplicados em relação a sua conduta?

³⁰⁶ ZEDNER, L. Controle social. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. et al. *Dicionário do Pensamento Social no Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.138-139.

³⁰⁷ BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, N. *Dicionário de Política*. 13a. ed. Brasília/DF: UNB, 2008. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>

Mecanismos de defesa:

são processos psicológicos executados com o objetivo de minimizar ou atacar qualquer elemento que possa provocar perturbação psíquica, que possa colocar em perigo a integridade do ego. São acionados em situações consideradas ameaçadoras pela pessoa que as vive. São processos subconscientes ou inconscientes que permitem à mente encontrar uma solução para conflitos não resolvidos no nível da consciência. Quanto mais angústia uma situação provoca em determinada pessoa, mais provável é a ativação dos mecanismos de defesa. São exemplos de mecanismos de defesa: a formação reativa (o ego procura afastar o desejo que vai em determinada direção, e, para isto, o indivíduo adota uma atitude oposta a este desejo); a regressão (o indivíduo retorna comportalmente a etapas anteriores de seu desenvolvimento); o recalque (a pessoa torna 'invisível'/suprime uma parte da realidade que faz parte de um todo e assim altera, deforma o sentido do todo); projeção (o indivíduo localiza –projeta algo de si no outro e não percebe aquilo que foi projetado como algo seu que considera indesejável); e a racionalização (o ego coloca a razão a serviço do irracional e da justificativa de comportamentos inadequados, criando explicações aparentemente racionais e/ou até mesmo científicas para outros mecanismos de defesa).

Para refletir: você consegue perceber se já usou algum destes mecanismos de defesa? Quais? Em que situações?

Meio ambiente:

no senso comum, este conceito geralmente é associado exclusivamente com discussões relacionadas com ecossistemas, natureza, fauna, flora, vida animal e vegetal. No entanto, nestas

associações, frequentemente falta um elemento primordial, o caráter cultural e social das questões ambientais. Aliás, quando se fala da relação entre sociedade e meio ambiente, geralmente isto é feito em termos do impacto dela sobre o meio ambiente, sem a percepção de que a sociedade é elemento que compõe o meio ambiente. Ora, o meio ambiente não é apenas elemento natural, mas, sobretudo, uma realidade criada e constituída por processos sociais dinâmicos, um elemento composto de uma conjunção de forças sociais, religiosas, políticas e econômicas, constituídas histórica e culturalmente. Assim sendo, “o desenvolvimento da cultura humana e a forma como suas manifestações interagem com o ambiente físico ao redor caracterizam o conceito de meio ambiente para a Sociologia” (SILVA *et al.*, 2016, p.359). Aliás, as distintas relações entre sociedade e natureza podem incitar desenvolvimento sustentável, justiça ambiental e/ou racismo ambiental. Bem como, podem estar relacionadas com questões de gênero [ecofeminismo], com questões étnica-raciais e de classe social. No contexto destes posicionamentos, se funda a Sociologia Ambiental, enfocando inicialmente o grau dos limites biofísicos à expansão econômica. Dentre os primeiros, mais destacados e influentes sociólogos ambientais, constam William Catton e Riley Dunlap. Eles argumentam que na era moderna os estudiosos foram marcados por compartilhar concepções como as de que o ser humano é singular entre as criaturas da terra, pois tem uma cultura e esta cultura pode se modificar para se adaptar a novas realidades; e, que, por intervenção humana, a capacidade do meio ambiente é passível de aumento segundo as necessidades sociais, podendo o progresso continuar sem limites. Mas que, os problemas ambientais amplificados a partir dos crescentes processos de exploração humana dos recursos naturais, fundaram um novo paradigma ambiental pautado em premissas que indicam a "dependência das sociedades humanas ao ecossistema": 1. Os seres humanos são apenas uma das muitas espécies que, de maneira interdependente, estão envolvidas nas comunidades bióticas que moldam nossa vida social. 2. As complexas ligações entre causa e efeito e o feedback na trama da natureza produzem muitas consequências não-involuntárias a partir

da ação social intencional. 3. O mundo é finito, existindo assim limites potenciais físicos e biológicos que reprimem o crescimento econômico, o progresso social e outros fenômenos da sociedade (CATTON & DUNLAP³⁰⁸, 1978, p. 45).

Para refletir: leia as seguintes afirmações: somos partes do meio ambiente, com outros animais compomos o meio ambiente; somos apenas uma das muitas espécies que de maneira interdependente estão envolvidas nas comunidades bióticas que compõe o meio ambiente; somos a única espécie que produz cultura (em termos sociológicos); são finitos os recursos naturais que conosco integram o meio ambiente. O que você conclui a partir das afirmações que você acabou de ler?

Meios de comunicação de massa [mídia]:

livros, jornais, revistas, o rádio, a televisão e a Internet, são exemplos de meios de comunicação de massa. Trata-se de canais usados na produção em grande escala e na difusão generalizada de mensagens e produtos midiáticos. A palavra “massa” implica que o meio de comunicação atinge muita gente, a maioria e/ou totalidade da população. Na Sociologia, os meios de comunicação de massa são analisados em diferentes perspectivas. Neste contexto, análises marxistas apontam para os meios de comunicação de massa, como recursos controlados por um pequeno grupo de pessoas cada vez mais ricas, que contribuem para a desigualdade e a manutenção dos valores centrais da ordem social estratificada. Análises funcionalistas, apontam aspectos positivos dos meios em questão, indicando que os mesmos servem

³⁰⁸ CATTON, R. e DUNLAP, R. Environmental sociology: a New Paradigm? The American Sociologist, v 13, p. 41-9, 1978
<https://www.jstor.org/stable/27702311?seq=1>

para coordenação, socialização e controle social, tornando possível a ordem social. Abordagens interacionistas, ressaltam que pessoas não são robôs programáveis – que as pessoas filtram, resistem e algumas vezes rejeitam as mensagens da mídia de acordo com seus próprios interesses e valores, ou seja, que existe uma interação em que mídia e pessoas se modificam. Por sua vez, abordagens feministas destacam que a mídia produz representações distorcidas das mulheres e minorias sociais, geralmente em favor de homens e/ou grupos dominantes (BRYM *et al.*, 2008). Entre os primeiros pensadores sociais a estudarem os meios de comunicação de massa de forma sistemática estão os autores fundadores do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. Esses autores, incluindo Max Horkheimer (1895-1971) e Theodor Adorno (1903-69), estavam interessados na natureza e no impacto do que chamaram de “indústria da cultura”. Posteriormente, nas décadas 50 e 60 do século passado, autores canadenses como Harold Innis (1894-1952) e Marshall McLuhan (1911-81), em produções de conceitos como o de aldeia global, abordaram os meios de comunicação de massa em uma perspectiva diferente. Já outros autores, como o sociólogo Stanley Cohen (1987) apontam o papel dos meios de comunicação de massa na produção de pânico moral e de demônios populares. Mais recentemente, o francês Jean Baudrillard (1929-2007), trouxe o conceito de hiper-realidade para o debate em questão. O estudo dos meios de comunicação, “ajudou a ressaltar o fato de que o desenvolvimento da comunicação de massa deu forma, de um modo profundo e irreversível, à natureza da interação social e da experiência cultural no mundo moderno”. Ou seja, deu origem a novas formas de interação social.

Para refletir: você, seus pais, seus avós, tem formas diferentes de ver e viver no mundo. Que papel os meios de comunicação de massa podem desempenhar na produção e manutenção destas diferenças?

Meios de produção:

Conforme Karl Marx, “o processo do trabalho possui três componentes: o trabalho, atividade orientada para superar uma carência; o material ou objeto do trabalho, a matéria a ser trabalhada; e os instrumentos de trabalho” (CHAUÍ³⁰⁹, 2007, p.163). Estes três componentes são os meios de produção. A expressão meios de produção refere-se ao “conjunto formado pelos meios de trabalho e pelo objeto de trabalho. Os meios de trabalho incluem os instrumentos de produção (ferramentas, máquinas), as instalações (edifícios, silos, armazéns), as diversas formas de energia e combustível e os meios de transporte. O objeto de trabalho é o elemento sobre o qual ocorre o trabalho humano: a terra e as matérias-primas, as jazidas minerais e outros recursos naturais” (SANDRONI³¹⁰, 1999, p. 378). São “os meios pelos quais a produção de bens materiais ocorre em uma sociedade, incluindo não apenas tecnologia, mas as relações sociais entre os produtores” (GIDDENS, 2012, p.797).

Para refletir: como a transformação dos meios de produção afeta a vida em sociedade?

Meme:

expressão utilizada para caracterizar imagens e vídeos que se espalham pela internet através de sua replicação de forma viral. São

³⁰⁹ CHAUÍ, M. A história no pensamento de Marx. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, J.; GONZALES, S. (Org.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Conselho Latino Americano de Ciências Sociais. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.143-165

³¹⁰ SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 1999. Disponível em: <http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FMI.BM.Nov%C3%ADssimo-Dicion%C3%A1rio-de-Economia.pdf>

elementos usados, dentre outros objetivos, para produzir humor, críticas políticas, reflexões e/ou retratar estados de sentimento. Memes são “elementos com características comuns de conteúdo, circulados e ressignificados de forma majoritariamente espontânea e intencional pelos usuários” (FREIRE³¹¹, 2016, p.36-37). À medida que se espalham pelo ambiente virtual, surgem outras versões do meme original. “Memes são, geralmente, descritos como conteúdo raso e desprezioso, simples manifestação de expressão. No entanto, tal percepção é uma compreensão equivocada sobre o fenômeno, como “cultura inútil” ou “besteirol”. Essa compreensão deve-se em parte à ausência de estudos que se debrucem sobre o universo polissêmico dos memes, a partir dos usos e das apropriações dessas produções em contextos reconhecidamente políticos (CHAGAS³¹² *et al.*, 2017, p.181-182). Sociólogos e estudiosos da comunicação apontam a importância dos memes nos processos políticos e produzem categorizações para os chamados memes políticos. Shifman (2014) elaborou uma classificação dos tipos de Memes utilizados na política nacional. Esta taxonomia de Shifman³¹³ (2014) categoriza os memes políticos em três tipos: 1. Memes persuasivos (aqueles estrategicamente construídos para conseguir apoio a uma determinada candidatura, com a intenção de convencer o eleitor); 2. Memes de ação popular (aqueles em que o conteúdo visa mobilizar coletivos em campanhas políticas, partidárias ou não, tais como os associados com a *hashtag* da campanha “Ele Não”). 3. Memes de discussão pública (aqueles que trazem piadas e muitas referências intertextuais, para colocar

³¹¹ FREIRE, Fernanda. **Uma breve reflexão sobre memes políticos, humor e conversação cotidiana informal**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.opiniaopublica.ufmg.br/site/files/edicao/edicao-agosto2-2016.pdf#page=31> . Acesso em: 18/03/2020.

³¹² CHAGAS, Viktor et al. A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo de memes dos debates eleitorais de 2014. **Intexto**, Porto Alegre, RS, p. 173-196, jan. 2017. ISSN 1807-8583. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/63892/40226> . Acesso em: 18 mar. 2021.

³¹³ SHIFMAN, L. *Memes in a Digital Culture*. Cambridge: The MIT Press, 2014.

determinado tema em pauta ou expressar opinião, geralmente enfocando lugares comuns do debate político [como comunismo e capitalismo] e piadas sobre personagens da política). A expressão Meme é uma referência ao conceito de memes, criado por Richard Dawkins no livro *O Gene Egoísta* (1976).

Para refletir: você pensa nas possíveis consequências sociais dos memes que você compartilha? Que possíveis consequências sociais eles podem ter? Que visão de mundo está associada a eles?

Mercantilismo:

desenvolvido em países da Europa em contextos de desintegração do feudalismo e pela formação dos Estados Nacionais, o mercantilismo é um sistema econômico marcado por uma ampla intervenção do Estado na economia [protecionismo econômico], por políticas de comércio exterior de caráter protecionista e pelo acúmulo de divisas pelo Estado, na forma metais preciosos. “A definição mais aceita de mercantilismo informa que esse termo compreende um conjunto de ideias e práticas econômicas dos Estados da Europa ocidental entre os séculos XV, XVI e XVIII voltadas para o comércio, principalmente, e baseadas no controle da economia pelo Estado. Mercantilismo dá nome, nesse sentido, às diferentes práticas e teorias econômicas do período do Absolutismo europeu” (SILVA³¹⁴, 2009, p.283). Neste contexto, são princípios que guiam o mercantilismo: “ 1) o Estado deve incrementar o bem-estar nacional, ainda que em detrimento de seus vizinhos e colônias; 2) a riqueza da economia nacional depende do

³¹⁴ SILVA, Kalina Vanderlei. Dicionário de conceitos históricos / Kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva. – 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2009. Disponível em: <https://efabiopablo.files.wordpress.com/2013/04/dicionc3a1rio-de-conceitos-histic3b3ricos.pdf>

aumento da população e do incremento do volume de metais preciosos no país; 3) o comércio exterior deve ser estimulado, pois é por meio de uma balança comercial favorável que se aumenta o estoque de metais preciosos; 4) o comércio e a indústria são mais importantes para a economia nacional que a agricultura.” (SANDRONI³¹⁵, 1999, p. 383). O Liberalismo Econômico nasce como contraposição ao Mercantilismo.

Para refletir: quais dos princípios do mercantilismo são condizentes e quais não são condizentes com práticas e políticas econômicas desenvolvidas no Brasil?

Meritocracia:

é um sistema social no qual o sucesso do indivíduo, supostamente, depende especialmente de seu mérito – de seus talentos, habilidades e esforços. “A meritocracia corresponde a um sistema em que as posições sociais são preenchidas com base no mérito individual e não em virtude de critérios como a riqueza, o sexo, a origem social ou a cor do partido político em que se milita” (BILHIM³¹⁶, 2013, p.215). Trata-se de um “sistema cujas posições sociais são preenchidas com base no mérito e realizações individuais, ao invés de critérios fixos, como riqueza herdada, sexo ou origem social” (GIDDENS, 797, p.797). A expressão meritocracia também refere-se à “crença de que os governantes deveriam ser

³¹⁵ SANDRONI, P. Novíssimo dicionário de Economia. São Paulo: Best Seller, 1999. Disponível em: <http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FMI.BM-Nov%C3%ADssimo-Dicion%C3%A1rio-de-Economia.pdf>

³¹⁶ BILHIM, João. O papel dos gestores na mudança cultural da administração central do Estado: o caso da meritocracia. Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica Rio de Janeiro: vol. 5, no . 2, maio-agosto, 2013, p. 205-227. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3373/337327391003.pdf>. Acesso em 18/03/2021.

escolhidos com base na habilidade, não na riqueza ou origem” (KELLY *et al.*, 2013, p.342). A meritocracia tenta fundamentar argumentos de que a desigualdade social resulta de mérito/merecimento desigual, e não de preconceito, racismo, sexismo, discriminação e opressão. No entanto, desconsidera séculos de exploração e opressão social que colocaram as minorias étnicas e as classes baixas em uma situação de desigualdade, na qual elas parecem sempre não possuir mérito. Também não considera que as próprias definições de talento e capacidade são construídas pelos grupos dominantes, que estabelecem padrões que refletem a si mesmos e seus interesses e meios formativos.

Para refletir: na terra dos grandes herdeiros, das escolas profundamente desiguais para ricos e pobres, do QI (quem indica) e do nepotismo, onde mora a meritocracia?

Métodos de pesquisa:

pela origem grega (*methodos*) significa o mesmo que caminho. No que se refere à pesquisa, refere-se ao caminho racional e rigoroso que, durante investigação científica, o pesquisador adota para entender um fenômeno. Na Sociologia, refere-se a práticas e técnicas adotadas para reunir, processar e interpretar informações que podem ser usadas para testar ideias e teorias sobre a vida social. “Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos. Disto trata a metodologia” (DEMO³¹⁷,

³¹⁷ DEMO. P. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo. Atlas, 1985. Disponível em: <http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/attach/74301206/DEMO-Introducao-a-Metodologia-da-Ciencia.pdf>

1985, p.19). De acordo com o sociólogo brasileiro Pedro Demo (1985), na Sociologia, adota-se um variado conjunto de metodologias, dentre as quais destacam-se o empirismo, o positivismo, o estruturalismo, o sistemismo e a dialética. De forma mais sintética, os métodos de análise sociológica da realidade social podem ser classificados em três grandes categorias, cada uma delas correspondentes a um dos três principais autores clássicos: 1. o materialismo histórico dialético (Karl Marx); 2. o funcionalismo (Émile Durkheim); e, 3. a sociologia compreensiva (Max Weber). Além desta classificação, dentre outras possibilidades, os métodos de pesquisa podem ser desenvolvidos através de pesquisa qualitativa ou quantitativa.

Para refletir: se outro pesquisador não pode reproduzir uma pesquisa efetuada e confirmar os resultados por ela realizados, a pesquisa tem validade?

Microcosmo social:

termo análogo ao conceito de campo, pois, como este, também se refere a um pequeno “mundo social” relativamente autônomo no interior do grande mundo social, a um “mundo social” que obedece suas próprias leis de funcionamento. Microcosmo é um arranjo social com certa configuração, com códigos específicos, marcado por alguma coesão social e por disputas, associado com uma rede social e produtor de interpretações da realidade social. Desta forma, por exemplo, uma escola é um microcosmo social, é “um mundo” com seu conjunto de regras, padrões e valores próprios e pode representar “os limites do mundo” de uma criança. Assim como um presídio (ou qualquer outra instituição total) - nele, a pessoa ingressa e passa se socializar com os demais internos, e gradualmente, vai aprendendo o funcionamento, as leis do lugar,

as rotinas, os padrões sociais internos e específicos (como o uso de cigarro como moeda de troca). Da mesma maneira, uma turma de alunos do segundo ano do Ensino médio, um grupo social, uma família ou uma zona eleitoral, constituem isoladamente microcosmos sociais. Todo microcosmo social se insere e é influenciado pelo macrocosmo social, pelo todo social em seu conjunto, pela sociedade em sua totalidade.

Para refletir: se sua escola configura um microcosmo social, que características e padrões de interação social específicos existem nele?

Microsociologia:

Pense no enfoque de uma fotografia: a macrosociologia é uma foto aérea ou panorâmica e a microsociologia é uma foto de perto, enfocando um conjunto específico e menor de pessoas. A microsociologia é a sociologia aplicada em escala “micro”, seja em teorias ou práticas de pesquisa. Enfoca nas interações sociais, na representação social, no cotidiano, em pequenos grupos, sem a pretensão “do entendimento do funcionamento da sociedade como um todo”. . “o estudo do comportamento humano em contextos de interações presenciais” (GIDDENS, 2012, p.798). Estudo do comportamento humano que focaliza no mundo face a face da interação social. “Ponto de vista relativo a experiências imediatas, interações face a face” (SCURO, 2004, p. 226). A microsociologia “envolve olhar as interações de pessoa para pessoa, entre indivíduos: por exemplo, como as pessoas negociam situações sociais como as entrevistas de empregos ou os confrontos pessoais” (GABLER, 2015). É o oposto de Macrosociologia.

Para refletir: o que você não vê quando olha a realidade social no nível microsociológico? O que você vê melhor quando olha a realidade social no nível microsociológico?

Microagressões:

formas sutis e/ou veladas de insultos verbais, não verbais e visuais, direcionadas a pessoas com base em raça, gênero, etnia, classe social, religião ou orientação sexual, frequentemente feitas automaticamente ou inconscientemente pelos agressores, mas com potencial de causar um profundo impacto sobre a vida dos agredidos. Trata-se de microinsultos, microataques (atribuir apelido, negar-se a atender uma pessoa por conta da cor ou sexo), microinvalidações (comportamento que exclui, nega ou anula pensamentos, sensações ou experiências de alguém, que pode ser expresso como um simples sorriso ou piada, com um comentário irônico ou com um olhar de desdém) e microassaltos (se apropriar do que é do outro, seja um lanche, uma ideia ou qualquer outra coisa. “As microagressões são uma forma sutil de discriminação, expressas sob ofensas, insultos e invalidações e dirigidas a grupos sociais minoritários, marginalizados e discriminados. Elas são frequentemente perpetuadas de modo inconsciente, sendo socialmente normalizadas e naturalizadas” (PICCINELLI³¹⁸, 2019, p.4). Quando a microagressão tem motivo racial ou étnico ela denomina-se microagressão racial. “Microagressão racial é expressão e autoria do Dr. Chester Pierce, psiquiatra que, na década de 70 passou a utilizá-la para definir indignidades diárias, breves e banais, verbais, comportamentais ou ambientais, intencionais ou não, que transmitem insultos raciais leves, hostis, derogatórios ou

³¹⁸ https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/19022/1/master_elena_piccinelli.pdf

negativos contra pessoas de cor” (ARAUJO³¹⁹, 2020, p.208). Em relação a este conceito, o prefixo “micro”, pode dar a falsa impressão de que este tipo de insulto é “pequeno” e/ou de menor relevância e que não provoca maiores consequências para aqueles que foram agredido. No entanto, “micro” significa que a agressão acontece em um nível individual e/ou local, ou em situações “privadas” ou limitadas, que permitem não apenas certo grau de anonimato por parte do agressor, como de invisibilidade para a própria ação. As microagressões acontecem cotidianamente e, intencionalmente ou não, expressam preconceitos, direcionadas contra uma pessoa ou grupo, nas escolas, nas famílias, nas igrejas, nas relações amorosas, nas brigas de rua e/ou nas atividades comerciais. Um exemplo de microagressão: você passa horas desenvolvendo algo, sente-se orgulhoso disso e a reação do seu pai, perante o que você fez, é uma cara de asco (nojo), seguida da afirmação de que seu irmão faria melhor. Manterrupting, bropropriating, gaslighting e mansplaining, são formas de microagressões.

Para refletir: que microagressões você executa e a quem elas se destinam?

Militarismo:

O militarismo é a ideologia ingênua e negacionista da história de que a sociedade é melhor governada por militares. Esta ideologia está associada com a bajulação de militares e tende a se perpetuar até mesmo quando os militares agem contra a maneira militar de agir. É a doutrina ou ideologia “política que defende o governo de uma Nação pelas Forças Armadas. Nesse sentido, militarismo é a

³¹⁹ ARAUJO, Roberta Celli Moreira de. Microagressões e o silenciamento na academia. Entropia, Rio de Janeiro • Vol. 4 • N°7 • Janeiro/Junho/2020 • Pág. 202/217. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/327121619.pdf>

transformação das Forças Armadas em partido político [...] É a aplicação prática de doutrinas políticas de caráter militar ao governo de um Estado” (SILVA³²⁰, 2009, p.285). O militarismo “objetiva penetrar em toda a sociedade, impregnar a indústria e a arte, conferir às forças armadas superioridade sobre o Governo; rejeita a forma científica e racional de efetuar a tomada de decisões e ostenta atitudes de casta, de culto, de autoridade e de fé. Se a maneira militar de agir consiste na concentração de homens e de recursos a fim de conseguir objetivos específicos com o mínimo gasto de tempo, e de energias, de sangue e dinheiro e mediante a aplicação de técnicas mais racionais, então o Militarismo é uma degeneração do modo militar de agir” (PASQUINO³²¹, 2008, p.248). Inspirada e movida pelo ideário do militarismo, a Ditadura Militar no Brasil foi um regime autoritário que teve início com o golpe militar em 31 de março de 1964 e durou 21 anos (1964-1985), sendo marcada por corrupção, ataque aos direitos humanos, ausência de liberdade de expressão e intensificação das desigualdades sociais.

Para refletir: o direito à manifestação e à liberdade de expressão foram duramente atacados durante o período da ditadura militar brasileira. Movimentos sociais, à custa de muitas vidas de ativistas e do enfrentamento da tortura, com a retomada da democracia, conquistaram estes direitos perdidos no regime ditatorial. Como você explica a pessoa que, no uso destes direitos, nos dias atuais, defende o militarismo? Nos governos atuais e recentes, que traços do militarismo podem ser identificados?

³²⁰ SILVA, Kalina Vanderlei. Dicionário de conceitos históricos. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009. Disponível em: <https://efabiopablo.files.wordpress.com/2013/04/dicionc3a1rio-de-conceitos-histc3b3ricos.pdf>

³²¹ PASQUINO, GIANFRANCO. Militarismo. In. BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, N. Dicionário de Política. 13a . ed. Brasília/DF: UNB, 2008, p.248-254. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>

Minorias sociais:

Minorias sociais é um conceito polêmico e muito frequentemente, por sua imprecisão conceitual, “considerado não-válido” dentre os sociólogos. De qualquer forma, o conceito recebe uso frequente em livros didáticos de Sociologia e nas redes sociais. É uma categoria de indivíduos que os grupos dominantes consideram merecedora de tratamento desigual simplesmente porque as pessoas a ela pertence. Ao contrário das minorias numéricas, as minorias sociais podem constituir a maioria em uma sociedade, como acontece com os negros e as mulheres no Brasil. “As minorias sociais advêm das coletividades que são discriminadas e estigmatizadas, consubstanciando um quadro de subordinação cultural, política ou socioeconômica a um grupo de domínio, independentemente do número de sujeitos que a compõem em relação à totalidade populacional, como é o caso de idosos, negros, indígenas, mulheres, homossexuais, etc” (RONDON³²², 2013, p.269). O conceito de minorias sociais contempla “duas naturezas de definição: a) natureza numérica, isto é, grupos que possuem um número menor de membros; natureza de acesso ao poder, isto é, grupos que podem até ter um número elevado de membros, mas que tem menor acesso aos mecanismos de poder” (MELO³²³, 2003, p.24). “Na Sociologia as minorias são definidas, sobretudo, por sua posição econômica e politicamente desvantajosa, apesar de o termo ter múltiplos significados” (SILVA *et al.*, 2016, p. 126). Minorias sociais são grupos de pessoas socialmente em desvantagem, embora possam se constituir em uma maioria do ponto de vista numérico (BRYM *et al.*, 2008). Minorias são “todo grupo social que tem suas perspectivas e vozes marginalizadas pelas estruturas de poder

³²² RONDON FILHO, Edson Benedito Polícia e minorias: Estigmatização, desvio e discriminação. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 6 - no 2 - ABR/MAI/JUN 2013 - pp. 269-293. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7427/5970>

³²³ MELO, Victor Andrade. *Lazer e minorias sociais*. São Paulo: IBRASA, 2003.

e pelos sistemas de significação dominantes numa sociedade ou cultura” (EDGAR e SEDGWICK, 2003)³²⁴. Para as minorias, a mobilidade social vertical (mudar de classe social) é mais difícil que para as outras pessoas, justamente porque os grupos dominantes consideram válida a condição desigual em que as pessoas das minorias sociais se encontram. Desta forma, na expressão grupos minoritários se encaixam enormes contingentes da população mundial, como as mulheres, os homossexuais, os negros, os jovens e grupos de ativistas políticos.

Para refletir: devem existir leis específicas para proteger as minorias sociais?

Misoginia:

é o ódio ou aversão às mulheres simplesmente porque elas são mulheres. Como atitude cultural, a misoginia se manifesta de diversas formas. Está presente no cotidiano da vida em sociedade, em piadas, na pornografia, na violência física e verbal contra mulheres e até mesmo, no “ódio” que mulheres podem ser ensinadas a sentir em relação ao próprio corpo. Misoginia é um conceito composto dos vocábulos gregos “miso”, que significa odiar, e “gyne” cuja tradução seria mulher, e se refere ao ódio, rechaço, aversão e desprezo de homens para com as mulheres e, geralmente, como relacionado com o feminino” (VARELA³²⁵, 2012, p.36).

³²⁴ EDGAR, Andrew, SEDGWICK, Peter. Teoria Cultural de A a Z – conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo. São Paulo: Contexto, 2003.

³²⁵ VARELA, N., "Nueva misoginia". en Revista Europea de Derechos Fundamentales. "Género, Desigualdad y Violencia" (núm. 19, 1^{er} semestre), pp. 25-48, 2012.

Para refletir: na obra “O golpe na perspectiva de gênero”, Birolí³²⁶ (2018), dentre outros autores, aponta que sexismo e misoginia desempenharam um papel na caracterização de Dilma Rousseff como incompetente e indesejável à frente do Executivo, e na legitimação do impeachment sem crime de responsabilidade. Desta forma Birolí (2018) aponta que a misoginia foi fator relevante para o desfecho do golpe de Estado ocorrido no Brasil em 2016, que culminou com o afastamento da presidenta eleita Dilma Rousseff. Qual é a sua opinião sobre o assunto? Com que argumentos e fatos você fundamenta sua opinião?

Mito da democracia racial:

é uma ideologia racista pautada em noções desenvolvidas na obra Casa Grande e Senzala (1933), de Gilberto Freyre (1900-1987). Freyre³²⁷ (2003), em oposição a teorias eugênicas e a teorias racistas de branqueamento racial, defendia que o Brasil seria uma sociedade na qual em vez de discriminação e segregação racial, haveria miscigenação e o convívio harmonioso entre diferentes raças. Trata-se da crença de que no país não haveria preconceito nem discriminação racial. É um mito atemporal, fundador da noção de nacionalidade brasileira, pautado na ideia “paraíso racial”, em um conjunto de crenças na ausência de preconceitos de raça no Brasil. Neste mito, defende-se que o Brasil seria “um país onde os brancos tinham uma fraca, ou quase nenhuma, consciência de raça; onde a

³²⁶ BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIM, L. S. O. e ARGOLLO, Fernanda (org.). O Golpe na Perspectiva de Gênero. Bahia: CULT (EDUFBA), 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25458>. Acesso em 25/03/2021.

³²⁷ FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª ed. rev. São Paulo : Global, 2003. Disponível em: https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/freyre_gilberto_casa_-_grande__senzala.pdf . Acesso em 25/03/2021.

miscigenação era, desde o período colonial, disseminada e moralmente consentida; onde os mestiços, desde que bem-educados, seriam regularmente incorporados às elites; enfim, onde o preconceito racial nunca fora forte o suficiente para criar uma ‘linha de cor’” (GUIMARÃES³²⁸, 2006, p.269). Com pesquisa que demonstra o oposto, o sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995) demonstra que a democracia racial é “um mito, uma imagem idealizada que serve para garantir a manutenção da posição inferior do negro na sociedade brasileira. Como principal argumento, defende que os negros libertos no período pós-abolição não ameaçavam política e socialmente a posição de poder (e os privilégios) dos brancos, sendo desnecessárias medidas formais para promover o distanciamento entre negros e brancos” (SILVA *et al.*, 2016, p.121)

Para refletir: que dados e fatos comprovam que a democracia racial é um mito?

Migração:

“Grosso modo, a migração pode ser definida como uma mudança permanente de local de residência. Um indivíduo que morava em um local passa a morar em outro distinto” (GOLGHER³²⁹, 2004, p.7). Ou, como “movimento de pessoas de uma região geográfica para outra, ultrapassando sobretudo as sociedades nacionais” (GIDDENS e SUTTON, 2017, p.91). No momento histórico atual, a migração se transformou em uma importante questão política, social e econômica global, especialmente em associação com o

³²⁸ GUIMARÃES, A. S. A. Depois da democracia racial. *Tempo Social*, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 269-287, 2006. DOI: 10.1590/S0103-20702006000200014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12525>. Acesso em: 23 mar. 2021.

³²⁹ GOLGHER, André Braz. *Fundamentos da migração*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6520019.pdf>. Acesso em 23/03/2021.

crescimento do número de refugiados buscando asilo em nações desenvolvidas. As teorias que explicam os padrões migratórios são pautadas nos chamados fatores *push* (empurrar) e *pull* (puxar). Os fatores *push* (conflitos, guerras, fome ou opressão política) ocorrem dentro de um país e incitam ou “empurram” as pessoas para que emigrem. Os fatores *pull* (melhores mercados de trabalho, oportunidades de emprego, melhores condições de vida e incentivo político) ocorrem nos países de destino e atraem novos imigrantes. Atualmente, as teorias *push-pull* têm sido consideradas simplistas demais e diversos fatores de escala micro (pessoal-individual) e macro (global, transnacional) tem sido incorporados na teorização da migração. No Brasil, para identificar processos migratórios, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio- PNAD coleta dados utilizando perguntas como as seguintes: 1. Você nasceu neste município?; 2. Você nasceu nesta unidade da federação (o mesmo que estado)?; 3. Você nasceu em um país estrangeiro?; 4. Você nasceu em qual unidade da federação (UF)?; 5. Você já morou em outra UF ou país estrangeiro?; 6. Faz quanto tempo que você mora nesta UF?; 7. Em qual UF que você morava há cinco anos?; 8. Em qual UF que você morava antes de vir para cá?; 9. Você já morou em outro município nesta UF?; 10. Faz quanto tempo que você mora neste município?. Estas perguntas auxiliam na compreensão de como a migração é entendida pelas agências técnicas nacionais. Para fins de diferenciação, destaca-se que o migrante sai de um local e vai para outro. Ele tem uma origem e um destino. Uma pessoa que sai de uma região é um emigrante de seu local de origem. Uma pessoa que vem para uma região é um imigrante em seu local de destino. Existem migrantes internos (que são do próprio país) e migrantes internacionais.

Para refletir: à primeira vista, a migração parece ser um conceito de fácil definição. Mas “se eu moro em uma cidade e mudo de bairro na mesma cidade, eu sou um migrante ou não? [...] Caso a minha cidade seja grande, como São Paulo, eu posso me mudar de uma ponta da cidade e me deslocar 40 Km até o outro lado extremo

de um mesmo município. Neste caso eu sou um migrante ou não? Vamos pensar em um outro caso. Eu moro perto da fronteira entre o Brasil e o Uruguai em uma cidadezinha que tem uma parte em cada país. Por alguma razão, eu resolvo me mudar para a casa localizada logo em frente da minha. Só que esta rua pode pertencer de um lado ao Brasil e do outro ao Uruguai. Eu troquei de país, mas me desloquei por apenas 20 metros. Eu sou um migrante ou não? (GOLGHER, 2004, p.7). O que efetivamente caracteriza os principais movimentos migratórios da atualidade?

Mobilidade Social:

É um deslocamento entre posições sociais. É a mudança de classe social, de emprego, de posição na hierarquia de um grupo, de status. Trata-se dos “movimentos de pessoas que passam da condição de membros de uma categoria social para outra — os mais típicos são os movimentos entre classes sociais” (PAYNE³³⁰, 1990, p.470). É a “mudança de indivíduos ou grupos de uma posição social para outra” (BOBBIO, PASQUINO e MATTEUCCI³³¹, 2008, p. 762). É o “movimento de indivíduos ou grupos entre posições socioeconômicas” (GIDDENS, 2012, p.798). A mobilidade social pode ser classificada de muitas formas, ela pode ser vertical ou horizontal, ascendente ou descendente, intergeracional ou intrageracional. A mobilidade social horizontal é o deslocamento ou passagem de uma posição social para outra, entre as quais não é possível estabelecer diferença de níveis, ou seja, a pessoa ou

³³⁰ PAYNE, G. Mobilidade Social. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. et al. *Dicionário do Pensamento Social no Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.470-72.

³³¹ BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, N. *Dicionário de Política*. 13a. ed. Brasília/DF: UNB, 2008. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>

grupo muda de posição, mas não vai “para cima” ou “para baixo” na estratificação, na pirâmide ou na hierarquia social. A mobilidade social vertical indica mudança em termos de superioridade ou inferioridade, ou seja, a pessoa ou grupo muda de posição, e vai “para cima” ou “para baixo” na estratificação, na pirâmide ou na hierarquia social. A mobilidade social vertical pode ser ascendente, por exemplo, a pessoa ou grupo ficou mais rica, ou descendente, como quando as pessoas ou grupos ficam mais pobres. A mobilidade social intergeracional é aquela que se dá de uma geração para outra, por exemplo, ocorre mudança de estrato ocupacional atual do(a) filho(a) na faixa etária de 30 a 55 anos comparado com o do pai. A mobilidade intrageracional, ocorre na mesma geração e se manifesta entre a primeira ocupação e a ocupação atual do indivíduo. “Na sociedade contemporânea, uma das mais importantes vias de mobilidade social é a educação formal. Para ocupar certas posições de prestígio, é essencial ter qualificação educacional, não basta ser filho de alguém qualificado” (RIBEIRO, 2006, p.855)³³². O sociólogo norte americano Richard Sennett, nascido em 1943, desenvolveu importantes reflexões sobre a mobilidade social. Diz ele que com a gratuidade e obrigatoriedade da educação, por vezes os trabalhadores das classes operárias conseguem empregos com melhores remunerações. No entanto, estes empregos não são considerados “empregos de verdade” para as classes trabalhadoras. São empregos não manuais, acadêmicos e profissionais, vistos até mesmo como “não-trabalhos” pelas classes trabalhadoras. Desta forma, com melhores empregos, os trabalhadores da classe operária fazem mobilidade social vertical ascendente, mas conforme alcançam novos patamares, experimentam emoções conflituosas, porque sentem como se estivessem em traição – tanto em relação a si mesmos, quanto em relação aos que deixaram para

³³² RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 833-873, 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582006000400006&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Mar. 2021.

trás e ao fato de não fazerem um “trabalho de verdade”. Ora, quem do mundo acadêmico nunca ouviu alguém falar com desdém, por exemplo, do ato de estudar, como se ele não fosse trabalho? “Estou cansado, estudei o dia inteiro”. “Cansado do que? não fez nada? Vai lá carpir um lote pra você ver”.

Para refletir: em um país como o nosso, cada vez mais marcado por ataques à universidade, à ciência e à pesquisa, como a não valorização do trabalho acadêmico afeta as classes populares na busca pela mobilidade social vertical ascendente? Como isso afeta você?

Moda [Sociologia da Moda]:

A abordagem da Sociologia da Moda, adota a expressão “moda³³³” para se referir especificamente aos diversos estilos de vestuário que prevalecem em cada sociedade ou época histórica. A moda apresenta características históricas, sociais, culturais, de classe social, de gênero e étnicas, que a tornam objeto de estudo relevante para a Sociologia. Não é por acaso que na idade média imperavam leis sobre o que poderia ser vestido por determinado estamento. Nas mais diversas civilizações e momentos históricos, o vestuário expressou e expressa a classe social, a cultura, os ideais e o status das pessoas ou grupos que o criaram ou o adotaram. Neste contexto, em abordagens funcionalistas [vide funcionalismo] do estudo da moda entende-se que a mesma permite diferenciar as pessoas ricas das demais pessoas e que “ao permitir que as pessoas de diferentes níveis se distinguissem uma das outras, a moda ajudaria a preservar o ordenamento da sociedade em classes sociais” (BRYM *et al.*, 2008, p.35). Por sua vez, os teóricos marxistas

³³³ A opção pela alusão deste conceito e de teorias da Sociologia da Moda se deu pela percepção de que a moda exerce influência sobre o comportamento dos estudantes do Ensino Médio.

apontam que os ciclos da moda (lançamento, aceitação, cópia e desgaste) são recursos para obtenção de lucros, que a adoção de novos estilos serve para estimular o consumo e ampliar a lucratividade demandada pelo sistema capitalista, mas insustentável do ponto de vista ambiental. Teóricos da Sociologia Compreensiva (interacionistas), geralmente apontam que a moda é um tipo de ‘linguagem’ sem palavras que nos possibilita dizer aos outros quem somos e aprender quem eles são [ou quem eles querem parecer ser], bem como nos ajuda a expressar nossas identidades em mudança e o que pretendemos nas diversas situações. Teorias feministas, dividem-se em interpretações distintas sobre a moda. De um lado as interpretações feministas da moda a apontam como uma das formas de ação do patriarcado, indicando que a moda diminui as mulheres a objetos sexuais e constitui, para o público feminino roupas pouco práticas, desconfortáveis e até pouco saudáveis, justamente para controlar o corpo da mulher e colocá-lo a serviço do homem. De outro, estas interpretações apontam que, ao se apropriarem da moda, as mulheres podem produzir novos padrões de vestimenta e movimento, desta forma, a moda poderia ser empoderadora. Na Perspectiva Teatral, a moda pode também ser pensada como figurino para que o ator social assuma ou represente determinado “personagem”. Autores como George Simmel³³⁴ (1961), apontam que por meio da moda homem procura esconder suas individualidades mais importantes atrás das normas estéticas em vigor. Aliás, se estou na moda, em mim há menos detalhes de vestuário que possam “entregar-indicar” quem eu sou. Para ele, a moda é um produto da divisão de classes, quando as classes sociais inferiores começam a imitar as classes superiores e a se apropriar da sua moda, estas últimas passam a declinar daquelas preferências para adotarem outras novas. Fato é que estilos, cores e materiais possuem significados simbólicos determinantes na afirmação de

³³⁴ SIMMEL, Georg. Filosofia de la moda. In: _____. Cultura Feminina y otros ensayos. 6ª ed. México: Editora Espasa Calpe, 1961.

maior ou menor status; que a moda, atua nas esferas coletiva e individual/privada, tendo como noção de referência a articulação entre imitação/distinção. Como se não bastasse, a moda é onipresente, “não há nenhum domínio que lhe escape: do mais frívolo àquele tido como o mais sério, encontra-se a necessidade de se identificar. Moda vestimentária, é claro, mas também modas culinárias, linguísticas, musicais, esportivas” (MAFESOLI, 1996, p. 341). Neste contexto, o consumismo consolida-se como categoria chave para se pensar a moda.

Para refletir: atualmente, o estilo de grupos “outsiders” são rapidamente absorvidos pela moda “mainstream”, frequentemente transformando expressões simbólicas de identidades contestatórias em objetos de consumo e produção em larga escala. A moda transforma identidades em produtos? É possível escapar do poder coercitivo da moda? Como as constantes mudanças dos padrões da moda se relacionam com consumismo e degradação ambiental?

Modelo médico de deficiência:

forma de definir deficiência e/ou a condição da pessoa com deficiência que sustenta que as limitações individuais são a principal causa dos problemas por que passam pessoas com deficiência (HARLOS³³⁵, 2012). Trata-se de colocar o problema no indivíduo. “Na lógica de raciocínio que sustenta o modelo individual [modelo médico], a deficiência é interpretada como um problema individual que se origina de uma doença ou distúrbio,

³³⁵ HARLOS, Franco Ezequiel. Sociologia da deficiência: vozes por significados e práticas (mais) inclusivas. 2012. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3092/4232.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

que se manifesta na perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica ou corporal e, por si só, provoca desvantagens sociais. A origem das desvantagens sociais estaria então nas próprias pessoas em situação de deficiência, nas condições corporais ou intelectuais que as tornariam inaptas para as atividades sociais (HARLOS e DENARI³³⁶, 2015, p.184). No modelo individual da deficiência, a deficiência e seus problemas são uma condição individual a ser tratada no nível individual.

Para refletir: os problemas vivenciados pelas pessoas com deficiência são causados pela condição de deficiência?

Modelo biopsicossocial de deficiência:

Uma outra via para definir deficiência e/ou a condição da pessoa com deficiência. Perspectiva que entende a condição da pessoa com deficiência como condição resultante da interação entre características individuais e características sociais e ambientais. De acordo com o sociólogo Franco Ezequiel Harlos³³⁷ (2012), na obra “Sociologia da Deficiência: vozes por significados e práticas mais inclusivas”, o modelo biopsicossocial da deficiência é resultante da interconexão entre o modelo médico e o modelo social de deficiência e atualmente interfere nas análises clínicas e políticas da

³³⁶ HARLOS, F. E.; DENARI, F. E. Sociologia da deficiência: vozes por significados e práticas (mais) inclusivas. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 10, n. 1, p. 180–196, 2015. DOI: 10.21723/riaee.v10i1.6560. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6560> . Acesso em: 23 mar. 2021.

³³⁷ HARLOS, Franco Ezequiel. Sociologia da deficiência: vozes por significados e práticas (mais) inclusivas. 2012. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3092/4232.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

deficiência, bem como nas análises da Organização Mundial da Saúde. “No modelo biopsicossocial de deficiência apresentado no documento International Classification of Functioning, Disability and Health – ICF a ‘deficiência é o desfecho ou o resultado de uma complexa relação entre o estado de saúde do indivíduo e fatores pessoais e, fatores externos que representam as circunstâncias em que o indivíduo vive’” (HARLOS e DENARI³³⁸, 2015, p.184-185). Ou seja, nesta perspectiva, a deficiência denota os aspectos negativos da interação entre os seguintes fatores: estado de saúde, fatores pessoais e externos.

Para refletir: na vida cotidiana, uma escada e um comportamento preconceituoso podem produzir deficiência quando conjugados com as manifestações da paralisia cerebral. Como?

Modelo social de deficiência:

abordagem que localiza a causa da deficiência na sociedade, ao invés de, como no modelo médico, localizá-la no indivíduo. Nesta ótica, não são as limitações da pessoa com deficiência que causam a deficiência, mas as barreiras que a sociedade coloca no caminho à participação plena para estas pessoas (HARLOS, 2012). Trata-se de enfoque que enquadra a “causa” das desvantagens associadas à deficiência “dentro da” sociedade e de sua organização e não “dentro” da pessoa deficiente. No Reino Unido, a Liga dos Lesionados Físicos contra a Segregação (UPIAS) adotou em seu manifesto de 1976 uma definição radical de deficiência baseada na distinção entre lesão e deficiência. A

³³⁸ HARLOS, F. E.; DENARI, F. E. Sociologia da deficiência: vozes por significados e práticas (mais) inclusivas. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 10, n. 1, p. 180–196, 2015. DOI: 10.21723/riaee.v10i1.6560. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6560> . Acesso em: 23 mar. 2021.

UPIAS adotou a definição de “lesão” física como uma propriedade biomédica dos indivíduos, ampliando-a para que incluísse as formas de lesões não físicas, sensoriais e intelectuais. A deficiência, porém, deixou de ser compreendida como um problema individual e passou a ser tratada em termos de barreiras sociais enfrentadas pelas pessoas lesionadas para que consigam participar plenamente da sociedade. A deficiência seria, portanto, a negação da cidadania plena e uma forma de discriminação. Mike Oliver (1983) foi o primeiro teórico a explicitar as diferenças entre os modelos individual e social de deficiência, e o modelo social não tardou a se tornar o foco de estudos acadêmicos e do ativismo ligado à deficiência. O modelo social apresentou uma explicação coerente dos motivos de existirem barreiras sociais, culturais ou históricas contra as pessoas com deficiência. Com marco teórico inicialmente fundado no materialismo histórico, o mencionado modelo entendia a deficiência como uma questão eminentemente social, uma forma de opressão similar à vivenciada pelas classes economicamente menos favorecidas da sociedade. Nesta perspectiva, com o objetivo de diferenciar natureza de sociedade pelo argumento de que a opressão não era resultado da lesão, mas de ordenamentos sociais excludentes, originalmente a UPIAS propôs uma conceituação que, de certa maneira, separava os aspectos biológicos dos aspectos sociais da deficiência.

Para refletir: como as variáveis de classe social e raça podem ser produtoras da deficiência?

Modelo da diversidade funcional:

É uma outra abordagem para entender a condição daqueles que convencionalmente chamamos de pessoa com deficiência. Parte do pressuposto de que os modelos anteriores (médico, biopsicossocial e social) de entendimento da deficiência sustentaram uma visão

negativa da mesma, justamente pela manutenção/adoção de expressões como deficiência e pela pouca ênfase na consideração da deficiência (diversidade funcional) como parte da diversidade social. Nesta perspectiva, a deficiência é uma forma de estar no mundo, uma das manifestações da diversidade humana. Assim como existe, por exemplo, diversidade sexual e diversidade cultural, existe a condição que eles denominam como diversidade funcional. Diversidade funcional refere-se às variações de funcionamento humano: enquanto uns ouvem com os ouvidos, outros o fazem com os olhos, enquanto alguns falam com a boca, outros o fazem com as mãos (pessoas com diversidade funcional auditiva); enquanto uns andam com as pernas, outros o fazem com cadeiras de rodas (diversidade funcional física); enquanto alguns enxergam com os olhos, outros o fazem com o tato (diversidade funcional visual); e, enquanto uns pensam com abstrações em rápidas velocidades, outros demandam recursos empíricos para organizar o conhecimento (diversidade funcional intelectual). Nestes casos, não há ausência ou falta da capacidade de ouvir, ver, andar ou pensar: o que existe são variações na forma de fazer estas coisas, por isso a expressão deficiência é inadequada para a eles se referir. Agustina Palacios e Javier Romañach, integrantes da Asociación Española de Sociología de la Discapacidad (ASESDIS) são as principais referências do modelo da diversidade funcional.

Para refletir: os teóricos que adotam o modelo da diversidade funcional substituem a expressão “pessoa com deficiência” pela expressão “pessoas com diversidade funcional”. Que impactos práticos esta mudança pode ter?

Modernidade:

é o conceito utilizado para se referir ao conjunto de transformações nas estruturas sociais do ocidente iniciadas a partir do século XV. Estas transformações estão intrínsecas a um processo de racionalização da vida, que atinge especialmente três áreas: 1. a economia; 2. a política; e, 3.a cultura. Na economia, a Modernidade é marcada pela dissolução das formas feudais de produção e pela consolidação do Capitalismo associado a uma lógica empresarial pautada no cálculo, na previsão, nas técnicas racionais de administração. Na política, pela substituição da autoridade descentralizada medieval pelo Estado moderno, que abandona ou restringe o poder pautado no Direito Divino com ações que podem se guiar sem a necessidade de lógica e ao sabor do soberano e passam a legitimar-se em fundamentos racionais, em um contrato, em regras estabelecidas pelos cidadãos. No que se refere à cultura, o desencantamento do mundo, a restrição das explicações pautadas na magia e em dogmas de fé, cria um apelo à razão, uma negação da necessidade de se recorrer a mitos e lendas, ou à superstição. “Ou seja, a ciência ganhou um poder de compreensão do mundo que deveria permitir ao homem escapar de visões mágicas (fantasmas, bruxas, seres imaginários), derrubando os altares e instalando o reino da Razão. [...] a partir da Idade Moderna, e principalmente com a contemporaneidade, a ciência deixou de precisar do respaldo (e dos limites) da religião; o comportamento moral também foi separado da religião, e o Ocidente começou desde então a acreditar que uma pessoa, para ser boa, não precisaria necessariamente ser religiosa” (SILVA³³⁹, 2009, p. 298).

Para refletir: a “modernidade”, cujo ponto de origem foi a Europa, é uma narrativa complexa, uma narrativa que constrói a civilização

³³⁹ SILVA, Kalina Vanderlei. Dicionário de conceitos históricos. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009. Disponível em: <https://efabiopablo.files.wordpress.com/2013/04/dicionc3a1rio-de-conceitos-histc3b3ricos.pdf>

ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a “colonialidade”. Como a modernidade colonizou o mundo?

Modernidade líquida:

em oposição à descrição da primeira fase da modernidade (ordenada, racional, previsível, estável, unidirecional, progressiva, marcada pela fé no raciocínio científico e técnico, em que as pessoas viviam segundo uma série de normas, tradições e instituições permanentes), o sociólogo polonês ZYGMUNT BAUMAN, nascido em 1925, cunhou o conceito de modernidade líquida. Trata-se da segunda fase da modernidade. De acordo com Bauman³⁴⁰ (2001), conforme as sociedades se afastam da primeira fase da modernidade, as fontes de identidade são corroídas, gerando identidades consumistas e fragmentadas. Desta forma, o conceito de modernidade líquida diz respeito a uma nova época em que as relações sociais, econômicas e de produção, são frágeis, fugazes e maleáveis; em que fluxos (as pessoas viajam pelo mundo aos montes) e incertezas, o acaso, a indeterminação, o movimento e a imprevisibilidade, são marcas da sociedade. A instabilidade econômica e a concorrência crescem, enquanto a segurança no trabalho enfraquece; ocorre uma reinvenção obsessiva e compulsiva do mundo e das identidades pessoais e as relações humanas mudam de forma facilmente. Ou seja, a sociedade global se torna fluída, altamente volátil e incerta, em uma palavra: líquida. Tudo que antes era “sólido” agora é líquido. Por exemplo, o amor é líquido - antes era sólido, um casamento era coisa para toda a vida; o emprego é líquido - antes era sólido, as pessoas trabalhavam em dois ou três lugares a vida toda; a identidade é líquida - antes era mais sólida, as pessoas não transitavam de religião, tribo, hábitos e

³⁴⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Disponível em:

valores tão facilmente. Desta forma, as relações sociais passam a ser marcadas pela superficialidade e são facilmente desfeitas. Numa vida líquida não há laços sociais permanentes, só laços fracos que possam ser desfeitos quando as circunstâncias mudam. Trata-se de um tempo de desapego (em que tudo e todos são descartáveis), de provisoriedade, de um acelerado processo da individualização, de liberdade e, concomitantemente, de insegurança.

Para refletir: o que é perene e constante no mundo contemporâneo? O que é previsível? O que em sua vida é perene e constante? O que você quer que seja contínuo em sua vida?

Para aprofundar a reflexão: no primeiro capítulo do livro *Modernidade Líquida*, Bauman (2001) apresenta o conceito de emancipação, que é tornar-se livre, independente. Afirma que ser liberto é se libertar daquilo que nos impede de movimento (que coisas na sociedade limitam nossos movimentos?). Diz que, nas últimas fases da modernidade, as pessoas, na tentativa de se emanciparem da sociedade, assumiram comportamentos e relações líquidas. Assim, conquistaram a liberdade, tornando-se cada vez mais líquidos. Essa liberdade veio acompanhada de inúmeros males, sentimentos de aflição, insegurança, depressão, ansiedade; já que, como tudo é líquido, flexível e provisório, todos estão permanentemente ameaçados pela possibilidade de se tornarem supérfluos. A fluidez que a modernidade líquida nos proporciona é uma benção ou uma maldição?

Modo de produção:

É a maneira como uma sociedade é organizada para produzir bens e serviços. Um dado modo de produção consiste em um conjunto particular de forças produtivas (trabalho humano, terra, matérias-

primas, combustível, qualificações, maquinaria, ferramentas e fábricas) combinadas com certas relações de produção (relações sociais através das quais as forças produtivas são usadas). Ou seja, modo de produção é a forma de organização socioeconômica associada a uma determinada etapa de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Trata-se de conceito elaborado por Karl Marx, que identificou três modos de produção básicos: o escravista, o feudal e o capitalista. No modo de produção escravista a sociedade organiza as forças produtivas (escravos, engenhos, enxadas, etc.) e as relações de produção (pessoas escravizadas que não recebem salários e são tratadas pelos que as possuem como objetos) de uma forma que não é mesma identificada nos modos de produção feudal e/ou capitalista. Modo de produção é “a característica constitutiva de uma sociedade baseada no sistema socioeconômico predominante dentro dela – por exemplo, capitalismo, feudalismo e socialismo” (GIDDENS, 2012, p.798). O modo de produção “se confunde, de certa maneira, com a estrutura econômica da sociedade, englobando a produção, distribuição, circulação e consumo” (SANDRONI, 1999, p.404). O conceito de modo de produção é “o elemento central de uma explicação sistemática da história enquanto uma sucessão de diferentes modos de produção. Essa explicação, define épocas da história (ou sua caracterização teórica) de acordo com um modo dominante de produção e a revolução como a substituição de um modo de produção por outro (BOTTOMORE, 1983, p. 422). Desta forma, as transformações pelas quais passou a humanidade foram transformações de um modo de produção para outro: inicialmente a relação social básica era a de escravidão, que opõem senhores e escravos (modo de produção escravista); posteriormente esta relação foi de servidão, que opõem escravos e senhores feudais (modo de produção feudal); e, na sequência temos relações sociais de assalariamento (modo de produção capitalista), que opõem burgueses e proletários e que faz com os proletários sejam expropriados dos meios de produção (as fábricas, as máquinas e a própria força do trabalhador) e do saber que eles detinham para a

construção das coisas. Para Marx, “cada modo de produção, apesar de tentar se perpetuar, tende a criar os germes de seu próprio fim, e é essa contradição que propicia a mudança revolucionária que destrói o modo de produção” (SILVA³⁴¹, 2009, p.303). Assim, as contradições do capitalismo, gradativamente “poriam fim, de modo revolucionário, ao Capitalismo, instituindo o Socialismo como modo de produção assentado no domínio do Estado e dos meios de produção pelos trabalhadores, mas que progressivamente desembocaria no Comunismo, em que o Estado deixaria de existir, uma vez que também as classes não mais existiriam. Esse seria o destino final da humanidade, o último modo de produção” (idem). De qualquer forma “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral” (BOTTOMORE, 1983, p.53)³⁴² e, por isso, precisa ser entendido para o entendimento da sociedade.

Para refletir: Marx adota uma visão materialista de história (vide materialismo histórico dialético) que se opõe ao idealismo, ou seja, se opõe à interpretação de que o desenvolvimento histórico das sociedades decorre de ideias ou ideais abstratos, como igualdade e democracia. Para Marx, as concepções e ideias dominantes de um dado momento histórico são reflexos do modo de produção dominante naquele contexto. Assim, por exemplo, em um momento histórico marcado por escravidão e monarcas com poderes absolutos, não surpreende observar que as pessoas interpretassem o rei como figura divina e os escravos como não humanos ou raça inferior. Ou seja, diferentes formas de organização material dos processos produtivos, de satisfação das

³⁴¹ SILVA, Kalina Vanderlei. Dicionário de conceitos históricos. – 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009. Disponível em: <https://efabiopablo.files.wordpress.com/2013/04/dicionc3a1rio-de-conceitos-histc3b3ricos.pdf>

³⁴² BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1983. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf

necessidades materiais (infraestrutura), produzem diferentes formas de organização do mundo das ideias, da religião, do Estado, da política (superestrutura). Dito isso, pergunta-se: em que nosso modo atual de produção nos faz acreditar?

Monarquia:

desde o ensino fundamental você ouve que a palavra monarquia é de origem grega, em que *monos* significa “um” e, *arché*, significa “governo”; que Monarquia é o governo de um só. Ou seja, aprende que monarquia é forma de governo em que apenas uma pessoa exerce o poder político de maneira vitalícia e em que a escolha do sucessor é feita na linha de sucessão real. No entanto, não é suficiente o Governo monocrático para se ter Monarquia, “pode haver Governo monopessoal não monárquico (o chefe de um Estado republicano de regime ‘presidencial’) e regime monárquico desprovido da efetividade dos poderes de Governo (a Monarquia ‘constitucional’)” (COLLIVA³⁴³, 2008, p. 776). Por Monarquia, se entende “um regime substancial, mas não exclusivamente monopessoal, baseado no consenso, geralmente fundado em bases hereditárias e dotado daquelas atribuições que a tradição define com o termo de soberania” (idem). Assim, existem diferentes tipos de monarquia, tais como as Monarquias Absolutas (ou ilimitadas) e as Monarquias Relativas (Constitucionais ou limitadas). As monarquias absolutas têm características mais próximas do imaginário popular sobre monarquias, pois nelas todo o poder se encontra concentrado na pessoa do monarca, que o exerce de maneira ilimitada, sem qualquer controle ou limitação jurídica, não havendo a divisão das funções

³⁴³ COLLIVA, P. Monarquia. In. BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, N. Dicionário de Política. 13a . ed. Brasília/DF: UNB, 2008. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>

estatais. No que lhe concerne, a Monarquia Constitucional, relativa ou limitada, é marcada pela delimitação do poder do rei e de outros poderes na lei e na constituição. Neste contexto, a Monarquia Constitucional, poder ser tipo “Puro”, em que o rei somente exerce o poder executivo, ao lado dos poderes legislativo e judiciário, nos termos de uma Constituição, havendo a ideia de separação e independência dos poderes; ou, do tipo Parlamentar, em que o monarca não exerce a função de governo, sendo apenas chefe de Estado, pois a chefia de governo cabe a um gabinete ou conselho de ministros. Ao rei não cabe participação ativa no funcionamento da máquina estatal. Em linhas gerais, o rei representa a nação, não o governo. Além da monarquia absoluta e constitucional existe também a chamada monarquia eletiva, em que o chefe de Estado é eleito por uma votação. Em vários contextos históricos, como na Polônia Medieval, reis foram eleitos por assembleias. Atualmente o Vaticano é um exemplo de monarquia eletiva cujo chefe de Estado e de governo é o Papa, que concentra em sua pessoa os poderes legislativo, executivo e judiciário. O Papa é eleito por um órgão colegiado de cardeais de todo o mundo, após a morte do antecessor, para um mandato vitalício.

Para refletir: vez ou outra observam-se, em manifestações políticas, pequenos grupos de pessoas que defendem a implantação da monarquia no Brasil. O que você acredita que move estas pessoas a quererem abdicar da democracia em prol da monarquia? Que anseios e angústias podem estar associados com a solicitação da implantação da monarquia?

Monopólio de violência legítima:

Quando uma empresa domina a oferta de determinado produto ou serviço que não tem substituto, diz-se que esta empresa tem

monopólio em relação a este produto, serviço e setor. A palavra monopólio significa indica “prerrogativa exclusiva”, indica que só uma empresa, país ou instituição, tem domínio ou direito em relação a algo. Na Sociologia é comum que sociólogos expressem frases do tipo “o Estado mantém o monopólio da violência legítima ou monopólio legítimo da força”. Trata-se de indicar que, nas sociedades modernas, o Estado, somente o Estado, quer o indivíduo aceite ou não, pode impor a sua vontade (mesmo que mediante violência) e, que essa imposição é socialmente considerada aceitável, razoável, como coisa “que tem cabimento”, como ação válida. Se um professor ou um padre batem em um adolescente, esta ação não é considerada legítima, aceitável, razoável. Ela transgride a lei e aceitação social porque não foi dado a padres e professores o direito à violência. Mas o Estado pode fazer isso para fazer as leis valerem. O sociólogo Max Weber defende que o Estado Moderno se definiu a partir do o monopólio legítimo da força e existência de um aparato administrativo cuja função seria prestar serviços públicos. “Weber defendia, dessa forma, que o Estado era o único que poderia empregar a violência legalmente, esta passando a ser um instrumento de controle da sociedade” (SILVA³⁴⁴ 2009, p. 115). Ou seja, a interpretação de Weber indica que “a coação física é considerada legítima nas sociedades modernas se for fundamentada em lei estatal e exercida por autoridades do Estado ou - em casos excepcionais - por quem foi legalmente habilitado para isto” (SABADELL³⁴⁵, 2005, p.108). Assim, “as manifestações de violência física (exercício de força e coação) podem ser divididas em duas categorias: aquelas que são aceitas pela maioria da população (violência legítima) e aquelas

³⁴⁴ SILVA, Kalina Vanderlei. Dicionário de conceitos históricos / Kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva. – 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2009. Disponível em: <https://efabiopablo.files.wordpress.com/2013/04/diccionc3a1rio-de-conceitos-histc3b3ricos.pdf>

³⁴⁵ SABADELL, Ana Lúcia. Manual de Sociologia Jurídica. São Paulo: 2008. Disponível em: <https://archive.org/details/SABADELLAnaLucia.ManualDeSociologiaJuridica>
IntroduuoAUmaLeituraExternaDoDireito.2/page/n11/mode/2up

que são consideradas injustas, abusivas, sem justificação (violência ilegítima)” (idem). “A legitimidade é decorrente do sentimento expresso por uma comunidade de que determinada conduta é justa, correta” (idem). Destaca-se que “nas sociedades modernas, a violência é aceita somente se fundamentada na lei estatal; em outras palavras, a violência legítima é, hoje, um sinônimo da violência legalmente prevista” (idem). Tem-se então que, quando se fala em monopólio de violência legítima, significa dizer que só ao Estado é reconhecido o direito à violência e o uso da força para impor sua vontade.

Para refletir: o que poderia acontecer se o direito à violência fosse dado a outros agentes, que não o Estado? O que aconteceria se pessoas e empresas, em substituição ao Estado, pudessem agir para impor a Lei e punir quem a desrespeita?

Moratória Psicossocial:

a expressão “moratória” é geralmente utilizada no ramo econômico. Neste contexto, pedir moratória é solicitar o aumento do prazo ou suspensão de quitação de uma dívida. Este termo foi emprestado pelo psicanalista Erik Erikson³⁴⁶ (1902-1994), para estudo e explicação do desenvolvimento psicossocial. Neste contexto, Erikson cunhou o termo Moratória Psicossocial. Esta moratória, característica da adolescência, “seria um lapso de tempo para que os sujeitos em constituição de suas identidades pudessem ensaiar e errar, experimentando diversos papéis” (GROPPO³⁴⁷,

³⁴⁶ “Erikson interessa à sociologia da juventude, pela influência de suas ideias para além dos chamados campos ‘psi’. Isto se deve [...] a sua busca de combinar aspectos biopsicológicos e sociais na sua concepção do desenvolvimento humano” (GROPPO, 2015, p.13) .

³⁴⁷ GROPPO, Luís Antonio. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. Revista Em Tese, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 4-33,

2015, p.15). Assim, Erikson elaborou o conceito de adolescência como moratória psicossocial, como um período de pausa, de transição, de procura de alternativas e de experimentação de papéis, “um compasso de espera nos compromissos adultos” que vai permitir um trabalho de elaboração interna (VERÍSSIMO³⁴⁸, 2002). É como se as sociedades modernas, perante a “confusão de papéis” e o processo de constituição da “identidade” a que os adolescentes estão submetidos, dessem ao adolescente um prazo (social e legal) para ele ser adulto e assumir uma identidade, aceitando com maior facilidade “os erros” e mudanças comportamentais e identitárias que o adolescente apresenta. Trata-se de um período intermediário, socialmente aceito, durante o qual o indivíduo pode encontrar uma posição na sociedade por meio da livre experimentação de funções. Após ter chegado a algum autoconhecimento nos aspectos físicos, cognitivos, interpessoal, social e sexual, os adolescentes começam a refletir sobre os tipos de compromissos que gostariam de assumir. Erikson afirmava que a duração e a intensidade da adolescência variam nas diferentes sociedades, mas na maioria das sociedades contemporâneas, não ter consolidado traços da própria identidade ao final da adolescência e/ou não ter elaborado um projeto de vida, tende a produzir um profundo sofrimento para o adolescente por causa da difusão ou conflito de papéis. Pautados nas ideias de Erickson, diversos pesquisadores estudaram os Estados de Identidade durante a moratória psicossocial.

Para refletir: e aí, como foi, ou está sendo sua moratória psicossocial? Você a “fechou” ou a está fechando, visualizando um esboço de projeto de vida?

jan./jul.2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2015v12n1p4>.

³⁴⁸ VERÍSSIMO, R. Desenvolvimento Psicossocial (Erik Erikson). Porto: Faculdade de Medicina do Porto, 2002. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9133/2/13864.pdf>

Movimento social:

é a união de um grupo de pessoas em atividade coletiva e conflitiva, agindo com certa continuidade e não pontualmente (como um protesto isolado ou manifestação), envolvidas num esforço organizado para mudar ou para manter alguns elementos da sociedade mais ampla, em relações de oposição com adversários (uma instituição ou organização, uma classe social e outros detentores do poder). São esforços coletivos para mudar a sociedade ou para manter algo que nela existe, que nascem da tensão, frustração e descontentamento, que fazem pessoas transitarem do isolamento para união e ação coletiva de confronto ou oposição e que geralmente geram pressões sob governos. Trata-se de “organizações de grupos intra ou extraclases sociais que se contrapõem à ordem por meio de reivindicações e ações de confronto a outros grupos, mas predominantemente ao Estado, de forma que se constitua uma identidade entre os membros construída por um conjunto de elementos ideológicos, políticos e econômicos” (GOULART³⁴⁹, 2020, p.240) ; “tentativas coletivas de buscar um interesse comum ou alcançar um objetivo comum fora da esfera das instituições públicas estabelecidas. Os movimentos sociais visam gerar ou impedir mudanças sociais e normalmente existem em relações em relações de conflito com organizações cujos objetivos e perspectivas opõem com frequência” (GIDDENS, 2012, p.798). Trata-se também de “um processo de ação coletiva consecutivo que tenta ter consequências políticas por um determinado período” (NUNES³⁵⁰, 2014, p. 135). E, de “ações

³⁴⁹ GOULART, Débora Cristina*. MOVIMENTOS SOCIAIS, o ensino de Sociologia e os.: n: BRUNETTA, Antonio Alberto (org.); BODART, Cristiano das Neves (org.); CIGALES, Marcelo Pinheiro (org.). Dicionário do Ensino de Sociologia. 1. ed.

Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020, p. 242-246. Disponível em: https://www.academia.edu/43825857/Dicion%C3%A1rio_do_Ensino_de_Sociologia

³⁵⁰ NUNES, Cristina., « O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade », Sociologia, Problemas e Práticas [Online], 75 | 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/1596>

coletivas com o objetivo de manter ou mudar uma situação. Em geral, envolvem confronto político e têm relação de oposição ou parceria com o Estado. São uma poderosa força de mudança social” (SILVA *et al.*, 2016, p. 196). Refere-se também a um “modo de ação coletiva que engloba um tipo específico de relação socialmente conflitiva” (RENON, 2008, p.500). Dentre as diferentes definições de movimentos sociais, podem ser encontrados os seguintes elementos comuns: “a presença da noção de conflito, a existência de duas partes que se opõem, de uma identidade partilhada e de uma ação que exige uma certa continuidade e coesão num determinado momento e que vai além do significado de um protesto ou de uma manifestação” (NUNES, 2014, p. 144-145). O que todos os movimentos sociais têm em comum “é que eles representam esforços coordenados para trazer a mudança social à tona. Eles geralmente representam as pessoas que sentem que suas vozes não estão sendo ouvidas através de outros canais; que não têm acesso aos poderes constituídos sem um esforço organizado para que ouçam as suas demandas” (GLABER³⁵¹, 2015, p.282). Assembleias, marchas, demandas coordenadas na forma de cartas, e-mails, hashtags, propagandas, pôsteres, grafite e desobediência civil são algumas ações típicas entre os movimentos sociais atuais. A consolidação de um movimento social está associada com a existência de uma estrutura de oportunidades políticas (ao momento³⁵² certo de agir em termos opções, possibilidades, leque de alternativas disponíveis que afetam as chances de que as ações de protesto ou manifestação social levem ao sucesso, alcançando um resultado desejado). De acordo com Lakatos (1985), em seu processo evolutivo geralmente os movimentos sociais passam por quatro fases: 1. Agitação (inquietação e intranquilidade de pessoas aleatórias perante uma situação). 2. Excitação (fase em que as

³⁵¹ GLABER, J. **Sociologia para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

³⁵² Como afirma o cantor Kenny Rogers na música *The Gambler*: “You gotta know when to hold’em, know when to fold’em; know when to walk away, know when to run” (“Você tem que saber quando pegá-los, saber quando dobrá-los, saber quando ir embora, saber quando correr”).

lideranças auxiliam as pessoas insatisfeitas com algo a nomearem os problemas que as incomodam e a perceberem que podem mudar estes problemas por meio de ação coletiva). 3. Formalização (momento em que se organiza o coletivo, se divide tarefas, se produz uma hierarquia, se estabelecem as pautas de lutas e ideologias orientadoras); e, 4. Institucionalização (domínio de lideranças profissionais, estabelece-se um quadro burocrático eficiente, se consolida o nome, o formato e o modelo de ação do movimento). A quarta fase pode durar décadas e culminar na burocratização do movimento social em partido político ou até mesmo na dissolução do movimento. Exemplos de movimentos sociais incluem movimentos trabalhistas e sindicalistas, movimentos feministas, movimentos ambientalistas, movimentos LGBTQIA+ , Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Via Campesina, dentre outros. Existem diferentes teorias para explicar os movimentos sociais, tais como a teoria da privação relativa e a teoria da mobilização de recursos.

Para refletir: é comum que governantes ou integrantes de classes sociais dominantes tenham seus privilégios ameaçados pelas reivindicações de movimentos sociais, por isso, associam as lutas e militância destes movimentos à criminalidade e à marginalidade. Trata-se da criminalização dos movimentos sociais, de reconhecer o exercício do direito constitucional de existência e expressão dos movimentos sociais como algo criminoso e de descrever os participantes de movimentos sociais como sujeitos ‘perigosos’. Com esta criminalização dos movimentos sociais, o que governos e elites pretendem? O que poderíamos esperar dos governos sem os movimentos sociais? Direitos sociais, políticos e econômicos seriam “dados” para as pessoas sem as ações dos movimentos sociais?

Mudança social:

alteração nas estruturas básicas de um grupo social ou sociedade. “É qualquer alteração nas características culturais, estruturais, demográficas ou ecológicas de um sistema social, como uma sociedade” (JOHNSON, 1997, p.155). “Muitos conceitos de mudança social têm sido apresentados durante o século XX: a atenção dirige-se, variadamente, à aculturação, à difusão, à inovação tecnológica, à demografia e à migração como causas fundamentais de mudança social” (HALL³⁵³, 1996, p.503). “Os sociólogos querem entender os processos fundamentais e universais pelos quais a sociedade muda.” (GLABER³⁵⁴, 2015, p.337). Os três principais clássicos da Sociologia (Marx, Durkheim e Weber), tinham opiniões diferentes sobre a mudança social. Marx acreditava que as sociedades mudavam conforme classes sociais diferentes lutavam por coisas como alimentos, terra e poder. “Além disso, ele acreditava que a progressão básica de estágios era essencialmente universal e inevitável — assim como os seres humanos vão da infância à adolescência e à idade adulta, Marx acreditava que todas as sociedades precisam passar por certos conflitos no caminho até o último estágio utópico [o comunismo] — que, conforme ele acreditava, todas as sociedades eventualmente atingiriam” (GLABER, 2015, p.338). “Émile Durkheim concordava com Marx sobre a mudança social seguir uma certa progressão previsível, mas ele discordava fortemente sobre a natureza dessa mudança e as razões para ela” (idem, p.339). Para Durkheim, as sociedades estão ficando maiores e mais complexas, devido a uma série de razões, tais como a tecnologia. A tecnologia possibilita um aumento populacional e um fluxo entre povos entre nações, leva a intensificação da divisão social do trabalho e a criação de ocupações

³⁵³ HALL, J.A Mudança social. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. et al. *Dicionário do Pensamento Social no Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.503-505.

³⁵⁴ GLABER, J. **Sociologia para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

cada vez mais especializadas. Assim, gradativamente nós tornamos sociedades compostas de pessoas e grupos cada vez mais diferentes entre si e como sociedades temos que aprender a conviver com a diversidade, criando formas de solidariedade e novos padrões de relações sociais. Por sua vez, Weber “concordava com Marx que a história era frequentemente marcada por conflitos e que os resultados deles poderiam ter consequências profundas em relação à direção que a sociedade tomaria posteriormente. Ele concordava com Durkheim, no entanto, quanto à ideia de o conflito sobre coisas materiais não ser o fator crucial; que as ideias e valores poderiam ser ainda mais poderosos do que a fome” (idem, p.343). Assim, evitando assumir posturas como a de Marx e Durkheim que viam ver a sociedade viam a história como em progressão inevitável em direção a um fim específico, “Weber pensava que a mudança histórica acontecia por uma razão, mas que sua finalidade não era predeterminada, sendo que os eventos futuros não poderiam ser preditos, mas apenas cogitados” (idem).

Para refletir: a tentativa de entender os processos fundamentais e universais pelos quais a sociedade muda está associada com a busca de alguma previsibilidade em relação a mudanças sociais em curso. Considerando o que você sabe sobre a sociedade brasileira atual, que mudanças sociais você acredita que estão em curso? Para onde você pensa que, como sociedade, estamos indo?

Multidão:

é um tipo de agregado social, composto por um grupo de pessoas reunidas em estreita proximidade física. Uma multidão “é um ajuntamento, constituído de vários indivíduos, em estreita proximidade física, que se relacionam, por um período provisório,

com um evento ou pessoa que interesse a todos eles” (COHEN³⁵⁵, 1980, p. 139). Um “conjunto de pessoas observando um incêndio ou fugindo de um edifício em chamas, uma população que se junta para um linchamento e um grupo que se encontra na rua para brincar o carnaval, são exemplos de multidão” (OLIVEIRA, 2005, p.72). As principais características da multidão são: proximidade física (os integrantes da multidão aglomeram-se, mantendo contato direto e temporário); falta de organização (a multidão pode até ter um líder, mas não possui um conjunto de normas; seus membros não ocupam posições definidas no agregado); anonimato (aqueles que fazem parte da multidão são anônimos, não se reconhecem em termos de profissão, posição social, nome ou endereço); e indiferenciação (não há espaço para que as diferenças individuais serem relevantes). A multidão pode ser caracterizada por atos pacíficos ou tumultuosos. Embora apresente semelhanças, o conceito de multidão difere-se dos conceitos de massa, movimento social e público.

Para refletir: o sociólogo David Riesman, no livro *A Multidão Solitária*³⁵⁶, entre outros elementos, analisa um dos paradoxos da vida social contemporânea: centenas e milhares de pessoas estão no mesmo lugar, no meio de uma multidão, mas estão mais solitárias do que se estivessem sozinhas. Neste contexto, dizia ele, sobre os norte-americanos, que as pessoas fazem o mesmo que os outros em vez do que suas “bússolas internas” lhes apontam a fazer. Na sociedade atual, o que explica a solidão em meio à multidão? Porque, em meio a multidões, pode ser difícil seguir sua “bússola interna”?

³⁵⁵ COHEN, Bruce. **Sociologia Geral**. Tradutores: Joaquin Pires da Silva e Denise Gros Muller. São Paulo: Editora McGraw-hill, 1980.

³⁵⁶ RIESMAN, David. *A multidão solitária*. Editora Perspectiva, 1995.

Multiculturalismo:

é um conceito com muitos usos. Em alguns casos “designa o fato de determinadas sociedades serem formadas por culturas distintas. Para outros, descreve uma política que visa a coexistência pacífica entre grupos étnica e culturalmente diferentes. Há ainda quem considere o multiculturalismo um movimento teórico e político em defesa da pluralidade e da diversidade cultural que reivindica o reconhecimento e a valorização da cultura das chamadas minorias” (SILVA *et al.*, 2016, p. 125). Conforme o sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall(1932-2014), é necessário diferenciar os termos multicultural e multiculturalismo. Por multicultural se entende uma forma de “descrever as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo que retêm algo de sua identidade original” (HALL³⁵⁷, 2003, p. 52). A expressão “multicultural” é adjetivo, já a expressão “multiculturalismo” é substantivo. “Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais. E usualmente utilizado no singular, significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta as estratégias multiculturais” (idem). Para HALL (2003), existem diversos multiculturalismos: “o conservador (postula a assimilação da diferença às tradições e costumes da maioria); o liberal (tenta integrar as minorias à maioria, tolerando práticas identitárias somente no domínio privado); o pluralista (garante direitos às distintas minorias); o comercial (no qual bastaria o reconhecimento público da existência das minorias); o corporativo (administra as minorias a partir dos

³⁵⁷ HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende, et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. Disponível em: http://www.grupodec.net.br/wp-content/uploads/2015/10/Da_Diaspora_-_Stuart_Hall-book.pdf

interesses da maioria) e, por fim, o crítico ou revolucionário (que enfoca o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência - que procura ser ‘insurgente, polivocal, heteroglossa e antifundacional’)” . Por sua vez, os sociólogos portugueses, Boaventura de Sousa Santos e João Arriscado Nunes defendem que multiculturalismo é expressão que se refere a “existência de uma multiplicidade de culturas no mundo, coexistência de culturas diversas no espaço de um mesmo Estado-Nação e existência de culturas que se interinfluenciam tanto dentro para além do Estado-Nação” (SANTOS e NUNES³⁵⁸, 2004, p.3) e, como prescrição, é “projeto político de celebração ou reconhecimento dessas diferenças” (idem). A noção de multiculturalismo está associada com o chamado Movimento Multiculturalista. O Movimento Multiculturalista começou no século XIX, nos Estados Unidos, especialmente com ações do movimento negro para combater a discriminação racial. O movimento multiculturalista entende que mesmo no âmbito do território de um Estado nacional convivem diversas culturas, motivo pelo qual não aceita a ideia de que os Estados Unidos possuam uma única cultura (pelo contrário) e que as diversas culturas existentes no país em questão devam assimilar a cultura americana predominante. Dada a importância que o debate sobre o multiculturalismo assumiu nos Estados Unidos da América, os professores Keith Banting e Will Kymlicka, da Universidade de Queen’s (Kingston, Ontario, Canadá), desenvolveram um importante instrumento de aferição “do grau” de multiculturalismo de uma nação. Trata-se do chamado Multiculturalism Policy Index, que estabelecem critérios avaliativos da inclusão de minorias nacionais, imigrantes e povos indígenas. A título de exemplo, entre os critérios de avaliação de inclusão de indígenas, o Multiculturalism Policy

³⁵⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo cultural. Porto: Afrontamento, 2004. Disponível em: <https://wander.sonmagalhaes.files.wordpress.com/2013/12/reconhecerparalibertar.pdf> . Acesso em: 25/03/2021.

Index, relaciona nove políticas que podem ser consideradas multiculturais, são elas: 1. reconhecimento de direito à terra/título; 2. reconhecimento de direito ao autogoverno; 3. defesa de tratados históricos e/ou assinatura de novos; 4. reconhecimento de direitos culturais (língua, caça/pesca); 5. reconhecimento de direitos consuetudinários (costumes); 6. garantias de representação/consulta no Governo Federal/Central; 7. afirmação constitucional ou legislativa do status de povo; 8. suporte/ratificação dos instrumentos internacionais sobre os direitos; 9. ações afirmativas para os membros da comunidade. De acordo com Marino³⁵⁹ (2010) Keith Banting e Will Kymlicka estabelecem que os países que adotam seis ou mais dessas políticas, podem ser classificados como “de forte abordagem multicultural”; os que efetuam de três a cinco práticas descritas na lista, apresentam abordagem multicultural moderada; e, os países que efetuam duas ou menos destas práticas, tem fraca abordagem multicultural. Em vários contextos, o conceito e as propostas do multiculturalismo vem sendo substituídas pelo interculturalismo.

Para refletir: o multiculturalismo, ao negar a padronização da cultura, confirma o direito de ser diferente. Os críticos do multiculturalismo apontam que ele gera hiperdiversidade e fragmentação social e que por isso poderia colocar em risco a própria ideia de Estado-Nação. É possível manter unidade política nacional na diversidade cultural? Como o nosso país lida com a diversidade cultural, étnica e racial? Como lidamos com o direito de ser diferente?

³⁵⁹ MARINO, Ane Katrine Blikstad. Um olhar multicultural sobre as políticas públicas para indígenas no governo federal. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5205/62080100010.pdf>

N

Nação [Estado-Nação]:

Nação é um povo que, ocupando determinado território, apresenta algum senso de identidade, unidade e história comuns, bem como apresenta bases para organização do poder sob a forma do Estado nacional e compartilha de um destino. “A nação é a sociedade politicamente organizada que compartilha uma história e um destino comum, e conta (ou tem perspectivas de contar) com um território e um Estado para, assim, formar um estado-nação que lhe sirva de instrumento. [...] “Para se constituir como nação, esta nem sempre tem um idioma e uma etnia comuns, mas precisa ter um Estado ou um projeto de Estado” (BRESSER-PEREIRA³⁶⁰, 2016, p.171). Por essas características, “o conceito mais corrente de Nação é aquele em íntima afinidade com a ideia de Estado. Este, por sua vez, é o organismo político-administrativo que ocupa um território determinado, sendo dirigido por governo próprio. A Nação, em seu significado mais simples, é uma comunidade humana, estabelecida neste determinado território, com unidade étnica, histórica, linguística, religiosa e/ou econômica. O Estado seria, nesse sentido, o setor administrativo de uma Nação” (SILVA, 2009, p. 308). Estado-nação é a nação governada por um Estado, cuja autoridade coincide com as fronteiras geográficas da nação.

³⁶⁰ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. ESTADO, ESTADO-NAÇÃO E FORMAS DE INTERMEDIÇÃO POLÍTICA. *Lua Nova*, São Paulo, n. 100, p. 155-185, jan. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-644520100155&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 jul. 2020.

Estado-nação ou país é a unidade política territorial formada por uma nação, um Estado e um território. Desta forma, um Estado-Nação pressupõe um povo, um território, um governo, uma finalidade (geralmente prevista em uma constituição) e soberania. Estados-nações não existiam até o século XIX, pois o mundo era organizado em conjuntos diversificados de grupamentos étnicos ou impérios, com fronteiras políticas fluídas, ao invés dos limites geográficos relativamente rígidos e controle administrativo associados ao Estado-Nação. A consolidação do Estado-Nação representa a consolidação do Estado Moderno. Como as nações não são necessariamente culturas homogêneas que têm em comum o idioma, a história e as tradições, nem todo Estado-Nação é culturalmente homogêneo. Aliás, existem diversos tipos de “nações sem Estados”, como os tibetanos na China, e os curdos, cujas terras englobam partes de Turquia, Síria, Irã e Iraque.

Para refletir: cada estado-nação sabe que convive e compete com outros estados-nações, e que, para ser bem-sucedido nessa competição, precisa ser forte ou capaz. O que predomina nas relações entre os estados-nações da atualidade: competição, exploração ou colaboração? Como estas relações poderiam ser reconfiguradas?

Não-binário [gênero]:

refere-se a identidades de gênero que não são unicamente masculinas ou femininas, estando, portanto, fora do binário (masculino/feminino) cisgênero. Não-binário um termo “guarda-chuva” que se associa a várias identidades de gênero diferentes dos gêneros binários masculino e feminino. Em nossa sociedade e na maioria das sociedades atuais, a construção sociocultural dos gêneros ocorre de maneira binária, tendo como possibilidades

predominantes o gênero masculino e o feminino. Neste contexto, “homem e mulher se encontram em posições representadas anatomicamente de maneira estável e socialmente delimitadas em papéis masculinos e papéis femininos” (REIS e PINHO³⁶¹, 2016, p. 11). Por sua vez, a expressão não-binário se refere a indivíduos que não se posicionam nos polos feminino e masculino, que “permeiam diferentes formas de neutralidade, ambiguidade, multiplicidade, parcialidade, ageneridade, outrogeneridade, fluidez em suas identificações” (idem, p.14). A multiplicidade das identidades não-binárias de gênero se manifesta em denominações como: bigênero (pessoas que são totalmente de dois gêneros, sem que haja, entretanto, uma mescla bem delimitada entre os dois); agênero (identidade onde os indivíduos vivenciam ausência de gênero; tem sinônimos como não-gênero ou genderless); demigênero (termo para vários gêneros onde pessoas leem suas identidades como sendo parcialmente femininas ou masculinas e parcialmente alguma identidade não-binária; ou ainda, parcialmente agênero e parcialmente alguma outra identidade não-binária); pangênero (identidade que se refere a uma grande gama de gêneros que pode ultrapassar a finitude do que entendemos atualmente sobre gênero); e gênero fluido (identidade de pessoas que possuirão o espectro de gêneros em constante mudança, não sendo restrito a dois gêneros apenas). Pessoas não-binárias são sempre transgênero e nunca cisgênero, são “pessoas que podem se entender 100% homem e 100% mulher ao mesmo tempo (bigênero); ou mais mulher do que homem (demigirl); ou mais homem do que mulher (demiboy), ou nem homem e nem mulher (agênero), ou transitar por estas categorias (genderfluid) ou outra identidade de gênero ainda” (KRASOTA³⁶², 2016, p.57).

³⁶¹ REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. GÊNEROS NÃO-BINÁRIOS: IDENTIDADES, EXPRESSÕES E EDUCAÇÃO. *Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, apr. 2016. ISSN 1982-9949. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7045>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

³⁶² KRASOTA, A. G. (2016). Uma noção de pessoa trans não-binária. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

Para refletir: a chamada Linguagem Não-binária ou Linguagem Neutra, com o intuito de evitar o binarismo e respeitar os grupos de pessoas não-binárias, adota o sistema do uso de “x” ou “@” no lugar de terminações binárias “a” ou “o”, dando origem ao uso de pronomes como lu, elus, delu, delus, nelu, nelus, aquelu e aquelus. O que você pensa sobre isso? Essa mudança linguística tem impactos sociais?

Novas formas de interação social:

A interação social, em função da internet e das redes sociais virtuais, tem sofrido profundas transformações na sociedade contemporânea, cada vez mais surgem novas formas de interação. Neste contexto, John Thompson³⁶³, sociólogo e professor da Universidade de Cambridge, no estudo dos meios de comunicação de massa, desenvolveu uma teoria tipificando nossas atuais formas de interação. Thompson (2018) identifica quatro tipos básicos de interação: 1) interação face a face; 2) interação mediada; 3) quase-interação mediada; e 4) interação mediada online. A interação face a face possui três características específicas: a) ocorre em um contexto de copresença, num cenário espaço-temporal comum; b) é de caráter dialógico, no sentido de que envolve, pelo menos potencialmente, um fluxo bidirecional de informação e comunicação; e c) mobiliza uma multiplicidade de sinais simbólicos – gestos e expressões faciais, bem como palavras, cheiros e toques (pelo menos potencialmente) e outros sons e sinalizações visuais. Por sua vez, a interação mediada envolve o

<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/50286/R%20-%20D%20-%20ALISSON%20GEBRIM%20KRASOTA%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

³⁶³ THOMPSON, J. B. A interação mediada na era digital. *MATRIZES*, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 17-44, 2018. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v12i3p17-44. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matriz/es/article/view/153199>. Acesso em: 10 nov. 2020.

uso de um meio técnico de comunicação que permite que as informações ou os conteúdos simbólicos sejam transmitidos para indivíduos que estão distantes no espaço ou no tempo, ou em ambos. Assim, as características espaciais e temporais da interação mediada são bastante diferentes daquelas da interação face a face (o exemplo perfeito aqui é a conversa telefônica, embora também inclua as cartas e uma boa parte do que fazemos agora com o e-mail. A interação mediada é estendida no espaço e no tempo, de modo que os indivíduos podem interagir uns com os outros, mesmo que não compartilhem um ambiente espacial-temporal comum. A interação mediada é de caráter dialógico, mas geralmente envolve certa limitação nas possibilidades de sinalizações simbólicas. A quase-interação difere da interação mediada em dois aspectos centrais: primeiro, é de caráter monológico, no sentido de que o fluxo de comunicação é em grande parte unidirecional (daí a quase- interação); e segundo, é orientada a um espectro indefinido de potenciais destinatários – ou seja, é aberta, ao contrário de uma conversa telefônica, que é ponto a ponto, isto é, orientada para uma pessoa específica do outro lado da linha. Por fim, a interação mediada online, como outras formas de interação mediada, esta envolve a extensão das relações sociais através do espaço e do tempo e certo estreitamento no leque de pistas simbólicas. Ao contrário da interação mediada (por exemplo, conversas telefônicas), a interação mediada online é orientada para uma multiplicidade de outros destinatários – é de muitos para muitos, e não de um para um. Os sites de redes sociais são o cenário perfeito para esse tipo de interação mediada: no Facebook, no Twitter, no YouTube e em outras plataformas de mídia social, os indivíduos criam ou mantêm relações sociais com outras pessoas distantes, algumas das quais se conhecem em contextos de interação face a face, mas muitas delas apenas por intermédio do site de mídia social. Uma característica específica desses sites é que permitem aos usuários tornarem visíveis não apenas seus perfis, mas também suas redes sociais, de modo a possibilitar que os

indivíduos façam conexões que não poderiam ser feitas de outra forma, com uma multiplicidade de outras pessoas.

Para refletir: Você prefere realizar interações face a face, interações mediadas ou interações mediadas online? Por quê? Esta sua preferência se estende para todas as pessoas de seu círculo social?

Novos movimentos sociais:

Os movimentos sociais podem ser subdivididos em movimentos sociais tradicionais e novos movimentos sociais. Os movimentos Sociais Tradicionais se constituem com base nas lutas dos trabalhadores desde a consolidação do capitalismo. Apresentam organização vertical e rígida estrutura hierárquica. A categoria classe social é o fator unificador primordial dos integrantes destes movimentos que buscam superar as condições de opressão da classe trabalhadora. Os novos movimentos sociais transitam da categorial classe social, como fator primordial de unificação, para pautas identitárias. Esses movimentos não são mais prioritariamente motivados por questões redistributivas; não se dirigem prioritariamente ao Estado, mas à sociedade civil, almejando mudanças culturais no longo prazo; lutam pelo reconhecimento de suas identidades-particularidades e diferenças, recorrendo “à ação direta, pacífica, baseada numa organização fluida, não hierárquica, descentralizada, desburocratizada” (ALONSO³⁶⁴, 2009, p.67). Além disso, os novos movimentos sociais, “de uma parte, formar-se-iam em torno dos *green problems*, isto é, dos efeitos colaterais do desenvolvimento capitalista: poluição,

³⁶⁴ ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Mar. 2021.

urbanização, experiências com animais para produção de remédio etc. De outra parte, seriam reações a problemas da *over-complexity* da sociedade contemporânea: riscos potenciais de usinas nucleares, poder militar, manipulação genética, controle e uso de informações pessoais, isto é, problemas que geram ‘riscos invisíveis’” (ALONSO, 2009, p.62). Trata-se de “um conjunto de movimentos sociais que surgiram nas sociedades ocidentais, desde a década de 1960, como os movimentos estudantis, a segunda onda do feminismo, o ambientalismo, o movimento antinuclear e as demonstrações ‘antiglobalização’. Eles diferem de movimentos sociais anteriores [tradicionais] em suas novas questões sociais, sua forma organizacional frouxa, sua base da classe média e seu repertório de ação não-violenta” (GIDDENS, 2012, p.799).

Para refletir: que consequências positivas e negativas podem se manifestar a partir da menor relevância da categoria classe como fator unificador das pessoas em movimentos sociais?

Neoliberalismo:

o neoliberalismo se configura como uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno, mediante ações como a defesa e a execução da privatização das empresas estatais e até mesmo de alguns serviços públicos essenciais, da livre atuação das forças de mercado, do término do intervencionismo do Estado, da abertura da economia e sua integração ao mercado mundial e da desregulamentação de direitos trabalhistas - “uma das principais propostas sociais do neoliberalismo é a desregulamentação do trabalho, implantada

com modificações na legislação trabalhista de cada país” (SILVA³⁶⁵, 2009, p.172). O neoliberalismo é “a crença econômica de que as forças do livre mercado, alcançadas pela minimização das restrições governamentais às empresas, são a única rota para o crescimento econômico” (GIDDENS, 2012, p.798). É a lógica de que “o maior número possível de decisões deve ser transferido para o mercado, o qual, em uma opção maximizante, é a única democracia genuína” (GRANT³⁶⁶, 2008, p.526). Como os liberais, os neoliberais acreditam que a economia é regida por uma ordem natural formada a partir das livres decisões individuais e pela lei da oferta e da procura. No entanto, “defendem o disciplinamento da economia de mercado, não para asfixiá-la, mas para garantir-lhe sobrevivência, pois, ao contrário dos antigos liberais, não acreditam na autodisciplina espontânea do sistema” (SANDRONI³⁶⁷, 1999, p. 421). O neoliberalismo também se apresenta “como um aspecto da nova ordem mundial, caracterizando-se como a própria ideologia da globalização. Nascido na década de 1980 com os governos de Ronald Reagan nos EUA e de Margaret Thatcher na Inglaterra, foi rapidamente “importado” pelo Chile (precursor do neoliberalismo latino-americano com a ditadura de Pinochet, que aliava autoritarismo, repressão e livre mercado). O Brasil “foi o último país da América Latina a implementar um projeto neoliberal. Tal fato deveu-se, de um lado, à dificuldade de soldar os distintos interesses das diversas frações do capital [...] e, de outro, à intensa atividade política desenvolvida pelas classes trabalhadoras na década de 1980 – que

³⁶⁵ SILVA, Kalina Vanderlei. Dicionário de conceitos históricos. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009. Disponível em: <https://efabiopablo.files.wordpress.com/2013/04/diccion3a1rio-de-conceitos-histic3b3ricos.pdf>

³⁶⁶ GRANT, ROBERT. Neoliberalismo, In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. et al. *Dicionário do Pensamento Social no Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.526-529.

³⁶⁷ SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 1999. Disponível em: <http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FMI.BM-Nov%C3%ADssimo-Dicion%C3%A1rio-de-Economia.pdf>

se expressou, entre outros eventos, na constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) e na realização de cinco greves gerais entre 1983 e 1989” (FILGUEIRAS³⁶⁸, 2006, p.180-181). Somente a partir da eleição de Fernando Collor, em 1989, ocorreu “a unificação das diversas frações do capital em torno do projeto neoliberal, mesmo com idas e vindas, contradições e disputas internas, em virtude do temor das mesmas de perderem o controle político da sociedade” (idem, p.181). Desde 1989 observa-se um crescente de práticas e propostas neoliberais até os dias atuais, com menor ou maior intensidade, a depender do governo que se encontra no poder e da contínua “queda de braço” entre as grandes forças do capital e os movimentos organizados de trabalhadores e ativistas.

Para refletir: autores que defendem perspectivas neoliberais de Estado tendem a adotar a argumentação de que o Estado de Bem-Estar Social cria a Cultura da dependência. O conceito de cultura da dependência foi popularizado por pelo cientista político estadunidense Charles Murray “para descrever indivíduos que contam com a provisão de serviços sociais pelo estado, ao invés de entrarem para o mercado de trabalho. A cultura da dependência é considerada resultado do ‘estado babá’, que enfraquece a ambição individual e a capacidade das pessoas agirem por conta própria” (GIDDENS, 2012, p.791). Um Neoliberal pode, por exemplo, descon siderar os dados estatísticos que indicam que políticas como o “bolsa-família” estimulam melhores níveis educacionais e crescente busca por atividades laborais e argumentar que as mesmas fomentam a “cultura da dependência”. Paradoxalmente,

³⁶⁸ FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>

em grandes crises, frequentemente vemos o Estado repassar bilhões de reais para bancos e indústrias e nesse caso não se fala em cultura da dependência. Como o auxílio governamental para grandes empresas contribui para a cultura da dependência entre aqueles que representam a elite econômica de um país? Como a dependência do Estado se manifesta entre as elites? O que as leis e propostas aprovadas pelo governo federal nos últimos anos indicam no que se refere à relação do Brasil com os princípios do neoliberalismo?

O

Obsolescência programada:

em 1932, em meio à Grande Depressão (a Crise de 1929), o norte-americano Bernard London, teorizou que, se todos os produtos fabricados tivessem seu ciclo de vida reduzido, os consumidores voltariam às compras e, conseqüentemente, novos empregos seriam gerados e a crise econômica acabaria. De acordo com London³⁶⁹ (1932), a tecnologia moderna aumentou a produtividade das empresas e a qualidade dos produtos, dando-lhes uma vida útil maior e assim reduzindo as taxas de consumo. Por isso, na interpretação dele, o governo deveria estipular um prazo de vida aos produtos, informar este prazo aos clientes, coletar o produto quando o prazo findasse e, nesta coleta, entregar (para o dono do produto) uma espécie de cupom de desconto, para ser utilizado na comprar outro item. Por sua vez, quando este cupom de desconto fosse utilizado, o vendedor que o recebeu o utilizaria para abater impostos devidos ao governo federal. Eis que, embora esta proposta não tenha sido adotada oficialmente em nenhum lugar ou política, ela contribuiu para o nascimento do conceito de obsolescência programada. A obsolescência programada é uma estratégia empresarial de tornar um produto obsoleto em prazos “programados”, para fazer a pessoa comprar um produto novo. Trata-se de uma estratégia de estímulo ao consumismo, pautada no

³⁶⁹ LONDON, Bernard. "Ending the Depression Through Planned Obsolescence", 1932. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/27/London_%281932%29_Ending_the_depression_through_planned_obsolescence.pdf

desenvolvimento de produtos que simplesmente param de funcionar ou se tornam aparentemente obsoletos em um curto prazo de tempo. Obsolescência programada é “uma estratégia da indústria para ‘encurtar’ o ciclo de vida dos produtos, visando a sua substituição por novos e, assim, fazendo girar a roda da sociedade de consumo. Poderíamos dizer que há uma lógica da ‘descartabilidade’ programada desde a concepção dos produtos. Em outras palavras, as coisas já são feitas para durarem pouco” (SILVA³⁷⁰, 2012, p.182). Cornetta³⁷¹ (2016), aponta estudos norte-americanos que citam diversos tipos obsolescência, tais como: 1. obsolescência de função - acontece quando um produto novo é estrategicamente introduzido e realiza uma função melhor, por exemplo, na transição de fitas VHS para DVDs e posteriormente *blue-rays*; 2.obsolescência de qualidade (acontece quando produto quebra ou se desgasta em determinado momento, antes de completar a sua vida útil, sinalizando que há um planejamento para que tal ocorra); e, 3. obsolescência de desejo (acontece quando o produto ainda opera normalmente, mas é considerado obsoleto em razão de uma mudança de estilo, fazendo com que pareça menos desejável ao consumidor). A obsolescência de desejo (ou obsolescência psicológica, perceptiva) ocorre quando o fornecedor modifica o design ou o estilo do produto para manipular a compra repetitiva pelo consumidor.

Para refletir: como a obsolescência psicológica se manifesta nos seus padrões de consumo? Sendo a obsolescência programada uma

³⁷⁰ SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. Obsolescência Programada e Teoria do Decrescimento Versus Direito ao Desenvolvimento e ao Consumo (Sustentáveis). Veredas do Direito. Belo Horizonte. v. 9. n. 17, p. 181-196, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/252>

³⁷¹ CORNETTA, W. A obsolescência como artifício usado pelo fornecedor para induzir o consumidor a realizar compras repetitivas de produtos e a fragilidade do CDC para combater esta prática. 2016. 186f. (Tese de Doutorado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19874>. Acesso em 30/03/2021.

das estratégias de estímulo ao consumismo, é possível combatê-la e, ao mesmo tempo, defender-se um “direito ao consumo”?

Ócio criativo:

é um conceito que coloca a plenitude da vida humana na intersecção entre trabalho, estudo e diversão e na colonização do trabalho pelo tempo livre. O conceito de ócio criativo foi desenvolvido pelo sociólogo italiano Domenico de Masi, em resposta ao modelo centrado na idolatria de jornadas extensas de trabalho, típica de nosso sistema produtivo. De Masi³⁷² (2000), ao analisar as intensas jornadas de trabalho a que os trabalhadores precisam se submeter e as taxas de desemprego de diferentes sociedades, concluiu que a única saída para melhorar a criatividade e qualidade de vida dos trabalhadores, bem como para aumentar empregos, seria reduzir a jornada de trabalho dos empregados. De acordo com o sociólogo, quanto mais horas um indivíduo trabalha, mais ele contribui para a taxa de desemprego e menos ele pode criar, refletir e sentir prazer no que faz. Assim, se as pessoas trabalhassem menos horas por dia, não apenas elas poderiam criar mais, como mais pessoas poderiam ser empregadas, logo o desemprego e os problemas sociais a ele associados reduziriam. Para De Masi³⁷³ (2001), na sociedade atual, que valoriza cada vez mais o conhecimento e a criação, continuamos a trabalhar do mesmo modo que há cem anos, com longas jornadas de trabalho separadas do lazer. No entanto seríamos muito mais felizes se conciliássemos o ócio e o trabalho, de modo a criar uma

³⁷² DE MASI, Domenico. **O Ócio Criativo**. Entrevista a Maria Serena Palieri. 3. ed. Trad. Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sexante, 2000. Disponível em: <http://www.brunovivas.com/wp-content/uploads/sites/10/2018/07/O-%C3%B3cio-criativo.pdf>

³⁷³ DE MASI, Domenico. O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Tradução de Yadyr A. Figueiredo. Rio de Janeiro: José Olympio. 2001. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2020/04/de-masi-domenico.-o-futuro-do-trabalho-1.pdf>

única e satisfatória continuidade. Neste contexto, o ócio criativo seria possível. Por ócio criativo entende-se a união entre trabalho, estudo e lazer, de forma que as pessoas possam experimentar o valor gerado pelo trabalho, o conhecimento ocasionado pelo estudo e a alegria proporcionada pelo lazer. Para De Masi (2000, p.143) “a plenitude da atividade humana é alcançada somente quando nela coincidem, se acumulam, se exaltam e se mesclam o trabalho, o estudo e o jogo; isto é, quando nós trabalhamos, aprendemos e nos divertimos, tudo ao mesmo tempo. Por exemplo, é o que acontece comigo quando estou dando aula. E é o que eu chamo de 'ócio criativo’”. Neste contexto, “ócio criativo não é ficar parado com o corpo, ou uma opção corporal não-obrigatória, O ócio criativo é aquela trabalheira mental que acontece até quando estamos fisicamente parados, ou mesmo quando dormimos à noite. Ociar não significa não pensar. Significa não pensar regras obrigatórias, não ser assediado pelo cronômetro, não obedecer aos percursos da racionalidade e todas aquelas coisas que Ford e Taylor tinham inventado para bitolar trabalho executivo e torná-lo eficiente” (DE MASI, 2010, p.155).

Para refletir: De Masi (2001) ressalta que a tecnologia reduz a necessidade de trabalho, mas que, ao contrário do que se espera, o aumento da tecnologia tem levado ao aumento de horas de trabalho e a redução do nosso potencial criativo. Você concorda com ele? De que adianta trabalharmos compulsivamente se o tempo do trabalho nos impede de sentir prazer na experiência de trabalho e/ou de ter tempo para o prazer?

Olhar hierárquico:

As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funciona como um microscópio do comportamento; um aparelho de observação, de registro; um modelo de construção

onde, com um único olhar, possa se ver tudo; uma arquitetura para a observação do indivíduo composta janelas, espaços, distribuições e concentrações que permitem ver (quase) tudo. Olhar hierárquico é o nome que Michel Foucault apresenta para este recurso de produção de disciplina. Para ele, em associação com técnicas disciplinares, “o exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam” (FOUCAULT³⁷⁴, 1987, p.196). Na busca destes dispositivos que obrigam pelo jogo do olhar, configura-se “uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado — para tornar visíveis os que nela se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los” (idem, p. 197). Trata-se de verdadeiros mecanismos panópticos que se consolidam com a sociedade disciplinar, como manifestações do poder disciplinar na busca de substituição dos suplícios pela prisão enquanto método punitivo e ressocializador.

Para refletir: como o olhar hierárquico se manifesta em sua escola? Que recursos são utilizados para que, “pelo jogo do olhar”, se possa ver e controlar os corpos?

³⁷⁴ FOUCAULT, Michel. F86v Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf

Oligarquia:

é um governo de poucos, é o governo onde os ricos governam a serviço de seus interesses. Como aponta Platão (428-347 a.C.), em “A República”, oligarquia é o sistema baseada no patrimônio onde os ricos governam, enquanto o pobre não pode partilhar do poder. Oligarquia é “forma de governo na qual o poder é mantido por um pequeno grupo e exercido em seu próprio interesse, geralmente em detrimento da população em geral” (KELLY *et al.*, 2013, p.342). Defendendo que todos os Governos que existiram ou estão por existir foram ou serão sempre Governos de poucos(de elites), a teoria elitista da democracia reposicionou antigo termo no âmbito dos debates políticos contemporâneos. Por exemplo, na obra “Sociologia dos Partidos Políticos” (1915) o sociólogo ítalo-germânico Robert Michels (1876-1936) buscou compreender as relações entre as formas políticas da democracia e da oligarquia, a partir da análise partidária. Analisando partidos políticos e sindicatos ele inferiu que as democracias, ao pressuporem a formação de organizações, consolidam sistemas hierárquicos com pequenas elites dirigentes. Para o sociólogo ítalo-germânico, toda organização se baseia na diferenciação interna entre dirigentes e dirigidos e, por isso, a organização nunca poderia ser democrática, já que a maioria não poderia exercer a direção. Neste contexto, a principal formulação de Michels foi a chamada lei férrea das oligarquias. Esta lei descreve o processo de funcionamento de toda organização política da seguinte forma: “quem diz organização, diz tendência para a oligarquia. Da natureza da organização faz parte um traço profundamente aristocrático. A mecânica da organização, ao criar uma estrutura sólida, [...] completa de modo decisivo a cisão de um partido ou de um sindicato em dois grupos: uma minoria que dirige e uma maioria que é dirigida (MICHELS³⁷⁵, 2001, p. 54). Por essas características, para Michels “a democracia conduz à oligarquia, transforma-se em oligarquia”. (MICHELS, 2001, p. 8). O exercício da função de direção

³⁷⁵ Michels, Robert. Por uma sociologia dos partidos políticos. Lisboa: Antígona, 2001.

da minoria que dirige, faz com que ela tenha sua “personalidade” alterada: “o exercício do poder modifica traços essenciais do caráter daquele que o exerce” (Ibidem, p. 248). Estas mudanças de personalidade associadas com busca de adaptação às leis do jogo político fazem com que, até mesmo aquele dirigente que acreditava poder emancipar a todos de forma igual, passe a buscar a perpetuação da necessidade da elite dirigente dos partidos políticos e a divisão entre dirigentes e dirigidos. Para Michels (2001), na busca de perpetuarem-se no poder, os dirigentes avançam a luta das massas e delas obtêm gratidão. Gradativamente as massas só se sentem representadas e confiantes através de seus dirigentes, o que reforça a perpetuação deles como dirigentes. Para ele, esse tipo de hierarquia aumenta a eficiência, mas paradoxalmente põe em risco a democracia, porque uma vez constituído o grupo de pessoas que estão no topo da pirâmide, eles substituem a satisfação dos interesses coletivos pela satisfação dos interesses pessoais e a busca pela permanência no poder.

Para refletir: Você acha que “o exercício do poder modifica traços essenciais do caráter daquele que o exerce”? Se, supostamente, “a democracia conduz à oligarquia e transforma-se em oligarquia”, votar, então, não importa? O que podemos fazer para minimizar a “oligarquização” da democracia?

Ondas do feminismo:

trata-se das várias gerações ou várias fases no Feminismo. A história do feminismo geralmente é descrita em três ondas (fases ou gerações). A primeira, nascida com o movimento das sufragistas, que defendiam direito ao voto feminino, trouxe como pautas o reconhecimento da mulher como cidadã. A primeira onda “representa o surgimento do movimento feminista, que nasceu

como movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, direitos que eram reservados apenas aos homens” (NARVAZ e KOLLER³⁷⁶, 2006, p. 649). Esta primeira onda do feminismo focava na denúncia da opressão à mulher imposta pelo patriarcado ressaltando que as mulheres eram confinadas ao privado e não podiam exercer trabalho remunerado, não podiam votar, ter propriedade ou cursar o ensino médio. A segunda, nas décadas de 1960 e 1970, em especial nos Estados Unidos e na França, ampliou as pautas feministas para a reivindicação de igualdade de salários, a oportunidades iguais no mercado de trabalho, ao direito ao aborto e à destruição do patriarcado. Neste contexto, “as feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade, enquanto as francesas postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada” (ibidem, p. 649) A Terceira Onda “concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade” (ibidem) engloba a teoria queer, a conscientização da mulher negra, o pós-colonialismo, a teoria crítica, o transnacionalismo, entre outros. Desta forma, a terceira onda luta contra todos os tipos de opressão, denuncia os micropoderes, contrapõe-se ao modelo normativo binário e aponta que as diferenças e ambiguidades são positivas. “As três gerações do feminismo, [...] não podem ser entendidas desde uma perspectiva histórica linear. As diferentes propostas características de cada uma das fases do feminismo sempre coexistiram, e ainda coexistem, na contemporaneidade” (ibidem, p.650). O fato é que no transcorrer das três ondas do Feminismo foram constituídas diferentes perspectivas do próprio Feminismo,

³⁷⁶ NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, Dec. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000300021&lng=en&nrm=iso>. access on 31 Mar. 2021.

tais como: Feminismo Liberal, o Feminismo Socialista, o Feminismo Negro e o Feminismo Radical.

Para refletir: as ondas do Feminismo indicam a transição e a perpetuação de pautas relevantes para o coletivo de mulheres. Na busca de direitos e igualdade, que elementos você acredita que são a principal reivindicação das mulheres na atualidade?

Ordem social:

em nosso cotidiano, quando falamos em desordem, nos referimos à ausência de arrumação, de organização, a coisas que estão fora da ordem, estão bagunçadas. Só podemos dizer que existe desordem quando reconhecemos uma certa forma de organização como “ordenada”, organizada. Em Sociologia, a expressão ordem social também remete a uma dada organização, ordenação, estruturação, mas neste caso enfoca os elementos da sociedade e das relações sociais. “Ordem social significa que as ações entre os indivíduos são previsíveis, ordenadas, padronizadas, baseadas em regras. Cada ator é, em certa medida, governado pela sociedade. Existindo a ordem, os atores não agem de modo como desejam. A ação é governada por expectativas mútuas e um contrato governa o relacionamento” (CHARON³⁷⁷, 2001, p. 148). Embora tenha esse uso mais típico que remete à previsibilidade das ações, a expressão ordem social tem três sentidos: 1. “é a coesão social, através da qual sistemas são mantidos integrados, o que constitui um dos interesses básicos da perspectiva funcionalista” (JOHNSON³⁷⁸, 1988, p.163); 2. “é às vezes sinônimo de controle social, de meios institucionais e de outros métodos usados

³⁷⁷ CHARON, Joel M. Sociologia. Joel M. Charon; tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica de Paulo Sergio Nakazone. - São Paulo: Saraiva, 2002.

³⁷⁸ JOHNSON, A. G. **Dicionário de sociologia**. Guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1988.

para assegurar que indivíduos obedeçam a normas e sustentem valores. 3. “refere-se aos padrões relativamente previsíveis de comportamento e experiência que caracterizam a vida nos próprios sistemas (referidos também como organização social). Se combinássemos todos esses significados, poderíamos dizer que todo sistema social é uma ordem social que inclui algum grau de ordem social que é mantida através da ordem social” (ibidem). De qualquer forma, “a ordem é uma espécie de compulsão a ser repetida, compulsão que, ao se estabelecer um regulamento de uma vez por todas, decide quando, onde e como uma coisa será efetuada, e isso de tal maneira que, em todas as circunstâncias semelhantes, a hesitação e a indecisão nos são poupadas (FREUD³⁷⁹, 1930, p. 100). Expressões como a “ordem social vigente”, “a ordem social estratificada”, “a religião contribui para manter a ordem social”, “a ordem social pré-estabelecida” e “a reprodução da ordem social”, são fartas em textos sociológicos e remetem a um certo modo de organização da sociedade, das interações e relações sociais. Por exemplo, quando um sociólogo expressa algo do tipo “a religião contribui para manter a ordem social”, o que se aponta é que a religião ajuda a manter determinado tipo de modo de funcionamento, organização e produção, bem como contribui para o controle social e a continuidade de padrões de comportamento relativamente previsíveis. Estes padrões de comportamento são multidimensionais associados com a ordem social, tem dimensões de gênero (como se organizam as relações entre mulheres e homens), de raça, de classe social, de política, etc. Em nenhuma dimensão a ordem social tem outra origem que não as ações e escolhas humanas. “A ordem social não é dada biologicamente nem derivada de quaisquer elementos biológicos em suas manifestações empíricas. [...] A ordem social não faz parte da ‘natureza das coisas’ e não pode ser derivada das ‘leis da natureza’. A ordem social existe unicamente como produto da atividade humana.

³⁷⁹ FREUD, S. (1930). O mal-estar na civilização. In: Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud. Trad. de José Otávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XXI.

[...] Tanto em sua gênese (ordem social resultante da atividade humana passada) quanto em sua existência em qualquer instante do tempo (a ordem social só existe na medida em que a atividade humana continua a produzi-la), ela é um produto humano. (BERGER e LUCKMANN³⁸⁰, 1974, p.76-7). Os agentes de socialização, em especial a família, ao supervisionarem os processos de socialização contribuem para a manutenção e reprodução da ordem social vigente. A ordem social é tema de especial relevância no âmbito do Positivismo e da Sociologia Funcionalista.

Para refletir: os posicionamentos em relação à ordem social “atual” são fartos. Há aqueles que acreditam na necessidade de sua manutenção e reprodução, vendo, nas tentativas de desconstruí-la, elementos que põem fim à necessária harmonia e coesão social. Há os que apontam o oposto, que são urgentes mudanças sociais que reconfigurem a ordem social vigente e/ou que urge subverter a ordem social e transformar o modo de produção e as relações de classe. Há os que acreditam na necessidade do Estado para garantir a ordem social e também os que acreditam que a ordem social é fenômeno espontâneo que decorre da busca egoísta de seu interesse por parte de cada indivíduo isolado. O que você pensa sobre a ordem social vigente?

Orientação sexual:

A expressão orientação sexual diz respeito à inclinação, disposição e direção da atração sexual ou afetiva de uma pessoa para com outras pessoas. Orientação sexual é conceito que remete “a direção da atração sexual ou romântica do indivíduo” (GIDDENS, 2012,

³⁸⁰ Berger, P., Luckmann, T. **A construção social da realidade** – tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1974. Disponível em: <https://cristianorodriguesdotcom.files.wordpress.com/2013/06/bergerluckman.pdf>

p.799). A expressão orientação sexual “define termos para identificar as diferentes modalidades de atração física/emocional. Quanto à atração sexual, reconhece-se a heterossexualidade, a homossexualidade, a bissexualidade, a pansexualidade (atribuída àqueles que sentem atração por pessoas, indiferente do gênero) e também a assexualidade (atribuída às pessoas que não sentem atração nem desejo sexual)” (SILVA *et al.*, 2016, p.346). Trata-se da “atração afetivossexual por alguém. Vivência interna relativa à sexualidade. Diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero” (JESUS, 2012, p.26). A heterossexualidade se apresenta como orientação sexual mais socialmente aceita em nossa sociedade e outras orientações sexuais são predominantemente associadas com preconceitos, estereótipos e estigmas. “A forma em que a orientação sexual se entrelaça com outras relações sociais – de gênero, raça e classe social – age sobre os processos de estigmatização ou marginalização: basta pensar na situação de uma mulher negra e lésbica, sem profissão lucrativa e com filhos para criar, e compará-la com a de um homossexual branco, com uma profissão prestigiosa e dinheiro para viagens e lazer (ADELMAN³⁸¹, 2000, p.165). De qualquer forma, a discriminação com base na orientação sexual ainda é fenômeno social abrangente em diversas sociedades, especialmente na sociedade brasileira. Por conta desta discriminação e de outras variáveis (religiosas, políticas, econômicas), muitas pessoas escondem ou buscam esconder sua orientação sexual, não efetivando-a em ações. Desta forma, a “orientação sexual” é fenômeno distinto do “comportamento sexual” (especialmente do comportamento homossexual) porque apesar de os indivíduos terem uma determinada orientação sexual, isso não quer dizer que a consumem em atos.

³⁸¹ ADELMAN, Míriam. Paradoxos da identidade: a política de orientação sexual no século XX. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 14, p. 163-171, June 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782000010100009&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Apr. 2021.

Para refletir: porque a orientação sexual homossexual desperta tanta insegurança entre os heterossexuais?

Organização:

Uma organização é uma unidade social artificialmente estruturada, um sistema social estruturado (geralmente composto de vários grupos ou subsistemas inter-relacionados) com o objetivo de atingir resultados específicos que são a satisfação das necessidades de clientes e das pessoas que a compõe; é uma composição de pessoas que se relacionam para fazer algo com foco em objetivos e metas; é um “conjunto de relações de ordem estrutural (direção, planejamento, operação e controle) que mantém uma empresa em funcionamento. Consiste num sistema por meio do qual os desempenhos pessoais são operacionalizados e coordenados” (SILVA³⁸², 2009, p.435); é uma “entidade coletiva internamente estruturada para atender a uma necessidade social ou buscar objetivos específicos” (GIDDENS e SUTTON, 2017, p.137). O taylorismo, ao estabelecer princípios (unidade de comando, divisão do trabalho, paridade entre responsabilidade e autoridade, especialização e coordenação) para o funcionamento das organizações fabris, constituiu um modelo de organização formal que incitou estudos do funcionamento das organizações. Na Sociologia, estes estudos levam a constatação de que cada organização, como um sistema social único, apresenta não apenas um “meio ambiente” particular, mas também uma cultura organizacional distinta da existente em outras organizações e com o poder de coerção em relação às condutas individuais. Ou seja, assim como ocorre com os grupos étnicos, os grupos humanos

³⁸² SANDRONI, P. Novíssimo dicionário de Economia. São Paulo: Best Seller, 1999. Disponível em: <http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FMI.BM-Nov%C3%ADssimo-Dicion%C3%A1rio-de-Economia.pdf>

atuando em empresas, escolas, fábricas, etc. também desenvolvem uma cultura peculiar, composta por crenças, valores, comportamentos, hábitos, rituais, símbolos, saberes, produtos materiais e imateriais, com traços visíveis, observáveis por todos e traços implícitos, que só podem ser conhecidos mediante vivência e/ou estudo da organização. Além disso, a burocracia, como tipo mais complexo de organização formal e como característica que acompanha o crescimento e a formalização das organizações, é assunto amplamente estudado a partir da análise das organizações. São exemplos de organizações: empresas, fábricas, escolas, corporações, as reitorias das universidades, o exército etc. Na Sociologia existe uma área para o estudo das organizações denominada Sociologia Organizacional e estudada, prioritariamente, por administradores e economistas.

Para refletir: toda escola é uma organização. Como organização, toda escola configura uma cultura organizacional específica. Uma cultura organizacional é o conjunto de crenças, normas, valores, elementos materiais e imateriais que caracterizam o modo de ser e agir das pessoas em uma organização. Você provavelmente já estudou em mais de uma escola ou tem amigos que estudam em outra escola que não a sua. A hierarquia, os hábitos de vestimenta, a forma de funcionamento, os traços materiais, os valores existentes nesta(s) outra(s) escola(s) são diferentes dos existentes em sua escola atual? No que esta(s) outra (s) escola(s) são diferentes da sua? Como isso interfere no seu modo de agir?

Outro [significativo e generalizado]:

o outro significativo é “alguém sobre quem temos algum grau de conhecimento específico”. Trata-se de um outro que “não é mais um rosto na multidão”, mas que não necessariamente é alguém que

nos seja emocionalmente importante ou que seja importante. O outro significativo existe em relação a alguém e não é outro significativo em relação a outra pessoa. É alguém específico, particular, é alguém que, em relação a outra pessoa, existe como um sujeito. “Apesar da origem do termo *Significant Other* (Outro Significativo - OS) ser frequentemente vinculada a Georg Mead (1934), sociólogos como Archibald Haller e Joseph Woelfel afirmam que esse termo foi cunhado pelo psiquiatra Harry Stack Sullivan (1940)” (MIRANDA³⁸³, 2016, p.42). Por sua vez, o outro generalizado, como conceito desenvolvido por George Herbert Mead (1863-1931), pode ser descrito da seguinte forma: “a comunidade ou grupo social organizado, que proporciona ao indivíduo sua unidade do ‘self’, pode ser chamada ‘o outro generalizado’. A atitude do outro generalizado é a atitude de toda a comunidade. Assim, por exemplo, no caso de um grupo social como o de uma equipe de futebol, a equipe é o outro generalizado, na medida em que intervém – como processo organizado ou atividade social – na experiência de qualquer um de seus membros (MEAD³⁸⁴, 1972. p. 154). Tem-se então que o outro generalizado é o coletivo que influi no processo de socialização e de formação identitária, apresentando valores e comportamentos naturalizados na sociedade. O outro generalizado é um status social abstrato que representa a coleção de papéis e atitudes que as pessoas usam como referência para descobrir como se comportar em qualquer situação particular. O outro generalizado é uma abstração dos elementos comuns das atitudes daqueles com os quais o indivíduo interage, que é incorporada pelo indivíduo e passa a guiar a atitude do

³⁸³ MIRANDA, Vanessa Helena Campos. *Learner Identity: Os outros significativos na construção da identidade de aprendiz*. Barcelona, Espanha: Universitat de Barcelona, 2016. Disponível em: https://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/401339/VHCdM_TESE.pdf?sequence=1&isAllowed=y

³⁸⁴ MEAD, G. H. (1972). *Mind, self and society: from the standpoint of a social behaviorist*. Ed.: Charles W. Morris. 18 ed. Chicago, The University of Chicago Press, 1972. Em catalhano: *Espiritu, persona y sociedad: desde el punto de vista Del conductismo social*. Traducción de Florial Mazia. 3. ed. Buenos Aires: Paidós, 1972.

indivíduo para com a realidade. O outro generalizado são “os médicos”, “os caixas de supermercado”, “os professores”, “os estudantes”, a comunidade, a sociedade, etc. Não se trata deste ou daqueles médicos, mas “dos médicos. Para diferenciar o outro significativo do outro generalizado, preste atenção no seguinte exemplo: quando você entrou na escola, no presente ano letivo, você não sabia nada sobre alguns dos seus professores, mas você sabia coisas sobre “professores”. Neste contexto, suas expectativas de como os seus novos professores iriam agir, bem como seu comportamento, estavam pautados em como geralmente os professores agem e em como se espera que aconteça a interação social aluno-professor. É nesse sentido que “os professores” se configuram como outro generalizado. Já em relação aos professores João, Maria e Lúcia, você tinha conhecimento, viu-os juntos em uma floricultura, ouviu histórias das brigas entre eles, sabia que eles aplicavam provas individuais para quem não se comportasse. João, Maria e Lúcia são, para você, outros significativos.

Para refletir: Archibald Haller e Joseph Woelfel argumentavam que, uma vez que, para uma pessoa ou grupo, alguém se torne outro significativo, seus pensamentos, sentimentos ou expectativas pessoais passam a receber atenção. Com esta crença, “eles avaliaram o impacto das opiniões dos outros significativos dos adolescentes sobre as expectativas e aspirações dos adolescentes, demonstrando que as expectativas dos outros significativos se representam como o principal fator de influência na construção do que os próprios adolescentes aspiram para si mesmos” (MIRANDA, 2016, p.43). Quem influencia suas expectativas e aspirações?

Outsiders:

é um conceito que aparece no título de pelo menos duas grandes obras da Sociologia: 1. “Outsiders: Estudos de sociologia do desvio”, de Howard Becker³⁸⁵ e 2. “Os estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade”, de Norbert Elias e John Scotson³⁸⁶. Em seu sentido mais típico, outsider é um termo que significa “indivíduos à margem”, “de fora”, “estrangeiros”. Becker (2008), na constituição da teoria da rotulação e no estudo do desvio, afirmou que as instituições de controle social criam “outsiders”, sejam eles criminosos, doentes mentais ou minorias religiosas e raciais. Estes outsiders, criados pelas instituições de controle social, servem de bodes expiatórios sociais e também como último limite da “sociedade respeitável”. Por sua vez, Elias e Scotson (2000), no estudo de duas comunidades de uma aldeia, apontam o jogo de poder “escondido” nas relações cotidianas entre uma comunidade que ele chama de estabelecidos e outra que ele chama de outsiders. Os “estabelecidos” viviam na aldeia a três gerações de ascendentes e se julgavam cidadãos com direitos especiais, se relacionando com o grupo dos que chegaram mais tarde como se estes fossem “outsiders”, isto é, como gente de fora, estrangeiros, intrusos e, por essa razão, sem direitos de plena cidadania na vida local.

Para refletir: quem são os outsiders da escola em que você estuda? Quem os produz?

³⁸⁵ BECKER, Howard S. 2008 [1963]. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Disponível em: <https://criminologiacabana.files.wordpress.com/2015/08/howard-becker-outsiders-estudos-sobre-sociologia-do-desvio.pdf>

³⁸⁶ ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio de Janeiro, Zahar 2000. Disponível em: <https://favaretoufabr.files.wordpress.com/2019/03/os-estabelecidos-e-os-outsiders-norbert-elias-e-john-l.-scotson.pdf>

P

Padrão de beleza:

os padrões de beleza não são frutos de características estéticas que se repetem com regularidade na sociedade. Ao contrário do que acontece com outros Padrões Sociais, as pessoas das sociedades em que se estabelece um padrão de beleza, predominantemente não apresentam as características a ele associadas. Adolescentes com espinhas são muito mais frequentes do que adolescentes sem espinhas. Mas, o que se convencionou como padrão de beleza é o adolescente sem espinha. A minha “pancinha do tipo pochete” é muito mais regular, muito mais comum dentre as pessoas, do que o “abdômen tanquinho”. Mas, o que se estabelece, o que se convencionou como padrão de beleza, é o “abdômen tanquinho”. O padrão de beleza se forma pela repetição, pela elite e/ou pela mídia, de um modelo idealizado de estética corporal. Padrões de beleza são ideais estéticos produzidos para não serem atingidos pela maioria da população. Ora, produtos de beleza, cirurgias estéticas, serviços de modelagem corporal, são coisas menos interessantes para quem está satisfeito com seu corpo. Se as empresas de marketing buscassem difundir padrões de beleza muito próximos das características médias da população, os produtos que elas buscam vender seriam menos atraentes (“para que vou comprar isso para ficar bonito se eu já me sinto bonito, para que comprar uma coisa para ficar como eu já sou?”). Os padrões de beleza, em nossa cultura, são amplamente influenciados pelos meios de comunicação de massa e pela indústria cultural, são feitos para não

serem alcançados. Não existem padrões de beleza naturais, a-históricos, que sejam alguma espécie de efeitos da evolução humana, ou que não sejam socialmente determinados. Definir padrões de beleza física e dar-lhes o estatuto de natural é distorcer o que "jamais foi algo de absoluto e imutável, mas assumiu faces diversas segundo o período histórico e o país (ECO³⁸⁷, 2004, p.14). De acordo com ECO (2004) o belo é cultural, social, histórico, geracional, relacionado com condição de classe e origem étnica-racial. Estudos anatômicos ou pesquisas de opinião pública sobre aparência física, não captam uma essência universal de padrão de beleza, apenas identificam o que, em determinado contexto histórico e social, é culturalmente produzido e identificado como belo. Os padrões de beleza são feitos para diferenciar, para distinguir as pessoas em termos de status e poder e para reproduzir crenças, valores e relações de poder típicas da sociedade. Em sociedades escravocratas, é a mulher loira dos olhos azuis que materializa o ideal de beleza. Quando os negros reivindicam um lugar na sociedade e conquistam poder de compra, mulheres e homens negros passam a figurar em revistas. Mas não qualquer mulher e homem negro, apenas aqueles que tiveram suas fotografias e imagens editadas, que receberam um certo tipo de cuidado com o cabelo e com a pele, que tem um corpo com barriga tanquinho e que não representam as características físicas da maioria da população negra. Justamente por essa incoerência entre o que se estabelece como padrão de beleza e as características médias da população, as consequências dos padrões de beleza podem ser muito negativas, porque a partir dele se criam coerções que forcem muitas pessoas a atingirem o que lhes é inatingível. É por isso que os padrões de beleza se relacionam com baixa auto-estima, com dificuldade de auto-aceitação e aceitação dos outros e com transtornos alimentares.

³⁸⁷ ECO, U. (Org.). História da beleza. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Para refletir: “quando se levam em conta normas sociais que influenciam ou determinam padrões de beleza, é a experimentação da diferença entre um ideal de beleza e a imagem do próprio corpo que pode estar na gênese de uma baixa auto-estima, de um mal-estar, em suma, desse sofrimento psíquico” (POLI NETO e CAPONI³⁸⁸, 2007, p.580). Você já se sentiu insatisfeito com sua aparência? Você sente que existe certa coerção social para que você se enquadre em determinado padrão de beleza? Como você acredita que podemos confrontar a imposição de padrões de beleza?

Padrão social:

identificamos um padrão quando observamos que algo se repete de maneira previsível, que algo torna a aparecer, acontece de novo, da mesma forma, com as mesmas características e/ou com certa regularidade. Se você observa alguém escrever e esta pessoa escreve “1, 2, 3, A...1, 2, 3, B....1, 2, 3, C”, você deduz que, na sequência, ela irá escrever “1, 2, 3, D...”. Sua dedução é possível porque existe um padrão na escrita do sujeito observado. Um padrão social é um elemento da vida em sociedade que se repete com relativa regularidade em grande parte de uma unidade social (grupo social, comunidade, sociedade, organização ou família). “Toda atividade humana está sujeita ao hábito. Qualquer ação frequentemente repetida torna-se moldada em um padrão, que pode ser reproduzido em economia de esforço e que, *ipso facto* [por isso mesmo], é aprendido pelo executante como tal padrão. O hábito implica, além disso, que a ação em questão pode ser

³⁸⁸ POLI NETO, Paulo; CAPONI, Sandra N.C.. A medicalização da beleza. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 11, n. 23, p. 569-584, Dec. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832007000300012&lng=en&nrm=iso>. access on 13 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832007000300012>.

novamente executada no futuro da mesma maneira e com o mesmo esforço econômico (BERGER & LUCKMANN³⁸⁹, 1974, p.76-7). Empiricamente, a parte mais importante da formação do hábito é coextensiva com a institucionalização desta última. A questão passa a ser então como se originam as instituições (ibidem, p.89) De tanto se repetir, os padrões sociais viram modelos a serem seguidos, transformam-se em instituições sociais, em partes da Estrutura Social, com poder de coerção sobre a conduta individual. Por isso, os padrões sociais podem ter uma função negativa de inibição de transformações sociais necessárias. No entanto, os padrões sociais, são importantes porque permitem certa regularidade e previsibilidade à vida em sociedade (já pensou o que seria da vida se não pudéssemos ter o mínimo de previsibilidade de resposta perante as ações que executamos? Você diz “bom dia” e a pessoa com quem você interage imita um cachorro e morde seu calcanhar. Para poder interagir você precisa saber que o teu “bom dia” poderá gerar respostas do tipo X e Y). Existem padrões sociais relacionados com os mais variados elementos, desde comportamentos até características estéticas e/ou materiais. Na análise dos fenômenos ou grupos sociais, das sociedades e relações sociais, frequentemente os sociólogos identificam padrões que ajudam a entender o funcionamento do elemento analisado. “A Sociologia ressalta que as pessoas existem dentro de padrões sociais e que esses padrões influenciam grandemente tudo o que fazemos” (CHARON, 2002, p.38).

Para refletir: você provavelmente já ouviu expressões do tipo “Fulano é padrãozinho” ou “Beltrano está nos padrões de beleza”. Como os padrões de negação dos padrões sociais podem representar mera replicação de um outro padrão social?

³⁸⁹ Berger, P., Luckmann, T. **A construção social da realidade** – tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1974. Disponível em: <https://cristianorodriguesdotcom.files.wordpress.com/2013/06/bergerluckman.pdf>

Pânico Moral (e demônios populares):

É a “reação exacerbada da sociedade a um certo grupo ou tipo de comportamento assumido como sintomático de um mal-estar geral, tanto social como moral” (GIDDENS e SUTTON, 2017, p. 295). Trata-se de exagerar, de amplificar, para caracterizar um comportamento que é visto como um problema generalizado e assim produzir controle do mesmo. Talvez você já tenha visto uma manchete do tipo “Maconheiros destroem a adolescência dos jovens brasileiros”, “Violência invade o litoral”, “Jovens destroem cidade”, “Redes sociais colocam em risco a capacidade humana de vida em sociedade”, “Ideologia de gênero acaba com a infância das crianças brasileiras”, etc. O fenômeno foi estudado Stanley Cohen (1942-2013), no livro de *Folk Devils and Moral Panics* [Demônios populares e pânico moral - publicado originalmente em 1972], que afirmou que, ao narrar as atividades das pessoas de uma maneira sensacionalista, os meios de comunicação de massa contribui para um clima de medo e pânico de que as regras morais da sociedade estivessem em perigo. Cohen³⁹⁰ (1987) define Pânico moral como fenômenos recorrentes aos quais as sociedades parecem periodicamente estar sujeitas, no sentido em que ‘uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emerge para ser definido como uma ameaça aos valores e interesses sociais, a sua natureza é apresentada de uma maneira estilizada e estereotípica pelos *mass media*; bem como, barricadas morais são fortalecidas. Desta forma, “operam-se duas tarefas essenciais para a gênese do pânico moral: a constituição de um acontecimento como problema social e, por outro lado, a fixação de uma grelha interpretativa que estabelece o seu significado primário e parâmetros de interpretação, condicionando todas as notícias e interpretações subseqüentes (nomeadamente, pela atenção seletiva aos acontecimentos que se

³⁹⁰ COHEN, S. *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and the Rockers*. Oxford: Basil Blackwell, 1987. Disponível em: https://infodocks.files.wordpress.com/2015/01/stanley_cohen_folk_devils_and_moral_panics.pdf

coadunam com as previsões ou interpretações iniciais)” (MACHADO³⁹¹, 2004, p.61). Pautado na teoria da rotulação, Cohen (1987) defende que, os jornais, sem se dar conta, ajudaram a *construir* novas formas de identidades jovens em vez de apenas narrá-las. Assim, Cohen (1972) teoriza que os meios de comunicação de massa atuam criando “demônios populares” *Folk Devils* - “bodes expiatórios para o problema, que representariam a encarnação viva do Mal e constituem uma ‘advertência visível do que não devemos ser’ (COHEN, 1987, p. 10). Estes demônios populares são criados por meio da distorção do contexto e imagem daqueles que a sociedade considera fora de seus padrões, e que esta distorção tem como consequência o tal pânico moral. “Neste processo de demonização, recorre-se a um conjunto de imagens preexistentes do Mal, frequentemente condensadas em torno de grupos socialmente mais vulneráveis” (MACHADO, 2004, p. 62). Os “demônios populares” reavivados com o pânico moral, também podem fazer aumentar o controle social sobre comportamentos a eles associados.

Para refletir: quem são os demônios populares mais reavivados pela mídia com o pânico moral? A que classe social, raça e etnia eles pertencem? A quem pode interessar demonizar certos grupos sociais?

Panóptico:

o termo panóptico inicialmente designa um recurso arquitetônico que possibilita a um vigilante vigiar sem que os vigiados saibam se estão ou não sendo observados. Foi um termo utilizado para designar uma penitenciária ideal, concebida pelo filósofo e jurista

³⁹¹ MACHADO, C. Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito. **Interações:** Sociedade e as novas modernidades, v. 4, n. 7, 31 out. 2004.

inglês Jeremy Bentham, em 1785. De acordo com Bentham³⁹² (2008), nesta penitenciária um observador numa torre central monitora o comportamento dos presos, as celas têm iluminação de fundo para eliminar as sombras onde os prisioneiros podem se esconder dos olhos do observador e os prisioneiros não sabem ao certo quando estão vigiados. Para Michel Foucault, que se apropria do termo para explicar como a sociedade vigia constantemente os nossos comportamentos, panóptico é o supremo olho do poder. Foucault (1987) descrevendo o panóptico de Bentham assim o retrata “na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível”. Após essa descrição, Foucault (1987) aponta uma série de técnicas disciplinares que, com o panóptico, induzem o detento a um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Posteriormente ele demonstra como o mecanismo do panóptico e as referidas técnicas disciplinares, tornaram-se parte da vida

³⁹² BENTHAM, Jeremy *et al.*. **O Panóptico ou a casa de inspeção**. In TADEU, Tomaz. O panóptico. Traduções de Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/81000/mod_resource/content/1/TC%20O%20pan%C3%B3ptico.pdf

moderna e contemporânea. Ou seja, Foucault³⁹³(1987) defende que não apenas as prisões, mas todas as estruturas hierárquicas (como hospitais, fábricas e escolas) evoluíram para parecer com esse modelo. Toda vez que se tenta disciplinar um comportamento, se produz mecanismos panópticos, como quando se produz para os alunos mesas e cadeiras com espaços vazios que permitem ao professor ver e o que ele está fazendo e/ou o professor, em uma prova, vai até o fundo da sala e olha para os alunos sem que eles saibam que estão sendo olhados, para assim tentar evitar a “cola”.

Para refletir: “Sorria, você está sendo filmado”. Este livro possui um dispositivo de filmagem que grava tudo que você faz diante dele (inclusive o som dos teus peidos). Se essa informação do dispositivo de gravação fosse verdadeira, como ela afetaria o seu comportamento? Em que tipo de lugar é usada a placa “Sorria, você está sendo filmado”? De que maneira podemos pensar sobre o mecanismo panóptico e controle social a partir de “Sorria, você está sendo filmado”?

Papéis de gênero:

são expectativas amplamente compartilhadas de como homens e mulheres supostamente devem agir. São os “papéis sociais atribuídos a cada sexo e rotulados como masculino e feminino” (GIDDENS, 2012, p.798). Considerando que, na perspectiva teatral, os papéis sociais são como uma representação teatral, pela qual um ator encena, para uma plateia, um roteiro determinado em um palco específico, papéis de gênero são o que socialmente se espera que o ator “encene” em função do sexo deles. Ou seja, sendo a

³⁹³ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf

expressão “papel” entendida no sentido que se usa no teatro, como uma representação de um personagem, tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura é considerado papel de gênero, expectativas sociais e culturais em relação a um personagem com pênis ou vagina. Pense na sociedade como um conjunto de palcos, pense em cada pessoa como um ator ou atriz, pense em que comportamentos distintos você espera de homens e mulheres nestes palcos. Pensou? Isso que você espera (e que geralmente grande parte da sociedade espera) apenas no comportamento de personagens mulheres e/ou apenas no comportamento de personagens homens, são os papéis de gênero. Por exemplo: talvez você espere que as mulheres sejam mais delicadas, usem rosa e executem tarefas domésticas e que os homens tenham um comportamento mais violento e/ou tem uma posição de liderança. Estas expectativas que por vezes geram atuações com elas condizentes, são os tais papéis de gênero. Os papéis de gênero “possuem relação direta com a sociedade e o tempo histórico nas quais essas pessoas estão inseridas” (JUNQUEIRA³⁹⁴, 2021, p.158).

Para refletir: como cada sociedade cria distintas expectativas em relação ao comportamento de homens e mulheres, os papéis de gênero são distintos em cada sociedade. Mesmo assim, tendemos a naturalizar os papéis de gênero como se agir desta ou daquela maneira decorresse do simples fato de se nascer homem ou mulher. Essa tendência “se equivooca ao negligenciar a cultura, o controle e os ensinamentos sociais sobre um indivíduo. Se a determinação fisiológica ou biológica fosse ‘natural’ e não cultural, todas as mulheres em todos os países agiriam da mesma forma em todos os

³⁹⁴ JUNQUEIRA, Marili Peres. GÊNERO E A SEXUALIDADE, o ensino de Sociologia e o: in: BRUNETTA, Antonio Alberto (org.); BODART, Cristiano das Neves (org.);

CIGALES, Marcelo Pinheiro (org.). Dicionário do Ensino de Sociologia. 1. ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020, p.157-160, Disponível em: https://www.academia.edu/43825857/Dicion%C3%A1rio_do_Ensino_de_Sociologia

séculos, e não existiriam variações infinitas (idem). Como a cultura, o controle social e os ensinamentos sociais exercem coerção social na produção de papéis de gênero e dos comportamentos a ele associados?

Papel Social:

é o comportamento esperado de uma pessoa que ocupa determinada posição (status) social. A cada posição de status é atribuída uma maneira específica de agir e de se relacionar na vida social” (SILVA *et al.*, 2016, p. 96). “Ocupar o status de aluno, por exemplo, envolve seguir comportamentos definidos para tal ‘script’” (TURNER, 2000, p.49). “A ideia de papel social advém originalmente do teatro, referindo-se aos papéis que os atores representam no palco em uma peça. Em cada sociedade, os indivíduos desempenham vários papéis sociais diferentes, segundo os contextos variados de suas atividades” (GIDDENS, 2012, p.800). Como em um teatro, na vida em sociedade, de cada ator exercendo um papel social esperamos um certo conjunto de comportamentos. Você espera que uma “mãe”, “um professor”, “um estudante”, um “adulto” e um “chefe” se comportem determinadas maneiras. A partir da perspectiva teatral, segundo Erving Goffman, o papel social pode ser definido como os direitos e deveres assumidos por uma pessoa, relacionados a uma determinada situação ou status social e representados por atos que interagem com expectativas de outras pessoas. Assim, esse autor comparou os papéis sociais a uma representação teatral, pela qual um ator encena, para uma plateia, um roteiro determinado em um palco específico. O problema é que todos nós ocupamos muitos status diferentes (filho, pai ou mãe, fiel adorador, aluno, trabalhador, sócio, amigo, morador, eleitor), localizados em variadas estruturas (família, igreja, escola) e, que para cada status,

há um conjunto de comportamentos específicos a serem desempenhados. Muitas vezes, dois ou mais status ocupados em simultâneo estabelecem demandas contraditórias e/ou incompatíveis. Nesse caso ocorre conflito de papéis (demandas de papéis incompatíveis são colocadas em uma única pessoa). Por exemplo, uma mulher empresária e mãe pode vivenciar a demanda de ser “durona”, “objetiva”, “agressiva”, “trabalhadora constante” e concomitantemente “doce”, “afetiva”, “protetora”, “cuidadora”, “maternal”. Tratam-se de demandas contraditórias que configuram um conflito de papéis.

Para refletir: que papéis sociais contraditórios esperam de você, jovem-adolescente-estudante do Ensino Médio? Você é criança ou adulto?

Papel de doente:

é o comportamento esperado da pessoa doente. O conceito foi desenvolvido por Talcott Parsons (1902-1979), principal teórico do funcionalismo norte-americano, e é fundamental para o estudo da doença. O papel social de doente evoca um conjunto de expectativas sociais padronizadas que definem as normas e os valores apropriados ao doente e às pessoas que interagem com ele. O papel de doente tem associação com o dever de cooperar com o tratamento médico, com a redução ou isenção das responsabilidades sociais, econômicas e familiares e com assumir uma postura de impossibilidade de cuidar de si mesmo. Para a teoria Parsoniana, não aceitar este papel, estar doente e não assumir o papel de doente, poderia ser considerado algo moralmente errado porque a aceitação do papel de doente seria pré-requisito para sair dele e/ou, porque não assumir o papel de doente pode contribuir para agravar a doença ou para contaminar outras pessoas. Aliás, o papel de doente,

como papel institucionalizado, constitui em uma série de condições necessárias para capacitar o médico para que sua competência opere na situação, ou seja, o médico só pode cumprir seu papel adequadamente quando o doente age como se espera que ele aja. As análises de Parsons (1951) partem da compreensão de que a saúde é um aspecto que está em estreita relação com os pré-requisitos funcionais do sistema social uma vez que um nível demasiado baixo de saúde impediria um efetivo desempenho das funções atribuídas aos distintos membros da sociedade. “Conceito criado por Talcott Parsons para explicar as expectativas sociais ligadas à doença e ao comportamento de pessoas doentes. Qualquer desvio dessas expectativas, resulta em penalidades e estigma social” (GIDDENS e SUTTON, 2017, p.265). Parsons (1951) dizia que há um papel de doente, um jeito [“certo”] de estar doente, imposto sobre os indivíduos pelas sociedades. Para Parsons (1951), as pessoas precisam *aprender* a ficarem doentes. Devem, ao menos, aprender o papel de doente na sociedade por meio da socialização e então agir de acordo com ele, com a ajuda dos demais, quando adoecem. O papel de doente pode parecer simples e óbvio, mas, algumas pessoas lutam para conquistá-lo e não conseguem, mesmo estando verdadeiramente doentes. Centrada na categoria de doença, a teoria parsoniana “reafirmou a adequação do estado patológico às normas sociais. Ou seja, a enfermidade pode desviar o indivíduo do seu funcionamento biossocial normal, mas não consistiria em um desvio no sentido estrito de violação das normas da ação social” (COELHO³⁹⁵, 2002, p.317).

Para refletir: a pandemia de COVID 19 escancarou novas e velhas expectativas sociais em relação ao papel de doente. Que comportamentos eram/são esperados daquele que apresenta COVID

³⁹⁵ COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; ALMEIDA FILHO, Naomar de. Conceitos de saúde em discursos contemporâneos de referência científica. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro , v. 9, n. 2, p. 315-333, Aug. 2002 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702002000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Apr. 2021.

19? Quem, em nossa sociedade e nos dias atuais, tem poderes de definir os comportamentos esperados dos portadores da doença em questão? A quem devemos outorgar o poder de definição das expectativas sociais em relação à pessoa com COVID 19?

Paradoxo da Tolerância:

Em tempos de acentuada polarização política e ideológica, seja nas redes sociais ou nas interações sociais cotidianas, frequentemente somos confrontados com a necessidade de tolerar ideias diferentes das nossas, de tolerar modos de pensar e agir que confrontam o que acreditamos sobre o mundo e sobre a vida. Tolerância não é apenas capacidade de desculpar/aceitar falhas. É admitir, em outros, diferentes modos de agir, pensar e sentir. Aquele que tolera assume o reconhecimento de modos de ser diferentes dos seus. Tolerar é fundamental para a vida em sociedade. A democracia pressupõe ampla tolerância para com diferentes modos de pensar. Mas podemos tolerar tudo? Se prezamos a tolerância, podemos tolerar atitudes e discursos intolerantes? Como sociedade democrática que preza pela tolerância, devemos tolerar o intolerante? Por exemplo, perante índices altíssimos de violência contra mulheres, podemos tolerar o comportamento e as ideias daquele que não tolera a igualdade de direitos entre homens e mulheres? Diante do racismo, podemos tolerar aquele que não tolera o convívio com negros? Perante um sistema democrático, pautado na tolerância a diferentes formas de agir e pensar, podemos tolerar a defesa e o fim da democracia e os levantes pela implantação da ditadura. Para o filósofo Karl Raimund Popper (1902 -1994), a tolerância não deve ser ilimitada. Eis o paradoxo da tolerância de Popper³⁹⁶ (1947, p.226): sociedades tolerantes não devem tolerar os intolerantes, pois a tolerância

³⁹⁶ POPPER, Karl. *The Open Society and Its Enemies*, vol. 1: *The Spell of Plato*. London: Routledge, 1947, p.226.

ilimitada deve levar ao desaparecimento da tolerância. Para ele “se estendermos tolerância ilimitada mesmo àqueles que são intolerantes, se não estivermos preparados para defender uma sociedade tolerante contra a investida do intolerante, então, o tolerante será destruído, e, com ele, a tolerância. Nessa formulação, não implico, por exemplo, que devemos sempre suprimir a expressão de filosofias intolerantes; enquanto pudermos combatê-los pelo argumento racional e mantê-los sob controle da opinião pública, a supressão seria certamente imprudente. Mas devemos reivindicar o direito para suprimi-los, pois pode-se facilmente descobrir que eles não estão preparados para nos corresponder no nível do argumento racional, mas começar por denunciar todos os argumentos; eles podem proibir que seus seguidores ouçam a qualquer coisa tão enganosa como um argumento racional e ensiná-los a responder argumentos usando seus punhos. Portanto, devemos reivindicar, em nome da tolerância, o direito de não tolerar o intolerante. Devemos reivindicar afirmar que qualquer movimento pregando intolerância coloca-se fora da lei, e devemos considerar o estímulo à intolerância e perseguição como crime, exatamente como devemos considerar o estímulo ao assassinato ou sequestro; ou como devemos considerar o estímulo à ressurreição do tráfico de escravos”.

Para refletir: ao não tolerar o intolerante assumimos a postura intolerante para defender a tolerância. Este paradoxo torna inválida a defesa da tolerância?

Parlamentarismo:

é um sistema de governo em que quem governa é o Parlamento (o parlamento é o lugar do poder legislativo, formado pelo conjunto das assembleias ou das câmaras legislativas, tais como o Senado e Câmara de Deputados); em que as articulações governativas

surgirem do seio do Parlamento; em que ocorre uma forte interação entre o Poder Executivo e o Legislativo; e, em que geralmente ocorre uma distinção entre chefe de Estado (monarca ou presidente) e chefe de governo (chanceler ou primeiro-ministro). No parlamentarismo, geralmente os membros do parlamento são eleitos pelo voto popular. Após as eleições para os escolher, decide-se quem será primeiro-ministro (chefe de governo), seja por votação dos outros membros do parlamento, seja por convite formulado pelo chefe de Estado ao representante da maioria no parlamento. O primeiro-ministro escolhido passa então a ser o chefe de governo e efetivamente passa a conduzir a gestão do governo, em coordenação com demais ministros membros do gabinete (escolhidos pelo primeiro-ministro com aprovação dos demais parlamentares). Assim, no parlamentarismo, quando um determinado partido alcança a maioria legislativa, este forma o governo e se mantém no poder enquanto contar com o apoio majoritário. Contudo, quando nenhum partido alcança a maioria legislativa, os partidos precisam fazer coalizões para escolha do primeiro-ministro. Desta forma, “no parlamentarismo, o governo somente existe enquanto mantém apoio da maioria do Legislativo e o foco do poder está no gabinete. Quando nenhum partido alcança status majoritário o governo é formado com apoio de uma coalizão multipartidária. Esse é o caso de grande parte das democracias europeias” (BATISTA³⁹⁷, 2016, p.127). Em contraposição, “nos sistemas parlamentares, o Governo tem o poder de dissolver o Parlamento ou de pedir a sua dissolução ao chefe do Estado, quando não obtiver o seu voto de confiança ou, em certos casos, como no típico caso inglês, para convocar novas

³⁹⁷ BATISTA, Mariana. O Poder no Executivo: explicações no presidencialismo, parlamentarismo e presidencialismo de coalizão. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 24, n. 57, p. 127-155, Mar. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000100127&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/1678-987316245705>.

eleições em circunstâncias melhores” (PASQUINO³⁹⁸, 2008, p.518). “Enquanto o presidencialismo é apenas típico de um sistema republicano, a Forma de Governo parlamentar se encontra tanto no âmbito dos sistemas monárquicos quanto no dos sistemas republicanos. Mais: sob muitos pontos de vista, é de salientar que o Governo parlamentar nasceu, se desenvolveu e atingiu sua mais elevada expressão no âmbito das monarquias constitucionais, especialmente no da monarquia britânica. Mas há outros exemplos luminosos, os das monarquias escandinavas: Dinamarca, Noruega, Suécia” (idem).

Para refletir: Montesquieu, grande proponente da teoria da separação dos poderes (legislativo, executivo e judiciário), “defendeu que o Parlamentarismo impedia o rei de impor arbitrariamente taxações excessivas a seus súditos sem a autorização dos representantes destes” (SILVA, 2009, p.258). Para ele, o parlamentarismo fundava um freio aos reis. Você acredita que o legislativo consegue fazer o mesmo em nossa democracia orientada pelo regime presidencialista? Que recursos são utilizados por Presidentes Brasileiros para tentar comprometer a capacidade do nosso parlamento de evitar as imposições arbitrárias que lhes interessam?

Partidos Políticos:

é “uma organização estabelecida com o objetivo de alcançar o poder governamental por meios eleitorais e usar esse poder para perseguir um programa específico” (GIDDENS, 2012, p.800). “São organizações alicerçadas em uniões voluntárias orientadas para

³⁹⁸PASQUINO, GIANFRANCO In. BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, N. Dicionário de Política. 13a . ed. Brasília/DF: UNB, 2008, p.517-521. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>

influenciar ou conquistar o poder do Estado. Sociologicamente, são estruturas fundadas na ideologia da representação política. Juridicamente, são organizações de direito privado que congregam cidadãos com afinidades ideológicas. De fato, são forças políticas que contestam (oposição) ou sustentam (situação) os governos e que estão em permanente tensão na luta pelo poder institucionalizado” (SILVA *et al.*, 2016, p. 147). “[...] O nascimento e o desenvolvimento dos partidos está ligado ao problema da participação, ou seja, ao progressivo aumento da demanda de participação no processo de formação das decisões políticas, por parte de classes e estratos diversos da sociedade”. Por meio dos partidos, diversos grupos tentam exprimir, de modo mais ou menos completo, as suas reivindicações e necessidades, bem como buscam participar, de modo mais ou menos eficaz, da formação das decisões políticas. Nos diferentes sistemas de governo existem três formas básicas de organização dos partidos políticos: 1. Monopartidário (um só partido); 2. Bipartidário (dois partidos, como no período da ditadura militar brasileira); e, 3. Multipartidário (vários partidos, como ocorre no Brasil atual). Em nosso país, “o primeiro passo para se criar um partido é obter a assinatura de 101 fundadores, distribuídos em pelo menos nove estados. Em seguida, deve-se registrar a legenda no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Esse registro é provisório e se concretiza com o apoio formal da quantidade de eleitores correspondente a 0,5% dos votos dados na última eleição a toda a Câmara dos Deputados, sem os brancos e os nulos. Assim, são necessários em torno de 430 mil eleitores para o registro. Cumpridas ainda outras formalidades, o partido participar de eleições, receber dinheiro do fundo partidário e ocupar o horário político no rádio e na TV³⁹⁹”. Atualmente o Brasil conta com 33 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral: 1. MDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro; 2. PTB – Partido Trabalhista Brasileiro; 3.

³⁹⁹[https://www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania/partidos/not002.htm#:~:text=O%20primeiro%20passo%20para%20se,Tribunal%20Superior%20Eleitoral%20\(TSE\).](https://www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania/partidos/not002.htm#:~:text=O%20primeiro%20passo%20para%20se,Tribunal%20Superior%20Eleitoral%20(TSE).)

PDT – Partido Democrático Trabalhista; 4. PT – Partido dos Trabalhadores; 5. DEM – Democratas; 6. PCdoB – Partido Comunista do Brasil; 7. PSB – Partido Socialista Brasileiro; 8. PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira; 9. PTC – Partido Trabalhista Cristão; 10. PSC – Partido Social Cristão; 11. PMN – Partido da Mobilização Nacional; 12. PRP – Partido Republicano Progressista; 13. PPS – Partido Popular Socialista; 14. PV – Partido Verde; 15. PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil; 16. PP – Partido Progressista; 17. PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado; 18. PCB – Partido Comunista Brasileiro; 19. PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro; 20. PHS – Partido Humanista da Solidariedade; 21. PSDC – Partido Social Democrata Cristão; 22. PCO – Partido da Causa Operária; 23. PTN – Partido Trabalhista Nacional; 24. PSL – Partido Social Liberal; 25. PRB – Partido Republicano Brasileiro; 26. PSOL – Partido Socialismo e Liberdade; 27. PR – Partido da República; 28. PSD – Partido Social Democrático; 29. PPL – Partido Pátria Livre; 30. PEN – Partido Ecológico Nacional; 31. PROS – Partido Republicano da Ordem Social; 32. Avante; e, 33. SDD – Solidariedade. A obra do Senado denominada “Partidos Políticos Brasileiros: Programas e diretrizes doutrinários⁴⁰⁰” apresenta panoramicamente as supostas intenções destes partidos. Alguns destes partidos posicionam-se à esquerda do espectro político, outros ao centro e outros à direita.

Para refletir: no Brasil, as ações/votações que os partidos efetuam refletem efetivamente as exigências mais autênticas de seus correligionários? Quais são as consequências que se verificam no sistema político brasileiro se um partido ou diversos partidos não atendem as exigências mais autênticas de seus correligionários? Os interesses de que grupos são mais efetivamente representados pelos partidos políticos brasileiros?

⁴⁰⁰<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508139/001003807.pdf?sequence=1>

Patriarcado:

O patriarcado é um sistema de poder análogo ao escravismo (Pateman⁴⁰¹, 1988). Em analogia com o escravismo, no patriarcado, o escravo é a mulher e o senhor, é o homem. Ou seja, no patriarcado, as mulheres são subordinadas aos homens. Assim, trata-se de forma de organização social na qual as mulheres são hierarquicamente inferiores aos homens e os jovens são submetidos aos mais velhos. O patriarcado representa o poder e a preponderância do homem nas múltiplas instâncias da sociedade, seja na família [especialmente na família nuclear tradicional], em grupos religiosos ou em grupos políticos. Neste contexto, as mulheres e jovens devem obediência à autoridade masculina, o patriarca, cabendo a este o poder de decisão. Tem-se então que “o patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. Estes princípios, no patriarcado, legitimam o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, estabelecem papéis de gênero e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas” (NARVAZ E KOLLER⁴⁰², 2006, p.50). Embora o termo seja de uso corrente nas atuais teorias Feministas, um dos autores brasileiros que mais abordou o patriarcado é Gilberto Freyre (1900-1987). De acordo com Aguiar⁴⁰³ (2000), Freyre mostra

⁴⁰¹ PATEMAN, Carole (1988). *The sexual contract*. Stanford, California: Stanford University Press.

⁴⁰² NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 49-55, Apr. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100007&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Apr. 2021.

⁴⁰³ AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Soc. estado.**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 303-330, Dec. 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922000000200006>.

que o patriarcado estabeleceu-se no Brasil como uma estratégia da colonização portuguesa. Neste contexto, em grupos domésticos rurais e com o regime da escravidão, a dominação masculina se exerceu largamente com homens utilizando sua sexualidade como recurso para aumentar a população escrava. Para Freyre, esses abusos (estupros) consistiram na própria essência original do patriarcado brasileiro e foram adotados inclusive por padres portugueses. A socióloga britânica Sylvia Walby publicou *Theorizin Patriarchy* (1990), defendendo que o patriarcado consiste na dominação sistemática feita pelos homens sobre as mulheres em algumas ou todas as esferas e instituições da sociedade. Para ela, o patriarcado é um sistema de estruturas e práticas sociais no qual os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres através da violência masculina, das atitudes culturais, das atitudes em relação à sexualidade, do trabalho pago, da família e do Estado. Mais recentemente, diversos estudos destacaram o patriarcado como uma dimensão do sistema capitalista: “embora o patriarcado seja anterior ao advento do capitalismo, estes dois sistemas aparecem articulados na modernidade, como duas formas de produzir e de reproduzir a vida a partir de relações de dominação e de expropriação, em especial dos corpos e da autonomia das mulheres” (NARVAZ E KOLLER⁴⁰⁴, 2006, p.51).

Para refletir: a “feminização” da pobreza é uma das piores faces da integração entre capitalismo e patriarcado: a desigualdade de salários e oportunidades combinadas com a violência doméstica e a exploração do trabalho feminino não remunerado, forma um quadro de graves problemas sociais. Como patriarcado e capitalismo se integram em seu lar? Sua mãe e seu pai trabalham? Recebem salários iguais? Ambos desempenham as tarefas domésticas e tem igual poder de decisão?

⁴⁰⁴ NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 49-55, Apr. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100007&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Apr. 2021.

Patrimonialismo:

em seus usos atuais, o patrimonialismo é entendido como um sistema de administração do Estado marcado pela não distinção entre os interesses e bens públicos (do país, do estado, do município, de todos) e o que é interesse ou bem privado; em que a comunidade política e funcionários públicos conduzem, comandam e supervisionam os negócios públicos, como se fossem negócios privados seus, fazendo-os acontecer de forma a satisfazerem interesses pessoais e não o que seria melhor para o bem público. Como fenômeno típico do Estado Absolutista, no patrimonialismo todas as relações (políticas e administrativas) entre governantes e governados são de cunho privado, “não há qualquer diferenciação entre domínio público e privado”, porque aquele que governa se entende como o próprio Estado. O conceito de “patrimonialismo” tem uso inicialmente associado com estudos voltados para análise da legitimidade das formas de poder político e desenvolvidos por Max Weber⁴⁰⁵. Nos múltiplos usos do termo patrimonialismo, Weber⁴⁰⁶ (1999) o apresenta como uma manifestação da “dominação tradicional”, que se expressa por decisões arbitrárias (que não necessariamente tem fundamento lógico, que apenas dependem da vontade ou arbítrio daquele que age) de governantes e funcionários que se confundem com os meios da administração, beneficiando-se privadamente de seus cargos. Trata-se assim de uma contraposição às expressões de formas de dominação racional-legal, em que, visando à eficiência e o suposto bem coletivo, a burocracia se pautaria por regras universais. Fato é

⁴⁰⁵ “Max Weber não inventou o conceito de patrimonialismo (Patrimonialismus), nem o de dominação patrimonial (Patrimonialherrschaft). Estes são termos que, nos estados alemães do século XIX, faziam parte do vocabulário da reação política, dos conservadores”. No entanto, estes termos aparecem com frequência nos estudos weberianos.

⁴⁰⁶ WEBER, Max. Economia e sociedade. Brasília: UnB, 1999, 2v. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2972409/mod_resource/content/1/Estruturas%20e%20funcionamento%20da%20domina%C3%A7%C3%A3o.pdf

que, “imbuído de uma racionalidade pré-moderna, o patrimonialismo é intrinsecamente personalista, tendendo a desprezar a distinção entre as esferas pública e privada. Em uma sociedade patrimonialista, em que o particularismo e o poder pessoal reinam, o favoritismo é o meio por excelência de ascensão social, e o sistema jurídico [...] costuma exprimir e veicular o poder particular e o privilégio, em detrimento da universalidade e da igualdade formal-legal (CAMPANTE⁴⁰⁷, 2003, p.154). No neopatrimonialismo brasileiro contemporâneo, a distinção público/privado existe e é aceita, mas apenas formalmente. Assim, com resquícios de clientelismo e coronelismo, os governantes tentam fazer parecer que o Estado funciona por bases racionais e legais, mas segue a indistinção entre esfera pública e privada e muito frequentemente funcionários públicos buscam auferir benefício do seu cargo para seu patrimônio ou interesses privados.

Para refletir: nos pequenos municípios do oeste do Paraná é comum que, após a vitória de um partido, os apoiadores do partido oponente tenham que mudar de cidade porque todo o acesso a recursos (financeiros, educacionais, de saúde) passa a ser dificultado para eles. Como esse fenômeno reflete o patrimonialismo? Você conhece outros exemplos de patrimonialismo? Quando um governante, arbitrariamente, sem apoio científico, compra um produto para um fim que não corresponde a utilidade deste produto, ele também pratica patrimonialismo?

⁴⁰⁷ CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-193, 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582003000100005>.

Patrimônio Cultural

é “o conjunto de todos os bens materiais ou imateriais, que, pelo seu valor intrínseco, são considerados de interesse e de relevância para a permanência e a identificação da cultura da humanidade, de uma nação, de um grupo étnico ou de um grupo social específico” (VOGT⁴⁰⁸, 2008, p.13). Trata-se de bens que possuem um valor simbólico e que são entendidos como merecedores de proteção para que possam ser transmitidos para as gerações futuras. Inicialmente, a compreensão do patrimônio cultural o associava quase que exclusivamente a coisas feitas “de pedra e cal”, a coisas edificadas/construídas/materializadas, ao que atualmente chamamos de patrimônio cultural material e/ou ao que vinculamos a grandes acontecimentos políticos, heróicas batalhas, a feitos nacionais de grande importância ou às produções da elite de um país. No entanto, gradativamente, outros aspectos da cultura passaram a receber valor, elementos imateriais (e às vezes materiais) que refletem a cultura, a identidade e a história de um povo. Trata-se então de patrimônio cultural imaterial. De acordo com Alves⁴⁰⁹ (2010) o patrimônio cultural imaterial se manifesta em práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, tais como: a) tradições e expressões orais; b) expressões artísticas; c) práticas sociais, ritos e atos festivos; d) conhecimentos e práticas relacionadas à natureza e ao universo; d) técnicas artesanais tradicionais. Assim, são exemplos de patrimônio cultural imaterial as maneiras de vestir, os hábitos alimentares, os instrumentos musicais, as obras de arte popular, as técnicas construtivas, os monumentos, as máquinas e equipamentos, móveis, moedas e outros bens de uma sociedade, bem como canções, crenças, celebrações, ritos, lendas; saberes que passam de uma geração

⁴⁰⁸ VOGT, Olgário Paulo. Patrimônio cultural: um conceito em construção. Méis: História & Cultura. Caxias do Sul, vol. 7, n. 13, jan./jun., 2008, p. 13-31.

⁴⁰⁹ ALVES, Elder Patrick Maia. Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular: a Unesco e a construção de um universalismo global. **Soc. estado.**, Brasília , v. 25, n. 3, p. 539-560, Dec. 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000300007&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Apr. 2021.

para outra, como as formas de cultivar e as maneiras de produzir, a linguagem para se comunicar; manifestações cênicas, lúdicas e plásticas. Neste contexto e com perspectiva relativamente avançada, a Constituição Brasileira, no artigo 216, estabelece que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (BRASIL⁴¹⁰, 1988).

Para refletir: como a preservação do patrimônio cultural de um povo pode ser lucrativo para este mesmo povo? O patrimônio cultural tem valor de mercado? Como você defenderia a importância da preservação do patrimônio cultural da sua cidade para um dono de rede hoteleira ou secretário de turismo?

Pesquisa quantitativa:

Entre outras classificações, uma pesquisa pode ser quantitativa ou qualitativa. A pesquisa quantitativa está relacionada com a análise e ampla utilização de números para a obtenção da resposta à pergunta ou hipótese da pesquisa. “Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. [...] Desta forma, a pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno,

⁴¹⁰ https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp

as relações entre variáveis, etc.” (FONSECA⁴¹¹, 2002, p. 20). Trabalhando geralmente com grandes amostras da população, influenciada pelo positivismo, a pesquisa quantitativa é frequentemente pautada na interpretação de que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros, respeitando formalidades estatísticas; e, de que seus resultados representam um retrato real-fiel e objetivo de toda a população alvo da pesquisa. De acordo com Glaber (2015) a pesquisa quantitativa frequentemente tenta mensurar ou quantificar as relações entre variáveis, por exemplo, considerando a renda das pessoas (um número em dólares, digamos) em relação à sua educação (um diploma, ou em números de anos). A escolha pela pesquisa quantitativa ou pela pesquisa qualitativa geralmente acontece na definição do método de pesquisa, no transcorrer da elaboração de projetos de pesquisa.

Para refletir: pesquisas quantitativas e qualitativas não são propostas opostas e antagônicas; são propostas complementares que oferecem diferentes perspectivas para interpretação da realidade. Qual é a relevância de pesquisas quantitativas para o entendimento da Sociedade?

Pesquisa qualitativa:

uma pesquisa pode ser quantitativa ou qualitativa. Uma pesquisa qualitativa está relacionada com a análise e ampla utilização de palavras (comunicações) para a obtenção da resposta à pergunta ou hipótese da pesquisa. “Uma pesquisa qualitativa dedica-se mais a

⁴¹¹ FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>

aspectos qualitativos da realidade, ou seja, olha prioritariamente para eles, sem desprezar os aspectos também quantitativos” (DEMO⁴¹², 1998, p.101). Trata-se de tipo de pesquisa caracterizado por descrever os dados em palavras, por priorizar palavras, narrativas e impressões, que perderiam o seu sentido ou valor se fossem de alguma forma transformadas em números. Aprofundar a interpretação de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos, a pesquisa qualitativa enfoca crenças, histórias, valores, costumes, atitudes, representações e opiniões. Frequentemente, pesquisas qualitativas são criticadas quanto ao rigor do método utilizado, ou seja, por sua suposta falta de cientificidade. No contexto destas críticas, o sociólogo brasileiro Pedro Demo⁴¹³ (1995) indica critérios de cientificidade internos e externos para estudos que se pretendem científicos. Dentre os critérios internos (da própria pesquisa), constam os seguintes: 1. coerência (argumentação lógica, concatenada, premissas iniciais, construção do discurso e conclusões congruentes entre si); 2. a consistência (traduz-se na capacidade de resistir a argumentações contrárias; refere-se à qualidade argumentativa do discurso); 3. a originalidade (diz respeito a uma produção inovadora, que permite ao conhecimento avançar); 4. a objetivação (tem por significado a tentativa de reproduzir a realidade o mais próximo possível do que é, ou seja, expressa a busca de uma aproximação mais ampla ao objeto que se pretende estudar e compreender). As seguintes situações são exemplos de pesquisas qualitativas: um estudo em que você conduz entrevistas com 10 ativistas de movimentos sociais, grava e analisa os comentários; e, uma pesquisa etnográfica, em que você passa semanas, meses e até mesmo anos em um

⁴¹² DEMO, Pedro. Pesquisa qualitativa: busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, Apr. 1998. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11691998000200013&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Apr. 2021.

⁴¹³ DEMO, P. Metodologia Científica em Ciências Sociais. 5.ed. São Paulo: Atlas. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4613808/mod_resource/content/1/PEDRO_DEMO_Metodologia_cientifica_em_cie.pdf

contexto social específico e escreve sobre suas experiências. Dentre os critérios externos, consta o que Demo (1995, p.21) denomina como intersubjetividade, ou seja, “a opinião dominante dos cientistas de determinada época e lugar”. Ou seja, para ser científico, um estudo tem que ser considerado científico por outros cientistas da área e pela própria ciência: trata-se do argumento de autoridade em ciência.

Para refletir: pesquisas quantitativas e qualitativas não são opostas e antagônicas; são propostas complementares que oferecem diferentes perspectivas para interpretação da realidade. Qual é a relevância de pesquisas quantitativas para o entendimento da Sociedade?

Perspectiva teatral:

é uma perspectiva de análise sociológica e/ou uma teoria que usa metáforas teatrais (palco, atores, plateias, bastidores, papéis, roteiro social) para descrever e analisar as complexidades da interação social cotidiana. Esta perspectiva foi inicialmente desenvolvida pelo sociólogo estadunidense Erving Goffman (1922-1982) e é especialmente retratada em sua obra denominada “A representação do Eu na vida cotidiana”⁴¹⁴. Nesta obra, a sociedade é pensada como um conjunto de palcos em que as pessoas, os atores sociais, fazendo uso de diversos recursos cênicos (“figurino, cenário, controle de expressões corporais, da tonalidade da voz, das palavras), representam múltiplos papéis, preparados nos bastidores, para interação com distintos públicos (plateias ou audiências) formados por outros atores sociais, que também desempenham papéis. Como em uma representação teatral, a representação ou *performance*

⁴¹⁴ GOFFMAN, E. A representação do eu na vida cotidiana. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

elaborada previamente nos bastidores, envolve a coerência entre o que o ator fala, o que ator “emite” (aspectos corporais, não verbais e contextuais, propositais ou não, envolvidos na interação) e a fachada. A fachada compreende o cenário que serve de palco ao desenrolar da ação e a “fachada pessoal”, o “figurino”/aparência/maneiras/posturas – que revelam o status social e/ou o tipo de atividade a que a pessoa se dedica naquele momento. “De nada adianta decorar a fala se o personagem se porta corporalmente de maneira distinta ao que as palavras querem transmitir e/ou se a fachada não condiz com o personagem. Além disso, como todas as pessoas são, ao mesmo tempo, atores sociais e plateia (plateia em relação aos outros atores sociais com quem interagem), a representação precisa ser condizente com o que é negociado entre os distintos atores sociais envolvidos em uma interação social, embora no curso da interação social os padrões que a regem podem ser alterados. Assim, a interação social é estabelecida de acordo com uma definição prévia de hierarquias, papéis e expectativas envolvidas em cada encontro, que produz uma espécie de roteiro para cada interação social. Um *roteiro* que os atores sociais usam para orientar-se. A partir das definições estabelecidas neste roteiro, a pessoa passa a fazer gestão da impressão, passa a gerir a apresentação do seu Eu em relação às impressões anteriormente estabelecidas, de maneira consciente ou não. Todos estão em uma minuciosa “representação do eu”, mas a trama é complexa, porque às vezes os papéis que representamos são conflitantes e ocorrem conflito de papéis. E também porque, seguidamente, quando estamos diante de determinada plateia, tentamos “esconder” os papéis que assumimos diante de outra plateia, muitas vezes promovendo segregação da audiência. Por exemplo, um professor, em seu ambiente de trabalho, utilizará um vocabulário específico, diferente daquele que adotará quando encontra amigos em um bar. E além do que é dito por ele, espera-se dele certa atitude corporal, um modo de se apresentar em público, uma roupa condizente com o que socialmente se estabelece para posição que ele ocupa e com a forma com que ele convencionalmente interage com estes alunos. A

não relação entre o que ele transmite (fala), o que ele emite (como se portar) e/ou sua fachada pessoa, pode invalidar o papel social que ele busca manifestar.

Para refletir: como os personagens que você apresenta nos palcos em que interage, entram em conflito com o que você deseja? Dá para definir um projeto de vida com foco em sustentar um personagem?

Pobreza [absoluta, relativa e subjetiva]:

na esfera do senso comum, conceituar pobreza parece algo simples: pobreza é falta de posses, é condição de falta de acesso ao que é considerado elementar, básico ou normal para viver e fazer parte da sociedade. Científica e sociologicamente, a conceituação de pobreza é algo mais complexo e pressupõe mais especificidade. Ora, se um governo pretende “erradicar a pobreza”, o que exatamente ele alega querer combater? Quem são os pobres da afirmação “a pobreza aumentou no Brasil”? Responder estas e outras perguntas pressupõe conceituar pobreza de forma que ela possa ser identificada. Dentre outras variantes, de acordo com Crespo e Gurovitz⁴¹⁵ (2002), a conceituação de pobreza pode ser feita de três formas básicas: 1. Pobreza Subjetiva; 2. Pobreza Absoluta; e, 3. Pobreza Relativa. A pobreza subjetiva é a definição da condição de pobreza a partir de algum “juízo de valor” (que depende de cada pessoa, da classe ou grupo social, ou da cultura a que cada um pertence); se trata de uma visão abstrata do indivíduo, acerca do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de

⁴¹⁵ CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE electron.**, São Paulo , v. 1, n. 2, p. 1-12, Dec. 2002 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482002000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Apr. 2021.

necessidades, ou do que deveria ser um nível de privação normalmente suportável. A pobreza absoluta é aquela da pessoa ou grupo que está abaixo de uma linha (chamada linha de pobreza) ou limite, politicamente estabelecida como parâmetro de padrão mínimo de vida. Como, por exemplo, ganhar menos do que R\$ 20,00 por dia. Por sua vez, o conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros (em relação a outros), tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. Nessa definição, uma linha da pobreza relativa pode ser traçada, por exemplo, através de valor fixado em relação à renda média ou mediana da população. O termo pobreza relativa foi consolidado especialmente pelo sociólogo britânico Peter Townsend (1928-2009). Ele destacou que cada sociedade tem um nível médio de condições de vida, dieta alimentar, moradia e tipo de atividades de que as pessoas podem participar. Quando uma pessoa carece dos recursos para obter esse nível médio de condições, ela é excluída da vida normal da sociedade em que vive e, nesse contexto, isso configura pobreza (pobreza relativa). As causas da pobreza também são tema de amplo debate, em que cabe destacar as tentativas equivocadas de associá-la com a meritocracia, em oposição às análises das relações de exploração que a produzem e/ou a reproduzem.

Para refletir: “a definição da pobreza é sempre um problema político, constituindo-se numa operação política de escolha de estratégias, quer por deficiência de recursos quer de possibilidades (MILANO, 1988, p. 14). Assim, por exemplo, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), considera pobre a pessoa que não tem condições financeiras para garantir ao menos uma refeição com 1.750 calorias em um dia; a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) considera que uma pessoa está em situação de pobreza quando ela não alcança uma dieta de pelo menos 2.200 calorias diárias; enquanto o IBGE, adotando a definição do Branco Mundial, em 2020, apontava que o Brasil tinha mais de 13 milhões de pessoas na extrema

pobreza (pessoas que vivem com até R\$ 151 por mês) e quase 52 milhões na pobreza (com renda de até R\$ 436 por mês). Como a definição de pobreza pode servir aos interesses políticos? A quem pode interessar mudar o significado de pobreza?

Poder disciplinar:

Na obra *Vigiar e Punir*, Michel Foucault⁴¹⁶ (1987) aborda o chamado poder disciplinar. Nela, ele analisa a passagem de uma sociedade baseada nos suplícios (castigos e punições corporais, torturas que produziam uma intensa e prolongada dor física) para uma sociedade disciplinar. No século XVII e XIX, na Europa, principalmente na França, o poder concentrava-se nos reis e manifestava-se através dos corpos deles. Aliás, é por determinação dos reis que os suplícios aconteciam e eram socialmente aceitos. Mas gradativamente, a forca, a fogueira, o cadafalso e a guilhotina, são substituídos pela prisão e por técnicas disciplinares que passam a figurar em todos os lugares e relações sociais. Estas transformações têm como consequência uma sociedade que se organiza e se estabelece através de um poder disciplinar, fundado na disciplina como técnica e estratégia para criar corpos dóceis, para treiná-los, mostrar-lhes um caminho. É o poder com função maior de 'adestrar'; de adestrar para fazer produzir mais (um poder que, ao invés de negar, proibir, punir, quer produzir um indivíduo eficiente e útil). Trata-se de "fabricar" o outro com os modelos/comportamentos que se deseja. O poder disciplinar é normalizador, ou seja, molda os indivíduos na direção de uma norma particular, uma norma sendo o padrão de certo tipo (para tanto, ele age sobre a população e separa, analisa, classifica,

⁴¹⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis, Vozes, 1987. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf

diferencia e individualiza cada pessoa). “O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. ‘Adestra’ as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais — pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios” (FOUCAULT⁴¹⁷, 1987, p.195). O poder disciplinar é um poder anônimo, não está ligado ao corpo do soberano, nem ao supervisor de uma fábrica e nem a uma autoridade. Se faz presente em toda sociedade, mas é vivido de forma especial nas escolas, nas fábricas e nos presídios. Com estas características, o poder disciplinar não seria uma coisa que se possui ou que se transfere para outro, mas uma relação entre indivíduos que perpassa toda a sociedade, funcionando como engrenagem de uma máquina articulada para manter a produção econômica.

Para refletir: você já vivenciou um castigo físico por um comportamento considerado inadequado? Você consegue perceber relações entre um castigo físico e uma prova (uma avaliação estudantil) ou a presença de câmeras vigiando o comportamento de um trabalhador em uma fábrica? Como o poder disciplinar se manifesta na atualidade e que consequências ele tem?

⁴¹⁷ FOUCAULT, Michel. F86v Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf

Poder econômico:

é aquele que se funda na utilização de bens materiais para influenciar ou determinar a conduta de indivíduos, instituições ou nações. É resultado da concentração de forças econômicas que possibilita a um agente social impor sua própria vontade ao comportamento de outras pessoas. Trata-se de “formas de dominação e influência socialmente exercidas por indivíduos ou grupos possuidores de grandes recursos econômicos. Esse poder é praticado tanto no plano dos mecanismos de mercado (eliminação de concorrentes, controle de fontes de matérias-primas, imposição de preços e produtos ao consumidor) como no plano político, por meio do direcionamento dos negócios do Estado, tendo em vista os interesses de pessoas ou empresas” (SANDRONI⁴¹⁸, 1999, p.476). É o poder que “se vale da posse de certos bens, necessários ou considerados como tais, numa situação de escassez, para induzir aqueles que não os possuem a manter um certo comportamento, consistente sobretudo na realização de um certo tipo de trabalho. Na posse dos meios de produção reside uma enorme fonte de poder para aqueles que os têm em relação àqueles que os não têm: o poder do chefe de uma empresa deriva da possibilidade que a posse ou disponibilidade dos meios de produção lhe oferece de poder vender a força de trabalho a troco de um salário” (BOBBIO⁴¹⁹, 2008, p.955). Quanto maior a desigualdade social entre indivíduos, grupos de pessoas, classes sociais, organizações, nações e instituições, mais aqueles que detêm bens materiais podem exercer o poder econômico em relação aos outros.

⁴¹⁸ SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 1999. Disponível em: <http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FMI.BM-Nov%C3%ADssimo-Dicion%C3%A1rio-de-Economia.pdf>

⁴¹⁹ BOBBIO, N. *Política*. In: BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, N. *Dicionário de Política*. 13a . ed. Brasília/DF: UNB, 2008, p.954-962. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>

Para refletir: De diversas formas, políticos brasileiros costumam receber contribuições financeiras para o desenvolvimento de campanhas eleitorais. Qual é a influência dessas contribuições de campanha sobre o comportamento destes políticos? Elas influenciam em votações? Como o poder econômico age na política brasileira?

Poder ideológico:

consiste na capacidade de influenciar a formação de ideais e práticas sociais para construir padrões de comportamento que reproduzam determinado modo de perceber o mundo. “O poder ideológico se baseia na influência que as ideias formuladas de um certo modo, expressas em certas circunstâncias, por uma pessoa investida de certa autoridade e difundidas mediante certos processos, exercem sobre a conduta dos consorciados” (BOBBIO⁴²⁰, 2008, p.955). O poder ideológico, “se exerce não sobre os corpos como o poder político, [...] não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra” (BOBBIO⁴²¹, 1997, p. 11). Desta forma, se “como o meio do poder político é sempre em última instância a posse de armas e o meio de poder econômico é a acumulação de bens materiais, o principal meio do poder ideológico é a palavra, ou melhor, a expressão de ideias por meio da palavra, e com a

⁴²⁰ BOBBIO, N. Política. In. BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, N. Dicionário de Política. 13a . ed. Brasília/DF: UNB, 2008, p.954-962. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>

⁴²¹ BOBBIO, N. Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Editora da UNESP, 1997.

palavra, agora e sempre mais, a imagem" (BOBBIO, 1997, p. 12). Tudo o que condensa ideias e mensagens, das palavras de um intelectual ou cientista, até meios de comunicação de massa ou memes, carrega certo poder ideológico. O poder ideológico está, por exemplo, por trás do discurso publicitário. "O poder ideológico da propaganda faz os vários grupos sociais se identificarem por suas atitudes, maneiras, jeito de falar e hábitos de consumo: pelas roupas que vestem, pelo perfume que usam, pelos objetos que possuem e usam. As pessoas tendem a se afirmar ou ser estimuladas a se afirmarem como pessoas pela marca dos objetos que usam, comem, bebem, etc." (FIGUEIREDO⁴²², 2016, p.2) . Não é à toa que, "através do discurso publicitário, pode-se fazer controle social" (FIGUEIREDO⁴²³, 2016, p.1).

Para refletir: quanto mais você estuda, mais existe a tendência de que pessoas do seu meio social valorizem as ideias e opiniões expressas por você, especialmente aquelas relacionadas à sua área de formação. Ou seja, em tese, aumenta o seu poder ideológico. Em redes sociais e em interações cotidianas, como essa tendência deveria influenciar o que você comunica?

Poder político:

Nas sociedades contemporâneas o que dá suporte ao poder político é o Estado, a estrutura política. O Estado estrutura a possibilidade, pretensamente legítima, de recorrer à força física, à violência, e é isso que distingue o poder político das outras formas de poder. Trata-se do direito de punir, reprimir, prender e, por vezes, matar,

⁴²² FIGUEIREDO, I. L. O discurso publicitário: na teia do Ideológico. Revista do GELNE, v. 2, n. 1/2, p. 1-7, 22 fev. 2016. d

⁴²³ FIGUEIREDO, I. L. O discurso publicitário: na teia do Ideológico. Revista do GELNE, v. 2, n. 1/2, p. 1-7, 22 fev. 2016. d

fundamentado no consentimento outorgado por uma coletividade. “O que caracteriza o poder político é a exclusividade do uso da força em relação à totalidade dos grupos que atuam num determinado contexto social” (BOBBIO⁴²⁴, 2008, p.956). O poder político “se refere à possibilidade de uso da força como último recurso para imposição da vontade sobre determinada coletividade. Não se baseia somente na coação física, mas na produção de consenso acerca dos instrumentos que devem ser utilizados para impor essa vontade “ (SILVA *et al.*, 2016, p. 142). Tem-se então que, em síntese, “o poder político tem as seguintes características: 1) Exclusividade; 2) Universalidade; 3) Inclusividade. A exclusividade indica a necessidade da soberania absoluta, isto é, não permite concorrência quanto ao uso legítimo da força, exige o monopólio da violência pelo Estado. A universalidade consiste na capacidade do poder político de tomar decisões, consideradas legítimas, quanto à distribuição dos recursos (não apenas econômicos) ; decisões que só podem ser tomadas pelo Estado e que são válidas para todos os membros da coletividade. A inclusividade diz respeito à possibilidade de interferir, de modo imperativo, nas esferas de atuação dos indivíduos e de condicionar sua ação através do ordenamento jurídico, de normas primárias e secundárias ditadas pelo aparato administrativo. Ou seja, o poder político inviabiliza tentativas dos membros do Estado subtraírem -se ao seu domínio [obriga todos a se incluírem em seu domínio] (SILVA⁴²⁵, 2018, p. 45).

Para refletir: de acordo com Montesquieu, o poder vai até onde encontra os seus limites. Assim, em um governo, para que não haja

⁴²⁴ BOBBIO, N. Política. In. BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, N. Dicionário de Política. 13a . ed. Brasília/DF: UNB, 2008, p.954-962. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>

⁴²⁵ SILVA, A. O. DA. O que é Poder Político?. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 17, n. 202, p. 33-61, 10 mar. 2018. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41971>

abuso, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder freie o poder. Como o poder político é "freado" na democracia brasileira? O que aconteceria se isso não ocorresse?

Poder simbólico:

É o poder “de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente que é obtido pela força (física ou econômica) (BOURDIEU⁴²⁶, 1989, p. 14-15). Através de valores, classificações (hierarquias) e conceitos, inseridos em sistemas simbólicos como a língua, a arte e a religião, e apresentados para as pessoas como elementos espontâneos, naturais, desinteressados e não impostos, o poder simbólico é exercido com a cumplicidade e a aceitação das pessoas em que ele incide, promovendo concepções do mundo social que induzem à naturalização de relações de dominação e a concordância perante atitudes de dominação. Consolidado pelo sociólogo Pierre Bourdieu(1989), o conceito de poder simbólico refere-se um poder “escondido nas entrelinhas” que instrumentaliza a violência simbólica e que só é legitimado pelas pessoas se estas não o percebem como imposição. É um poder que faz com que as pessoas não se deem conta de que a visão de mundo que elas aceitam, concordam ou compartilham, decorre de uma imposição advinda das classes dominantes; faz com que as pessoas concordem com as atitudes dominadoras, compreendendo-as como naturais, ou seja, aceitando como natural a condição de inferior em relação a quem as domina. O poder simbólico é, um “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber

⁴²⁶ BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-O-poder-simb%C3%B3lico.pdf>

que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7); é um poder que “para ser exercido, depende, essencialmente, da ignorância daqueles que a ele são submetidos e dos que o praticam (BOURDIEU, 1989, p. 8-9); é um poder que “se confirma se for compreendido como algo não arbitrário, já que a sua principal característica é impor uma visão de mundo dominante, sem que os dominados percebam sua arbitrariedade (BOURDIEU, 1989, p. 14-15). Ora, porque as pessoas aceitam a desigualdade entre classes sociais ou entre homens e mulheres sem se dar conta da violência a ela associada? Porque compartilham de sistemas simbólicos que impõe esta desigualdade como natural e legítima; por que sistemas simbólicos (a língua, a arte, a religião) são impostos pelos grupos dominantes sem que os dominados percebam, através de palavras e símbolos, que estabelecem o consenso, que fazem todos concordarem com seus significados e, assim, “legitimam o poder simbólico de uma classe sobre a outra, a exemplo do que acontece com a divisão de classes de Marx (BOURDIEU, 1989, p. 10). A partir do momento em que se toma consciência da arbitrariedade de, por exemplo, visões de mundo que naturalizam desigualdade entre classes sociais ou entre homens e mulheres, o poder simbólico deixa de existir, porque sua existência se fundamenta na percepção destas desigualdades como naturais e espontâneas. Observação: este conceito tem associações com o conceito marxista de “ideologia”, que aponta a correspondência entre a dominação e os antagonismos de classe e as produções simbólicas de modo que, numa formação social determinada, as ideias dominantes tendem a ser as ideias das classes dominantes.

Para refletir: o poder simbólico se sustenta na adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação, como, por exemplo, na interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos, que aparecem em elementos sutis como o uso do gênero masculino para se referir a um grupo de 10 mulheres e um homem. Assim, os dominados interiorizam

elementos histórica, cultural e linguisticamente construídos, como coisas de ordem natural e universal, em lógicas do tipo “é assim mesmo”, “sempre foi assim”. E, é essa lógica que possibilita o poder simbólico, garantindo a aceitação do dominado em relação às atitudes do dominador. Como se confronta o poder simbólico?

Poder:

quando uma pessoa, grupo, organização ou instituição consegue ou tem o potencial de impor sua própria vontade perante outra pessoa, grupo, organização ou instituição, o poder se manifesta. O poder é isso, a ação ou potencial de um elemento social de fazer o outro agir como ele quer. Conforme o sociólogo alemão Max Weber, o poder é “toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistência, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 1994, p.33). Desta forma, poder pressupõe uma relação assimétrica entre, pelo menos, dois atores, manifestando-se na “capacidade de ‘A’ conseguir o que ‘B’ faça o que não faria por si próprio e que, no entanto, faz conforme as ordens de ‘A’” (BOMENY⁴²⁷ et al., 2013, p.269). Poder “é a capacidade de produzir ou contribuir para resultados que afetem significativamente um outro ou outros” (LUKES⁴²⁸, 2008, p.580). É “a capacidade de indivíduos, ou membros de um grupo, de atingir objetivos ou promover seus interesses” (GIDDENS, 2012, p.800). “Quando, no exercício do Poder, a capacidade de determinar o comportamento dos outros é posta em ato, o Poder se transforma, passando da simples possibilidade à ação. Assim,

⁴²⁷ BOMENY, H; et al. **Tempos modernos, tempos de sociologia**. 1ª. ed. são Paulo: Editora do Brasil; Editora Fundação Getúlio Vargas, 2010.

⁴²⁸ LUKES, STEVEN. Poder. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. et al. *Dicionário do Pensamento Social no Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.580-1583.

podemos distinguir entre o Poder como simples possibilidade (Poder potencial) e o Poder efetivamente exercido (Poder em ato ou atual). O Poder em ato (atual) é uma relação entre comportamentos. Consiste no comportamento do indivíduo A ou do grupo A que procura modificar o comportamento do indivíduo B ou do grupo B em quem se concretiza a modificação comportamental pretendida por A". Para o sociólogo Aníbal Quijano, "o fenômeno do poder é caracterizado como um tipo de relação social constituído pela co-presença permanente de três elementos – dominação, exploração e conflito – que afeta as quatro áreas básicas da existência social e que é resultado e expressão da disputa pelo controle delas: 1) o trabalho, seus recursos e seus produtos; 2) o sexo, seus recursos e seus produtos; 3) a autoridade coletiva (ou pública), seus recursos e seus produtos; 4) a subjetividade/ intersubjetividade, seus recursos e seus produtos" (QUIJANO⁴²⁹, 2002, p.4). Não há dúvida de que poder é um elemento onipresente na vida social, política, econômica e cultural de todas as sociedades.

Para refletir: O poder está presente em todos os relacionamentos humanos. Seja em um namoro ou em uma guerra, sempre a vontade ou interesse de alguém se faz valer no comportamento de outro, usando dos mais variados recursos para tanto. Que recursos são geralmente usados para imposição da vontade do indivíduo em relação a outro? Como seus pais, seus amigos, você, o Estado, os ricos, impõem sua vontade perante outros?

⁴²⁹ QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade, poder, globalização e democracia." *Novos Rumos*, 37, 2002, p. 4-28. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF

Poliarquia:

Considerando que nenhum grande sistema no mundo real é plenamente democratizado, Robert Dahl (1915-2014) adota o termo poliarquia para se referir a sistemas políticos democráticos com certas características. Desta forma, A partir de critérios [vide *teorias pluralistas da democracia*] pré-estabelecidos, Robert Dahl classifica as democracias em quatro tipos, a saber: 1. Hegemonias fechadas (baixa participação social nas eleições e poucos candidatos em disputa política); 2. Hegemonias inclusivas (grande participação social nas eleições, entretanto poucos candidatos em disputa política); 3. oligarquias competitivas (baixa participação social nas eleições, porém grande variedade de candidatos em disputa política); e, 4. Poliarquias (ampla participação social e vasta gama de candidatos nas eleições). As "poliarquias" podem ser pensadas então como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública". Uma poliarquia, em seus aspectos mínimos, seria "um sistema político que satisfaça *completamente* às seguintes condições: (1) exista competição eleitoral pelos lugares de poder, a intervalos regulares, com regras explícitas, e cujos resultados sejam formalmente reconhecidos pelos competidores; (2) a participação da coletividade na competição se dê sob sufrágio universal, tendo por única barreira o requisito de idade limítrofe" (SANTOS⁴³⁰, 1998, p.209). Desta forma, um sistema político democrático assume a condição de poliarquia, quando apresenta um certo modo de organização marcado por características que denotam um "grau" mais elevado de organização democrática.

⁴³⁰ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Poliarquia em 3D. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 41, n. 2, p. 207-281, 1998. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000200001&lng=en&nrm=iso>. access on 12 May 2021.

Para refletir: “quem diz participação, diz democracia (Rousseau); quem diz democracia, diz organização (Robert Dahl); quem diz organização, diz oligarquia (Robert Michels)” (SANTOS, 1998, p.207). Para você, que elementos da organização de um sistema político o tornam mais democrático e menos oligárquico?

Política:

“eu odeio política”: esta é uma afirmação comum quando o assunto é política. Em suas definições mais usuais, a política é considerada “a arte e a ciência do Estado ou do governo”. É um termo que remete ao conjunto de atividades que, de alguma maneira, estão relacionadas com a pólis, ou seja, com o Estado. Ou seja, política é coisa relacionada com o governo e com o Estado. Em um país marcado por governos corruptos, ditaduras e promessas de campanha nunca cumpridas, considerando estas definições usuais, é fácil entender porque as pessoas “odeiam política”. Mas a verdade é que política é algo mais abrangente do que a ação de políticos na tentativa de constituir governo ou governar. Acima de tudo, a política está vinculada a relações de poder e à arte de negociação para compatibilizar interesses. Política é “o meio pelo qual o poder é empregado e contestado para influenciar a natureza e o conteúdo de atividades governamentais. A esfera do ‘político’ inclui as atividades dos indivíduos dos governos, mas também as ações e interesses contrários de muitos grupos de indivíduos” (GIDDENS, 2012, p.801). Ou seja, as relações políticas não se dão apenas com a política estatal. Como nos ensina Maar (2004), praticamos política no nosso dia-a-dia, visto que, quer seja no âmbito institucional, quer seja nas relações sociais do cotidiano, estamos promovendo relações de poder, e essas relações são a essência da atividade política. Política não é algo limitado aos políticos profissionais e longe do nosso

cotidiano, é a disputa e a dinâmica do poder que se manifesta até mesmo nas redes sociais virtuais.

Para refletir: “com efeito, o que é política? A atividade social que se propõe a garantir pela força, fundada geralmente no direito, a segurança externa e a concórdia interna de uma unidade política particular (conforme descreve Julien Freund em *Qu’estce que la Politique*). Não é dogmaticamente que eu proponho esta definição (outras são possíveis), mas simplesmente para ressaltar que, sem o uso da noção de força, a definição seria visivelmente defeituosa. Se, numa democracia, um partido tem peso político, é porque tem força para mobilizar um certo número de eleitores. Se um sindicato tem um peso político é porque tem força para deflagrar uma greve. Assim, força não significa necessariamente a posse de meios violentos de coerção, mas de meios que permitam influir no comportamento de outra pessoa. A força não é sempre (ou melhor, é rarissimamente) um revólver apontado para alguém” (LEBRUN⁴³¹, 1981, p. 04). Em que consiste esta força quando o assunto é o indivíduo? Onde está a sua força política?

Populismo:

três variáveis são frequentemente utilizadas na identificação do “populismo”: 1) um proletariado sem consciência de classe; 2) uma classe dirigente em crise de hegemonia; e, 3) um líder carismático (GOMES⁴³², 2001, p. 25-26). Assim, como política de massas, o populismo seria uma forma de organizar, controlar e utilizar a força política da classe trabalhadora, que, em dado contexto, estaria destituída de uma consciência de classe e seria facilmente cooptada

⁴³¹ LEBRUN, Gerard. *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 04.

⁴³² GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. [1ª edição de 1988]

por lideranças carismáticas. Neste, o populismo, um modo de execução de políticas ou de fazer governo se justificam num apelo ao "povo", geralmente contrapondo "o povo" a uma "elite" ou a um "não-povo", demonizado pelo populista. Nesse modo de governar destacam-se as seguintes características: 1. ocorre uma relação direta e não institucionalizada entre o líder e as massas (o líder prefere os caminhos não institucionais de comunicação, atualmente, prefere, por exemplo, falar pelas redes sociais virtuais do que pelo seu porta-voz, ou pelo jornal, ou televisão); 2. a liderança política é baseada no carisma pessoal e no clientelismo (o poder do líder político é centralizado no seu carisma e na rede de troca de favores desenvolvida a partir dessa liderança). 3. existe forte apelo ao nacionalismo e defesa da união das massas em torno da nação e de inimigos comuns, representados pelo *establishment*. 4. ocorre uma tentativa de concentração do poder na figura do líder e não no sistema político institucionalizado; o líder fragiliza o sistema partidário e as "vontades partidárias". O populista frequentemente adota políticas paternalistas e assistencialistas, mas também pode adotar políticas que, mesmo fazendo mal para a população a longo prazo ou sendo cientificamente inválidas, representam o anseio imediato do "povo".

Para refletir: no Brasil, os governos de Getúlio Vargas (1930-45/1951-54) são frequentemente associados com o populismo. Mas, de acordo com Incisa⁴³³ (2008) as fórmulas populistas renascem, sempre que ocorre uma rápida mobilização de vastos setores sociais, uma politização à margem dos canais institucionais existentes, marcadas pelo clamor do "retorno" a certos valores originais da sociedade nacional. Ou seja, "o apelo à força regeneradora do mito — e o mito do povo é o mais fascinante e

⁴³³INCISA, LUDOVICO. Populismo. In.: In. BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, N. Dicionário de Política. 13a. ed. Brasília/DF: UNB, 2008, p.980-986. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>

obscuro ao mesmo tempo, o mais imotivado e o mais funcional na luta pelo poder político — está latente mesmo na sociedade mais articulada e complexa, para além da sistematização pluralista, pronto a materializar-se, de um instante para o outro, nos momentos de crise” (INCISA, 2008, p.986). Como as fórmulas populistas tem sido adotadas na atualidade? Hoje, que elementos indicam líderes carismáticos com tendências populistas?

Positivismo:

a perspectiva teórico-filosófica associada com as ideias de Auguste Comte (1798-1895) recebe o nome de positivismo. Embora Augusto Comte seja conhecido como o iniciador da corrente positivista, o ideário positivista já se encontrava difundido na sociedade antes mesmo do período de atividade de Comte. Em Sociologia, Positivismo “é a visão de que o mundo social deve ser conduzido segundo princípios da ciência natural. A abordagem positivista na Sociologia sustenta que é possível obter conhecimento objetivo pela observação cuidadosa, comparação e experimentação” (GIDDENS, 2012, p.801). Desta forma, conforme Wacquant⁴³⁴ (1996), nas ciências sociais, o positivismo é associado com três princípios afins: 1. o princípio de que o conhecimento só pode fundamentar-se na experiência (beirando a fetichização dos “fatos” como imediatamente acessíveis à percepção sensorial); 2. o princípio metodológico da unidade do método científico, o qual proclama que os procedimentos da ciência natural são diretamente aplicáveis ao mundo social com o objetivo de estabelecer leis invariantes ou generalizações semelhantes a leis sobre fenômenos sociais; e, 3. o princípio axiológico da neutralidade, que se recusa a conceder aos

⁴³⁴ WACQUANT, L.J.D.. Positivismo. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. et al. *Dicionário do Pensamento Social no Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.592-596.

enunciados normativos o status de conhecimento e mantém uma rígida separação entre fatos e valores. Estes três princípios influenciariam não apenas outras ciências a seguirem o Positivismo, mas também ações políticas e discussões sobre a ordem social. No Brasil, por exemplo, diversas pessoas associadas com a deposição do Império e Proclamação da República, foram seguidores das ideias de Comte. Não é à toa que o lema do positivismo de Auguste Comte ("amor como princípio e ordem como base; progresso como meta") figura na bandeira do Brasil com as expressões "Ordem e Progresso".

Para refletir: "o positivismo tornou-se um termo de acusação polêmica, quando não insultuoso, na ciência social contemporânea – muito poucos sociólogos reivindicariam ou acolheriam com agrado o rótulo de positivistas" (WACQUANT, 1996, p.595). Do Positivismo, a interpretação de que os procedimentos da ciência natural são diretamente aplicáveis ao mundo social é frequentemente criticada entre os sociólogos. Mas é sobre o princípio da neutralidade axiológica que propomos reflexões. Segundo este princípio, um determinado conhecimento só poderá ser aceito como "científico" se, além de ter seu método racionalmente delineado, seu processo de construção verificável em cada etapa e seus resultados reproduzíveis com regularidade, o sociólogo mantiver seus conceitos e valores afastados destes processos. O exercício da ciência, nessa ótica, precisa ser algo impessoal, imparcial, desinteressado, em uma palavra, "objetivo". Isto é plenamente possível? Em que aspectos da atividade científica a neutralidade axiológica não pode faltar?

Pós-modernismo:

em seu sentido mais óbvio, pós-modernidade aponta para o que vem depois da Modernidade. No século XX, as grandes verdades e utopias produzidas na Modernidade foram questionadas, seja por seu fracasso, pelos avanços e limites da ciência ou por novos fatos socioculturais. Desta forma, o tempo da racionalidade, da razão como fundamento do conhecimento científico das relações sociais, das relações de trabalho, da vida social, da arte, da arquitetura, da ética e da moral, foi substituído por um “mundo com outras perspectivas”. Trata-se da pós-modernidade, da sociedade pós-moderna configurada especialmente a partir das décadas de 50 e 60 do século passado, da sociedade “altamente pluralista e diversa, sem nenhuma ‘grande narrativa’ orientando o seu desenvolvimento” (GIDDENS, 2012, p.801). Pós-modernidade é isso: “o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes” (LYOTARD, 1993, p.15) no transcorrer do século XX; “[...] é algo como uma condição ou, talvez, perspectiva que rejeita um pensamento totalizante, as metanarrativas iluministas, os referenciais universais, as transcendências e as essências e que, implodindo a razão moderna, deixa nos cacos das racionalidades regionais, das razões particulares” (VEIGA-NETO⁴³⁵, 1998, p.145). É o “estado ou forma de vida e da cultura contemporâneas, que alguns chamam de hipermodernidade (Lipovestky), modernidade tardia (Rouanet), modernidade avançada, modernidade líquida (Bauman), e que, se descartando das metanarrativas iluministas, ressignifica as percepções e usos do tempo e do espaço” (VEIGA-NETO⁴³⁶, 2006, p. 4). Então, na pós-modernidade “instala-se grande suspeita quanto aos ideais da modernidade, pela falência das

⁴³⁵ VEIGA-NETO, Alfredo. Ciência e pós-modernidade. *Episteme*, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 143-156, 1998.

⁴³⁶ VEIGA-NETO, A. Educação e Pós-Modernidade: impasses e perspectivas. *Educação online PUCRJ*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 2, 2006.

utopias criadas – seja como explicações científicas do real, seja como proposições salvadoras – e não realizadas no cotidiano da cultura e da sociedade modernas” (GATTI⁴³⁷, 2005, p.600).

Para refletir: positivismo, marxismo, socialismo, comunismo, capitalismo, liberalismo, cristianismo, as amplas apostas filosóficas, econômicas, políticas ou religiosas, típicas da modernidade, que tinham pretensão de validade e objetividade universal, que buscavam tornar aceitáveis normas universais, pelas quais deveriam se reger as coletividades, a ciência e o progresso, configuravam promessas de salvação para indivíduos e grupos. Estas promessas não foram cumpridas, foram desqualificadas pelos eventos históricos do século XX, pelos totalitarismos, pela dizimação de populações, pelas desigualdades e pela fome. Gradativamente, se percebeu que os contextos locais, com suas singularidades e particularidades, precisam ser fontes de resistência a toda pretensão moderna e hegemônica de uma cultura universal. Como isso mudou e muda o mundo? Como isso afeta as gerações de jovens e adolescentes?

Preconceito:

são “ideias preconcebidas sobre um indivíduo ou grupo, ideias resistentes à mudança mesmo ante novas informações” (GIDDENS, 2012, p.801). São produtos das relações de poder disseminados na convivência social que se configuram como pré-noções, como representações preestabelecidas **acerca** de quem o outro supostamente é, de como ele se comporta. Na Sociologia, são

⁴³⁷ GATTI, Bernardete A.. Pesquisa, educação e pós-modernidade: confrontos e dilemas. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 35, n. 126, p. 595-608, Dec. 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-1574200500300004&lng=en&nrm=iso>. access on 14 May 2021.

abordados indiretamente em Durkheim, quando este aponta **que** devemos olhar os fatos sociais como coisas, com completo abandono de nossas pré-noções (das noções que a convivência social incute em nosso espírito a respeito de cada um dos fenômenos sociais). As pré-noções seriam como "véu interposto entre as coisas e nós, e que no-la mascaram tanto mais quanto julgamos mais transparente o véu" (DURKHEIM, 2007, p.14). No entanto, é muito difícil superar essas pré-noções, pois nós nos servimos delas para os usos correntes da vida. Aliás, nenhuma pessoa "pode viver sem preconceitos, não apenas porque não teria inteligência ou conhecimento suficiente para julgar de novo tudo que exigisse um juízo seu no decorrer de sua vida, mas sim porque tal falta de preconceito requereria um estado de alerta sobre-humano [...] (ARENDDT⁴³⁸, 1998, p.10). Fato é que preconceitos, mesmo sem fundamentação racional e claramente relacionados com a tentativa de domínio e controle de outros seres humanos (homens, mulheres, homossexuais, pessoas com deficiência, etc.) funcionam como base para práticas de discriminação, exclusão, segregação e violência, bem como funcionam como justificativa para o racismo, a homofobia, a xenofobia, o machismo.

Para refletir: "uma das razões para a eficiência e a periculosidade dos preconceitos reside no fato de neles sempre se ocultar um pedaço do passado [...] arrastado através dos tempos, de modo cego e sem ser revisto" (ARENDDT, 1998, p.10). De que modo opiniões que não são baseadas em dados objetivos, mas pautadas em generalizações apressadas, concebidas sem exame crítico, perpetuam no tempo, "carregando um pedaço do passado"? Como encontram eco e espaço no ambiente escolar e universitário? De que

⁴³⁸ARENDDT, Hannah. O Que é Política? Tradução Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1998. Disponível em: http://arquivos.eadadm.ufsc.br/somente-leitura/EaDADM/UAB_2017_1/Modulo_1/Ciencia%20Politica/Material%20Complementar/O%20que%20%C3%A9%20pol%C3%ADtica%20Hannah%20Arendt.pdf

maneira lugares que representam a ciência e a criticidade alimentam preconceitos?

Presidencialismo:

trata-se de sistema de governo em que o Poder Executivo se concentra no Presidente, que acumula a chefia de Estado e a chefia do governo, que tem poder de escolher ministros (ministros da saúde, da educação, da economia, do trabalho, do meio ambiente, etc.) que são gestores de políticas públicas voltadas para distintas áreas. Nele, o Presidente geralmente é eleito por votação popular para um mandato determinado, durante o qual exercerá a função executiva. Desta forma, no presidencialismo, “o presidente é eleito pelo sufrágio universal do eleitorado, subdividido ou não em colégios. Nesta forma de Governo, o presidente ocupa uma posição plenamente central em relação a todas as forças e instituições políticas [...] escolhe pessoalmente os vários ministros ou secretários de departamentos, que terão de abandonar o cargo a seu pedido e não são responsáveis perante o Congresso. O presidente representa a nação nas relações internacionais; estipula, se bem que sujeito ao *advice and consent* do Senado, os tratados internacionais; é a ele que cabe o poder de declarar a guerra. Além disso, é ele quem tem a iniciativa e é fonte das decisões e das leis mais importantes” (PASQUINO⁴³⁹, 2008, p.518). Assim, ao contrário do que acontece no Parlamentarismo, no caso do presidencialismo, “o foco [do poder] está no presidente e este é eleito por voto direto e normalmente possui autonomia para decidir a composição do governo. Sua estabilidade tem por base o mandato e não depende

⁴³⁹PASQUINO, GIANFRANCO In. BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, N. Dicionário de Política. 13a . ed. Brasília/DF: UNB, 2008, p.517-521. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>

de apoio legislativo [...] O caso mais influente de presidencialismo é o sistema americano. O sistema político brasileiro é atualmente definido como um presidencialismo de coalizão. Esse sistema tem por base um presidente eleito diretamente e com mandato próprio, mas que para governar conta com o apoio de uma coalizão multipartidária (BATISTA⁴⁴⁰, 2016, p.127). Destaca-se que, no sistema presidencialista brasileiro, como em outros, existe relativa independência entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Esse fato confere ao chefe do Executivo uma posição de autonomia política perante os demais poderes.

Para refletir: não é incomum no presidencialismo a ascensão de presidentes que buscam enfraquecer os mecanismos democráticos consolidados, de forma a perpetuar no poder e conquistar (roubar) mais poder. Isso frequentemente leva as nações a instabilidades políticas, econômicas e sociais. Por essa razão, ao mesmo tempo em que permite o posicionamento do foco do poder no presidente, o presidencialismo precisa prever instrumentos contra o uso abusivo dos poderes desse líder. No Brasil, que instrumentos são utilizados contra o uso abusivo dos poderes pelo Presidente? Como eles tem agido?

Profecia auto-realizável:

este conceito foi cunhado pelo sociólogo Robert K. Merton, no seu livro *Social Theory and Social Structure*, publicado em 1949. O autor advoga que “a profecia autorrealizável é, no início, uma definição falsa da situação, que suscita um novo comportamento e assim faz

⁴⁴⁰ BATISTA, Mariana. O Poder no Executivo: explicações no presidencialismo, parlamentarismo e presidencialismo de coalizão. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 24, n. 57, p. 127-155, Mar. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000100127&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/1678-987316245705>.

com que a concepção originalmente falsa se torne verdadeira” (MERTON, 1949, p.447). Trata-se assim de “expectativas que ajudam a causar o que elas predizem” (BRYM, 2008, p.49); de prognósticos que, ao se tornarem uma crença, que provoca a sua própria concretização; de crenças relacionadas com o que alguém é capaz ou com o que acontecerá com alguém, que se tornam realidade porque os indivíduos agem como se elas fossem um fato ou já tivesse acontecido. Por exemplo, “Alguém profetiza um evento, e a expectativa do evento muda o comportamento de quem fez a profecia de tal modo que torna a profecia mais provável” (ROSENTHAL⁴⁴¹,1966, p. 196). Por exemplo, quando um professor trata um aluno como incapaz, este mesmo aluno tende a agir como incapaz e a se tornar incapaz na disciplina que o professor ministra, justamente porque age como incapaz, portando-se de forma mais dependente e insegura. Não tem relação com mitos como o poder da mente ou do pensamento positivo.

Para refletir: o conceito de profecia autorrealizável nos mostra que a expectativa de uma pessoa a respeito do comportamento de outra pode contribuir para que essa última se comporte conforme o que se espera dela, confirmando a expectativa inicial e retroalimentando sua tendência de repetição. No documentário “Nunca me sonharam⁴⁴²”, as expectativas para o futuro e os sonhos de quem vive a realidade do Ensino Médio nas escolas públicas do Brasil, são discutidos tendo como pano de fundo uma realidade que “não sonha” o sucesso dos jovens de escola pública. Na escola em que você estuda, o que sonharam em relação a você? Que profecias recaem sobre você? Você anseia confirmar as expectativas que os outros tem em relação a quem você será no futuro?

⁴⁴¹ ROSENTHAL, R. — *Experimenter Effects in Behavioral Research*. New York: Appleton — Century — Crofts, 1966.

⁴⁴² Documentário Nunca me sonharam. Direção: Cacau Rhoden. Produção: Maria Farinha Filmes, duração:1h20', 2017. Disponível em

Processos sociais básicos:

formas básicas de ação em interações sociais. São “tipos repetitivos de comportamento através dos quais as pessoas interagem entre si. Os processos mais comuns são cooperação, competição, conflito, e as duas alternativas de conflito: acomodação e assimilação (HORTON e HORTON⁴⁴³, 1984, p.75). Neste contexto, a “cooperação é um esforço conjunto para atingir uma meta comum”, é uma forma de interação social em que diferentes pessoas, grupos ou comunidades trabalham juntas para um mesmo fim. Trata-se de um processo social associativo. Já a “competição é um esforço para ultrapassar outros em se atingir uma meta” (idem), é uma forma de interação social que leva os indivíduos a agirem uns contra os outros em busca de uma melhor situação e/ou resultado; é um processo dissociativo. Por sua vez, o conflito é um processo de choque ou enfrentamento, marcado pela falta de entendimento entre duas ou mais partes: “é uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos [...]” (BOBBIO, PASQUINO e MATTEUCCI⁴⁴⁴, 2008, p.181). Trata-se de um termo bastante genérico que pode significar tanto desentendimento entre dois indivíduos, como uma guerra internacional entre diversos países. Como já expressei, as duas formas básicas de resolução do conflito são a acomodação e assimilação. No que lhe concerne, a acomodação é o processo de obter acordos funcionais temporários entre partes que estejam num conflito atual ou potencial. É algo do tipo “viver-e-deixar-viver” (tolerância) que acontece gradualmente ou é fruto de negociação. A acomodação pode ocorrer por subordinação (uma forma de subordinação que a parte mais fraca aceita a vontade do vencedor)

⁴⁴³ HORTON, Paul e HORTON, Robert. Introdução à Sociologia. 9ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁴⁴⁴ BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, N. Dicionário de Política. 13a. ed. Brasília/DF: UNB, 2008. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>

ou por compromisso (quando os atores em conflito fazem concessões relativamente proporcionais e entram em um acordo de “pausa”). Já assimilação “é o processo de tornar-se culturalmente similar, de forma que os pontos de conflito sejam suprimidos”. Perante conflitos, cooperação e competição, alguns teóricos da Sociologia e/ou perspectivas políticas (liberalismo), como Herbert Spencer, consideram a competição necessária para o progresso social. Outros, a apontam como base das contradições da sociedade e apostam em sistemas mais pautados na cooperação, como Karl Marx.

Para refletir: competição e cooperação são dois processos sociais básicos que perpassam não só as interações sociais cotidianas, como também o debate sobre as formas adequadas de organização dos sistemas políticos e econômicos. Como competição e cooperação se fazem presentes em nosso cotidiano? **De que modo** elas interferem em nossas condutas pessoais? Você se sente mais motivado a trabalhar competindo ou cooperando? Que funções a competição e cooperação podem ter no desenvolvimento humano? Você já jogou um *game* cooperativo?

Projeto de pesquisa:

“Fazer pesquisa [em Sociologia ou em qualquer outra área] solicita uma diversidade de reflexões e gestos mais ou menos complexos. É por isso que não vamos diretamente a campo para investigar – fazemos antes um cuidadoso planejamento, o qual se expressa em um projeto de pesquisa” (BRAGA⁴⁴⁵, 2005, p.288). Um projeto de pesquisa é um planejamento, é uma descrição escrita e detalhada

⁴⁴⁵ BRAGA, J. L. Para começar um projeto de pesquisa. Comunicação & Educação, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 288-296, 2005. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v10i3p288-296. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37542>. Acesso em: 17 maio. 2021.

de um conjunto de atividades que têm por finalidade a descoberta de novos conhecimentos. Em linhas gerais, no formato de capítulos ou tópicos, projetos de pesquisa apresentam os seguintes elementos: 1. Delimitação do tema - introdução (delimitar o tema é dizer o que de determinado assunto você pretende estudar, é um breve texto apresentando com precisão o que será pesquisado); 2. Revisão de literatura (revisar a literatura é apresentar um tópico-capítulo do projeto descrevendo o que outros pesquisadores já publicaram sobre o assunto da pesquisa que será desenvolvida); 3. Justificativa (consiste em apresentar motivos que fundamentam a necessidade de desenvolvimento da pesquisa); 4. Problematização (transformação de uma necessidade humana em problema que pode ser respondido por meio da pesquisa, geralmente uma pergunta ou conjunto de perguntas que o pesquisador pretende responder a partir da pesquisa); 5. Objetivos (frases iniciadas por verbos que indicam o que o pesquisador pretende conseguir como resultado intelectual final de sua pesquisa - não é o que o pesquisador vai fazer, mas onde se pretende chegar a partir da pesquisa); 6. Método/metodologia (é a descrição das atividades práticas, dos procedimentos necessários para a aquisição e análise dos dados coletados e a identificação de quem serão os sujeitos da pesquisa). Após a elaboração e aprovação do projeto de pesquisa, o pesquisador coleta os dados - aplica o projeto com desenvolvimento dos procedimentos descritos na metodologia. Tendo realizado a coleta, parte-se para Tabulação e análise dos resultados (trata-se de momento em que busca-se entender como os dados coletados respondem ao problema de pesquisa, organizando-os tabelas, quadros e gráficos, escrevendo comentários, analisando estes dados e comparando com outras pesquisas). Com os dados coletados, elabora-se as conclusões (determinação do que pode ser concluído a partir dos dados coletados). Após todo esse processo, parte-se para a produção do relatório da pesquisa (trata-se do desenvolvimento de um relato que permita a outros pesquisadores conhecer os elementos da pesquisa - esse relato tem muitas formas, tais como artigos,

monografias, dissertações e teses). Geralmente, o relato é publicado em revistas científicas ou apresentado em eventos científicos, sempre com avaliação prévia de outros pesquisadores que estudam o tema. Destacam-se alguns instrumentos de pesquisa muito usados em Sociologia: 1. *Observação Sistemática*; 2. *Questionários*; 3. *Entrevistas*. Um projeto de pesquisa pode se desenvolver por meio de pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa.

Para refletir: “só pesquisamos porque temos dúvidas a respeito de alguma questão do mundo. É lógico, portanto que as dúvidas que temos (e que serão expressas no problema da pesquisa [problematização] a realizar) devem comandar todo o trabalho de investigação [...]” (BRAGA, 2005, p.288). Que dúvidas moveriam você a fazer uma pesquisa? O que, em relação à vida em sociedade, lhe moveria a fazer uma pesquisa?

Projeto de vida:

um projeto de vida, seja ele qual for, é um fundamento para a construção de significado para existência – para a superação da falta de sentido; é um guia na orientação dos principais objetivos de uma pessoa e, por esta razão, é um componente essencial da identidade e do bem-estar individual (ERIKSON⁴⁴⁶, 1976). Não se trata de um roteiro imutável e sim de uma intenção estável de alcançar um estado de vida - que seja importante para pessoa que o viverá e que se associe com um compromisso pessoal de execução de determinadas ações. Elaborar um projeto de vida demanda ter intenções, finalidades, objetivos de realização ou transformação de algo. Elaborar um projeto de vida pressupõe acreditar que algo deverá ser feito, conquistado, adquirido, deverá tornar-se

⁴⁴⁶ Erikson, E. H. Identidade, juventude e crise. (A. Cabral, Trans.). Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

realidade. Nem todos os que elaboram projetos de vida os escrevem e/ou os verbalizam, às vezes projetos de vida são silenciosos contratos consigo mesmo. Quando a elaboração dos projetos de vida é uma institucionalizada, promovido por escola e/ou outra instituição, o projeto de vida é um processo de planejamento no qual os envolvidos se conhecem melhor, identificam o que lhes importa, analisam seus potenciais e interesses e estabelecem estratégias e metas para atingir a sua realização nas mais variadas dimensões. Trata-se da organização de uma descrição escrita do que se pretende na e com a vida, uma descrição que se conecta com a história de cada pessoa, com o contexto social em que ela vive, com suas expectativas futuras. A elaboração de um projeto de vida geralmente está associada com Estados de Identidade definitivos, com o encaminhamento do fim da Moratória Psicossocial. Desta forma, quando institucionalizada, a elaboração de um projeto de vida passa por processos similares aos seguintes: 1. Resgate do que a pessoa vivenciou e aprendeu, especialmente na adolescência; 2. Reconhecimento do self, de percepções sobre quem a pessoa acha que é, em relação a si mesmo e a como as outras pessoas a vêem e a avaliam (imagem de espelho); 3. Identificação da Estrutura de Oportunidades, do que a vida apresenta como alternativas e do custo de oportunidade de cada uma destas alternativas; 4. Hierarquização de oportunidades, do que mais importa dentre as alternativas que a sociedade apresenta para cada pessoa ou que cada pessoa pode criar diante do seu contexto de vida. Esta hierarquização pode ocorrer com diversos critérios, a depender do que a pessoa considera mais importante e/ou considera que tem mais valor. Ele pode ocorrer com base em critérios predominantemente afetivos, considerando aspectos emocionais relacionados à cada oportunidade, ou predominantemente cognitivos, considerando quanto cada possibilidade é eficaz para os anseios da pessoa. 5. Definição de objetivos, do que se pretende alcançar em termos pessoais, profissionais, de Estilo de Vida e materiais – é o momento de

escolher e definir; 6. Definição-decisão de ações necessárias para o alcance destes objetivos.

Para refletir: e aí, você tem um projeto de vida? O que você quer da vida?

Proletariado:

termo marxista que descreve pessoas da classe trabalhadora. Proletariado, “na teoria marxista, são os trabalhadores da nação que não possuem propriedade e precisam vender seu trabalho para ganhar a vida. Marx acreditava que era inevitável que o proletariado se erguesse e derrotasse seus senhores capitalistas, instituindo um sistema comunista sob o qual eles exerceriam o controle político econômico” (KELLY et al., 2013, p.342). “Na teoria marxista, a classe social das pessoas que trabalham em troca de salário” (THORPE *et al.*, 2016, p. 343). Trata-se do “trabalhador livre, desprovido dos meios de produção –, típico da indústria capitalista” (SILVA e SILVA *et al.*, 2009, p. 44). Para Marx e Engels, o proletariado é “a classe a que pertence o futuro”, uma vez que esta classe, engajada em sua luta contra a burguesia, era a força política que realizaria a destruição do capitalismo e uma transição para o socialismo.

Para refletir: Marx acreditava que o proletariado, explorado pelos burgueses, um dia se revoltaria e derrubaria o capitalismo para substituí-lo por um sistema comunista, no qual cada pessoa contribuiria com o que pudesse e retiraria aquilo de que precisasse. Assim, em Marx, a união do proletariado representava a esperança de um tempo novo, um tempo de menor desigualdade. Porque os proletários do mundo não se unem contra o sistema que os oprime?

Protecionismo econômico:

todo tipo de política que busque favorecer produtos fabricados no próprio país em detrimento dos concorrentes de outros países. Entre as medidas protecionistas mais comuns, podemos citar as barreiras tarifárias (impostos elevados sobre produtos importados, para que eles custem caro) e os subsídios (apoio financeiro do Estado aos produtores, com o objetivo de reduzir o custo do produto final). Trata-se da “adoção de um sistema de tarifas ou cotas para restringir o fluxo das importações” (SANDRONI⁴⁴⁷,1999, p.4). “É um mecanismo usado para salvaguardar as indústrias nacionais da concorrência externa. Essa proteção se dá por meio de aumento da carga tributária sobre a importação de gêneros agrícolas e manufaturados, criação de normas restritivas para entrada de produtos estrangeiros e utilização de subsídios (créditos, incentivos fiscais, etc.) governamentais para baratear produtos nacionais (SILVA *et al.*, 2016, p.274). Em contraposição ao livre comércio, os defensores de medidas protecionistas defendem que a agricultura e as principais indústrias de um país devem ser mantidas em nível suficiente para atender à demanda ante um eventual corte do fornecimento externo; e, que as indústrias-chave na defesa nacional devem ser protegidas para evitar dependências de fornecedores estrangeiros.

Para refletir: “práticas de defesa de mercado contribuem indiscutivelmente para o desenvolvimento de novas indústrias no país protegido, as quais dificilmente teriam de competir em escala internacional; mais ainda, em condições de capacidade ociosa, as medidas protecionistas contribuem para o aumento do nível de emprego, atraindo a demanda para a produção doméstica” (SANDRONI,1999, p.4). Apesar destes aspectos positivos, o

⁴⁴⁷ SANDRONI, P. Novíssimo dicionário de Economia. São Paulo: Best Seller, 1999. Disponível em: <http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FMI.BM-Nov%C3%ADssimo-Dicion%C3%A1rio-de-Economia.pdf>

protecionismo econômico é frequentemente atacado por economistas liberais. Que aspectos negativos o protecionismo econômico pode ter? Porque ele é frequentemente atacado pelas nações que representam as grandes economias mundiais?

Q

Questionário e entrevista:

um questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito. Um questionário é um conjunto de questões, feito para a coleta de dados, para se atingir os objetivos do projeto de pesquisa. Conforme Gil (1999, p.128), um questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” Embora nem todas as pesquisas utilizem esse instrumento de coleta de dados, o questionário é muito importante na pesquisa científica, especialmente nas Ciências Sociais. Gil (1999) destaca que os questionários devem apresentar as seguintes características: a) as perguntas devem ser formuladas de maneira clara, concreta e precisa; b) deve-se levar em consideração o sistema de preferência do interrogado, bem como o seu nível de informação; c) a pergunta deve possibilitar uma única interpretação; d) a pergunta não deve sugerir respostas; e) as perguntas devem referir-se a uma única ideia de cada vez. Além disso, um questionário pode ser composto por questões abertas (são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria e emitir opiniões) e/ou fechadas (são aquelas em que o informante escolhe sua resposta entre duas ou mais opções [múltipla escolha]). Por sua vez, uma entrevista é um instrumento de pesquisa pautado no

encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto. Implica em um entrevistador treinado e o registro das respostas. Entrevistas podem ser estruturadas (o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido, geralmente organizado em um projeto de pesquisa; não-estruturadas (o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção, cria as perguntas a partir do que o entrevistado vai falando); ou, semiestruturadas (existe um roteiro, mas ele é aberto e pode ser alterado no transcorrer da entrevista).

Para refletir: como as entrevistas nos ajudam a entender a realidade social? Em que circunstâncias elas são mais eficazes do que questionários ou práticas de observação? Você já respondeu aqueles questionários recebidos em formulários da internet? Que sugestões você daria aos elaboradores destes questionários?

Quijano, Aníbal (1930–2018):

sociólogo peruano, Quijano nasceu em Yanama, nos Andes centrais peruanos, onde viveu sua infância e adolescência entre os povos quéchuas, cujas terras vinham sendo usurpadas desde que, em finais do século XIX, os capitais ingleses e estadunidenses haviam enriquecido os latifundiários. A origem de Quijano sem dúvida contribuiu para que ele fosse um dos principais pesquisadores da Teoria Decolonial. Quijano defendeu que o rompimento burocrático da relação metrópole e colônia, como a relação que existia entre Portugal e Brasil, não acabava com formas estruturais da dominação, que a colonização era um processo contínuo, para além das independências políticas. Para ele existiria uma matriz colonial centrada na raça que persiste atualmente e que seria característica da própria modernidade. Ou seja, a partir de

conceitos como raça e gênero, as estruturas de poder colonial que foram sendo construídas na modernidade para retirar o máximo de gente possível da categoria de humano, para representar o outro como de uma “espécie” inferior, continuam funcionando para manter grande parte da humanidade excluída de sua real capacidade de ser livre. Neste contexto, para Quijano⁴⁴⁸ “o atual padrão de poder mundial consiste na articulação entre: 1) a colonialidade do poder, isto é, a idéia de ‘raça’ como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social; 2) o capitalismo, como padrão universal de exploração social; 3) o Estado como forma central universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado Nação como sua variante hegemônica; 4) o Eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade/ intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento”.

Para refletir: para Quijano, nos chamados processos de colonização, a classificação da população mundial pela ideia de raça, a inédita codificação da diferença entre colonizadores e colonizados mediante uma categoria pretensamente biológica, foi o que permitiu a exploração máxima dos “indígenas” e dos “negros” (escravizados), gerando uma riqueza sem precedentes aos países colonizadores. A riqueza sem precedentes destes países ainda repercute nas relações entre as nações? Como o brasileiro elitizado se apropria da classificação da população mundial pela ideia de raça para justificar ações e desigualdades?

⁴⁴⁸ QUIJANO, Anibal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Revista Novos Rumos**, ano 17, n. 37, p. 4-28, 2002.

R

Raça:

é uma construção social utilizada para classificar as pessoas em termos de uma ou mais características físicas, tais como a cor da pele. É um conjunto socialmente construído de categorias, utilizadas sobretudo para fundamentar desigualdades, opressões, abusos e explorações. Muitas vezes, equivocadamente, as pessoas associam certas formas de agir, com características físicas, como se, por exemplo, a cor da pele determinasse as habilidades de uma pessoa. As diferenças físicas, como a diferença de cor, cabelo, formato dos lábios ou nariz, NÃO geram diferenças comportamentais nos indivíduos que as possuem. As diferenças culturais NÃO são fruto das características físicas das pessoas, as diferenças biológicas denominadas socialmente como raça NÃO permitem deduzir o comportamento das pessoas. No entanto, a forma como as pessoas percebem as diferenças raciais pode mudar a maneira de se relacionarem com pessoas com determinadas características, tais como a cor da pele. As várias e ultrapassadas teorias da raciologia clássica tinham em comum uma perspectiva sobre as ‘raças’ hierarquizadora e desigualitária, que alcançou popularidade no século XIX nos Estados Unidos e na Europa e contribuiu para justificar a escravatura. Em especial em virtude do imenso volume de cruzamentos ao longo da história, a maioria dos biólogos contesta a ideia de que, em seres humanos, raça biológica seja um conceito que signifique alguma coisa. Diferenças como “branco” e “negro” poucas bases têm em diferenças genéticas

cientificamente identificáveis, mas socialmente impactam nas formas de interação entre as pessoas. Para o sociólogo Aníbal Quijano, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de “raça” foi originada há 500 anos junto com a América, a Europa e o capitalismo, sendo a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial, imposta sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. “O conceito de raça como invenção europeia engendrou formas de dominação nas quais a apropriação dos produtos do trabalho era acompanhada pela classificação de povos e culturas. O conceito, portanto, se constrói em torno de novas categorias criadas, como branco, negro, índio, mestiço etc., e relaciona sujeitos numa classificação social de forma vertical. Assim, a ideia de seres não europeus como inferiores produziu formas de desumanização e a negação que o ser europeu faz do outro colonizado; a forma como desconhece a alteridade e o modo como relega o diferente o converte em um não ser” (OLIVEIRA⁴⁴⁹, 2020, p 335).

Para refletir: Quijano aponta a relação histórica entre Europa e América como uma relação de enorme violência, cujo significante maior é a raça. Para ele, raça seria uma criação colonial para legitimar formas de violência de caráter genocida, já não mais admitidas na Europa em formação. A partir da categoria raça, índios e negros tiveram seus corpos e territórios usurpados e seu trabalho explorado à exaustão. Nos dias atuais, quem lucra com a categoria raça?

⁴⁴⁹ OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. RACISMO, o ensino de Sociologia e o: In: BRUNETTA, Antonio Alberto (org.); BODART, Cristiano das Neves (org.); CIGALES, Marcelo Pinheiro (org.). Dicionário do Ensino de Sociologia. 1. ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020, p. 335-339. Disponível em: https://www.academia.edu/43825857/Dicion%C3%A1rio_do_Ensino_de_Sociologia

Racionalização:

Teoria de Max Weber “segundo a qual a sociedade moderna está cada vez mais organizada em torno dos valores da razão, da lógica e da eficiência” (YUILL e THORPE, 2019, p.155). “Conceito usado por Max Weber em referência ao processo pelo qual modos precisos de cálculo e organização, envolvendo regras e procedimentos abstratos, vêm a dominar cada vez mais o mundo social” (GIDDENS, 2012, p.801). “Processo social de longo prazo em que ideias e crenças tradicionais são substituídas por regras e procedimentos metódicos e pelo pensamento formal, estruturado em relações meio-fim” (GIDDENS e SUTTON, 2017, p.37). A partir da racionalização, a eficiência burocrática suprimiu as interações tradicionais, nos prendendo numa “jaula de ferro da racionalidade”, desencantando o mundo da magia ou da fé como elementos explicativos da realidade.

Para refletir: como os valores da razão, da lógica e da eficiência se manifestam nas relações interpessoais contemporâneas?

Racismo estrutural:

o conceito refere-se ao fato de que a sociedade é estruturada com base no racismo, de que ele é elemento estrutural da estrutura social, ou seja, que a sociedade funciona com regras que nos regem, independentemente da consciência que temos delas, e que o racismo é como uma destas regras, que estrutura a própria sociedade. Por exemplo, quando você fala uma frase qualquer, você respeita um conjunto de regras gramaticais, sem perceber. Você coloca o “s” no final das expressões para destacar o plural. Mas você não está pensando, “preciso colocar o ‘s’ nesta palavra para a correta concordância”. Você simplesmente faz porque a estrutura

gramatical está internalizada em você. O mesmo acontece com o racismo estrutural, ele é tão integrado à estrutura e aos padrões sociais, que rege comportamentos indiferentemente da consciência que as pessoas tem dele. No entanto, pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um alibi para racistas. Pelo contrário: entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas. Da mesma maneira que você, quando aprende uma língua, precisa incorporar uma nova estrutura gramatical, na sociedade contemporânea é necessário incorporar o respeito à dignidade inerente a todos os seres humanos. Desta forma, quando for corrigido porque adotou um comportamento racista, aceite e mude de conduta!

Para refletir: é possível uma pessoa não ser racista em uma sociedade racista?

Racismo:

é a crença de que uma característica visível de um determinado grupo – como, por exemplo, a cor da pele – indica sua inferioridade e justifica sua discriminação. “Racismo é uma teoria que sustenta a superioridade de certas “raças” em relação a outras, preconizando ou não a segregação racial ou até mesmo a extinção de determinados grupos sociais” (OLIVEIRA⁴⁵⁰, 2020, p 335). É a “discriminação contra pessoas, geralmente identificadas pela cor

⁴⁵⁰ OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. RACISMO, o ensino de Sociologia e o: In: BRUNETTA, Antonio Alberto (org.); BODART, Cristiano das Neves (org.); CIGALES, Marcelo Pinheiro (org.). Dicionário do Ensino de Sociologia. 1. ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020, p. 335-339. Disponível em: https://www.academia.edu/43825857/Dicion%C3%A1rio_do_Ensino_de_Sociologia

da pele, com base em supostas diferenças biológicas, quando, de fato, essas diferenças biológicas foram provadas pela ciência como não existentes” (THORPE *et al.*, 2016, p. 343). É a “atribuição de características de superioridade ou inferioridade a uma população que compartilha certas características fisicamente herdadas. O racismo é uma forma específica de preconceito, concentrado em variações físicas entre pessoas” (GIDDENS, 2012, p.802). Na atualidade, o racismo se manifesta como racismo estrutural, racismo institucional, racismo recreativo e racismo ambiental. O racismo institucional refere-se a “padrões de discriminação baseados na etnicidade, que se tornam estruturados em instituições sociais existentes” (GIDDENS, 2012, p.802). Se manifesta quando, por exemplo, um governo ou empresa adotam práticas racistas. O racismo recreativo⁴⁵¹ se refere a uma política cultural que utiliza o humor para hostilizar minorias raciais. Trata-se de um mecanismo que propaga manifestações racistas sob o argumento “é só uma piada”. O Racismo Ambiental é o “ato de ignorar os direitos ambientais dos grupos minoritários, por exemplo, expondo pessoas a produtos químicos perigosos ou destruindo sua terra natural” (YUILL e THORPE, 2019, p.155). O sociólogo estadunidense Robert Doyle Bullard, é referência em estudos do racismo ambiental (ou ecorracismo). As pesquisas de Bullard apontam que os aterros sanitários (lixões), predominantemente, não são instalados segundo critérios técnicos, são localizados em bairros cuja população é de maioria negra, mesmo em cidades com menor população negra. Trata-se de ausência de justiça ambiental (vide justiça ambiental).

Para refletir: que práticas de exploração se fundamentam na crença de que uma característica visível de um determinado grupo – como, por exemplo, a cor da pele – indica sua inferioridade e justifica sua discriminação?

⁴⁵¹ O conceito foi desenvolvido pelo jurista Adilson José Moreira, no livro “O que é Racismo Recreativo?” (ed. Letramento, 2018).

Reciprocidade:

diz respeito ao fenômeno da troca como forma de interação social. É condição necessária para a vida em sociedade, uma vez que, sem trocas materiais, verbais ou simbólicas, a interação social fica inviabilizada. Observa-se reciprocidade em situações cotidianas, como em uma conversa, quando um dos agentes se comunica e o interlocutor dá a contrapartida na forma da atenção (BOMENY *et al.*, 2013). “Tão importante é essa troca que, em muitas situações, vigora uma *norma de reciprocidade*, pela qual espera-se que ‘complete o círculo’, seja em conversa, em oferecimento de um presente ou em declarações de compromisso, como ‘eu amo você’” (JONHSON, 1997, p.190). “Numa conversa, por exemplo, enquanto uma pessoa fala, a outra geralmente dá alguma coisa em troca, sob a forma de atenção — olhando para a pessoa que fala, inclinando a cabeça, murmurando palavras de assentimento, fazendo perguntas ou, de alguma outra maneira, demonstrando interesse — sem a qual o indivíduo que fala tenderá a sentir a impressão de que alguma coisa está faltando ou até mesmo achar difícil continuar a falar” (idem).

Para refletir: que tipo de afeto se sustenta na falta de reciprocidade?

Rede social:

é um conjunto limitado de indivíduos, ligados entre si pela troca de recursos materiais ou emocionais. Trata-se de um conjunto de laços formais e informais que conectam as pessoas. “Consiste no conjunto de vínculos informais e/ou formais que conectam as pessoas entre si, seja em formas de organização mais livres ou na vida social” (GIDDENS e SUTTON, 2017). Talvez a melhor maneira de pensar sobre uma rede seja enxergá-la como uma estrutura em formato de teia, na qual as pessoas, grupos ou organizações são os

pontos (os nós) onde as linhas verticais e horizontais,. As redes sociais têm camadas diretas que incluem, por exemplo, grupos de amigos e, camadas indiretas, que incluem amigos de amigos. A partir de estudos sociológicos que analisam a composição de redes sociais, pode-se, por exemplo, indicar laços sociais configurados com base no racismo, em posicionamentos políticos, em padrões de consumo e/ou até mesmo indicar o padrão de contágio de uma determinada doença. Pode-se indicar também a desigualdade de gênero, uma vez que, por motivos predominantemente histórico-culturais, as redes dos negócios e da política das mulheres podem ser mais fracas ou menores do que as dos homens, o que diminui seu poder **de** influência nessas esferas. O fato é que as redes sociais podem configurar apoio psicológico, econômico e profissional. Neste contexto, a expressão rede egocêntrica “é um termo técnico da sociologia que se refere a uma rede social entendida do ponto de vista de um indivíduo. É a rede social pessoal” (GABLER, 2010, p.137). Ou seja, compõe sua rede egocêntrica aquelas pessoas conectadas diretamente a você, tais como seus amigos, seus pais, seus colegas, seus professores. Entre as pessoas da rede egocêntrica de um indivíduo, aquelas que podem contribuir no enfrentamento das situações adversas, são chamadas de redes de apoio. Por exemplo, diante de um acidente automobilístico ou de um eventual rombo financeiro, são aquelas pessoas com quem você pode contar para te ajudar. Destaca-se que nem todo mundo que faz parte da sua rede egocêntrica, é parte da sua rede de apoio. As redes de apoio são consideradas fundamentais para o enfrentamento dos problemas da vida humana, a ponto de serem consideradas um dos determinantes sociais da saúde.

Para refletir: em suas redes sociais, quem faz parte da sua rede de apoio? As redes sociais virtuais, aquelas que se configuram na rede mundial de computadores e/ou a partir de aplicativos, servem para proporcionar apoio psicológico, econômico e profissional? Substituem as redes sociais “humanas e reais”?

Relativismo:

quando compreendemos o “outro” nos seus próprios valores e não nos nossos, quando pensamos na ação de um membro de uma cultura a partir da cultura dele, praticamos relativismo. Relativismo é uma forma de pensar em que se “compreende que cada manifestação cultural é legítima quando avaliada de acordo com seus próprios critérios” (SILVA *et al.*, 2016, p. 74). Esse conceito se opõe à opinião, muito comum, de que os costumes de uma dada sociedade (“da minha”) representam códigos morais universais e absolutamente corretos, ou que os gostos e preferências de seu povo não são apenas uma manifestação da engenhosidade humana, entre centenas de outras, mas são “A” manifestação cultural correta. Ou seja, relativismo cultural é um conceito que se refere ao fato de que aquilo que é considerado como verdadeiro, valorizado ou esperado em uma cultura (grupo étnico), talvez não o seja em outra. E que está tudo bem assim. Trata-se de oposição ao etnocentrismo.

Para refletir: como a polarização política dificulta o relativismo? O relativismo deve levar à aceitação de todo o tipo de comportamento cultural?

Religião:

é uma instituição social que evidencia um sistema de crenças no sobrenatural, envolvendo majoritariamente deuses ou divindades. Trata-se de um sistema de crenças e práticas relacionadas com o sagrado e que congrega as pessoas que a seguem. Implicam igualmente um conjunto de símbolos; sentimentos e práticas (cerimônias e rituais) religiosas. Trata-se de “a) espécie de amparo mediante às dúvidas e medos que envolvem os indivíduos a respeito das visões do mundo; b) formas sociais pelas quais a coletividade expressa segurança e confiança em algo, crendo e

obtendo forças; c) conjunto de símbolos e significados que implicam sentimento de reverência ou de temor; d) crenças e práticas relativas às coisas consideradas “sagradas” em oposição às coisas classificadas como “profanas”; e) adesão a uma realidade coletiva; f) sistema simbólico de comunicação e de pensamento” (PAIVA⁴⁵², 2020, p. 353). Refere-se a um “conjunto de crenças a que aderem os membros de uma comunidade, envolvendo símbolos considerados com um senso de admiração ou reverência, juntamente com rituais que participam os membros da comunidade [...] embora seja difícil de fazer distinções entre religiões e magia, também se acredita que a magia seja praticada principalmente por indivíduos, ao invés de ser foco de rituais comunitários” (GIDDENS, 2012, p.802). Existe uma área na Sociologia para estudar a religião, chamada Sociologia da Religião. Os clássicos da Sociologia abordaram a temática da religião. Karl Marx aponta a religião como o ópio do povo. Para ele a religião contém um forte elemento ideológico: ela proporciona justificativa para as desigualdades de riqueza e de poder encontradas na sociedade. Marx desconfiava particularmente das fés que ofereciam a oferta de recompensas divinas, pois ele acreditava que as pessoas que esperavam ser recompensadas no céu podiam ser menos propensas a exigir o que merecem na Terra. Por sua vez, Émile Durkheim acreditava que a religião era essencial para a solidariedade social; ela é relevante por causa das funções coesivas que possui, ela é parte fortalecedora da consciência coletiva, pois garante que as pessoas se encontrem regularmente para afirmar crenças e valores comuns. Para Max Weber a religião desempenha um papel significativo nas mudanças sociais e teve, como ele aponta em a “Ética protestante e o espírito do capitalismo”, um papel significativo no desenvolvimento do capitalismo ocidental.

⁴⁵² PAIVA, Andréa Lúcia da Silva de. RELIGIÃO, o ensino de Sociologia e a: In: BRUNETTA, Antonio Alberto (org.); BODART, Cristiano das Neves (org.); CIGALES, Marcelo Pinheiro (org.). Dicionário do Ensino de Sociologia. 1. ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020, p. 353-356. Disponível em: https://www.academia.edu/43825857/Dicion%C3%A1rio_do_Ensino_de_Sociologia

Embora tivessem opiniões diferentes sobre a religião, os clássicos da sociologia apontavam para o declínio da influência da religião nas sociedades [vide secularização]. Judaísmo, cristianismo, islamismo, hinduísmo e budismo são as cinco grandes religiões mundiais atuais. Uma religião não é uma igreja, uma seita ou um culto. Vide igreja, seita e culto.] A religião também não pode ser confundida com religiosidade. Religiosidade é o grau de importância atribuído à religião na vida das pessoas. A religiosidade pode ser mensurada considerando variáveis tais como o conhecimento a respeito de determinada religião, a frequência aos rituais e/ou pela frequência na aplicação de princípios religiosos em sua vida cotidiana. Neste contexto, frequentemente os estudos sobre o grau de religiosidade das pessoas, os associam com variáveis como grau de escolaridade, renda, gênero e pertencimento étnico (BRYM *et al.*, 2008).

Para refletir: uma eclésia, na Sociologia, é uma igreja apoiada pelo Estado ou até mesmo uma religião considerada religião de Estado. Religiões de Estado tendem a impor desvantagens a seus não-membros e vantagens aos seus membros, bem como tendem a reforçar a intolerância a outras religiões. São exemplos de eclésias o Islamismo no Irã e o Catolicismo na Itália. Eclésias tendem a configurar o oposto do Estado Laico ou secular. Como se configura a relação entre religião e Estado no Brasil atual? Que consequências esta forma de configuração pode ter?

Reprodução cultural e reprodução social:

reprodução cultural é o processo social pelo qual culturas são reproduzidas através de gerações, sobretudo pela influência socializante de grandes instituições (JOHNSON, 1997, p.198). Trata-se da transmissão de valores ou normas culturais de geração a geração,

fazendo com que as novas gerações sejam culturalmente parecidas com as gerações antecedentes. “Refere-se aos mecanismos pelos quais a continuidade da experiência cultural é mantida ao longo do tempo. Os processos de escolarização nas sociedades modernas estão entre os principais mecanismos de reprodução cultural, e atuam de maneiras profundas por meio do currículo oculto [vide currículo oculto] – aspectos do comportamento que os indivíduos aprendem de maneira informal enquanto na escola” (GIDDENS, 2012, p.812). A reprodução cultural é uma parte da reprodução social. Por reprodução social entende-se o processo que faz com que todas as características estruturais (culturais, econômicas, hierárquicas, estratificantes) de uma sociedade sejam transferidas de uma geração para outra. Trata-se de processo social pelo qual, através de gerações, as sociedades mantêm valores, normas, instituições e estratificações sociais.

Para refletir: o que faz com que jovens da classe trabalhadora acabem atuando em empregos da classe trabalhadora? O que faz com que os filhos das pessoas das classes trabalhadoras tenham hábitos, comportamentos e valores semelhantes aos dos pais? O que faz com que jovens da classe trabalhadora tendam a permanecer na mesma classe social que a dos pais.

República:

República é a forma de Governo em que a Chefia do Estado é exercida por mandatários não hereditários. A república rejeita a figura do rei. O chefe de Estado é escolhido pelo voto popular, cuja vontade é considerada soberana. Seu mandato tem prazo delimitado e seu sucessor também deve ser escolhido pelo voto popular. Mas a república é o “oposto” de monarquia e não de ditadura. Democracia é o oposto de ditadura (ou autocracia) e não de monarquia. Ou seja, existem repúblicas democráticas (Islândia, Finlândia e Suíça, por

exemplo) e repúblicas ditatoriais (Coréia do Norte, Chade e Turquemenistão, por exemplo). Ao passo que existem monarquias democráticas (Noruega, Dinamarca e Suécia, por exemplo) ou monarquias ditatoriais (Arábia Saudita, Omã e Suazilândia, por exemplo). Existem governos monárquicos com práticas mais democráticas do que governos republicanos. As repúblicas podem ser presidencialistas ou parlamentares. Uma república pode ser associada a uma religião, como no caso de uma república islâmica; um sistema econômico, como em uma república socialista; ou um sistema de governo, como uma república parlamentar.

Para refletir: O Brasil é uma República Federativa Presidencialista. No dia 15 de novembro, comemoramos a Proclamação da República, ocorrida em 1889. A Proclamação da República foi produto de um golpe militar liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca, que depôs o Imperador D. Pedro II, inaugurando a chamada “Primeira República” ou “República Velha” (1889-1930). Logo depois, com a Constituição promulgada em 1891, nos tornamos uma nação presidencialista. Deixamos de ser uma nação presidencialista por um breve período durante o mandato de João Goulart (entre 1961 e 1963), em que o Brasil se tornou uma República Parlamentarista. O que o Brasil conquistou em seu período republicano? Como você acredita que o Brasil seria se tivéssemos nos mantido em um sistema monárquico?

Ritos (de iniciação e de passagem):

Ritos de iniciação são realizados quando o indivíduo passa a fazer parte de um novo grupo ou atinge um novo status social. Por exemplo, o trote após aprovação no vestibular. Os ritos de passagem são as cerimônias que marcam a transição de um estágio da vida para outro ou de um status social para outro. Trata-se de celebrações que marcam mudanças de status de uma pessoa no seio de sua comunidade. Por exemplo, formatura (de estudante para profissional) ou casamento (de solteiro para casado). “É importante notar que o rito de passagem envolve uma cerimônia socialmente reconhecida. Nesse sentido, experiências (tais como a primeira experiência sexual), popularmente mencionadas como ritos de passagem, na verdade não o são, uma vez que não há um rito *per se* (não há, por exemplo, na maioria das sociedades industriais, uma mudança geralmente reconhecida na posição social associada ao ato de praticar sexo pela primeira vez)” (JOHNSON, 1997, p. 201).

Para refletir: a que ritos você já foi submetido? O que você pensa deles?

S

Self:

é um conjunto relativamente estável de percepções sobre quem somos em relação a nós mesmos, aos outros e aos sistemas sociais. É organizado em torno de um *autoconceito*, (ideias e sentimentos que temos sobre nós mesmos), da identidade social (ideias culturais sobre os status sociais que ocupamos - [vide identidade social]) e de um eu ideal (que consiste em ideias sobre quem deveríamos ser, e não sobre quem realmente somos). É socialmente construído na interação com outras pessoas, mas nesta construção o indivíduo não é participante passivo, porque responde de maneira específica ao que vive. Diversas teorias tentam explicar o Self. Por exemplo, a teoria denominada "*looking glass self*", ou "si espelho"/ "eu de espelho", de Charles Horton Cooley⁴⁵³, afirma que a avaliação que o outro faz de uma pessoa afeta e, potencialmente, modifica a visão que essa pessoa tem de si mesma. Nesta perspectiva, acredita-se que a auto-imagem de uma pessoa se constitui a partir da maneira como ela acha que as outras pessoas a veem. Ou seja, na interação, aprendemos a ver a nós mesmos através dos olhos dos outros, isto é, do conceito que fazem de nós, e a partir disso derivamos nossas próprias concepções a nosso respeito. Desta forma, tem-se que o self é social "porque quando nos olhamo-nos, quando nos percebemos, não percebemos apenas sob nosso ponto de vista, mas

⁴⁵³ COOLEY, Charles Horton. O self social: o significado do Eu. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 16, n. 47, p. 173-192, agosto de 2017. (tradução, obra original de 1909).

também sob o ponto de vista do ‘outro’” (BAPTISTA⁴⁵⁴, 2016, p. 121). De qualquer forma, O “si espelhado” é o começo, a base da construção identitária e na interação com os outros o indivíduo se define e redefine continuamente.

Para refletir: quem você é na perspectiva dos outros? Como os teus colegas te veem? Eles te veem como você realmente é? A imagem que fazem de você te faz bem? Você quer perpetuar a imagem que faz de você?

Sanções normalizadoras:

na essência de todos os mecanismos de produção de disciplina e dos comportamentos socialmente desejados, funciona um sistema parecido com um tribunal, que pune os comportamentos considerados inadequados e gratifica os comportamentos desejáveis. Estas ações de gratificação e punição [micropenalidades] são chamadas de sanções normalizadoras. Trata-se de um conceito associado com Michel Foucault (1926-1984) e refere-se a “qualquer reação das pessoas ao comportamento de um indivíduo ou grupo que visa garantir a adesão a determinada norma” (GIDDENS, 2012, p.664); bem como a “reação aprovativa ou reprovativa de um grupo ou sociedade a formas de comportamentos admitidas ou condenadas” (PANSANI, 2009, p.128).

Para refletir: na sala de aula em que você estuda, que sanções normalizadoras são utilizadas? Quem as utiliza? Você efetua ações que buscam normalizar a ação do outro?

⁴⁵⁴ BAPTISTA, Iuri Y. F. A imaginação na sociologia de Charles Cooley. Revista Ciências Humanas, v. 9, n 2, edição 17, p. 116 - 125, Dezembro 2016.

Secularização:

refere-se a “um processo de declínio da influência da religião em determinado grupo ou sociedade” (GIDDENS, 2012, p.803). “O processo no qual a religião e suas instituições perdem significado social” (THORPE *et al.*, 2016, p. 343). Max Weber via a secularização como uma tendência, tendo em vista a crescente racionalização (vide racionalização) da sociedade. A tese da secularização de Max Weber tem sido questionada porque se observa que, em tempos atuais, a religião tem se tornado cada vez mais influente na vida de uma parcela da população. No entanto, os defensores da tese afirmam que o que tem ocorrido é um aumento de adeptos a religiões, mas que a autoridade dos religiosos tem reduzido significativamente na vida das pessoas.

Para refletir: O sociólogo Bryam Wilson (1926-2004), estudioso da religião até o fim da sua vida, afirmava que a religião perdeu seu significado social, porque nos estudos que ele fez, constatou que cada vez menos pessoas se envolviam com práticas religiosas e acreditavam no pensamento religioso, bem como cada vez menos as organizações religiosas se envolviam com as questões de Estado. As afirmações de Wilson são válidas para a sociedade brasileira atual? Como explicamos o crescente fundamentalismo (vide fundamentalismo) evidenciado em algumas manifestações religiosas nacionais?

Segregação de audiência:

como conceito associado com a perspectiva teatral, segregação da audiência consiste em alguém certificar-se de que o comportamento em relação a uma plateia (audiência) permanece desconhecido de outra plateia. Por exemplo, adolescentes

frequentemente tentam segregar seus amigos dos pais justamente porque as expectativas de ambos podem colidir, ou seja, porque cada plateia espera (está acostumada) com um tipo de personagem. Talvez, com seus amigos, o adolescente fale palavrões e porte-se como adulto com total liberdade e diante dos pais o mesmo demonstre dependência e submissão. Para evitar que cada uma destas audiências veja os comportamentos demonstrados perante a outra, o adolescente faz segregação da audiência. Assim, não raro, o adolescente expressa desconforto quando um familiar se aproxima de seu grupo de colegas de classe.

Para refletir: A segregação da audiência pode ter quais efeitos na dinâmica das relações familiares? O que você busca esconder quando pratica segregação da audiência?

Segregação:

envolve a separação espacial e institucional de grupos sociais minoritários. “Exclusão de grupo minoritário da plena participação nos assuntos da sociedade” (SCURO, 2004, p.404). “Segregação é o estabelecimento de uma fronteira social ou espacial que aumenta as desvantagens de grupos discriminados” (SILVA et al., 2016, p.117). “Segregação é a separação, por razões sociais, de um grupo em relação a outro, em geral perpetuando condições de desigualdade e opressão social. O Apartheid foi a política oficial de segregação racial na África do Sul” (JOHNSON, 1997, p.208). Podemos falar em diferentes tipos de segregação, tais como a segregação socioespacial e a segregação ocupacional de gênero. A segregação socioespacial consiste na concentração de determinadas classes ou camadas sociais em certas regiões ou bairros da cidade: está associada à camada da população que passa a habitar lugares distantes do centro urbano (que concentra o comércio e as

possibilidades de trabalho), sem infraestrutura de serviços públicos (SILVA *et al.*, 2016). O processo de gentrificação favorece a segregação socioespacial. Por sua vez, a segregação ocupacional de gênero refere-se “a maneira como homens e mulheres se concentram em diferentes tipos de trabalho com base na compreensão prevalente do que é trabalho apropriado para homens e mulheres” (GIDDENS, 2012, p.803).

Para refletir: Você já ouviu falar em classe especial ou em escola especial? Uma escola como a *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaie)* configura um exemplo de segregação? Escolas como a APAE devem continuar existindo?

Segurança alimentar e soberania alimentar:

segurança alimentar é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. É um conceito paralelo ao de Soberania Alimentar. A soberania alimentar é um conceito utilizado para se referir à interpretação de que as pessoas que produzem, distribuem e consomem alimentos devem controlar os mecanismos e políticas de produção e distribuição de alimentos. O conceito é usado para contrastar com o atual regime alimentar corporativo, no qual as empresas e instituições de mercado dominam o sistema global de alimentos. Também abrange o direito das pessoas a alimentos saudáveis e adequados ao contexto cultural das pessoas que os consomem, e o direito de definir seus próprios sistemas de alimentação e agricultura. O conceito foi criado em 1996, pelos

membros da Via Campesina. A soberania alimentar é considerada fundamento para a verdadeira segurança alimentar.

Para refletir: em um país que, como o nosso, vive o paradoxo de ser um dos maiores exportadores globais de alimento e de, concomitantemente, ter milhares de pessoas em condição de fome, existe soberania alimentar? Na região em que você vive, existe soberania alimentar? Sem soberania alimentar uma nação pode garantir segurança alimentar?

Separação dos poderes:

O filósofo francês Charles-Louis Secondat (1689-1755), conhecido como Montesquieu, elaborou a ideia de divisão dos poderes ou funções do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário). Trata-se de um contraponto ao modelo absolutista [vide Estado Absolutista]. Ou seja, o objetivo é limitar o poder dos governantes, para ampliar as garantias das liberdades individuais. A separação dos poderes definiu diferentes limitações e dimensões do poder político do Estado. Cada Poder possui suas especialidades e funções típicas. No Brasil, o Poder Executivo, eleito periodicamente, dirige e administra o Governo e, ainda, preside o Estado. O Poder Legislativo, escolhido também por pleitos periódicos, elabora as leis com a sanção do Executivo e anuência do Judiciário, cujos membros, exercendo suas funções em caráter vitalício, aplicam as leis, decidem os conflitos suscitados pelos cidadãos entre si e pelos cidadãos contra o Estado, supostamente sempre observando o expresso na Constituição Federal. Essa divisão de funções é um dos fundamentos permanentes do Estado de Direito Democrático, em todas as democracias contemporâneas.

Para refletir: no Brasil, a relação atual entre representantes dos três poderes tem sido marcada por alinhamentos e oposições. Neste contexto, o poder executivo tem constituído estratégias para dominar grande parte do poder legislativo. O que você pensa sobre a relação entre os três poderes no Brasil? O que poderia ser feito para impedir o controle dos representantes de um poder em relação aos representantes de outro poder?

Sexismo:

Sexismo refere-se ao “preconceito e tratamento injusto de alguém pelo simples fato de ser mulher ou homem” (YUILL e THORPE, 2019, p.153). Trata-se do “preconceito, discriminação ou estereótipo de pessoas por serem do sexo masculino ou feminino” (THORPE *et al.*, 2016, p. 343). Destaca-se que “os paralelos entre sexismo e racismo são nítidos e claros. Cada um deles incorpora falsas suposições sob a forma de mito. E, assim como o racista é aquele que proclama, justifica ou pressupõe a supremacia de uma raça sobre outra, da mesma forma, o sexista é aquele que proclama, justifica ou pressupõe a supremacia de um sexo (adivinha qual) sobre o outro⁴⁵⁵”. Desta forma: “racismo e sexismo são semelhantes no que diz respeito aos aspectos centrais de seus mecanismos de funcionamento. Diferenças categoriais são construídas em ambos os casos - por exemplo, entre homens e mulheres, entre heterossexuais, homossexuais e bissexuais, entre negros, brancos e asiáticos, entre alemães ou europeus e turcos, ou entre cristãos, judeus e muçulmanos [...] tanto nos casos de racismos como de sexismos, as respectivas atribuições categoriais de diferenças são utilizadas para legitimar formas de estratificação e de segregação. O lugar apropriado de uma pessoa dentro - ou também fora - de uma sociedade é deduzido a partir de seu pertencimento a determinado grupo e das características específicas que são atribuídas aos diversos

⁴⁵⁵ Disponível em: < <http://scriptorium.lib.duke.edu/wlm/vanauken>>.

grupos sociais. As mulheres, por exemplo, deveriam então pertencer ao lugar onde seus filhos estão e os negros, a lugares fora da Europa” (KERNER e TAVOLARI⁴⁵⁶, 2012, p.48). Desta forma, em lógicas sexistas, o gênero produz, por um lado, *inclusão* - a das mulheres na esfera da família e da vida doméstica - e, por outro, *subordinação* nas arenas do trabalho e da política (idem).

Para refletir: como o sexismo se manifesta em suas interações cotidianas? Que fatos exemplificam a existência de sexismo na sua experiência de vida?

Sexo:

aqui não se trata do ato. Neste caso, sexo se refere a certas características anatômicas e hormonais de um determinado indivíduo. Está associado com órgãos genitais e às formas do corpo, isto é, aos aspectos anatômicos de cada um (SILVA *et al.*, 2016, p.328). “O sexo diz respeito às características físicas do corpo; já o gênero diz respeito a formas socialmente aprendidas de comportamento” (GIDDENS, 2012, p.803). Quanto ao sexo, empregam-se os termos feminino/fêmea (para as pessoas dotadas de vagina), intersexual (para aqueles dotados de genitália ambígua) ou sexo masculino/macho (para indivíduos dotados de pênis). Sexo é “classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais. Ao contrário da crença popular, reiterada em diferentes discursos, a categoria sexo

⁴⁵⁶ KERNER, Ina e TAVOLARI, Bianca. Tudo é interseccional?: Sobre a relação entre racismo e sexismo. Novos estudos CEBRAP [online]. 2012, n. 93 [Acessado 9 Abril 2022] , pp. 45-58. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000200005>>. Epub 14 Set 2012. ISSN 1980-5403. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000200005>.

não se configura como uma dualidade simples e fixa entre indivíduos deste e daquele sexo (binarismo ou dimorfismo sexual), mas, isso sim, como um contínuo complexo de características sexuais” (JESUS, 2012, p.24)⁴⁵⁷.

Para refletir: como a nossa anatomia biológica interfere nas relações sociais que vivenciamos desde o nascimento? O que muda da vida de uma pessoa pelo fato de a mesma possuir ou não um pênis ou um par de seios?

Sexualidade:

é um conceito amplo que está associado com as características sexuais e o comportamento sexual dos seres humanos. O sociólogo britânico Jeffrey Weeks⁴⁵⁸, afirma que nossa sexualidade está relacionada com identidades de raça, gênero, classe, geração e que esses vários marcadores sociais interferem na nossa forma de viver a sexualidade. Ou seja, que nossa sexualidade é tecida na rede de todos os pertencimentos sociais que abraçamos. Neste contexto, nossos desejos e interesses individuais e nossos múltiplos pertencimentos sociais, podem nos incitar ("empurrar") em várias direções; mas, nós tememos a incerteza, o desconhecido, o perigo de não ter uma identidade sexual ou uma sexualidade fixa. Por isso, tentamos fixar uma identidade sexual e uma forma de viver a sexualidade, afirmando que o que somos agora é o que, na verdade, sempre fomos. Para Weeks (1998), neste contexto, geralmente o corpo é usado **como** referência central. Nossos corpos constituem-

⁴⁵⁷ JESUS, Jaqueline G.; Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos – Guia Técnico sobre Pessoas Transexuais, Travestis e demais Transgêneros,) para formadores de Opinião. Brasília: 2012. Disponível em: <http://www.diversidadese sexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>

⁴⁵⁸ WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. *O corpo educado*, v. 2, p. 35-82, 1998.

se na referência que ancora, por força, a sexualidade. Ora, socialmente, o corpo é aparentemente inequívoco (não erra), evidente por si; em consequência, esperamos que o corpo dite a nossa sexualidade, sem ambiguidades nem inconstâncias. O problema é nossos corpos são elementos inconstantes, suas necessidades e desejos mudam, se alteram com a passagem do tempo, com a doença, com mudanças de hábitos alimentares e de vida, com possibilidades distintas de prazer ou com novas formas de intervenção médica e tecnológica, bem como são significados pela cultura e, continuamente, por ela alterados. Além disso, às vezes, as necessidades sexuais que alguém experimenta estão em discordância com a aparência de seu corpo. Com essas reflexões, Weeks (1998) defende que a sexualidade não é algo arraigado ao corpo; que a sexualidade tem tanto a ver com ideias, valores e crenças, quanto com o corpo.

Para refletir (ou pesquisar): os desejos sexuais heterossexuais são inatos (nascem com a pessoa) ou são adquiridos? Os desejos sexuais homossexuais são inatos (nascem com a pessoa) ou adquiridos? A sexualidade é inata ou adquirida? As formas de viver e/ou evitar viver os desejos sexuais hétero ou homossexuais, são inatas ou adquiridas?

Sincretismo religioso:

é a fusão de diferentes cultos ou doutrinas religiosas, com reinterpretação de crenças e adoção de novas práticas ritualísticas; é a união de “religiões” diferentes, com a manutenção de traços perceptíveis das doutrinas originais. Trata-se da associação das práticas de duas ou mais culturas religiosas, às vezes resultando em uma terceira cultura diferente das duas iniciais. É presente na maioria das religiões, até mesmo naquelas de igrejas dominantes,

como o catolicismo, que a partir do contato com os povos europeus, associa o Nascimento de Cristo com o Natal, embora o Natal fosse originalmente uma festa pagã que celebrava o solstício de inverno e o nascimento anual do Deus Sol. O sincretismo religioso é um traço da cultura religiosa brasileira. De fusões de cultos africanos Angolas, Congos, Fons, Malês e Iorubás com crenças e práticas do catolicismo, nascem cultos como a Umbanda, com associação dos Orixás do Candomblé e Santos Católicos.

Para refletir: existiria uma religião pura, que não incorpora nenhum elemento de outras culturas religiosas?

Sistema Educacional Brasileiro:

A atual estrutura do sistema educacional regular compreende a educação básica e a educação superior. A educação básica é obrigatória a partir dos quatro anos de idade e formada pela educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio (regular ou técnico). A educação superior pode ocorrer nas modalidades presencial e à distância, nos níveis de graduação (em cursos de licenciaturas, bacharelados e cursos tecnológicos) e de pós-graduação (em mestrados e doutorados e cursos de especialização). Neste contexto, além do ensino regular, a educação especial, a educação de jovens e adultos e a educação do campo, integram o sistema educacional brasileiro. O ensino de nível técnico é ministrado de forma independente do ensino médio regular, nos formatos concomitantes, integrados ou subsequentes ao ensino regular. As escolas brasileiras podem ser públicas (federais, estaduais e municipais), privadas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei n.º 9.394 de 1996, conhecida como LDB – e as diretrizes gerais da Constituição Federal de 1988 – que determina que a educação

básica é um direito de todos os cidadãos – definem a estrutura do sistema educacional brasileiro. Neste contexto, os programas educacionais são pensados a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), prevista LDB como um conjunto de orientações de aprendizagem dos alunos para atingir metas educacionais.

Para refletir: se você tivesse o poder de alterar o sistema educacional brasileiro, como você o faria? Como você configuraria o sistema educacional se você pudesse decidir cada detalhe de seu funcionamento? Tente justificar suas escolhas.

Sistema político brasileiro:

o Brasil é uma república federativa constitucional presidencialista, que, supostamente, adota um regime democrático de governo. É chamada de República, porque o Chefe de Estado é eleito pelo povo, por período determinado. É República Federativa (e não unitária), porque os estados têm autonomia política. É constitucional porque é regido por uma constituição. É presidencialista porque o presidente da República é Chefe de Estado e também Chefe de Governo. A Constituição Federal de 1988 contempla em seu texto a estrutura política adotada no país, estabelecendo um sistema político pluripartidário, ou seja, admite a formação legal de vários partidos. Há dois períodos diferentes para eleições no Brasil. Um para votar para presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais e outro para escolher prefeitos e vereadores. Nestes períodos eleitorais, para os cargos do executivo e para escolha dos senadores, o sistema majoritário (quem tem mais votos) define os candidatos vencedores e para os demais cargos há o sistema proporcional. Neste contexto, o Estado brasileiro está organizado em três Poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Estes três poderes estão subdivididos

prioritariamente em três esferas administrativas: federal, estadual e municipal. Os três poderes são caracterizados pela nossa Constituição Federal como independentes e harmônicos, isto é, entre eles existe autonomia sem hierarquia. Geograficamente, o sistema político brasileiro está organizado em 26 estados federados, o Distrito Federal e 5570 municípios.

Para refletir: poderíamos dizer que o legislativo goza de um poder decisivo ou pelo menos significativo no processo político do Governo Federal Brasileiro? Seria possível alicerçar a estrutura do Governo sem o Legislativo? O Governo que não estivesse ladeado por um poder legislativo capaz de oferecer espaço político à oposição, não degeneraria necessariamente em órgão autocrático? Qual o grau de importância que o brasileiro atribui ao voto para representantes do legislativo federal? Se você perguntar aos seus pais para quem eles votaram para deputados federais ou senadores, você acha que eles saberiam responder? Pois pergunte!

Sistema Social:

um sistema pode ser definido como um conjunto de elementos ou partes interdependentes que podemos considerar como um todo. Um sistema social é conjunto de indivíduos, grupos ou instituições sociais que formam um todo, uma unidade social. Trata-se de qualquer conjunto interdependente de elementos culturais e estruturais que podem ser considerados uma unidade. Um sistema social pode ser gigante, pequeno, simples, complexo (JOHNSON, 1997). Sistema Social também pode ser definido como “conjunto de partes interdependentes, formando uma unidade funcional (isto é, tendo em vista suas finalidades, aspectos evolutivos, utilidade e equilíbrio) - tais como grupos sociais, organizações, e sociedades, que podem ser descritas em termos de estruturas e processos”

(SCURO, 2004, p.246). Trata-se do “conjunto formado pela interação de diferentes elementos da sociedade, de tal modo que qualquer alteração em um elemento interfere no desempenho do todo. É um conceito utilizado para conceber a sociedade como se fosse formada por diferentes partes que estabelecem interdependência entre si (SILVA, *et al.*, 2013, p. 21). Uma escola, uma rede escolar, uma família, um time de futebol, uma loja, uma organização empresarial, um grupo de amigos, o exército, um governo, as Nações Unidas, a economia mundial, uma sociedade, são exemplos de sistemas sociais. O sociólogo norte americano Talcott Parsons (1902-1979) deu relevância ao conceito de Sistemas Sociais ao defender que a sociedade encontra-se bem integrada e em equilíbrio quando as famílias educam bem as novas gerações, quando os militares defendem satisfatoriamente a sociedade de ameaças externas, quando as escolas ensinam às crianças as habilidades e os valores de que elas precisam para funcionar como adultos produtivos e quando as religiões criam um código moral compartilhado pelas pessoas” (PARSONS, 1951).

Para refletir: pense na sua família como um sistema social. Como ela funciona? Que elementos modificam seu funcionamento? Qual o papel esperado de cada elemento que a compõe?

Smith, Adam (1723-1990):

economista e filósofo britânico nascido na Escócia, autor da clássica obra “A Riqueza das Nações⁴⁵⁹”. Embora não seja um sociólogo, é

⁴⁵⁹ SMITH, Adam. (1776). **A Riqueza das Nações:** Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4881/mod_resource/content/3/CHY%20A%20Riqueza%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es.pdf. Acesso em 11/03/2020.

fundamental para discussões sobre Sociologia do Desenvolvimento e Sociologia Política. É considerado o pai da economia moderna e o teórico mais relevante do Liberalismo Econômico. Desta perspectiva, ele argumentava que o sistema econômico ideal seria governado exclusivamente pelo interesse individual operando em um mercado competitivo aberto, sem interferência do governo ou de forças destrutivas do monopólio. Adam Smith ilustrou seu pensamento com a seguinte afirmação: "não é da benevolência do padeiro, do açougueiro ou do cervejeiro que eu espero que saia o meu jantar, mas sim do empenho deles em promover seu *auto-interesse*". Para ele, agindo pelo seu próprio interesse, as pessoas promoveriam o crescimento econômico e a inovação tecnológica, bem como se produziria uma sociedade próspera, que atenderia ao bem comum, através de empresas que produziriam bens que as pessoas desejariam e aos preços que estivessem dispostas a pagar. Com estas interpretações, Smith eternizou a expressão Mão Invisível.

Para refletir: como o seu auto-interesse move você? O interesse individual pode garantir o bem estar coletivo?

Soberania:

é soberano aquele Estado que, em relação ao seu próprio território, não possui superior na ordem externa, nem igual na ordem interna e que assim é reconhecido pelo seu povo e pelos demais países. A expressão soberania normalmente é "usada para se referir ao direito de uma nação à sua autodeterminação nos assuntos internos e em relações internacionais com outros países" (KELLY *et al.*, 2013, p.343). Trata-se do "direito ao poder supremo de um monarca, líder ou governo sobre uma área com uma fronteira clara" (GIDDENS, 2012, p.803). "Refere-se à prerrogativa de que o Estado deve estabelecer normas e condutas que pautarão a vida coletiva, em nível

interno, bem como o comportamento externo do Estado” (SILVA *et al.*, 2016, p. 149). Para Maluf⁴⁶⁰ (2007, p. 29) “soberania é uma autoridade superior que não pode ser limitada por nenhum outro poder.” É preciso destacar que o poder Soberano é um elemento essencial do Estado. Não existe Estado se este não tem soberania em relação a um determinado território. Neste contexto, soberania popular “é a doutrina pela qual o Estado está sujeito à vontade das pessoas, que são a fonte de todo o poder político. Esse princípio está consagrado na Constituição de 1988, no parágrafo único do artigo 1: ‘todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente” (SILVA *et al.*, 2016, p.117).

Para refletir: somos uma nação soberana? Nosso Estado que, em relação ao seu próprio território, não possui superior na ordem externa nem igual na ordem interna é reconhecido assim pelo seu povo e pelos demais países?

Socialismo:

Socialismo é “ideologia e método de governo que defende que o Estado deve ser o dono e o regulador das indústrias, e o controle central sobre a alocação de recursos, em vez de permitir que isso seja determinado pelas forças de mercado” (KELLY *et al.*, 2013, p.343). “Uma doutrina política que visa estabelecer igualdade social e econômica. Socialistas argumentam que, se a economia estivesse sob controle da maioria da população, seria criada uma estrutura social mais igualitária” (THORPE *et al.*, 2016, p. 343). “Doutrina que prega a primazia dos interesses da sociedade sobre os indivíduos, e defende a substituição da livre-iniciativa pela ação coordenada da coletividade, na produção de bens e na repartição

⁴⁶⁰ MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 27ª ed., r e v. e atual. pelo prof. Miguel Alfredo Malufe Neto; São Paulo: Saraiva, 2007.

de renda; sistema político que adota essa doutrina” (SCURO, 2004, p.92). “Para a doutrina socialista o sufrágio universal é apenas o ponto inicial do processo de democratização do Estado, enquanto para o liberalismo é o ponto de chegada” (SILVA *et al.*, 2016, p.117). Socialismo Marxista: “fase do desenvolvimento econômico que Marx acreditava ser um estágio fundamental de transição do Estado capitalista para o comunista” (KELLY *et al.*, 2013, p.343).

Para refletir: em sua opinião, quais são os aspectos positivos e negativos do socialismo?

Socialização:

é o processo por meio do qual, em interação com outras pessoas, aprendemos a viver em sociedade, aprendemos a ser membros da sociedade ou de grupos sociais quaisquer, bem como constituímos as qualidades que nos tornam plenamente humanos. Por meio da Socialização passamos a nos “vigiar” internamente, fiscalizando nosso próprio comportamento para verificar se ele está coerente com os padrões sociais e princípios morais de nossa cultura. Socialização é “o processo pelo qual a sociedade, comunidade, organização formal, ou grupo ensina seus costumes a seus membros (CHARON⁴⁶¹, 2002, p.29); “é o processo de assimilação dos códigos e padrões culturais de um grupo social por parte dos indivíduos que o constituem, contribuindo para integrá-los. Esse processo se inicia no nascimento e continua por toda a vida, por meio do contato permanente de uns com outros” (SILVA *et al.*, 2016, p. 90). É o processo pelo qual as pessoas “aprendem a se encaixar na sociedade e se comportar como esperado” (YUILL e THORPE, 2019, p.155); é o conjunto “processos sociais pelos quais

⁴⁶¹ CHARON, Joel M. Sociologia. Joel M. Charon; tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica de Paulo Sergio Nakazone. - São Paulo: Saraiva, 2002

novos membros da sociedade tomam ciência das normas e valores sociais, contribuindo para que adquiram um senso distinto de si próprio [*self*]. Os processos de socialização são contínuos pela vida toda” (GIDDENS e SUTTON, 2017, p.208). São mais significativos na infância, mas eles continuam por toda a vida, até um certo grau. Para Berger e Berger⁴⁶² (1980) socialização constitui a interiorização, pelos indivíduos, da realidade vivida, da cultura, das crenças e valores. Neste contexto, são considerados mecanismos de socialização os processos pelos quais o mundo exterior molda o mundo interior dos indivíduos, tais como a aprendizagem, a imitação e a identificação (SILVA *et al.*, 2016). A socialização pode ser dividida em primária e secundária. A primária refere-se a “contatos realizados por alto grau de afetividade, que constituem as relações diretas e de forte proximidade entre os integrantes, as interações face a face. É nessa fase que os indivíduos internalizam suas experiências e estabelecem, na maioria dos casos, relações sólidas e permanentes. Assim, tornam-se partes de um contexto social. Isso ocorre principalmente na infância, e a família é o melhor exemplo” (SILVA *et al.*, 2016, p. 92). Trata-se do “processo pelo qual as crianças aprendem as normas culturais da sociedade em que nasceram. Ocorre principalmente na família” (GIDDENS, 2012, p.803). Por sua vez, a socialização secundária “pode ser entendida como a socialização iniciada no final da infância e que continua pelo resto da vida adulta. Nesse momento, a criança é introduzida em novas e diferentes realidades sociais, mais específicas, o que normalmente acontecem nos espaços sociais fora da família nuclear” (SILVA *et al.*, 2016, p. 92).

⁴⁶² “BERGER, Peter. BERGER, Brigitte “Socialização: como ser um membro da sociedade”. In: FORACCHI, Marialice e MARTINS, José de S Sociologia e Sociedade. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1980. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/667298/mod_resource/content/1/Como%20ser%20um%20Membro%20da%20Sociedade%20Berger.pdf

Para refletir: o que exerce mais força sobre seu comportamento atual: a socialização primária ou secundária? Quais hábitos e aspectos da sua identidade você acha que tem origem nos processos da sua socialização primária?

Sociedade de risco:

“Noção associada ao sociólogo alemão Ulrich Beck. Ele defende que a sociedade industrial criou muitos novos perigos e riscos que eram desconhecidos em épocas anteriores. Os riscos associados ao aquecimento global são um exemplo” (GIDDENS, 2012, p.804). A revolução científica e tecnológica, que nos ofereceu progresso, agora é vista como responsável por introduzir problemas de desenvolvimento e riscos globais. Neste contexto, as “verdades científicas” são rapidamente mutáveis e surgem contradições entre cientistas e governantes, especialmente a respeito da resposta apropriada a estes riscos. Isto, entre outros fatores, provoca perda de respeito pelas instituições e pelos especialistas, cria incerteza e dúvida, e gera um sentimento de que vivemos em um mundo perigoso, que está além do nosso controle. O controle da natureza que, para gerações anteriores, parecia um fato incontestável a ser conquistado pela ciência e ação do homem, hoje parece quase impossível e nos sentimos, mais e mais, reféns de nossos atos como humanidade. As gerações que nos antecederam eram incapazes de imaginar os riscos a que nós estamos submetidos e isso exige novas respostas da sociedade. Nos deparamos com a percepção de danos globais irreparáveis; percebemos que, diante de determinados acidentes (por exemplo, os nucleares) ou incidentes, não podemos fazer com que as coisas voltem a ser como eram antes; constatamos que a ciência não pode prever tudo, nos deparamos com a imprevisibilidade de acidentes e/ou incidentes de escala global. Diante do risco, temos três possíveis respostas: 1. Negação (comportamo-nos como se o risco não

existisse ou fosse menor); 2. Apatia (reconhecemos que os riscos talvez existam, mas não fazemos nada em relação a eles); 3. Transformação (agimos de forma global e coletiva para vivermos de modo positivo sob a sombra do risco – nos preparamos para enfrentá-lo). Beck escreveu e disseminou a expressão sociedade de risco em 1986. Mas não parece um título de manchete perfeitamente adequada para hoje de manhã?

Para refletir: suas ações perante os riscos que vivenciamos revelam negação, apatia ou transformação? O que você mudou, fez ou está fazendo para combater as mudanças climáticas?

Sociedade:

sociedade é um “sistema de relações sociais estruturadas que conecta as pessoas segundo uma cultura compartilhada” (GIDDENS, 2012, p.803). “Não é simplesmente uma soma de indivíduos ou de organizações, mas o maior e mais autônomo dos sistemas sociais, unidade básica das operações de ordem e mudança social, capaz de subsistir em relativo isolamento e operar segundo seus próprios padrões (valores, normas e modelos) sem [necessariamente] ser afetado por qualquer sistema fora de suas próprias fronteiras (SCURO, 2004, p.246). Sociedade, do Latim *societas*, que significa "associação amistosa com outros", é um coletivo de cidadãos de um país, sujeitos à mesma autoridade política, às mesmas leis e normas de conduta, organizados socialmente em torno conceito de uma espécie de pacto social direcionado ao alcance de alguns objetivos sejam adquiridos. Aqueles que fazem parte de uma sociedade podem ser de diferentes grupos étnicos ou classes sociais. Atualmente, as sociedades são frequentemente adjetivadas como sociedade do consumo, sociedade da informação, sociedade da vigilância,

sociedade em rede e sociedade de risco. Sociólogos como Jean Baudrillard (1995), referem-se às sociedades atuais como sociedades de consumo porque observam um tipo de sociedade que estrutura-se a partir do consumismo, que promove o consumo e a ideologia de consumismo; falam em sociedade da vigilância - como em Michel Foucault - porque se deparam com “uma sociedade na qual os indivíduos são observados regularmente e as suas atividades são documentadas. A colocação de câmaras de vídeo nas estradas, nas ruas e nos centros comerciais é um dos aspectos da expansão da vigilância” (GIDDENS, 2012, p.804). Falam também em “sociedade da informação”, ou seja, em um modelo de sociedade que se pauta na produção de conhecimento, que está profundamente associado ao desenvolvimento das tecnologias da informação, em que são as “revoluções tecnológicas” (e não os conflitos sociais) que determinam o rumo do desenvolvimento. Destacam ainda a categoria “sociedade em rede”, para ressaltar o fato de vivermos em uma comunidade global interconectada, em que quase qualquer um, em qualquer lugar, pode usar a tecnologia baseada nas telecomunicações, para qualquer propósito criativo, político, econômico, educacional e relacional; e, entre outras expressões, falam em sociedade de risco.

Para refletir: O sociólogo espanhol Manuel Castells consagrou o termo “sociedade em rede” para ressaltar que as sociedades humanas deixaram para trás a Era Industrial e entraram na Era da Informação, cuja expressão socioestrutural é a sociedade em rede. Neste contexto, ele defende que as redes se tornaram a forma organizacional predominante em cada domínio da atividade humana (seja em escala micro ou macro). Assim, nossas relações sociais são organizadas em redes interconectadas pela internet e o mundo político internacional é organizado em redes. Se antes o mundo era pensado a partir de distintos países, atualmente, mais do que nunca, ele precisa ser pensado a partir de distintas redes, que interconectam e/ou excluem nações. Como as dinâmicas de

vida estão associadas com a forma como os indivíduos e instituições participam ou são excluídos de certas redes sociais?

Sociologia:

Para Émile Durkheim, a Sociologia é a ciência dos fatos sociais. Para ele, os fatos sociais são formas de agir determinadas pelo contexto social, são modos de agir que resultam de normas e regras coletivas que orientam e condicionam a ação individual, que existiam antes de cada indivíduo e são independentes dele. Desta forma, a Sociologia seria a ciência voltada para os modos de agir que resultam da força da sociedade sobre os indivíduos. Para Weber⁴⁶³ (1987[1922], p.9) a sociologia deve ser compreendida como “aquela ciência que tem como meta a compreensão interpretativa da ação social de maneira a obter uma explicação de suas causas, de seu curso e dos seus efeitos”. Assim, sendo que ação social é toda ação dotada de sentido, desenvolvida pelas pessoas considerando a expectativa de outra ação dos demais, em Weber a Sociologia seria a ciência que busca entender os significados atribuídos àquelas ações que fazemos levando os outros em consideração. Em autores mais recentes, como o francês Pierre Bourdieu, apresenta-se a sociologia como “um esporte de combate, um meio de defesa pessoal. Basicamente, você pode usá-la para se defender, sem ter o direito de utilizá-la para ataques covardes” (BOURDIEU⁴⁶⁴, 2001).

⁴⁶³WEBER, Max. Conceitos básicos de Sociologia. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

⁴⁶⁴ *La sociologie est en sport de combat: Pierre Bourdieu*, é o título de um documentário dirigido por Pierre Carles, que cobre o período entre 1998 e 2001 das atividades profissionais de Pierre Bourdieu. No documentário, acompanhamos Bourdieu em várias atividades: da orientação, às palestras, passando por sua participação em movimentos sociais e sendo entrevistado por rádio comunitária. Vide: *A Sociologia é um esporte de combate: Pierre Bourdieu*. Direção: Pierre Carles. Produção: Véronique Frégosi; Annie Madeleine Gonzales. Edição: Virginie Charië ; Youssef Charië ; Claire Painchault; Bernard Sasia. França: C-P Productions & VF

Ora, para Bourdieu a Sociologia tem a responsabilidade social de desnudar as estruturas que naturalizam as opressões e, por isso, está sempre em combate, em oposição ao que foi naturalizado e que serve para oprimir. Em termos técnicos, a Sociologia é “o estudo de grupos e de sociedades humanas, que dá um destaque particular à análise do mundo industrializado. A sociologia faz parte de um conjunto de ciências sociais que inclui também a antropologia, a economia, a ciência política e a geografia humana. A distinção entre as várias ciências sociais não é nítida, pois todas partilham determinado leque de interesses, conceitos e métodos comuns” (GIDDENS, 2012, p.804).

Para refletir: Para Bourdieu, “o sociólogo, como todo cientista, tenta estabelecer leis, identificar regularidades e definir os princípios destas” (idem). No entanto, os sociólogos frequentemente fazem parte da sociedade ou grupo social que analisam e por isso “devem fazer sua auto socioanálise” para não caírem no senso comum. Ou seja, devem fazer uma autoanálise de sua biografia, tendo por referência o modo pelo qual a sociedade a condicionou, para não tentar transformar suas verdades individuais em “verdades sociológicas”. O que a sociedade em que você vive lhe condicionou a pensar sobre ela? Como você foi condicionado a pensar os distintos grupos e fenômenos sociais? Como você resumiria suas crenças sobre a sociedade e os grupos sociais?

Solidariedade Social:

Solidariedade Social é um conceito associado com as interpretações de Émile Durkheim que se refere aos “laços que unem os indivíduos à coletividade. Esses laços podem ser construídos por

Films, 2001. 1 DVD (139 min). Versão disponível em: <https://colunastortas.com.br/a-sociologia-e-um-esporte-de-combate/>

meio das semelhanças entre as consciências individuais, o que dá origem à solidariedade mecânica, ou pela interdependência entre os indivíduos, o que gera a solidariedade orgânica” (SILVA *et al.*, 2016, p.45). A solidariedade mecânica é característica da fase primitiva da organização social que se origina das semelhanças psíquicas e sociais (e, até mesmo, físicas) entre os membros individuais e é fonte de coesão social. Para a manutenção dessa igualdade, necessária à sobrevivência do grupo, deve a coerção social, baseada na consciência coletiva, ser severa e repressiva (LAKATOS, 1985, p. 321). De acordo com Durkheim, a solidariedade mecânica é “típica de sociedades pré-capitalistas, nas quais a coesão social se constrói por meio de forte identificação dos indivíduos com as tradições e os costumes culturais da comunidade. Nesse caso a consciência coletiva exerce intenso poder de coerção nas ações individuais”. (SILVA *et al.*, 2016, p.221). Com o capitalismo, a industrialização e a urbanização, a vida tradicional e, com ela, a solidariedade mecânica, entraram em extinção. Neste contexto, temia-se a destruição da solidariedade social, bem como em colapso social e moral, no entanto, outro tipo de solidariedade se desenvolveu, a Solidariedade Orgânica. Segundo Émile Durkheim, a Solidariedade Orgânica refere-se à coesão que resulta das diversas partes de uma sociedade que funciona como um todo integrado. A divisão do trabalho, característica das sociedades mais desenvolvidas, gera um novo tipo de solidariedade (solidariedade orgânica), não mais baseado na semelhança entre os componentes (solidariedade mecânica), mas na complementação de partes diversificadas. O encontro de interesses complementares cria um laço social novo fundamentado na diversidade e na diferença, por isso, relacionado com maior autonomia, com uma consciência individual mais livre (LAKATOS, 1985). Trata-se da coesão que resulta da divisão social do trabalho, do processo de especialização de funções que torna os indivíduos interdependentes. Nesse caso, a coesão social não é garantida pela rigidez de uma consciência coletiva (coercitiva), mas pela exigência de satisfazer necessidades individuais que só podem ser atendidas

pela ação de outros (SILVA *et al.* 2016). “Baseia-se em uma divisão do trabalho complexa, na qual pessoas dependem uma das outras porque a especialização lhes tornou difícil sobreviver dependentemente” (JONHSON, 1997, p.41). A solidariedade orgânica é típica das sociedades industriais.

Para refletir: do serviço de quem você precisa para sobreviver? De quem você é dependente? Quantas vezes você já pensou que a sociedade em que você vive está errada ou “não presta”? Porque você não manda tudo às favas e se distancia completamente desta sociedade? O que nos mantém conectados uns aos outros?

Status:

é a quantidade de prestígio ou importância que uma pessoa tem aos olhos de outros membros da sociedade. É “a honra ou prestígio social conferido a uma pessoa ou a um grupo específico por outros membros de uma sociedade (GIDDENS, 2012, p.804). Em Max Weber, status é um conceito que se refere às diferenças entre grupos sociais de acordo com a honra ou o prestígio social que recebem de outros; é “o lugar que ocupamos em um sistema de posições interligadas. Por exemplo, atualmente você ocupa o status de aluno, e esse fato o localiza dentro de um sistema maior de posições - colegas, assistentes de ensino, professores, pessoal, administradores ou conselheiros” (TURNER⁴⁶⁵, 2000, p.48). A cada posição de status é atribuída uma maneira específica de agir e de se relacionar socialmente - um papel social. Não temos só um status, temos um conjunto de status em diferentes sistemas de posições interligadas, por exemplo, temos status em famílias (pai, mãe, filho, tio, etc.), nas escolas (professor, aluno, diretor, etc.) e nos grupos de colegas (amigo, conhecido, etc.). *Status* social é um conceito básico em

⁴⁶⁵ TURNER, Jonathan H. **Sociologia** Conceitos e Aplicações. São Paulo: Markon, 2000.

Sociologia, associado particularmente à tradição interacionista simbólica. “O status pode ser legal (quando determinado por leis e normas); social (quando não depende de legislação ou é estabelecido à margem dela); adquirido (quando a posição de status está relacionada ao mérito pessoal) ou atribuído (quando a posição de status é designada por outrem)” (SILVA *et al.*, 2016, p. 96).

Para refletir: quando interagimos com outras pessoas, tendemos a buscar sinais de status, indicadores visuais da posição de status da pessoa com quem interagimos. Buscamos estes sinais de status para sabermos como nos portar na interação social, mas frequentemente tais sinais podem estar associados com estereótipos. O que está associado com sinais de status como uso de terno e gravata? Como estes sinais de status são apropriados por campanhas publicitárias e políticas? Qual é o conjunto de posições de status que associam-se a você? Que sinais de status indicam estas posições de status?

Subcultura:

uma subcultura é uma cultura dentro de uma cultura dominante, que, embora apresente traços da cultura dominante, dela difere. O conceito de “subcultura” é caro, sobretudo, a Robert Merton. Burton R. Clark ilustrou como os jovens vivenciam as diversas subculturas juvenis – subcultura “da diversão”, subcultura “colegial”, subcultura “acadêmica”, subcultura “vocacional” e, por fim, subcultura “delinquente”. Uma subcultura delinquente é um conceito que se refere a grupos habitualmente compostos por jovens do sexo masculino, que rejeitam os valores da classe média e estabelecem normas alternativas de acordo com as quais os seus membros podem obter aceitação e reconhecimento. Os membros das subculturas delinquentes envolvem-se frequentemente em atos de desafio e inconformistas (GIDDENS, 2012).

Para refletir: que subculturas podem ser identificadas entre as pessoas que compõem a cultura organizacional da escola em que você estuda? Que características estas subculturas apresentam?

Suicídio [tipos de suicídio]:

Suicídio, o ato de acabar com a própria vida, figura com destaque no desenvolvimento da Sociologia, porque constituiu tema da primeira obra sociológica a usar sistematicamente dados empíricos para submeter a teste uma teoria (JOHNSON, 1997). Trata-se obra clássica de Émile Durkheim intitulada *Suicídio*. O suicídio parece ser uma ação puramente pessoal, o resultado de uma infelicidade pessoal extrema. Mas, para Émile Durkheim, fatores sociais exercem uma influência fundamental na produção do suicídio. Para ele, suicídio é um *fato social* que apenas podia ser explicado por outros fatos sociais. Durkheim argumentava, por exemplo, que as taxas de suicídio tenderiam a ser altas em comunidades com fracos laços sociais. Como fato social, Durkheim indica que suicídio apresenta características padronizadas: se verificavam mais suicídios entre os homens do que entre as mulheres, mais entre os protestantes do que entre os católicos, mais entre os ricos do que entre os pobres, mais entre os solteiros do que entre os casados. E as taxas de suicídio tendiam a ser menores em épocas de guerra e mais elevadas em momentos de mudança econômica ou de instabilidade. Neste contexto, Émile Durkheim desenvolve uma tipologia dos suicídios, em quatro categorias: 1. suicídio anômico; 2. suicídio altruísta; 3. suicídio egoísta; e, 4. suicídio fatalista. (BRYAM, 2008; GIDDENS, 2012). O suicídio altruísta acontece quando um indivíduo se encontra «excessivamente integrado» - os vínculos sociais são demasiado fortes - e valoriza mais a sociedade do que a si próprio. Neste caso, o suicídio transforma-se numa espécie de sacrifício por um «bem maior» (BRYAM, 2008;

GIDDENS, 2012). O suicídio anômico é causado por uma ausência de regulação social [“ausência de lei”]. Ocorre em contextos nos quais as normas que governam o comportamento são definidas de maneira vaga). Para Durkheim, tal reportava-se às condições sociais de *anomia*, quando as pessoas se vêem «sem normas» em contextos de mudança súbita ou de instabilidade na sociedade (BRYM, 2008; GIDDENS, 2012). A categoria suicídio egoísta refere-se a suicídios que ocorrem quando o indivíduo não tem sentimento de pertencimento à sociedade ou quando os laços que o prendem a um grupo estão enfraquecidos ou quebrados (GIDDENS, 2012). Neste caso, o suicida tem fracos laços sociais com outras pessoas e baixo grau de integração social (BRYM, 2008). Por fim, o suicídio fatalista ocorre quando o indivíduo é excessivamente regulado pela sociedade. O excesso de regulação traduz-se em um sentimento de impotência perante o destino e seria então a sociedade que leva o indivíduo ao suicídio.

Para refletir: jogos como o *Baleia Azul* e séries como *13 Reasons Why* (*Os 13 Porquês*) tem causado preocupações de especialistas pela possibilidade de elevarem as taxas de suicídio. Você acredita que tais séries podem ser fatores sociais com poder de exercerem influência na produção do suicídio? Pesquise sobre o assunto antes de responder e justifique sua resposta.

T

Taylorismo:

Taylorismo, fordismo, toyotismo são modelos/modalidades de produção industrial. O Taylorismo refere-se ao conjunto de ideias, também conhecidas como "administração científica", desenvolvidas por Frederick Winslow Taylor (1856-1915), segundo as quais se poderia aumentar enormemente a produtividade se as tarefas industriais fossem divididas numa série de operações simples que podiam ser cronometradas com precisão e coordenadas de maneira ideal. Trata-se da decomposição-parcelarização do trabalho em micro gestos/micro tempos. Desta forma, a um operário é atribuído um número de peças/partes específicas a produzir numa jornada em função da razão do número de horas trabalhadas dividido pelo tempo atribuído para executar a tarefa determinada. Assim, o taylorismo focava na especialização dos operários - cada operário deveria fazer uma pequena parte do produto, em um tempo cronometrado. Taylor propôs que, no processo produtivo, fossem ordenados e ensinados movimentos simples aos operários, eliminando aqueles desnecessários e simplificando aqueles considerados fundamentais, tudo para fazer o operário produzir mais em menos tempo. Moraes Neto⁴⁶⁶ (1986, p.32) diz que a ideia central do

⁴⁶⁶ MORAES NETO, B. R. Maquinaria, taylorismo e fordismo: a reinvenção da manufatura. Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro, v.26, n.4, out/dez. 1986,p. 32. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v26n4/v26n4a03.pdf>. Acesso em: 10. abr.2022.

Taylorismo “é o controle de todos os passos do trabalho vivo, controle de todos os tempos e movimentos do trabalhador, claro que de forma necessariamente despótica. Em poucas palavras, a transformação do homem em máquina [...]. Assim, liberta-se o capital da habilidade dos trabalhadores, só que, em vez de se libertar introduzindo a máquina, busca-se objetivar o fator subjetivo, o trabalho vivo”.

Para refletir: Se o taylorismo quer fazer do homem uma máquina especializada em uma pequena tarefa, o Toyotismo, ao contrário, espera flexibilidade, participação e polivalência da força de trabalho. O toyotismo demanda o oposto da especialização. É caracterizado por ser um sistema baseado na produção enxuta ou lean production, pela organização do trabalho sob demanda (*just in time*), representado pela desconcentração produtiva ou horizontalização, eliminação do desperdício e, finalmente, pela flexibilidade, participação e polivalência da força de trabalho. Neste paralelo entre especialização e polivalência, o que você acredita que predomina como anseio do mercado em relação à força de trabalho? Como você justifica sua resposta a essa pergunta?

Tearoom Trade:

em sua tradução, seria algo como “a transação da sala de chá”, expressão que remete a uma ação feita discretamente. Sociologicamente, a expressão remete a encontros sexuais entre homens em banheiros públicos (GIDDENS, 2008). O termo se popularizou em um estudo desenvolvido na década de 70 do século passado, pelo sociólogo Laud Humphreys (1930-1988). Em sua pesquisa, Humphreys demonstrou que a maioria dos homens que buscavam encontros sexuais com outros homens em banheiros masculinos estavam casados com mulheres. O autor destacou a

incongruência entre o “eu privado” e o “eu social” das pessoas que executavam tal prática. Demonstrou também que, predominantemente, os que faziam *Tearoom Trade*, em sua vida pública, colocavam a "couraça da justiça" e do conservadorismo, em um esforço para esconder seu comportamento sexual e evitar serem expostos como desviantes. Humphreys abordou esta incongruência mas, ao fazê-lo, gerou uma preocupação teórica e metodológica primária em sociologia ao longo dos séculos 20 e 21. É que, do ponto de vista ético, o seu estudo foi amplamente criticado porque ele não obteve consentimento dos sujeitos da pesquisa para a coleta de dados. Do ponto de vista acadêmico, no entanto, ele trouxe à tona um fenômeno social muitas vezes desconhecido, mas revelador sobre as consequências da heteronormatividade.

Para refletir: nas escolas e universidades, os banheiros frequentemente são espaços de expressão e transgressão. Neles estão escritas frases e palavras de diversas naturezas, desde palavrões até manifestações políticas. Além disso, nesses banheiros, cigarros, cigarros eletrônicos (vapes) são consumidos e práticas sexuais são realizadas. O que você pensa sobre isso? O que poderia mudar essa situação?

Técnicas disciplinares:

recursos e procedimentos aprimorados na modernidade para a produção de disciplina e normalização (imposição do normal) comportamental. Por meio destas técnicas, primeiro se determina o que é normal e, depois, se desenvolve medidas e práticas para avaliar se os indivíduos são normais e para moldá-los segundo uma norma. Estas medidas e práticas chamam-se técnicas disciplinares. Trata-se de manifestação do poder disciplinar procedimentos que,

para controle de corpos, para a produção de corpos dóceis, substituem recursos punitivos (os suplícios) adotados na idade média, na circunstância em que a prisão se configura enquanto método punitivo e ressocializador de delinquentes. O filósofo Michel Foucault sustenta a tese de que a substituição das penas corporais por métodos menos sangüinários de punição (as técnicas disciplinares) é um traço da emergência de um novo tipo de sociedade, que ele chama de “disciplinar” (a sociedade disciplinar seria correlata ao modo de produção capitalista). Na sociedade disciplinar, a microfísica do poder se manifesta em técnicas e recursos como a arte das distribuições (“técnica celular”), o controle das atividades (“técnica orgânica”), a organização das gêneses (técnica genética), a composição das forças (“técnica combinatória”). Com a técnica celular “a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço” (FOUCAULT⁴⁶⁷, 1987, p.168), orientada pelo princípio de colocar “cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo”, organizando um “espaço analítico” que “permite ao mesmo tempo a caracterização do indivíduo como indivíduo, e a colocação em ordem de uma multiplicidade dada” (idem, p.175): ou seja, ocorre o jogo da repartição espacial, típico de fábricas, presídios, quartéis e escolas (exemplo, “cada turma em uma sala de aula, cada indivíduo em uma carteira, cada carteira em um lugar em uma fileira”). Com a técnica orgânica de controle disciplinar e sujeição dos corpos, para cada coisa se estabelece um horário, um tempo e um modo pré-estabelecido de organização, a partir das mesmas ações, sem espaço para ociosidade, intensifica a própria utilização do tempo. Por sua vez, a técnica genética se manifesta pela seriação, segmentação, gradação de dificuldades, tempos e indivíduos e pela delimitação do tempo para cada série: trata-se de estabelecer séries que prescrevem “a cada um, de acordo com seu nível, sua

⁴⁶⁷ FOUCAULT, Michel. F86v Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf

antiguidade, seu posto, os exercícios que lhe convém; fazendo cada indivíduo ficar “preso numa série temporal, que define especificamente seu nível ou sua categoria” (idem, p.184) e facilita seu controle. Um exemplo da técnica genética é a seriação dos anos escolares em anos e níveis. Por sua vez, por meio da técnica combinatória, se exige que todos façam as mesmas ações em simultâneo, tornando cada corpo “peça de uma máquina multissegmentar” que combina forças interdependentes. Em diversos contextos institucionais, tais como a escola, estes quatro tipos de técnicas se combinam com a vigilância hierárquica (“olhar hierárquico” que controla e pode ver os controlados, configurando mecanismos panópticos), com sanções normalizadoras (micro e macro penalidades e gratificações) e com exames (avaliação, prova, produção de documentação da frequência, participação e resultados) utilizados para produzir comportamentos e indivíduos nos modelos esperados pela sociedade. Desta forma, as técnicas disciplinares produzem uma maquinaria de controle que funciona como um microscópio do comportamento; um aparelho de observação e de registro, de determinação e controle do que é normal ou anormal.

Para refletir: que pontos negativos e positivos podem ser descritos como consequências das manifestações do poder disciplinar em técnicas disciplinares?

Teoria:

Uma teoria é uma “explicação hipotética de alguns aspectos da vida social que estabelece como e porque certos fatos se relacionam” (BRYM, 2008, p.35). É um “conjunto de proposições logicamente inter-relacionadas e as implicações que delas derivam, usado para explicar algum fenômeno” (JOHNSON, 1997, p.231).

De acordo com Sutton e Staw (2003, s/p), “a teoria diz respeito às conexões entre fenômenos, uma história sobre por que atos, eventos, estrutura e pensamentos ocorrem. A teoria enfatiza a natureza das relações causais, identificando o que vem primeiro e o ritmo desses eventos. Uma teoria busca compreender as razões sistemáticas de uma ocorrência ou não-ocorrência particular”⁴⁶⁸. “Quando falamos em teoria, buscamos evitar uma separação estanque entre conhecimento de cunho teórico e empírico: a teoria sociológica só pode existir ancorada na pesquisa empírica, enquanto, por sua vez, a investigação empírica deve se pautar pela teoria – em suma, uma via de mão dupla” (FERREIRA e KLEIM⁴⁶⁹, 2020, p.403). Fato é que cada teoria compõe uma perspectiva (teórica) distinta, um ponto de vista a partir do qual podemos analisar e entender um fenômeno. O mesmo fenômeno analisado por distintas perspectivas teóricas, pode ter diferentes significados e cabe a aquele que desenvolve a análise, argumentar e apresentar dados que fundamentam a adequação da perspectiva teórica com a realidade, fato ou fenômeno social analisado. De qualquer forma, muitas vezes as teorias são complementares entre si e nos ajudam a entender algo a partir de distintas óticas.

Para refletir: uma teoria pode dar conta de todas as variáveis explicativas de um fenômeno social? Um dogma, uma verdade de fé, o ponto fundamental de uma doutrina religiosa é apresentado como certo e indiscutível. Quando uma teoria ou premissa teórica é apresentada como indiscutível, no que ela difere de um dogma?

⁴⁶⁸ SUTTON, Robert I.; STAW, Barry M. O que não é teoria. *Revista de Administração de Empresas*, v. 43, n. 3, 2003.

⁴⁶⁹ FERREIRA, Mariana Toledo E KLEIM, Stefan. TEORIA SOCIOLÓGICA, o ensino de Sociologia e a: In: BRUNETTA, Antonio Alberto (org.); BODART, Cristiano das Neves (org.); CIGALES, Marcelo Pinheiro (org.). *Dicionário do Ensino de Sociologia*. 1. ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020, p. 403-407. Disponível em: https://www.academia.edu/43825857/Dicion%C3%A1rio_do_Ensino_de_Sociologia

Teoria criminológica crítica ou radical:

perspectiva teórica influenciada pelo marxismo e pela teoria da rotulagem, desenvolvida por Alessandro Baratta⁴⁷⁰. Nela, argumenta-se que a qualificação de um ato como crime se dá por critérios políticos e de classe e que esses critérios têm como objetivo a manutenção dos privilégios de classe e da estrutura econômica e político-jurídica que permite que as relações de produção se mantenham sem alterações. De acordo com Baratta (1999, p. 165), a leis do direito penal “quando se dirigem a comportamentos típicos dos indivíduos pertencentes às classes subalternas, e que contradizem as relações de produção e de distribuição capitalistas, formam uma rede muito fina. Enquanto a rede é frequentemente muito larga quando os tipos legais têm por objeto a criminalidade econômica, e outras formas de criminalidade típicas dos indivíduos pertencentes às classes no poder”. Ou seja, para o autor, as leis voltadas aos atos das classes subalternas são muito mais restritivas e punitivas do que as leis voltadas para os atos da elite. Por isso, nessa perspectiva, ao invés de estudar o crime em si, se efetuam análises dos processos de criminalização, ou seja, aqueles elementos que levam um determinado ato a ser classificado como crime. Bem como, ao invés de olhar o criminoso como aquele indivíduo desviante, pré-determinado ao cometimento de crimes, analisa como o poder punitivo se encarrega de selecionar determinados indivíduos através de uma distribuição desigual da incriminação. Isto posto, a teoria criminológica radical defende que as desigualdades sociais são estruturantes da criminalidade.

Para refletir: quantas vezes você já ouviu notícias de um cara que roubou bilhões e, no entanto, está livre? Ou está preso mas em sua luxuosa casa, com uma tornozeleira eletrônica? Uma pessoa que

⁴⁷⁰ BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal : introdução à sociologia do direito penal. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 2. ed., Rio de Janeiro : Freitas Bastos, 1999.

rouba da verba pública, da educação, da saúde, etc. é punida da mesma maneira que um ladrão de supermercado? O que você pensa sobre essa questão? Como essa realidade poderia ser modificada?

Teoria da Associação Diferencial:

defendida por Edwin Sutherland em 1939, essa teoria buscou explicar as razões pelas quais os vários fatores analisados pela Escola de Chicago (classe social, lares desestruturados, raça, localização urbana, etc) se relacionavam com o crime. Ele entendeu que tal relação se dava pela existência de um processo de aprendizagem. Sutherland nega a patologia mental e social e os fatores bio-antropológicos como causas isoladas da delinquência. Para Sutherland, o crime não era herdado nem determinado por fatores fisiológicos. Era simplesmente aprendido, como qualquer outro comportamento. Desta forma, considera-se que o delito é uma conduta aprendida na interação entre as pessoas, principalmente as mais próximas (pais, amigos). Por meio da interação são ensinadas as técnicas de cometimento de delitos e são reforçados os argumentos favoráveis à violação da lei. Um indivíduo se torna criminoso principalmente porque está fortemente exposto a motivações, tendências, racionalizações e atitudes que convergem para o crime. E é o ambiente em que ele vive que propicia tais contatos. Na teoria da Associação Diferencial, o crime é visto como comportamento aprendido por meio da socialização/interiorização de comportamentos específicos, baseados na interação entre pares que adotam modelos culturais relacionados à delinquência social. Para Sutherland, o comportamento criminal é aprendido mediante o processo de comunicação e é influenciado pelo grau de proximidade do contato entre as pessoas. Neste contexto, ele desenvolve o conceito de crime

de colarinho branco: atos criminosos que surgem de oportunidades com origem na posição social da pessoa, em particular, da ocupação profissional (muitas vezes associadas com atuação política). Em síntese, crimes de colarinho branco são ações violadoras da lei penal, efetuadas no efetivo exercício da atividade profissional, por pessoas da alta sociedade, com alto prestígio social. Desta forma, os criminosos que cometem crimes de colarinho branco são de classe média e alta e, em decorrência da tendenciosidade de classe do sistema judiciário criminal, do ponto de vista jurídico, seus crimes geralmente são considerados menos graves e menos merecedores de punição.

Para refletir: na perspectiva teórica em questão, a conduta delituosa não decorreria de fatores bio-antropológicos, mas seria assimilada em processos de aprendizagem no interior de um grupo restrito de relações pessoais e decorrente da interação entre as pessoas pela comunicação. O que você pensa sobre essa teoria? Entre a elite, esta teoria aponta para a validade do ditado popular “me diga com quem andas que te direi quem és”?

Teoria da dependência:

A Teoria da Dependência tem seu início no início dos anos de 1960, como uma tentativa de explicar o desenvolvimento sócio-econômico dos países da América Latina, em especial a partir de sua fase de industrialização destas nações, iniciada entre as décadas de 1930 e 1940. Em síntese, esta perspectiva teórica sustenta a interpretação de que “ países ricos do hemisfério norte criaram uma relação neocolonial com aqueles do hemisfério sul, na qual os países menos desenvolvidos são dependentes e estão em desvantagem” (KELLY *et al.*, 2013, p.343). Desta forma, a Teoria da Dependência não enxerga subdesenvolvimento e desenvolvimento

como etapas de um processo evolutivo, mas sim como realidades estruturalmente vinculadas, uma vez que, nesta ótica, o subdesenvolvimento é apontado como um produto do desenvolvimento capitalista. Ou seja, um país subdesenvolvido não seria um país em uma etapa anterior do desenvolvimento, mas sim um país que é explorado por uma nação desenvolvida e alimenta a condição de desenvolvimento das nações que a exploram, justamente porque está submetido a um padrão de trocas desiguais. Esta exploração seria sustentada em uma relação de dependência das nações subdesenvolvidas para com as nações desenvolvidas. Esta dependência se expressaria no fato de que o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos está submetido (ou limitado) pelo desenvolvimento de outros países. Desta forma, a superação do subdesenvolvimento demandaria uma ruptura com a dependência e não pela modernização e industrialização da economia, o que pode implicar, inclusive, a ruptura com o próprio capitalismo. O sociólogo e ex-presidente da república Fernando Henrique Cardoso⁴⁷¹, é um dos principais nomes da teoria da dependência e a explicou em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1970). Para ele, as escolhas econômicas não são neutras e estão sempre pautadas por um princípio político, privilegiando determinados interesses em detrimento de outros. Além disso, os interesses dos países ricos do hemisfério norte são semelhantes aos interesses das classes dominantes dos países periféricos e estas, por sua vez, exercem poder para fazer sua vontade valer, fortalecendo assim relações de dominação econômica dos países ricos sobre os mais pobres. Desta forma, as decisões econômicas são também decisões sobre até que ponto os grupos dominantes podem ter seus interesses contrariados sem que se estabeleça uma crise. Em síntese, nessa perspectiva, as relações comerciais entre as nações implicam em um padrão de

⁴⁷¹ vide CARDOSO, Fernando Henrique, "Teoria da Dependência" ou Análises Concretas de Situações de Dependência?", Estudos CEBRAP n. 1, Edições CEBRAP, São Paulo, 1971.

trocas desigual: esse padrão está estabelecido como uma estrutura, cuja dinâmica determina a riqueza de um em detrimento da pobreza de outros.

Para refletir: Fernando Henrique Cardoso nega que a dependência implica – necessariamente – em estagnação econômica e subdesenvolvimento e que a ruptura socialista seria a única via possível para a industrialização da América Latina. Você concorda com ele? É possível desenvolvimento com a manutenção de nossas relações de dependência com países como os Estados Unidos da América ou China? É possível romper com os laços de dependência (tecnológica, econômica, política, etc.) sem a ruptura com o sistema capitalista?

Teoria da Desorganização Social:

O marco inicial da Teoria da Desorganização Social foi a publicação, em 1942, de *Juvenile Delinquency and Urban Areas*, com autoria de Clifford Shaw e Henry MacKay. Shaw e McKay (1942) tem como grande preocupação discutir a distribuição geográfica do crime, atribuindo a ocorrência do crime à suposta desorganização social típicas dos espaços urbanos periféricos e/ou a falta de regulação moral na sociedade. O processo de crescimento das cidades é o ponto de partida para a apresentação das ideias desta teoria, ficando evidente sua filiação de estudos à chamada Ecologia Urbana. Shaw e McKay (1942) estudaram a distribuição do local de residência de jovens levados à Corte em várias cidades norte-americanas, apontando elevadas taxas de criminalidade entre jovens de regiões que inicialmente eram essencialmente residenciais, mas foram posteriormente ocupadas por atividades produtivas e pelos novos moradores que trabalhavam nas indústrias. Essas regiões seriam áreas marcadas por problemas

econômicos e sociais, o que, segundo os autores, causaria conflitos entre códigos morais distintos durante o processo de socialização, aumentando as chances de que os moradores nela residentes se envolvessem delitos. Desta forma, os autores em questão afirma que os crimes tendem a acontecer nas periferias ou serem executados por sujeitos dela oriundos, e que essas regiões são as que apresentam famílias desestruturadas, menores taxas de escolaridade e renda, casas deterioradas, alta heterogeneidade étnica e mobilidade de residência (as pessoas se mudam muito), bem como um controle social informal e fracos laços sociais: este quadro de desorganização seria o explicativo da criminalidade. Assim, a desorganização social designa uma perturbação da cultura existente por mudança social, evidenciada por falha dos controles sociais tradicionais, confusões de papel, códigos morais conflitantes e declínio nas instituições sociais básicas.

Para refletir: desenvolvida na escola de Chicago para explicar o crescimento da criminalidade em Chicago, em contexto de grande urbanização, a teoria da desorganização social é amplamente criticada, pois carrega-se de valores moralistas e desconsidera os fatores estruturais que submetem famílias a reconfigurações e supostas desestruturações. Que críticas você faria à teoria da Desorganização Social?

Teoria da economia política institucional:

a teoria da economia política institucional é uma perspectiva contemporânea contrária aos princípios de não intervenção estatal na economia. Há-Joon Chang (1963-) é um dos seus principais defensores. Ao tentar responder ao questionamento expresso na

pergunta “como os países ricos enriqueceram de fato?” Chang⁴⁷² (2004) aponta que os países desenvolvidos chegaram aonde estão, adotando políticas de alta intervenção estatal na economia e que atualmente, ao impedirem que países em desenvolvimento adotem políticas e práticas que eles próprios usaram, “chutam a escada” para que outros não possam subir por ela, atacam as políticas de intervenção estatal que eles próprios usaram para chegar onde estão. Chang (2004) destaca uma centena de fatos históricos e dados para indicar que se os países desenvolvidos tivessem mesmo adotado as políticas que recomendam aos países em desenvolvimento, as nações desenvolvidas não seriam o que são hoje. Ele aponta fatos históricos que indicam que os países desenvolvidos recorreram a políticas comerciais e industriais protecionistas, atualmente consideradas políticas “ruins”. Dentre os fatos citados estão exemplos de práticas de protecionismo econômico, de incentivo à indústria nacional, de forte subsídio à atividade agrícola, de forte intervenção econômica estatal em momentos de crise e até mesmo de estímulo público na garantia de direitos como saúde, educação e habitação. Atualmente, os Estados desenvolvidos impõem àqueles em desenvolvimento políticas liberais e de austeridade fiscal que eles próprios não adotaram ou adotam, tais como o livre comércio. Com estas interpretações Chang (2004) afirma que a concepção neoliberal de Estado é falaciosa (mentirosa), visto que postula a ideia de livre mercado, dificilmente encontrada nas economias reais. Desta forma, o autor acredita que a defesa de um Estado minimalista é muito mais uma postura ideológica do que uma postura pragmática. Na prática, em grandes nações, como os Estados Unidos, não existe nada de Estado Mínimo.

Para refletir: na sua análise, nações como os Estados Unidos praticam efetivamente o livre comércio ou são marcadas pelo protecionismo

⁴⁷² CHANG, Ha-Joon. Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica São Paulo: Editora UNESP, 2004.

econômico? Porque nações desenvolvidas e elites nacionais pregam o Estado Mínimo quando eles próprios não o praticam?

Teoria(s) da escolha racional:

nesta teoria, mais predominante na Economia do que na Sociologia, entende-se que cada sistema social produz e apresenta para o indivíduo um conjunto de alternativas comportamentais, de formas de agir possíveis e de recursos, bem como estrutura um conjunto de recompensas ou punições para comportamentos considerados corretos ou incorretos. Assim, por exemplo, uma escola possibilita que o aluno se comporte como estudante dedicado, que ele tenha certo limite de ausências, que ele faça ou não faça as tarefas e assim por diante. Diante destas alternativas, considerando as possíveis recompensas e/ou punições, o aluno realiza suas escolhas. Logo, a conduta do aluno não é determinada pela escola, é escolha racional do próprio aluno, diante de um conjunto de alternativas apresentadas pelo sistema social, no caso, a escola. Gary Stanley Becker (1930-2014) foi um dos primeiros autores associados com essa teoria. Trata-se de um economista estadunidense que abordou, pela ótica da economia, temas antes restritos aos sociólogos, como consumo de drogas, discriminação racial, crime e organização familiar.

Para refletir: suponhamos que seja realmente da escolha racional que o crime se origina. Isto significa que, diante de um número inferior de alternativas ou de alternativas piores, é racional a escolha pela criminalidade? Se, por lógica, a pessoa opta pela criminalidade, o problema está na falta ou fraqueza de punição, ou na falta de oportunidades mais viáveis que o crime?

Teoria da rotulação [ou teoria do etiquetamento social]:

abordagem do desvio que sugere que as pessoas tendem a se tornar "desviantes" porque seu comportamento é submetido à rotulação/etiquetamento por parte das autoridades políticas e outros. Ou seja, a discriminação perpetuada, em especial, pelas instituições governamentais (policiais e judiciais), tende a rotular jovens de etnias inferiorizadas ou de camadas pobres, como 'delinquentes', mesmo que eles sejam apenas jovens vivendo os conflitos típicos dessa idade. Neste contexto, a roupa, o modo de falar ou o país de origem da pessoa, podem ser fatores que determinam se o rótulo de desviante será aplicado ou não. A Teoria da Rotulação parte da ideia de que uma pessoa só é considerada criminosa quando a outra pessoa a rotule como criminosa e o crime é definido a partir de critérios seletivos e discriminatórios, a depender das instâncias de controle social. Howard Becker, sociólogo norte-americano nascido em 1928, autor de "*Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*⁴⁷³", é o grande precursor dessa teoria e defendeu que o desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso"; e, que o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal". Essa rotulação teria como pano de fundo a criminalização da pobreza, o encarceramento e a estigmatização das pessoas das classes sociais menos favorecidas, com vistas a promoção de uma espécie de "limpeza" social. A rotulação não apenas afeta a maneira como os outros enxergam o indivíduo, mas também influencia o senso de identidade pessoal dele. Nesta perspectiva, entende-se que prisões e instituições sociais, organizações montadas para corrigir o comportamento desviante, costumam acentuar a rotulação. Para os teóricos da rotulação, trata-se de uma demonstração clara de "paradoxo do

⁴⁷³ BECKER, Howard S.[1963]. **Outsiders**. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

controle social” que resulta na amplificação do desvio. Enfim, para os teóricos da rotulação, o processo para construir um criminoso, é um processo de rotular, definir, identificar e segregar. Desta forma, rotulação é o processo pelo qual alguns indivíduos e grupos sociais são identificados como detentores de características, geralmente negativas. Em um produto o rótulo define elementos como sua marca e características, em uma pessoa o rótulo faz algo similar, incitando pré-julgamentos que consideram o que o rótulo indica antes do que aquilo que a pessoa é ou faz.

Para refletir: que etiquetas tentam colar em você? Quem é rotulado no seu grupo? Que rótulos atribuem a esta pessoa?

Teoria da subcultura delinquente:

Nesta concepção, aponta-se que, em dado momento histórico, os jovens perceberam que não conseguiriam alcançar o ideal americano de riqueza e/ou que se tornar rico era uma realidade para poucos. Também perceberam que embora não tivessem condições de alcançar o sonho americano de riqueza, eles eram cobrados a alcançá-lo. Ou seja, a desigualdade de oportunidades de ascensão social impediria determinados grupos de ascender socialmente, mas ascender socialmente e consumir os produtos (tênis, roupas, viagens, aparelhos eletrônicos) que representavam esta ascensão era exigido de todos. O choque entre o que deles se esperava e o que para eles era possível, criaria uma espécie de desilusão que fundamentaria a criação de subculturas voltadas para delinquência/criminalidade. Assim, para esta teoria, especialmente entre jovens, o crime seria fruto de uma organização social distinta, de subculturas com códigos de valores próprios ou ambivalentes em relação aos da sociedade oficial oriundas do paradoxo entre o que se exige dos jovens e as oportunidades que a

eles se oferta. Entre outros autores , a teoria está associada com Albert Cohen, autor de *"Delinquent boys: the culture of the gang"* (1955). Cohen (1955) argumenta que garotos da classe média trabalhadora vivem frustrados com suas condições de vida e por isso se unem em subculturas delinquentes que refutam os valores da classe média substituindo-os por valores de rebeldia, delinquência e inconformidade. Robert Merton, em *Anomie, Anomia and Social Interaction: Contexts of Deviant Behavior* (1964), também desenvolve estudos em uma linha similar categorizando o comportamento de jovens de classe média ou baixa diante do "sonho americano de riqueza", em categorias como os conformistas (que aceitam os valores comuns e os modos de funcionamento da sociedade) e rebeldes (que rejeitam os valores existentes e os meios legítimos de alcançar riqueza). Para explicar sua interpretação, Merton adota o conceito de Estrutura de oportunidades.

Para refletir: o que é esperado de um jovem e que não é acessível para você? Que padrões de consumo juvenil não são atingíveis para todos?

Teoria das janelas quebradas:

Broken Windows Theory é ideia de que existe uma ligação entre a aparência de desordem, como a existência de vidros partidos, janelas arrombadas ou indícios de vandalismo, e a existência de crime. A Broken Windows Theory foi articulada por James Wilson e George Kelling, a partir da premissa de que "desordem e crime estão, em geral, inextricavelmente ligadas, num tipo de desenvolvimento sequencial" (WILSON E KELLING, 1982, p. 31). Por exemplo, se uma janela de um edifício for quebrada e logo não receber reparo, supõe-se que tendência é que passem a arremessar pedras nas outras janelas e posteriormente passem a ocupar o edifício e destruí-lo; se um pouco de lixo se acumula em um lugar, aos poucos as pessoas começam a

jogar seu lixo lá. Ou seja, a aparência de desordem geraria desordem ou crime. Assim defende-se que se o crime de pequena escala ou comportamento antissocial é diminuído, o crime de grande escala, como resultado, é prevenido. Segundo esta teoria, é preciso reprimir os menores delitos para inibir os mais graves. Essa teoria deu origem a ações policiais denominadas como “programas de tolerância zero”. Nestes programas, no enfrentamento do problema criminal, passou-se a reprimir todo e qualquer tipo de “desordem social, ainda que isso não significasse necessariamente um crime. As pequenas infrações do cotidiano passaram a ser coibidas”, foram perseguidos desde lavadores de carros, grafiteiros, mendigos, prostitutas e inclusive passou a ser infrator aquele que se sentava nas calçadas.

Para refletir: nesta perspectiva, o outro, o diferente, o que tem hábitos culturais distintos, é símbolo da desordem, é desordeiro. São desordeiras as "pessoas não respeitáveis, turbulentas ou imprevisíveis: catadores de papel, bêbados, viciados, adolescentes arruaceiros, prostitutas, vadios e os perturbados mentais" (WILSON E KELLING, 1982, p. 30). Além destes, também representam desordem os "bêbados fedorentos [...], os pedintes inoportunos, os forasteiros e estranhos" (WILSON E KELLING, 1982, p. 34 e 36). Nesta ótica, controlando os desordeiros e os sinais de desordem, prendendo-os, excluindo-os, o problema estará resolvido. A ordem voltará a reinar e o crime desaparecerá. O que você pensa sobre isso? Como você justifica sua forma de pensar sobre estas interpretações da teoria das janelas quebradas?

Teoria das vantagens comparativas:

Teoria desenvolvida por David Ricardo (1772-1823), para defender os benefícios do livre comércio. Para Ricardo⁴⁷⁴ (1996) o produtor que precisa de menos horas de trabalho para produzir um bem (isto é, tem menor custo de oportunidade –) possui uma vantagem comparativa na fabricação desse bem. Por isso, deve utilizar sua capacidade para produzir um bem em condições mais vantajosas do que a dos seus vizinhos e comprar deles tudo o que precisar. Para ele, se os países produzissem tudo o que precisam internamente, então utilizariam desnecessariamente horas de trabalho que poderiam ser melhor aproveitadas se eles produzissem somente aquilo em que tem vantagens comparativas em relação a outras nações e comprassem destas outras nações os produtos em que as mesmas tem vantagens comparativas. Por isso, para Ricardo (1996), o livre comércio, induzindo os parceiros comerciais a se especializarem naqueles produtos que são comparativamente mais eficientes, seria benéfico para todos os países, e qualquer tipo de restrição ao comércio reduz o benefício provocado pela troca de produtos em que cada nação tem vantagens comparativas.

Para refletir: a especialização produtiva leva as nações subdesenvolvidas a que condições? É possível uma nação produzir tudo o que precisa em seu próprio território? Como você justifica suas respostas?

⁴⁷⁴ RICARDO, David. Princípios de Economia Política e Tributação. São Paulo: Nova Cultura Ltda., 1996 [original publicado em 1810].

Teoria decolonial:

a colonização dos povos africanos, asiáticos e americanos não se deu apenas em termos políticos, econômicos e sociais. Ela também ocorreu em termos ideológicos e científicos – a forma de pensar dos povos colonizados também foi colonizada. A perspectiva decolonial é um movimento teórico, ético e político que busca superar a visão eurocêntrica sobre conceitos repassados como verdades únicas aos povos colonizados; que questiona as pretensões de objetividade do conhecimento dito científico dos últimos séculos, do conhecimento eurocêntrico-setentrional que se considera sinônimo de conhecimento único, verdadeiro, universal, esquecendo-se tratar de uma cosmovisão dentre outras. Nesta perspectiva, defende-se que o que se entende como modernidade, civilização, desenvolvimento, democracia, direitos humanos e cidadania geralmente é produto de definições originárias de experiências históricas e locais dos povos europeus, não iguais às experiências dos povos colonizados. Desta forma, como teoria, o movimento decolonial assume a impossibilidade de qualquer ciência falar em nome de coletividades heterogêneas e multifacetadas e a necessidade de se confrontar quaisquer estruturas de poder e opressão que silenciem alguém e/ou conhecimento de nações. A perspectiva decolonial busca assim consolidar a América Indo-Afro-Latina como lócus de enunciação. O sociólogo peruano Aníbal Quijano é uma das principais referências contemporâneas do pensamento decolonial.

Para refletir: a perspectiva eurocêntrica do conhecimento e a elaboração da noção de raça como naturalização das relações coloniais de poder entre europeus e não-europeus fundam um conjunto de interpretações que permeiam e ditam tudo que se ensina no espaço escolar. Como a escola pode ser mais decolonial? Que autores, pensadores, intelectuais você conhece que são da América Latina?

Teoria do Aparelho Psíquico [primeira]:

essa teoria, desenvolvida por Sigmund Freud (1856-1939), pai da psicanálise, refere-se à existência de três sistemas ou instâncias psíquicas que agem em toda a pessoa: inconsciente, pré-consciente e consciente. O inconsciente é constituído por conteúdos reprimidos, que não têm acesso aos sistemas pré-consciente/consciente, pela ação de censuras internas. É um sistema do aparelho psíquico regido por leis próprias - é atemporal, nele não existem as noções de passado e presente. O pré-consciente é aquilo que não está na consciência, neste momento, e no momento seguinte pode estar. Por sua vez, o consciente é o sistema do aparelho psíquico que recebe ao mesmo tempo as informações do mundo exterior e as do mundo interior, em que se manifesta a atenção e o raciocínio. Para Freud, quando nos defrontamos com algo que não conseguimos lidar, que nos provoca angústia, nosso aparelho psíquico age para reprimir os elementos provocadores de perturbação, encaminhando-os para o inconsciente, fazendo-nos não estarmos mais plenamente conscientes deles.

Para refletir: De que maneira o que reprimimos e mandamos para o inconsciente se associa com as normas e regras da sociedade em que vivemos?

Teoria do Aparelho Psíquico [segunda]:

entre 1920 e 1923, Sigmund Freud (1856-1939) remodela a teoria do aparelho psíquico e introduz os conceitos de id, ego e superego para referir-se aos três sistemas da personalidade. O id é regido pelo princípio do prazer, é o que governa o inconsciente e é a parte da personalidade que demanda a busca por prazer e satisfação. O superego origina-se da internalização das proibições, dos limites e

da autoridade. A moral e os ideais são funções do superego. O conteúdo do superego refere-se a exigências sociais e culturais. Por sua vez, o ego é o sistema que estabelece o equilíbrio entre as exigências do id, as exigências da realidade e as “ordens” do superego. Procura “dar conta” dos interesses da pessoa. É um regulador, regido pelo princípio da realidade, na medida em que altera o princípio do prazer para buscar a satisfação considerando as condições objetivas da realidade. As funções básicas do ego são: percepção, memória, sentimentos, pensamento. Para o nosso funcionamento psíquico e produção dos nossos comportamentos, id, ego e superego entram em ação, transitando nossas experiências entre inconsciente, pré-consciente e subconsciente e por vezes acionando mecanismos de defesa.

Para refletir: nem sempre id e superego “concordam”: às vezes eles entram em conflito porque anseiam induzir o ego para sentidos opostos. Que “lutas” seu id e superego tem travado entre si? Como isso tem afetado você?

Teoria Elitista da Democracia:

Concepção que tem como expoente teórico Joseph Schumpeter (1883-1950), que defende que as massas (a população) são irracionais e que cabe a uma elite governá-las. Para ele, apenas um número restrito de cidadãos deve participar para manter os arranjos institucionais funcionando adequadamente. Desta forma, para Schumpeter, o que caracteriza a democracia é a existência de várias elites que competem pela adesão e condução das massas. O autor rompe com a ideia de democracia como soberania do povo para propô-la como método. Para ele, o método democrático é um arranjo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão por meio de uma luta

competitiva pelo voto popular. Em desdobramentos desta perspectiva, pensadores como Vilfredo Parlo (1848-1923) e Gaetano Mosca (1848-1951) defendem que, no poder político, existe apenas uma circulação de elites que se alternam, que tomam e impõem decisões a todos os membros do grupo, mesmo que tenham que recorrer à força. Com estas interpretações funda-se o elitismo: “a crença de que a sociedade poderia ser governada por um grupo de indivíduos da elite” (KELLY *et al.*, 2013, p.341). Pareto e Mosca desejavam refutar as ideias marxistas e para tanto argumentavam defendendo a impossibilidade da eliminação do sistema de classes sociais. Desta forma, afirmavam que o talento político designava os verdadeiros dirigentes e que toda a sociedade seria sempre governada por uma ou mais elites.

Para refletir: em cada sociedade, existe uma elite que deve governar? Todos estão aptos para governar? O que qualifica uma pessoa para o governo?

Teoria Pluralista da Democracia:

Os pluralistas, especialmente Robert Dahl (1915-2014), defendem que na democracia os recursos que contribuem para o poder estão distribuídos entre diferentes grupos. O poder é partilhado entre grupos governamentais e interesses externos que exercem pressão sobre eles. Neste contexto, estabelecem seis requisitos para a existência de democracia: 1. eleições livres, justas e frequentes; 2. liberdade de expressão; 3. fontes de informações diversificadas - que não estejam monopolizadas pelos governos e/ou por nenhum outro grupo; 4. autonomia dos indivíduos para formarem associações; 5. cidadania inclusiva; 6. funcionários eleitos pacificamente. Com base nesses requisitos apontam quatro estruturas básicas de governo. A partir destes requisitos, eles classificam os tipos de governo em “intensidades” de democracia e fundam o conceito de Poliarquia.

Para refletir: dentre estes seis requisitos para existência da democracia, quais o Brasil atende? Na história recente, quais foram ou estão sendo ameaçados?

Teoria queer:

“uma teoria cultural que desafia as noções binárias de sexualidade, sugerindo, em vez disso, que as sexualidades são construções influenciadas pelo tempo e pelo lugar” (THORPE et al., 2016, p. 343). Trata-se de uma teoria que defende a ideia de que a lógica binária (homem x mulher) e heterossexual, seria reguladora dos comportamentos em relação ao sexo/gênero nas sociedades ocidentais. Seu expoente maior é Judith Butler, que procura questionar as bases do feminismo. Segundo ela, o feminismo considera o “sexo” um atributo natural, enquanto o “gênero” seria um atributo cultural, construído socialmente. Assim, o indivíduo nasce ‘homem ou mulher’ do ponto de vista biológico, mas sua identidade masculina ou feminina seria construída ao longo da vida, em processos de socialização. Essa ótica reafirmam que a cada sexo biológico corresponde a um gênero que definiria que tipo de desejo o sujeito deve sentir para atender às normas sociais. Mas Judith Butler questiona essa correspondência e usa como exemplo os travestis para afirmar que, na verdade, todos somos “performativos” (isto é, capaz de representar publicamente diferentes papéis): não somos naturalmente masculinos ou femininos, mas essas características podem ser igualmente praticadas por qualquer pessoa. Com estas interpretações busca-se dissolver a dicotomia entre sexo e gênero e negar a existência de uma natureza biológica de homens e mulheres: ou seja, defende-se que orientação sexual, desejo sexual, gênero ou identidade sexual são o resultado de processos de construção social. Destaca-se que a expressão “queer” pode ser traduzida como “esquisito”, “ridículo”, “excêntrico”,

“extraordinário” e, historicamente, foi um termo pejorativo voltado para insultar os homossexuais, usado com o propósito de degradá-los. Segundo Butler, “Queer adquire todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos” (BUTLER, 2002, p. 58).

Para refletir: a Teoria Queer questiona as noções relacionadas com a suposta existência de uma essência masculina, de uma essência feminina, de uma essência do desejo. Nesta ótica, você e eu não seríamos essencialmente masculinos, femininos, heterossexuais ou homossexuais. No máximo, a cultura em que estamos inseridos estabeleceria uma relação entre certos marcadores biológicos que possuímos e certa forma feminina, masculina, homossexual ou heterossexual de se expressar. O que estas ideias te fazem pensar?

Teoria(s) crítico-reprodutivista(s):

estas teorias consideram que as escolas reproduzem as culturas baseadas nas classes sociais e por isso fundamentam a reprodução da própria estratificação social [vide estratificação social]. Por exemplo, em ampla pesquisa realizada na França, na década de 60 do século passado, Pierre Bourdieu aponta os mecanismos por meio dos quais os sistemas de ensino transformam as diferenças iniciais [capital cultural, capital social, capital simbólico e capital econômico], resultados da transmissão familiar da herança cultural, em desigualdades de destino escolar. Os alunos não podem competir em condições igualitárias na escola, pois, trazem consigo uma bagagem social e cultural diferenciada, mas a escola os faz não perceber isso e aceitar seu fracasso ou sucesso como resultados de dons ou retratos de incapacidade. Além disso, segundo Bourdieu, a escola não é uma instituição neutra, pois o que é representado e cobrado por esta instituição, são conhecimentos,

comportamentos, gostos e hábitos associados com a classe dominante, o que reforça a tendência das classes dominadas de não serem tão bem-sucedidas na escola e/ou nas universidades com maior status. Por essas características, segundo o autor, a função que o sistema de ensino desenvolve é a de servir de instrumento de legitimação das desigualdades sociais, porque justamente faz o aluno pobre aceitar que supostamente não é capaz e que, portanto, sua condição social é justa. Desta forma, nessa perspectiva, longe de ser libertadora, defende-se que a escola é conservadora e mantém a dominação dos dominantes sobre as classes populares, sendo representada como um instrumento de reforço das desigualdades e como reprodutora cultural, pois há o acesso desigual à cultura segundo a origem de classe. Em linha similar, Basil Bernstein defende que isso é alcançado em parte por meio de códigos linguísticos elaborados e restritos adotados na escola e que favorecem as crianças das classes média e alta: ou seja, a escola fala a língua da elite e funciona demandando as posturas e comportamentos típicos da elite, no entanto as crianças das camadas populares tendem a não conhecer esta língua e estes padrões comportamentais, porque estes elementos não fazem parte de seus contextos sociais originais. Estes elementos induzem crianças das camadas populares a menor sucesso escolar ou a só terem sucesso em escolas supostamente fracassadas, justamente porque se aproximam culturalmente da cultura popular.

Teorias do subdesenvolvimento:

Nessa perspectiva defende-se que a teoria das vantagens comparativas (TVC) não só não explicava a condição vivida na América Latina, como promovia um círculo vicioso marcado pela “deteriorização dos termos de troca” entre “centro” (nações industrializadas) e “periferia” (nações em desenvolvimento). Ou

seja, a TVC induzia as nações subdesenvolvidas a permanecerem como produtoras de matéria prima com menor valor agregado e/ou com grande oscilação de preços decorrentes das variações de quantitativo de produção, ao passo que estimulava os países desenvolvidos a produzirem produtos manufaturados e tecnológicos com alto valor agregado, bem como propunha a negociação livre (livre-comércio) dos produtos produzidos por subdesenvolvidos e desenvolvidos, gerando um padrão estrutural desigual de trocas. Este padrão de trocas fazia com que os países pobres continuassem pobres e incapazes de processamento de matérias primas, bem como enriquecia ainda mais os países ricos. Assim, nas interpretações em questão defende-se que só possível compreender as condições dos países subdesenvolvidos, levando em conta as especificidades históricas e locais a eles associadas, rejeitando os modelos importados de teorização econômica e com o Estado atuando fortemente no incremento da industrialização e na superação da pobreza. Isso significa refutar a ideia de que seria mais eficiente manter sua vocação agrário-exportadora (como prevê a teoria das vantagens comparativas) e estabelecer um parque industrial capaz de suprir o mercado interno. Estas interpretações do desenvolvimento econômico das nações subdesenvolvidas são oriundas de teóricos vinculados à Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, organização criada pela ONU em 1948. Dentre estes teóricos destacam-se o argentino Raúl Prébisch (1901-1986) e os brasileiros Celso Furtado (1920-2004) e Fernando Henrique Cardoso (1931-x) – teórico principal da teoria da dependência [vide teoria da dependência].

Para refletir: a tal “vocação” agrário-exportadora nos tornou o “celeiro do mundo”. Quais são as consequências de seguirmos este “talento”? Se somos de fato celeiros do mundo, garantimos alimento para toda a nossa população? Devemos abandonar esta via e investir em tecnologia?

Terceira via:

também chamada de “esquerda modernizadora” ou “social democracia modernizadora”, a terceira via é uma teoria que propõe ir além da contraposição entre “esquerda” e “direita” e que tem como um dos principais defensores e difusores o sociólogo britânico Anthony Giddens. Trata-se de uma posição intermediária entre o que Giddens define como “social-democracia clássica” e o neoliberalismo/conservadorismo e/ou entre as propostas do socialismo e do liberalismo econômico. Neste contexto, tenta reconciliar os posicionamentos econômicos tradicionalmente associados à direita e à esquerda, bem como “está comprometida com preservar os valores do socialismo enquanto endossa as políticas de mercado para gerar riqueza e acabar com a desigualdade econômica” (GIDDENS, 2012, p.805). Propõe que a esquerda deve substituir a preocupação com a concentração e distribuição de riquezas pela preocupação com o incentivo à sua criação, com foco na criação/maximização de alternativas que promovam oportunidades iguais para todos buscarem seu bem-estar. Neste contexto, a igualdade de renda não deve ser o foco principal das políticas públicas. Este foco deve estar na igualdade de oportunidades. Orientada pelo princípio de que “não há direitos sem responsabilidades”, propõe um novo contrato social, no qual todas as pessoas que recebem algum benefício devem retribuir de alguma forma para a sociedade. Em contraposição às perspectivas neoliberais/“de direita”, a terceira via destaca o papel do Estado como promotor de investimento social para a ampliação de oportunidades, como controlador do poder das corporações e delimitador de um limite para as desigualdades. No entanto, em simultâneo, ressalta que o mercado não deve mais ser visto como fonte de todos os problemas sociais. Ou seja, na terceira via, Estado, governo e mercado são vistos como fonte dos problemas sociais e das soluções para estes problemas. Apontando os aspectos positivos da globalização, a terceira via ressalta que as questões ecológicas e

ambientais devem estar no centro dos debates relacionados com o mundo globalizado. Em 1994, com a publicação de “Para além da esquerda e da Direita”, Anthony Giddens passou a ser considerado um dos mais influentes representantes do “centro radical”, do Novo Trabalhismo inglês (do Partido Trabalhista, de centro-esquerda do Reino Unido). Desde esta publicação, Giddens tem sido criticado por políticos e intelectuais da direita e da esquerda.

Para refletir: na sua opinião, existe a possibilidade de uma “terceira via” como alternativa entre esquerda e direita?

Tipo Ideal:

Como conceito da teoria de Max Weber, um tipo ideal é um instrumento analítico que o cientista social usa para compreender os fenômenos sociais. É um modelo conceitual acentuado e abstrato daquilo que se observa na realidade. Uma construção mental para ser usada como referência de comparação. Este modelo é usado para identificar e contrapor semelhanças e diferenças em relação a casos concretos. Por exemplo, quando um sociólogo define as características de uma democracia em seus supostos aspectos mais relevantes, e compara o tipo ideal que ele produziu com democracias reais. Destaca-se que o tipo ideal consiste em “um ‘tipo puro’ construído ao se enfatizar certos traços de um determinado objeto social em um modelo analítico que não existe necessariamente em nenhum lugar na realidade. Os traços são definidores, mas não necessariamente desejáveis” (GIDDENS, 2012, p.806). Assim, ideal não significa desejado ou perfeito, mas está associado com as prováveis características predominantes de algo.

Para refletir: se fosse construído um tipo ideal de estudante da sua escola ou do seu curso, que características você acredita que deveriam ser contempladas?

Totalitarismo:

Existem cinco fatores essenciais que caracterizam uma ditadura totalitária: “1) transição de um estado de direito para um estado policial; 2) transição do poder difuso nos estados liberais para a sua concentração no regime totalitário; 3) a existência de um partido estatal monopolista; 4) transição dos controles sociais que passam de pluralistas para totalitários; 5) a presença decisiva do terror como ameaça constante contra o indivíduo” (NEUMANN⁴⁷⁵, 1969, p. 269-270). “O totalitarismo é uma oposição radical ao estado liberal [...] o estado liberal vem a ser o sistema no qual predominam a lei, a razão e a liberdade, garantidas pela difusão do poder e pela estrutura pluripartidária. E o estado totalitário, o sistema no qual prevalecem a violência extremada – o terror – e a dominação hipertrofiada pela concentração do poder e nutrida pelo monopólio político do partido único. Um, portanto, é o regime da liberdade, regido pela lei, pela razão; o outro, o da opressão comandada pela violência” (CHASIN⁴⁷⁶, 2013, p.15). Trata-se, portanto, de um “regime que subjuga os direitos dos indivíduos em favor dos interesses do Estado através do controle dos assuntos políticos e econômicos e da prescrição de atitudes, valores e crenças da população” (KELLY *et al.*, 2013, p.343). É um sistema político ou uma forma de governo que proíbe partidos de oposição, que restringe a oposição individual ao Estado e às suas alegações e que

⁴⁷⁵ NEUMANN, Franz. Estado Democrático e Estado Autoritário. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969, p. 268-270;

⁴⁷⁶ CHASIN, José. Sobre o conceito de totalitarismo. *Verinotio–Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 15, p. 7-7, 2013.

exerce um elevado grau de controle na vida pública e privada dos cidadãos. É considerado a forma mais extrema e completa de autoritarismo. Os tipos de Estado associados com o Nazismo e o Fascismo são exemplos históricos de Totalitarismo.

Para refletir: não estamos em um regime totalitário. Você pode e eu posso dizer o que penso sobre o governo, os políticos, as políticas públicas desenvolvidas. O que fazemos com este poder? O que deveríamos fazer?

Trabalho [divisão do trabalho]:

“Trabalho é toda ação de transformação da matéria natural em cultura, ou seja, toda transformação executada por ação humana. Mas o trabalho tem significados diferentes de acordo com a cultura que o vivencia e, em muitos casos, o que é considerado trabalho em uma não é na outra “ (SILVA e SILVA, 2009, p.400). “É comum que tentemos levar nossa noção de trabalho para a interpretação de outras culturas. Um exemplo é a interpretação de que os tupis da costa brasileira, durante os primeiros tempos da conquista, eram povos que não estavam acostumados ao trabalho, que não gostavam de trabalhar, mito esse que persiste em muitas explicações acerca da escravidão no Brasil. A realidade, no entanto, é que os tupis, como qualquer sociedade humana, tinham sua própria noção de trabalho, sua divisão social de trabalho, inclusive; e em sua visão – masculina⁴⁷⁷, devemos acrescentar – o esforço posto no trabalho era

⁴⁷⁷ “Na sociedade tupi, o trabalho era definido por sexo, e as atividades produtivas recaíam especialmente sobre as mulheres. Uma visão tradicional vê nisso apenas a exploração patriarcal, mas novas interpretações, como a de João Azevedo Fernandes, relatam que eram as mulheres que dominavam as técnicas de produção da agricultura, da cerâmica e de quase todas as atividades culturais, em contraste com a supremacia “natural” masculina, e esse domínio era reconhecido e valorizado” (idem).

medido e determinado e não precisava ser aumentado. Ou seja, o trabalho não era visto como o centro da vida social. Não que fosse desprezado, só não era supervalorizado” (idem, p.402). Os clássicos centrais da Sociologia - Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858- 1917) e Max Weber (1864-1920) - “observaram que, ao longo da história, o trabalho não foi organizado da mesma forma, havendo uma divisão social de sua concepção e execução” (FRAGA e MAIÇARA, 2021, p.79). Mas a que se refere a expressão divisão do trabalho? “Basicamente, esta expressão refere-se à diferenciação de tarefas implícita na produção de bens e serviços e à alocação de indivíduos e de grupos para realizá-las. Uma distinção comumente empregada é aquela entre a divisão técnica e a divisão social do trabalho, a primeira referindo-se a tarefas especializadas no processo de produção, e a última à diferenciação na sociedade como um todo” (RATTANSI⁴⁷⁸, 1996, p. 218). Em Marx, no que concerne à intensa divisão do trabalho no capitalismo, tem-se, a um só tempo, que “o trabalho dividido aumenta a produtividade e disso surgiriam os excedentes que são apropriados por uma classe dominante que possui e controla os meios de produção” (RATTANSI, 1996, p. 218) e que o trabalho no capitalismo é essencialmente trabalho alienado: “o trabalho alienado é característico das linhas de montagem, da grande produção em massa, de qualquer forma de produção em que o trabalhador não seja responsável pela produção integral, em que ele não possua mais o conhecimento para produzir o produto de forma total. Nesse sentido, o trabalhador produz apenas uma parte, uma peça do produto, sempre em atividades repetitivas e sem sentido, pois, de modo diferente do artesão, ele não vê o resultado de seu trabalho no produto terminado” (SILVA e SILVA, 2009, p.403). Assim, o trabalho alienado é uma característica do Capitalismo e de sua organização da produção. Por sua vez,

⁴⁷⁸ RATTANSI, ALI. **Divisão do trabalho**. In.: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p.218-221.

Durkheim⁴⁷⁹ (2007) destaca que a Divisão do Trabalho varia na razão direta do volume e da densidade da sociedade – se o tamanho e a densidade de uma sociedade variam, então também varia a Divisão do Trabalho. Desta forma, nas sociedades menos complexas ocorre pouca ou nenhuma divisão do trabalho, nas sociedades mais complexas (industrializadas e modernas) ocorre a ampliação da Divisão do Trabalho. Neste último tipo de sociedade, as pessoas ocupam diferentes posições, uns trabalham como executivos na indústria, outros preparam estes executivos para o trabalho, outros para a saúde, segurança e na alimentação das pessoas. É nesse processo de ampliação da divisão social do trabalho que se transitará da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica. Por outra via, Weber, “ao apontar as conexões entre as mudanças na esfera religiosa e as transformações na economia - o que ele chama de espírito do capitalismo - , fez uma associação entre trabalho e a possibilidade de salvação espiritual. A mudança de valores e atitudes graças ao surgimento do protestantismo criou a predisposição ao trabalho como algo voltado para a glorificação de Deus e como a principal fonte de salvação” (SILVA *et al.*, 2016, p.220). Desta forma, Weber aponta como o protestantismo configura o trabalho como um valor em si. Em crítica a Durkheim, Marx e Weber, na perspectiva feminista destaca-se que “grande parte do pensamento social, ao se concentrar no domínio público e ao definir “trabalho” como emprego pago, deu como certas as desigualdades sexuais na divisão do trabalho, não conseguindo analisar o trabalho doméstico das mulheres e sua relação com a subordinação destas na ordem econômica e política” (RATTANSI, 1996, p. 220). Fato é que o trabalho tem se modificado para ser melhor explorado por aqueles que detêm maior concentração de poder. Nestas transformações, fordismo, taylorismo, toyotismo e uberização, configuram novos métodos de divisão e exploração do trabalho alheio.

⁴⁷⁹ DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. Tradução de Pietro Nassetti- Ed. Martin Claretto – São Paulo, 2007. Disponível em: [Disponível em: https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/durkheim-c3a9-as-regras-do-mc3a9todo-sociolc3b3gico.pdf](https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/durkheim-c3a9-as-regras-do-mc3a9todo-sociolc3b3gico.pdf)

Para refletir: “trabalho não é emprego. Não é porque alguém – como uma dona de casa, por exemplo – não tem um emprego que ela não trabalha” (SILVA e SILVA, 2009, p.404). Que tipos de trabalho seus familiares realizam que não estão vinculados a um emprego? Você os auxilia nestes trabalhos? Poderia ajudar mais? Em sua família, alguém tem jornada dupla de trabalho? Quem? Como essa jornada dupla de trabalho se organiza?

Trabalho emocional:

conforme definido pela socióloga norte-americana Arlie Russel Hochschild, na obra de 1983, denominada *The managed heart: the commercialization of human feeling* (O coração gerenciado: a comercialização do sentimento humano), trata-se do “processo no qual as pessoas tomam como referência um padrão de sentimento ideal construído na interação social, e procuram manusear e administrar suas emoções profundas para adequá-las a essa expectativa quando não estão sentindo assim internamente” (BONELLI⁴⁸⁰, 2004, p.357). Para a autora, “o trabalho das emoções é mais acentuado entre os subalternos do que entre os senhores, entre os dominados do que entre os dominantes. Assim, em uma perspectiva de gênero, ele é mais acentuado entre as mulheres do que entre os homens” (idem). É o “trabalho pago que exige que o empregado demonstre certas emoções, visando induzir determinadas respostas” (THORPE *et al.*, 2016, p. 343). Para Hochshlid (1983), o novo setor de serviços exige que os trabalhadores possuam inteligência emocional, “recursos emocionais”. Neste contexto, tendo em vista o estereótipo de que

⁴⁸⁰ BONELLI, Maria da Gloria Arlie Russell Hochschild e a sociologia das emoções. Cadernos Pagu [online]. 2004, n. 22 [Acessado 16 Julho 2021] , pp. 357-372. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000100015>>. Epub 15 Ago 2006. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000100015>.

as mulheres são mais emocionais, tais setores preferem contratar mão-de-obra feminina. Das mulheres trabalhadoras exige-se então estados emocionais “positivos”, para cativar a clientela. Para a autora, existiriam três formas de trabalho emocional. 1. Trabalho emocional cognitivo (envolve a ação pessoal de uso de imagens e pensamentos para invocar ou reprimir emoções consideradas adequadas ou inadequadas no ambiente de trabalho); 2. Trabalho emocional corporal (se refere à tentativa de controlar a reação física que acompanha um estado emocional, para não demonstrá-lo e/ou para demonstrar outro estado emocional – não verdadeiro); 3. Trabalho emocional expressivo (envolve administrar a forma como se expressa as emoções particulares). Assim, existiriam profissionais que fariam uma atuação profunda para retratar certas emoções e outros que fariam uma atuação superficial, e o que diferenciaria o tipo de atuação seria um conjunto expressivo a ela associada. Por exemplo, como quando você, cliente, percebe que, embora a vendedora tenha dito “é um prazer recebê-lo em nosso estabelecimento”, o rosto e corpo dela falam “estou cansada, o que você está fazendo aqui a essa hora?”. Trata-se, portanto, da formatação de estados emocionais internos, de modo a invocar certos sentimentos considerados aceitáveis no ambiente de trabalho. E esse mecanismo está presente nas ações mais simples, como um suspiro controlado ou um sorriso acompanhado de um “muito obrigado, volte sempre”. Desta forma, as emoções humanas também viram mercadoria, vendidas em acompanhamento com produtos. Segundo ela, a capacitação para o trabalho emocional começaria com o “treinamento infantil do coração” e, a partir dele, desde pequeno as meninas aprenderiam a ser carinhosas e a controlar a agressividade, ao passo que os meninos seriam treinados a esconder vulnerabilidades.

Para refletir: professores tem que estar sempre felizes e motivados? Na interação professor-aluno eles nunca podem se desgastar? Que tipo de ser humano nunca se estressa? Como interagir sem

demonstrar insatisfação com o que incomoda você? Quais podem ser as consequências do trabalho emocional?

Transgênero:

“Termo que descreve uma pessoa cujo comportamento e senso de identidade não correspondem a seu sexo biológico” (YUILL e THORPE, 2019, p.155). “O termo não designa uma orientação sexual nem um gênero específico, mas aquelas pessoas que não se identificam com as convenções tradicionais de homem e mulher e, por isso, combinam ou alternam características associadas a essas identidades” (SILVA *et al.*, 2016, p.340). “São pessoas que rompem com as normas sociais de gênero ao desafiar as distinções existentes entre homens e mulheres” (BRYM *et al.*, 2008, p.264). Chama-se mulher Transgênero/mulher transexual aquela pessoa que se identifica com o gênero feminino e reivindica o reconhecimento como mulher, porém que não nasceu dotada de vagina. Geralmente, pessoas transgênero demandam nome social (nome pelo qual as travestis e pessoas transexuais se identificam e preferem ser identificadas, enquanto o seu registro civil não é adequado à sua identidade e expressão de gênero). Chama-se homem transgênero/homem transexual aquela pessoa que se identifica com o gênero masculino e reivindica o reconhecimento como homem, mas não nasceu com pênis. Homens transgêneros⁴⁸¹ adotam nome, aparência e comportamentos masculinos e buscam ser tratados como outros homens. “Pessoas transexuais geralmente

⁴⁸¹ o homem transgênero não pode ser confundido com o crossdresser (pessoa que frequentemente se veste, usa acessórios e/ou se maquia diferentemente do que é socialmente estabelecido para o seu gênero, sem se identificar como travesti ou transexual) e nem com Transformista ou Drag Queen/Drag King (artista que se veste, de maneira estereotipada, conforme o gênero masculino ou feminino, para fins artísticos ou de entretenimento. A sua personagem não tem relação com sua identidade de gênero ou orientação sexual).

sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem “corrigir” isso, adequando seu corpo à imagem de gênero que têm de si. Isso pode se dar de várias formas, desde o uso de roupas, passando por tratamentos hormonais e até procedimentos cirúrgicos” (JESUS⁴⁸², 2012, p.15). Transgênero é aquela pessoa que se identifica com o gênero oposto àquele concernente ao sexo biológico (de acordo com a classificação binária e cisgênera tem-se como pertencente ao sexo masculino aquele indivíduo que nasce com pênis, e como pertencente ao sexo feminino aquele indivíduo que nasce com vagina). Não necessariamente a pessoa transgênero (homem ou mulher) é aquela que deseja a intervenção cirúrgica para mudança de sexo, pois existem pessoas transgênero que preferem manter o sexo biológico, sem nenhuma modificação, o que não o torna um/uma “falso/a trans”. Para Jesus (2012, p.14) “a transexualidade é uma questão de identidade. Não é uma doença mental, não é uma perversão sexual, nem é uma doença debilitante ou contagiosa. Não tem nada a ver com orientação sexual, como geralmente se pensa, não é uma escolha e nem um capricho. Ela é identificada ao longo de toda a História e no mundo inteiro. A novidade que o século XX trouxe para as pessoas transexuais foram os avanços médicos, que lhes permitiram adquirir uma fisiologia quase idêntica à de mulheres e homens cisgênero”.

Para refletir: o quanto importa a você se o outro, que nasceu sem pênis, se sente bem agindo e se identificando como homem?

⁴⁸² JESUS, Jaqueline G.. Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos – Guia Técnico sobre Pessoas Transexuais, Travestis e demais Transgêneros, para formadores de Opinião. Brasília: 2012. Disponível em: <http://www.diversidadese sexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>

Tribos urbanas:

conjunto de pessoas, geralmente jovens, que se unem por compartilharem um gosto ou interesse comum e que acaba por se diferenciar das demais pessoas pela adoção de hábitos e vestes distintos. Trata-se de agrupamento com valores culturais e estilos de vida semelhantes. Em alguns casos, as tribos urbanas se contrapõem à ordem vigente; em outros, adaptam-se aos padrões culturais dominantes da sociedade de consumo” (SILVA, et al., 2013, p. 66). Michel Maffesolli (1944), na obra “O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa” (1988) cunhou o termo tribos urbanas em debates sobre o fenômeno do neotribalismo (noção metafórica, para dar conta de formas supostamente novas de associação entre os indivíduos na “sociedade pós-moderna”, semelhantes às tribos dos povos primitivos). Nas tribos urbanas, a repetição de rituais compartilhados é uma forma de forjar solidariedade de grupo e uma certa experiência social compartilhada, uma estética coletiva, é muito mais importante que a individualidade. Neste contexto, as tribos modernas têm tempo de duração curto e muitas vezes os jovens transitam por várias delas em seu período de adolescência, mesmo tendo que se esforçar para delas fazer parte e/ou para expressar uma forma de pensar, agir e falar a elas associada. São exemplos de tribos urbanas: grafiteiros, funkeiros, rappers, grunges, yuppies, playboys, patricinhas, mauricinhos, metaleiros, rastafaris, clubbers, plocs, dorks, cosplayers, playssons, nerds, Drag Queens.

Para refletir: e “ae”, qual é a sua tribo? Com que tribo urbana você se identifica? “Bora” criar uma tribo?

U

Urbanismo:

O sociólogo Louis Wirth, filiado à Escola de Chicago, destacou, por volta de 1930, o Urbanismo como uma forma de vida típica da vivência em uma área urbana. Para ele, a vida urbana é alterada em dimensão, densidade e heterogeneidade da população. Para integrantes da Escola de Chicago, a cidade é mais do que uma simples coleção de prédios isolados, lugares e pessoas, ela envolve um modo de vida que chamam de urbanismo. Trata-se de um estado de espírito, tradições, atitudes e sentimentos ligados exclusivamente à residência na cidade. Nesta ótica, ao contrário da vida rural, a vida urbana envolve ausência de comunidade e de relações pessoais estreitas, bem como maior tolerância com a diversidade. “Refere-se aos efeitos socioculturais das interações que ocorrem nas grandes cidades, ao mesmo tempo que caracteriza sua especificidade em contraste com as interações da vida rural. O termo, às vezes, é utilizado como sinônimo de planejamento urbano (SILVA, *et al.*, 2013, p. 315). “Trata-se da qualidade particular da vida nas cidades modernas e áreas urbanas e o seu impacto nas áreas suburbanas e rurais no entorno” (GIDDENS e SUTTON, 2017, p.100). Destaca-se que o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies (1855-1936) foi um importante precursor dos estudos sobre urbanismo. Nos anos 1880, ele observou que nas cidades os vínculos sociais tradicionais da *Gemeinschaft* (comunidade), que eram próximos e duradouros, passavam a dar lugar a uma *Gesellschaft* [sociedade], mais volátil e transitória, ou mera associação.

Para refletir: você mora em uma cidade? Se o urbanismo é um modo de vida, um estado de espírito, o que o caracteriza na cidade em que você vive?

Uberização:

Você já se locomoveu com auxílio do aplicativo Uber? O termo uberização nasce composto do nome deste aplicativo. A empresa Uber, fundada em 2009 e instaurada no Brasil em 2014, oferta uma plataforma digital onde um motorista autônomo, chamado de parceiro, se conecta a um usuário do aplicativo (chamado de cliente) para prestar-lhe serviços de locomoção. Neste contexto, os trabalhadores (parceiros), fazem uso de um bem privado (ou alugado) — um carro — para oferecer serviços por meio de uma plataforma digital (diga-se de passagem que, por essa, nem Marx esperava: o trabalhador é explorado usando seu bem privado e sem nem sequer ter vínculo empregatício!). Destaca-se que, utilizando a alegação de ser uma “economia de compartilhamento”, a empresa Uber esclarece que não emprega nenhum motorista e não é proprietária de nenhum automóvel, resumindo-se somente uma plataforma tecnológica para que motoristas autônomos possam obter renda localizando pessoas que queiram se locomover. Este modelo de organização de serviço é base para um novo tipo de relação de trabalho, em que o trabalhador não tem direitos trabalhistas, é responsável pelos custos de oferta do serviço (combustível, veículo, impostos do veículo, manutenção) e paga a um aplicativo para poder ofertá-lo. No final de anos de “parceria” entre o trabalhador e a plataforma digital, o trabalhador a ela associado não tem direito a férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, licença maternidade, e, claro, nenhum direito previdenciário. Gradativamente, novos aplicativos similares ao Uber foram sendo criados ou migrados para o Brasil e substituindo

empregos formais. O que é, portanto, a uberização? Uma nova forma de divisão, controle e gerenciamento das relações de trabalho, marcada por um processo de informalização que permite a exploração do trabalhador por uma empresa que não assume responsabilidades trabalhistas e nem os custos básicos com a oferta do produto que vende.

Para refletir: a uberização gera um novo tipo de subproletários, de trabalhadores à margem da organização de classe, que oferecem sua força de trabalho (mesmo sem garantias trabalhistas) e seus poucos bens para poderem trabalhar, mas que muitas vezes não lucram o suficiente para terem condições básicas para a sobrevivência digna. Este tipo de relação de trabalho é frequentemente defendida com discursos que falam da liberdade do trabalhador, que não precisa se submeter a um horário fixo de trabalho e não tem descontos como os do FGTS e da contribuição previdenciária. Mas existe liberdade quando o trabalho não supre o atendimento a direitos básicos?

V

Violência [simbólica]:

violência é ato ou efeito de utilizar força física, intimidação psicológica ou qualquer tipo de poder que provoque ou tenha possibilidade de resultar em ferimento, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento, privação, dominação e subjugação. Por sua complexidade, a violência é categorizada em infindáveis tipos, tais como: física, psicológica, interpessoal, autodirigida, coletiva, sexual, social, de gênero, cultural, doméstica, familiar, escolar, política e econômica. Na Sociologia, entende-se que a violência é uma construção social e que, portanto, não é um atributo de nascença e, sim, algo que se aprende/desenvolve ao longo da vida. Ou seja, não existem pessoas que nascem predispostas à violência. O que existe são condições sociais e estruturais que favorecem a produção de contextos e situações de violência. Destaca-se a “violência de gênero”, como toda e qualquer forma de agressão ou constrangimento físico, moral, psicológico, emocional, institucional, cultural ou patrimonial, que tenha por base a organização social dos sexos e que seja impetrada contra determinados indivíduos, explícita ou implicitamente, devido à sua condição de sexo ou orientação sexual [...] as mulheres e, em menor número, os homossexuais, que se vêem mais comumente na situação de objetos/vítimas desse tipo de violência (SARDENBERG⁴⁸³, 2011, p. 1). Piadinhas, canções, poemas, contos,

⁴⁸³ SARDENBERG, C. M. B. *A violência simbólica de gênero e a lei “antibaixaria” na Bahia*. OBSERVE: NEIM/UFBA, 2011.

novelas, comerciais, anúncios, ou mesmo livros didáticos (ditos científicos!), fazem parte de uma produção cultural que dissemina imagens e representações degradantes, ou que, de uma forma ou de outra, diminuem as mulheres, constituem “a violência simbólica de gênero, uma forma de violência que é, indubitavelmente, uma das violências de gênero mais difíceis de detectarmos, analisarmos e, por isso mesmo, combatermos” (idem, p. 2). A violência simbólica, é a “imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural” (BOURDIEU, 2002, s/p). A violência simbólica é o meio de exercício do poder simbólico. Trata-se, segundo Bourdieu⁴⁸⁴ (2002,s/p), de uma “[...] violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento.”

Para refletir: aquele que sofre violência simbólica tende a entender como natural e legítima a condição em que se encontra e/ou a que é submetido pelo violentador. Por exemplo, quando a mulher acredita que as mulheres pertencem ao espaço privado (a casa), e os homens, ao espaço público (o trabalho) e aceitam essa condição como legítima, diz-se que elas são vítimas de violência simbólica. Esse tipo de violência é reforçada por agentes e instituições, tais como a Família, a Igreja, e o Estado, quando estes estimulam a naturalização das desigualdades entre violentador e violentado. A violência simbólica impõe um processo de submissão-subjugação em que os dominados percebem a hierarquia social imposta como sendo legítima e natural. Você consegue identificar a quais formas de violência simbólica você está submetido?

⁴⁸⁴ BOURDIEU, P. A dominação masculina. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002 Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1222/bourdieu_dominacaomasculina.pdf?sequence=1

W

Weber, Max:

Nascido em Erfurt, na Alemanha, Max Weber (1864-1920) foi um dos mais importantes cientistas sociais de todos os tempos. Em sua obra mais famosa, *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1905), Weber analisou a maneira pela qual algumas ideias do protestantismo, como a valorização do trabalho como sinal de predestinação à salvação, favoreceram o desenvolvimento do capitalismo nos países onde essa religião era mais forte. Isso não significaria que o capitalismo se desenvolveria apenas nos países protestantes, mas que, no contexto europeu, algumas ideias de origem religiosa podem ter favorecido a formação e expansão do capitalismo. Neste contexto, o objeto de estudo da sociologia weberiana é o que ele chama de ação social. Uma ação social ocorre quando um indivíduo leva os outros em consideração no momento de tomar uma atitude, de praticar uma ação. Assim, ação social é um comportamento intencional baseado na ideia de como as outras pessoas o interpretarão e a ele reagirão. Neste contexto, o objetivo é compreender o sentido que cada ator dá à própria conduta e/ou a decifração da significação (o sentido) da ação social (as condutas humanas). Por isso, a sociologia weberiana é chamada de sociologia compreensiva. Diferentemente de Durkheim, para Weber não é possível estudar as ações sociais como coisas, com plena neutralidade, com abandono de pré-noções, pois, para este autor, desde o momento em que escolhemos um objeto de estudo, nossos valores e interesses pessoais estão em jogo. De qualquer forma, o pesquisador não deve deixar seus valores pessoais influenciarem

nos resultados da pesquisa. Por isso, Weber propõe o tipo ideal como um modelo abstrato, uma construção mental para ser usada como padrão de comparação com a própria realidade. Os tipos ideais foram amplamente utilizados por Weber e ele classificou as ações sociais em quatro tipos ideais. 1º) ação social racional com relação a fins: aquelas ações que as pessoas efetuam porque acreditam que vão alcançar determinados objetivos. 2º) ação social racional com relação a valores: aquelas que as pessoas fazem para respeitar determinados valores. 3º) ação social afetiva: aquelas em que as pessoas agem por emoção, sem pensar nas consequências. 4º) ação social racional com relação ao regular /tradicional: aquelas ações que efetuamos em relação à média de comportamentos aceitos em nosso grupo específico ou porque é tradição efetua-las. Temos então que, para Weber, em suas ações, os indivíduos são guiados por uma racionalidade (um processo que se dá na consciência dos agentes como motivação para suas ações, fundando uma lógica interna específica que conduz as pessoas a agirem desta ou daquela maneira). Guiados por essa racionalidade, no momento de agir, os indivíduos levam em consideração o comportamento dos outros e, ao mesmo tempo, são obrigados a considerar as normas sociais institucionalizadas, que tem relação com seu agir. Em busca de seus objetivos e levando em consideração a existência das normas – sejam estas normas entendidas como condições de expectativas recíprocas (o que você e as outras pessoas esperam que alguém faça em determinada situação) ou como imposições mediante sanções – a pessoa pode deliberadamente fazer parte de uma coletividade orientada de modo comum por estas normas e criadora destas normas com auxílio do indivíduo. A esta coletividade Weber dá o nome de associação racional com fins. Quando as regras, normas e valores de uma determinada associação racional com fins perduram no tempo, passam de geração em geração, elas se institucionalizam, transformam-se em uma instituição – tais como a família, a religião e o Estado. Discutindo estas questões, Weber assinalou que historicamente, as associações humanas e o Estado em particular, passaram por um processo de institucionalização. Nesse processo, as regras foram se tornando cada vez mais racionais, isto é,

foram sendo feitas com vistas a fins específicos e estabelecendo meios mais adequados para levá-las a cabo. Além disso, gradativamente, o Estado foi detendo o poder legítimo de impô-las. Tal poder se baseia numa influência específica que Weber chama de dominação, uma dominação que ocorre tanto porque o Estado tem poder de coação (física ou psíquica), quanto porque as pessoas concordam, “estão em consenso”, quanto à legitimidade do Estado “ter as rédeas” da sociedade. Com estas ideias Weber também estabelece tipos ideais de dominação legítima (de autoridade), a saber: a autoridade tradicional, cuja legitimidade se baseia na tradição; a autoridade carismática, cuja legitimidade se baseia no carisma ou nas capacidades do líder; e, a autoridade racional-legal, cuja legitimidade se baseia na lei e na racionalidade (adequação entre meios e fins) que está por trás da lei. Para Weber, as formas de dominação do Ocidente caminham, tendencialmente, para o tipo racional-legal e isto pressupõe quadros administrativos hierarquizados e profissionais, caracterizados pela existência de uma burocracia. Esse processo, marcado por intensificação das burocracias, retrata o que Weber chama de racionalização das sociedades: uma crescente transformação de modos informais e tradicionais de extração de obediência em instituições organizadas racionalmente, impessoalmente e legalmente, para obtenção de obediência. Ou seja, para Weber, da Idade Média para a Idade Moderna as sociedades foram submetidas a um processo de desencantamento com o mundo mágico-religioso, que levou a racionalização da vida e que tem a burocracia como instrumento marcante.

Para refletir: ao contrário do que acontece nas interpretações de Durkheim, o fundamental em Weber não é o fato de as pessoas serem coagidas, mas o fato de agirem racionalmente e o fato de que esta racionalidade que os conduz os faz consentirem com a dominação a que estão sujeitas. Isto tudo para que possam ganhar condições de previsibilidade em relação à ação dos outros homens (sujeitos à mesma relação de dominação) e, em decorrência, possam viver em sociedade. Então, vamos lá: em sua interpretação, é Weber

ou Durkheim que está mais próximo de estar certo? Agimos como agimos porque escolhemos ou porque somos coagidos?

X

Xenofobia:

xenofobia é um conceito que diz respeito a ações e concepções marcadas pela rejeição, exclusão ou difamação de pessoas com base na percepção de que são estrangeiros à comunidade, sociedade ou identidade nacional. Trata-se de “desconfiança, aversão, medo ou profunda antipatia em relação a pessoas estranhas ao seu meio ou a indivíduos que vêm de outro país. Pode se manifestar de várias maneiras e é comumente associada ao repúdio a outras culturas e etnias” (SILVA *et al.*, 2016, p.125). Destaca-se que, perante guerras e crises que provocam migrações de populações de nações africanas, da Ucrânia, da Venezuela e de tantos outros lugares, no Brasil, a Lei de Migração (Lei 13.445/2017), em vigor desde novembro de 2017, aborda a questão da mobilidade humana através da ótica dos direitos humanos, definindo que a política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: “I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; III - não criminalização da migração; [...] V - promoção de entrada regular e de regularização documental; VI - acolhida humanitária [...]; XII - promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante; XIV - fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da

América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas” (BRASIL⁴⁸⁵, 2017).

Para refletir: “A pandemia da COVID-19, doença grave causada pelo SARS-CoV-2, afeta as pessoas de forma indistinta, porém, devido a sua origem (China), há relatos de xenofobia contra asiáticos, particularmente chineses” (KHALIL, KHALIL e CAETANO JUNIOR⁴⁸⁶, 2021, p.132). Trata-se da Sinofobia. Que usos políticos e econômicos foram ou estão sendo dados ao comportamento xenofóbico contra chineses?

⁴⁸⁵ BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Lei de Migração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acessado em 12 de abril de 2022.

⁴⁸⁶ KHALIL, O. A. K.; DA SILVA KHALIL, S.; CAETANO JUNIOR, E. Xenofobia: um velho sintoma de um novo Coronavírus. **Revista Thema**, [S. l.], v. 20, p. 132–142, 2021. DOI: 10.15536/thema.V20.Especial.2021.132-142.1855. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1855>. Acesso em: 12 abr. 2022.

Nos quase dois anos sem aulas presenciais, quanto mais me envolvia com o registro de conceitos e reflexões, mais percebia a funcionalidade, a utilidade pragmática de tais registros. Aos poucos fui consolidando a interpretação de que classe social, fato social, ação social, gênero, raça, etnia, coerção social, cultura, estrutura social, teoria(s), sistema social, poder, família, discriminação, segregação, estereótipo, estigma, etc., são, na verdade, ferramentas. São ferramentas discursivas e analíticas que servem para evocar, explicar, categorizar, compreender e analisar os fenômenos que nos rodeiam. Estas tais ferramentas discursivas e conceituais completam os vácuos onde lhe faltam palavras para descrever as coisas. Quantas vezes você quis dizer algo mas sentia que faltavam as palavras certas? Na sua cabeça era algo simples, mas dava um nó para explicar. Nestes contextos, sabe o que lhe faltava? As “benditas” ferramentas discursivas, os tais conceitos ou nomeações. Você está “vendo o fenômeno em sua cabeça”, vê o capim, vê o mato em seu conjunto, mas não consegue caracterizá-lo, porque não sabe “dar nome” ao que está a sua frente, ou seja, não possui os termos capazes de agrupar cada elemento em seu devido “lugar.” No seu formato e-book, ou no seu formato “blog”, eis o que é o “Tererê com Sociologia”, uma caixa de ferramentas discursivas e conceituais.



ISBN 978-65-5869-893-7

